Riqueza e justiça social

Questões fundamentais da economia nacional-socialista

Dietrich Klagges

2* edição de 2026

Riqueza e justiça social: questões fundamentais da economia nacional-socialista

Dietrich Klagges

1933

Dietrich Klagges

Conteúdo

Prefácio da tradução - (p. 7)

Prefácio do autor - (p. 10)

I. Do livre jogo das forças - (p. 14)
II. O chamado por ordem e direito - (p. 16)
III. Da verdadeira riqueza - (p. 20)
IV. Os tipos de valores - (p. 29)
V. A origem dos valores - (p. 39)

VI. Os erros históricos da teoria do valor - (p. 44)

1. A teoria clássica de Adam Smith e David Ricardo - (p. 44)
2. A teoria do valor do Socialismo-Individualista (Marxismo) - (p. 56)
3. A teoria do valor dos Fisiocratas - (p. 68)
4. Esboços de uma teoria do valor de uso - (p. 74)

VII. O resultado da geração de valor e o "valor específico" - (p. 84)
VIII. A comunidade de geração de valor - (p. 98)
IX. Bem comum e interesse próprio na comunidade capitalista de geração de valor - (p. 112)
X. Determinação da "justiça social" - (p. 118)
XI. A injustiça capitalista - (p. 126)
XII. Caminhos errados marxistas e outros - (p. 163)
XIII. A realização da justiça social - (p. 186)
XIV. Um exemplo de geração de valor - (p. 254)

Biografia de Dietrich Klagges - (p. 273)

Apêndice A: O Pensamento econômico no Terceiro Reich (Otto Dietrich) - (p. 275)

Apêndice B: A política de preços do nacional-socialismo. Palestra de 13 de novembro de 1936 (Josef Wagner) - (p. 303)

Apêndice C: Palestra na reunião dos conselheiros econômicos do NSDAP (Josef Wagner) - (p. 319)

Apêndice D: Preço e política econômica (Josef Wagner) - (p. 342)

Apêndice E: Política de Preços e Agricultura (Josef Wagner) - (p. 351)

Apêndice F: Formação de Preços: Uma Tarefa de Liderança e Organização Econômica (Josef Wagner) - (p. 358)

Apêndice G: Formação de Preços e Padrão de Vida (Josef Wagner) - (p. 365)

Apêndice H: Caixas Econômicas e Nacional-Socialismo. Principais Nacional-Socialistas sobre a questão das Caixas Econômicas (Gottfried Feder) - (p. 373)

Apêndice I: O déficit habitacional e o banco social de construção e economia como salvador da miséria habitacional, da crise econômica e da miséria do desemprego (Gottfried Feder) - (p. 389)

Apêndice J: O ideal econômico desejado e a realidade (Franz Lawaczeck) - (p. 453)

Apêndice K: O pensamento estamental (corporativo) no nacional-socialismo (Max Frauendorfer) - (p. 491)

Apêndice L: Formação do capital e poupança (Wilhelm Lautenbach) - (p. 552)

Apêndice M: Grupo bancário do Reich: a autogestão do sistema de crédito (Otto Christian Fischer) - (p. 577)

Índice das figuras

Fig. 1 - Os tipos de valor (p. 29)
Fig. 2 - A determinação do valor de troca - (p. 33)
Fig. 3 - Fontes de valor (p. 40)
Fig. 4 - Estágios de desenvolvimento do trabalho (p. 91)
Fig. 5 - A lei de troca clássico-marxista (p. 137)
Fig. 6 - A troca segundo a teoria do valor de uso. 1 caso (p. 140)
Fig. 7 - A troca segundo a teoria do valor de uso. 2 caso (p. 141)
Fig. 8 - A troca segundo a teoria do valor de uso. 3 caso (p. 144)
Fig. 9 - A troca segundo a teoria do valor de uso. 4 caso (p. 146)
Fig. 10 - Limites da possibilidade de troca. O caso mais desfavorável para *A* (p. 147)
Fig. 11 - Limites da possibilidade de troca. O caso mais favorável para *A* (p. 149)
Fig. 12 - A impotência econômica da força de trabalho humana (p. 154)
Fig. 13 - Rico e saudável (p. 187)
Fig. 14 - Rico e doente (p. 187)
Fig. 15 - Pobre e saudável (p. 188)
Fig. 16 - Pobre e doente (p. 188)
Fig. 17 - Contração econômica (p. 191)
Fig. 18 - Reativação econômica (p. 197)
Fig. 19 - Crise (p. 199)
Fig. 20 - Errado (p. 199)
Fig. 21 - Correto (p. 199)
Fig. 22 - Correto (p. 199)
Fig. 23 - Apropriação capitalista (p. 216)
Fig. 24 - Apropriação de frações iguais da prestação - (p. 217)
Fig. 25 - A curva do "salário justo" para valores de uso de 0 a 15 - (p. 225)
Fig. 26 - A curva do "salário justo" para valores de uso de 0 a 100 - (p. 226)
Fig. 27 - (p. 227)

Tradução dedicada à memória, ao legado e à honra do pai da economia nacional-socialista, **Gottfried Feder** (ᛉ1883 - 1941ᛦ), e de seus leais seguidores ainda vivos.

Reicht mir die Hände, Werktätige aller Länder, vereinigt Euch!

Prefácio da tradução

Durante décadas, a literatura nacional-socialista como um todo foi extremamente escassa em todos os aspectos para os falantes de língua portuguesa, tanto no que se refere à literatura criada por autores nativos dos países de língua portuguesa quanto à literatura de caráter acadêmico e às traduções de materiais originais da época do nacional-socialismo. No entanto, com esta publicação mais "sofisticada" em círculos dissidentes, espero que ela sirva de exemplo tanto para dissidentes e apoiadores do ideal quanto para editoras que gostariam de abraçar a "ideia" em começar a trabalhar mais com os materiais oriundos das fontes primárias; acredito firmemente que, com as informações extraordinárias contidas neste livro sobre os fundamentos "científicos" do nacional-socialismo, o debate sobre o nacional-socialismo possa se tornar mais "sério" e aprofundado, principalmente em ambientes não acadêmicos. Acredito e creio que possamos deixar de falar apenas das supostas "atrocidades" cometidas pelo "nazismo" e começarmos a falar de seus ideários que constituíram sua cosmovisão, mas não apenas raciais e de "conspiração judaica" (anti semitismo), e ir muito além disso.

Nossa compreensão do nacional-socialismo geralmente gira em torno de figuras conhecidas do grande público — Adolf Hitler, Joseph Goebbels, Alfred Rosenberg, Julius Streicher e assim por diante —, mas pouca ou nenhuma atenção tem sido dada a outras figuras proeminentes do nacional-socialismo, mesmo aquelas cujas obras, embora de natureza "individual", ou seja, de natureza não estritamente oficial para o nacional-socialismo alemão, fornecem inúmeros fundamentos doutrinários para o nacional-socialismo. Graças aos vencedores e "mocinhos" da Segunda Guerra Mundial, essas obras permanecem obscuras ou completamente negligenciadas; no entanto, graças à pesquisa online, podemos encontrar inúmeras publicações desse tipo. E se nenhuma

editora ou figura trabalhou para trazer suas ideias para o contexto global atual, então fazemos isso por conta própria e desencadeamos o debate que alguns acadêmicos se recusam a participar, negam que exista ou rejeitam completamente.

O nacional-socialismo não era meramente uma "teoria racial" nem uma "doutrina centrada no ódio, no radicalismo e no antissemitismo", embora alguns desses elementos estivessem de fato presentes no âmbito doutrinário do nacional-socialismo, não apenas estavam como um fator "reacionário" ou "ódio irracional", mas, acima de tudo, como fruto das forças espirituais da época, que encontraram o momento perfeito para se expressar em consonância com as contradições apresentadas pelo panorama global de sua época. Este livro é, essencialmente, mais um daqueles resgatados dos escombros que oferece uma compreensão do nacional-socialismo muito além do que estamos acostumados, e esta é a primeira tradução conhecida para outro idioma.

O trabalho presente foi publicado pela primeira vez em 1932 com o título *"Reichtum und soziale Gerechtigkeit: Grundfragen einer nationalsozialistischen Volkswirtschaftslehre"* pela Armanen-Verlag na cidade de Leipzig, localizado no Estado alemão da Saxônia, custando cerca de 3,8 Reichsmarks (RM) em 1933[1].

- O Tradutor, abril de 2026

[1] Die bank wochenhefte für finanz- und bankwesen und chronik der wirtschaft · Volume 26, Exemplar 1 (1933)

Feder-Gesellschaft,

2026

Prefácio do autor

Há 150 anos vivenciamos um formidável auge da técnica. O homem civilizado (*Kulturmensch*) superou sua fraqueza humana original e natural, que o tornava um joguete sem vontade frente às forças da natureza, e tornou-se, em uma medida outrora inimaginável, senhor e mestre dessas forças de potência gigantesca.

Ele forçou o vapor poderoso e a eletricidade formidável ao seu serviço. Forçou o mar a carregar seus vapores; o ar, a sustentar seus aviões e dirigíveis.

Não menos importante, forçou aqueles servos incomparáveis a trabalhar para ele: a elevar e carregar, a moer, serrar, debulhar, martelar, bater e laminar. Assim, logrou facilitar seu próprio trabalho e, no entanto, aumentar sua produtividade de forma incomensurável.

Mas que estranho! O mesmo homem que domina incondicionalmente o domínio da técnica — que precisa apenas apertar um botão para que milhares de rodas e ferramentas se movam de maneira precisamente determinada e milhares de objetos recebam a forma que lhes foi destinada — permanece subitamente impotente e perplexo quando se trata de colocar qualquer ordem no campo da economia nacional (*Volkswirtschaft*); quando deve regular a produção, a distribuição e o consumo dos bens de necessidade econômica.

O soberano da natureza, outrora tão versátil e onipotente, torna-se uma figura cômica ridícula ao tentar, em vão, conciliar a superprodução e a falta de escoamento, de um lado, com o desemprego e a miséria, de outro.

O mesmo homem civilizado: de um lado, brilhante criador e ordenador; do outro, um amador miserável! Como isso é possível?

Os sucessos no campo da técnica só advieram ao homem desde que ele se propôs a investigar a natureza, suas forças e leis, pesando, medindo e calculando-as de forma precisa. Sobre essa investigação exata da natureza é que se ergueu a obra prodigiosa da técnica.

À economia política (*Volkswirtschaftslehre*) falta, até hoje, quase inteiramente o pressuposto de uma investigação econômica exata; as abordagens existentes partem de premissas teóricas completamente equivocadas. Na economia nacional, ainda não nasceu um Copérnico, Kepler ou Newton; nenhum Boyle ou Gay-Lussac; nenhum Faraday, Kirchhoff ou Bunsen; nenhum Helmholtz, Hertz ou Werner von Siemens. O modo e a maneira como se praticava a ciência natural ao tempo de um Bombastus Paracelsus e dos alquimistas ainda é, hoje, usual e determinante na economia política.

Por essa razão, também não pode haver um domínio técnico dos processos e das relações da economia nacional, nem uma técnica de economia política bem-sucedida. E qual a causa deste atraso?

Há, primordialmente, a circunstância de que a economia trata de um campo pertencente ao domínio do orgânico, e não da mecânica. Todavia, visto que se logrou esclarecer o processo orgânico da hereditariedade a ponto de tornar possível uma técnica de reprodução (*Züchtungstechnik*) planejada e eficaz, não se deve considerar tal feito impossível para a vida econômica.

Os êxitos não teriam faltado se, no passado, se tivesse sequer sentido a necessidade de buscá-los. Aqui reside o obstáculo principal: o liberalismo dominante considerava qualquer intervenção planejada na vida econômica não apenas impossível, mas também supérflua e até prejudicial. Era seu dogma que, na economia, deveria imperar a concorrência totalmente livre entre os indivíduos. Seus fundadores e líderes estavam convencidos — teórica e ideologicamente — de que o todo jamais poderia prosperar melhor do que

quando os indivíduos pudessem perseguir seu interesse próprio de forma inteiramente livre.

Enquanto toda intervenção reguladora do Estado na economia fosse zelosamente rejeitada, não haveria espaço para o surgimento de uma investigação e de uma doutrina econômica exatas e, por conseguinte, para a construção de uma técnica econômica. Se, contudo, alguém se esforçava pela criação dessas ferramentas, estava fadado ao ostracismo. Isso foi o que experimentou, por exemplo, Johann Heinrich von Thünen, que buscou determinar matematicamente a relação ideal entre o nível salarial e a taxa de juros para encontrar o salário e o juro justos. Precisamente para este aspecto de sua pesquisa, a economia nacional de todas as escolas sempre reservou apenas um soberbo e desdenhoso dar de ombros.

Ainda mais trágico foi o destino de Eduard Sacher, o diretor de seminário austríaco que, nos anos 1880, tentou estabelecer e fundamentar uma doutrina econômica exata. Seus trabalhos, que poderiam ter marcado uma época, não receberam qualquer atenção. Sacher caiu no esquecimento — assim como, antes dele, Gregor Mendel, porque sua época não sentia necessidade de seu talento. Seus editores, Fischer (Jena) e Pierson, sofreram um fracasso comercial. Até mesmo o Professor Ruhland, com sua obra de orientação semelhante, *'Sistema de Economia Política'*, experimentou ainda em 1903 o destino de permanecer quase ignorado e de ser silenciado.

Hoje, a situação é inteiramente outra. A experiência de um século destroçou a esperança liberal de que a economia livre asseguraria o bem-estar econômico coletivo. Sabemos hoje que a concorrência ilimitada na vida econômica conduz inevitavelmente à "lei do mais forte" (*Faustrecht*) dos economicamente poderosos e, com isso, à destruição da economia e do povo.

Com esse reconhecimento, o domínio do liberalismo chega ao fim; *o século do socialismo se aproxima.* Ele está imbuído da convicção de que a economia nacional, como qualquer outro campo da vida, é um assunto comunitário que não pode ser deixado ao arbítrio individual, mas que deve ser regulado de forma finalística e planejada, de acordo com as necessidades da comunidade.

O socialismo é a vontade de realizar esta regulação necessária da economia nacional segundo as necessidades da comunidade da nação. Se esta vontade é legítima, não é algo que esteja mais em debate hoje. Resta apenas a questão de se ela pode e deve ser realizada mantendo-se a ordem de propriedade e dentro da economia nacional autônoma — como propõe o nacional-socialismo — ou segundo princípios marxistas, mediante a renúncia da propriedade em uma economia mundial unitária.

No momento em que esta regulação deve começar, torna-se evidente a total insuficiência e o desamparo da atual economia nacional frente a esta nova tarefa. Sua incapacidade de oferecer os meios auxiliares necessários à vontade social, que molda e ordena, manifesta-se agora implacavelmente. A necessidade de desenvolver uma investigação econômica exata, com base em uma doutrina correspondente, torna-se irrefutável. As tentativas anteriores nessa direção ganham novo interesse, e a necessidade de continuar a obra daqueles pioneiros cresce dia após dia.

O presente trabalho tem o propósito de ajudar a criar os fundamentos para que uma regulação econômica social seja possível no âmbito da economia nacional, mantendo-se a ordem de propriedade. Ele não reivindica importância programática nem possui caráter oficial partidário; representa, antes, apenas minha contribuição pessoal para a solução da tarefa delineada.

- Escrito no solstício de verão de 1927. Dietrich Klagges.

I. Do livre jogo das forças

Todos os sistemas políticos extraíram de sua cosmovisão (*Weltanschauung*) geral os princípios segundo os quais moldaram sua política econômica e social.

Como o liberalismo nutria a crença de que existiriam propriamente apenas forças boas no mundo, ele esperava a vitória das mesmas em todos os domínios como algo natural, mesmo sem uma intervenção humana específica.

Confiando na correção desta esperança, ele proclamou, tanto na vida econômica quanto em outras esferas da vida, o "livre jogo de forças" como lei suprema.

Ao restringir deliberadamente a intervenção do Estado à proteção da propriedade, ao livre comércio e à tributação justa, ele organizou, com intenção consciente, a anarquia econômica; elevou, com isso, o poder econômico a soberano ilimitado e deu livre curso à "lei do mais forte" (*Faustrecht*) na economia.

Deste caos fervilhante, no qual todos os egoísmos — inflamados até o rubro — se misturavam violentamente, o liberalismo esperava, com uma confiança obstinada e estreita, que emergisse não apenas o maior bem-estar concebível do indivíduo, mas também o bem comum em toda a sua perfeição.

O liberalismo, que rejeitava deliberadamente qualquer regulamentação estatal da engrenagem econômica nacional, não podia, por essa razão, sentir qualquer necessidade real de um conhecimento exato dos processos econômicos nacionais. Em contraste com outros campos científicos, ele negligenciou, portanto, a investigação da economia nacional de forma grosseira, de modo que hoje falta completamente uma pesquisa e uma doutrina econômica precisas. O

que o liberalismo produziu nessas áreas refere-se ou à economia privada ou à economia mundial. O que ele chamava pomposamente de "Economia Nacional" (*Nationalökonomie*) revela-se, sob um olhar mais atento, como uma doutrina da economia privada e, especificamente, como uma doutrina do comércio privado.

O liberalismo já era incapaz de apreender o conceito de economia nacional como um organismo econômico fundamental e autônomo pelo simples fato de que via no próprio povo apenas um acúmulo acidental de indivíduos, e de modo algum o organismo humano fundamental que sustenta todo o desenvolvimento humano.

O liberalismo, que pretendia assegurar o bem comum através da realização crassa do interesse próprio individual, está hoje refutado de forma aniquiladora, tanto na teoria quanto na prática. A liquidação do capitalismo liberal como uma ordem de vida racional atua, por isso, de forma tão contundente e convincente porque não é causada por outro sistema de cosmovisão ou por uma ideia oposta, mas pela própria experiência. Inevitavelmente, a partir da história de um período de teste de séculos, impõe-se a cada um a convicção de que a anarquia econômica liberal é a causa das inúmeras crises econômicas e a causa da miséria dos homens produtivos de hoje.

II. O chamado por ordem e direito

O herdeiro do liberalismo é o socialismo. O socialismo rejeita o "livre jogo das forças", a concorrência ilimitada e, consequentemente, a anarquia econômica. Em seu lugar, ele levanta o clamor por ordem e regulamentação também na vida econômica. Também aqui, ele pretende destronar o poder e o arbítrio, fazendo prevalecer o direito. A configuração consciente da economia de acordo com as necessidades humanas e sob a égide do direito social: esta é a sua solução.

O comunismo marxista[2] e o nacional-socialismo são as duas correntes que reivindicam para si o nome e os ideais do socialismo. No entanto, ambos se confrontam de forma irreconciliável e hostil quanto à sua origem, objetivo e caminho.

O marxismo emana da vontade judaica de domínio mundial. Como a prole de uma mentalidade parasitária e doentiamente ávida por poder, ele pretende destruir e decompor os povos produtores, para que estes caiam tanto mais facilmente como vítimas do judaísmo internacional. Por meio da concretização de uma ordem antinatural, ele busca dar continuidade à obra que a anarquia econômica capitalista do liberalismo iniciou de forma tão eficaz. Assim como o liberalismo, o comunismo marxista parte sempre do *socius*, do companheiro individual, permanecendo, desta forma, estagnado no individualismo.

[2] N.T: Para ler criticas nacional-socialistas ao marxismo, c.f Alfred Rosenberg. *Börse und Marxismus oder Der Herr und der Knecht* (1924); Heinrich Härtle. *Die ideologischen Grundlagen des Bolschewismus. Marxismus, Leninismus, Stalinismus* (1944); Ottokar Lorenz. *Der Marxismus* (1931); Ottakar Lorenz. *Karl Marx und der Kapitalismus. Gine Untersuchung über die Grundbegriffe der marxistischen Klassenkampflehre* (1937); Hermann Greife. *Sowjetforschung. Versuch einer nationalsozialistischen Grundlegung der Erforschung des Marxismus und der Sowjetunion* (1936); Hermann Greife. *Bolschewismus und Staat: Grundzüge der Bolschewistischen Staatslehre* (1942); Hermann Greife. *Die Klassenkampfpolitik der Sowjetregierung* (1937); Ernst Hartwig. *Bolschewistische Sozialpolitik zwischen Kollektivismus und Individualismus 1933-1935* (1937); Ernst Hermann Bockhoff. *Völker-Recht gegen Bolichewismus* (1937) e Friedrich Didier. *Ich sah den Bolschewismus. Dokumente der Wahrheit gegen die bolschewistische Lüge* (1942) Uma crítica após a guerra é encontrada em René Binet. *Socialisme National contre Marxisme,* Institut Supérieur des Sciences (1978)

O marxismo apresenta a humanidade como uma comunidade de vida e de economia ideal, a qual, contudo, não possui de forma alguma o caráter de um organismo autônomo. Com isso, o marxismo trilha conscientemente o caminho do pernicioso internacionalismo, para o qual a unidade orgânica da economia nacional é o obstáculo mais odiado. A edificação de uma ordem verdadeira torna-se assim deliberadamente impossível, visto que o seu único intuito é o desmantelamento e a destruição.

Ele não se contenta em introduzir normas e ordem na medida exigida pela garantia do bem comum e da justiça social, mas pretende anular completamente o "livre jogo das forças" e, com ele, o empenho pessoal — o motor universalmente operante do trabalho. Todavia, por este caminho, ele não assegura a produtividade aumentada do trabalho que promete, mas, ao contrário, provoca a escassez do que é mais necessário.

Também a questão do direito social o marxismo busca resolver a partir do indivíduo. Ele exige, portanto, a igualdade econômica, especificamente a igualdade no usufruto, extraindo assim a última consequência de um "socialismo" cujo senso jurídico é determinado pela inveja dos indivíduos.

Satisfazer plenamente tal exigência só é possível quando toda a propriedade dos meios de produção (capital) for eliminada, quando a produção de bens for operada pela coletividade e quando cada indivíduo for livre no consumo de bens econômicos conforme as suas necessidades pessoais, sem que lhe seja exigida a comprovação de uma prestação de trabalho.

Assim, o marxismo é, no fundo, a inversão radical do liberalismo; é o capitalismo com sinais trocados, igualmente antinatural e injusto, sendo, portanto, tão pernicioso para os povos produtores quanto este último.

O nacional-socialismo é, em sua essência, tão alheio ao marxismo quanto ao liberalismo. Embora exija, como o marxismo, a instauração de um ordenamento jurídico na vida econômica, o fundamento do qual brota essa exigência não é a busca imperialista pelo domínio e o repugnante impulso de exploração da raça parasitária judaica degenerada, que inventou o marxismo, mas sim a vontade de vida e de crescimento saudável e natural de um povo produtor, cuja existência se fundamenta no próprio trabalho.

Por isso, o nacional-socialismo, em sua postura fundamental, não é desagregador e destrutivo, mas sim construtivo e organizador. Como tudo o mais, ele também torna a economia servil à vontade de vida völkisch. A economia, para ele, não é um fim em si mesma, mas um meio para a preservação e o incremento da força do povo (*Volkskraft*).

Para ele, é axiomático ver na comunidade do povo (*Volksgemeinschaft*) o organismo fundamental e, na economia nacional, o organismo econômico fundamental. Ele compreende que cada economia privada deve integrar-se à sua economia nacional, enquanto as relações econômicas mundiais devem ser a elas anexadas.

O nacional-socialismo é o primeiro sistema de visão de mundo (*Weltanschauung*) que concebe a economia nacional, de acordo com sua importância fundamental e autônoma, como o objeto exclusivo de sua política econômica e social prática; que vê e trata a economia privada e a economia mundial como membros internos e externos do organismo econômico nacional independente, e para o qual nada mais importa senão a ordenação conveniente e justa desta economia nacional.

Contudo, uma intervenção e regulação bem-sucedidas pressupõem o conhecimento exato do objeto em questão. Por conseguinte, surge para o nacional-socialismo, pela primeira vez, a tarefa de investigar cientificamente e

com precisão o processo de obtenção de valor na economia nacional e a criação de riqueza, bem como determinar as leis segundo as quais tal processo se realiza. Ele deve conduzir uma investigação econômica e construir uma doutrina econômica que forneça os subsídios precisos, com base nos quais seja possível influenciar e dirigir, de forma consciente e conveniente, o processo de obtenção de valor da economia nacional com sucesso garantido.

Ao reconhecer essa tarefa e buscar enfrentá-la, o nacional-socialismo naturalmente recorrerá à ciência da economia política (*Nationalökonomie*) e suas disciplinas afins em busca de auxílio. Ao fazê-lo, no entanto, deverá necessariamente constatar que aqui bate à porta quase em vão.

Os representantes desta ciência, na medida em que se encontram no campo capitalista-liberal ou no campo marxista, sequer reconheceram a tarefa presente, quanto mais a resolveram.

Em outros, como em Adam Müller e Othmar Spann, existe, no máximo, uma filosofia econômica orgânica, cujo "calcanhar de Aquiles" universalista, além disso, não pode ser ignorado. Todavia, uma doutrina econômica nacional orgânica, que permitisse uma aplicação exata na configuração prática da economia nacional, carece por completo. Aqui, encontramo-nos absolutamente no início e somos compelidos a criar, nós mesmos, os fundamentos.

III. Da verdadeira riqueza

Há um mistério em torno da riqueza. Quem não acredita conhecer sua essência? Quem não sorri com compaixão quando se tenta lhe esclarecer o que é a verdadeira riqueza? E, no entanto, talvez em nenhuma outra questão as pessoas tenham se enganado de forma tão geral, grave e fatídica quanto nesta. Justamente os últimos anos forneceram exemplos colossais de que aqueles que mais se iludiram sobre a essência da riqueza foram os que acreditavam conhecê-la melhor.

No ano de 1923, quando a desvalorização deliberadamente orquestrada conduzia o nosso bom e velho *Reichsmark* ao seu túmulo de trilhões, chegou às minhas mãos o manuscrito de um homem que provinha de uma antiga família abastada e que fora um alto funcionário do Estado até 1918. Para a gestão de sua riqueza, este homem dispunha, além de seus próprios conhecimentos, das experiências transmitidas por várias gerações. Ele redigira suas memórias no verso de extratos bancários, os quais permitiam uma visão involuntária, porém instrutiva, das condições patrimoniais dessa família. Lá figuravam os ativos da casa no período de paz: 25.000 M[3] em títulos do Reich, 30.000 M em consolidados prussianos, 50.000 M em bônus de guerra... e assim por diante, centenas de milhares, todos, ah, tão "seguros" aplicados.

Por que este homem escreveu seu texto nos extratos bancários? Evidentemente porque ele, que sem culpa própria perdera toda a sua riqueza em poucos anos, tornara-se agora tão pobre que não podia mais se dar ao "luxo" de comprar papel. Milhões de compatriotas (*Volksgenossen*) sofreram a mesma decepção. Todos haviam aplicado seus patrimônios em depósitos bancários, obrigações e bônus estaduais, acreditando terem assegurado permanentemente sua riqueza. A inflação provou-lhes, contudo, que nem esses títulos, nem sequer

[3] N.T: Marcos alemães

as hipotecas, representavam uma riqueza real. Eles ignoraram que, com tais papéis, não recebiam a riqueza propriamente dita, mas apenas um direito legal à riqueza (*Rechtsanspruch auf Reichtum*).

Para fazer valer pretensões legais, é necessário poder. Nenhum desses detentores de títulos possuía por si só o poder necessário para converter sua pretensão legítima em riqueza real; dependiam do poder do Estado que conferia eficácia aos seus títulos. Que o Estado pudesse um dia negar a proteção de seus direitos, esses bons alemães nunca puderam imaginar. Foi necessária a inflação para lhes mostrar que um título de dívida ou uma nota de mil marcos não são, por si sós, a verdadeira riqueza.

O tempo da desvalorização mostrou que existem coisas que constituem uma riqueza mais confiável: os chamados valores reais (*Sachwerte*). Alimentos, matérias-primas, vestuário, madeira, carvão, terras, máquinas e ferramentas permaneceram estáveis em valor. Mas, mesmo nos valores reais, nem tudo o que reluz era ouro. Muitos que encheram suas despensas e armazéns notaram que essas riquezas também não eram eternas: a salsicha mofava, a manteiga tornava-se rançosa, as batatas apodreciam e as máquinas envelheciam.

Surge aqui um paradoxo curioso: um objeto muitas vezes só representa valor quando é consumido e, portanto, destruído em sua forma de "coisa". O pão só tem valor quando é comido. Mas por que o comemos? Porque contém valor nutritivo. O amido, seu componente principal, é digerido e o carbono nele contido une-se ao oxigênio nas células para formar dióxido de carbono. Esse processo assemelha-se inteiramente à combustão do carvão em um forno; ele gera calor, e este calor é energia. De um grama de carbono originam-se 8.333 calorias[4].

[4] N.A: Uma caloria pequena ou grama-caloria é a quantidade de calor necessária para elevar a temperatura de um centímetro cúbico de água em um grau. A partir de um grama de carbono, gera-se, portanto, tanto calor quanto o necessário para tornar 8333 g ou 8 1/3 litros de água um grau mais quente.

Em que consiste, portanto, o valor do pão? Em nada mais senão na energia que dele extraímos. O pão vale tanto quanto a força que nos fornece. Estamos habituados a falar em metabolismo (*Stoffwechsel* - troca de matéria), o que nos seduz a atribuir valor à matéria em si. Na verdade, porém, o processo vital é uma troca de forças (*Kraftwechsel*). A matéria é apenas o veículo. O que o corpo precisa são quantidades específicas de energias que se encontram em diferentes alimentos e que são convertidas em calor, força muscular e nervosa.

Podemos, portanto, estender essa tese a todos os bens: todos valem tanto quanto a força que nos fornecem. Isso se aplica até às estruturas corporais, pois a ciência moderna concebe o átomo não como matéria sólida, mas como um campo de forças (*Kraftfeld*). Assim, em sua essência mais íntima, toda riqueza real é, em última análise, energia.

Como o processo vital do nosso corpo, o processo vital da comunidade do povo também é um metabolismo de energia. Consequentemente, a economia nacional, que faz parte da vida do povo, também é um processo de metabolismo energético. Como tal, ela naturalmente tem suas fontes de energia. Entre elas, além dos seres humanos, contam-se animais de tração, o sol, o vento, a água e o carvão. Eles alimentam o metabolismo econômico da mesma forma que os alimentos sustentam o nosso metabolismo corporal físico. Todas essas coisas, portanto, valem exatamente tanto para a vida econômica quanto a energia que fornecem a ela[5].

Pode-se agora estender o conceito de valor a todos os bens? Todas as coisas valem tanto quanto a energia que fornecem?

Investiguemos como se dá com o vestuário. Ela não nos fornece energia e, no entanto, é valiosa. Mas, embora não forneça energia diretamente, existe uma

[5] N.A: Por 'valor', não se deve entender aqui, naturalmente, o preço. Sobre isso, [falaremos] mais tarde.

relação com o metabolismo energético. As roupas reduzem a radiação térmica e a perda de calor do nosso corpo, economizando, assim, energia. O fornecimento de energia e a economia de energia têm, no resultado final para o nosso metabolismo, o mesmo significado. Se, através do vestuário do meu corpo, eu reduzi a perda de calor pela metade, o corpo tem à disposição, com a mesma combustão [calórica], o dobro da quantidade de calor necessária. A combustão pode agora ser reduzida à metade, e os alimentos economizados ficam à disposição do corpo para outros fins, para os quais anteriormente não havia forças disponíveis. O sucesso para o metabolismo do nosso corpo é, portanto, um enriquecimento de energia, exatamente como se mais energia tivesse sido fornecida.

No entanto, apenas uma parte do valor das roupas reside na economia de energia. Além disso, elas possuem um valor estético, que se expressa no fato de aumentarem a autoconfiança e a alegria de quem as usa, elevando assim a força de vontade. Estas são, decerto, forças de natureza espiritual, valores imensuráveis, imponderáveis, mas ainda assim são forças e até muito importantes. Portanto, a roupa é tanto fornecedora quanto poupadora de energia. Ela vale tanto quanto a energia que fornece ou economiza.

Existe agora toda uma classe de bens cujo valor para a economia reside na sua economia de energia. A isso pertencem todas as ferramentas e máquinas-ferramenta. Uma máquina que fica parada em estoque por anos pode perder completamente seu valor como máquina e degradar-se a ferro-velho, embora esteja perfeitamente preservada. Esse é o caso quando, nesse ínterim, foi construída uma máquina que atinge o mesmo efeito com menor gasto de energia, ou seja, economiza mais. Com isso, o sistema antigo deixa de ser admitido para a economia de energia e torna-se, assim, sem valor. Nesse fenômeno, reconhece-se com clareza suficiente que o valor de uma máquina consiste na economia de energia que ela efetivamente produz.

Os praticantes da economia sabem muito bem que, através da economia de energia, obtém-se um enriquecimento da economia tão bom quanto através do fornecimento de nova energia. Para a economia alemã, as fontes de energia estão hoje severamente cortadas, e qualquer ampliação delas tornou-se impossível pelo Ditado de Versalhes. Por isso, ressoa com ainda mais força entre nós o chamado pela racionalização, ou seja, pela economia de energia. Através de métodos que poupam energia, busca-se compensar a falta de fontes de energia. De fato, a energia que é poupada em um trabalho pode ser utilizada em outro para o qual antes não havia energia disponível.

Pode-se, portanto, dizer: Cada objeto vale economicamente tanto quanto a energia que fornece ou poupa.

Por isso, toda riqueza autêntica é, em sua essência mais profunda, energia; e apenas as coisas que fornecem ou poupam energia podem formar a verdadeira riqueza. Tudo o que não fornece nem poupa energia é, no máximo, um substituto (*surrogat*) lamentável, um estepe de riqueza que, como recentemente demonstraram as obrigações de dívida e as notas de papel-moeda, pode revelar seu caráter não confiável a qualquer momento.

Em uma palavra: Toda riqueza é, em sua essência, energia. Isso não quer dizer que toda energia seja automaticamente riqueza. Embora toda energia tenha valor, é preciso distinguir bem entre valor e riqueza.

A palavra 'riqueza' (*Reichtum*) deriva de 'alcançar' (*reichen*) e está relacionada a 'domínio' (*Bereich*) e 'império' (*Reich*). Eu 'alcanço' até onde determino, disponho ou reino. O distrito no qual posso determinar é o meu 'domínio'. O 'Reich', como conceito político, é o círculo de poder do povo alemão. Minha riqueza pessoal só pode consistir, portanto, nas energias (valores) sobre as quais eu efetivamente disponho ou reino; e a riqueza nacional de um povo consiste nas energias sobre as quais o povo dispõe.

Como o sufixo '-tum' sempre significa uma síntese (como em *Volkstum* ou *Fürstentum*), ***a riqueza é a totalidade de todas as energias ou valores sobre os quais efetivamente dispomos***. De modo algum, *porém, a riqueza é formada pela totalidade de todas as energias existentes.* Estas podem ser valores, mas nem por isso são riqueza. Só temos o direito de atribuir algo à nossa riqueza quando temos efetivamente poder sobre isso para utilizá-lo. O poder de disposição ou mando é um componente indispensável da riqueza. A frase do filósofo inglês Hobbes — *Riqueza é Poder* — é, portanto, literalmente verdadeira e não se aplica apenas no sentido superficial de Adam Smith, que considera a riqueza como poder apenas porque se pode comprar tudo com ela.

Esse poder é conferido à riqueza apenas no sistema capitalista, onde tudo é comprável. Já o poder como componente indispensável da riqueza é sempre necessário, independentemente do sistema governante.

A totalidade dos valores que constituem a riqueza dos homens divide-se em três grupos:

1. *Energias Pessoais ou Próprias*: Sobre as quais um indivíduo ou uma comunidade dispõe. Costumamos dividi-las em energias físicas e espirituais.
2. *Energias da Natureza*: Que o homem torna suas. A estas pertencem as energias das plantas e animais, a gravidade da Terra, a força motriz da água e do ar, a energia química das rochas e do carvão, a força de coesão dos metais, a energia luminosa e térmica do sol, entre muitas outras.
3. *Energias Alheias*: Forças de seres humanos estrangeiros forçados à servidão.

Está claro, desde logo, que a segurança da posse desses grupos de energias é muito diferente. Como a riqueza não é formada por todas as energias existentes, mas apenas por aquelas que estão efetivamente sob nosso comando, os grupos distinguidos têm significados muito diferentes para a riqueza do

indivíduo e das comunidades. O componente mais confiável é formado pelas próprias energias físicas e espirituais. Elas são a posse mais necessária e, ao mesmo tempo, a mais segura; necessária porque sem elas é impossível obter outras energias; segura porque só falham em caso de doença ou subjugação. Estamos seguros delas enquanto formos saudáveis e tivermos o poder de defender nossa liberdade pessoal e a liberdade do nosso povo.

Tão necessária quanto a disposição das próprias energias é para o homem a posse de energias naturais, pois sem a ajuda da natureza ele é incapaz de existir. Essa posse, porém, é muito mais insegura, pois a separação dela pode ser efetuada com muito mais facilidade. A perda de tais energias pode ocorrer, por exemplo, por venda e endividamento, por desastres naturais ou por violência de guerra. Sua posse é, portanto, segura apenas na medida em que possuímos poder para nos protegermos contra todas essas possibilidades de perda.

A mais ameaçada de todas é, sem dúvida, aquela riqueza que consiste na disposição sobre energias humanas alheias, tornadas servas através da opressão e escravização. É o esforço natural de cada espécie humana viver e agir por si mesma e para suas próprias tarefas. A consciência desse desejo vive no peito de cada homem. Aquele que, desrespeitando isso, coloca energias de outros homens a serviço de seus objetivos, só pode desfrutar da riqueza assim obtida enquanto seu poder for suficiente para subjugar a vontade de liberdade do povo oprimido. Na tarefa de subjugar povos estrangeiros permanentemente, até agora mesmo os povos mais saudáveis e poderosos acabaram perecendo. Não é diferente com a opressão de uma parte do povo por outra. Até hoje, toda camada social que baseou sua existência na escravização de outra camada do povo acabou por se corromper. Esse tipo de riqueza, portanto, não é apenas sempre inseguro, mas também, por fim, fatal para o seu possuidor.

O melhor exemplo de um povo que baseia sua existência inteiramente na opressão de povos estrangeiros é o povo judeu. Em vez de utilizar as forças que lhe são próprias para conquistar nova riqueza energética da natureza, ele concentrou todo o seu pensamento e empenho em arrebatar para si aqueles valores que outros povos extraíram da natureza. A riqueza do povo judeu é, por isso, a mais insegura que se pode imaginar. Ele não possui forças próprias para conquistar novos valores da despensa inesgotável da própria natureza, nem dispõe de forças pessoais para defender a riqueza que acumulou.

O único meio de poder de que se serve magistralmente são os erros e preconceitos que infiltrou nas cabeças dos membros dos povos civilizados (*Kulturvölker*). Estes cegam hoje a visão clara das nações criadoras, de modo que elas não conseguem mais reconhecer seus próprios interesses e, sem o querer e saber, servem ao judaísmo em uma escravidão vergonhosa. Para a libertação, basta apenas arrancar as ideias judaicas das cabeças das nações criadoras, pois com isso o poder e a riqueza do judaísmo desmoronam de imediato.

Nas famosas figuras da economia nacional, buscar-se-á em vão um conhecimento claro do que é a riqueza em sua essência. Assim diz Adam Smith em seu livro sobre a 'Riqueza das Nações': 'O homem é rico ou pobre na medida em que é capaz de prover-se das necessidades, das conveniências e dos prazeres da vida humana'. Smith contenta-se, portanto, em indicar os *efeitos* da riqueza em vez de caracterizar a *essência* da própria riqueza. Sobre este ponto de vista de Smith, a economia nacional científica até hoje não avançou essencialmente. A economia nacional quer ser: a doutrina da origem, da distribuição e do consumo dos valores. Já nesta definição falta a parte mais importante, a saber: a doutrina sobre a essência dos valores. Como a economia nacional até agora nem sequer levantou essa questão, falta-lhe necessariamente o conhecimento da essência de seu próprio objeto e, com isso, o alicerce confiável. Por isso, não é

de admirar que esta ciência ainda não tenha alcançado a exatidão das ciências naturais e tenha conseguido cumprir apenas de forma muito imperfeita sua tarefa de ser a guia da vida econômica para o bem comum.

Na frase: *O valor de uma coisa é a quantidade de energia que ela é capaz de fornecer ou poupar* — o valor econômico é reduzido a um conceito das ciências naturais e tornou-se, desde que não se trate de valores espirituais, também contável e mensurável.

A ciência natural introduziu uma medida especial para cada forma de energia com a qual lida. Ela mede a gravidade em metros-quilogramas, o calor em calorias, a eletricidade em Watts. Como os valores são energias, eles também podem ser expressos nessas medidas de energia. Da energia, a ciência natural deriva o conceito de trabalho, pois ela diz: o efeito da energia é o trabalho. Para medir o trabalho, deve-se levar em conta quão grande foi a energia atuante e por quanto tempo ela trabalhou. O trabalho é energia vezes tempo. As medidas para o trabalho chamam-se, portanto, metros-quilogramas-segundos (mkg/sec), Watts-segundo, etc.

Exatamente como o trabalho nas ciências naturais é calculado a partir da energia multiplicada pelo tempo, o trabalho econômico é igual a: Valor vezes Tempo. Mas como o valor é sempre energia, o trabalho econômico também pode ser medido com as mesmas medidas que o trabalho das ciências naturais.

Se o valor é energia, ele também segue as leis da energia, especialmente a lei fundamental da conservação da energia. Ela diz: todas as formas de energia podem ser transformadas umas nas outras. Nisso, a quantidade de energia permanece inalterada. — Em uma transformação de uma forma de energia em outra, portanto, a energia não pode ser perdida nem ganha. O mesmo ocorre com os valores. Eles também podem ser transformados de diversas maneiras sem que seu montante total aumente ou diminua.

IV. Os Tipos de Valores

Dificilmente haverá outra ciência que tenha zelado tão pouco pela rigorosa separação de seus conceitos fundamentais quanto a economia nacional (*Nationalökonomie*). Isto se aplica, em particular, ao conceito de valor.

À palavra "valor" não apenas é atribuído um conteúdo inteiramente distinto por diferentes economistas, como também, em uma mesma obra, ela é frequentemente utilizada com significados diversos: ora deve designar o valor de troca, ora o valor de uso. Portanto, deve-se esclarecer, antes de tudo, o que se deve entender aqui por "valor" e quais tipos de "valor" devem ser distinguidos.

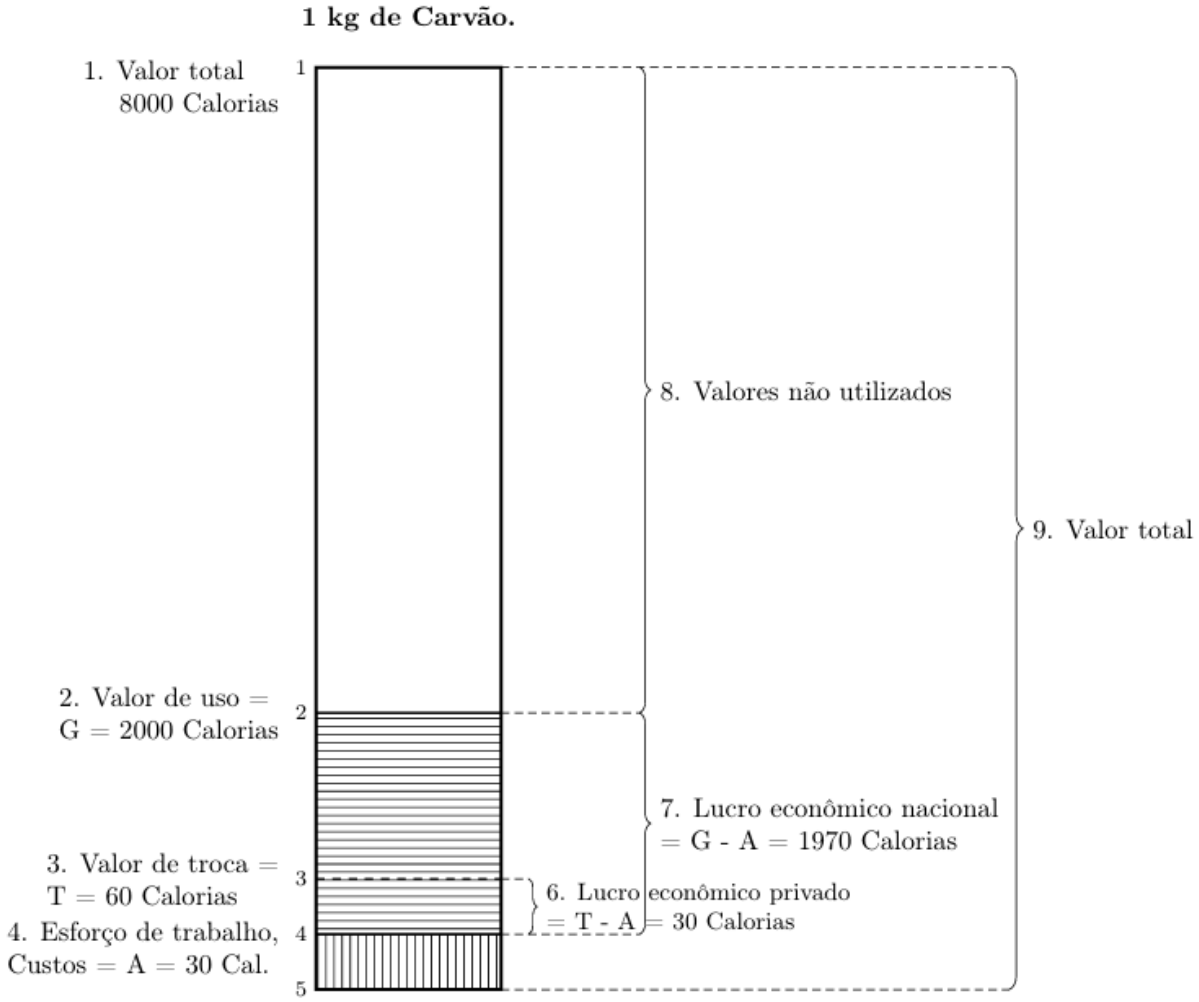


Fig. 1. Os tipos de valor.

Que isto se faça por meio do exemplo do carvão. Conforme a seção anterior, o "valor" do carvão consiste na quantidade de energia que ele fornece. Um quilograma de carvão antracito fornece, em combustão completa, 8.000 calorias de energia térmica. 8.000 calorias de energia constituem, portanto, o valor pleno (*Vollwert*) [Fig. 1, 5–1] de um quilograma de carvão antracito. Onde e de que maneira o carvão venha a ser queimado, a quantidade de calor resultante permanece sempre a mesma. Ela depende apenas das leis da natureza; o valor pleno do carvão é um fato científico-natural. Com as máquinas e processos atuais, porém, é totalmente impossível tornar realmente utilizável a quantidade de calor resultante de 8.000 calorias, ou seja, o valor pleno. Se, por exemplo, o quilograma de carvão antracito for queimado em uma máquina a vapor, apenas 15% do calor total (= 1.200 calorias) serão convertidos em força motriz.

O enorme restante de 85% (= 6.800 calorias) perde-se para o aproveitamento econômico. Ele é, em sua maior parte, liberado no ar com os gases de combustão e o vapor de exaustão, ou perde-se na superação do atrito. Na gaseificação do carvão, obtêm-se 50%; na combustão em um fogão doméstico, 20% de seu conteúdo térmico. Pode-se, portanto, dizer que, no caso do carvão, em média cerca de 25% de seu valor pleno tornam-se utilizáveis para a economia. Esses 25% constituem o valor de utilidade ou valor de uso[6] (= G) do carvão [Fig. 1, 5–2], pois somente eles aumentam nossa riqueza econômica total em termos de forças, enquanto os 75% restantes sequer entram em questão para tal fim.

Riqueza é a totalidade das forças de que dispomos. Se obtivermos agora 1 kg de carvão antracito, nossa riqueza não será aumentada em seu valor pleno (= 8.000 calorias), mas apenas em seu valor de uso (= 2.000 calorias). O valor de

[6] N.T: *Gebrauchswert*

uso é, portanto, o único que importa para o aumento da riqueza; ele é o verdadeiro valor econômico. Nem sempre o valor de uso do carvão foi de 25% de seu valor pleno. Somente através do progresso técnico dos últimos séculos foi possível elevá-lo a este patamar. As primeiras pequenas máquinas a vapor construídas conseguiam converter apenas 2% do conteúdo energético total do carvão em valor de uso. É perfeitamente esperançoso, contudo, que novos progressos técnicos aumentem o aproveitamento do carvão para 30, 40, 50 por cento ou mais de seu valor pleno. O valor de uso é, portanto, essencialmente dependente da técnica; é uma questão técnica, e a técnica em si nada mais é do que a totalidade de todos os arranjos do homem para a obtenção de valor de uso.

Uma terceira espécie de valor, que deve ser rigorosamente distinguida tanto do valor de uso quanto do valor pleno, é o valor de troca[7] (= T) ou preço. Ele flutua em torno de cerca de 60 calorias. O valor de troca não depende nem das leis da natureza, nem das leis da técnica. Ele é determinado, antes, pelas leis do comércio ou da troca. Ora, as leis do comércio são distintas, dependendo do sistema econômico dominante. No sistema atual da economia de concorrência capitalista, o comércio é regido unicamente pela lei do poder. Para a altura dos preços, é decisivo, portanto, sobre quantos meios de poder o comprador e o vendedor dispõem.

O valor de troca e o preço são a mesma coisa na medida em que ambos dependem exclusivamente da relação entre os meios econômicos de poder que comprador e vendedor possuem um em relação ao outro. Muitos economistas acreditam que, além do preço de mercado, deveria existir ainda um preço natural ou justo. No entanto, um preço natural objetivo, fixo ao lado do preço de mercado, não existe, como veremos mais adiante. O preço ou valor de troca é uma grandeza variável. O vendedor pode elevá-lo em seu favor quando a

[7] N.T: *Tauschwert*

demanda aumenta ou quando o comprador se encontra em situação de necessidade.

O comprador pode reduzi-lo quando dispõe de maior poder ou quando o vendedor é pressionado por oferta abundante, capital excedente ou meios semelhantes.

O comércio e a troca são, portanto, uma continuação da luta econômica por meios de poder — uma disputa permanente, semelhante àquela que os Estados travam na guerra. Mesmo quando o valor de troca apresenta uma grandeza variável, ele está sujeito a certos limites. Essa limitação é determinada, em regra geral, pelo valor de uso. Para qualquer bem, existe, em condições normais, um limite superior que o valor de troca raramente ultrapassa. Esse limite é dado pelo valor de uso que o bem possui para o comprador. Se o vendedor exigir mais do que esse valor de uso, o comprador preferirá renunciar à aquisição.

No entanto, se o vendedor dispuser de forças economicamente escassas ou conseguir reduzir a quantidade de energia disponível no bem, o valor de uso deste pode aumentar. Tomemos o exemplo do carvão: 1 kg de antracito com valor de uso de 2.000 calorias tem um limite superior de preço ou valor de troca de 2.000 calorias. Em média, o preço será menor — e, em muitos casos, consideravelmente menor. Assim como o valor de uso forma o limite superior, os custos totais do trabalho humano necessário para obter o bem constituem o limite inferior do preço.

No caso do carvão, a esses custos pertencem o trabalho de extração, o transporte até a superfície, a construção de poços, a instalação de máquinas de extração, ventilação e elevadores, a fabricação de ferramentas e outros meios de trabalho, além da produção do chamado capital circulante (alimentos, vestuário etc.) necessário para manter a força de trabalho. Supondo que o total desses custos represente cerca de 30 calorias, ninguém pagará permanentemente por

uma coisa mais do que seu valor de uso, mas também ninguém pagará continuamente menos do que seu custo de produção.

Vimos, portanto, que o valor de uso (Fig. 1, 5–3), embora seja uma grandeza variável, move-se, em geral, entre dois limites bem definidos: o limite superior é dado pelo próprio valor de uso, e o limite inferior, pelos custos de produção. O valor de uso e os custos de trabalho desempenham no comércio o papel de linhas estratégicas. Entre elas trava-se a luta entre comprador e vendedor pelo preço, na qual cada um, conforme suas forças, procura aproximar o valor de troca o máximo possível da base do adversário (Fig. 2). Em casos especiais, essa base pode até ser ultrapassada.

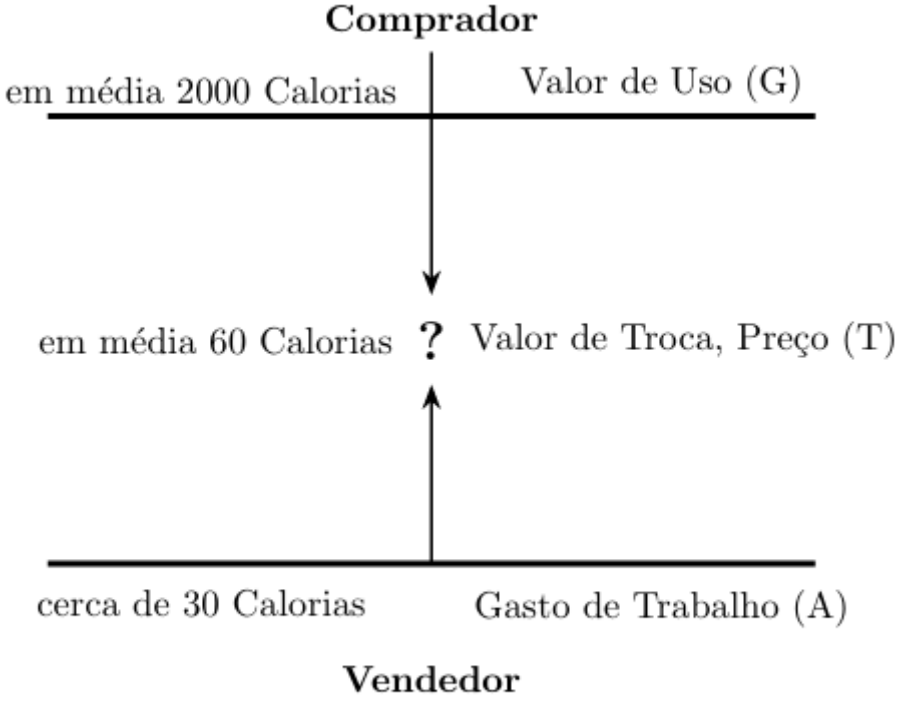


Fig. 2. A determinação do valor de troca.

No estado bruto, o valor de troca das mercadorias é, portanto, determinado por duas grandezas objetivas e universalmente válidas: o valor de uso e o custo do trabalho; no entanto, em cada caso específico, é determinado pelas relações

de poder pessoais e subjetivas entre comprador e vendedor. Se o vendedor estiver totalmente impotente, terá de vender constantemente ao preço dos seus próprios custos de trabalho. Nesta situação encontram-se todos os despossuídos, que só têm a sua força de trabalho para vender. Pressionados pela fome, são obrigados a trabalhar constantemente por um salário que apenas basta para a reprodução da sua própria força de trabalho. Se a demanda por força de trabalho for particularmente baixa, como acontece atualmente na Alemanha, então, na sua totalidade, nem sequer conseguem atingir esse nível, porque o interesse privado egoísta dos empresários não exige, neste momento, a manutenção de um número tão grande de trabalhadores.

Por outro lado, se numa economia existir uma demanda grande e duradoura de mão-de-obra, como foi durante muito tempo o caso na América, o salário pode, mesmo por um período muito longo, ultrapassar o nível necessário para a reprodução da mesma força de trabalho. Em suma, é preciso dizer que, desde a Guerra dos Trinta Anos, a classe trabalhadora, considerada no seu conjunto, não recebeu na Alemanha, em média, mais salário do que o indispensável para a sua subsistência. Por outro lado, o mesmo se verifica quando o comprador é obrigado a comprar em qualquer circunstância. Nesse caso, ele também se encontra economicamente impotente e pode ser obrigado a pagar o valor de uso total. Na economia capitalista de concorrência, este caso ocorre, contudo, com muito menos frequência do que o contrário.

O carvão, cujo exemplo foi utilizado aqui para distinguir os tipos de valor, é valioso porque fornece energia. Os mesmos tipos de valor podem, porém, ser distinguidos também nos bens cujo valor se baseia no fato de pouparem energia. Assim, por exemplo, a máquina a vapor é valiosa porque poupa a força humana. Trabalhando dia e noite e aproveitando ao máximo a sua capacidade, uma máquina deste tipo pode poupar uma quantidade máxima bem definida de força de trabalho humana. Esse é o seu valor total. O valor total dos poupadores de

energia difere, porém, num ponto do valor total dos fornecedores de energia. Não depende apenas de leis naturais e, por isso, não está fixado de uma vez por todas.

Cada melhoria técnica da máquina aumenta a sua capacidade de desempenho e, consequentemente, o seu valor total. O valor total dos poupadores de força é, portanto, já uma questão técnica. A poupança de mão-de-obra humana proporcionada por uma máquina a vapor raramente atingirá o valor total. Na maioria das vezes, corresponderá apenas a uma fração deste, porque é tecnicamente impossível, na empresa em questão, utilizar a máquina em pleno. A economia efetivamente alcançada em cada caso específico é o valor de uso da máquina. O seu valor de troca oscila, tal como no caso do carvão, entre esse valor de uso e os custos de mão de obra que a sua produção implicou.

Do ponto de vista capitalista, o ser humano ocupa uma posição peculiar na economia. É simultaneamente um fornecedor e um poupador de energia. São exemplos de fornecedores de energia o servo que aciona uma máquina de cortar beterrabas, a lavadeira que opera uma máquina de lavar roupa, o operário que aciona um guincho. O valor total de um ser humano que apenas fornece força de trabalho é igual à quantidade de energia que ele é capaz de fornecer no máximo. Este valor total depende da sua constituição natural, sendo, portanto, uma questão de lei natural. O seu valor de uso é igual à quantidade de energia que ele efetivamente aplica no trabalho.

A fração do valor total que ela representa depende, acima de tudo, da sua vontade, sendo, portanto, uma questão moral. A criação de uma força de trabalho humana requer um gasto muito específico em alimentos, vestuário, habitação, aquecimento, etc. Em todas estas coisas está, por sua vez, uma determinada quantidade de trabalho. Esta quantidade de trabalho é igual aos

custos de trabalho da força de trabalho humana. O valor de troca, preço ou salário do trabalhador situa-se, naturalmente, tal como acontece com qualquer outro bem de valor económico, entre estes custos de trabalho e o valor de uso.

Mas, como o trabalhador é pressionado pela fome, já só por esta razão o seu poder na luta pela altura do salário é reduzido. É igual a zero quando a oferta de força de trabalho excede a demanda. Os trabalhadores não conseguem, então, aumentar o salário para além dos custos de produção da sua própria força de trabalho; pelo contrário, têm de se contentar com menos. Nem os sindicatos nem as greves conseguem alterar esta situação, uma vez que não conseguem afastar a fome. Por outro lado, se a demanda de força de trabalho exceder a oferta, o trabalhador ganha poder econômico e consegue aumentar o seu salário. Em geral, tais períodos tendem a alternar-se, de modo que os trabalhadores, que são apenas ou predominantemente fornecedores de força, não recebem, em média, durante períodos prolongados, mais salário do que o necessário para reproduzir a mesma quantidade de força de trabalho.

As relações de valor são essencialmente diferentes quando o ser humano atua na economia como poupador de força. O seu valor de uso é então igual à quantidade de energia que poupa. Esta quantidade de energia pode ser muitas vezes superior à que ele é capaz de fornecer. Como poupador de energia, o ser humano pode, consequentemente, aumentar infinitamente o seu valor de uso econômico. Suponhamos que um inventor conseguisse aumentar o valor de uso do carvão de 25% para 50%; assim, teria poupado tanta energia quanto a que é atualmente obtida a partir de toda a produção mundial de carvão. O valor de uso desse homem seria então exatamente igual ao valor total do carvão extraído hoje no mundo (1,250 bilhões de toneladas).

Na economia, é inegável a tendência de utilizar o ser humano cada vez menos como fornecedor de energia e cada vez mais como poupador de energia.

Já hoje em dia não há muitos trabalhadores que possam ser considerados apenas como fornecedores de energia. Mesmo o trabalhador mais simples é, nomeadamente quando tem de operar máquinas, simultaneamente um poupador de energia. No caso do foguista de uma máquina a vapor, por exemplo, o que importa não é que ele aqueça, que aplique uma determinada quantidade de força física para transportar o carvão para a fornalha, mas sim, acima de tudo, como ele aquece. Através de um aquecimento inteligente, com o mesmo esforço físico, é possível poupar facilmente um quarto a um terço da quantidade de carvão que seria consumida se o foguista trabalhasse de forma indiferente. Os inventores e organizadores são quase exclusivamente poupadores de energia. O seu valor de uso econômico é, por isso, particularmente elevado.

Os custos de formação dos poupadores de energia são, devido a um período de aprendizagem geralmente mais longo, um pouco mais elevados do que os dos fornecedores de energia, mas não de forma significativa. O valor de troca ou salário dos poupadores de energia situa-se, em geral, exatamente como no caso dos fornecedores de energia, entre os custos de produção e o valor de uso. O nível que atinge depende inteiramente de como os poupadores de energia sabem utilizar o poder econômico que lhes advém da sua inesgotável força intelectual. Quem, como o chamado “inventor impraticável”, não compreende de todo esta aplicação do poder, pode, apesar do seu elevado valor de uso, ver a sua remuneração descer muito abaixo dos custos de produção da sua própria força de trabalho e, assim, cair na pobreza e na miséria. O sucesso das suas invenções economizadoras de energia será então arrebatado por melhores estrategas da luta econômica. Por outro lado, é praticamente impossível que um inventor possa apropriar-se de todo o sucesso da sua economia de energia. Onde isso levaria é demonstrado, embora de forma exagerada, pelo nosso exemplo do carvão. Se o inventor, que aumenta a utilização do carvão de 25 para 50%,

recebesse todo o rendimento do seu trabalho, tornar-se-ia, num ano, o homem mais rico do mundo.

Para além dos tipos de valor, a Fig. 1 permite identificar claramente outras duas grandezas importantes: o ganho de valor da economia nacional e o ganho de valor da economia privada, obtidos por cada 1 kg de carvão. O ganho de valor da economia privada resulta de: Valor de troca menos o custo do trabalho: é isso que é o T – A = 60 Kcal – 30 Kcal. = 30 Kcal. O ganho de valor econômico é calculado da seguinte forma: valor de uso menos o custo do trabalho, ou seja, G – A = 2000 Kcal. – 30 Kcal. = 1970 Kcal.

Fica aqui demonstrado com toda a clareza desejável que a vantagem económica privada e a vantagem económica nacional não coincidem de forma alguma, mas são grandezas fundamentalmente diferentes, das quais uma depende do valor de troca e a outra do valor de uso. Para facilitar a visão geral do que foi dito até agora, apresentamos aqui novamente um resumo em tabela: os valores são energias ou forças. Cada objeto vale tanto quanto a força que fornece ou poupa.

Wertarten (Tipos de Valor)	**Kraftlieferer** (Fornecedor de Energia)	**Kraftsparer** (Poupador de Energia)
Wert (Vollwert) (Valor Integral)	A quantidade de energia que o objeto contém.	A quantidade de energia que o objeto pode poupar no melhor dos casos.
Gebrauchswert (Valor de Uso)	A quantidade de energia que ele fornece de forma efetivamente utilizável na economia.	A quantidade de energia que ele efetivamente poupa no caso individual.
Tauschwert (Valor de Troca)	O valor de troca é uma grandeza variável, determinada pelas relações de poder econômico. Custos de trabalho e valor de uso formam apenas pontos de referência do valor de troca para baixo e para cima.	
Privatwirtschaftlicher Gewinn (Lucro da Economia Privada)	Diferença entre valor de troca e gasto de trabalho: $T - A$	
Volkswirtschaftlicher Gewinn (Lucro da Economia Nacional)	Diferença entre valor de uso e gasto de trabalho: $G - A$	

V. A origem dos valores

Após clarificarmos a essência da riqueza e as tipologias de valor, surge a importante questão da economia nacional: de onde provêm os valores? Onde residem as fontes da riqueza? Esta questão é premente, por um lado, porque a devida estimativa e o cuidado com as fontes de valor só podem ocorrer quando a sua importância é devidamente reconhecida e, por outro, porque a produção bem-sucedida e a distribuição socialmente justa dos valores só podem suceder quando se compreende como estes são obtidos. Para encontrar a resposta, mantenhamos o exemplo do carvão.

O carvão é, primordialmente, um objeto da natureza. Tal como se encontra na terra, foi criado unicamente pelas forças da natureza. Será que o carvão depositado no solo, ainda intocado pela mão humana, constitui já um valor? Sem dúvida! Pois valores são energias ou forças, e no carvão, através da ação da natureza, encontram-se armazenadas quantidades imensas da chamada energia química. Este conteúdo energético do carvão é o seu valor natural. Será este valor natural, por si só, já uma riqueza? De modo algum! Pois recordamos que apenas as forças que estão à disposição do ser humano, que se encontram na sua "esfera" e que, por conseguinte, representam valores de uso, constituem riqueza.

O carvão que repousa intocado e por descobrir sob a terra ainda não está disponível ao ser humano como força útil; não é ainda um valor de uso. Para o tornar como tal, é necessário escavar poços e galerias, extrair o carvão, selecioná-lo, transportá-lo, pô-lo em contacto com o oxigénio do ar, queimá-lo e, através de todas estas medidas, transformar a sua energia química natural em energia térmica. Só quando o carvão é queimado no forno e desenvolve calor é que a sua conversão em valor de uso — e, portanto, em riqueza — se completa. Os valores naturais necessitam, portanto, como se observa no exemplo do

carvão, de transformação para se tornarem valores de uso. Esta transformação é realizada pelo trabalho humano.

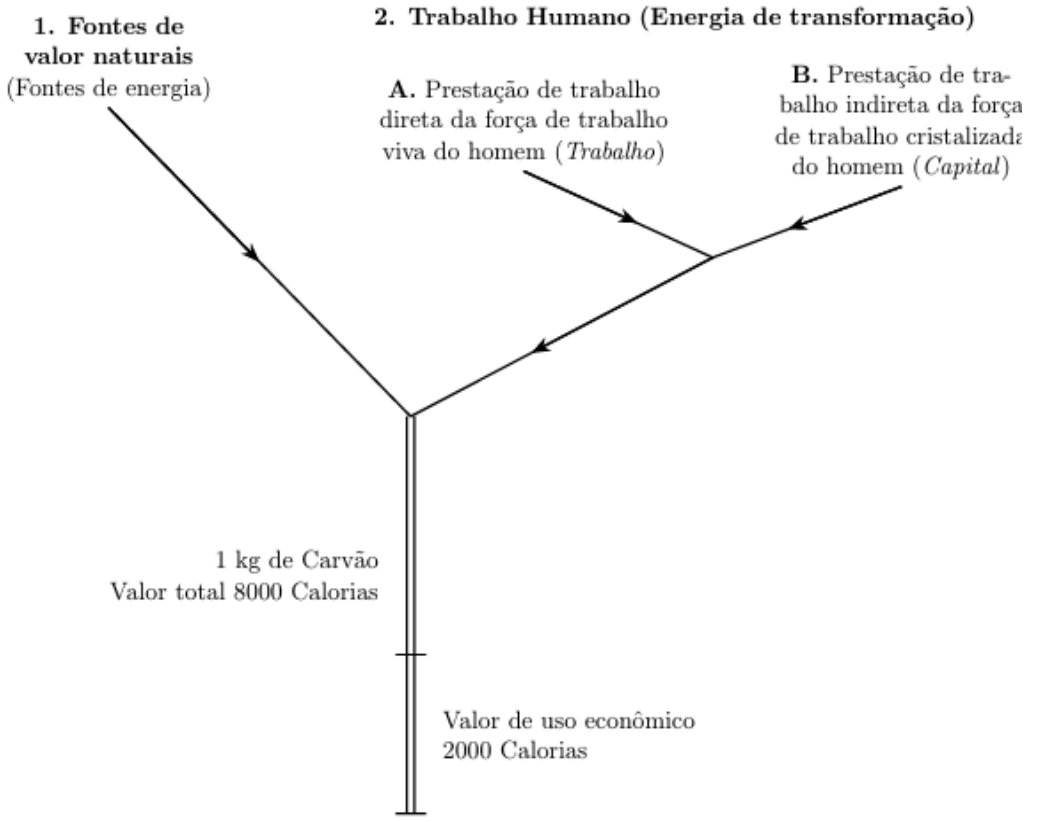


Fig. 3. Fontes de Valor.

O ser humano deve despender energia de trabalho para converter valores dados pela natureza em valores de uso ou riqueza. Na obtenção daquele valor de uso de 2000 calorias, representado por 1 kg de carvão antracito, participam tanto a natureza como o trabalho humano. Este valor de uso é, de certa forma, uma liga de valores naturais e valores de trabalho, e a nossa conclusão estatui: as fontes da riqueza são a natureza e o trabalho humano. A força de trabalho humana é aqui utilizada de duas formas: primeiramente, como força de trabalho fornecida diretamente pelo homem, como força de trabalho imediata; mas

também como força de trabalho já contida nos meios de trabalho, obtida e "cristalizada" — em suma, como força de trabalho mediata.

A aplicação desta última modalidade de força de trabalho humana é o traço distintivo que diferencia o trabalho cultural do homem da atividade natural dos animais; ela representa a forma superior de aplicação do trabalho. Ambas as formas de força de trabalho humana são necessárias para a obtenção de valor e são, portanto, fontes de valor.

Isto aplica-se não apenas ao carvão, mas de igual modo a qualquer outro bem econômico: aos cereais e à carne, às máquinas e ferramentas, ao vestuário e às habitações, aos bens fornecedores de energia e aos poupadores de energia. O ferro de uma máquina a vapor é uma substância natural. A natureza dotou-o de forças moleculares que lhe conferem solidez, flexibilidade, tenacidade, elasticidade e todas as suas outras propriedades valiosas. Contudo, a natureza oferece-o como minério, e não na forma em que o ser humano economicamente necessita. Tampouco se encontra no local onde ele o pode utilizar. Para transformá-lo num valor de uso, o minério deve ser extraído e depurado; o metal obtido deve ser fundido, purificado, temperado e moldado. Antes, porém, que isto pudesse ocorrer, foi necessário descobrir todos esses processos; foi necessário investigar todas as leis da natureza que regem a máquina a vapor; foi necessário organizar as empresas capazes de realizar tal criação. Somente assim, através do grandioso processo de colaboração entre a mente e a mão, entre o trabalho imediato e o mediato, entre o homem e a natureza, surge o valor de uso "máquina a vapor".

E assim é em toda parte. Todos os valores de uso — e, consequentemente, toda a riqueza — são obtidos através da cooperação entre a natureza e o homem. Em todo lugar se confirma a tese: a natureza e o trabalho humano são as duas fontes da riqueza.

Poder-se-ia objetar a esta afirmação: *o ser humano, com a sua força de trabalho, é também uma parte da natureza.* Logo, todos os valores provinham, em última instância, da natureza; proviriam, portanto, de uma só fonte e não de duas.

Do ponto de vista das ciências naturais, isto está correto; contudo, sob a ótica econômica, é fundamentalmente falso. A força humana e a força da natureza, embora não se diferenciam essencialmente no plano científico-natural, estão separadas economicamente por uma característica muito importante. A generosa "Mãe Natureza" não exige pagamento pelas suas prestações; ela oferece os seus valores gratuitamente ao ser humano. Por isso, os valores naturais aparecem na economia — pelo menos originalmente — como valores não pagos.

Diferente é o caso dos valores de trabalho. Estes devem ser pagos no nosso sistema econômico, no mínimo, de acordo com o seu valor de troca. Eles manifestam-se, portanto, sempre como valores pagos ou como custos. Recordemos agora que cada valor de uso econômico representa uma liga de valores naturais e valores de trabalho; e se acrescentarmos que os valores naturais são sempre doados, enquanto os valores de trabalho devem ser sempre pagos pelo seu valor de troca, reconhecemos já clara e distintamente que o excedente de valor ou lucro alcançado numa empresa econômica não consiste apenas em valores de trabalho, mas também em valores naturais.

O objetivo econômico de todo trabalho humano é obter tal excedente de valor. Matematicamente, obtém-se este excedente ao subtrair a energia de trabalho (que teve de ser aplicada para converter um valor natural dado num valor de uso) do valor de uso obtido.

Como resultados mais importantes desta investigação sobre a origem dos valores, deve-se reter: O valor de uso econômico ou riqueza provém de duas

fontes: da natureza e do trabalho humano. Ambas as formas de prestação de trabalho — o trabalho imediato e o trabalho mediato — participam na sua obtenção.

VI. Os erros históricos da teoria do valor

1. A teoria clássica de Adam Smith e David Ricardo

O senso e o interesse da maioria dos homens estão voltados unicamente para o aspecto prático. Eles observam com indiferença, ou mesmo com desprezo, toda teoria ou doutrina, esquecendo-se inteiramente de que "uma boa teoria é a coisa mais prática do mundo". Eles ignoram também, por completo, o quanto devem à teoria em sua própria habilidade prática e como seu próprio modo de pensar e seus próprios esforços são dominados por determinadas teorias e correntes doutrinárias.

Em decorrência desse desprezo pelo teórico — tão injustificado quanto disseminado —, poucos homens percebem quão fortemente nossa vida econômica e política, e em que medida colossal os anseios e esforços econômicos e políticos de nosso povo, são influenciados e guiados pela doutrina econômica tradicional.

Visto que a Economia Nacional não é apenas por definição geral, mas por natureza, a doutrina da produção, distribuição e consumo de valores, toda teoria econômica constitui, em sua essência, uma Teoria do Valor (*Wertlehre*).

Naturalmente, não apenas uma teoria correta é capaz de influenciar de forma duradoura as ações humanas, mas uma teoria falsa pode fazê-lo na mesma medida. Precisamente a história da Teoria do Valor permite reconhecer isso claramente em cada página. Não é exagero afirmar que os erros fundamentais de nossa política externa, bem como nossa desunião e impotência internas, devem-se, em grande parte, às concepções errôneas que formulamos

sobre a origem e a essência dos valores, sobre sua obtenção, sua distribuição e seu consumo.

A influência maior e mais fatídica nesse sentido é exercida ainda hoje pela Teoria do Valor estabelecida em seus traços fundamentais pelo economista nacional inglês Adam Smith.

Adam Smith ainda é considerado o pai da economia nacional científica, como seu primeiro clássico. Sua doutrina foi fundamental para o liberalismo econômico e político, o qual dominou de tal forma desde o início que von der Marwitz, já em 1810, pôde dizer de Smith que ele era, ao lado de Napoleão, o monarca mais poderoso da Europa.

Desde então, o poder intelectual de Adam Smith multiplicou-se pelo fato de o Marxismo também ter adotado suas doutrinas fundamentais. Estas dominam agora tanto as mentes dos empreendedores quanto as dos trabalhadores, tanto as dos governantes quanto as dos governados, tanto as dos que acumulam quanto as dos que produzem (*der Raffenden wie der Schaffenden*), e impelem todos os lados àquela fatídica luta de classes (*Klassenkampf*), que é a razão precípua de nossa miséria nacional.

Como se apresenta a teoria que exerce tais efeitos?

No início de seu livro "Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", Smith estabelece a afirmação fundamental de que o trabalho humano é a única fonte da riqueza. Ele inicia sua obra com a frase: "O trabalho anual de uma nação é o fundo que originalmente a fornece todas as necessidades e conveniências da vida que ela consome anualmente".

Sobre essa proposição, constrói-se agora toda a extensa obra com todas as suas investigações e conclusões. Assim, é natural que os resultados aos quais

Smith chega sejam, em grande parte, falsos, pois este primeiro e principal enunciado já contém o erro fundamental.

Como vimos, não é o trabalho humano sozinho que cria os valores, mas a natureza contribui, acima de tudo, para a satisfação de nossas necessidades. Dela provêm, em primeira linha, as forças que constituem nossa riqueza. O trabalho humano serve, principalmente, apenas para transformar os valores naturais em valores de uso econômico e, por meio disso, torná-los disponíveis à disposição humana.

O primeiro erro de Smith consistiu, portanto, no fato de ele ter se enganado sobre a origem dos valores. Ele negligenciou o papel da natureza como fonte de valor e superestimou, por conseguinte, a importância que o trabalho humano possui para a formação da riqueza.

O fato de Smith não ter sido capaz de apreender corretamente a posição do trabalho humano no processo de obtenção de valor teve sua causa, sobretudo, em uma omissão pela qual ele deve ser interpelado. Ele contentou-se em constatar a origem dos valores a partir da força de trabalho, mas esqueceu-se completamente de questionar a essência, a natureza desses valores formadores de riqueza. Ele erigiu, de maneira algo precipitada, um edifício doutrinário sobre um objeto com cuja natureza não se familiarizara nem antes nem depois. Infelizmente, toda a ciência da economia nacional seguiu-o até os dias de hoje nessa omissão. Daí provém a falta de clareza de sua terminologia, o embaraço de suas definições conceituais, a indeterminação de seus resultados e sua escassa utilidade na vida prática. A esses primeiros erros, Smith acrescenta ainda um outro, não menos fatídico, quando diz na página 27 de sua obra:

> A palavra “valor” tem dois significados diferentes; às vezes expressa a utilidade de um objeto específico, e às vezes o poder de compra de outros bens que a posse desse objeto transmite. Um pode ser chamado de 'valor de uso' (*Gebrauchswert*), o outro de 'valor de troca' (*Tauschwert*).

Smith conhece, portanto, muito bem os dois tipos de valor: valor de uso e valor de troca.

Dever-se-ia agora esperar que ele se voltasse, primeiramente, à investigação do valor econômico propriamente dito: o valor de uso. Smith, contudo, não o faz, mas prossegue de imediato: *"Para investigar os princípios que regulam o valor de troca das mercadorias..."* e ocupa-se, a partir de então, apenas com o valor de troca, negligenciando inteiramente o valor de uso.

Em sua "Teoria Positiva do Capital" (*Positive Theorie des Kapitales*), Vol. 1, p. 162, Böhm-Bawerk caracterizou de forma excelente este procedimento de Smith e de seus sucessores:

> Não se sabia muito o que fazer com ele (o valor de uso) e negligenciou-se-o quase por completo. Não se despendeu esforço na investigação profunda de sua essência, nem se utilizou dele para o cumprimento de outras tarefas de pesquisa; deixou-se-o, por assim dizer, após tê-lo mencionado no índice de conceitos, como um figurante desocupado em um canto do edifício doutrinário. Somente à pesquisa mais recente foi dado descobrir, nesse figurante ignorado, o detentor dos conceitos econômico-nacionais mais importantes e, ao mesmo tempo, o objeto de uma série das mais notáveis leis.

Exatamente como aqui descrito, Smith continua a deixar o valor de uso totalmente desconsiderado; para ele, o valor de troca é o "valor por excelência".

Assim se explica que a teoria de Adam Smith não tenha se tornado uma Teoria do Valor abrangente e que ordenasse corretamente os tipos individuais de valor, mas sim apenas uma doutrina do valor de troca.

O fato de que essa unilateralidade da escola clássica — e, com ela, de toda a economia nacional — tenha chegado ocasionalmente à consciência de representantes mais jovens é provado novamente por Böhm-Bawerk, quando escreve na página 161 de sua obra supracitada:

"Ao valor de troca objetivo foi feita justiça pela teoria econômica em todos os tempos. Investigar as leis que regem as relações de troca dos bens foi, em todas as épocas, considerado uma das tarefas mais nobres e, por vezes — recordo a proposta de adotar para nossa disciplina o nome 'Cataláctica' ou 'Ciência da Troca' — foi tido, de forma exagerada, como a tarefa principal de nossa ciência."

Sabemos agora que o próprio Smith é o pai desse exagero. Ele não cumpre, portanto, o que promete no título de seu livro. Ele promete ali fornecer esclarecimentos sobre "a natureza e as causas da riqueza das nações". Vimos anteriormente que a riqueza de um povo é determinada, acima de tudo, pelos valores de uso que lhe estão disponíveis. Os valores de troca das mercadorias não possuem absolutamente nenhum efeito sobre a riqueza de uma nação produtora e consumidora, enquanto o intercâmbio das mercadorias ocorrer apenas no mercado interno. A mera troca de mercadorias no interior, vista do ponto de vista do interesse geral, provoca apenas um deslocamento, mas nenhumaumentou ou diminuição dos valores de uso existentes. Diferente é, decerto, o caso do comércio exterior. Toda apropriação de riqueza daquele que vende para o estrangeiro ou compra do estrangeiro significa também um enriquecimento de sua economia nacional às custas da nação alheia.

Para o enriquecimento das economias privadas individuais (*Privatwirtschaften*), por outro lado, o valor de troca e o comércio são de suma importância. Para uma empresa privada, toda troca, mesmo no mercado interno, traz consigo um aumento ou uma diminuição de sua própria posse de valor.

Decisivo para o comerciante é, portanto, sobretudo o valor de troca. Se sua riqueza aumenta ou diminui, isso não depende do valor de uso de suas mercadorias, mas apenas de seu valor de troca. Para o comerciante de orientação individualista e egoisticamente focado apenas em sua vantagem privada, é, por conseguinte, natural considerar o valor de troca como o valor propriamente dito, como o "valor em si".

Segundo seu próprio testemunho, Adam Smith não considerou a economia do ponto de vista da coletividade nacional (*Volksganzen*) e nem com os olhos do bem comum, mas apenas sob o ângulo do interesse próprio privado e do ponto de vista do comerciante. Pois consta na pág. 28 de sua autoria:

"O valor de uma mercadoria é, portanto, para aquele que a possui, mas não pretende ele próprio usá-la ou consumi-la, mas sim trocá-la por outras mercadorias, igual à quantidade de trabalho que ele pode comprar com ela."

Ele não busca, portanto, saber qual valor uma mercadoria tem para quem a utiliza; não, ele deseja apenas saber o que ela representa em valor para quem comercia com ela.

Em um inglês de seu tempo, esse modo de observação unilateral, voltado à economia privada e ao comércio, não deve nos causar grande espanto. Era a época em que o Liberalismo se impunha vitoriosamente na vida econômica e política. O Liberalismo, contudo, era desde o princípio individualista e egoísta de ponta a ponta, e considerava todas as coisas fundamentalmente do ponto de vista do indivíduo. Além disso, os ingleses já eram então um povo comerciante, que vivia do comércio exterior, comprando matérias-primas e alimentos e, em troca, lançando a maior parte de sua produção de mercadorias no mercado mundial. É natural que tal povo tende a atribuir ao valor de troca uma importância maior do que aquela que lhe cabe em uma observação verdadeiramente econômico-nacional.

Dadas essas circunstâncias da época, é facilmente compreensível que a chamada economia nacional clássica de Adam Smith não tenha se tornado uma verdadeira doutrina da economia nacional (*Volkswirtschaftslehre*), mas sim uma teoria da economia privada (*Privatwirtschaft*); sim, que ela não represente, de modo algum, uma doutrina econômica abrangente, mas apenas uma doutrina do comércio (*Handelslehre*). Quando um "economista nacional" posterior propôs, portanto, designar esta doutrina como "Ciência da Troca" (*Tauschwissenschaft*), ele atingiu o alvo em cheio.

Se agora os erros fatídicos de Adam Smith tornam-se mais compreensíveis através de um modo de observação histórico, nem por isso eles se tornam menos perigosos.

Eles são especialmente fatídicos para um povo como o nosso povo alemão. Nós não vivemos predominantemente do comércio, mas somos, essencialmente, uma nação que produz a si mesma e consome a si mesma (*selbst schaffende und selbst verbrauchende Nation*). A formação da riqueza do nosso povo é, portanto, predominantemente fomentada pelos valores que obtemos para a necessidade interna. Para o nível destes valores, contudo, apenas o valor de uso é determinante. O valor de troca nada tem a significar para isso. Se, apesar disso, considerarmos apenas o valor de troca, nossa política econômica nacional será empurrada para caminhos fundamentalmente equivocados. Portanto, é mais do que hora de finalmente nos conscientizarmos de que não somos ingleses do século XVIII, mas sim alemães do século XX.

O verdadeiro povo comerciante da terra são os judeus. Eles abandonaram fundamentalmente a obtenção de sua riqueza através da produção e do consumo do que é produzido. Em vez disso, inseriram-se no comércio intermediário e agora acumulam os rendimentos deste. Para o povo judeu, "comerciar"

significa, de fato, "economizar" (*wirtschaften*); a doutrina do comércio ou a ciência da troca é para eles uma doutrina econômica plenamente válida.

É, portanto, muito compreensível que uma doutrina que considera a vida econômica de forma tão unilateral sob o ponto de vista comercial e da economia privada, como é o caso em Adam Smith, tenha despertado a admiração do especulador da bolsa e gigante financeiro judeu David Ricardo. Este sentiu-se chamado a administrar e desenvolver a doutrina de Smith. O farto tempo livre que sua considerável fortuna, obtida na bolsa, lhe permitia, ele utilizou para a redação de um extenso livro sobre economia nacional (*Volkswirtschaftslehre*). Ricardo adotou com satisfação todos os princípios de Adam Smith, especialmente também os erros fundamentais há pouco mencionados. Da mesma forma, todas as leis individuais que Ricardo desenvolveu a partir desses princípios já se encontram, ao menos sugeridas, em Adam Smith, exceto pelo fato de que este último as expressou de forma mais simples e despretensiosa. Uma vez que, portanto, os erros de Smith na teoria do valor são também os erros de Ricardo, este não pode reivindicar aqui nenhum tratamento especial.

Devemos agora ainda esclarecer duas conclusões que tanto Smith quanto Ricardo extraíram das premissas há pouco expostas. Trata-se de uma verdade e de um erro. A verdade refere-se à formação do valor de troca ou do preço. O "preço" consiste, segundo Smith, na ordem da economia privada, de três partes: 1) dos custos do trabalho; (2) da renda da terra (*Grundrente*) e; (3) do lucro do capital. O preço que contém estas três partes em seu nível habitual, Smith chama de "preço natural". Na página 54, ele diz a respeito:

> Quando o preço de uma mercadoria não é nem superior nem inferior ao que é suficiente para pagar a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital empregado em sua criação, preparação e colocação no mercado, de acordo com suas taxas naturais, a mercadoria é vendida pelo preço que se pode chamar de seu preço natural.

Smith estabelece, portanto, que o preço de todas as mercadorias na economia privada contém, naturalmente, não apenas os custos do trabalho ou de produção, mas ainda uma parcela de lucro que os excede — uma parcela de lucro, contudo, em favor dos detentores do dinheiro, da terra ou da mercadoria; em suma, em favor dos detentores dos meios de trabalho (*Arbeitsmittel*).

No sistema capitalista, a própria força de trabalho é agora tratada como mercadoria. Como se comporta, porém, o preço da mercadoria "força de trabalho" em relação ao salário? Conteria este também os mesmos componentes que o preço das demais mercadorias?

Sobre esta questão, encontra-se em Smith uma informação negativa. Na página 67, ele afirma:

> Embora os mestres geralmente levem vantagem em disputas com seus trabalhadores, existe, contudo, uma determinada taxa abaixo da qual o salário comum, mesmo para o tipo mais baixo de trabalho, parece não poder ser reduzido por muito tempo. Um homem deve sempre viver de seu trabalho, e seu salário deve ser, pelo menos, suficiente para lhe proporcionar o sustento. Sim, na maioria dos casos, deve ser mais do que suficiente; do contrário, o trabalhador não seria capaz de constituir família, e a linhagem de tais trabalhadores morreria com a primeira geração. Por esta razão, Cantillon pressupõe que o tipo mais baixo de trabalhador comum deve sempre ganhar, no mínimo, o dobro do necessário para seu próprio sustento, para que cada um tenha condições de criar, em média, dois filhos.

Quando um trabalhador recebe como salário apenas o necessário para o sustento de si próprio e de sua família, ele recebe precisamente apenas o custo de produção de sua própria força de trabalho; pois uma família com dois filhos apenas reproduz a força de trabalho que o pai possuiu.

Smith admite, assim, que o trabalhador comumente não recebe nenhum lucro que exceda o custo de produção de sua própria força de trabalho.

Ele aponta também a razão pela qual a "mercadoria força de trabalho" é prejudicada na concorrência em comparação com as demais mercadorias. Ele sabe "que os mestres geralmente levam vantagem em disputas com os trabalhadores". Eles levam vantagem, contudo, porque são economicamente mais poderosos através da posse dos meios de trabalho.

Decerto, Smith ainda é otimista ao crer que o salário não possa cair abaixo do montante necessário para o sustento de uma família. A experiência dos últimos anos mostrou novamente que o salário de milhões de trabalhadores pode cair a zero por anos a fio — a saber, sempre que o número de forças de trabalho disponíveis excede em muito a demanda.

Contudo, Smith tem o mérito de já ter apontado para a injustiça capitalista central, que consiste no fato de os detentores dos meios de trabalho (do dinheiro, das ferramentas e oficinas, da terra e das matérias-primas) receberem no preço de suas mercadorias não apenas suas despesas — ou seja, seus custos de produção —, mas ainda um lucro que as excede, enquanto ao trabalhador são pagos apenas os custos de reprodução de sua força de trabalho.

Nisso, a injustiça de modo algum deve ser vista no fato de os empreendedores receberem tal parcela de lucro, mas sim, primeiramente, no fato de a força de trabalho não a receber.

Smith também não foi cego quanto às consequências desta injustiça; do contrário, não poderia ter escrito a frase: "Nenhuma sociedade pode certamente ser florescente e feliz, se a maioria de seus membros é pobre e miserável."

O reconhecimento da desvantagem dos trabalhadores que não possuem meios de trabalho frente ao capitalismo emergente não foi, de forma alguma, exclusivo de Smith. Sua obra surgiu em 1776, mas já em 1766 o fisiocrata francês Turgot escreveu: "O salário do trabalhador está, em consequência da

concorrência mútua, limitado ao seu sustento vital necessário. Ele apenas subsiste." O francês Quesnay, fundador da escola fisiocrática, já declarou algo semelhante em 1757.

É sintomático que as duas correntes econômicas do Liberalismo — a clássica e a fisiocrática —, cujos princípios fundamentais são tão distintos, concordem em suas visões sobre o salário do trabalho. Reconhece-se nisso que não se trata aqui de uma conclusão extraída de qualquer sistema doutrinário econômico-nacional, que se sustenta ou cai com este sistema, mas que temos diante de nós um fato da vida econômica que, por isso, é constatado repetidamente, pois se impõe a qualquer observador.

Peculiar é quais consequências a escola clássica e a fisiocrática extraíram de seu reconhecimento da injustiça social. Os fisiocratas reconheceram a existência de injustiças sociais decididamente e acreditaram poder eliminá-las através da tributação da renda da terra (*Grundrente*).

Adam Smith, bem como David Ricardo e sua escola clássica, por outro lado, não extraíram de seu reconhecimento qualquer conclusão contra a economia de concorrência privada capitalista, totalmente desregulamentada pelo Estado. Eles consideravam esta desordem como a "ordem natural" das coisas e aceitavam também seus males como consequências inevitáveis. Eles não pensaram em substituir a ordem capitalista por outra, mais justa.

Em Adam Smith, essa carência é ainda mais flagrante porque, a partir de sua concepção fundamental de que o trabalho humano seria a única fonte de valor, ele foi forçado a extrair uma conclusão que onerava o sistema da economia de propriedade da forma mais grave e injusta.

Trata-se de uma questão tão importante para a justiça social: De onde provêm os lucros que, como lucro do capital e renda da terra, constituem

permanentemente uma parte do preço ao lado da reposição dos custos do trabalho?

Se o trabalho humano é a única fonte de valor, então este lucro pode provir única e exclusivamente do trabalho. O lucro do capital é, assim, apresentado como uma parte do valor do trabalho humano que é retida do trabalhador pelo detentor dos meios de trabalho. Smith de fato compreendeu a origem do lucro do capital dessa forma. Ele escreve na página 48, após descrever as condições da economia de propriedade:

> Nestas circunstâncias, o produto total do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Ele deve, na maioria dos casos, dividi-lo com o capitalista que o emprega.

Quem, como Smith, apresenta o trabalho como a única fonte de valor e então afirma que o trabalhador deve dividir o produto de seu trabalho com o proprietário dos meios de produção, declara, com isso, que o lucro do capital do empreendedor provém única e exclusivamente da exploração (*Ausbeutung*) da força de trabalho e caracteriza, assim, o próprio empreendedor como ladrão e salteador.

Se a questão de fato se apresenta assim, então a injustiça capitalista parece indissoluvelmente vinculada à propriedade dos meios de trabalho, e parece não haver outro caminho para sua eliminação senão a abolição desta própria propriedade.

Assim, Adam Smith, o clássico econômico-nacional do Liberalismo, é de fato o verdadeiro fundador teórico daquela doutrina da exploração e da luta de classes que Marx e Engels desenvolveram posteriormente.

É inteiramente claro que esta doutrina, que deriva todos os valores — e muito especialmente o lucro do capital do empreendedor — exclusivamente do

trabalho, teria de conduzir a uma luta de classes irreconciliável entre os detentores dos meios de trabalho e os trabalhadores despossuídos, tão logo chegasse ao domínio, primeiro na consciência dos empreendedores e, depois, também na dos trabalhadores. E este é o aspecto terrível desta luta de classes: que ela jamais pode ser encerrada por um acordo pacífico, mas apenas pela aniquilação de um oponente, caso não se logre provar que a Teoria do Valor "clássica" é um erro de graves consequências e substituí-la, na consciência das massas, por uma melhor e mais convincente.

2. A Teoria do Valor do Socialismo-Individualista (Marxismo)

Os grandes economistas nacionais do liberalismo haviam revelado, com louvável perspicácia, o fato de que a forma capitalista da economia de propriedade está edificada sobre uma grave injustiça contra a força de trabalho humana. No entanto, eles omitiram inteiramente a proposição de um ideal para uma ordem nova e mais justa, como fez a escola clássica, ou empreenderam apenas uma tentativa insuficiente nesse sentido, como os Fisiocratas, que pretendiam isolar a terra de todo o círculo das questões econômicas e regulá-la de forma autônoma.

Contudo, logo surgiram após eles homens que não mais se contentaram com o reconhecimento da injustiça, mas que, a partir disso, desenvolveram a exigência de uma ordem econômica socialista mais justa. Na Inglaterra, destacaram-se Thompson e Owen; na França, St. Simon, Proudhon, Fourier, Blanc; e na Alemanha, Rodbertus.

Mas também eles eram filhos de seu tempo — o tempo em que o indivíduo era tudo e a comunidade nada representava. Por isso, formularam a questão da justiça social não sob o ponto de vista da comunidade (*Gemeinschaft*), mas unicamente sob o ponto de vista do indivíduo. Ora, quando se tem em vista

apenas os indivíduos no esforço de promover a justiça social, e se está, além disso, convencido da igualdade de todos os homens, chega-se necessariamente à exigência de uma igualdade econômica para todos, tal como o Comunismo pretende instaurar e manter permanentemente. Como todos esses homens eram individualistas, podiam ser também apenas socialistas-individualistas e tiveram de inscrever o Comunismo em suas bandeiras.

Sua base econômico-nacional foi constituída, sem exceção, por Adam Smith e Ricardo. Com as percepções destes, adotaram também seus erros, especialmente aquele segundo o qual o lucro do capital derivaria única e exclusivamente do trabalho. Assim declarou Proudhon: "É o trabalho, o trabalho sozinho, que produz todos os elementos da riqueza". Em um panfleto comunista inglês anônimo de 1821 lê-se: "O que quer que caiba ao capitalista, ele só pode apropriar-se do trabalho excedente (*Mehrarbeit*) dos trabalhadores", e Thompson perguntou em 1827: "Por que o trabalhador não deveria receber todo o produto de seu trabalho?". Embora nestas sentenças a doutrina marxista já se apresentasse plenamente formada muito antes de Marx, nenhum desses homens logrou evocar um movimento popular nesse sentido. Tal tarefa restou a dois outros que, como judeus, puderam atacar a ordem estatal e econômica vigente de forma muito mais implacável, pois não punham em risco o povo e a cultura de sua própria nação, mas sim de povos alheios e por eles odiados.

Estes dois foram Lassalle e Marx. Também eles, como seus predecessores, são inteiramente dependentes da economia nacional clássica de Adam Smith e Ricardo. No entanto, distinguem-se essencialmente um do outro em suas reivindicações. Lassalle colocou a "lei de ferro dos salários" (*eherne Lohngesetz*) no centro de sua agitação. Ele partiu, portanto, da percepção inabalavelmente correta, também encontrada em Smith e Ricardo, de que o trabalhador, como salário, geralmente não recebe mais do que o necessário para a reprodução de sua força de trabalho. Ele visava romper esta lei de ferro da

ordem capitalista. Lassalle e seus seguidores não eram, portanto, adversários fundamentais da ordem de propriedade e da economia privada. Eles pleiteavam apenas uma parcela justa dos trabalhadores no rendimento e na direção desta economia. Por isso, propuseram cooperativas de produção, para as quais exigiam subsídios estatais, mantendo-se assim com suas reivindicações dentro do quadro da propriedade e da economia privada, e também não eram declaradamente orientados ao internacionalismo.

Sob tais circunstâncias, é compreensível que Bismarck tenha tentado colaborar com eles, enquanto sempre rejeitou categoricamente a ideia de trabalhar com os marxistas.

E com plena razão. Marx absorveu as doutrinas clássicas e fisiocráticas de forma muito mais completa do que o superficial e ofuscante Lassalle.

Que ele, porém, não aprendeu apenas com Adam Smith e Ricardo, vê-se na página 10 d' *O Capital*, Vol. 1, onde se lê:

> Os valores de uso — casaco, tela, etc., em suma, os corpos das mercadorias — são combinações de dois elementos: matéria natural e trabalho. Se subtrairmos a soma total de todos os diversos trabalhos úteis contidos no casaco, na tela, etc., resta sempre um substrato material que existe por natureza, sem a intervenção do homem. O homem pode proceder em sua produção apenas como a própria natureza, isto é, apenas alterar as formas das matérias. Mais ainda: nesse trabalho de formação, ele é constantemente auxiliado por forças naturais. O trabalho não é, portanto, a única fonte dos valores de uso por ele produzidos, da riqueza material. 'O trabalho é seu pai', como diz William Petty, 'e a terra é sua mãe'.

Aqui Marx revela a importante percepção de que os valores de uso, que constituem a riqueza econômica dos homens, fluem de duas fontes: da natureza e do trabalho. Tivesse ele possuído originalidade de espírito e boa vontade suficientes para construir consequentemente um novo sistema de economia nacional sobre esta percepção, ele poderia ter sido o criador de uma verdadeira

doutrina econômica. No entanto, faltou-lhe, por um lado, a visão da importância transcendente do valor de uso na vida econômica; por outro lado, como judeu — ou seja, como membro de um povo puramente comercial —, ele não tinha motivo para substituir a doutrina comercial de Smith e Ricardo, vigente até então como economia nacional, por uma verdadeira doutrina econômica.

Assim, ele prossegue na sentença recém-citada: "Passemos agora da mercadoria, enquanto objeto de uso, ao valor da mercadoria (*Warenwert*)". Visto que Marx já havia exposto anteriormente que por "valor da mercadoria" deve-se entender o valor de troca, ele abandona aqui, com um gesto frio, o campo dos valores de uso para dedicar todas as investigações subsequentes de sua obra em três volumes, *O Capital*, exclusivamente ao valor de troca. Com esta virada, Marx retrocedeu ao ponto de vista de Smith, o qual ele parecia já ter superado. É natural que Marx agora também adote todos os erros da escola clássica e, por meio disso, torne-se cientificamente um mero seguidor de Smith e Ricardo.

Também para Marx, doravante, o valor de troca é o valor propriamente dito:

> O progresso da investigação nos reconduzirá ao valor de troca como a forma de expressão necessária ou forma fenomenal do valor." (*Capital*, p. 5).

E para este valor (valor de troca), ele reconhece, exatamente como Smith e Ricardo, apenas uma fonte: o trabalho humano.:

> É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso, que determina sua magnitude de valor (valor de troca). Como valores (valores de troca), todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado.

Não se pode expressar o dogma clássico de fonte única de forma mais nítida e determinante. Mas como fica a prova? Tal prova sequer é tentada, embora fosse suficientemente necessária. Se admitirmos com Marx que o valor

de uso é composto de valores naturais e do trabalho, deve-se então considerar a possibilidade de tal composição também para sua fração, o valor de troca, e investigar o assunto. Somente se esta investigação chegasse ao resultado impossível de que as forças naturais nada contribuem de fato para a formação do valor de troca, é que se poderia estabelecer uma afirmação como a de Marx. Marx sequer pensou em tal investigação.

Um marxista poderia agora declarar em defesa de seu mestre: "Os valores naturais são valores concedidos (*geschenkte Werte*). O valor de troca, contudo, é pago como preço médio pela mercadoria. A parte da mercadoria que foi concedida pode, portanto, não estar contida na parte que é paga". O homem ignora apenas que ninguém pode ser impedido de fazer com que valores que lhe foram concedidos sejam pagos por outros no ato da venda, caso possua o poder econômico para impor o pagamento. De fato, os detentores de mercadorias possuem esse poder, mesmo sob livre concorrência, e com muito mais razão quando esta é limitada por cartéis. O próprio Marx pressupõe isso, pois ele assume que os capitalistas se fazem pagar por valores que receberam gratuitamente dos trabalhadores. Se isso é possível com valores de trabalho, deve ser igualmente possível com valores naturais.

Assim como os princípios, Marx também tomou para si as conclusões dos clássicos, acima de tudo a lei do valor, que afirma que todas as mercadorias seriam trocadas na proporção de seus valores. Na página 20, Marx expressa isso assim:

> A equação '20 braças de linho igual a 1 casaco', ou '20 braças de linho valem 1 casaco', pressupõe que em 1 casaco reside exatamente tanta substância de valor quanto em 20 braças de linho; que ambos os quanta de mercadoria custaram, portanto, a mesma quantidade de trabalho ou o mesmo tempo de trabalho.

A opinião de Smith, de que o salário do trabalho jamais poderia cair abaixo de um montante necessário para o sustento de uma família, Marx adota na forma de que a força de trabalho deve ser comprada pelo empreendedor, em média, pelo seu valor. Mas o que é o valor da força de trabalho?

> O valor (valor de troca) da força de trabalho, tal como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção, e também para a reprodução, deste artigo especial.

Visto que o valor da força de trabalho é igual aos seus custos de reprodução, e o trabalhador recebe em média o valor de sua força de trabalho como salário, ele pode, segundo Marx, contar com um salário que lhe garanta o sustento de uma família. Que esta opinião não se confirma sempre perante a prática, já foi manifestado anteriormente.

Como pensa Marx, então, sobre a origem do lucro do capital? Também aqui ele adota a doutrina clássica de que o lucro do capital seria sempre e apenas um desconto do contrato de trabalho, resultando apenas da exploração da força de trabalho do operário. Como isso é possível, ele detalha no Vol. II, pp. 177-79:

> Vimos que o trabalhador, durante um segmento do processo de trabalho, produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor de seus meios de subsistência necessários. Se o valor de seus alimentos diários representa, em média, seis horas de trabalho objetivado, então o trabalhador deve trabalhar, em média, 6 horas diárias para produzi-lo. Designo esta parte da jornada de trabalho como tempo de trabalho necessário.

No segundo período, em que o trabalhador labuta além dos limites do tempo de trabalho necessário, isso lhe custa trabalho, mas não cria valor para ele. Ele forma a mais-valia (*Mehrwert*), que atrai o capitalista com todo o charme de uma criação a partir do nada. Designo esta parte da jornada de trabalho como tempo de trabalho excedente (*Mehrarbeitszeit*) e o trabalho nela despendido como mais-trabalho (*Mehrarbeit*).

Tão decisivo quanto é para o conhecimento do valor (do valor de troca) em geral compreendê-lo como mera coagulação de tempo de trabalho, como mero trabalho objetivado, tão decisivo é para o conhecimento da mais-valia compreendê-la como mera coagulação de tempo de trabalho excedente, como mero mais-trabalho objetivado.

"Portanto, o trabalhador trabalha uma metade do dia para si, a outra para os capitalistas."

Marx vangloriou-se durante toda a vida por não ter apenas afirmado, como Smith e Ricardo, que o lucro do capital derivaria unicamente do trabalho humano, mas por ter demonstrado, para além disso, como o trabalho humano no sistema capitalista produz essa mais-valia. Na realidade, ele não pensou esta questão até o fim. Marx assumiu que o trabalho humano seria capaz de criar, a partir de si mesmo, o dobro do valor de troca que seria necessário para sua própria reprodução. Se esta afirmação é correta, ele não investigou, e muito menos provou. Se a aceitamos de pronto, surge imediatamente a pergunta: de onde retira a força de trabalho humana essa capacidade quase mágica de produzir mais valor do que ela própria representa?

Valores são forças ou energias. O trabalho humano nada mais é do que a conversão de uma forma de energia em outra. Segundo uma lei natural imutável, obtêm-se em tal conversão, em ambos os lados, quantidades iguais de energia, nem mais, nem menos. Ora, se o homem é capaz de despender em seu trabalho o dobro da força que foi consumida para sua própria produção, então existem apenas duas possibilidades de explicação para isso: ou temos aqui o milagre de uma "criação a partir do nada" diante de nós, ou devemos assumir que o valor resultante não fluiu apenas do trabalho humano, mas parcialmente de uma outra fonte.

Como dificilmente nos contentaremos com a explicação pelo milagre, resta à pesquisa séria apenas o segundo caminho: a teoria das duas fontes (*Zweiquellentheorie*).

A segunda fonte de valor, contudo, só pode ser a natureza. Assim, precisamente a questão sobre a origem da mais-valia, cuja solução Marx acreditou ter encontrado, conduz, em uma reflexão consequente, à percepção de que, ao lado da força de trabalho do homem, também as forças da natureza contribuem para a formação de valor. Isso significa, porém, a subversão de todo o edifício de pensamento da teoria clássica do valor juntamente com seu apêndice marxista, pois este sistema repousa sobre o princípio de que o trabalho do homem seria a única fonte de valor. Tivesse Marx pensado os pensamentos de Smith e Ricardo consequentemente até o fim, ele próprio teria de ter chegado ao reconhecimento de que já o primeiro axioma fundamental dos mesmos era insustentável.

Marx, compreensivelmente, não se sentiu instigado a isso. Como judeu, bastou-lhe ter encontrado nos erros da economia nacional clássica, universalmente reconhecidos como verdades, uma base excelente para ensinar aos trabalhadores que todo lucro do empreendedor representaria para eles um roubo de uma parte de sua prestação de trabalho; para transformar sua justa indignação sobre sua má situação na ordem de propriedade corrompida pelo capitalismo em um ódio irreconciliável contra todos os empreendedores e proprietários e, finalmente, contra a própria ordem de propriedade; para elevar o conflito de interesses das classes, provocado pelo abuso capitalista, até a luta de classes, e para pregar-lhes como único meio de sua libertação a abolição da propriedade e a destruição das nações e sua substituição pela economia mundial comunista e pela sociedade humana.

Não foi, portanto, o Marxismo que inventou a teoria da luta de classes; antes, esta já estava contida em germe na economia nacional clássica do Liberalismo. Marx estava plenamente consciente deste fato, pois diz ele em seu escrito *Para a Crítica da Economia Política*: "Tão importante quanto era decompor o valor em trabalho, tão importante era apresentar a mais-valia, que se manifesta como um sobreproduto, como mais-trabalho. Isso já foi dito, de fato, por Adam Smith e constitui um momento principal no desenvolvimento de Ricardo."

Também o Comunismo anterior a Marx era, cientificamente falando, apenas um excesso das doutrinas clássicas. Como testemunha disso pode valer Friedrich Engels, que escreve no prefácio ao *Capital*, Vol. II, p. XVI: "Todo o comunismo de Owen, na medida em que se apresenta econômico-polêmicamente, apoia-se em Ricardo. Ao lado dele, porém, ainda uma série inteira de escritores, dos quais Marx já em 1847 cita apenas alguns contra Proudhon: Edmonds, Thompson, Hodgskin e mais quatro páginas *et cetera*."

Para trazer este nexo entre o Liberalismo e o Socialismo-Individualista, no que tange à Teoria do Valor, à plena clareza, siga-se ainda uma visão panorâmica concisa:

A teoria do valor liberal-marxista não constitui, de modo algum, uma questão prática negligenciável. Pelo contrário, ela exerce ainda hoje um papel proeminente no campo científico, especialmente em sua formulação liberal. Ela desempenha ainda hoje um papel importante na ciência em sua formulação liberal. Assim escreveu o Professor Diehl em 1905, em sua grande obra sobre Ricardo: "Uma crítica da teoria do valor ricardiana não deve ser considerada supérflua nem mesmo hoje; pois, longe de estarmos lidando aqui com uma teoria há muito refutada, as linhas de pensamento de Ricardo ainda são amplamente mantidas pela ciência". E Dietzel escreveu em 1892: "Sou de

opinião que o problema do valor recebeu de Ricardo sua resposta final e inatacável, embora imperfeita em detalhes".

De efeito muito mais fatídico, contudo, é o poder que tal doutrina exerce em sua forma marxista sobre as grandes massas do povo trabalhador em toda a Europa, por meio do Partido Social-Democrata e do Partido Comunista. Nesses círculos, os erros de Smith, Ricardo e Marx adquiriram uma popularidade devastadora e determinam exclusivamente a vontade política dos mesmos.

A pureza com que essas teorias ainda hoje são difundidas ali é demonstrada, além da literatura social-democrata, de forma especialmente clara pelo "ABC do Comunismo", de Bukharin e Preobrazhensky, de orientação bolchevique. Lá se afirma:

> Na realidade, trabalhadores e capitalistas não se encontram na mesma situação. Os trabalhadores estão acorrentados pela fome. A fome os obriga a se contratarem, isto é, a venderem sua força de trabalho. Surge a pergunta: por que e para que a classe capitalista contrata trabalhadores? Todos sabem que isso não ocorre porque os fabricantes queiram alimentar os trabalhadores famintos, mas porque querem extrair lucro deles. Agora devemos ter clareza sobre como surge o lucro. O capitalista recebe o lucro na forma de dinheiro quando vende as mercadorias produzidas em sua fábrica. Quanto dinheiro ele recebe por sua mercadoria? Isso depende do preço da mercadoria. Ora, surge a pergunta: pelo que este preço é determinado? Se a sociedade deve despender, em média, muito trabalho para produzir uma peça de mercadoria, então o preço da mercadoria é alto; se pouco trabalho foi consumido, o preço da mercadoria é baixo. A quantidade de trabalho social despendido sob técnica média para a produção da mercadoria determina o valor desta mercadoria. Vemos agora que o preço é determinado pelo valor. Na realidade, o preço é ora mais alto, ora mais baixo que o valor, mas podemos assumir, por uma questão de simplicidade, que ele é o mesmo.

A contratação do trabalhador é a compra de uma mercadoria especial que leva o nome de "força de trabalho". Uma vez que a força de trabalho se tornou mercadoria, vale para ela tudo o que vale para as outras mercadorias. Quando o capitalista contrata o trabalhador, paga-lhe o preço por sua força de trabalho ou, por simplicidade, seu valor. Pelo que este valor é determinado? Vimos que o valor de todas as mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho utilizada em sua produção. O mesmo vale para a força de trabalho. O que se entende, porém, por produção da força de trabalho? A satisfação das necessidades do trabalhador constitui a produção da força de trabalho. A isso somam-se outras coisas, como as despesas de um eventual tempo de aprendizado, no caso de trabalhadores qualificados, etc. Tudo o que a classe trabalhadora consome para renovar sua força de trabalho tem um valor. Portanto, o valor dos artigos de necessidade e as despesas formam, para a doutrina, o valor da força de trabalho.

Primeiro, a mercadoria absorveu em si o valor dos meios de produção consumidos. Segundo, nela está contido o trabalho dos operários. Se 30 operários trabalharam 30 horas cada na fabricação das mercadorias, eles despenderam ao todo 900 horas de trabalho. O valor total das mercadorias produzidas consistirá, portanto, no valor dos materiais gastos (suponhamos, por exemplo, que este valor seja igual a 600 horas) e no novo valor que os trabalhadores adicionaram através de seu trabalho (900 horas); ou seja, será igual a 600 mais 900, igual a 1500 horas.

Quanto custa, porém, esta mercadoria para o capitalista? Pelas matérias-primas ele paga tudo, isto é, aquela quantia em dinheiro que corresponde ao valor de 600 horas de trabalho. E pela força de trabalho? Ele pagou, então, as 900 horas integrais?

Aí reside a solução de tudo. Ele paga, segundo nossa premissa, o valor integral da força de trabalho pelos dias de trabalho, uma soma que é necessária para a renovação de sua força de trabalho por esses dias. Quão grande é esta soma? A resposta é simples: ela é significativamente menor do que o valor de 900 horas. Por quê? Porque aquela quantidade de trabalho necessária para a manutenção da minha força de trabalho é uma coisa por si só; outra coisa é aquela quantidade de trabalho que eu posso realizar. Eu posso trabalhar 10 horas diariamente. Posso consumir diariamente em alimentos e roupas o valor de 5 horas. Posso, portanto, trabalhar muito mais do que o gasto consumido para a manutenção da minha força de trabalho. Em nosso exemplo, os trabalhadores consomem em 3 dias alimentos e roupas no valor de, digamos, 450 horas e realizam trabalho no valor de 900 horas; 450 horas restam para o capitalista.

Vemos que também o Bolchevismo repousa teórica, total e completamente sobre a teoria do valor liberal-marxista, cuja importância deve estar, com isso, suficientemente ressaltada.

3. A teoria do valor dos Fisiocratas

A reflexão lógica sobre a teoria do valor clássico-marxista leva à conclusão de que suas duas proposições fundamentais — 1. o valor de troca é o valor econômico e 2. o trabalho humano é a única fonte de valor — são insustentáveis.

Anteriormente e paralelamente à escola clássica, situavam-se os Fisiocratas. Eles eram liberais autênticos, assim como os clássicos. Deles provém a máxima: *Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même*. Isso significa: *Deixai fazer, deixai passar*! O mundo caminha por si mesmo; ou, no dialeto e concisão do baixo-saxão: "*Dat löpt sik all t'recht*" (Tudo se resolve por si só). Era crença deles que, na vida econômica, o direito e a justiça também se estabeleceriam se apenas fosse permitido um desenvolvimento natural em

liberdade. Com Baruch Spinoza, estavam convencidos da vitória absoluta do bem comum, desde que cada indivíduo pudesse buscar seu próprio bem-estar sem impedimentos. Eram, portanto, individualistas e concordavam plenamente, em todos esses aspectos, com Adam Smith e sua escola.

Na teoria do valor, entretanto, defendiam uma visão completamente oposta. Sua tese principal afirmava: a terra (*Erde*) sozinha é a fonte de todos os bens. Nesse sentido, eles entendiam "terra" no significado abrangente de "natureza" em geral. Buscavam, portanto, a fonte do valor não no trabalho, mas exclusivamente na natureza, sendo, nesse aspecto, tão unilaterais quanto Adam Smith e seus seguidores, apenas direcionando sua unilateralidade no sentido oposto.

Em consequência disso, tampouco conseguiram chegar a um conhecimento correto das correlações econômicas e sociais. Assim, o francês Quesnay, o fundador da escola, afirmava que apenas os agricultores constituíam uma classe produtora de valor, produtiva, enquanto as manufaturas seriam, em contrapartida, improdutivas, estéreis. E a escola fisiocrática como um todo manteve-se fiel a essa visão em princípio, ainda que mais tarde tenha abrandado um pouco o modo de expressão. Acreditavam seriamente que apenas aqueles que recebiam diretamente os frutos da natureza obtinham um excedente de valor (*Wertüberschuss*), ao passo que a indústria de transformação não seria capaz de alcançar tal resultado.

A visão dos Fisiocratas de que apenas a natureza seria a fonte de valor originou também sua proposta de reforma, por meio de cuja implementação esperavam restabelecer a justiça social no ordenamento degradado da propriedade de sua época. Isso deveria ser alcançado por meio de uma medida única, surpreendentemente simples: a criação do "imposto único" (*impôt unique*), que deveria ser pago pelos proprietários de terras, uma vez que apenas estes auferiam da natureza uma renda sem trabalho (*arbeitslose Rente*).

A insuficiência de toda essa doutrina revelou-se de forma tão clara nessa proposta que já era reconhecida ao tempo de seus fundadores, permitindo que Voltaire cunhasse o bordão: o imposto único (*unique*) é um imposto injusto (*inique*).

Apesar disso, a doutrina fisiocrática ainda hoje não é totalmente irrelevante. Seus princípios fundamentais foram revividos por Henry George e, por meio dele, fluíram para o movimento de reforma agrária que, na Alemanha, é liderado por Adolf Damaschke. Também os movimentos *Freiland* (Terra Livre) e *Freigeld* (Moeda Livre) de Silvio Gesell são, no fundo, apenas uma reedição um pouco ampliada das doutrinas e equívocos fisiocráticos.

Como chegaram os Fisiocratas a essa estranha doutrina sobre a esterilidade da indústria? Evidentemente pelo fato de não compreenderem pelo termo "valor" nem o valor de troca nem o valor de uso, mas sim o valor pleno, o "valor em si" (*Wert schlechthin*), tendo, portanto, uma concepção muito vaga do que seria o valor econômico propriamente dito.

O valor natural do carvão reside em seu conteúdo energético. Ele já o possui em sua total magnitude enquanto repousa na terra como um objeto natural puro. Por meio do trabalho que o homem realiza sobre o carvão, esse conteúdo energético não é ampliado de forma alguma. Um quilograma de carvão produz sempre 8.000 unidades de calor, seja ele selecionado, lavado, quebrado ou transportado. O mesmo ocorre com os cereais. Estes também possuem seu pleno conteúdo de força já como produto da natureza. Por meio da moagem ou da panificação, este não pode ser aumentado de forma alguma. Em relação ao valor natural, a indústria de transformação é, de fato, improdutiva, estéril. Ela é absolutamente incapaz de gerar novos valores dessa espécie, a saber, novas forças. Se observarmos mais de perto, reconhecemos que também o agricultor ou o mineiro não são produtivos nesse sentido. Eles também não geram a energia do carvão ou do trigo; esta é, antes, produzida exclusivamente

pela natureza. Sim, a força que o homem despende no trabalho provém ela própria da natureza, sendo, portanto, também de origem um valor natural. Podemos, assim, chegar à conclusão de que o trabalho humano de todas as profissões, e não apenas o da indústria de transformação, é incapaz de gerar novas forças, ou seja, "valor em si". Em relação à energia ou ao "valor em si", todo trabalho humano é improdutivo. Certamente, nem mesmo a natureza pode produzir ou gerar esse valor; as forças estão lá, são dadas pela natureza.

Contudo, se observarmos apenas o "valor em si", os Fisiocratas têm razão quando dizem: a natureza é a única fonte de valor; então, não apenas o trabalho industrial, mas todo trabalho humano é improdutivo, e o homem nada mais é do que um comensal da natureza.

Considerar as forças como tais, os "valores em si", é, todavia, o ponto de vista do cientista natural, não o do economista. O economista não é servido por forças, não por "valores em geral"; ele busca valores de uso econômicos ou riqueza, ou seja, forças que, em virtude de sua forma particular, estejam à disposição dos homens para sua economia de forças (*Krafthaushalt*) e lhes sejam úteis. Toda a atividade econômica dos homens é direcionada exclusivamente para a obtenção de tais valores de uso. No entanto, só se podem obter valores de uso transformando os valores naturais de maneira correta por meio do trabalho humano. Nessa transformação consiste, portanto, a produção de valores econômicos ou de uso. Para essa transformação, a natureza fornece, por assim dizer, o material, mas o homem fornece a energia de transformação. Ambos atuam, portanto, na transformação e são, com isso, fontes de valor econômico ou de uso. Em relação ao valor de uso, não apenas a natureza, mas também o trabalho humano é produtivo. Na conversão do valor natural em valor de uso, todas as profissões e classes participam, desde que exerçam uma atividade útil. Em relação a ele, portanto, todo trabalho humano é produtivo. O termo "produzir" ou "gerar" pode, por certo, ser facilmente enganoso aqui

também. Não se trata, propriamente, de uma criação, mas apenas de uma transformação, que melhor se define como "obtenção" (*Gewinnung*).

O erro dos Fisiocratas consistiu, portanto, no fato de enxergarem no "valor em si", tal como fornecido pela natureza, já um "valor econômico" e, com isso, igualarem os dois conceitos, "valor" e "valor de uso". Daí resultou o fato de considerarem a natureza como a única fonte de valor. Esses equívocos, que impossibilitaram uma compreensão real das correlações econômicas, podem ser explicados pelo fato de Quesnay, o fundador da escola, ser médico e cientista natural e, por isso, estar inclinado a observar a economia apenas com os olhos de um cientista natural.

A isso somou-se o fato de que, na França pouco industrializada de antes da Revolução, a questão agrária tinha uma importância social avassaladora, de modo que mesmo homens perspicazes puderam cair no erro de acreditar ter assegurado a justiça social de modo geral por meio de sua regulamentação.

A síntese a seguir deve destacar novamente os pontos principais da vertente clássico-marxista e da vertente fisiocrática por meio de uma confrontação.

	A Escola Clássico-Marxista	**A Escola Fisiocrata**
O Valor Econômico	Valor de Troca	Valor em si
A Única Fonte de Valor	O Trabalho Humano	A Natureza
Origem do Lucro	Do Trabalho Humano	Da Natureza
Beneficiário deste Lucro	Proprietário das Mercadorias e dos Meios de Trabalho	Proprietário da Terra

A compilação demonstra que a economia política, enquanto ciência, nos forneceu até agora uma teoria do valor sob a ótica do valor de troca (na escola clássico-marxista) e outra sob a ótica do "valor em geral" (na escola

fisiocrática), mas que carece inteiramente de uma teoria do valor que coloque no centro o "valor econômico propriamente dito", a saber, o valor de uso (*Gebrauchswert*).

Quanto a isso, nada foi alterado pelas vertentes mais recentes desta ciência, como a escola histórica, a do socialismo de Estado e a Escola de Viena. Esta última, embora tenha se ocupado dos valores por meio da teoria da utilidade marginal (*Grenznutzentheorie*), não conseguiu se desvincular do valor de troca, apesar de sua oposição a Adam Smith. A oposição a Adam Smith reside apenas no fato de que este — e com ele Marx — faz o valor de troca depender dos custos, enquanto os teóricos da utilidade marginal pretendem demonstrar que ele depende da utilidade (valor de uso dos bens) e, especificamente, da menor utilidade ainda possível (utilidade marginal).

> A medida da utilidade dependente é, via de regra, também a medida para o valor dos bens (valor de troca)... Não é, portanto, a maior utilidade que o bem poderia proporcionar que é determinante para o seu valor, nem a utilidade média, mas sim a menor utilidade (utilidade marginal) para cuja obtenção ele ainda poderia ser racionalmente empregado... O valor de um bem determina-se pela magnitude de sua utilidade marginal (Böhm-Bawerk, op. cit., p. 174 e 184).

Contudo, dado que a menor utilidade possível de um bem coincide com os seus custos, toda a disputa acadêmica entre os vieneses e os clássicos e marxistas é ociosa. Já demonstrei que o valor de troca costuma situar-se entre os custos e a utilidade, mas que sua posição é determinada pelas relações de poder econômico. Por não ter reconhecido essas correlações, a Escola de Viena não logrou êxito na elaboração de uma teoria do valor satisfatória, assim como não o lograram os clássicos.

4. Esboços de uma teoria do valor de uso

Só se pode chegar a uma teoria do valor correta se tomarmos como base, e sustentarmos até o fim, o conhecimento de que o valor de uso (*Gebrauchswert*) é o valor econômico propriamente dito, e que a natureza e o trabalho humano são fontes desse valor em igual medida.

Não se deve omitir que essa percepção é, em si, tão antiga quanto as doutrinas apresentadas até aqui. Já foi citada a frase precisa de Petty, que diz sobre a riqueza: "O trabalho é seu pai, assim como a terra é sua mãe". Mas já o velho Mirabeau escreve sobre si mesmo: "Eu havia raciocinado, portanto: 'As riquezas são os frutos da terra e da atividade do homem'". A maneira como ele foi convertido dessa visão fundamental correta para o erro dos Fisiocratas, aos quais se uniu posteriormente, é emblemática de como o espírito humano, que já avançava com segurança no caminho da verdade, pode recair novamente no erro.

Quesnay leu a obra de Mirabeau, "O Amigo dos Homens", e escreveu a respeito: "A criança bebeu leite ruim. A força de suas disposições naturais a impele para as conclusões corretas, mas ele não compreende nada dos princípios fundamentais". Ele pediu uma entrevista a Mirabeau, à qual este compareceu "com a segurança de um Golias". "Durante a conversa, porém, ocorreu que o crânio do Golias foi esmagado", como o próprio Mirabeau confessou mais tarde. Mas como isso aconteceu? "Meu oponente pediu-me que concedesse aos homens a mesma honra que às ovelhas. Para aumentar estas últimas, deve-se começar pelo aumento das pastagens. Eu respondi que a ovelha era apenas um meio subordinado de prosperidade; o homem, por outro lado, deveria ser considerado a causa primária da produção de frutos. Com isso, ele começou a rir e pediu que eu lhe explicasse isso mais claramente e lhe dissesse se o primeiro homem trouxera, por acaso, o pão no bolso quando veio à terra, para viver dele

até que a terra fosse trabalhada, semeada, colhida e o fruto obtido. Com isso fui vencido".

Facilmente vencido, pode-se acrescentar. Como tantas vezes, também aqui o sentimento correto sucumbiu ao entendimento treinado e à maior habilidade de disputa.

Certamente, os frutos da natureza existiam antes do homem. Mas são apenas produtos naturais e, de modo algum, bens econômicos. Tornam-se valores de uso econômicos somente quando o homem os busca, coleta, armazena, processa, cultiva, consome; em suma, quando os transforma por meio de seu trabalho e os torna úteis ao seu balanço energético (*Krafthaushalt*). Certamente, todas as forças são produzidas pela natureza. Mas só se tornam valores de uso por meio da cooperação do homem trabalhador.

Dos argumentos de Quesnay depreende-se claramente que ele, também como economista, via as coisas com os olhos de um cientista natural, assim como Smith, Ricardo e Marx as viam com os olhos de um comerciante.

Mesmo mais tarde, a verdade da teoria das duas fontes (*Zweiquellentheorie*) foi expressa com frequência suficiente. Assim, Harris disse: "Terra e trabalho são as fontes da riqueza", e Carey declarou que a riqueza de um povo é determinada apenas pelas utilidades da vida, não pelo valor de troca.

Em seu "Sistema Nacional de Economia Política", Friedrich List aponta para a diferença que existe entre a "Teoria dos Valores" e a "Teoria das Forças Produtivas". List não poderia ter feito essa distinção se não tivesse pressentido que as forças produtivas eram os valores propriamente ditos.

Heinrich von Thünen, que se declarava grato como discípulo de Adam Smith, possuía discernimento e liberdade de espírito suficientes para corrigir seu

mestre da seguinte forma: "Da visão de Adam Smith derivam vários erros de seu sistema, a saber: que a natureza coopera na agricultura, enquanto nas manufaturas ela nada faz. A isso se deve objetar brevemente: sem a cooperação das forças da natureza, as indústrias podem ser operadas tão pouco quanto a agricultura".

Essa afirmação, encontrada na obra peculiar de Thünen, "O Estado Isolado", página 18, possui apenas o erro de que ainda atribui demasiado conteúdo de verdade a Adam Smith; pois, na realidade, este também não pressupõe, desde o início, qualquer cooperação produtora de valor da natureza na agricultura.

Böhm-Bawerk diz em sua "Teoria Positiva do Capital", p. 120:

> Todos os bens de consumo produzidos pelo homem surgem por meio de uma cooperação da força humana com as forças da natureza.

Na p. 7 chega-se a dizer:

> Produzir! O que isso quer dizer? — Que a criação de bens não é um trazer à existência de matérias que antes não existiam, não é uma criação no sentido verdadeiro da palavra, mas pode ser apenas uma remodelagem da matéria imperecível em formas mais vantajosas; isso já foi dito com tanta frequência que seria totalmente supérfluo voltar a esse ponto aqui.

Por mais corretas que fossem essas percepções, elas surgiram apenas esporadicamente, e seus portadores permaneceram precursores. Nenhum deles logrou estabelecer uma teoria abrangente do valor de uso e, com isso, criar finalmente uma verdadeira ciência econômica que compreenda e explique a vida econômica do ponto de vista do economista propriamente dito, a saber, do homem que produz e consome. Esse trabalho fundamental ainda está por ser realizado.

Somente quando eu já havia avançado minha investigação até este ponto, fui alertado por uma nota insignificante nos "Esclarecimentos Socio-científicos sobre as Leis Fundamentais da Economia Política de David Ricardo" de Diehl para uma obra de Eduard Sacher, escrita por este diretor de seminário austríaco — portanto, um não especialista — em 1899, e publicada pela editora Pierson sob o título "A Ciência Social como Ciência Natural" (*Die Gesellschaftskunde als Naturwissenschaft*). Como tantas coisas valiosas e importantes, esta obra também nunca passou da primeira edição e desapareceu há muito do comércio de livros. Custou algum esforço até que eu a encontrasse em uma biblioteca. Mas esse esforço foi ricamente recompensado pela alegre surpresa que me proporcionou durante a leitura. Aqui encontrei tudo o que buscava e que, nesse meio tempo, também já havia descoberto: uma teoria do valor de uso concebida de forma absolutamente correta e apresentada com extraordinária clareza e simplicidade.

Ainda mais valioso me pareceu o primeiro escrito de Sacher: "Fundamentos de uma Mecânica da Sociedade" (*Grundzüge einer Mechanik der Gesellschaft*). Como se diferenciava beneficamente aquele pequeno e delgado volume dos tomos volumosos dos chamados "clássicos" desta lamentável ciência, e quão rico em conteúdo e elucidativo ele era, apesar de tudo.

O que mais me impressionou foi a extraordinária concordância com as minhas próprias formulações, que nas proposições centrais chega à completa identidade de expressão e talvez me exponha à acusação de plágio. Se eu quisesse citar aqui tudo o que é de interesse, teria de me repetir completamente. Por isso, que fiquem aqui apenas algumas definições conceituais:

"Sobre o Valor das Coisas"

"O valor absoluto de uma coisa consiste na totalidade da energia nela contida.

> Na mecânica da sociedade, contudo, importa menos o valor absoluto do que duas outras formas de valor; estas são o valor de uso e o valor de troca.
>
> O valor de uso de uma coisa consiste na energia que, por meio do emprego da mesma, pode ser obtida, conservada ou poupada pelos homens.
>
> O valor de troca de uma coisa consiste na energia aplicada em média pelos homens como trabalho para a sua obtenção."

Essas explicações dos conceitos fundamentais mais importantes dizem o suficiente. Posso concordar plenamente com elas; apenas a definição do conceito de "valor de troca" deve ser rejeitada. Nela revela-se um último resquício de influência liberal-marxista. Esse último resquício de erro, que Sacher não pôde sacudir, torna-se fatal para este espírito, por sinal tão independente, quando ele tenta avançar para propostas práticas sobre a organização econômica, especialmente sobre a distribuição. Falaremos disso mais tarde.

A surpreendente concordância que se estabeleceu entre o trabalho de Sacher e o meu, sem que eu tivesse qualquer conhecimento da obra dele, explica-se de forma simples pela mesma atitude fundamental perante o problema econômico. Sacher diz a respeito:

> O autor acredita ter encontrado nas ciências naturais a base para uma economia política racional. Pelo menos, com a ajuda delas, pode-se reconhecer claramente de onde vêm as forças motrizes na vida do povo, quanta força um povo possui, quanta ele consome e como aquela a ser consumida pode ser adquirida. Além disso, as definições fundamentais para a economia política podem ser dadas de forma tão precisa como de outra forma não seria fácil. O conceito de valor, que tem sido buscado em vão desde o desenvolvimento desta ciência, pode ser definido de forma clara e simples com a ajuda da física; o valor de troca e o de uso podem ser distinguidos de forma clara e simples. O recém-introduzido conceito de valor específico tornar-se-á familiar em breve para qualquer pessoa que seja capaz de pensar minimamente de forma matemática. Como unidade de medida serve o conceito

> físico fundamental de energia, especificamente segundo Clausius, tomando-se 1 Trabalho = 424 quilogrametros.

A este posicionamento caberia apenas acrescentar que não apenas as leis da física, mas também as da biologia e, por fim, da história dos homens e da história da vida em geral *devem ser determinantes na configuração da economia.*

Parece quase um enigma como um livro como esse, que fundamentou uma revolução profunda na economia política, em teoria e prática, pôde permanecer sem impacto e cair totalmente no esquecimento. Só consegui encontrar um exemplar dele na Biblioteca Estatal Prussiana em Berlim; em uma biblioteca universitária, na qual solicitei, ele faltava. O exemplar de Berlim portava o carimbo do jornal *Frankfurter Zeitung*, tendo, portanto, chegado a este como exemplar de resenha e, então, encontrado o caminho para Berlim. E tudo isso, embora tivesse sido publicado pela grande editora Fischer, em Jena. Sacher evidentemente chegara em um momento totalmente desfavorável; sua obra não encontrou qualquer necessidade que a acolhesse. Para a burguesia, o capitalismo ainda era o ideal; o proletariado começava justamente a entusiasmar-se com as utopias marxistas. Ali faltava, por certo, o solo fértil para a valiosa semente de Sacher.

Também no livro de Pohlmann-Hohenaspe, "Conceitos Fundamentais da Economia Política" (*Grundbegriffe der Volkswirtschaft*), encontram-se algumas verdades da teoria do valor de uso. Assim, Pohlmann enfatiza que "no topo de todos os valores está o homem rico em necessidades e capaz de desempenho", e que a obtenção de um bem só se completa "quando ele é destruído, quando cumpre seu propósito e passa para o músculo, o nervo e a substância cerebral de um homem".

Para estabelecer um sistema de valor de uso consequente, faltou-lhe provavelmente a atitude científico-natural que caracteriza Sacher, e nisso o impediram também os erros fisiocráticos nos quais estava enredado.

Em tempos mais recentes, Ruhland, em seu "Sistema de Economia Política", enfatizou novamente com força a verdade da teoria das duas fontes. Na página 99, Vol. I, ele diz: "A terra é a fonte da qual o trabalho humano obtém aquelas matérias que, em diferentes graus de seu beneficiamento, constituem a totalidade daquelas massas de bens que chamamos de riqueza do povo".

Ruhland pretendia criar um sistema e, com a dualidade — Natureza e Trabalho —, encontrara o único ponto de partida utilizável para o seu propósito. Infelizmente, no decorrer de seus trabalhos, ele permitiu-se desviar do conhecimento correto devido à sua predileção particular pelos cereais e pela economia tritícola.

Na página 159, Vol. I, ele desvia-se da seguinte forma:

> Mas mesmo todos esses requisitos ainda não bastam para a criação de um novo sistema. É, antes, finalmente necessário encontrar o ponto de partida construtivo correto. Os sistemas de economia política anteriores tiveram diferentes pontos de partida. O sistema mercantilista partiu da riqueza monetária; o fisiocrático, da terra e do solo; Adam Smith, da abundância de bens; Karl Marx, do trabalhador assalariado. Qual será o nosso ponto de partida? Eu me decido pelos cereais!

Ora, os pontos de partida dos outros sistemas aqui não são apreendidos com clareza, sendo totalmente unilaterais; contudo, a escolha dos cereais como ponto de partida é descabida. Poucas páginas adiante, ele próprio já admite a unilateralidade desse ponto de vista com as palavras:

> Se, portanto, a doutrina econômica pudesse ser construída de forma unilateral, isso seria possível como uma doutrina sobre os cereais, mas não como uma doutrina sobre o dinheiro (Vol. I, p. 161).

A disposição prática e o senso comum permitiram a Ruhland, apesar de tudo, chegar a exigências práticas no terceiro volume de sua obra que merecem grande atenção; contudo, formar um sistema não lhe foi mais possível após esse desvio fundamental. Em seu prefácio ao Vol. III, página 400, ele admite o fracasso de sua intenção sistemática original: "Uma teoria econômica teórica especial, que necessariamente deveria ser uma 'filosofia do conceito de economia política', eu não apresento... Para uma filosofia utilizável, esta ciência prática só estará madura quando ela... se tornar uma ciência exata".

Se Ruhland tivesse conhecido e observado Sacher, provavelmente teria avançado mais também no aspecto sistemático.

Onde Sacher falha devido às suas visões equivocadas sobre o valor de troca — a saber, na questão da justa distribuição do valor —, intervém Johann Heinrich von Thünen. Este pensador livre já reconhecera, por volta de 1825, que a renúncia à regulação da economia pelo Estado seria fatídica, pois o domínio sem limites do poder na vida econômica levaria à injustiça desta. Em seu "Estado Isolado", Parte II, ele diz:

> Todos os estudos de economia política levaram-me sempre de volta à questão: o baixo salário, que os trabalhadores manuais comuns recebem em quase todos os lugares, é algo natural, ou é este originado por uma usurpação da qual os trabalhadores não podem mais se desvencilhar?

Qual é a lei segundo a qual a distribuição do produto do trabalho entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras deve ocorrer naturalmente? Sim, a visão de que nada caberia ao trabalhador além do estritamente necessário para o seu sustento apoderou-se de tal forma dos espíritos que a consciência

dorme tranquila, desde que o trabalhador não sofra uma necessidade real. Mas, se um dia o povo estiver despertando, levantar a questão: "Qual é a parcela natural do trabalhador em seu produto?", então pode surgir uma luta que trará devastação e barbárie sobre a Europa.

Desde o início da Revolução Francesa, o mundo é movido pela ideia da liberdade constitucional. Mas, além dessas lutas, já espreita uma outra, que já está contida como germe no embate pela liberdade constitucional, e que pode tornar-se mais perniciosa e devastadora do que qualquer uma das anteriores. Já agora mostram-se na França, nas visões e doutrinas dos comunistas, os primeiros vestígios da luta que se inicia, por enquanto ainda não sangrenta. Os comunistas não se contentam em exigir para os trabalhadores o salário natural, mas passam imediatamente a esperanças quiméricas, a exigências contrárias à razão.

Assim, von Thünen, um Graco alemão, reconheceu precocemente e com clareza a ferida mortal de nossa comunidade nacional e buscou meios para a sua cura, sobre os quais se falará mais tarde; sim, ele não parou na doutrina, mas avançou para a ação. Provavelmente como o primeiro, ele implementou sua proposta prática de conceder aos trabalhadores participação nos lucros em sua própria propriedade, Tellow, com a intenção de, por esse meio, destinar aos trabalhadores uma parcela aumentada do ganho econômico.

O desejo de Thünen era nobre. O fato de ter permanecido imperfeito deve-se, em primeira linha, ao fato de ele não ter conseguido libertar-se totalmente da autoridade de Adam Smith e de sua teoria do valor de troca, nem avançar para uma teoria do valor de uso consequente, para a qual ele outrora tomara fôlego em uma oposição natural, oriunda da experiência prática, contra Adam Smith.

Após esta incursão na história da economia política como teoria, deve ter sido criada uma visão geral suficiente para que se possam seguir as demais questões fundamentais.

VII. O resultado da geração de valor e o “valor específico”

O objetivo de toda a atividade econômica é a transformação de valores naturais em valores de uso através do dispêndio de força de trabalho humana. O sucesso traduz-se no excedente de valor obtido para além da reposição dos custos de trabalho. A magnitude deste lucro é determinada, primeiramente, pelo nível do valor de uso obtido. Se o valor de uso de um quilograma de carvão antracito ultrapassar as 2000 calorias, o lucro aumenta consequentemente.

Por outro lado, o lucro depende também do montante dos custos de trabalho. Se estes aumentam, o lucro diminui; se diminuem, o lucro torna-se maior. São, portanto, ambas as grandezas — valor de uso e custos de trabalho — que, através da sua posição e do seu movimento, determinam conjuntamente o lucro.

Se, por exemplo, o valor de uso aumentar em 100 calorias, enquanto simultaneamente os custos de trabalho também crescem 100 calorias, o excedente de valor, expresso em calorias, permanece o mesmo. No entanto, o sucesso económico diminuiu, pois o mesmo lucro só pôde ser alcançado através de um dispêndio de trabalho superior em 100 calorias. Daqui decorre que dois trabalhos que alcancem ambos o mesmo lucro em calorias não têm, por essa única razão, de ser economicamente bem-sucedidos em igual medida. Só possuem o mesmo sucesso económico se os custos de trabalho e os valores de uso forem iguais em ambos os lados. Estas relações importantes que subsistem entre custos de trabalho, valor de uso e lucro — e que são decisivas para a avaliação de uma atividade económica — são sintetizadas no conceito de "Valor Específico".

O conceito de "valor específico" foi, como já mencionei, desenvolvido pela primeira vez pelo genial luso-austríaco Eduard Sacher[8]. Encontra-se o valor específico ao dividir o valor de uso pelos custos de obtenção. Sacher define-o, contudo, de forma divergente e menos funcional: valor específico igual a valor de uso dividido pelo desempenho laboral (*Arbeitsleistung*). No entanto, custos de trabalho e desempenho laboral são grandezas muito distintas. Se considerarmos a obtenção de valor como um assunto de economia coletiva (*gemeinwirtschaftlich*) de todos os envolvidos na produção e no consumo, os custos de obtenção consistem única e exclusivamente na força de trabalho humana, direta e indireta, despendida e consumida; os custos de obtenção são apenas custos de trabalho. Na ordem capitalista, os custos de trabalho são constituídos pela quantidade de energia necessária para reproduzir a força de trabalho humana, direta e indireta, consumida. Estas quantidades de energia são utilizadas principalmente para alimentação, vestuário, habitação, aquecimento, educação e formação de crianças.

Pode-se estimar os custos de trabalho que incidem sobre 1 kg de carvão antracito (pronto para uso diante da caldeira) em 29,43 (aprox. 30)[9] calorias. Sendo o valor de uso médio deste quilograma igual a 2.000 calorias, o valor específico médio será:

$$\frac{2000}{29{,}43} = 68$$

O número 68 indica que o trabalho empregado na extração do valor de uso do carvão mineral fornece 68 vezes mais valor de uso do que é necessário para a sua própria reprodução. Se quisermos registrar a extração de um quilograma de antracito na contabilidade de toda a nossa economia energética, devemos

[8] N.A: Eduard Sacher, Grundzüge einer Mechanik der Gesellschaft. Fischer, Jena 1881. Vergriffen. Eduard Sacher, Die Gesellschaftskunde als Naturwissenschaft. Pierson, 1899. Vergriffen.
[9] N.A: O cálculo é mostrado no Capítulo XIV 'Um exemplo de geração de valor '.

colocar, do lado das despesas, 29,43 calorias e, do lado das receitas, 2.000 calorias.

Ao examinar mais de perto, verifica-se que outros trabalhos econômicos também possuem um valor específico diferente. Seja esse valor 1, 2, 20, 30 ou 80, ele sempre informa de forma inequívoca em que medida o respectivo trabalho econômico enriquece o nosso metabolismo energético, qual é o seu grau de eficiência econômica e qual é a sua fertilidade. Quando conhecemos os valores específicos dos diversos trabalhos econômicos e dos bens econômicos, somos capazes de compará-los entre si quanto à sua capacidade geral de enriquecimento e, nesse aspecto, estabelecer uma hierarquia entre eles. O valor específico não pode, a longo prazo, cair abaixo de 1, pois, caso contrário, ocorreria uma perda permanente de valor em vez de um enriquecimento de valores.

Para cima, o valor específico não tem limite teórico; na prática, porém, ele é sempre limitado pela nossa capacidade e pela produtividade da natureza. Por isso, existem basicamente dois caminhos diferentes para aumentá-lo. Uma possibilidade consiste na conquista e na exploração de novas fontes de valores naturais mais produtivas. A outra consiste no aumento da nossa capacidade. Também aqui são possíveis duas direções. A melhoria da nossa capacidade pode visar o aumento do valor de uso obtido. Isso significa, então, um aumento da chamada “produção”.

Ele pode ser alcançado por meio de maior diligência de todos os colaboradores. Muito mais eficaz nesse sentido, porém, é o trabalho dos inventores, que elaboram novos processos e criam novas instalações que permitem obter mais valores de uso com o mesmo dispêndio de trabalho. Assim, por exemplo, o inventor da máquina a vapor e os seus aperfeiçoadores realizaram algo grandioso para o aumento do valor de uso do carvão. Um efeito

semelhante teve também a invenção do processo de gaseificação (usina de gás). A máquina a vapor, no melhor dos casos, consegue aproveitar apenas 15% do poder calorífico do carvão; a usina de gás direciona 50% de todo o conteúdo térmico para uso útil. Também a recente liquefação do carvão representa um importante passo no caminho do aumento do valor de uso dos nossos diamantes negros.

Os inventores enriquecem o metabolismo econômico em grau extraordinário. Nesse aspecto, são verdadeiros benfeitores da humanidade e poderiam sê-lo ainda em grau muito maior numa economia racionalmente organizada; afinal, um aumento de apenas 1% na taxa média de aproveitamento do carvão, com uma produção mundial de 1.250 milhões de toneladas, representa um ganho adicional de 25.000 bilhões de calorias. Não se deve esquecer, porém, que esse mérito não cabe exclusivamente aos inventores.

Como pioneiros, sempre os precederam os pesquisadores científicos, que, em trabalho igualmente árduo e desinteressado, arrancaram da natureza o conhecimento daquelas leis das quais os inventores se servem. Outra possibilidade de aumentar o valor específico reside na redução dos custos de trabalho. Isso é, em primeiro lugar, tarefa dos organizadores da economia. Eles devem cuidar para que as diversas etapas parciais de um processo de obtenção de valor se encaixam de tal forma que nenhuma força de trabalho seja desperdiçada.

Cabe-lhes também adquirir e aplicar os meios de trabalho de modo que, para a obtenção de um determinado valor de uso, seja consumida a menor quantidade possível de força de trabalho humana. O impulso mais poderoso para a organização poupadora de trabalho na obtenção de valor partiu, nos tempos mais recentes, do americano Taylor e encontrou, entre outras, forma visível na chamada “linha de montagem” de Ford. Tão indispensáveis quanto os

inventores, pesquisadores e organizadores são, por fim, para o aumento do valor específico, os próprios homens criadores, sejam eles trabalhadores da mente ou da mão.

Do seu discernimento, da sua visão global e da sua circunspecção, do seu domínio dos métodos e meios de trabalho, da sua força, da sua boa vontade e da sua diligência depende, em última análise, o sucesso final. O homem criador adquire a sua capacidade por meio da instrução e do ensino. Por isso, também estes dois são indispensáveis para uma configuração favorável do valor específico. É claro que nem eles são capazes de "esculpir um Apolo em qualquer madeira". Eles só podem desenvolver o que já está presente no ser humano como característica hereditária: "o que é pastor, pastor permanece". A boa vontade dos homens criadores é conquistada sobretudo por meio de uma participação justa nos valores obtidos e de uma inserção na organização geral correspondente à sua importância. Quando essas duas condições não são cumpridas, nem mesmo o mais sincero entusiasmo pelo bem comum costuma resistir.

Além da força de trabalho humana que atua diretamente, de todo tipo, os meios de trabalho — que representam cristais de trabalho humano previamente realizado — são decisivos para o sucesso da obtenção de valor. Um costureiro manual, por exemplo, não pode nem de longe produzir o que um costureiro com máquina realiza no mesmo tempo e com o mesmo esforço, porque ao primeiro falta a máquina que está à disposição do segundo.

Como formas de capital, distinguem-se:

1) O capital operacional fluido, composto por bens de consumo de todo tipo (alimentos, roupas etc.);

2) O capital fixo, que consiste em meios de trabalho dos mais diversos tipos (máquinas, matérias-primas etc.).

O surgimento gradual e o uso dessas formas de capital são característicos dos estágios de desenvolvimento do trabalho e determinam seu sucesso. A figura 4 mostra as formas históricas de desenvolvimento do trabalho. No primeiro estágio, a maioria dos animais permaneceu (lebre, cervo, raposa etc.). Eles procuram alimento e comem. A obtenção e o consumo de valores não estão separados no tempo e, portanto, se alinham pontualmente ao longo de uma linha reta. O que é obtido é consumido imediatamente. Não há ainda qualquer forma de poupança de valores nesse estágio. Portanto, ele ainda não conhece nenhuma das duas formas de capital e, por isso, apresenta menor produtividade. No segundo estágio (abelha), os bens de uso obtidos são parcialmente poupados (alimento).

Nesse estágio, obtenção e consumo se separam no tempo, de modo que surge um ciclo que se move em espiral. Um lado representa a produção, o outro o consumo. O que é poupado constitui capital operacional. Ele serve para manter a força de trabalho quando a obtenção de bens necessários não é temporariamente possível. Isso permite que os seres superem períodos desfavoráveis.

No entanto, o nível de sua produtividade permanece limitado pelos limites impostos pela produtividade da natureza e pela força de trabalho. Esses limites só são superados no terceiro estágio do trabalho (formiga, ser humano), por meio da criação de meios de produção, que representam uma nova forma de capital: o capital fixo.

Mostra-se que a poupança de capital operacional não apenas possibilita a reprodução dos bens de consumo utilizados, mas também a produção de meios de produção, que não se destinam ao consumo, mas ao aumento da produtividade. Assim, o valor específico cresce continuamente por meio da interação adequada entre o trabalho direto e o indireto, entre o trabalho

produtivo e o criativo. Sua magnitude atual não é, de forma alguma, mérito apenas da geração presente. Desde os primórdios da humanidade, cada geração contribui com sua parte, de modo que, justamente neste campo, somos herdeiros particularmente afortunados.

E aquilo que acrescentamos em termos de progresso talvez seja, de longe, o melhor que podemos deixar aos nossos descendentes como valores econômicos. Contudo, nem todos os povos sabem lidar igualmente com esse patrimônio cultural, assim como nem todos contribuem em igual medida para sua criação. O valor específico geral, que obtemos dividindo o valor de uso pelos custos do trabalho, vale apenas quando queremos conhecer o valor que uma atividade econômica ou um bem econômico possui para o conjunto de todas as economias. Podemos, portanto, chamá-lo de valor específico total. Para uma economia particular, esse valor específico total só é válido quando o respectivo valor de uso é produzido e também consumido dentro dessa mesma economia, pois apenas nesse caso o ganho total de valor lhe beneficia. Em todos os outros casos, aplicam-se às economias particulares — sejam economias nacionais ou privadas — valores específicos distintos.

I. Estágio do Trabalho

- A obtenção de valor e o consumo de valor ocorrem imediatamente um após o outro (Lebre).
- Não há acúmulo (poupança) de valores, portanto, não há capital.

II. Estágio do Trabalho

- A obtenção e o consumo de valor são separados no tempo (Abelha).
- Acúmulo de valores na forma de produtos acabados e objetos de uso (alimentos, etc.).
- Capital operacional (ou de giro).

III. Estágio do Trabalho

- A obtenção e o consumo de valor são separados no tempo.
- Acúmulo de valores em formato duplo:
    - Capital operacional: Produtos acabados, itens de consumo, de consumo rápido.
    - Capital fixo: Meios de trabalho (ferramentas), de consumo lento.
- Volume de produção expansível.
- Formiga: Culturas de fungos.
- Ser humano.

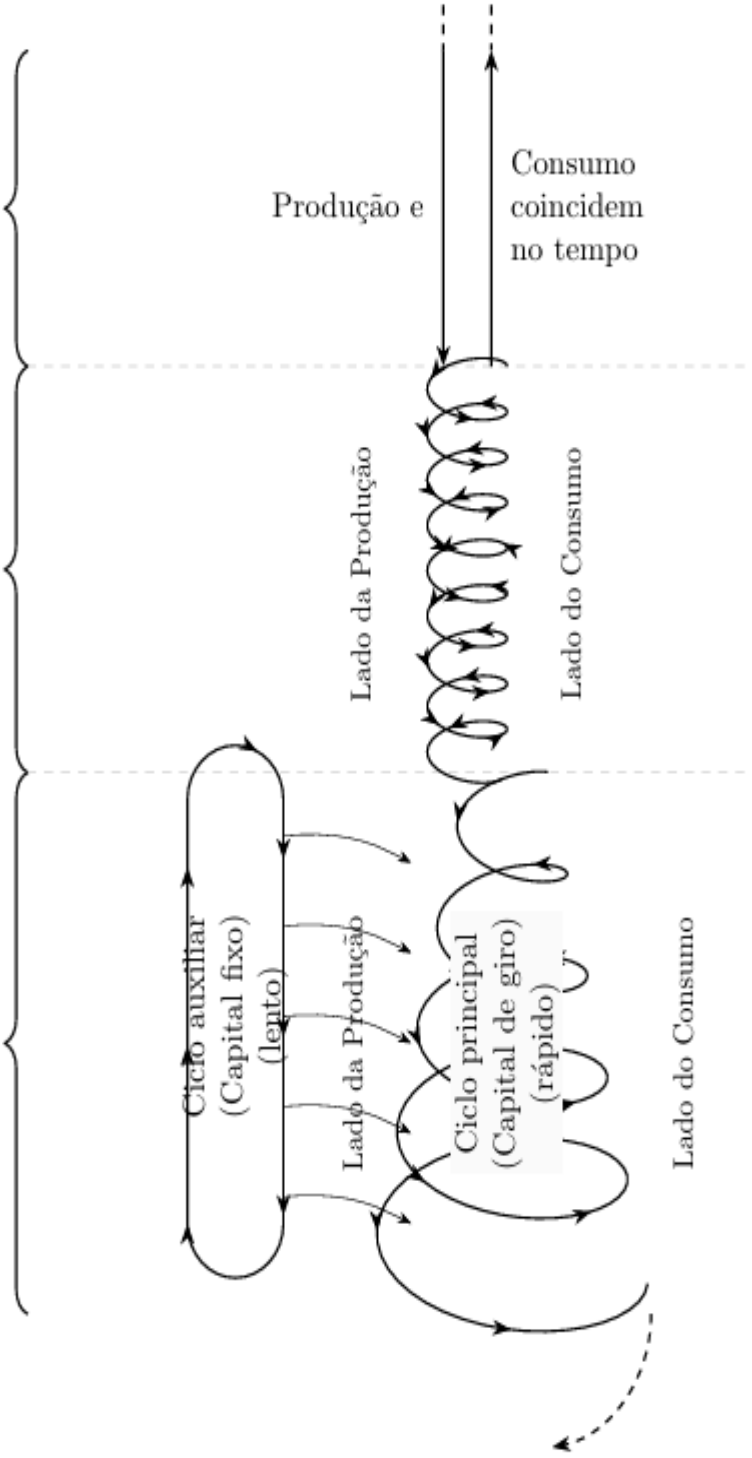


Fig. 4. Estágios de desenvolvimento do trabalho.

Assim, por exemplo, o valor específico do carvão que a própria mina consome é igual à fração $\frac{valor\ de\ uso}{custos\ de\ produção}$. No entanto, os custos privados de produção da mina não incluem apenas os custos do trabalho direto (salários e vencimentos) e do trabalho indireto (meios de produção), mas também os lucros dos produtores e dos proprietários anteriores dos meios de produção, dos alimentos etc., bem como dos seus financiadores. Os custos de produção da mina para 1 kg de carvão antracito são de cerca de 32,50 calorias[10]. Com um valor de uso de 2000 calorias, resulta daí um valor específico particular de 61,5. O valor específico particular daquele carvão que a mina revende é, para a mina, igual ao $\frac{Valor\ de\ venda}{Custos\ de\ produção}$. Nessa fórmula, o valor de uso desapareceu. Disso se reconhece que ele, de fato, não desempenha papel algum para o comércio. Em seu lugar surge o preço de venda ou valor de troca. Não é, portanto, de se admirar que Adam Smith, como economista nacional do povo inglês, e que Ricardo e Marx, como teóricos do povo comercial judaico, tenham considerado o valor de troca como o verdadeiro valor econômico e tenham negligenciado o valor de uso. Segundo dados estatísticos da associação do carvão, pode-se estimar o preço de venda de 1 kg de carvão em 36,50 calorias. Se os custos de produção da mina são 32,50 calorias, resulta nesse caso um valor específico particular de $\frac{36{,}50}{32{,}50} = 1,12$. Isso significa que o lucro da mina é de 12% dos custos de produção. Para o comerciante que compra o carvão para revendê-lo, o valor específico desse bem é calculado como $\frac{preço\ de\ venda}{custo\ próprio}$. Os custos próprios consistem no preço de compra e nos próprios custos de trabalho do comércio. Se o preço de compra é 36,50 calorias, e consideramos os custos de trabalho do comércio como 11,65 calorias, e o preço de venda ao consumidor como 59,80 calorias, então o valor específico particular é $\frac{59{,}80}{48{,}15}$ = 1,24. Isso significa um lucro de 24%.

[10] N.A: Os dados referem-se ao ano de 1913.

Para o abastecimento de nossas costas marítimas, compramos grandes quantidades de carvão inglês. O valor específico particular desse carvão para os importadores resulta de $\frac{preço\ de\ venda}{custos\ próprios}$. Já o valor específico particular desse carvão para a economia nacional alemã é, ao contrário, $\frac{Valor\ de\ uso}{Custos\ próprios}$.

Já se conclui que uma operação de importação desse tipo deve ser avaliada, do ponto de vista do bem comum da economia nacional, de maneira totalmente diferente daquela adotada do ponto de vista da economia privada. Torna-se, portanto, evidente que o bem comum da nossa economia nacional não está, de modo algum, garantido quando sua preservação — como ocorre hoje — é deixada aos representantes da economia privada.

Os governos mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, que consideravam ser tarefa do Estado zelar pelo bem de sua economia nacional, demonstraram, com isso, mais sabedoria do que os atuais estadistas capitalista-liberals, que acreditam assegurar suficientemente o bem comum ao permitir que cada agente econômico privado persiga livremente o seu interesse próprio.

As fórmulas acima sobre os valores específicos particulares demonstram com especial clareza quão sem esperança é a expectativa do liberalismo de que o bem comum possa ser alcançado apenas pela busca do interesse individual. Tal esperança só poderia existir se um determinado bem econômico tivesse sempre o mesmo valor específico para as economias individuais e para a economia nacional, ou se os valores específicos particulares ao menos dependessem do valor específico total e variassem juntamente com ele. No entanto, não é o caso de nenhuma dessas situações.

Por isso, é particularmente lamentável que a grande tentativa de Eduard Sacher de dar à teoria econômica uma base científica-natural tenha permanecido tão ignorada até hoje. Uma época que abriu mão de uma condução planejada da

vida econômica, porque acreditava que interesse próprio e bem comum eram equivalentes, e que por isso deixou tudo conscientemente à concorrência — isto é, à competição entre economias privadas —, não sentiu necessidade de uma compreensão exata dos processos econômicos.

Entretanto, reconhecemos agora que não podemos prescindir de uma preservação planejada do interesse comum da economia nacional. Exigimos do Estado que assuma a tarefa de indicar à economia nacional os caminhos que deve seguir para garantir o bem comum.

Para uma condução bem-sucedida da vida econômica, que tenha como objetivo assegurar o bem comum da economia nacional, é absolutamente necessária uma teoria do valor exata, de caráter científico-natural e matemático. E, nessa teoria do valor, o conhecimento do valor específico tem a maior importância prática.

Isso já vale para a avaliação e a orientação dos métodos de produção na economia nacional. Para formar um juízo sobre isso, hoje se considera exclusivamente três grandezas: custos de produção, preço e quantidade do bem produzido.

A fração $\frac{preço\ de\ venda}{custos\ de\ produção}$ é o valor específico particular para a economia privada produtora. Se essa fração for significativamente maior que 1, a empresa opera em condições favoráveis. Se também a quantidade produzida for satisfatória, o setor pode prosperar. Do ponto de vista privado, tudo está em perfeita ordem.

O que ainda não está esclarecido, porém, é se a economia nacional pode estar igualmente satisfeita. Para ela, o valor específico é $\frac{valor\ de\ uso}{custos\ de\ trabalho}$. Este é o único critério econômico decisivo quando se quer determinar o benefício que

a economia nacional, que produz e consome por si mesma, obtém de um setor produtivo. O valor específico da economia nacional de uma empresa ou de um tipo de empresa pode, por exemplo, ser ruim em comparação com outras empresas nacionais ou com empresas estrangeiras semelhantes. Nesse caso, cabe ao Estado promover, em conjunto com os envolvidos, o desenvolvimento dos métodos de produção em questão. Também é possível que o valor específico da economia nacional seja igual a zero, embora o valor específico da economia privada apresente bons resultados. Isso ocorre, por exemplo, na produção de literatura de baixa qualidade e de entorpecentes, cuja produção costuma ser extremamente lucrativa do ponto de vista privado.

No entanto, eles não têm valor para a economia nacional, pois seu valor de uso é igual a zero. O valor específico da economia nacional é então igual a $\frac{Zero}{custos\ de\ trabalho}$, o que resulta novamente em zero. Os custos de trabalho são, portanto, desperdiçados do ponto de vista da economia nacional; em vez de um aumento de valor, ocorre uma diminuição do valor da economia. Surge um prejuízo econômico nacional, que pode se multiplicar enormemente devido ao efeito nocivo e destrutivo desses produtos.

O valor específico tem a mesma importância decisiva para a avaliação do comércio exterior. A balança comercial exterior ainda é algo particularmente primitivo. Em geral, ela nos informa apenas sobre o preço dos bens importados e exportados, ou seja, considera apenas o valor de troca. O valor de uso não desempenha nenhum papel para ela.

Do ponto de vista do comércio exterior privado, isso é perfeitamente compreensível, pois para ele o valor de uso não tem importância. No entanto, soa quase ingênuo quando economistas passam a tentar extrair, dessa estatística puramente comercial, conclusões relevantes sobre o significado do comércio exterior para a economia nacional.

Se a soma dos valores de troca das importações excede a das exportações, fala-se de uma "balança comercial passiva". Com isso, pretende-se afirmar que a economia em questão sofreu um empobrecimento de valor. Portanto, não se avançou além de um método de avaliação extremamente primitivo, que já havia sido utilizado pelo mercantilismo — para seu próprio prejuízo.

Entretanto, há muito se observa que povos em fase de expansão econômica apresentam, quase regularmente, uma balança comercial passiva. Todos os países industriais da Europa têm, há décadas, uma balança passiva, enquanto os países coloniais, em geral, apresentam uma balança comercial ativa. Só essa observação já deveria ter levado à conclusão de que uma balança comercial passiva em termos de valor de troca, por si só, não diz nada sobre o enriquecimento ou empobrecimento de valor de uma economia nacional.

Para poder julgar isso, é necessário, antes de tudo, considerar o valor específico particular que cada uma das mercadorias trocadas possui para a economia que as consome. Esse valor é dado por: $\frac{Valor\ de\ uso}{Preço}$.

Suponhamos que a Alemanha tenha exportado para a Dinamarca 600 toneladas da mercadoria A, recebendo por isso 100.000 marcos. Por outro lado, a Dinamarca teria exportado também 600 toneladas da mercadoria B, recebendo a mesma quantia.

Segundo a avaliação tradicional da balança comercial, ela estaria agora em equilíbrio, e nenhuma das economias envolvidas teria sofrido alteração em seu estoque de valor. Se, porém, a razão $\frac{Valor\ de\ uso}{Preço}$ for de 40 para a mercadoria A e de 60 para a mercadoria B, então se evidencia que, ainda assim, ocorreu uma transferência de valor. A Alemanha recebeu, então, 60 calorias de valor de uso para cada caloria de valor de troca paga, enquanto a Dinamarca recebeu apenas 40.

A economia alemã, portanto, recebeu 60 calorias de valor de uso para cada 40 calorias de valor de uso exportadas. Isso representa um aumento de valor de 50%, enquanto a Dinamarca, para cada 60 calorias, recebe apenas 40 de volta, sofrendo assim uma perda de valor de 33%. O equilíbrio da balança de valores de troca não significa, portanto, de modo algum, um equilíbrio da verdadeira balança de valor, isto é, da balança de valor de uso. Uma análise mais detalhada do processo de troca só poderá ser apresentada na próxima seção. Para evitar mal-entendidos, convém ainda destacar que o princípio da máxima obtenção de valor não é, de forma alguma, o único a ser considerado na condução da geração de valor e do comércio exterior de uma economia nacional. Em igualdade de importância com ele está o princípio da economia de valor. A esse princípio servem, por exemplo, todas as medidas adotadas no interesse da autonomia e independência da economia nacional, mesmo quando não estão associadas à máxima obtenção possível de valor. Em compensação, tais medidas têm o efeito de evitar perdas muito maiores, como aquelas que podem ser causadas pelo desemprego, pela dependência econômica ou por uma guerra perdida.

VIII. A comunidade de geração de valor

Tanto na teoria quanto na prática da economia nacional, é comum opor produção e consumo, e, em consequência, considerar os interesses dos produtores e dos consumidores como opostos e inconciliáveis.

Produção econômica é a geração — ou melhor, a obtenção — de valores de uso. Segundo a concepção tradicional, considera-se que a obtenção do valor de uso do carvão está concluída quando ele é extraído, ou, no máximo, quando já se encontra pronto para uso diante da caldeira ou dentro dela. Do mesmo modo, o alfaiate acredita ter realizado uma criação econômica de valor quando confeccionou uma roupa. A mesma pretensão é feita pelo agricultor que produz trigo, batatas ou leite, pelo jardineiro que cultiva legumes, pelo capitalista que constrói uma fábrica, pelo artista que cria uma pintura. E, no entanto, todos estão enganados. Eles superestimam consideravelmente sua própria contribuição. Uma lição dura e esclarecedora é recebida por todos os "produtores" quando, por um período prolongado — como vem ocorrendo há anos —, não há escoamento para suas mercadorias. Então, o carvão se acumula nos depósitos e cria musgo, as roupas empoeiram nas lojas e saem de moda, os grãos mofam, as batatas apodrecem, e as máquinas reluzentes das fábricas enferrujam e se tornam obsoletas.

E repetidamente os decepcionados lamentam que os valores por eles criados tenham "se tornado sem valor", tenham sido desvalorizados. Como é possível que todas essas coisas valiosas — e muitas outras — possam se tornar "sem valor", se a geração de valor nelas já havia sido concluída? Nos casos descritos, falta sempre a mesma coisa: o consumidor. Sem ele, os mais belos produtos — grãos, carne, carvão, pedras preciosas e diamantes — são destituídos de valor. Ele, o consumidor tantas vezes desprezado, criticado e ignorado pela política econômica, revela-se indispensável para a conclusão da

geração de valor. Mostra-se, portanto, verdadeiro que todos os valores econômicos só são efetivamente obtidos quando são consumidos. Isso parece uma contradição, pois estamos acostumados a considerar o consumo como destruição de valor. No entanto, esse hábito é apenas resultado de uma visão superficial, infelizmente comum nas questões econômicas. Tal concepção não está em conformidade com os fatos econômicos. O fato de bens produzidos se tornarem "sem valor" se explica facilmente se admitirmos que somente o consumo pode completar a geração de valor. Essa suposição é também exigida pela teoria do valor aqui defendida. Anteriormente, definiu-se que cada coisa vale tanto quanto a energia que fornece ou economiza. Contudo, essa oferta ou economia de energia deve beneficiar uma troca de energia humana — isto é, o metabolismo energético do consumidor. Os valores naturais só se transformam em valores econômicos quando não apenas são obtidos, mas quando são "apropriados por nós", isto é, convertidos em força humana.

Isso já está implícito no próprio termo "ganhar", que significa apropriar-se de algo, torná-lo próprio. Os valores naturais só são realmente obtidos quando são apropriados de tal forma que se manifestem como força humana. Essa apropriação pode ser direta. As energias dos alimentos são imediatamente incorporadas ao nosso metabolismo. Já o calor do carvão, que utilizamos para cozinhar, não atua diretamente sobre nosso metabolismo, mas torna os alimentos mais digestíveis, permitindo que absorvamos uma maior parte de sua energia. Assim, a energia do carvão beneficia nosso organismo de maneira indireta. Conclui-se, portanto, que a chamada "produção" — ou melhor, a fabricação — não constitui, de modo algum, a geração completa de valor. Ela é apenas uma parte do processo total de geração de valor, ao qual o consumo deve se somar como uma segunda metade igualmente importante. Assim, compreendemos que produtores e consumidores não possuem apenas interesses opostos; ao contrário, dependem completamente uns dos outros, pois formam

uma comunidade orgânica indissociável, que somente por meio de sua cooperação é capaz de gerar valores econômicos. Compreende-se também por que os bens se tornam “sem valor” quando não encontram mercado. Na verdade, eles não se tornam propriamente “sem valor”; revela-se apenas que ainda não haviam se tornado verdadeiramente valiosos. A transformação dos valores naturais neles contidos em valores econômicos de uso não havia sido concluída, mas apenas iniciada. Esse processo permaneceu incompleto porque não houve um consumidor que o levasse adiante.

A primeira lição que se extrai disso é: Uma comunidade de geração de valor é composta por produtores e consumidores como membros igualmente importantes e equivalentes. Mas há ainda uma segunda conclusão: quem atua na economia tende a considerar a produção de bens materiais como a tarefa principal e completa da economia. No entanto, deve-se aprender que a verdadeira tarefa da economia é a preservação, o aumento e o desenvolvimento da força humana, sendo a produção de bens apenas uma preparação para esse fim. Os bens materiais — batatas, trigo, máquinas e carvão — não passam de meios modestos para um objetivo superior. O objeto, o propósito e o fim da economia nunca são coisas, mas sempre o ser humano — a preservação e o aumento de sua força. Essas duas conclusões fundamentais, às quais conduz a teoria do valor baseada na força, constituem também princípios centrais da visão de mundo e da filosofia econômica nacional-socialista, para a qual a economia não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir a força do povo. Os erros fundamentais e as deficiências da concepção capitalista-liberal dominante da economia e do Estado decorrem, em grande parte, da incompreensão dessas verdades. Se a comunidade de geração de valor se estende amplamente no espaço, o contato direto entre produção e consumo deixa de existir. Ambos já não são capazes de se encontrar diretamente.

Surge então, necessariamente, a intermediação comercial como terceiro elemento dessa comunidade de geração de valor. Cabe a ela a tarefa de levar os bens produzidos ao consumo. Frequentemente se acusa o comércio de ser improdutivo, de não participar da geração de valor. Isso, porém, é completamente injusto. A geração de valor consiste em transformar forças naturais e incorporá-las de algum modo ao metabolismo humano. Em muitos casos, isso é impossível sem a mediação comercial; sem ela, o processo de geração de valor permaneceria incompleto. A atividade comercial é, portanto, em si mesma, uma parte indispensável da geração de valor e, por isso, efetivamente criadora de valor — ou seja, "produtiva".

Toda comunidade maior de geração de valor consiste, portanto, de acordo com a natureza e os fatos, em três elementos: produção | intermediação | consumo. Apenas por completude, deve-se ainda observar que, evidentemente, não existem produtores puros nem consumidores puros. Um consome aquilo que o outro produz e vice-versa, de modo que todo indivíduo economicamente ativo reúne em si tanto as características de produtor quanto de consumidor. A estrutura da comunidade de geração de valor é ainda extraordinariamente multiplicada pela divisão do trabalho. Esta se realiza sobretudo na produção, mas também na intermediação e até mesmo no consumo. Assim, não é um único homem que disponibiliza o valor de uso do carvão; são centenas que trabalham sucessivamente nisso, começando pela investigação e ensino das leis naturais correspondentes, passando pela invenção e construção das máquinas, pela instalação da mina, até a extração e o processamento do carvão propriamente dito.

O mesmo ocorre no comércio e no transporte, e até mesmo no consumo. Um consome o gás de iluminação obtido do carvão, outro o coque, um terceiro o benzeno; outros ainda consomem os fertilizantes artificiais, os corantes e os medicamentos que são todos obtidos dos subprodutos.

Assim, somente o processo de geração de valor do carvão já constitui um organismo gigantesco e complexo, no qual cada participante depende completamente dos demais. Teoricamente, é perfeitamente possível que um único indivíduo realize todo o processo de formação de valor. A melhor ilustração desse caso é a história de Robinson, que, nesse aspecto, é muito mais do que um simples conto infantil. Robinson é, no sentido mais estrito, auto suficiente: ele precisa satisfazer todas as suas necessidades por si mesmo, e todo o resultado de seu trabalho lhe pertence, pois ele não compartilha o consumo com ninguém. Mas Robinson é apenas uma ficção, e mesmo assim ele não permanece em isolamento. Os destroços do navio lhe fornecem meios que ele próprio não produziu, e em Sexta-Feira ele encontra um companheiro com quem passa a formar uma comunidade de geração de valor. E, com essas duas circunstâncias, sua situação melhora. No mundo real, uma economia individual completamente autônoma e fechada não existe. Todos pertencem a uma comunidade de geração de valor da qual dependem. A menor dessas comunidades é a família com sua economia privada. Ela é antiquíssima, e também é antiga a divisão de trabalho em seu interior entre homem e mulher, que, segundo a concepção moral nórdica, foi tradicionalmente organizada de modo que ao homem cabia o trabalho externo, mais arriscado, e à mulher o trabalho interno, mais pacífico. O exemplo da família mostra claramente que o objetivo de toda atividade econômica não é a produção de bens materiais, mas a preservação e o aumento da força humana. Afinal, o propósito da família e o impulso mais íntimo do esforço dos pais é gerar e educar filhos.

Na economia familiar, encontramos também consumidores “puros”, a saber: as crianças ainda incapazes de trabalhar e os idosos que já não podem trabalhar. A existência desses consumidores — sendo que as crianças são justamente o objetivo do trabalho familiar — torna impossível que os pais utilizem todo o “produto do trabalho” apenas para si.

Cada família, por sua vez, pertence a uma comunidade maior de geração de valor. Em certos períodos, cidades com suas áreas rurais circundantes formaram tais comunidades. Essa etapa intermediária ainda não desapareceu completamente hoje, mas perdeu importância

A maior e, ao mesmo tempo, mais vital comunidade econômica acima da família é a nação, com sua economia nacional. Dela depende toda economia familiar. A mais autônoma entre todas ainda é a economia privada camponesa. Ela ao menos produz sua própria necessidade alimentar e, nesse sentido, é ao mesmo tempo produtora e consumidora, ou seja, autossuficiente. Mas também o camponês é dependente. Ele precisa escoar aquilo que produz além de suas próprias necessidades. Por outro lado, necessita de roupas, habitação, ferramentas, máquinas, fertilizantes artificiais, meios de transporte, energia elétrica e, não menos importante, proteção militar contra inimigos externos. Especialmente nos últimos tempos, a ligação do camponês com o organismo econômico nacional aumentou consideravelmente. Cada máquina que chega à propriedade, cada fio elétrico instalado no campo, prende o camponês de forma ainda mais evidente à comunidade econômica e vital da nação.

Toda relação de dependência é, ao mesmo tempo, uma relação de poder. Toda a comunidade econômica nacional é uma trama de fatores de poder. Desde que a ideia de Estado nacional e o poder estatal nacional foram cada vez mais minados pelo cosmopolitismo da política mundial, os diferentes grupos passaram — com sucesso variável — a tentar reduzir sua dependência em relação aos outros, ao mesmo tempo em que buscavam fortalecer seu próprio poder sobre eles. Assim, a indústria — tanto empresários quanto trabalhadores — buscava a livre importação de alimentos, para se tornar independente da agricultura nacional. Para seus próprios produtos, no entanto, exigia tarifas protecionistas, garantindo assim uma posição de monopólio em relação aos consumidores agrícolas.

Os esforços da agricultura, movidos pelo mesmo egoísmo corporativo, seguiram naturalmente na direção oposta. Ambos não perceberam que o outro setor é indispensável para si como consumidor, e que, portanto, é de seu próprio interesse manter o outro economicamente forte. Tais tendências e práticas míopes naturalmente abalaram a comunidade nacional de geração de valor (*Wertgewinnungsgemeinschaft*) e ameaçaram gravemente sua existência, em prejuízo de todos os seus membros, que com ela sofrem e podem sucumbir. As comunidades nacionais de geração de valor também não são completamente fechadas em si mesmas. Elas trocam valores entre si — matérias-primas, produtos semiacabados e acabados. Essas relações constituem a chamada economia mundial.

Existe uma crença amplamente difundida, alimentada igualmente pelo ultramontanismo, pelo liberalismo e pelo marxismo, de que as economias nacionais deveriam subordinar-se à economia mundial da mesma forma que exige isso das economias privadas. A sequência "economia privada → economia nacional → economia mundial" seria, para essas correntes, uma linha de desenvolvimento única e necessária. Isso, porém, é um equívoco. Já as relações puramente econômicas entre economia privada e economia nacional são de natureza completamente diferente das relações entre economia nacional e economia mundial. Uma única economia privada não é capaz de cumprir todas as funções de uma comunidade de geração de valor, incluindo a tarefa de preservação da espécie por meio da reprodução e da defesa. Para isso, ela necessita necessariamente da união em uma economia nacional. A economia nacional, por outro lado, é capaz de cumprir todas essas funções, pois pode expandir-se em população e território.

Suas relações com a economia mundial são frequentemente úteis, mas de forma alguma necessárias.

A comunidade nacional de geração de valor possui a capacidade de uma existência autônoma e, portanto, também o dever de mantê-la.

O liberalismo emergente (Rousseau) difundiu a doutrina de que o desenvolvimento da humanidade teria começado com a economia familiar fechada, passando pela economia urbana até chegar à economia nacional, e que deveria necessariamente evoluir para a economia mundial. Toda essa teoria foi refutada pelos resultados da pesquisa histórica. Já na Idade da Pedra, armas e ferramentas eram produzidas em oficinas especializadas por especialistas. O mesmo se sabe da Idade do Bronze, na qual também se comprova um comércio ativo entre povos — uma espécie de "economia mundial". Desde os primórdios da história humana coexistiram economia familiar, economia nacional e economia mundial, simultaneamente e em interação. O que variou foi apenas a relação entre elas. No entanto, a economia nacional sempre foi o único organismo econômico real, e é, portanto, anti natural, anti-histórico e prejudicial querer considerar a economia mundial como tal no futuro. O que chamamos de economia mundial é um emaranhado de relações variáveis entre economias nacionais, e não um organismo. Em que medida, ainda hoje, a economia nacional própria supera a economia mundial em importância pode ser demonstrado por um cálculo simples. Em consequência do Tratado de Versalhes e também como resultado da mentalidade cosmopolita dos partidos dominantes, a Alemanha tornou-se um país aberto à entrada de mercadorias estrangeiras por todos os lados. No ano de 1926, a Alemanha importou 9,9 bilhões e exportou 9,7 bilhões. Suas relações econômicas externas representaram, portanto, um valor médio de 9,8 bilhões. O número de pessoas economicamente ativas na Alemanha naquele ano era de 32 milhões. Se considerarmos um rendimento médio de 1.800 marcos por pessoa, o consumo total alemão pode ser estimado em 57,6 bilhões de marcos. Desses, apenas 9,9 bilhões — cerca de um sexto — foram cobertos por importações.

Mesmo nas condições desfavoráveis da Alemanha, a importância da economia nacional própria era cerca de cinco vezes maior do que a das relações com a economia mundial. Assim, a atenção do Estado à autossuficiência deveria ser cinco vezes maior do que a do comércio exterior. No entanto, na Alemanha ocorre exatamente o contrário. E, observando mais de perto, também não há um verdadeiro desenvolvimento da economia nacional para a economia mundial. Mesmo um órgão tão consistentemente cosmopolita como o jornal social-democrata *Vorwärts* teve, há algum tempo, que lamentar que, desde 1914, a autossuficiência nacional esteja crescendo em todo o mundo, enquanto o comércio internacional de bens vem diminuindo.

Será que nisso se revela a superioridade natural da economia mundial sobre a economia nacional? O nacional-socialismo recusa, portanto, continuar a tornar a nossa economia nacional alemã dependente da anarquia do mercado mundial e, assim, deixá-la ruir. Pretende organizar a economia nacional internamente de acordo com as necessidades de vida do nosso povo e para o aumento da sua força, e depois integrar-lhe organicamente as relações económicas indispensáveis com outros povos.

Para a comunidade nacional de criação de valor, a própria divisão natural em produtores, intermediários e consumidores já encerra uma profusão de fontes de conflito. A dependência e as relações de poder entre estes três grupos podem dar origem a tensões e explosões da mais perigosa natureza. O seu florescimento só está assegurado se for regulado e conduzido por um poder estatal justo e forte. Se, pelo contrário, se excluir conscientemente o Estado da economia e se o enfraquecer sempre que possível, o bem comum e, com ele, o direito perderão todo o seu peso e significado na vida económica, e a luta pelo poder entre os interesses particulares dos seus membros irá eclodir sem restrições.

Sob o ímpeto das teorias liberal-democráticas-capitalistas, esta luta pelo poder assola-nos há séculos e provoca continuamente novos abalos e perturbações. A consequência mais desastrosa da lei do mais forte na economia, que se desenvolveu entre nós com a penetração do direito romano no início da Idade Média, é uma fragmentação antinatural da nossa comunidade nacional de criação de valor. Enquanto a tripartição adequada até agora discutida era, de certa forma, vertical, permitindo que os três membros coexistissem em pé de igualdade, a nova estratificação baseada no poder que se formou era horizontal. Nela, os trabalhadores sem propriedade, os empresários detentores de meios de produção e os credores sobrepunham-se uns aos outros:

a) Credores,
b) empresários,
c) trabalhadores.

O que separa essas camadas não é sua diferente atividade na geração de valor — que distingue produtores, intermediários e consumidores —, mas unicamente a distribuição desigual do poder econômico. Os trabalhadores sem propriedade são, na ordem capitalista, economicamente completamente impotentes. A eles se opõem, como detentores do poder econômico, as outras duas camadas: os empresários e os financiadores, enquanto capitalistas. Seu poder se baseia, em primeiro lugar, na posse dos meios de produção, isto é, do estoque de trabalho acumulado (“cristalizado”), sem o qual nenhuma geração de valor pode ser realizada pelo trabalho vivo. Embora os proprietários dos meios de produção também necessitam da força de trabalho dos trabalhadores — parecendo, portanto, depender deles —, na prática os trabalhadores são derrotados em greves, pois estão muito mais rapidamente e intensamente expostos à fome. Assim, são, na prática, impotentes, mesmo quando se apresentam totalmente unidos diante dos proprietários dos meios de produção. No que diz respeito ao poder econômico, os chamados capitalistas também não

constituem um grupo homogêneo. Os empresários possuem capital na forma de terras agrícolas, florestas, matérias-primas, instalações industriais, máquinas etc. Esses meios de produção se desgastam, perdendo valor diariamente. Essa perda de valor ocorre não apenas quando são utilizados, mas ainda mais quando não são empregados na geração de valor: as máquinas enferrujam e se tornam obsoletas, as matérias-primas se deterioram, as fábricas se degradam, as terras agrícolas se tornam improdutivas.

O capital do empresário é, portanto, em todos os aspectos, um capital instável e perecível. Por isso, o empresário é obrigado — se não quiser empobrecer — a empregá-lo na geração de valor, a colocá-lo em funcionamento. Ele também não pode deixar esse processo inteiramente a cargo de outros, pois o risco de perda é grande demais. Para não empobrecer, ele precisa, diariamente, recuperar pelo menos o valor correspondente ao desgaste de seu capital; se não fizer nem isso, rapidamente estará arruinado. Assim, ele se torna necessariamente dirigente, organizador, inventor e, nesse sentido, também um trabalhador à frente dos demais. No entanto, se a situação do seu negócio piora a ponto de gerar prejuízos em vez de lucros, seu capital rapidamente se perde, pois, devido à sua forma concreta de uso, ele não pode ser facilmente transferido para outro setor. Diferente é o caso do financiador. Ele possui capital na forma de dinheiro. O dinheiro é a forma de capital que não possui uma forma de uso específica. Ele é “líquido”, podendo ser exigido de volta a qualquer momento e aplicado em outro lugar. O financiador, portanto, precisa preocupar-se pouco com o que o devedor faz com seu dinheiro. Este último é obrigado a pagar juros, tenha obtido lucro ou não. E, caso ocorra a falência do empreendimento financiado, oficiais de justiça e registros de propriedade se encarregam diligentemente de garantir ao financiador seus direitos hipotecários. Assim, ele pode aplicar seu dinheiro em setores com melhores perspectivas de lucro e escolher sempre as melhores oportunidades.

Desse modo, o financiador é o capitalista mais poderoso — poderoso pela ausência de forma concreta de seu capital, e ainda mais poderoso pela proteção jurídica de que goza o capital monetário.

A estruturação vertical em produtores, intermediários e consumidores precedeu, em toda parte, a estratificação horizontal em trabalhadores, empresários e financiadores. Essa estratificação surgiu, nas comunidades nacionais de geração de valor, apenas quando a regulação estatal da vida econômica cessou e, em seu lugar, o poder econômico substituiu o direito. Assim ocorreu na Roma Antiga e também no Reich Alemão. Nesse processo, a formação de camadas capitalistas partiu sempre do comércio. Este se mostrou, na concorrência livre, como o mais poderoso dos três elementos: produção, comércio e consumo. Por representar o elo indispensável entre produção e consumo, tinha ambos sob seu controle e podia aumentar seus ganhos às custas dos outros dois.

Em suas mãos acumulou-se riqueza na forma de dinheiro, que ele emprestava ou investia em empreendimentos econômicos. A empresa capitalista do comerciante, por sua vez, acabou por privar de sustento o artesão produtor, fazendo com que este fosse reduzido à condição de trabalhador sem propriedade. O povo judeu foi o primeiro a reconhecer a posição dominante — e, portanto, a rentabilidade — do comércio em uma economia de "livre concorrência". Sempre que pôde, voltou-se quase exclusivamente para esse ramo de atividade. No seu próprio interesse, defendeu em toda parte a eliminação de qualquer regulação econômica e a implementação da economia concorrencial, sabendo que somente sob essas condições o comércio poderia servir como trampolim para o poder econômico. A partir do comércio, assegurou então sua posição dominante propriamente econômica na atividade de empréstimo de dinheiro. Como esse processo de estratificação baseada no poder foi um fenômeno econômico geral, naturalmente não foram apenas os judeus,

mas também os alemães que participaram dele. Assim, os Fugger e os Welser não foram apenas grandes comerciantes, mas também financistas e empresários — e, depois deles, milhares de outros.

		Classificação Funcional	
		Produção / Intermediação	**Consumo**
Estratificação conforme o Poder	**Rentista**	Nenhuma colaboração (Controle financeiro) Capital imperecível sem forma de uso específica Plenitude máxima de poder	**Ilimitado**
	Empresário	Trabalho preliminar (Organização e Direção) Capital perecível em forma de uso específica Parcela moderada de poder	**Suficiente**
	Trabalhador	Colaboração (Trabalho) Sem capital Sem poder	**Deficiente**

Nós, alemães, porém, constituímos a maior parte das camadas dos trabalhadores sem propriedade e dos empresários; apenas muito poucos atuam como capitalistas financeiros. Isso significa, evidentemente, uma exclusão progressiva do poder econômico dentro de nossa própria comunidade de geração de valor. Com a crescente concentração do poder econômico nas mãos dos judeus, a luta de classes transforma-se, por si só, em uma luta racial. Depois que a estratificação de classes baseada no poder se estabelece em todos os três elementos da comunidade de geração de valor, ela apresenta o quadro anteriormente descrito. Os tempos mais recentes criaram ainda uma forma intermediária entre o puro financiador e o empresário: o acionista. Este não

presta trabalho direto, mas é coproprietário da empresa, não apenas credor. Ele possui, portanto, um capital de caráter perecível e está sujeito ao risco de perdas. Para sua segurança, reivindica, por isso, um direito de controle financeiro.

IX. Bem comum e interesse próprio na comunidade capitalista de geração de valor

A concepção econômico-capitalista-liberal sempre sustentou o princípio: bem comum por meio do interesse próprio (*Gemeinnutz durch Eigennuz*). Ela afirmava que o bem comum estaria melhor assegurado quando cada indivíduo pudesse perseguir livre e sem restrições seu próprio interesse econômico. O liberalismo parte, portanto, do pressuposto de que os interesses gerais da coletividade e os interesses particulares dos indivíduos coincidem sempre ou, pelo menos, seguem em paralelo. Por isso, acredita poder dar livre espaço aos interesses individuais e abrir mão de qualquer medida destinada a garantir o bem comum.

Examinemos, com base no que foi desenvolvido até aqui, como se relacionam o interesse coletivo e o interesse particular na comunidade nacional de geração de valor: Na seção que tratou do êxito da geração de valor, foi demonstrado que este pode ser reconhecido pelo valor específico. Para cada participante envolvido na geração de um valor, o produto possui um valor específico particular distinto. Para a nossa análise, entram em consideração os seguintes valores específicos do carvão.

I. Interesse Geral:

$$\text{Valor Total Específico} = \frac{\text{Valor de Uso}}{\text{Custos Totais de Trabalho}} = \frac{2000\ \text{Kal.}}{29,43} = 68$$

II. Interesses Particulares:

1. Valor especial específico para a mina como autoconsumidora $\Big\} = \frac{\text{Valor de Uso}}{\text{Custos de Produção}} = \frac{2000\ \text{Kal.}}{32,50} = 61,5$
2. Valor especial específico para o consumidor $\Big\} = \frac{\text{Valor de Uso}}{\text{Preço de Compra}} = \frac{2000\ \text{Kal.}}{59,80} = 33,4$
3. Valor especial específico para o comerciante $\Big\} = \frac{\text{Preço de Venda}}{\text{Custos Próprios}} = \frac{59,80\ \text{Kal.}}{48,15} = 1,24$
4. Valor especial específico para a mina como vendedora $\Big\} = \frac{\text{Preço de Venda}}{\text{Custos de Produção}} = \frac{36,50\ \text{Kal.}}{32,50} = 1,12$
5. Valor especial específico para o emprestador de dinheiro $\Big\} = \frac{\text{Capital+Dividendo}}{\text{Capital}} = \frac{100+12}{100} = 1,12$
6. Valor especial específico para o trabalhador $\Big\} = \frac{\text{Salário}}{\text{Custos de Manutenção}} = \frac{23\ \text{Kal.}}{23} = 1$

Dessa exposição, cujo método de cálculo será esclarecido posteriormente (seção XIV), resulta que o interesse coletivo em relação ao carvão é 68. A comunidade de geração de valor, na qual o carvão é extraído e consumido, obtém, portanto, do carvão 68 vezes mais força útil do que aquela que teve de empregar como energia de trabalho para sua obtenção. Se compararmos agora com os interesses particulares, verifica-se que nenhum deles coincide com o interesse coletivo. Além disso, distinguem-se claramente dois grupos. Ao primeiro pertencem ainda a mina como consumidora própria e o consumidor final, com os valores específicos de 61,5 e 33,4. Seus interesses particulares estão, ao menos, relativamente próximos do interesse coletivo. Diferente é o caso do segundo grupo, composto pelo comerciante, pela mina como vendedora, pelo financiador e pelo trabalhador. Seus valores específicos são, respectivamente, 1,24; 1,12; 1; e, portanto, não apresentam qualquer afinidade com o valor específico total e, consequentemente, com o interesse coletivo.

Para estabelecer uma concordância entre interesse coletivo e interesses particulares, não é necessário que ambos coincidam numericamente. Basta que os interesses particulares sejam determinados pelas mesmas condições que o

bem comum, de modo que cresçam e diminuam juntamente com ele. Nesse caso, o interesse coletivo aumentaria e diminuiria junto com os interesses individuais; ambos correriam em paralelo, e seria possível, de fato, alcançar o bem comum por meio da busca do interesse próprio, como pretendia o liberalismo.

Mas como se apresenta essa necessária paralelidade dos interesses? O bem comum é determinado economicamente por duas grandezas: o valor de uso (G) e os custos de trabalho (A). O benefício total cresce com o valor de uso, mas diminui quando os custos de trabalho aumentam. Ele é diretamente proporcional ao valor de uso e inversamente proporcional aos custos de trabalho. Valor de uso e custos de trabalho não dependem do poder econômico, mas são determinados pela produtividade da natureza, pela capacidade dos seres humanos e de seus métodos econômicos, bem como pela qualidade dos meios de produção.

Mas essas duas grandezas (*G* e *A*) também desempenham um papel decisivo na determinação dos valores específicos particulares? Os custos de trabalho aparecem em todos os valores específicos particulares no denominador da fração. Eles estão incorporados no capital, nos custos de manutenção, de produção, nos custos próprios e no preço de compra. Em todos esses pontos aparecem também outro elemento: o lucro do proprietário anterior, que depende do poder econômico.

O valor de uso, por outro lado, aparece apenas nos valores específicos da mina como consumidora própria e do consumidor final. Nos demais casos, ele é substituído pelo salário e pelo preço de venda, ou valor de troca. Salários e preços, contudo, não variam com o valor de uso, mas com o poder econômico.

É verdade que esse poder — necessário para obter um preço de venda mais alto — pode também ser alcançado por meio da oferta de um valor de uso

superior, o que beneficia o bem comum. No entanto, também existe o caminho de formar cartéis e associações para elevar artificialmente os preços. Da mesma forma, o poder de reduzir os custos de trabalho pode ser obtido por meio da introdução de métodos mais eficientes, beneficiando tanto o bem comum quanto os participantes. Mas também se pode simplesmente usar o poder econômico para pressionar salários e, assim, melhorar o próprio interesse particular. Como o primeiro caminho exige inteligência, enquanto o segundo exige apenas brutalidade, este último tende a ser o mais comum.

O resultado da análise pode ser resumido nas seguintes proposições:

I. Na economia capitalista, nenhum interesse particular coincide plenamente com o interesse coletivo.

II. A relação entre interesse coletivo e interesses individuais é muito variável:

a) O interesse dos consumidores é o mais ligado ao interesse coletivo (tanto o autor consumidor quanto o consumidor final).

b) Os interesses dos produtores afastam-se tanto mais do interesse coletivo quanto menos eles próprios consomem o que produzem.

c) Os interesses dos comerciantes, financiadores e dos trabalhadores enquanto produtores não têm relação direta com o interesse coletivo.

Da análise resulta, portanto, que o liberalismo, ao transformar a “economia regulada” em uma “economia de livre concorrência”, provocou uma divisão de interesses de consequências graves.

Ele fez do conflito entre os interesses particulares de produtores, comerciantes, trabalhadores e financiadores, de um lado, e o interesse coletivo, de outro, o verdadeiro eixo da vida econômica. Sem a eliminação completa desse problema fundamental, seria impossível organizar harmoniosamente o organismo econômico.

Quem conhece a lei biológica da interação sabe que, embora as características hereditárias permanentes dos grupos humanos não possam ser explicadas simplesmente pelas influências do ambiente, por outro lado, as condições de vida variáveis — aquelas que um povo encontra ou cria — influenciam a forma como esse povo se manifesta em determinado momento, contribuindo para determinar suas particularidades. É tentador, com base nos conhecimentos adquiridos, fazer uma análise da orientação política das grandes camadas da população. Entre os interesses particulares dos produtores, apenas o do autor consumidor corre em paralelo ao interesse coletivo. O autoconsumo ocupa o maior espaço, em relação à produção, no caso do camponês. Isso corresponde ao fato de que a orientação política do campesinato, em geral, sempre foi leal ao Estado.

Também se torna compreensível que todas as outras classes e camadas sociais tenham sido politicamente muito mais instáveis e mais inclinadas à oposição ao Estado, pois seus interesses particulares, enquanto produtores e intermediários, não mantêm uma relação estável com o interesse econômico coletivo.

Assim, explica-se que amplos setores não apenas da classe trabalhadora, mas também de comerciantes e industriais, tenham podido aderir a grupos considerados destrutivos para o Estado. Para os financiadores, isso era ainda mais natural, pois desde o início eram compostos quase exclusivamente por judeus, para os quais não existe um interesse coletivo alemão, mas apenas um interesse coletivo judaico.

Aquele que se propõe a tarefa gigantesca de formar, a partir do atual emaranhado de interesses, uma sólida comunidade do povo e estatal alemã, terá, acima de tudo, de resolver o problema de regular os interesses econômicos particulares de tal forma que, doravante, eles aumentem ou diminuam sempre

em conjunto com o interesse coletivo. Não basta simplesmente contrapor ao erro liberal — "bem comum por meio do interesse próprio" — a suposta verdade nacional-socialista — "bem comum antes do interesse próprio" (*Gemeinnutz vor Eigennutz*). A simples ênfase dessa ideia permaneceria ineficaz se a divisão capitalista entre interesse coletivo e interesses particulares continuasse existindo.

A ação decisiva está, antes, na harmonização efetiva de ambos, em sua convergência. A harmonização entre bem comum e interesses particulares por meio de uma ordem econômica orgânica é a tarefa de uma ordem econômica e estatal verdadeiramente socialista — e também verdadeiramente nacionalista.

X. Determinação da “justiça social”

A investigação realizada até agora levou à conclusão de que a geração de valor com base na divisão do trabalho só é possível no âmbito de uma comunidade de geração de valor. Além disso, mostrou-se que a nação constitui, em todos os tempos, a verdadeira comunidade de geração de valor. Com isso, chegamos ao ponto em que é possível esclarecer a questão da justiça social.

Também as correntes políticas dominantes, o liberalismo e o marxismo, colocaram essa questão e a responderam a partir de seus próprios pontos de vista. Para o liberalismo, há justiça social quando todos os indivíduos têm a mesma liberdade de perseguir seus próprios interesses. Assim, por exemplo, declara o quarto artigo dos direitos do homem, tal como proclamados pela revolução Francesa:

> A liberdade consiste no poder de fazer tudo aquilo que não prejudique o outro. O exercício dos direitos naturais do homem tem, portanto, apenas os limites que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos.

Nenhuma palavra sobre um direito superior da comunidade! O bem comum e sua preservação pareceram supérfluos a essas pessoas. Isso não é surpreendente, pois, para elas, a comunidade estatal organizada não possuía um fim próprio especial, mas existia apenas para proteger os direitos individuais; pois no artigo 2 daquela proclamação revolucionária está dito:

> O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Com uma tal concepção da natureza do Estado, é naturalmente impossível estabelecer um princípio superior ao do interesse próprio. O marxismo vê a justiça social realizada quando todos os indivíduos têm a mesma possibilidade

de satisfazer suas necessidades. No escrito *"Nossos Objetivos"*[11], de August Bebel, lê-se na página 20:

> Como objetivo, a social-democracia considera a realização da igualdade econômica, isto é, a criação de uma ordem estatal e social baseada na plena liberdade e igualdade. A liberdade termina onde invade a esfera do outro, isto é, onde suas interferências violam a igualdade

Em seus "*Princípios do Comunismo*"[12], Friedrich Engels afirma repetidamente que a igualdade deve referir-se, antes de tudo, à satisfação das necessidades. Assim, na página 28 lê-se:

> Dessa forma, a sociedade produzirá bens suficientes para organizar a distribuição de modo que as necessidades de todos os membros sejam satisfeitas.

Na página 29 está escrito:

> A associação geral de todos os membros da sociedade para a exploração comum e planejada das forças produtivas, a expansão da produção a tal ponto que satisfaça as necessidades de todos, o fim da situação em que as necessidades de uns são satisfeitas às custas de outros, a participação de todos nos prazeres produzidos por todos — estes são os principais resultados da abolição da propriedade privada.

O marxismo contrapõe ao liberalismo que a liberdade de defesa de interesses não implica igualdade na satisfação das necessidades. Apesar dessa oposição, ambas as correntes concordam, como foi demonstrado, no ponto essencial: formulam a exigência de justiça social a partir do ponto de vista do indivíduo. Para elas, o critério da justiça social é o direito do indivíduo, o interesse próprio. Mas onde o ponto de vista do interesse individual prevalece sem restrições, a igualdade completa aparece como o ideal necessário de justiça. Por isso, o comunismo é o resultado inevitável de tal modo de pensar.

[11] N.T: Bebel, August. *Unsere Ziele.* Stuttgart, final do século XIX
[12] N.T: Engels, Friedrich. *Grundsätze des Kommunismus.* 1847.

Mas se, como vimos, a geração de valor só é possível dentro de uma comunidade firme de geração de valor, então essa posição individualista é fundamentalmente equivocada. Então, acima do indivíduo está a comunidade; então, não é o interesse próprio, mas o bem comum que constitui o critério necessário e único da justiça social. O interesse individual não precisa ser eliminado, mas só tem direito à consideração na medida em que se mantém dentro dos limites do bem comum, em que corre paralelo a ele, em que o serve.

Essa é a posição do nacional-socialismo sobre essa importante questão. Ele define o conceito de "justiça social" a partir do bem comum. Para ele, só é socialmente justo aquilo que serve ao bem comum. Que forma de organização econômica, então, exige o bem comum da nação — e, dentro dele, o bem dos indivíduos que a compõem?

1. A primeira exigência que, do ponto de vista do bem comum, deve ser colocada à economia nacional é: autonomia e segurança. A autonomia da economia nacional é ameaçada pela economia mundial. Liberais e marxistas procuram, de comum acordo, fomentar as interligações e dependências da economia mundial. Fazem isso de bom grado com a justificativa de que importa produzir tudo onde isso seja mais conveniente e mais barato. Isso é correto do ponto de vista da economia privada, mas fundamentalmente errado do ponto de vista da economia nacional. Assim, colocam a vantagem privada acima do êxito da geração de valor nacional e, com isso, acima do interesse vital da nação.

Por isso, por exemplo, estão perfeitamente dispostos a sacrificar a agricultura nacional se seus produtos puderem ser comprados mais baratos no exterior, e fazem o mesmo com qualquer outro setor, como, por exemplo, a mineração doméstica. Fazem isso na crença pseudocientífica de que o estágio da economia nacional caminha necessariamente para o seu fim e se transforma espontaneamente em uma economia mundial.

Em contrapartida, reconhecemos a importância duradoura da comunidade nacional de vida e de geração de valor e sabemos que ela constitui a verdadeira unidade histórica do desenvolvimento humano.

Colocar o cuidado com a autonomia da economia nacional acima de tudo é, em última instância, também o caminho economicamente mais bem-sucedido, pois só assim se pode evitar que a comunidade nacional de geração de valor, com todos os seus valores insubstituíveis, materiais e espirituais, venha um dia a ser paralisada ou destruída por forças externas. Para impedir isso, também é necessário cuidar, por todos os meios, da segurança militar do povo.

Certamente, o critério puramente econômico do menor custo também deve ser considerado, mas apenas dentro dos limites da autonomia e da segurança, nunca às custas delas. Ramos econômicos vitais nunca devem ser sacrificados à concorrência estrangeira mais favorecida e, por isso, esmagadora; os investimentos na capacidade de defesa nunca devem ser negligenciados por falsa economia. Pois o sucesso econômico não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para a preservação e o fortalecimento da vida nacional — e, com isso, também da vida individual.

A satisfação das necessidades vitais no próprio país, e com isso a garantia e o incentivo de cada setor econômico essencial, é o mais alto imperativo categórico de toda política econômica, de toda justiça social orientada ao bem comum.

2. A exigência seguinte mais importante da justiça social é garantir uma geração de valor eficiente e, com isso, a maior produtividade econômica possível. Uma economia só é bem-sucedida para o bem comum quando não desperdiça força de trabalho humana valiosa na produção de coisas supérfluas, inúteis ou até prejudiciais — ainda que estas possam render altos lucros ao produtor ou comerciante —, mas quando toda a força de trabalho disponível é

empregada para satisfazer as necessidades do povo, produzindo bens cujo valor possa efetivamente ser reconvertido em força humana, que é o verdadeiro objetivo final de toda atividade econômica.

Essa necessidade do povo por valores reais de uso deve, no entanto, ser satisfeita da forma mais barata possível, produzindo-se os maiores valores de uso com os menores custos de trabalho. Em outras palavras: o trabalho humano e os bens econômicos produzidos devem possuir o maior valor específico possível.

No aumento do valor específico do trabalho e dos bens reside o progresso econômico que serve ao bem comum. Somente quando esse aumento ocorre é que podem ser continuamente liberadas novas forças de trabalho — não para entregá-las à fome do desemprego, mas para, com elas, assumir sempre novas tarefas culturais e, ao mesmo tempo, aliviar a carga de trabalho dos indivíduos.

Para manter baixos os custos de trabalho, deve-se garantir um tratamento cuidadoso e um uso adequado dos meios de produção. Como estes contêm, por si mesmos, trabalho cristalizado, todo mau uso deles representa desperdício de força de trabalho. Pela mesma razão, também é importante a melhor conservação e utilização dos bens produzidos. Isso é mais seguramente alcançado quando os meios de produção e os produtos se encontram na propriedade — e, portanto, também sob o risco de perda — de indivíduos.

Uma condição indispensável do sucesso econômico é também que todas as forças de trabalho disponíveis, sem exceção, sejam empregadas na produção de valores de uso e que, por outro lado, todos os bens produzidos sejam completamente reconvertidos em força humana. Isso só é alcançável quando todos os membros do povo permanecem integrados ao processo de geração de valor — tanto em sua dimensão de produção quanto de consumo.

3. O último segredo do sucesso econômico, porém, não é a organização, mas a disposição interior (mentalidade) dos membros. Somente quando todos, voluntária e alegremente, colocam toda a sua força a serviço da geração de valor é que o sucesso pleno para o bem comum está garantido. Ora, o instinto de autopreservação, que economicamente se manifesta como interesse próprio, é o impulso mais geral e, ao mesmo tempo, mais forte para a diligência e a habilidade. A imensa maioria das pessoas trabalha antes de tudo para satisfazer seu próprio interesse, e ainda é uma questão em aberto se alguns chegam sequer a trabalhar de forma igualmente incansável apenas em vista do bem comum, como fariam se trabalhassem apenas para si mesmos. Costuma-se fazer reprovações morais às pessoas por causa desse fato. No entanto, não é de modo algum certo que tais reprovações sejam justificadas, pois a autopreservação dos indivíduos, em condições normais, é o pressuposto mais importante para a preservação do povo e, portanto, moralmente plenamente justificável.

Em vez de dirigir reprovações contra as pessoas, seria melhor direcioná-las contra a ordem econômica capitalista vigente, que não consegue colocar plenamente a serviço do bem comum o impulso mais poderoso presente em todos os indivíduos.

Uma ordem econômica orgânica e socialmente justa não deve cometer o mesmo erro. Ela deve ser organizada de tal modo que o insuperável motor do interesse próprio seja totalmente colocado a serviço do bem comum. Isso só é possível quando ambos — o interesse comum e o interesse próprio — são colocados em concordância, quando são harmonizados, de modo que ninguém possa promover o seu próprio bem, aumentar sua vantagem privada, sem ao mesmo tempo ter promovido o bem comum.

Ora, o bem comum econômico da comunidade nacional de geração de valor é uma grandeza claramente determinável. No âmbito da autonomia nacional, ele depende exclusivamente do valor específico = S dos bens produzidos. O valor específico, por sua vez, é determinado pela fração $\frac{valor\ de\ uso}{custos\ de\ trabalho} = \frac{G}{A}$. Com isso, estabelece-se, do ponto de vista da economia nacional, um critério bem definido para o bem comum, do qual não se deve desviar.

Uma ordem que harmonize interesse próprio e bem comum só pode ser alcançada se a vantagem individual dos membros da comunidade do povo for feita depender das mesmas grandezas que determinam o bem comum — ou seja, de S, ou, o que é o mesmo, de G e A. E isso deve valer para o interesse próprio de todos os membros da comunidade.

Na seção VIII foi exposto que toda comunidade de geração de valor se divide naturalmente em produção, intermediação (distribuição) e consumo. O bem comum, corretamente compreendido, exige não apenas um tratamento justo do indivíduo, mas também o equilíbrio constante entre essas três etapas principais da comunidade econômica. Sobretudo, produção e consumo devem ser mantidos em equilíbrio, pois, caso contrário, crises econômicas com desemprego e colapsos tornam-se inevitáveis. Além disso, produção e consumo devem sempre corresponder ao nível das necessidades reais — algo que já é assegurado pela preocupação com a produtividade da economia.

Do ponto de vista do bem comum, a exigência de justiça social se apresenta, portanto, como um triplo mandamento. O bem comum da comunidade nacional de geração de valor — que ao mesmo tempo inclui o bem dos indivíduos — exige:

1. uma economia nacional autônoma,
2. uma economia produtiva,
3. uma economia ordenada.

Autonomia, produtividade e ordem são as exigências das quais dependem, em primeiro lugar, a estabilidade e o florescimento seguro da economia nacional.

XI. A injustiça capitalista

A ordem econômica capitalista de nossos dias satisfaz as exigências que devem ser formuladas a partir do ponto de vista do bem comum? Eis a prova que ela tem de enfrentar. A segurança da comunidade nacional de criação de valor, por meio da preservação de sua autonomia e de sua capacidade de defesa, encontra no capitalismo liberal um mau aliado.

Quem considera que a organização nacional da vida econômica seja apenas uma etapa transitória do desenvolvimento, que mais tarde seria naturalmente substituída pela integração econômica mundial de todas as economias nacionais, só pode ser um amigo consciente e um promotor da crescente dependência econômica global; tal pessoa é obrigada a enxergar, em todos os esforços que têm por objetivo a autonomia e a segurança da economia nacional, obstáculos reacionários ao desenvolvimento.

E assim, de fato, as grandes potências econômicas — o capital financeiro, o grande comércio capitalista e até mesmo a grande indústria capitalista — sob a liderança do capital financeiro internacional, atuam intensamente para, por meio de associações internacionais em trustes e monopólios, pela redução das barreiras alfandegárias, pelo retorno ao uso extensivo da terra, pela unificação dos mercados, pela importação de trabalhadores estrangeiros, pela influência exercida sobre o poder estatal em todos os países e por muitas outras medidas, cavar a sepultura dos últimos resquícios de autonomia das economias nacionais. Trata-se dos mesmos círculos que, há algum tempo, vieram a público com seu manifesto econômico internacional, no qual apresentaram esses objetivos de maneira mais ou menos explícita.

Desse modo, a destruição da autonomia econômica nacional e a ameaça à segurança da vida nacional a ela associada constituem um dos aspectos da injustiça capitalista contra o bem comum.

Com tanto mais ênfase os representantes da ordem econômica capitalista-liberal destacam a segunda exigência que fomos obrigados a formular em nome da justiça social: o êxito econômico. Ele é o alfa e o ômega de toda a sabedoria capitalista; é o fetiche com o qual se acredita capaz de proteger seu sistema econômico contra todos os ataques. Tão desmedido é o capitalismo na defesa dessa exigência que, para ele, ela se torna a única legitimamente válida, que não deve ser limitada por nenhuma outra — menos ainda pelas necessidades específicas da vida nacional. O capitalismo não é apenas desmedido em sua busca pelo sucesso, como ainda lhe imprime uma direção completamente equivocada. Para ele, não é o bem comum que determina o êxito, mas o interesse próprio. Por isso, ele não o mede nem pela quantidade de valores de uso produzidos, nem pelo nível dos valores específicos, mas unicamente pela vantagem privada, pelo lucro ou rendimento de que o indivíduo pode se apropriar — e do qual, para poder subsistir na ordem capitalista, ele precisa se apropriar. Em nome do lucro, compra-se, produz-se e vende-se, em princípio, sempre onde for mais vantajoso; para ele, o exterior e o interior do país são absolutamente indiferentes. Apesar de toda a retórica nacional de muitos de seus representantes, ele mina, assim, da forma mais sensível, a autonomia econômica nacional e, com isso, prejudica o bem comum de sua própria comunidade de criação de valor. É uma circunstância favorável tanto para o capitalismo quanto para as nações cuja economia ele domina que um aumento do lucro seja possível, entre outras coisas, por meio da redução dos custos do trabalho (A) e pelo aumento do valor de uso (G), isto é, pela elevação do valor específico dos produtos. Quando o capitalismo segue esse caminho de aumento dos lucros, ele promove, de maneira não intencional, simultaneamente também o bem comum. Deve-se reconhecer que o modo de produção capitalista realizou feitos extraordinários no aumento do valor específico, na elevação da produtividade do trabalho.

Essa é uma vantagem desse sistema que, sob todas as circunstâncias, deve ser preservada também para a economia socialmente justa do futuro. Contudo, também no aumento do êxito econômico geral o capitalismo infelizmente não respeitou os limites traçados pelo bem comum. A redução dos custos do trabalho, por exemplo, ele não buscou apenas por meio do aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de trabalho, mas tampouco hesitou em trazer para o país, às centenas de milhares, trabalhadores estrangeiros mais baratos, a fim de pressionar os salários para baixo do nível indispensável ao trabalhador alemão produtivo. Por fim, ele esquivou-se com toda a força da obrigação de reintegrar ao processo produtivo aqueles compatriotas que se tornaram supérfluos em seus postos em razão do aumento geral da produtividade do trabalho e da importação de mão de obra estrangeira — seja por meio de uma redução mais intensa da jornada geral de trabalho, seja pela assunção de tarefas culturais de maior envergadura, seja pelo fortalecimento do poder de compra mediante melhor remuneração. Em consequência disso, milhões de compatriotas valiosos foram excluídos do processo de criação de valor e, por meio do desemprego forçado, foram entregues, juntamente com suas famílias, ao terrível destino de um lento definhamento pela fome. Por meio desse desperdício irresponsável e cruel da força humana, o êxito econômico geral também é gravemente comprometido. Uma vez reconhecido que a criação de valor só se completa com êxito quando as forças arrancadas da natureza são transformadas em força humana, então toda exclusão — ainda que de um único indivíduo apto ao trabalho — do processo de produção e, com isso, também do processo de consumo, deve ser condenada com o máximo rigor precisamente do ponto de vista do êxito econômico. Pois cada indivíduo que, em razão do desemprego, de salários de fome, de doença ou de outras causas, é afastado do consumo, significa uma redução do poder de compra ou de consumo e, com isso, de forma imediata, também uma restrição da produção, que já não consegue encontrar escoamento habitual para seus bens e, por essa razão, é forçada a definhar.

Consequências semelhantes de um atrofiamento da produção decorrem também de outras manifestações do modo de produção capitalista. Por meio da concorrência irrestrita e predatória, o capitalismo arruína a produção e mantém, em geral, as empresas à beira da falência, impedindo-as, assim, de desenvolver seus meios e métodos de trabalho da maneira que seria possível e necessária. O mesmo efeito produz a drenagem da economia pela usura dos juros do capital financeiro, a funesta escravidão dos juros. A ausência de planejamento da produção provoca repetidamente crises, nas quais somas incalculáveis de valores produzidos são destruídas, e enormes quantidades de força de trabalho permanecem ociosas ou são aniquiladas. Sob o domínio da embriaguez do lucro, a economia capitalista produz uma série de coisas inúteis, até mesmo nocivas, desperdiçando dessa forma não apenas a força de trabalho, mas prejudicando e enfraquecendo diretamente a força do povo. Assim, ainda que a época capitalista tenha aumentado o êxito econômico também em favor do bem comum, isso não lhe foi possível na medida em que teria sido possível e necessária. No futuro, isso lhe será ainda menos possível, pois ela se empenha com êxito em criar monopólios e, com isso, em eliminar a concorrência recíproca — seu único estímulo para a elevação do êxito econômico. Contudo, de modo mais monstruoso ainda, o capitalismo peca contra o terceiro mandamento da justiça social: a ordem harmônica na comunidade de criação de valor. Como representante consciente do seu oposto, da anarquia econômica, ele levou o combate de todos contra todos a tal radicalidade que o sentimento de pertencimento e de dependência mútua foi completamente suprimido e destruído na consciência de seus membros. Não cooperação, mas inimizade; não colaboração, mas luta de classes passou a ser a palavra de ordem.

Essa destruição da comunidade orgânica de criação de valor e sua deformação em um turbilhão de átomos individualistas, que já não são ordenados nem mantidos unidos por um interesse comum superior, mas nos

quais cada elemento isolado é movido apenas por seu interesse próprio irrestrito, constitui o verdadeiro crime do capitalismo contra a humanidade, constitui a injustiça capitalista em sentido específico. O liberalismo provocou deliberadamente essa anarquia capitalista com intenção consciente. Klein escreve, em sua "*História do Liberalismo Alemão*", sobre a teoria liberal, na página 45:

> O princípio orientador supremo do liberalismo é o princípio da individualidade, ou o individualismo, isto é, a doutrina segundo a qual o fim do Estado é a promoção do indivíduo, o desenvolvimento e a formação harmoniosa de todas as suas capacidades para o pleno gozo da vida, ao qual todos os indivíduos têm direito em igualdade de condições. Também na vida econômica dos cidadãos do Estado, a liberdade individual é a salvação, ou, para cada um, a condição para alcançar seu direito natural. O Estado deve deixar a natureza agir nos assuntos econômicos. Cabe-lhe, essencialmente, apenas assegurar a liberdade do comércio e uma tributação justa. Portanto: o liberalismo quer, em benefício de todos, a eliminação da tutela dos cidadãos pelo Estado e a liberdade econômica. Contudo, ainda não leva em consideração a superioridade econômica dos possuidores sobre os despossuídos, pois espera da introdução do liberalismo na prática estatal não a eliminação das diferenças entre ricos e pobres, mas, sim, que os indivíduos venham a alcançar um gozo da vida adequado à sua natureza particular. Sim, do individualismo os liberais do início do século XIX esperavam a paz social.

Os ideais do liberalismo jovem eram "bons". Ele queria "o bem de todos", "a paz social", "não a igualdade, mas a justiça"; em suma, queria a harmonia. Quão diferente foi o resultado! Não se alcançou a paz, mas foi provocado o conflito de classes; não se realizou o bem de todos, mas instaurou-se a escravidão de todos os que produzem; em lugar da liberdade, reina a tirania dos acumuladores.

Que contraste entre querer e agir! Entre promessa e realização! O liberalismo quis — a justiça social; trouxe — a injustiça capitalista! Como pôde isso acontecer?

O liberalismo entregou-se à ilusão de que não seriam necessárias instituições e medidas especiais para realizar a harmonia; esta se imporia por si mesma na comunidade estatal — e até mesmo na comunidade da humanidade. Apenas uma medida seria necessária para isso: a realização plena da liberdade, isto é, na economia, a implementação da concorrência irrestrita. Se cada um pudesse seguir livremente o seu interesse próprio, então o bem de todos e do conjunto seria alcançado da melhor maneira possível. Essa esperança funesta baseava-se na doutrina do filósofo judeu Baruch Spinoza, que fundamentou filosoficamente o liberalismo econômico e político. Spinoza acreditava que o ser humano, à semelhança de uma roda na máquina divina do mundo, não possuía livre-arbítrio. Se fosse libertado da influência de outros seres, de outras rodas, ele seguiria, a partir de si mesmo, a vontade do todo, a vontade de Deus, pois seria parte da substância divina do mundo e, portanto, bom por natureza. Libertado de entraves externos, ele só poderia fazer o bem. O mal seria, em geral, “algo irreal, algo meramente aparente”.

Ao pôr em prática essa doutrina, cuja raiz deve ser buscada na narrativa veterotestamentária da criação (e eis que era muito bom), o liberalismo fez-se precursor da mais terrível injustiça que o mundo já viu: a capitalista. Hermann Klein é uma testemunha insuspeita. Ele próprio um liberal, é um elogista do liberalismo. Contudo, ainda assim precisa admitir que o liberalismo partiu de um erro ilusório, pois “não leva em consideração a superioridade econômica dos possuidores sobre os despossuídos”.

Klein pertence, assim como Fr. Naumann, aos liberais que, a partir da experiência, aprenderam que regulações sociais eram inevitáveis para a realização da harmonia.

A causa pela qual a anarquia econômica teve de produzir consequências tão devastadoras, Klein reconheceu, entretanto, apenas de forma muito imprecisa. Ele vê essa causa na propriedade.

O verdadeiro fundamento da opressão capitalista dos homens que trabalham deve, porém, ser buscado no fato de que, em consequência da concorrência irrestrita, em todas as questões econômicas decide apenas o poder, e em nenhuma o direito.

Capitalismo não é uma ordem de posse, não é uma economia baseada na propriedade; capitalismo é o direito do mais forte econômico elevado a princípio. Poder econômico e posse não coincidem de modo algum. É verdade que a propriedade pode estar associada ao poder econômico; contudo, não é raro que um possuidor seja economicamente impotente, por exemplo, quando seus produtos se tornam invendáveis ou quando ele é impedido, pelo poder estatal, de exercer o poder econômico que sua posse, em si mesma, lhe conferiria (como no caso de proprietários de imóveis). Por outro lado, também um indivíduo sem posse pode, em determinadas circunstâncias, exercer poder econômico, por exemplo, o inventor afortunado ou o funcionário público (árbitro).

A injustiça capitalista, portanto, não tem sua causa na existência da ordem da propriedade, mas no domínio desenfreado do poder econômico, tal como ele está ligado à concorrência irrestrita e à anarquia capitalista dela resultante. Mesmo os meios de trabalho em propriedade privada não são, por si só, capital, mas máquinas inofensivas, matérias-primas etc., indispensáveis à criação de valor. Eles somente se tornam capital pelo fato de que a livre concorrência capitalista não apenas confere aos seus proprietários o poder, mas os obriga de forma direta a abusar de sua propriedade em prejuízo de toda a comunidade de criação de valor e em detrimento de membros individuais dessa mesma comunidade. Toda comunidade de criação de valor em que impera o direito do mais forte capitalista apresenta o mesmo quadro de um navio que afunda e no qual o comando falhou. O bem comum já não tem defensor algum.

"Salve-se quem puder" torna-se a palavra de ordem geral. Pela ocupação dos lugares nos botes salva-vidas trava-se uma luta de vida ou morte, mas apenas pouquíssimos podem ser postos a flutuar.

Por fim, cada um agarra aquilo que lhe parece adequado para a própria salvação e lança-se com isso à água. Ali, então, desencadeia-se de modo ainda mais terrível a luta de todos contra todos.

Um tenta expulsar o outro da tábua salvadora, e este, com igual impiedade, o empurra de volta para a água. Aqui já não parece existir qualquer interesse comum. Cada um é inimigo do outro. Esquece-se que, no fim das contas, todos só podem ser salvos pelo mesmo meio, a saber, pela intervenção de outro navio. Em razão da situação desesperadora, ninguém está em condições de pensar nisso; menos ainda alguém está em condições de fazer algo com esse objetivo.

Na anarquia econômica capitalista não é diferente. É verdade que também aqui o interesse vital comum da comunidade de criação de valor existe em si mesmo, mas ele não consegue produzir efeitos, porque os interesses dos indivíduos não coincidem com ele. Enquanto o bem comum depende dos custos do trabalho (A) e do valor de uso (G), a vantagem individual é determinada pelo poder econômico. Ela pode, portanto, ser satisfeita independentemente do bem comum, e até mesmo em oposição a ele — e é de fato satisfeita dessa maneira.

A luta de todos contra todos e de todos contra o todo impera em toda a sua brutalidade. Onde, porém, não existe harmonia de interesses, não há consonância de vontades; e onde não há consonância de vontades, não há êxito. A luta insana de interesses entre os indivíduos gira em torno de três coisas:

1. a posse dos meios de produção;
2. a participação na direção da economia e;
3. o direito ao trabalho e à vida.

Ao examinar essas reivindicações em profundidade, vê-se que, no fundo, trata-se sempre de uma única e mesma coisa: de uma participação tão grande quanto possível no ganho econômico total.

A distribuição do rendimento econômico entre os membros da comunidade de criação de valor não se realiza, na anarquia capitalista, segundo quaisquer leis do direito social, mas unicamente de acordo com o poder econômico. Como se processa essa distribuição e com que resultado ela ocorre?

Em que consiste, portanto, a injustiça capitalista na distribuição e como ela se produz? Na economia capitalista, a distribuição ocorre de forma preponderante por meio da troca. Apenas uma pequena fração dos bens ainda é produzida para o autoconsumo, caso em que não existe problema de distribuição. Trocam-se entre si as mais diversas coisas: mercadoria por mercadoria, mercadoria por dinheiro, força de trabalho por mercadoria e por dinheiro, etc. Na maioria dos casos, o dinheiro interpõe-se como meio de troca. Que papel desempenha o dinheiro na troca e, de modo geral, na economia? Ele não é indispensável à troca. A troca simples consiste em mercadoria por mercadoria ou força de trabalho por mercadoria. Contudo, logo se manifestou a necessidade de um meio especial de troca. Como meio de troca sempre serviram mercadorias, tais como gado, grãos de cacau, conchas de cauri, tiras de algodão estampado, metais preciosos, entre outros. Sua função na troca era dupla. Elas serviam:

1. como medida de valor e;
2. como portadoras de valor.

Para a troca de mercadoria por mercadoria, uma simples medida de valor teria sido plenamente suficiente. Entretanto, como o vendedor frequentemente não desejava adquirir algo imediatamente de seu comprador, mas apenas mais tarde e de um terceiro, ele necessitava, para o intervalo de tempo, de um

portador de valor prático e durável. Para isso, os metais preciosos eram mais adequados do que qualquer outra mercadoria.

Nessa utilidade especial reside, em grande parte, também o elevado valor de uso dos metais preciosos — no caso do ouro, em particular, mantido artificialmente pelo fato de ser meio de pagamento legal em quase todos os países civilizados. Como os metais preciosos são extraordinariamente duráveis, prestam-se também de maneira especial como reserva de valor e instrumento de formação de tesouros.

O dinheiro metálico, especialmente o ouro, enquanto meio de troca, reúne, portanto, em si três propriedades. Ele é simultaneamente:

a) medida de valor;
b) portador de valor e;
c) reserva de valor.

Hoje, os bancos centrais do mundo inteiro substituíram o dinheiro metálico pelo papel-moeda. O papel-moeda é apenas um signo de valor; não contém em si mesmo qualquer valor, sendo, portanto, utilizável por si só apenas como medida de valor, e não mais como portador ou reserva de valor. O portador de valor — o ouro — foi armazenado pelos próprios bancos centrais em seus cofres. Em consequência disso, tornou-se hoje impossível ao cidadão comum utilizar o meio de troca para a formação de reservas absolutamente seguras.

Esse privilégio cabe apenas aos escolhidos detentores do poder dos grandes bancos centrais. Quem acumula papel-moeda, seja em casa, seja em conta bancária, não acumula valores reais, mas apenas créditos, que, no caso de uma conta, se dirigem contra o banco ou a caixa econômica, e, no caso do papel-moeda propriamente dito, contra o banco central. Tais créditos são, naturalmente, sempre inseguros. Confiar neles só é possível, em geral, quando existe um elevado grau de organização estatal e econômica.

A deficiência do papel-moeda — não ser portador de valor nem reserva de valor — não o prejudica em sua utilidade como meio propriamente dito de troca. Com isso, fica demonstrado que, para a troca em uma economia ordenada, são necessários apenas uma medida de valor e um correspondente signo de valor, na forma de um título de crédito sem prazo e sem juros. Se o Estado que emite tal moeda goza da confiança necessária quanto à sua estabilidade e à sua segurança jurídica, e se se resguarda de colocar em circulação mais dinheiro do que o volume de mercadorias existente exige, então ele não necessita de ouro nem de quaisquer outros valores como lastro para a sua circulação monetária. Por outro lado, nem mesmo a melhor cobertura em ouro protege a moeda contra a desvalorização, caso o Estado emita mais dinheiro do que o necessário para a regulação da troca de mercadorias (aproximadamente um décimo do volume anual de transações). O papel-moeda não retira seu valor como meio de troca de qualquer lastro, mas de sua função, de sua tarefa, de seu uso como meio de troca indispensável, como padrão de valor. Assim, é o ouro — e não o dinheiro — que se tornou supérfluo para o tráfego moderno de trocas. No papel-moeda, o padrão de valor ainda é tomado do ouro, embora este já não seja, de modo algum, meio de troca. Isso constitui, no estágio atual da economia de trocas, um anacronismo. Em vez de signos de valor baseados no ouro, hoje seria mais adequado empregar um padrão de troca fundamentado em unidades reais de valor, a saber, unidades de energia: quilowatts, metro-quilogramas, calorias ou unidades de trabalho. À economia do futuro, regulada com base em uma teoria econômica matemático-científica, pertence necessariamente também um tal padrão de valor, determinado de modo matemático e científico-natural, como meio de troca. Como esse padrão de valor não é nem portador nem reserva de valor, com sua ajuda não podem mais ser acumulados valores reais, mas apenas créditos, que podem ser facilmente submetidos à regulação pública. Sobretudo, torna-se então evidente para todos aquilo que hoje ainda está oculto pelo véu do padrão-ouro: que, na troca, sempre

se trocam valores, isto é, quantidades de energia. Como se processa, então, esse intercâmbio de valores ou de energia na economia capitalista?

A escola clássico-marxista formulou a lei da troca: todas as mercadorias são, em média, trocadas por seus valores, de modo que equivalentes (valores iguais) são trocados entre si. Recordemos que essa escola via no valor de troca "o valor propriamente dito". Ela acreditava que toda mercadoria possuía um determinado valor de troca objetivamente determinável.

Como esse valor de troca objetivo ou verdadeiro, considerava a quantidade de trabalho humano que, medida em tempo de trabalho, é necessária, em média, para a produção dessa mercadoria específica. A lei clássico-marxista da troca de mercadorias significa, portanto, que, em média, quantidades iguais de tempo de trabalho humano são trocadas entre si. Como estas quantidades representam custos, isso significa que, em geral, custos de trabalho iguais são trocados. Os proprietários *A* e *B* desejam trocar entre si as mercadorias I e II (fig. 5). Um quilograma da mercadoria I contém 100 calorias de custos de trabalho; em 1 kg da mercadoria II encontra-se a mesma quantidade. Nesse caso, *A* e *B* deveriam trocar, em média, essas duas mercadorias quilograma por quilograma. O preço poderia situar-se temporariamente acima desse valor, mas então também teria de cair, em certos períodos, abaixo dele, de modo que os ganhos e perdas, em si mesmos pouco significativos, se compensassem.

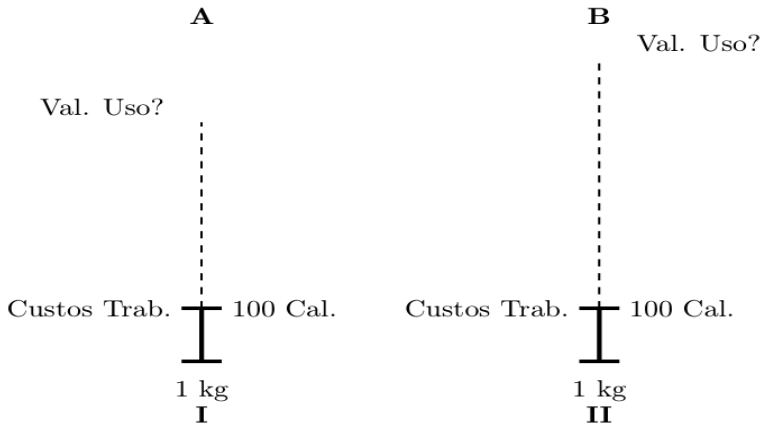


Fig. 5. A lei de troca clássico-marxista.

Marx chegou a essa concepção da troca porque corretamente concluiu que só pode haver troca permanente quando ela ocorre em benefício de ambas as partes. Se, agora, 1kg da mercadoria I fosse trocado de modo duradouro por 1,1 kg da mercadoria II, *A* receberia, por um valor de 100 calorias, um valor correspondente a 110. Teria, portanto, uma vantagem de 10 calorias. *B*, porém, receberia, por um valor de 100 calorias, apenas 91, sofrendo assim uma perda de 9 calorias e sendo, desse modo, lesado. A um ganho de valor de um lado corresponde sempre uma perda de valor do outro. Como, entretanto, ninguém se deixa lesar continuamente, a troca não pode ocorrer de forma duradoura desse modo.

Segundo a teoria liberal-marxista, a troca permanente só é possível quando, em média, são trocados equivalentes. Essa exigência teórica da doutrina do valor de troca contradiz, contudo, de maneira absoluta, a experiência prática.

De fato, na vida econômica, em geral, ambos os parceiros ficam satisfeitos com a troca e se enriquecem com ela. Esse é o melhor indício de que a doutrina do valor de troca não pode explicar a vida econômica e que, portanto, é fundamentalmente falsa. Naturalmente, os marxistas também perceberam o fracasso de sua doutrina. Tentaram encobri-lo, mas com isso apenas o evidenciaram ainda mais. Assim, afirma Kautsky nas *Explicações ao Programa de Erfurt*[13]*,* p. 7:

> Se, portanto, o comerciante quer obter um excedente do preço de venda da mercadoria sobre o seu preço de compra, isto é, um ganho ou lucro, em regra só pode alcançá-lo comprando sua mercadoria em um lugar e em um momento em que ela é barata, e vendendo-a em um lugar ou em um momento em que ela é cara.

[13] N.T: Kautsky, Karl. *Das Erfurter Programm in seinem grundsätzlichen Teil erläutert.* Stuttgart, 1892.

O que Kautsky consegue conciliar aqui, como lucro comercial, com a teoria marxista do valor de troca são apenas os ganhos especulativos, não os acréscimos regulares de lucro do comércio ordinário.

Na realidade, o comércio compra regularmente, em qualquer lugar e a qualquer tempo, e cobra, em média, seu acréscimo de lucro. Esse acréscimo comercial contém a compensação pelos custos de trabalho do comerciante, a reposição de eventuais meios de trabalho consumidos e, além disso, um ganho de capital. Segundo a teoria marxista do valor, um ganho regular de capital dessa natureza por meio da troca é impossível. De acordo com ela, nem fabricantes nem comerciantes poderiam, em média, enriquecer ao longo de períodos de bons e maus negócios. Essa conclusão simples e evidente foi inicialmente tirada também por Marx e seus colaboradores.

Assim, escreveu Friedrich Engels em 1848, em seus *Princípios do Comunismo*, p. 12:

> Mas, assim como o fabricante, na média dos tempos bons e maus de negócios, não obtém nem mais nem menos por sua mercadoria do que seus custos de produção, do mesmo modo o trabalhador, na média, não receberá nem mais nem menos do que esse mínimo.

Nessas circunstâncias, não haveria, porém, qualquer possibilidade para o capitalista empreendedor explorar de alguma forma a força de trabalho. Por isso, Marx teve não poucas dificuldades para demonstrar, a partir da lei clássica do valor, a possibilidade da exploração. Ele chegou, por fim, apenas a uma prova aparente, e mesmo esta só pôde ser obtida ao construir uma exceção, para a "mercadoria" força de trabalho, em relação a todas as demais mercadorias.

Para o "valor" da força de trabalho, de repente, não é apenas o valor de troca, mas também o valor de uso que se torna determinante.

Marx sustenta que o trabalhador receberia, no salário, o valor de troca de sua força de trabalho, enquanto o fabricante poderia fazer-se pagar, no preço de suas mercadorias, pelo valor de uso do trabalho contido nelas.

Com essa introdução sub-reptícia do valor de uso na troca, toda a teoria clássica do valor — justamente aquela sobre a qual Marx pretendia se apoiar — é, de fato, lançada por terra.

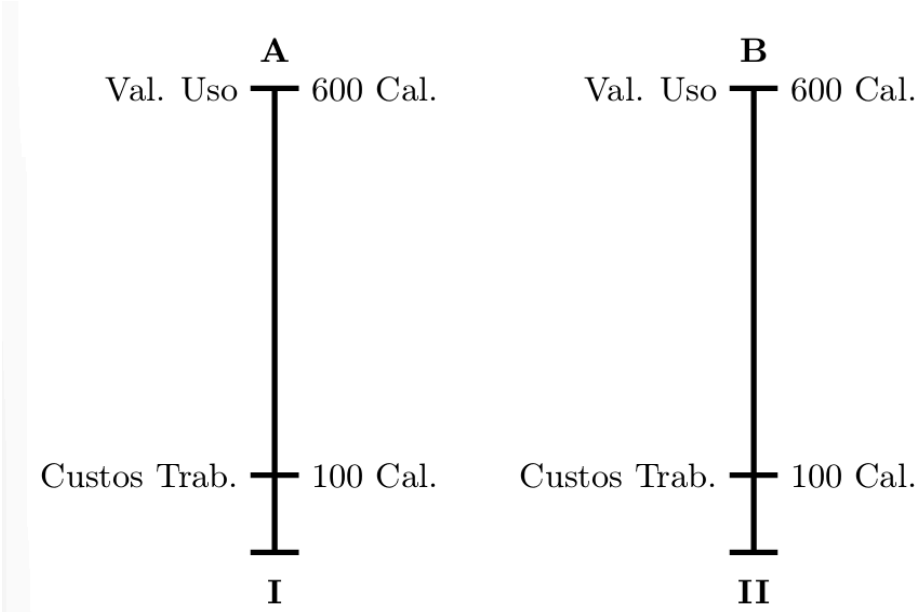


Fig. 6. A troca segundo a teoria do valor de uso. 1º Caso.

Suponhamos agora que a troca fosse feita de acordo com a lei clássica do valor, ou seja, que fossem trocados equivalentes, isto é, quantidades iguais de mão de obra humana. Que consequências podemos então reconhecer com base na teoria do valor-trabalho ou do valor-uso? Suponhamos que dois proprietários, *A* e *B*, quisessem trocar entre si os produtos I e II (fig. 6). 1 kg do produto I requer 100 calorias de custo de trabalho e tem 600 calorias de valor de uso. 1 kg do produto II também requer 100 calorias de custo de trabalho e representa 600 calorias de valor de uso. Quantidades iguais desses produtos são, portanto, equivalentes no sentido da lei clássica do valor, pois contêm quantidades iguais de trabalho humano, mas também no valor de uso.

Após a troca, ambos os proprietários têm novamente as mesmas quantidades de valor de uso (600 calorias), que também causaram os mesmos custos de trabalho (100 calorias). Uma troca desse tipo tem algum sentido?

Ambos os parceiros têm a mesma quantidade antes e depois da troca. No entanto, a mesma quantidade, mas não a mesma coisa. As 600 calorias de valor de uso I eram inúteis para *A*, porque ele próprio não tinha utilidade para elas e, portanto, não podia concluir sua obtenção. As 600 calorias de valor de uso II, por outro lado, são úteis para ele. O contrário aconteceu com *B*. Portanto, a troca foi vantajosa para ambos. Ambos se enriqueceram em 600 calorias de valor de uso com essa troca.

Com isso, constata-se o seguinte: A troca é possível quando, de ambos os lados, estão presentes quantidades iguais de custos de trabalho e valores de uso equivalentes. Nesse caso, a troca é vantajosa para ambas as partes. E, mais especificamente, é igualmente vantajosa para ambas. O caso aqui pressuposto ocorrerá apenas raramente. Escolhamos, portanto, relações tais que os custos de trabalho sejam iguais, mas não os valores de uso. De acordo com as "leis eternas da troca de mercadorias", também esse caso ainda deveria ser considerado uma troca de equivalentes (fig. 7).

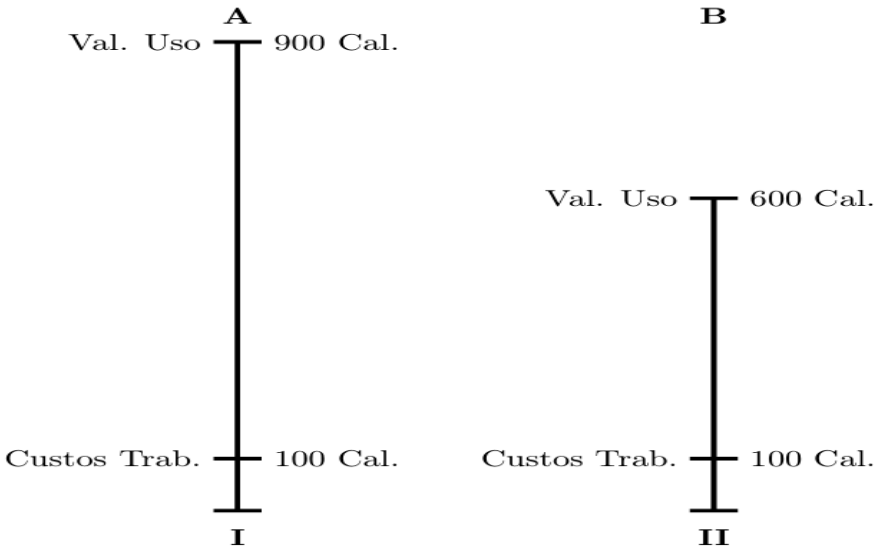


Fig. 7. A troca segundo a teoria do valor de uso. 2º Caso.

Desta vez, 1kg da mercadoria I requer 100 calorias de custos de trabalho, assim como 1 kg da mercadoria II. O valor de uso de I soma 900 calorias, enquanto o de II apenas 600 calorias.

Segundo a lei clássica do valor, 1 kg da mercadoria I deveria ser trocado por 1 kg da mercadoria II. Assim, teriam sido trocados equivalentes, isto é, quantidades iguais de trabalho humano.

Suponhamos que se trate de duas substâncias fornecedoras de energia, por exemplo, dois combustíveis. Nesse caso, após a troca, *A* dispõe apenas de 600 calorias, enquanto *B* dispõe de 900 calorias. Disso resulta que, apesar de custos de trabalho iguais, não foram trocados equivalentes, isto é, não foram trocados valores iguais, porque os valores de uso não eram iguais.

A lei clássica do valor revela-se, portanto, inaplicável a esse caso.

Embora quantidades iguais de trabalho (equivalentes) tenham sido trocadas, não foram trocados valores iguais. Pode esse intercâmbio, ainda assim, realizar-se?

Talvez se objete que *A* não aceitaria essa troca, pois depois dela disporia de 300 calorias a menos de valor de uso do que antes; *B*, ao contrário, concordaria com muito prazer, já que, com a mudança de posse, obteria 300 calorias a mais de valor de uso do que possuía inicialmente. Entretanto, com isso se ignora que *A*, embora desde o início possuísse 900 calorias de valor de uso, não tinha qualquer possibilidade de utilizá-las; do contrário, não desejaria realizar a troca. Para ele, portanto, essas calorias eram destituídas de valor. Caso não encontrasse uma oportunidade de troca, seus 100 custos de trabalho estariam desperdiçados. Ele é, assim, obrigado a encontrar uma situação de intercâmbio na qual, ao menos, recupere seus 100 custos de trabalho.

No caso considerado, porém, ele não recebe 100, mas 600 calorias de um valor que lhe é utilizável, e fica satisfeito com isso.

Seu contentamento com essa troca talvez seja apenas superado pela satisfação de seu parceiro, que, em troca de seus 100 custos de trabalho, obtém nada menos que 900 calorias de valor de uso.

Ambos, portanto, esfregam as mãos satisfeitos, embora tenham sido trocados valores desiguais. Mostra-se, assim, que: 1. Uma troca é possível mesmo quando, de ambos os lados, existam custos de trabalho iguais, mas valores de uso desiguais. 2. Também nesse caso, a troca pode ser vantajosa para ambas as partes. 3. A vantagem, porém, é diferente para cada uma delas. Em terceiro lugar, suponha-se que os valores de uso sejam iguais, mas os custos de trabalho distintos. Uma troca desse tipo contraria a lei do valor clássico-marxista (fig. 8). Ambos possuem, antes da troca, 600 calorias de valor de uso, e o mesmo ocorre após a troca. Aqui, portanto, valores iguais foram efetivamente trocados. Contudo, se se relaciona o valor de uso com os custos de trabalho, o quadro se modifica. A recebe, por 100 calorias de custos de trabalho, 600 calorias de valores de uso; *B*, ao contrário, recebe, para 100 calorias de custos de trabalho, apenas 300 calorias de valores de uso. A obtém, assim, seis vezes, *B* apenas três vezes. Trata-se da mesma relação entre as duas grandezas de valor que já existia entre *A* e *B* antes da troca. Por essa razão, ambos preservam sua vantagem nesse intercâmbio. Conclui-se, portanto:

a) A troca é possível quando valores de uso iguais, mas custos de trabalho desiguais, são trocados;

b) Também nesse caso, a troca pode ser vantajosa para ambas as partes;

c) A vantagem já existente antes da troca em ambos os lados permanece preservada de modo proporcional.

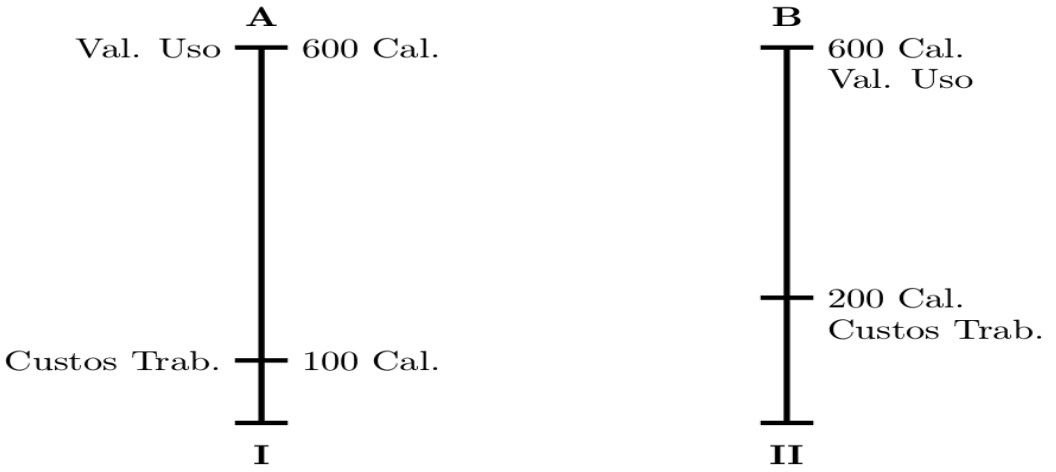


Fig. 8. A troca segundo a teoria do valor de uso. 3º Caso.

A relação de troca entre ambas as mercadorias também pode ser estruturada de tal modo que custos de trabalho iguais entrem em troca, conforme exige a lei do valor clássico-marxista.

Nesse caso, devem ser trocados 2 kg da mercadoria I, equivalentes a 1200 calorias de valor de uso, por 1 kg da mercadoria II, equivalente a 600 calorias de valor de uso. Há, então, em ambos os lados, custos de trabalho iguais de 200 calorias, porém valores de uso desiguais. Assim, mais uma vez, apesar de custos de trabalho equivalentes, valores desiguais foram trocados. Além disso, por meio de uma troca desse tipo, as vantagens são praticamente invertidas. *A* possuía inicialmente, em valor de uso, seis vezes os custos de trabalho; *B*, três vezes; após a troca, *A* passa a possuir três vezes, e *B*, seis vezes. Resta agora ainda a possibilidade de investigar o caso em que as mercadorias sejam desiguais tanto nos custos de trabalho quanto nos valores de uso. Também essa troca é possível, embora não exista equivalência sob nenhum aspecto. Se essas mercadorias (fig. 9) forem trocadas quilograma por quilograma, *A* obtém, para seus 100 calorias de custos de trabalho, 600 calorias de valor de uso, enquanto *B* obtém, para seus 200 calorias de custos de trabalho, 900 calorias de valor de uso; ambos poderiam, portanto, considerar-se satisfeitos.

As vantagens, contudo, não são preservadas da mesma maneira. Antes, *A* possuía nove vezes seus custos de trabalho em valor de uso, e *B* três vezes; após a troca, *A* passa a possuir seis vezes, e *B* quatro vezes e meia.

O resultado é, portanto, o seguinte:

1. Uma troca é possível mesmo quando os custos de trabalho e os valores de uso das duas mercadorias são diferentes.
2. Também nesse caso, ambas as partes podem encontrar vantagem na troca.
3. Contudo, essa vantagem é diferente para cada lado.

Essas mercadorias também podem ser trocadas numa proporção tal que, de acordo com a lei de troca clássico-marxista, custos de trabalho iguais se enfrentem.

Nesse caso, devem ser trocados 2 kg da mercadoria I, com 200 calorias de custos de trabalho, por 1 kg da mercadoria II, igualmente com 200 calorias de custos de trabalho. Entretanto, confrontam-se então 1800 calorias e 600 calorias de valor de uso, isto é, valores completamente desiguais. Tentemos agora manter a conservação da mesma vantagem. Devemos, então, estabelecer: 1 kg da mercadoria I = 1 1⁄2 kg da mercadoria II. *A* recebe então, por 100 calorias de custos de trabalho, 900 calorias de valores de uso, *B* recebe, por 200 calorias de custos de trabalho, 600 calorias de valores de uso. *A* mantém assim a sua vantagem 9 vezes superior, *B* a sua vantagem 3 vezes superior. A partir destes exemplos, é fácil perceber que a lei do valor do marxismo clássico não corresponde de forma alguma aos fatos econômicos. Se fosse correta, seria necessário que:

1. na troca de custos de trabalho iguais, fossem realmente trocados valores iguais;

2. para duas mercadorias determinadas, fosse possível apenas uma única relação de troca.

Na verdade, porém, vimos:

1. que, na troca de custos de trabalho iguais, raramente são trocados valores iguais, ou seja, apenas quando, por acaso, nas quantidades trocadas de duas mercadorias, não só os custos de trabalho são iguais, mas também os valores de uso;

2. que entre duas mercadorias não é possível uma única relação de troca, mas muitas.

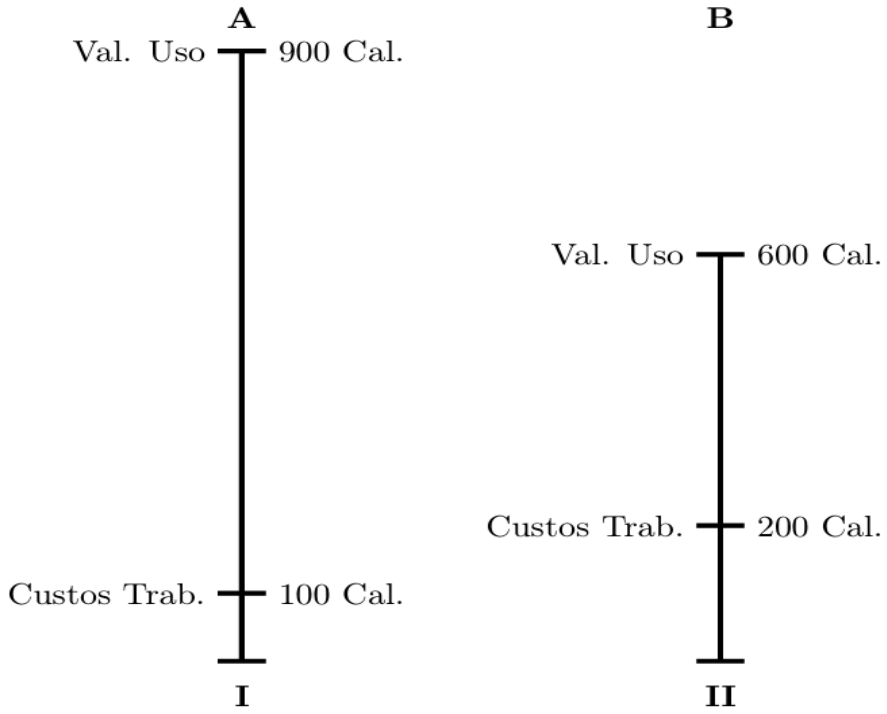


Fig. 9. A troca segundo a teoria do valor de uso. 4º Caso.

Agora é preciso determinar quais são os limites das possibilidades de troca entre duas mercadorias. Qual é a relação mais desfavorável para *A*, na qual a troca ainda é possível?

A deve, pelo menos, receber a longo prazo o reembolso dos seus custos de trabalho. Se tomarmos como base o último exemplo (fig. 9), estes custos são de 100 calorias por 1 kg da mercadoria I.

Como a mercadoria II contém 600 calorias de valor de uso em 1kg, essas 100 calorias de custos de trabalho de A são cobertas por $\frac{1}{6}$ kg da mercadoria II. Portanto, o caso mais desfavorável para A, que é permanentemente possível, é: 1 kg da mercadoria I por $\frac{1}{6}$ kg da mercadoria II (fig. 10). Temporariamente, A pode até fazer uma troca ainda mais desfavorável: por exemplo, 1 kg da mercadoria I por 50 calorias da mercadoria II. Assim, ele salva pelo menos metade dos seus custos de trabalho, que de outra forma seriam totalmente perdidos.

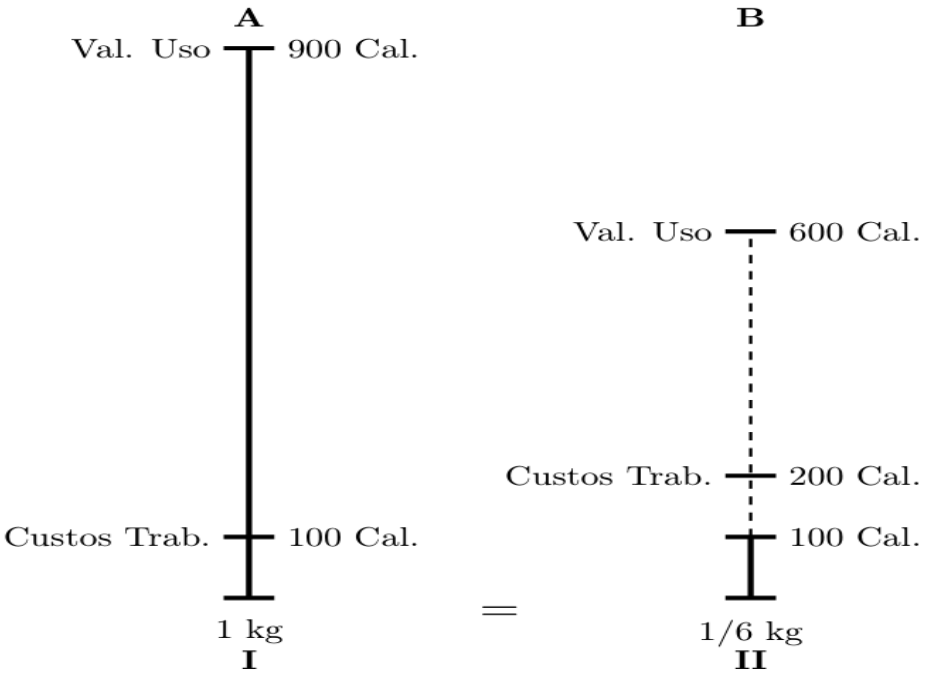


Fig. 10. Limites da possibilidade de troca. O caso mais desfavorável para A.

Mas qual é o caso mais favorável para A, que é permanentemente possível? B deve receber, no mínimo, o reembolso dos seus custos de trabalho, que correspondem a 200 calorias por 1 kg de mercadoria II. Essas 200 calorias estão contidas em $\frac{2}{9}$ kg de mercadoria I (fig. 11).

Por $\frac{2}{9}$ kg de mercadoria I, A ainda pode comprar apenas 1 kg de mercadoria II.

$\frac{1}{9}$	I	A	$\frac{1}{2}$	II
1	I	A	4½	

O caso mais desfavorável para A é: 1 kg da mercadoria I em troca de 1 1⁄2 kg da mercadoria II. O caso mais favorável para A é: 1 kg da mercadoria I em troca de 4 1⁄2 kg da mercadoria II. Como 4½ kg = $\frac{27}{6}$ kg, *A* recebe, no caso mais favorável, 27 vezes mais do que no caso mais desfavorável. B recebe, no caso mais desfavorável, por 1 kg da mercadoria II, 2 1⁄2 kg da mercadoria I, e, no caso mais favorável, por 1 kg da mercadoria II, 6 kg da mercadoria I. Como 6 kg = $\frac{54}{9}$ kg, *B* recebe, no caso mais favorável, igualmente 27 vezes mais do que no caso mais desfavorável.

O número 27 representa, portanto, a margem de troca dentro da qual a troca dessas duas mercadorias pode ocorrer de forma permanente com vantagem mútua para ambas as partes. A teoria clássico-marxista da lei do valor, segundo a qual sempre devem ser trocados valores iguais e segundo a qual só é possível um único valor de troca para duas mercadorias, revela-se, assim, completamente inválida. A troca de duas mercadorias pode, ao contrário, realizar-se com benefício mútuo dentro de margens de troca muito amplas e nas mais diversas

proporções quantitativas. As grandezas *A* e *B* delimitam reciprocamente as possibilidades de troca.

A margem de troca é facilmente calculável quando os valores específicos das duas mercadorias são conhecidos. O seu produto fornece a margem de troca. No primeiro caso, a mercadoria I possui o valor específico 9, e a mercadoria II o valor específico 3. O produto de 9 e 3 resulta na margem de troca 27.

Como, além disso, os valores específicos de algumas mercadorias são consideravelmente maiores do que 9, fica demonstrado que a troca oferece amplas possibilidades de satisfação, sem que os participantes percam o benefício da troca.

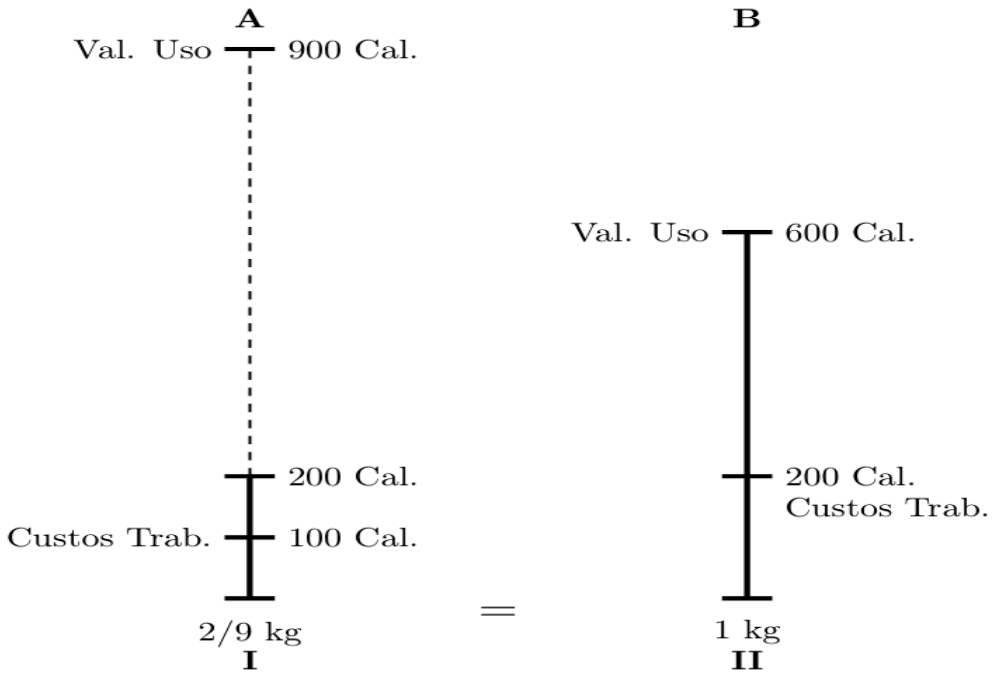


Fig. 11. Limites da possibilidade de troca.
O caso mais favorável para A.

Como os valores específicos de algumas mercadorias são significativamente maiores do que 3 ou 9, fica demonstrado que a troca oferece possibilidades extraordinariamente amplas de enriquecimento, sem que se perca a reciprocidade da vantagem na troca.

Se *A* recebe, por 1 kg da mercadoria I, 4½ kg da mercadoria II, então seus 100 calorias de custos de trabalho são remunerados com 2.700 calorias de valor de uso, ao passo que, por meio de seu próprio trabalho de produção, esses custos poderiam ser compensados, no máximo, com 900 calorias de valor de uso.

A vantagem possível no comércio é, portanto, neste caso, três vezes maior do que na produção. Essas possibilidades praticamente ilimitadas que a troca oferece sob o domínio do poder econômico das relações capitalistas foram claramente reconhecidas pelo sistema desde cedo. Já em "*O Capital*" está consagrada a sabedoria de que aqueles que possuem 100 talentos no comércio carregam carvão todos os dias, enquanto quem possui apenas 30 talentos na agricultura é obrigado a comer carvão todos os dias. Além disso, dessa vantagem decorre que uma mercadoria não pode ter um valor de troca determinado e objetivamente fixo. O tempo de trabalho e o valor de uso apenas determinam os limites da possibilidade de troca, nada além disso.

O próprio valor de troca, por sua vez, é estabelecido novamente (de forma subjetiva) a cada troca individual. A concepção de que o valor de troca seja uma grandeza determinada e objetivamente fixa foi formulada pela primeira vez pelo genial J. B. von Thünen. Em seu "*Estado Isolado*", ele ensina que o valor de troca é determinado, em cada caso concreto, pela utilidade marginal existente (*Grenznutzen*). A Escola de Viena desenvolveu posteriormente esse ensinamento na chamada "teoria da utilidade marginal", sem, contudo, avançar de maneira substancial no conhecimento, pois não relacionou novamente a utilidade marginal aos custos de trabalho. Weber, partindo dessa base, não traçou um novo caminho à maneira de Thünen e de seus sucessores, mas seguiu, na determinação do valor de troca, a forte atração da escola subjetivo-quantitativa.

O valor de troca de uma coisa consiste na energia que, para sua determinação, é pressuposta como existente na ação humana, conforme exposto, por exemplo, na página 53 de sua *Mecânica*.

Esse período de dependência intelectual o impediu de chegar a algumas conclusões importantes, pois sua teoria do valor de uso não foi por ele devidamente consolidada. Voltemos agora à questão: por que é determinado o valor de troca — ou, melhor, a relação de troca — no capitalismo ou na troca livre, em cada caso concreto? A resposta é: por nada além do poder econômico.

Ameaças de greve, compra e venda livres significam, em essência, trocar de acordo com a medida das relações de poder econômico.

No capitalismo, a troca é uma função do poder econômico. Oferta e demanda, utilidade marginal e outros conceitos não passam de jogos de palavras para encobrir esse fato brutal.

No entanto, isso não deve nos levar a deslocar o poder econômico de sua esfera própria, na qual ele permanece de forma compulsória no capitalismo. Participação, solidariedade, cooperação, liberdade enquanto poder econômico, bem como trusts, sindicatos, cartéis e monopólios têm exatamente esse significado. Na terceira seção foi examinada a teoria do valor do poder econômico no interior dos membros da comunidade de mais-valia sob a dominação do capitalismo.

Ali foram identificados três níveis de estratificação do poder: 1) *os credores de dinheiro*; 2) *os empresários e*; 3) *os trabalhadores sem propriedade*. A supremacia encontra-se nas mãos dos credores de dinheiro; os empresários dispõem de um poder moderado, enquanto os trabalhadores despossuídos são impotentes diante dessas duas camadas. Os trabalhadores recebem agora sua parcela do ganho de valor criado pela comunidade de valor sob a forma de salário. Esse salário, porém, é determinado segundo as leis da troca capitalista.

Qual deve, então, ser o nível do salário que, na relação de troca mais desfavorável possível, remunera sua força de trabalho? O economicamente mais impotente deve trocar sob as condições mais desfavoráveis que sejam permanentemente possíveis; isto é, em geral, ele deve vender sua força de trabalho a um nível médio.

Os meios de trabalho do trabalhador daquela época consistem na quantidade de energia necessária para manter sua força de trabalho e para reproduzi-la novamente por meio da família. Os meios de trabalho de um trabalhador correspondem, portanto, aos custos de subsistência de uma família de cinco pessoas.

Estes perfaziam, em média, segundo os cálculos apresentados no referido estudo, 17.393 calorias diárias. Essa quantidade de energia constitui, assim, o salário médio de um trabalhador livre. O salário deve situar-se acima desse valor quando a demanda por força de trabalho excede a oferta, pois enquanto isso ocorre a força de trabalho não é impotente.

Nessas circunstâncias, os salários obtidos podem ultrapassar a medida necessária para a reprodução da força de trabalho.

Assim que a oferta de força de trabalho excede a demanda, o salário cai abaixo do nível normal, até que a força de trabalho seja reduzida à medida necessária (desemprego). Esse é o destino do trabalhador livre. Os proprietários dos meios de trabalho, das mercadorias e do dinheiro aumentaram seu poder, em parte, por meio da elevação do capital destinado à subsistência, ao se unirem sob a liderança do capital financeiro e formarem organizações internacionais semelhantes a trusts. Dessa forma, conseguiram reter em seus bolsos uma parcela arbitrária do ganho da criação de valor. Vivendo sob esse exemplo, a classe trabalhadora seguiu o mesmo caminho. Sob a liderança do marxismo, organizou-se tanto em âmbito nacional quanto internacional. Esperava, por meio de uma ação conjunta contra o capitalismo, obter mais do que o mero salário de subsistência. Em caso de necessidade, procurou elevar a demanda pela mercadoria força de trabalho retirando-a temporariamente do mercado por meio de greves. Ambas as esperanças revelaram-se ilusórias. Nem por meio de convenções coletivas nem por meio de greves a classe trabalhadora despossuída conseguiu elevar sua participação no resultado econômico para além do salário de subsistência.

Desde a década de 1880, o salário real deixou de aumentar, e já naquela época era apenas metade do que fora no ano de 1350. Isso é algo perfeitamente natural na economia capitalista e torna-se imediatamente compreensível também à luz da teoria do valor de uso. Na investigação da possibilidade de troca, verificou-se que a margem de troca, em geral, é determinada conjuntamente pelos custos de trabalho e pelo valor de uso. No caso mais desfavorável, *A* obtém apenas a cobertura de seus custos de trabalho por meio do valor de uso de *B*; no caso mais favorável, seu valor de uso cobre exatamente os custos de trabalho de *B*.

A condição para uma tal margem de troca positiva é, porém, que, no objeto de troca em questão, o valor de uso esteja acima dos custos de trabalho, como ocorre, por exemplo, com o carvão, cujo valor específico é 68.

Coloca-se agora a questão de saber se, também no caso da força de trabalho humana, o valor de uso se encontra acima dos custos de trabalho. Os custos diários de trabalho de uma força de trabalho normalmente não podem ser substancialmente inferiores a 17.393 calorias. Mas qual é, então, o seu valor de uso? O valor de uso de um bem econômico é igual à quantidade de energia que ele fornece ou economiza. Quanta energia pode, portanto, o trabalhador, que fornece apenas força, entregar diariamente de modo economicamente útil? Por meio de experimentos, constatou-se que um trabalhador, em um trabalho profissional uniforme (tear mecânico), em uma jornada de oito horas, fornece em média 300 calorias. Se, portanto, o ser humano for considerado apenas como um bem econômico fornecedor de força, como uma máquina de força, como uma mercadoria, então seu valor de uso, de 300 calorias, situa-se muito abaixo de seus custos de trabalho, de 17.393 calorias[14].

[14] N.A: Aqui surge a questão: se toda a necessidade familiar de 17.393 calorias representa valores pagos, ou seja, se pode ser registrada em toda a sua extensão como custos? Partindo do exemplo do carvão, não se estaria inclinado a responder afirmativamente a essa pergunta. No carvão, uma quantidade de valores de uso não pagos entra no consumo. Poder-se-ia supor isso também para os outros artigos de necessidade humana. Para decidir a questão, deveriam ser examinados, a rigor, todos os bens de subsistência do homem. No geral, porém, a questão já pode ser respondida agora. Partimos, no cálculo da necessidade familiar, da alimentação.

O valor específico do ser humano enquanto máquina de trabalho é, assim, o seguinte:

$$\text{Valor Específico} = \frac{Valor\ de\ custo}{Custos\ de\ Trabalho} = \frac{300\ Kcal}{17.393\ Kcal} = \frac{1}{50}$$

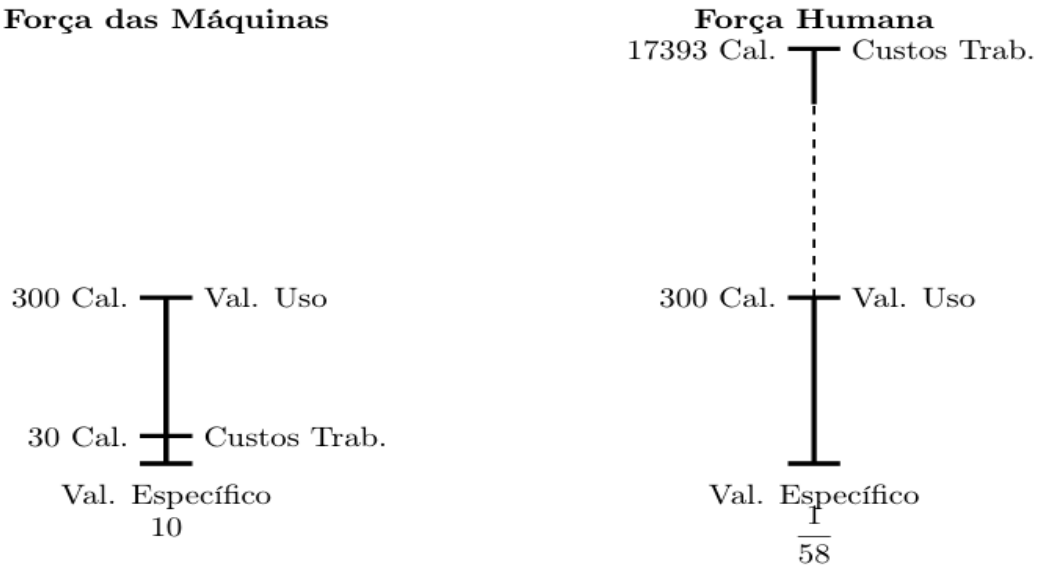


Fig. 12. A impotência econômica da força de trabalho humana.

Enquanto máquina de força, o ser humano representa, portanto, um bem econômico cujo valor específico é inferior a 1 e que, por isso, deve ser elevado por meio de meios suplementares adquiridos externamente.

Uma investigação de um importante alimento, o trigo, sobre o conteúdo de valores de uso não pagos, realizada com base em material estatístico oficial, leva ao seguinte resultado:

O valor de uso de um quilograma de trigo é indicado por Sacher como sendo 1.610 calorias. Os custos de produção do agricultor calculam-se em cerca de 860 calorias. O preço do pão está cerca de 96 por cento acima do valor da quantidade correspondente de trigo. Enquanto o trigo chega às mãos do consumidor na forma de pão, seus custos totais de produção atingiram o valor de uso e, com isso, o consumiram. Valores de uso não pagos não estão mais contidos nele. Como a maioria dos outros alimentos é mais cara em relação ao seu valor nutritivo, pode-se assumir como correto que os alimentos não contenham mais uma quantidade essencial de valores de uso não pagos. Se as cerca de 8000 calorias de necessidade nutricional estão pagas, então o restante da necessidade calculada também trata de valores pagos. O montante total de 17.393 calorias pode, portanto, ser considerado como custo.

Segundo os dados esquemáticos apresentados, o rendimento da força de trabalho humana deve esforçar-se por descer abaixo de seus próprios custos de trabalho, pois o valor de uso em si não está submetido ao poder de compra.

Em uma posição econômica especial desfavorável, a força de trabalho humana só pode manter-se, na economia concorrencial, enquanto não encontra um concorrente superior, isto é, enquanto permanece indispensável. Concorrentes superiores à força de trabalho humana são as máquinas inteligentes de produção de energia, que progressivamente expulsam o ser humano, enquanto fornecedor de força, de seus postos de trabalho.

Na economia capitalista contemporânea, isso não poderia ocorrer de outra maneira. Uma máquina a vapor fornece, em regime de funcionamento contínuo, 300 calorias (= ¼ de hora-cavalo de potência) de valor de uso, a um custo de uma hora de trabalho correspondente a apenas 30 calorias (fig. 12).

Seu valor específico como fornecedora de força é, portanto, igual a:

$$\frac{Valor\ de\ uso}{Custos\ de\ trabalho} = \frac{300\ Kcal}{30\ Kcal} = 10$$

Uma máquina desse tipo é, portanto, dez vezes — ou seja, 10 *vezes* 58 — superior. Seria um milagre se ela não tornasse supérflua a força humana como fornecedora de energia.

No fato de que, no ser humano enquanto fornecedor de força — em contraste provavelmente com a maioria dos outros valores — o valor de uso se situa abaixo dos custos de trabalho, reside o fundamento da particular impotência econômica da força de trabalho humana na economia capitalista de concorrência.

O ser humano é, portanto, considerado exclusivamente como fator de poder econômico, uma fonte. Mas, ainda que se somem todas as fontes, obtém-se sempre novamente um zero. Onde está esse ganho económico?

Como detentores do poder econômico, os proprietários dos meios de produção, das mercadorias e do dinheiro são, em geral, capazes de obter, além do seu salário e do reembolso das suas despesas, um lucro correspondente ao capital que disponibilizam. O marxista considera esse ganho de capital, por si só, uma injustiça social. Ele acredita que a injustiça capitalista reside no próprio fato de que tais ganhos de capital existem.

Essa opinião é sustentável?

As matérias-primas e os meios de produção contêm trabalho cristalizado. Ao utilizá-los, o seu proprietário utiliza indiretamente o trabalho.

Parte do trabalho cristalizado nos meios de produção é consumida nesse processo.

Sem o apoio do trabalho indireto e o seu consumo, o trabalho humano direto não pode transformar os valores naturais em valores úteis económicos. Por isso, esse trabalho indireto consumido participa tanto na obtenção dos valores úteis económicos quanto o trabalho direto consumido nesse processo. Portanto, ele não só tem direito a ser substituído, mas também a receber lucros. Nas condições atuais, o credor, devido à escravidão dos juros, tem a certeza absoluta de receber uma parte dos lucros, mesmo que o seu dinheiro não tenha gerado nenhum lucro.

Consequentemente, o credor tem prioridade, não só sobre o trabalho criativo, mas também sobre os proprietários dos meios de produção, que só podem obter lucros se os seus meios de produção realmente os gerarem. Esta prerrogativa tem alguma justificação? O credor tem realmente direito a uma parte dos lucros? Numa ordem econômica socialmente justa, o credor só pode exigir uma parte dos lucros na medida em que tenha prestado um serviço. O dinheiro é, por natureza, tal como os meios de produção, valor armazenado e, em parte, tal como estes, força de trabalho cristalizada. Mas será que algo é consumido por este trabalho realizado indiretamente através da concessão do dinheiro?

À primeira vista, parece que não é esse o caso. O dinheiro emprestado mantém o seu valor, o montante da dívida é constante. Este tipo de trabalho indireto parece, portanto, ser totalmente imperecível.

É-o também em uma medida muito diferente dos meios de trabalho ou da própria força de trabalho humana, mas não é totalmente imperecível.

Todo o dinheiro emprestado está mais ou menos em risco e pode ocasionalmente ser perdido. Este risco de perda deve ser considerado como depreciação ou consumo, com base no seu valor médio.

Além disso, o capital monetário, como qualquer valor armazenado, sofre uma desvalorização proporcional constante devido ao progresso econômico.

À medida que os valores de uso podem ser obtidos com cada vez menos esforço, o poder de compra dos valores antigos armazenados diminui. Na medida em que está sujeito ao risco de perda e na medida em que é desvalorizado pelo aumento do sucesso económico, o trabalho indireto contido no capital financeiro também é consumido e, na mesma medida, o credor tem direito a participar no lucro económico total.

A injustiça capitalista na distribuição de valor não consiste, portanto, no fato de os proprietários dos meios de produção e do dinheiro receberem uma parte do lucro económico que excede a reposição dos seus bens, mas sim no fato de o trabalho criativo, como fornecedor da força de trabalho humana direta, ser totalmente excluído dessa parte devido à sua impotência económica. Em consequência dessa exclusão injusta, o trabalho criativo também é impossibilitado de participar de forma significativa na posse dos meios de produção e do dinheiro.

Assim, ele é automaticamente excluído da direção da comunidade de obtenção de valor, à qual dedica as suas forças, da qual depende o seu destino e cujo fim último ele próprio representa. A consequência final da sua exclusão da obtenção de valor é a situação indigna em que o trabalho criativo se encontra hoje dentro da comunidade de obtenção de valor.

A razão de todos esses males, porém, deve ser buscada no fato de que o capitalismo, ao declarar a concorrência sem limites, reduz a distribuição de toda a mais-valia econômica a uma mera função do poder econômico.

A lei do mais forte, que se baseia nisso, é a verdadeira marca de Caim do capitalismo e a causa da injustiça capitalista. O capitalismo só pode ser superado, a injustiça capitalista só pode ser eliminada, se a distribuição de valor for tornada independente do poder económico, se esta importante tarefa social for elevada a um efeito da justiça.

Tomando o carvão como exemplo, resta agora mostrar a que resultados conduz a distribuição com base nas leis do capitalismo, ou seja, da troca baseada no poder. De acordo com o cálculo detalhado apresentado no décimo segundo capítulo, das 2.000 calorias de valor de uso que representam 1 kg de carvão, 59,8 obras, ou seja, cerca de 60 obras, correspondem aos custos de produção. Com um custo de 60 obras, 1 kg de carvão é entregue na lareira. O restante de 1.940 calorias ainda está presente no carvão como valor de uso não pago quando ele é consumido. Essas 1.940 calorias são um valor gratuito. O restante não pago é inesperadamente grande, tão grande que, em comparação, todos os custos de produção e, mais ainda, os lucros neles contidos desaparecem. Por isso, todos se perguntam: para onde vai esse dinheiro, a quem beneficia, quem enriquece com ele, já que se trata da maior parte do valor de uso do carvão? Os 1.940 calorias de valor de uso não pago fluem inicialmente para o consumidor do carvão. Para ele, são mão de obra não paga e ajudam-no a produzir outros bens. Ao mesmo tempo, entram, de certa forma, no valor de uso desses bens, sejam eles ferragens. O consumidor do carvão é o fabricante desses artigos de ferro. Ele vende os artigos de ferro e, com eles, os valores de uso não pagos do carvão neles contidos.

O fabricante dos artigos de ferro pode, nessa troca, receber o pagamento dos valores de uso não pagos extraídos do carvão e, assim, apropriar-se deles como lucro?

O preço de um artigo de ferragens tem um limite mínimo, os custos de mão de obra, ou seja, o trabalho pago. Isso não inclui os valores de uso não pagos provenientes do carvão. O limite máximo do preço é, em geral, o valor de uso dos artigos de ferragens. Neles também estão incluídos os valores de uso não pagos do carvão. Se o consumidor do carvão, como fabricante e vendedor dos produtos de ferro, dispõe de um certo poder econômico, ele é capaz de fixar o seu preço tão alto que não só recupera os custos de mão de obra, mas também se apropria de uma parte do valor de uso que ele próprio não pagou.

Ele pode, portanto, cobrar de seus compradores uma fração dessas 1940 calorias, digamos talvez 10 calorias. As restantes 1930 calorias de valor de uso por quilograma de carvão continuam por pagar nas ferragens e permitem o seu preço baixo. Continuam a circular na vida económica, partilham-se com os mais diversos outros produtos e têm um efeito redutor nos seus preços, bem como no custo de vida das pessoas. No entanto, sempre que os valores de uso não pagos caem nas mãos de quem dispõe de poder económico suficiente, uma parte deles permanece nessas mãos até que, finalmente, a última das 1940 calorias seja repartida entre os economicamente poderosos.

Esse é o sentido da frase frequentemente usada em defesa: isso beneficia o consumidor. O trabalhador criativo, que não possui meios de trabalho, nem dinheiro, nem qualquer outra fonte de poder econômico, não beneficia de nada desses valores de uso não pagos. Ele cozinha a sua comida com as 1940 calorias não pagas do valor de uso do carvão. Isso barateia o seu custo de vida, e é por isso que o seu salário é geralmente determinado. Devido à sua impotência económica, o trabalhador sem emprego não pode, a longo prazo, receber o menor pagamento no seu salário pelos valores de uso que recebe de graça, mas tem de os repassar gratuitamente. Para ele, a redução de preços significa redução salarial. Os valores de uso não pagos que circulam na vida econômica significam, na economia capitalista, tantas oportunidades de lucro para os detentores do poder econômico, enquanto os economicamente impotentes não

têm qualquer vantagem com isso. Preços baixos nunca podem ser, portanto, num sistema de livre concorrência, um meio de melhorar a situação do trabalho criativo, que em si mesmo é sempre economicamente impotente, pois preços baixos significam salários baixos.

Para os economicamente poderosos, por outro lado, os preços baixos são um meio indispensável para equilibrar as possibilidades de lucro nos diferentes ramos da produção e da mediação.

Como em todos os ramos da economia circulam valores de uso não pagos, que foram obtidos nas mais diversas indústrias para depois serem repassados a outros sem pagamento, capitais iguais podem, em média, obter lucros iguais em todos os lugares. Isso seria impossível, dada a grande diversidade do sucesso na obtenção de valor nos diferentes ramos da indústria. Depois de termos acompanhado o destino das 1940 calorias não pagas na distribuição capitalista, passamos às 59,8 calorias de custos de produção necessárias para obter 1 kg de petróleo bruto. Como se pode ver mais detalhadamente na secção 14, elas distribuem-se da seguinte forma entre os intervenientes:

Produção	Força de Trabalho Direta	Custos de Reprodução	23 Kal.
		Lucro sobre isso	—
	Força de Trabalho Indireta (Meios de Trabalho / Capital)	Reposição por Desgaste e Consumo	9,5 Kal.
		Lucro sobre isso	4 Kal.
Comércio	Força de Trabalho Direta e Meios de Trabalho	Para Reprodução, Desgaste e Consumo	11,65 Kal.
		Lucro sobre isso	11,65 Kal.
		Total	**59,8 Kal.**
Consumo			1940,2 Kal.
			2000,0 Kal.

Uma parte dos custos de produção de 59,8 calorias serve para substituir a força de trabalho consumida, tanto direta como indiretamente. A força de trabalho humana viva fornecida diretamente para a produção recebe 23 calorias para a sua reprodução.

A força de trabalho indiretamente ativa, concentrada nos meios de produção, consome 9,5 calorias. Para substituir a força de trabalho direta e indireta consumida no comércio, são necessárias 11,65 calorias.

Os meios de produção no comércio, ou seja, o capital empresarial dos comerciantes, representam um lucro de 11,65 calorias, enquanto o trabalho indireto na produção, ou seja, o capital empresarial na mineração, representa um lucro de 4 calorias por quilograma.

A mão de obra simples, diretamente envolvida na produção e no comércio, fica de mãos vazias na distribuição do excedente, não recebendo qualquer participação nos lucros. Não se pode justificar isso alegando que tal mão de obra não está disponível. 1 kg de carvão contém ainda 1940 calorias de valor de uso não consumido. Portanto, mesmo que não haja nenhum ou não haja suficiente lucro de capital, ainda existe uma grande reserva de valor de uso disponível para distribuição. Na ordem econômica baseada no poder, a força de trabalho criativa direta não recebe qualquer participação nos lucros, mas não porque esta já não esteja disponível, mas apenas porque lhe falta o poder económico para a obter e porque os seus direitos sociais não a apoiam. Quem recebe então as 15,65 calorias de lucro incluídas nos custos de produção? Através do preço, elas vão inicialmente para os empresários da mineração e do comércio.

Mas lembremo-nos de que o poder económico dessas pessoas é insignificante em comparação com o poder dos credores ou dos capitalistas financeiros, por isso não devemos nos surpreender se os empresários, os proprietários e os fornecedores da força de trabalho indireta também não conseguem reter o lucro, mas são forçados pela escravidão dos juros a repassá-lo em grande parte aos capitalistas financeiros.

Os capitalistas financeiros são também os principais beneficiários finais desses lucros, que ainda são extraídos dos produtos fabricados com carvão barato no decorrer do ciclo económico.

Enquanto os proprietários dos meios de produção participam pelo menos nestes lucros adicionais, a força de trabalho criativa direta continua totalmente excluída deles.

XII. Caminhos errados marxistas e outros

O liberalismo partia da crença de que existe uma harmonia natural entre o interesse individual e o bem comum. Por isso, não seria necessária uma harmonização consciente entre ambos na vida econômica. Quem perseguisse com sucesso o seu interesse próprio estaria, ao mesmo tempo, servindo à realização do bem comum. Para garantir o bem comum, bastaria, portanto, conceder plena liberdade à busca do interesse próprio: bem comum através do interesse próprio! Muito rapidamente, porém, tornou-se evidente o fracasso dessa esperança liberal. É sempre assim: um "milagreiro" muito celebrado, que tem o azar de revelar sua impotência em alguma ocasião, é condenado sem piedade. O milagreiro do liberalismo era o interesse próprio. Depois que sua incapacidade de realizar o bem comum foi exposta, o povo passou a estar inclinado a rejeitá-lo completamente. Esse estado psicológico dos decepcionados foi explorado pelo marxismo. À aspiração das massas, que sofriam sob o egoísmo irrestrito do sistema e queriam ser libertadas da "lei do mais forte" capitalista, ele ofereceu um ideal de vida e de economia no qual tudo deveria ocorrer por espírito comunitário, e nada mais por egoísmo. O interesse próprio deve ser banido da economia futura marxista, tornando-se impossível ao indivíduo realizá-lo de qualquer forma.

Por essa razão, não deve haver propriedade privada dos meios de produção:

> A abolição da propriedade privada é até mesmo o resumo mais curto e mais característico da transformação de toda a ordem social, que decorre necessariamente do desenvolvimento da indústria, e por isso é corretamente destacada pelos comunistas como sua principal exigência.

Assim diz Friedrich Engels na página 21 de sua obra "*Princípios do Comunismo"*.

Se os meios de produção não pertencem a um indivíduo, então nenhum indivíduo pode reivindicar a propriedade dos produtos e, com isso, satisfazer seu interesse próprio — concluem Engels e Marx. Essa consideração, contudo, não é totalmente correta. Na antiga comunidade agrária germânica (*Markgenossenschaft*), o meio de produção — a terra arável — não era propriedade privada, mas posse comum da comunidade. Ainda assim, os frutos colhidos eram propriedade privada. A terra era distribuída anualmente e as parcelas eram concedidas temporariamente. O cultivo e a colheita, porém, eram responsabilidade dos indivíduos, que assim ainda tinham a possibilidade de promover seu interesse próprio em diferentes graus. Entre nossos antepassados, portanto, existia, ao lado da posse comum da terra, uma economia privada. A busca do interesse próprio era limitada em favor do bem comum, mas de modo algum eliminada. A posse comum da terra era, para a antiga comunidade rural alemã, um meio de harmonizar interesse individual e bem comum.

Ela cumpriu esse objetivo de forma suficiente enquanto a população era escassa. Quando o número de habitantes aumentou, tornou-se necessário um cultivo e uma adubação tão intensivos que o rendimento não podia mais ser obtido em apenas um ano. Para incentivar esse tipo de cultivo mais intensivo — indispensável ao bem comum —, tornou-se necessária uma distribuição de terras de longo prazo ou, melhor ainda, a propriedade privada da terra. O direito de posse modificou-se na mesma medida em que o cultivo intensivo avançava. Assim, primeiro o jardim se tornou propriedade privada, depois o campo arável, em seguida o prado e, por fim, a floresta. A posse comum da terra desapareceu porque se tornou incompatível com o progresso econômico exigido pelo bem comum.

Como a propriedade comunista dos meios de produção ainda não implica necessariamente a eliminação do interesse próprio, o marxismo não pôde se

contentar com essa exigência e precisou ir além, defendendo também um modo de produção comunista. Na obra de Engels já mencionada, lê-se na página 20:

> Ela deverá, antes de tudo, retirar a condução da indústria e de todos os ramos de produção das mãos de indivíduos concorrentes entre si e, em vez disso, fazer com que todos esses ramos sejam conduzidos por toda a sociedade — isto é, por conta comum, segundo um plano comum e com a participação de todos os membros da sociedade.

Em uma economia desse tipo, que não conhece nem propriedade dos meios de produção nem produção por conta própria (isto é, economia privada), a busca por vantagem individual ainda não precisa estar completamente eliminada.

Pois tudo depende de como a comunidade — em cujo nome e por cuja conta se produz — remunera seus membros pelo trabalho, ou, em outras palavras, de como distribui os produtos. Por meio de um sistema de remuneração adequado, o interesse próprio ainda poderia ser incorporado como força motriz mesmo em uma ordem econômica que não conheça nem propriedade nem economia privada. Mas nem mesmo essa última possibilidade de atuação os fundadores do marxismo querem conceder ao interesse próprio. Engels afirma sobre a distribuição, na página 28 de seus *Princípios*:

> Dessa forma, a sociedade produzirá bens suficientes para organizar a distribuição de modo que as necessidades de todos os membros possam ser satisfeitas.

Disso deve-se tirar a conclusão de que, na economia marxista-comunista, não deve haver remuneração conforme o desempenho, mas apenas uma distribuição segundo as necessidades dos indivíduos.

Se cada um recebe o que precisa sem ter demonstrado uma correspondente prestação de trabalho, e se, por outro lado, ninguém pode colher um salário maior por um esforço adicional, então o interesse próprio é, de fato, completamente eliminado como força motriz no lado produtivo da economia.

De fato, essa concepção sugerida por Engels é defendida pelos comunistas com toda determinação. *"No ABC do Comunismo"*, obra dos bolcheviques Bukharin e Preobrazhensky, lê-se na página 61:

> No início, talvez nos primeiros 20 a 30 anos, será necessário introduzir diferentes regras; por exemplo, certos produtos serão atribuídos apenas àqueles que apresentarem um registro correspondente no caderno de trabalho ou seus cartões de trabalho. Mais tarde, quando a sociedade comunista estiver consolidada e desenvolvida, tudo isso se tornará desnecessário. Cada produto estará disponível em abundância, todas as feridas já terão sido curadas, e então cada um poderá tomar tanto quanto precisar. Ninguém terá interesse em vender excedentes, pois cada um poderá obter o que precisa, quando precisar. O dinheiro também deixará de ter valor. Consequentemente, no início da sociedade comunista, os produtos provavelmente serão distribuídos de acordo com o trabalho realizado e, posteriormente, simplesmente de acordo com as necessidades dos cidadãos, dos membros da comunidade.

Viver de forma digna, em nossas condições, não é possível sem trabalho. Nem mesmo uma sociedade comunista pode abolir, para si como um todo, essa lei da natureza. Também ela não pode satisfazer as necessidades de seus membros sem que se trabalhe. Como totalidade, para ela também permanece a obrigação do trabalho — o trabalho continua sendo necessário. Também para ela, o nível de geração de valor, o destino do bem comum, permanece dependente da relação $\frac{G}{A}$.

Apesar disso, os comunistas prometem libertar os membros individuais de sua sociedade da necessidade de trabalhar, livrá-los da obrigação do trabalho. Mas como o comunismo pretende levar as pessoas a trabalhar na medida necessária, se todas as necessidades podem ser satisfeitas sem que se comprove trabalho algum?

Como pretende alcançar que os meios e métodos de trabalho sejam melhorados, que os custos de trabalho sejam reduzidos e que os ganhos em valor de uso aumentem?

Como pretende realizar, de fato, o progresso econômico que promete com tanta convicção?

Ora, acredita poder dispensar a "muleta" do interesse próprio porque, em sua ordem econômica ideal, os homens trabalhariam com mais diligência, habilidade e perseverança por espírito comunitário do que hoje trabalham, na economia capitalista, por interesse próprio e necessidade. A razão de esses impulsos ao trabalho ainda não serem, aparentemente, dispensáveis atualmente, os comunistas não a buscam na natureza e no caráter dos homens, mas exclusivamente na inadequação da ordem econômica vigente. Se esta for substituída por uma que, segundo eles, seja ideal, então também os homens deverão ser ideais — ou ao menos se tornarão rapidamente assim. Essa é a sua esperança. Para isso, eles gostam de apontar para abelhas, formigas e outros "Estados animais", dizendo: os homens não ficarão atrás desses animais, que também trabalham diligentemente para o bem comum sem vantagem pessoal especial. Infelizmente, esquecem que os homens não são nem abelhas nem formigas. Nesses animais, as diferentes castas — rainhas, zangões, operárias, soldados, etc. — são fisicamente tão adaptadas às suas funções específicas, tão especializadas para elas, que não podem realizar absolutamente nenhuma outra atividade. As rainhas só podem pôr ovos, os zangões apenas fecundar, e as operárias apenas trabalhar. As castas — e ainda mais os indivíduos — dessas espécies são, por natureza, tão dependentes e incapazes de viver por si mesmos que, separadas da comunidade, perecem imediatamente. Assim como sua grande dependência é um fato natural, também o é seu impulso de trabalhar para o bem comum.

Comparado a esses animais, o ser humano, por sua constituição física e mental natural, é muito mais versátil e, portanto, mais independente.

A dependência existente entre os indivíduos humanos e a comunidade não é tanto um fato natural, mas antes um fenômeno cultural. Apenas a dependência entre os sexos na reprodução constitui uma exceção. Por isso, no ser humano, o senso comunitário é naturalmente mais fraco do que o instinto de autopreservação e a busca de interesse próprio associada a ele. O bem comum das sociedades humanas, portanto, nunca pode ser garantido apenas pelo senso comunitário, que é naturalmente fraco. Torna-se necessário organizar a vida cultural das comunidades humanas de tal forma que também o instinto naturalmente forte de autopreservação — que busca o interesse próprio — seja colocado a serviço do bem comum. Sim, a sabedoria e a qualidade de uma ordem econômica podem ser julgadas justamente pelo grau em que ela consegue colocar a busca por vantagem individual a serviço do bem comum. A ordem social será superior na medida em que conseguir isso de forma mais abrangente.

O comunismo nem sequer faz essa tentativa. Sem suor, não há recompensa! No nosso caso, o suor é o trabalho, a recompensa é o consumo. Ao tentar eliminar essa ligação natural entre ambos também como critério de distribuição do consumo, os comunistas eliminam, de fato, a busca do interesse próprio como força motriz da vida econômica. Mas o egoísmo em si não é, com isso, tornado impossível — ao contrário, são criadas excelentes condições para o seu desenvolvimento. Dá-se ao indivíduo a possibilidade de consumir sem ter demonstrado uma correspondente prestação de trabalho. Com isso, chega-se ao mesmo estado que também o capitalismo produziu. O que, porém, no capitalismo só é possível para os detentores de grande poder econômico — consumir sem trabalho correspondente —, o comunismo quer permitir a todos. Assim, na vida econômica comunista, no lugar da ganância surgirá a preguiça.

O comunismo é capitalismo com sinal invertido e com efeito ainda mais nocivo. Bem comum sem interesse próprio é sua intenção; *interesse próprio em vez de bem comum é seu resultado.*

A preguiça de alguns, que preferirão viver bem sem trabalhar em vez de cumprir seu dever, terá também um efeito devastador sobre todos os outros como mau exemplo. O trabalho será negligenciado, *A* (custos de trabalho) aumentará, *G* (valor de uso) diminuirá, o resultado econômico *S* tornar-se-á cada vez menor, e em breve faltará até o mais necessário. Tanto o bem comum quanto o bem individual serão igualmente destruídos. A esperança comunista de poder dispensar o instinto de autopreservação como força motriz e abolir a necessidade do trabalho revela-se tão leviana quanto ridícula; a pregação do comunismo aos contemporâneos configura um crime[15].

A outra corrente dos marxistas, os social-democratas, parecem evitar impor abertamente aos seus seguidores esses planos finais marxista-comunistas de seus fundadores.

Sobre a distribuição, Kautsky, teórico do programa social-democrata, afirma em diversos trechos de seus comentários ao "*Programa de Erfurt*":

> Hoje reina a mais extrema desigualdade. O princípio da distribuição deveria, portanto, segundo alguns, ser a igualdade. Hoje o ocioso vive na riqueza, enquanto o trabalhador passa necessidade; por isso, outros clamaram: a cada um segundo seu desempenho (ou, em forma mais recente: a cada um o produto do seu trabalho). Mas objeções foram levantadas contra ambas as formas, e assim surgiu uma terceira: a cada um segundo suas necessidades. Pode-se imaginar que a aplicação da ciência na indústria um dia leve a uma produtividade do trabalho tão elevada que os homens possuam em abundância tudo aquilo de que necessitam; então a fórmula 'a cada um segundo suas necessidades' poderia ser realizada sem dificuldade, quase por si mesma. Não somos tão prescientes quanto nossos adversários e, portanto, não

[15] Veja a prática de Stalin na Rússia. A remuneração baseada no desempenho tinha como objetivo levar em consideração, mais uma vez, a natureza humana.

> podemos de modo algum afirmar com a mesma certeza que eles se o Estado do futuro decretará ou não a plena igualdade de todas as rendas. Com isso, porém, não se quer dizer que o princípio da igualdade (que não precisa significar uniformidade) das rendas ou das condições materiais de vida não venha a desempenhar um papel nas sociedades socialistas — mas não como objetivo de uma igualação forçada e imposta de imediato, e sim como resultado de um desenvolvimento natural, como uma tendência. A fórmula: 'a cada um o produto do seu trabalho' fracassará, em todo caso, diante das necessidades da produção. A natureza da produção socialista implica necessariamente que apenas uma parte dos produtos produzidos em cada momento venha a ser distribuída. Todos aqueles produtos destinados à continuidade e expansão da produção, naturalmente, não entram na distribuição. Tampouco entram aqueles produtos destinados ao consumo coletivo, isto é, à criação, manutenção ou ampliação de instituições públicas de educação, ensino, saúde, lazer, entretenimento e semelhantes. O número de produtos que podem passar para o consumo privado, para a propriedade privada, será, portanto, em uma sociedade socialista, muito menor em relação ao total produzido do que na sociedade atual, onde quase todos os produtos são mercadorias, propriedade privada. Não é mais quase todo o produto que entra na distribuição, mas apenas um restante. É completamente utópico pensar que se possa elaborar um sistema de distribuição que valha para sempre. Também nesse campo, como em todos os outros, a sociedade socialista não dará um salto, mas partirá daquilo que já existe. A distribuição dos bens em uma sociedade socialista deverá, num futuro previsível, ocorrer apenas em formas que representem um desenvolvimento das formas salariais existentes hoje. Delas ela necessariamente partirá.

Essas exposições de Kautsky sobre a distribuição na futura sociedade marxista-comunista não dão, de modo algum, a impressão de que a social-democracia tenha clareza sobre esse importante problema. Elas parecem antes um reconhecimento de completa impotência diante de tal tarefa.

De modo geral, Kautsky se encontra no mesmo terreno que os bolcheviques em seu *ABC do Comunismo*. Assim como eles, também ele pretende, inicialmente, apoiar-se nas formas salariais existentes durante um

período de transição. Para o futuro, a distribuição segundo as necessidades não é, para ele, o único princípio, mas ele a admite, ainda assim, como uma possibilidade adequada. Com isso, aplica-se à social-democracia tudo aquilo que já foi dito contra o bolchevismo.

Sobre se o direito ao consumo deve ser concedido mesmo sem a comprovação de trabalho, Kautsky não se pronuncia.

Mas, mesmo que esse não seja o caso, nem o critério da necessidade nem o da igualdade — que Kautsky admite como únicos princípios de distribuição — são adequados para colocar a busca do interesse próprio a serviço do bem comum de modo a garantir o sucesso global da economia. Se o trabalhador simples recebe tanto quanto o criador, se o preguiçoso pode satisfazer suas necessidades da mesma forma que o diligente, então ninguém será incentivado a aumentar seu desempenho. Os custos de trabalho (A) serão elevados, os valores de uso produzidos (G) serão baixos. Não haverá progresso econômico; os povos não poderão cumprir suas tarefas culturais conforme sua natureza, e pobreza e miséria generalizadas serão as consequências inevitáveis.

O quanto os marxistas estão, no fundo, em desacordo sobre a organização do Estado futuro — especialmente sobre a questão da distribuição — também se evidencia pelo fato de que Kautsky rejeita aqui como impossível a exigência do "pleno produto do trabalho", defendida por ninguém menos que August Bebel, que em sua obra "Nossos Objetivos" afirma: "*O pleno produto do trabalho permanece nossa palavra de ordem.*"

Essa incerteza e desunião dos marxistas nas questões mais importantes da organização econômica não surpreenderá quem conhece o estado precário de sua teoria do valor. A teoria do valor de troca liberal-marxista é, na verdade, apenas uma teoria do comércio privado, e não uma teoria da economia nacional.

Por isso, ela não pode fornecer qualquer compreensão sobre a "anatomia interna" de uma comunidade nacional de geração de valor. Quem entra no labirinto dessa teoria do valor de troca jamais poderá — mesmo que queira — alcançar uma compreensão clara das exigências de uma ordem econômica orientada ao bem comum.

Enquanto isso, os social-democratas tornaram-se ainda mais inseguros em sua orientação programática; seus objetivos futuros tornaram-se ainda mais vagos, embora não tenham sido abandonados. Nos comentários ao seu programa mais recente, o *Programa de Heidelberg*, Kautsky já renuncia a uma seção específica sobre a distribuição dos produtos na futura sociedade marxista.

Sob o título *"A organização da produção"*, ele aborda o tema apenas brevemente[16]:

> A sociedade tem o direito de exigir que a produção ocorra de maneira que, com o menor dispêndio de força possível, produza o maior rendimento possível. Os trabalhadores têm o direito de que as condições de trabalho não lhes sejam impostas de forma ditatorial, mas acordadas com os representantes dos consumidores — do Estado, do município, da cooperativa —; de participar da organização e direção da produção; e, finalmente, de que toda melhoria que aumente o rendimento beneficie não apenas os consumidores, mas também os trabalhadores, e que todos os métodos de aumento de produtividade que ocorram às custas do bem-estar ou do tempo livre dos trabalhadores sejam excluídos.

Isso não passa de formulações bastante genéricas, que ainda por cima partem da velha oposição entre produtor e consumidor, algo que não tem nada de "Estado futuro".

Se examinarmos mais de perto as exigências que Kautsky ainda mantém, surge a pergunta: o que isso ainda tem a ver com comunismo ou marxismo?

[16] N.T: Kautsky, Karl: *Das Heidelberger Programm*, 1925.

Para que, então, a abolição da propriedade dos meios de produção, que poucas páginas antes ainda era apresentada como indispensável? Aquilo que há de válido nessas exigências — e há muito de válido — *só pode ser realizado em uma economia de propriedade organizada nacionalmente segundo os princípios da justiça social*, nunca em uma economia comunista.

Como se poderia, por exemplo, em uma economia comunista, garantir que os meios de produção fossem cuidados e desenvolvidos como se fossem propriedade privada e gerassem benefício pessoal?

Como garantir que a força de trabalho humana fosse aplicada com o mesmo empenho e habilidade como se fosse para benefício próprio?

Os caminhos para isso — que não podem ser encontrados por meio da teoria do valor de troca, mas apenas com a ajuda de uma teoria do valor de uso de base matemático-científica — serão apresentados na próxima seção.

O marxismo não é apenas hostil à comunidade do povo, mas a toda comunidade; não odeia apenas o Estado nacional, mas qualquer Estado.

No fundo, é individualista e anarquista, sendo assim uma nova forma do liberalismo radical, que também termina no anarquismo, pois acredita que todo mal provém da coerção, enquanto o ser humano, em liberdade, agiria naturalmente de forma boa.

Esse "defeito anarquista" é revelado no *ABC do Comunismo*:

> Sob o comunismo não haverá administradores permanentes de fábricas, nem pessoas que desempenhem a mesma função por toda a vida. Todos terão uma formação diversificada e serão capazes de atuar em todos os ramos da produção; hoje administro, calculando quantos sapatos de feltro ou pães devem ser produzidos no próximo mês; amanhã trabalho numa fábrica de sabão; na semana seguinte talvez em uma estufa comunitária e, três semanas depois, em uma central elétrica. Na sociedade

> comunista não haverá classes. Consequentemente, não haverá Estado; ele será desnecessário, pois não há luta de classes, não há ninguém a ser controlado. A direção geral ficará a cargo de escritórios de cálculo e estatística. Ali se registrará diariamente toda a produção e suas necessidades. Também será indicado onde aumentar ou reduzir a força de trabalho e quanto se deve trabalhar. E, como todos estarão habituados desde a infância ao trabalho comum e compreenderão que ele é necessário e que a vida é mais fácil quando tudo ocorre segundo um plano racional, todos seguirão as instruções desses escritórios. Aí não são necessários ministros próprios, nem polícia, prisões, leis, decretos — nada disso. Assim como em uma orquestra todos seguem a batuta do maestro e agem de acordo com ela, assim também aqui todos seguirão as tabelas de cálculo e executarão seu trabalho conforme elas. Além disso, nessas repartições de cálculo hoje estarão umas pessoas, amanhã outras. A burocracia, o funcionalismo permanente, desaparecerá; o Estado definhará. Completamente, porém, somente após duas ou três gerações.

Ao ler isso, pergunta-se com certo espanto: quem irá então inventar e produzir as máquinas complexas e os procedimentos e métodos de cálculo difíceis pressupostos aqui? Talvez pessoas que apenas "experimentam" cada atividade por um dia? E essas repartições de cálculo não seriam, afinal, verdadeiros ministérios — ministérios da economia?

Certamente as pessoas reconhecerão que é agradável trabalhar segundo um plano bem elaborado; mas muitas também descobrirão que é ainda mais agradável deixar que outros trabalhem segundo esse plano, enquanto elas próprias permanecem ociosas e sem direção — afinal, a satisfação de todas as necessidades estaria garantida mesmo assim.

A "batuta do maestro" talvez seja a única parte verdadeira dessa descrição, pois sugere o bastão — isto é, a coerção — sem o qual, no fim das contas, uma tal ordem comunista-anarquista não poderia funcionar. Aqui realmente não se sabe o que é maior: o ódio a toda ordem estatal ou a habilidade de enganar e mentir.

O pior, porém, é que nem sequer se tenta indicar um caminho para a realização dessas exigências. Essa reserva não decorre de modéstia excessiva, mas resulta necessariamente da ignorância dos teóricos marxistas nas questões fundamentais da economia. Quem não compreende completamente o tecido das relações econômicas também não é capaz de propor formas mais adequadas de organização desse organismo.

Assim, o segundo e o terceiro mandamentos da justiça social permanecem não cumpridos pelo marxismo. Seu sistema não oferece meios para garantir o maior êxito possível da produção de valor, nem é capaz de harmonizar interesse próprio e bem comum, colocando o primeiro a serviço do segundo. Menos ainda conseguiu indicar um meio de fortalecer o senso comunitário a ponto de tornar desnecessário o interesse próprio como força motriz.

Uma promoção do senso comunitário não pode, de modo algum, ser esperada do marxismo. Este considera como comunidade do futuro apenas a humanidade.

O fortalecimento dessa "comunidade" internacional, porém, só pode ocorrer à custa das comunidades nacionais. Já no Manifesto Comunista lê-se a esse respeito: "As separações nacionais e os antagonismos entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, da liberdade de comércio, do mercado mundial, da uniformização da produção industrial e das condições de vida correspondentes." O domínio do proletariado fará com que desapareçam ainda mais. Que essa esperança de tal desenvolvimento internacional é levada a sério, confirma-nos Kautsky em seus comentários ao "*Programa de Erfurt*".

Em uma nota de rodapé da página 118, lê-se:

> Apenas de passagem se observa que, como o desenvolvimento econômico não pode de modo algum estagnar sob condições socialistas, seu progresso fará com que aumente continuamente o âmbito necessário para que uma associação socialista possa prosperar. Que as nações socialistas acabarão por se fundir em uma única comunidade, que toda a humanidade formará uma única sociedade, é nossa firme convicção.

Kautsky também nos revela por que essa ideia de desenvolvimento aparece tão pouco na propaganda pública dos marxistas — sendo por vezes até ocultada ou encoberta por tons nacionalistas — ao prosseguir: "No entanto, tratamos aqui apenas dos pontos de partida, não do desenvolvimento posterior das formas sociais socialistas, não sendo necessário incluir a república mundial no âmbito de nossa análise."

Como suas simpatias pertencem à república mundial, os marxistas não podem promover a nação — a única grande comunidade humana na qual existe um senso comunitário natural —, mas devem ser hostis a ela.

O marxismo, portanto, também não pode cumprir o primeiro mandamento da justiça social: não pode garantir a segurança e a autonomia da comunidade nacional de geração de valor. Ao abrir mão disso, priva-se de qualquer base possível para a realização da justiça social e a rebaixa a uma esperança utópica.

O marxismo, ao desviar a atenção dos trabalhadores de sua própria nação para a Pan-Europa, a Liga das Nações e a república mundial, leva seus seguidores a, inadvertidamente, retirar o próprio fundamento sobre o qual somente a justiça social pode ser realizada na prática: o fundamento da comunidade nacional de geração de valor — *o socialismo nacional*.

Ao lado do marxismo, existem ainda várias outras correntes que também têm como objetivo a realização da justiça social. Em importância, porém, elas

diminuem bastante ao lado de seu “irmão maior”, embora, do ponto de vista teórico e intelectual, sejam interessantes o suficiente para serem brevemente abordadas. Quase todas elas têm em comum o traço evidente do diletantismo. São diletantes porque acreditam poder garantir a justiça social — sobretudo a harmonia interna e o desenvolvimento externo — por meio de uma única ou de poucas medidas organizadoras, que sempre dizem respeito apenas a um setor da vida econômica.

No restante, a livre concorrência deve permanecer intocada, assim como a economia capitalista baseada no poder. Um desses grupos de ideias remonta ao antigo erro fisiocrata. Como já foi explicado anteriormente, os fisiocratas consideravam, em oposição à escola clássica-marxista, a natureza — especialmente a terra — como a única fonte de valor.

Segundo eles, os setores que retiram seus produtos diretamente da natureza, como a agricultura e a mineração, seriam os únicos receptores e os principais beneficiários do excedente de valor dado pela natureza, a chamada renda natural. Os setores de transformação e transporte receberiam dessa renda apenas o necessário para cobrir seus custos e garantir sua subsistência. Todo o restante permaneceria nas mãos das atividades fundiárias ou dos proprietários, que explorariam essas atividades.

O objetivo dos fisiocratas era disponibilizar essa renda natural à coletividade. Como nenhuma atividade produtiva pode existir sem o uso da terra, acreditavam encontrar essa renda natural na renda fundiária.

Esperavam, portanto, assegurar essa renda à coletividade por meio da tributação da renda da terra. Uma vez alcançado isso, acreditavam que todo o restante poderia ser deixado à livre concorrência. Não haveria mais lucros injustificados, pois estes só poderiam derivar da renda natural, que já teria sido apropriada pela comunidade por meio do imposto sobre a terra.

Com base nessas ideias, defendiam o imposto sobre a terra como o único imposto. Esse "imposto único" era, para eles, o remédio milagroso universal para realizar a justiça social e resolver a questão social.

Esse raciocínio fisiocrata ressurgiu recentemente em diversas correntes. Assim, a *Liga Alemã de Reformadores da Terra*, sob a liderança de Adolf Damaschke, defende, além de uma reforma do direito fundiário, um imposto sobre a terra baseado no valor de mercado, tendo como ideal que esse seja o único imposto — como já ocorre em algumas colônias inglesas. De forma semelhante, também Otto Dickel, que denomina seu movimento de "comunidade de trabalho" (*Werkgemeinschaft*), espera resolver a questão social fundamentalmente por meio da recuperação da renda da terra. À luz de nossa teoria do valor de uso e da economia, os efeitos do "imposto único" apresentam-se, contudo, de maneira diferente. A teoria do valor de uso nos mostra que os valores que são extraídos da natureza por meio do trabalho humano e transformados em bens econômicos de uso permanecem apenas em pequena parte nas mãos daqueles que primeiro os recebem da natureza. A maior parte deles entra no consumo sem pagamento e percorre esse ciclo não apenas uma vez, mas repetidas vezes. Dessa forma, todos aqueles que dispõem de poder econômico têm continuamente a oportunidade de desviar, em qualquer ponto do processo econômico, uma parte desses valores não pagos para si mesmos, convertendo-os assim em valores pagos. A teoria do valor de uso também revela que a posição do comerciante e do credor de dinheiro confere o maior poder econômico, de modo que é justamente em suas mãos que esses valores "gratuitos" tendem a se concentrar.

Mas também todos os demais que possuem algum poder econômico podem obter ganhos desses valores em circulação não remunerados; apenas a força de trabalho produtiva, economicamente impotente, permanece excluída disso. É instrutivo — e ao mesmo tempo prova de um instinto político

fundamentalmente saudável — observar a posição das amplas camadas trabalhadoras em relação ao "imposto único".

Os camponeses mostram-se inquietos diante dessa proposta e a rejeitam, como já fez Voltaire, como um "imposto injusto", pois ela deixa intactas as maiores possibilidades de lucro injustificado, impondo assim um ônus especial aos setores ligados à terra, sem justificativa. Os trabalhadores e funcionários sem propriedade, em geral, mostram-se indiferentes a essa proposta, pois seu problema central — a participação do trabalho produtivo na distribuição dos ganhos — não é afetado por ela. Mesmo o alívio tributário que se poderia esperar para esses grupos revela-se ilusório, já que, com a redução dos encargos, também caem os salários. Entre os poucos "realistas" que apoiam essas propostas unilaterais e diletantes, destacam-se frequentemente representantes do comércio. De épocas anteriores, menciona-se o precursor de Damaschke, Flürscheim, e mais recentemente Walter Dauch. Para esses representantes do grande comércio, a doutrina fisiocrata e a exigência do "imposto único" são, naturalmente, bem-vindas: desviam a atenção de seus próprios lucros e os protegeriam da tributação, já que o comércio praticamente não necessita de terra. Isso também explica por que partidos liberais demonstraram certa simpatia por essa proposta.

A outra corrente mais destacada é a dos opositores unilaterais dos juros. Eles recorrem a uma tradição ainda mais antiga, podendo citar Aristóteles, que afirma[17]:

> Como a arte de adquirir riqueza é dupla — uma ligada ao comércio, outra à administração doméstica —, sendo esta última necessária e louvável, e a primeira baseada na circulação e justamente criticada (pois não se funda na natureza, mas na exploração mútua), o juro é, com razão, odiado, pois aqui o dinheiro se torna fonte de ganho, em vez de servir ao fim para o qual foi criado. Pois ele surgiu para a troca de

[17] N.T: Aristóteles: *Politik*, Buch I, 1258b.

> bens, mas o juro faz do dinheiro mais dinheiro. [...] De todos os meios de adquirir riqueza, este é o mais antinatural.

Os opositores dos juros — como, por exemplo, o "Reichsgegenzinsbund" — esperam realizar a justiça social por meio da abolição dos juros, assim como os fisiocratas esperavam alcançá-la com o imposto sobre a terra.

Mas, assim como nesse caso, a eliminação dos juros deixaria intactas outras formas de apropriação injusta de valor[18].

A posição dos diferentes grupos sociais diante da questão dos juros também mostra que o "povo", quando se trata de seus interesses, é capaz de julgar. Os empresários independentes, que sofrem diretamente com o peso dos juros, demonstram grande interesse pela questão. Já os trabalhadores, que raramente lidam diretamente com o capital financeiro, mostram menos entusiasmo e até desconfiança.

Percebem que a eliminação dos juros poderia reduzir o poder dos financistas, mas não o dos empresários, nem resolver sua própria exclusão dos lucros econômicos. Tanto a abolição dos juros quanto a "recuperação da renda

[18] N.T: É importante observar que a visão nacional-socialista não era abolir a cobrança de juros em si, mas sim alcançar a soberania monetária (*emissão soberana* da moeda; *monetary sovereignty*), o que significa, na prática, libertar-se do jugo dos juros: o Estado deve romper seus laços com o sistema financeiro internacional, abandonando o estado submissão. Eis o que diz Johann von Leers: *"Alguns críticos acreditaram, injustamente, que este ponto do programa era utópico. Nunca exigimos a luta contra os juros como tal, mas sim o fim da escravidão dos juros. Desde a sua criação, o Estado nacional-socialista não contraiu nenhum empréstimo externo. Acima de tudo, através da Reichserbhofgesetz (Lei Agrícola Hereditária do Reich), ele arrancou as propriedades hereditárias do poder do capital emprestado, implementou reduções decisivas nas taxas de juros e, acima de tudo, a acumulação extraordinariamente grande de capital de poupança, como resultado do aumento dos rendimentos devido à criação de empregos pelo nacional-socialismo, fez com que hoje haja dinheiro disponível para todas as despesas importantes . Os depósitos de poupança totalizaram 16,28 bilhões em 1933, 21,27 bilhões em 1937 e 23,75 bilhões em 1938. O rendimento nacional, porém, era de 46,5 bilhões em 1933, 71 bilhões em 1937 e 75 bilhões em 1938"*. (Hakenkreuzbanner: NS-Tageszeitung 1939-05-06). C.F também: *Alfred Himstedt. Das Programm der NSDAP wird erfüllt! Zentralverlag der NSDAP* (1941); *Gottfried Feder. Das Programm der NSDAP: und seine weltanschaulichen Zentralverlag der NSDAP* (1936); *Alfred Rosenberg. Wesen, Grundsätze und Ziele der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei: das Programm der Bewegung* (1938); *Walther Gehl Der nationalsozialistische Staat: Grundlagen und Gestaltung, Urkunden des Aufbaus-Reden und Vorträge Vom 11. September 1934 bis 31. Januar 1937* e

da terra” não são apenas medidas insuficientes — por não serem abrangentes —, mas também injustas em si mesmas.

A teoria do valor de uso mostra que aquele que fornece dinheiro para a produção também contribui indiretamente com trabalho. Portanto, ele tem direito a participar do valor gerado — ainda que não na proporção de seu poder econômico excessivo, mas de acordo com o desgaste do capital.

O mesmo se aplica à terra.

O solo natural não é um meio de produção no sentido estrito, pois não contém trabalho humano cristalizado. Mas a terra cultivada contém grande quantidade de trabalho humano acumulado, que contribui para a produção e se desgasta ao longo do tempo. Nessa medida, o proprietário da terra também tem direito a participar do valor gerado. Nem os juros nem a renda da terra são, em si mesmos, injustos; tornam-se injustos apenas quando atingem níveis excessivos ou quando não há uma participação correspondente do trabalho.

Mesmo Eduard Sacher, criador da teoria do valor de uso, não escapou de erros na questão da distribuição. A razão disso está no fato de que ele não conseguiu se libertar completamente, em um ponto — a determinação do valor de troca —, da teoria marxista. Sacher tem consciência de que a troca, em geral, não ocorre da maneira pressuposta por Marx, isto é, que normalmente não há troca de equivalentes. Ele afirma em sua obra *Grundzüge einer Mechanik der Gesellschaft*, página 101:

> A variação do preço de mercado em torno do preço correto pode ser muito grande, pois a troca ainda é possível mesmo quando o comprador recebe, pelo valor de troca de seu produto de trabalho, apenas 17 vezes o valor de uso, enquanto deveria receber 59 vezes no caso de produtos agrícolas.

Esse reconhecimento deve-se à consideração do valor de uso. Por isso, ele também está convencido de que o "preço correto" não surge espontaneamente, mas precisa ser alcançado por meio de medidas específicas.

> Nos séculos passados, os governos consideravam seu dever garantir preços corretos e estáveis. Foi um erro lamentável quando os dirigentes da sociedade passaram a acreditar que poderiam se desobrigar completamente dessa tarefa (p. 103).

A questão decisiva é: qual é, segundo Sacher, o "preço correto", isto é, o preço socialmente justo? Justamente aqui se revela que esse pensador perspicaz e independente ainda permanece preso, em parte, a concepções marxistas.

De forma semelhante a Marx, ele afirma:

> O valor de troca de uma coisa consiste na energia média despendida pelos homens para sua produção. Quando trocam os objetos produzidos, a troca será correta se as quantidades forem calculadas segundo o trabalho empregado (p. 53/54).

Um preço será considerado correto quando o valor de troca do bem for igual ao valor de troca do dinheiro — isto é, quando a energia humana média gasta na produção do bem for igual à gasta na produção do dinheiro.

Assim, Sacher considera como ideal um estado que Marx, erroneamente, tomava como comum. Ele deseja que os preços sejam regulados de modo que equivalentes — isto é, quantidades iguais de trabalho — sejam trocados. Quantidades iguais de trabalho implicam também custos de trabalho iguais. Os casos de troca com custos de trabalho iguais são ilustrados nas figuras 6 e 7. A vantagem na troca só é igual para ambas as partes quando as quantidades trocadas contêm não apenas custos de trabalho iguais, mas também valores de uso iguais (figura 6).

Se, porém, os valores de uso forem diferentes (figura 7), então as vantagens da troca também serão desiguais.

Quem, com 100 calorias, produziu 900 calorias, poderá consumir apenas 600 após a troca. Já o outro, que com 100 calorias produziu apenas 600, passa a consumir 900.

A produtividade superior do primeiro, expressa no valor específico 9, não beneficia a ele próprio, mas ao outro. Isso não pode ser considerado justo — nem do ponto de vista individual nem coletivo.

O produtor perde o fruto especial de seu trabalho sem justificativa, o que tende a desestimular sua motivação e reduzir o incentivo à produtividade. Assim, esse tipo de troca prejudica a produção e o bem comum. Por outro lado, o segundo agente, beneficiado injustamente, também não é incentivado a produzir melhor, mas sim a lucrar por meio da troca. Portanto, interesse próprio e bem comum não são harmonizados quando a troca se baseia apenas em quantidades iguais de trabalho. Essa regra não pode ser considerada ideal.

O próprio Sacher parece ter percebido isso posteriormente, ao afirmar (p. 96):

> Não é evidente que duas unidades de energia — uma empregada na produção do bem *A*, outra na do bem *B* — devam ser consideradas equivalentes em preço. Se a produção do bem *B* exige maior habilidade, então não podemos tratá-las como iguais.

Ele acrescenta que não é indiferente a relação entre valor de uso e valor de troca. Se duas pessoas produzem o mesmo objeto — por exemplo, uma faca —, mas a faca de *A* economiza 10.000 unidades de energia e a de *B* economiza 20.000, então, mesmo que ambas tenham exigido o mesmo esforço de produção, o trabalho de *B* deve ser considerado duas vezes mais valioso, devido à sua maior habilidade.

> Como o valor de um trabalho depende, por um lado, da energia humana empregada (E) e, por outro, do valor específico (S) do produto, o valor de um trabalho deve ser medido pelo produto desses dois fatores: $A = E \cdot S$

Sacher acredita, portanto, ter encontrado no produto da energia de trabalho pelo valor específico (*E vezes S*) um critério adequado para a determinação do preço. Porém, *E vezes S* é igual ao valor de uso. Assim, Sacher passa a defender que valores de uso iguais sejam trocados entre si. Esse caso é ilustrado na figura 8. Nesse modelo, o esforço de trabalho volta a ser desconsiderado. Setores cujos produtos possuem naturalmente alto valor específico, como a mineração, podem reter integralmente essa vantagem — que, aliás, não é exclusivamente mérito deles — nas trocas.

Já setores com baixo valor específico, pelos quais também não são os únicos responsáveis, não conseguem melhorar sua posição na troca. Isso levaria necessariamente a que ninguém quisesse atuar nesses últimos setores — como a agricultura — nos quais, por natureza, um grande esforço de trabalho gera apenas um pequeno múltiplo de valor de uso. Como, porém, esses setores são indispensáveis para a manutenção da vida e para a segurança da comunidade econômica nacional, seu desaparecimento causaria um grave prejuízo ao bem comum. Portanto, Sacher também não encontrou no valor de uso, tomado isoladamente como medida de troca, um meio adequado de harmonizar interesse próprio e bem comum.

Isso também não escapou a esse meritório pesquisador, pois ele afirma em sua segunda obra, "*Gesellschaftskunde als Naturwissenschaft*" [Estudos Sociais como ciência natural] (1899), página 27:

> O valor de troca de um bem consiste na energia média despendida pelos homens para sua produção. A plena compreensão dessa afirmação muito importante pode ser dificultada pela opinião amplamente difundida de que o valor de uso deve necessariamente ser considerado na formação do valor de troca. Essa opinião, porém, não pode ser fundamentada cientificamente, pois o excedente de energia presente no valor de uso em relação ao valor de troca é ou um presente da natureza ou um produto do trabalho intelectual de nossos antepassados.

Assim, parece que Sacher, ao final de sua vida, retornou à sua posição inicial, cuja insustentabilidade já foi demonstrada.

Sacher, portanto, não conseguiu resolver o problema de estabelecer uma formação de preços e salários socialmente justa, embora dispusesse de uma teoria correta do valor de uso.

Mais ainda: nessa questão decisiva para a realização da justiça social, ele sequer chegou a uma posição consistente. Mas, como todo erro, esse também tem seu valor. O fracasso de Sacher nos mostra que a harmonização entre interesse próprio e bem comum não pode ser alcançada por uma distribuição "socialmente justa" se considerarmos apenas o esforço de trabalho ou apenas o valor de uso.

Onde, então, deve ser buscado o fundamento legítimo para a determinação de preços e salários? De que maneira o poder econômico deve ser eliminado? Como tornar impossível a injustiça capitalista?

A resposta deve ser deixada para o próximo capítulo.

XIII. A realização da justiça social

A realização de uma ordem econômica nacional-socialista ideal, na qual o interesse próprio e o bem comum estejam em harmonia, exige tempo. Teríamos esse tempo se o capitalismo e o marxismo nos deixassem como herança uma economia nacional ao menos razoavelmente saudável. Nesse caso, poderíamos nos dedicar à tarefa com tranquilidade e, desde o início, iniciar uma reorganização de longo prazo. Mas, como herdamos uma economia que, sacudida pelas febres mais altas de uma crise mortal, se encontra em seus últimos suspiros, devemos antes de tudo adotar medidas de emergência, *que ainda têm pouco a ver com nosso objetivo final.*

A. Tarefa presente e futura da política econômica e social nacional-socialista

A tarefa econômico-social do nacional-socialismo é, portanto, dupla: 1) Promover a recuperação geral da economia nacional por meio da superação da crise econômica e; 2) garantir que cada membro produtivo e criativo do povo receba, dentro da economia geral da nação, aquilo que lhe corresponde de acordo com sua contribuição econômica.

A realização dessas duas tarefas não poderá ocorrer de forma simultânea desde o início de nossa atuação. Em grande medida, terá de acontecer sucessivamente. A tarefa imediata é determinada pelo fato de que, atualmente, a economia nacional como um todo está em sofrimento e não é capaz de empregar todo o povo nem de alimentá-lo de maneira suficiente. No momento da tomada do poder, surge diante de nós a tarefa de curar essa crise aguda; de provocar uma virada econômica por meio da qual a linha de desenvolvimento da economia, que hoje aponta acentuadamente para baixo, volte a se orientar para cima — ainda que, a princípio, apenas em um pequeno ângulo.

Antes de tudo, tratar-se-á de criar novamente trabalho e sustento para cinco a seis milhões de pessoas. Não dispomos de meios milagrosos para isso. Somente medidas econômicas gerais, enérgicas e bem fundamentadas, baseadas em uma compreensão correta da natureza da crise, podem trazer ajuda eficaz. Se, nesse momento, o indivíduo já alcança plenamente aquilo que lhe corresponde dentro do bem comum — como exige a ideia do nacional-socialismo —, isso ainda não está em questão. O cumprimento dessa exigência deverá permanecer como tarefa futura. No primeiro momento crítico, cada um terá de se contentar — e, de fato, estará disposto a fazê-lo — se apenas voltar a encontrar uma possibilidade de vida que o sistema vigente lhe havia retirado.

B. A natureza da crise

A superação da crise econômica pressupõe que sua natureza e suas causas sejam corretamente compreendidas. Os meios de solução então se apresentam por si mesmos. Uma economia nacional é, em linhas gerais, saudável quando as três grandezas — necessidade (B), capacidade produtiva (P) e capacidade de consumo ou poder de compra (K) — são aproximadamente iguais (ver figura 13).

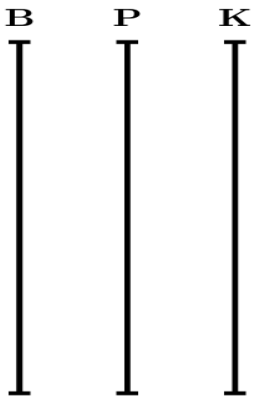


Fig. 13 (rico e saudável).

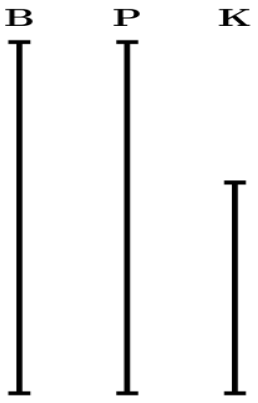


Fig. 14 (rico e doente).

Nesse estado feliz, a economia nacional é capaz de fornecer tudo o que é necessário para a manutenção e o fortalecimento da força do povo, e todos os

membros capazes de trabalhar encontram nela uma ocupação remunerada. Essa economia não conhece nem escassez nem desemprego; ela é rica e saudável. Se B é igual a P, mas K é menor que ambos (figura 14), então essa economia deve ser considerada rica, mas, apesar disso, está doente, porque o poder de compra — e, com ele, a produção efetiva — fica muito aquém da capacidade produtiva, de modo que surge um desemprego significativo (América). A figura 15 representa uma economia que é, de fato, pobre, mas saudável. Como P é menor que B, há escassez de certos bens necessários; porém, devido à igualdade entre K e P, todos têm trabalho e alimento, ainda que este seja apenas escasso. Nesse estado encontra-se a economia da Turquia.

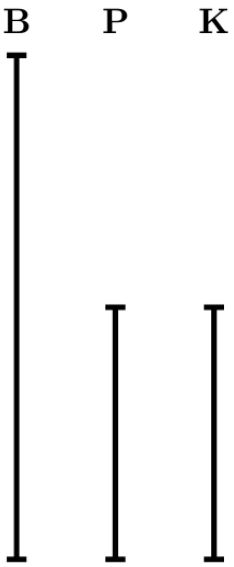


Fig. 15 (pobre e saudável).

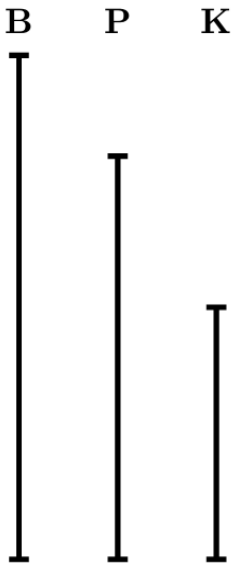


Fig. 16 (pobre e doente).

Triste é a situação da economia cuja condição é representada pela figura 16. Como *P* é menor que *B*, há escassez; como *K* é menor que *P*, há desemprego. Essa economia é ao mesmo tempo pobre e doente.

É o quadro da economia nacional alemã que aqui reconhecemos, explorada por tributos e pela usura dos juros, e abalada por crises de trabalho e de mercado.

C. O processo de trabalho

Todo trabalho cultural humano possui duas condições prévias que devem estar em proporção correta entre si para que o trabalho tenha êxito. São elas as fontes naturais de valor do país e a capacidade de trabalho do povo. Quanto às primeiras, sofremos uma carência sensível devido ao espaço restrito e à falta de alguns recursos naturais importantes, carência essa que foi ainda mais agravada pelo roubo de regiões ricas em matérias-primas. Eliminar essa deficiência só será possível por meio de uma política externa firme e prudente de uma "Grande Alemanha"; por ora, devemos contar com sua continuidade. No que diz respeito à capacidade de trabalho humana, distinguem-se duas formas: O trabalho direto da força de trabalho viva do homem, que constitui a forma natural do trabalho. O trabalho indireto, armazenado nos meios de produção e nos bens de consumo (capital), que deve ser considerado a forma cultural do trabalho. Dispomos em abundância de força de trabalho viva, e de qualidade incomparável. Já com relação ao trabalho cristalizado presente no capital — que constitui o estoque de valor indispensável à nossa forma avançada de produção — a situação é diferente. Sofremos uma carência tão sensível desse estoque de valor que nossa crise econômica se apresenta claramente como uma crise de capital.

Capital é sempre um estoque de valor que só pode surgir pelo fato de ser, de alguma forma, poupado a partir do produto econômico.

Como formas de capital, distinguem-se sobretudo:

a) O capital circulante (ou de operação), constituído por bens de consumo de toda espécie;

b) O capital fixo (de investimento), composto por meios de produção dos mais diversos tipos.

A carência de capital anteriormente constatada manifesta-se de forma particularmente devastadora no capital circulante.

O estoque de bens necessários não é suficiente para sustentar plenamente todos os membros do povo até que os produtos por eles produzidos possam ser aproveitados.

A aparente abundância desses bens decorre apenas do fato de que o poder de compra é ainda menor do que o estoque de valor existente. Em comparação com o capital circulante, o capital fixo — na forma de meios e instalações de trabalho — encontra-se em quantidade bem mais abundante. O capital fixo, em conjunto com a força de trabalho viva e com a riqueza natural do país, determina a capacidade produtiva, isto é, a capacidade de produção de bens. Já o capital circulante determina o volume da produção efetivamente realizada e, com isso, o grau de utilização da capacidade produtiva — que, no nosso caso, ainda se situa em cerca de ½ a ⅔ —, bem como a extensão das possibilidades de trabalho. Como o capital circulante também contém a soma dos salários e rendimentos, ele determina simultaneamente a força de compra e de consumo da população, de enorme importância para a política econômica.

De acordo com suas duas formas, o capital apresenta dois circuitos na vida econômica: Os bens de consumo, que constituem o capital circulante e se encontram no circuito principal, são produzidos e consumidos várias vezes ao ano, em média. O trabalho necessário para sua produção reaparece, portanto, rapidamente — geralmente no decorrer de poucos meses.

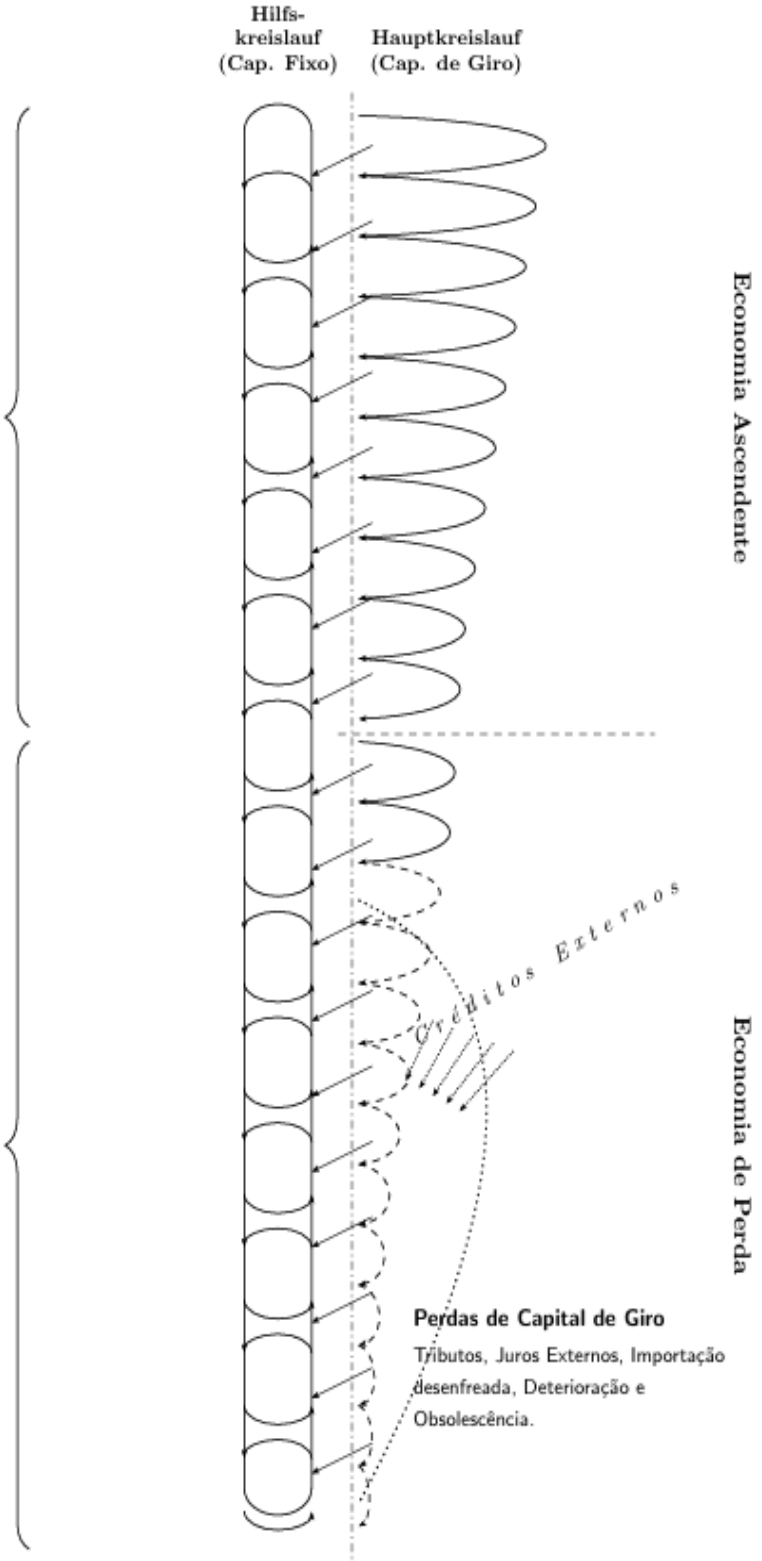


Fig. 17. Contração Econômica

No circuito principal, pode-se assim criar muito trabalho contínuo com um pequeno investimento de capital. Já as instalações, uma vez criadas, consomem-se talvez, em média, ao longo de 20 anos. O trabalho necessário para sua produção só se renova, portanto, ao longo desse período. Esse é o circuito auxiliar mais lento, no qual, com um grande dispêndio de capital, pode-se criar apenas pouco trabalho e apenas de forma temporária. O circuito principal e o circuito auxiliar estão em relação recíproca, na medida em que se reforçam mutuamente.

Assim, os limites da produtividade impostos pela natureza são superados, o que pode ser observado na ampliação da espiral principal (figura 4[19]).

O escoamento de valores do circuito principal para o circuito auxiliar, porém, deve corresponder apenas a uma parte do excedente de produção obtido no circuito principal. A outra parte deve servir à própria ampliação do circuito principal, para que a proporção correta entre ambos seja sempre mantida. A figura 17 mostra, em sua parte superior, a imagem normal de uma economia em ascensão. Nesse sentido, ela pode ser vista como uma continuação da figura 4.

A parte inferior, ao contrário, representa uma economia deficitária do tipo que praticamos na Alemanha nos últimos 12 anos.

As causas que desorganizaram o poder de compra e de consumo do mercado interno alemão e, com isso, reduziram nossa produção muito abaixo do nível da capacidade produtiva, são conhecidas. Os pagamentos de tributos que assumimos no Tratado de Versalhes, como consequência do reconhecimento de nossa culpa exclusiva pela guerra mundial — e cujo cumprimento os governantes de Weimar consideravam um dever sagrado perante a consciência mundial — drenaram, ano após ano, nosso capital circulante em um forte fluxo. Para compensar essa perda, nossos grandes banqueiros e líderes econômicos, bem como nossos políticos municipais e estatais, recorreram a empréstimos externos, que contraíram no montante de cerca de 25 bilhões. Assim como não conseguimos gerar, na economia nacional paralisada, lucros suficientes para cobrir os tributos anuais superiores a 2 bilhões, também não conseguimos obter ganhos equivalentes para pagar os juros externos, igualmente elevados. Dessa forma, esses pagamentos de juros passaram também a consumir o capital circulante.

[19] N.T: p.91

O que restava dos meios de produção depois de tributos e juros foi, por fim, completamente absorvido pelas cargas estatais desmedidamente elevadas.

A destruição do próprio capital circulante significou, como já foi destacado, naturalmente também a destruição do poder de compra do mercado interno, a redução da produção e, com isso, o desemprego.

A capacidade de absorção do mercado alemão para produtos alemães foi ainda mais reduzida pelo fato de que o poder de compra interno foi direcionado, de maneira totalmente antinatural, para produtos estrangeiros, que entravam sem restrições.

Por essa política comercial externa equivocada foram igualmente responsáveis tanto as tendências livre-cambistas hostis à economia nacional do liberalismo e do marxismo, quanto às imposições tarifárias do Tratado de Versalhes.

Essa onda de importações autodestrutivas costuma ser justificada com o argumento de que a classe operária industrial precisa de meios de subsistência baratos para melhorar sua situação. Omite-se, porém, que o operário industrial não obtém vantagem de preços baixos, pois, no capitalismo, seu salário é reduzido, de acordo com a lei capitalista dos salários, até o nível que seu sustento permite, de modo que sua situação permanece tão ruim com preços baixos quanto com preços elevados.

Na realidade, essa paixão por preços baixos não tem sua origem na preocupação com a situação do trabalhador, mas sim na esperança de se tornar competitivo para exportações e para o pagamento de tributos, ou de obter lucros privados.

Às causas mencionadas da crise econômica somaram-se outras, que têm origem geral na anarquia da economia capitalista e que, por isso, também

aparecem em outros países. A pequena formação de capital no próprio país, que ainda era possível nessas condições, não podia, mesmo em termos puramente quantitativos, compensar a perda de capital circulante.

Além disso, essa formação de capital ocorreu, em princípio, no lugar errado. As relações de poder econômico, decisivas no capitalismo, fizeram com que o pequeno excedente econômico fosse completamente retirado das amplas massas de trabalhadores e empresários, concentrando-se, por meio de juros usurários, nas mãos dos detentores e administradores do capital emprestado.

Se, em vez disso, uma parte adequada do lucro econômico restante tivesse sido destinada aos trabalhadores, estes teriam rapidamente gasto sua parcela, elevando assim o poder de consumo.

Os empresários teriam acrescentado sua parte ao seu reduzido capital circulante, contribuindo igualmente para financiar a produção e o consumo.

Tal utilização teria sido economicamente sensata nas circunstâncias em que nos encontrávamos. Em contrapartida, o capitalista credor utilizou o novo capital que lhe afluía em abundância para criar novas instalações produtivas, naquele momento indesejadas, que lhe pareciam garantias seguras — ou então preferiu transferi-lo para o exterior em busca de maior segurança, agravando ainda mais a escassez interna de capital circulante. De ambas as formas, contribuiu para agravar o desequilíbrio entre capacidade produtiva e capacidade de consumo, do qual resulta a crise. Um erro particularmente grave de má alocação anárquica do capital ocorreu também no que diz respeito aos créditos externos. Mesmo os créditos de curto prazo, que por sua natureza deveriam servir apenas como capital circulante, foram frequentemente investidos em construções e meios de produção.

Além disso, esses créditos fluíram muito mais para a indústria do que para a agricultura, intensificando ainda mais o problema já existente da super industrialização. Assim, tudo contribuiu sistematicamente para a formação daquela terrível crise que agora ameaça destruir nossa economia nacional. A vinculação inadequada e desnecessária de nossa moeda ao padrão-ouro levou então a crise ao seu auge, por meio de uma fatal escassez de meios de pagamento, depois que a conclusão do Plano Young — com sua regulamentação permanente que eliminava qualquer esperança — já havia feito a sua parte.

As setas apontando para fora à direita (figura 17) indicam as perdas com tributos, juros externos, importações irrestritas e similares, que o nosso circuito principal teve continuamente de ceder de seu capital circulante. Essa perda não pôde ser compensada pelos créditos externos contraídos (setas tracejadas à direita), de modo que o circuito principal — e com ele as maiores possibilidades de emprego — encolheu.

Apesar disso, nossos dirigentes econômicos capitalistas e marxistas não cessaram de enfraquecer ainda mais o circuito principal, retirando continuamente recursos para novos meios de produção e construções.

Com isso, fortaleceram cada vez mais o circuito auxiliar, em total incompreensão da situação econômica, e aceleraram o encolhimento completo do circuito principal, rico em empregos. O circuito principal já não conseguia mais utilizar, nem aproximadamente, as capacidades produtivas do circuito auxiliar, o que levou à quase completa desvalorização das instalações deste último. O aumento do estoque de valor disponível internamente para capital circulante e de investimento só pode ocorrer por dois caminhos:

1. pela obtenção e poupança de lucro econômico;
2. por meio de empréstimos externos.

Crédito é capital emprestado. Ele só existe onde há, de fato, um estoque de valor disponível. Reivindicações ou créditos só constituem capital na medida em que existam efetivamente valores que lhes sirvam de garantia.

O papel-moeda é um crédito compulsório que o Estado ou o banco emissor obtém do povo. Como é exigido sem juros, ele só é fornecido pela economia nacional na medida em que surge necessidade de meios de pagamento.

A verdadeira criação de crédito — isto é, o aumento de capital — não pode, portanto, ser alcançada nem pela expansão da quantidade de dinheiro, nem por meio de auxílio estatal de crédito.

O que se obtém por esses meios é sempre apenas uma transferência ou diluição de capital.

Onde esses efeitos devem ser alcançados para superar dificuldades de troca no interesse da recuperação econômica, tais medidas podem ser aplicadas.

Empréstimos externos trazem grandes perigos. Em geral, só são suportáveis quando servem para financiar a produção de bens destinados ao exterior que gerem, no mínimo, um lucro equivalente aos juros.

Uma melhoria real da situação econômica só pode, portanto, ser alcançada por meio da obtenção e da poupança de excedente econômico nacional. E a única fonte desse excedente é a produção que ainda está em curso. Assim, tudo depende de sua organização e regulação adequadas, bem como de sua expansão bem-sucedida.

D. Superando a crise (tarefa do presente).

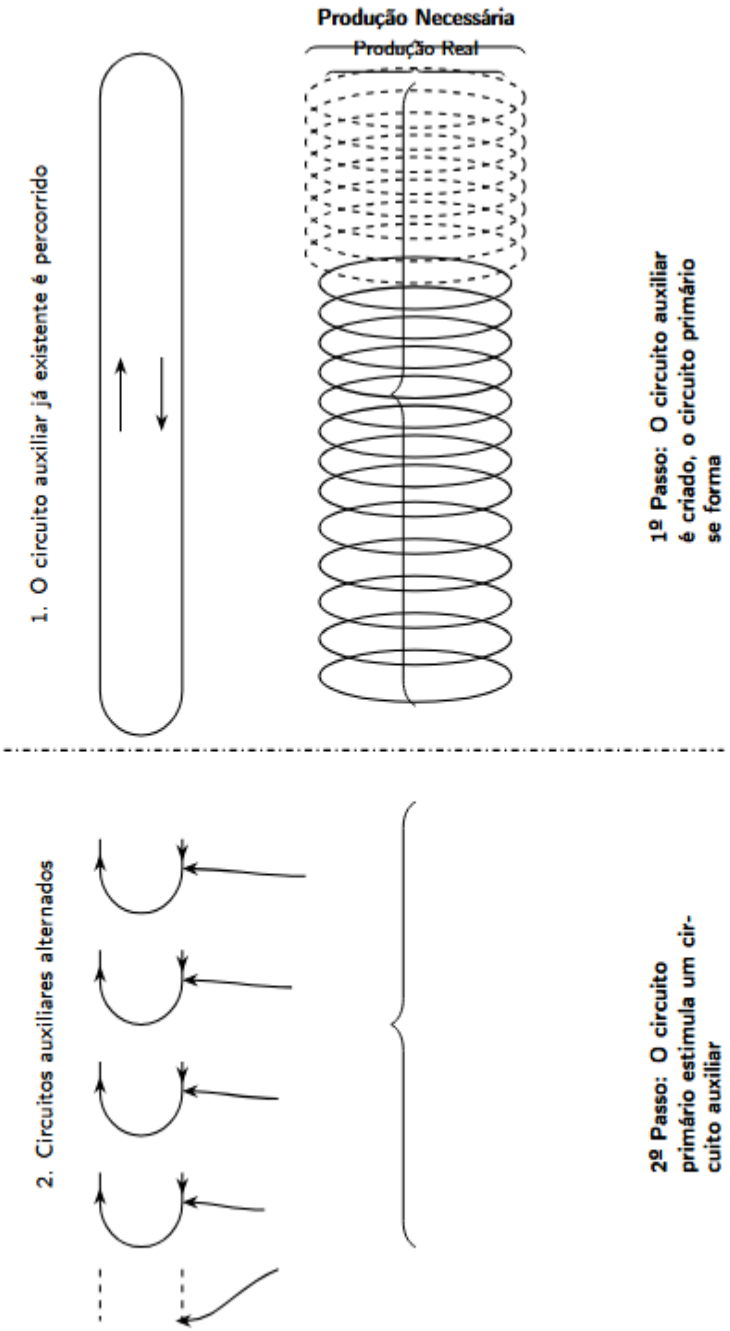


Fig. 18. Reativação econômica

A Figura 18 mostra o curso necessário para a recuperação econômica. Na sua parte superior, à esquerda, representa o capital fixo ainda existente. A espiral totalmente desenhada à direita indica a extensão em que o ciclo principal (capital de operação) ainda está ocorrendo no momento, enquanto a espiral tracejada sugere o quão grande o ciclo principal deveria ser para utilizar plenamente o ciclo auxiliar do capital fixo na produção.

Fica evidente que o primeiro passo para a recuperação deve consistir em restaurar a relação correta entre os dois ciclos. Isso só pode ser alcançado se, inicialmente, se renunciar em grande parte a novos investimentos.

A expansão das instalações de produção e inovações técnicas dificilmente poderão ser implementadas por algum tempo. O engenheiro e o inventor terão de ser temporariamente excluídos da política econômica[20], mesmo que suas propostas melhorem a produtividade. Durante esse período, apenas os gastos necessários para a manutenção dos valores existentes do capital fixo (reparos) são apropriados e permitidos.

Dessa proibição economicamente necessária de novos investimentos, apenas aqueles que permitam produzir bens de consumo que antes eram importados ou que possam ser vendidos ao exterior estão isentos. Todos os outros novos investimentos apenas agravam a relação já insustentável entre os dois ciclos, aumentando o desemprego.

Para restaurar essa relação de forma saudável, é necessário canalizar todos os recursos disponíveis para o ciclo principal como capital de operação, expandindo seu alcance. Isso deve continuar até que o ciclo principal utilize plenamente a capacidade produtiva do ciclo auxiliar.

Apenas através do cuidado prioritário com o ciclo principal, dedicado à produção de bens de consumo, o desemprego pode ser rapidamente superado.

Bens no valor de mil marcos, alocados ao ciclo auxiliar como capital fixo, geram oportunidade de trabalho apenas uma vez em vinte anos. Bens de valor equivalente, alocados ao ciclo principal como capital de operação, permitem a realização da mesma quantidade de trabalho várias vezes em um único ano. A mesma quantia de capital gera, como capital de operação na nossa situação econômica, múltiplas vezes mais oportunidades de trabalho do que como capital fixo.

[20] N. T: O autor não propõe a marginalização desses profissionais, mas sim uma pausa temporária em grandes inovações técnicas que exijam alto investimento em capital fixo (máquinas e fábricas). Em um cenário de crise aguda, a prioridade matemática desloca-se para o "capital de operação" — ou seja, colocar a estrutura já existente para funcionar e gerar empregos imediatos, antes de expandi-la com novas tecnologias.

Portanto, é essencial garantir não apenas a preservação do capital de operação existente, mas também que o novo capital disponível (capital retornando do exterior, capital ocioso doméstico, economia de importações desnecessárias, economia de juros, valorização) seja inicialmente convertido exclusivamente em capital de operação.

Quando, dessa maneira, se estabelece a relação correta entre os dois ciclos interdependentes, a crise econômica é superada e o desemprego eliminado, então o segundo passo para a completa recuperação econômica pode ser dado. Nesse estágio, torna-se possível redirecionar uma parte maior do excedente econômico do ciclo principal para o capital fixo, fortalecendo o ciclo auxiliar por meio de novos investimentos produtivos. Esse reforço do ciclo auxiliar, por sua vez, contribui para a expansão do ciclo principal, que rapidamente alcança um tamanho capaz de satisfazer toda a demanda do povo. Essa análise demonstra que seria completamente equivocado tentar superar a situação de crise atual (Figura 19) fortalecendo primeiro o capital fixo e, com ele, a produtividade do ciclo auxiliar (Figura 20). Isso apenas agrava a desigualdade entre os dois ciclos — e, portanto, entre produtividade e capacidade de consumo — intensificando a crise e aumentando o desemprego.

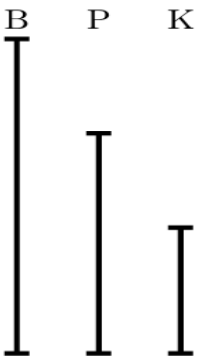


Fig. 19.

Crise.

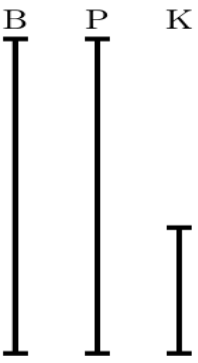


Fig. 20.

Errado.

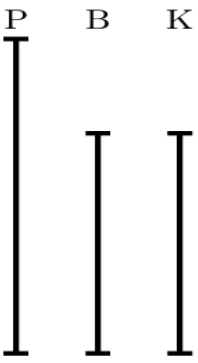


Fig. 21.

1º Passo.

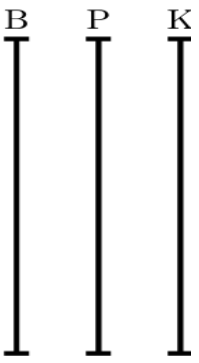


Fig. 22.

2º Passo.

Correto.

O impulso privado de lucro do capitalista e a ânsia técnica de aperfeiçoamento do engenheiro exigem esse passo com a mesma impetuosidade cega e implacável. No entanto, sob as condições atuais, ele constitui, como primeira medida, um erro econômico fatal. Essa percepção deve alertar o político econômico para que não permita que a iniciativa privada ou a técnica obscureçam sua visão das necessidades da economia nacional. O correto, como mostrado na Figura 21, é primeiro fortalecer o capital de operação no ciclo principal, de modo a criar rapidamente as oportunidades de trabalho ausentes e elevar a capacidade de consumo ao nível da capacidade produtiva existente. Somente depois disso deve ocorrer o segundo passo (Figura 22), em que ambos os ciclos caminham juntos, aumentando produtividade e capacidade de consumo até a satisfação completa da demanda do povo.

E. Resumo: Metodologia de Revitalização Econômica

O resultado da política econômica pode ser resumido da seguinte forma: Causa da crise econômica: Não é a falta de oportunidade de trabalho, mas a escassez de reserva de valor — falta de capital. Em geral, decorre da escassez de capital como um todo; em particular, do desequilíbrio entre capital fixo e capital de operação, desfavorecendo este último. Em parte, o capital de operação ainda existe, mas não está onde é necessário. Primeira tarefa da recuperação econômica: Não é simplesmente[21] criar empregos, mas assegurar capital, para que o trabalho possa ser colocado em movimento. A provisão de capital em termos de economia nacional só é possível através da criação de nova reserva de valor, que deve surgir da produção real, ou seja, do trabalho. Manobras monetárias ou de crédito apenas deslocam ou reagrupam reservas de valor já existentes.

[21] N.T: Ênfase “simplesmente” adicionada, pois o objetivo do nacional-socialismo no contexto da crise de Weimar era criar empregos, mas não somente criar meramente empregos e postos de trabalho como forma de sanar a crise econômica.

No entanto, tais medidas podem identificar e mobilizar reservas ociosas para superar dificuldades de troca e facilitar o estímulo inicial. Segunda tarefa da recuperação econômica: Uso econômico adequado do capital. Inicialmente, todo capital disponível deve ser direcionado como capital de operação para o ciclo principal, aumentando a produção de bens de consumo. No ciclo auxiliar do capital fixo, só devem ocorrer reparos e manutenção. Isso garante o máximo aumento de oportunidades de trabalho. Esse princípio de utilização do capital também orienta a seleção das oportunidades de trabalho em massa, de acordo com critérios econômicos. Somente em um estágio posterior uma maior parte do capital recém-criado pode ser usada para novos investimentos.

F. A Tarefa Futura

Se, inicialmente, nossa obrigação é, no interesse do bem comum da nação, colocar as principais grandezas da economia — sua capacidade produtiva e seu poder de compra — em uma relação saudável, garantindo seu funcionamento harmonioso, também deve ser considerada como tarefa contínua e importante a manutenção dessas condições saudáveis, pois sem isso a economia nunca poderá prosperar. Na medida em que a preservação da saúde econômica é uma questão interna de política econômica, ela continua a ser, no futuro, uma questão de capital. Como a análise da crise econômica mostrou, trata-se da regulação da formação e do uso do capital.

Por meio de seu sistema de crédito público uniformemente estruturado, o Estado nacional-socialista, em conjunto com a organização econômica corporativa, terá que determinar no futuro em quais setores, em que locais e em que forma (como capital fixo ou capital de operação) os excedentes economizados da economia devem ser aplicados de maneira adequada. No entanto, a formação de capital também não pode ser deixada à própria sorte.

Para manter a economia saudável, a cada aumento do capital deve corresponder um aumento equivalente na renda do trabalho, de modo a fornecer poder de consumo suficiente para aproveitar a maior capacidade produtiva e evitar novas crises. Para garantir essa relação saudável, um ritmo acelerado e precipitado de formação de capital deve ser rejeitado. É também de grande importância em mãos de quem se encontra a formação de novo capital.

A posse de capital sempre traz consigo o risco de abuso, especialmente quando poucos capitalistas estão frente a muitos sem posses. O perigo de abuso é particularmente grande no caso do capital que ainda não assumiu uma forma concreta de uso como meio de produção, ou seja, que ainda não foi investido e permanece em forma monetária. Esse capital monetário representa a reserva líquida da economia, que deve ser aplicada sempre onde houver necessidade de novos investimentos. Quem controla essa reserva de capital tem a economia "na garganta" e pode subjugá-la por meio do poder de juros. Essa situação foi claramente reconhecida pelo chamado "judaísmo internacional", que, ao controlar essa reserva de capital através do sistema bancário privado e do padrão-ouro, utilizou essa posição de poder para uma exploração impiedosa da economia nacional.

Assim como uma nação não poderia assistir calmamente que sua reserva militar estivesse nas mãos de estrangeiros, também não podemos entregar nossa reserva econômica aos judeus. Mesmo a alguns poucos membros do povo não se deve confiar o controle sobre todo o capital sem graves riscos sociais. O ideal seria que todos os produtores fossem capacitados a formar capital, enquanto sua administração fosse exercida por uma instituição de crédito de interesse público, conforme já mencionado. Nesse sentido, a formação de capital só pode ser guiada por uma profunda reestruturação da distribuição de renda capitalista dominante, ou seja, da anárquica distribuição de rendimentos.

Partindo do bem-estar econômico geral, deparamo-nos com uma tarefa cuja solução determina simultaneamente o bem-estar individual de cada membro da sociedade. Trata-se de fazer justiça plena ao trabalhador dentro do interesse coletivo e garantir que ele receba efetivamente o que pode reivindicar com base em sua contribuição econômica. A formação de capital só é possível a partir do excedente econômico do lucro nacional.

O que está em debate aqui é, portanto, a necessidade de uma distribuição do lucro econômico que seja politicamente adequada do ponto de vista da comunidade e socialmente justa em relação ao indivíduo. Como esse tipo de distribuição deve estimular o indivíduo a dar o máximo de si, tanto em seu próprio interesse quanto no interesse geral, o único critério aceitável é a contribuição econômica efetiva de cada um. Isso representa uma novidade em relação ao capitalismo. No capitalismo, nem o desempenho econômico nem qualquer princípio de justiça determinam a renda. O que decide é exclusivamente o poder econômico. O trabalhador sem posses, economicamente impotente, deve se contentar, em média, com o mínimo necessário à sua subsistência e renunciar a qualquer participação nos lucros nacionais. O empresário, proprietário do capital fixo, pode, no melhor dos casos, auferir além de seus custos um lucro moderado, enquanto a maior parte do lucro econômico inevitavelmente vai para os grandes detentores de capital financeiro. Nessa situação, não apenas a capacidade produtiva ultrapassa o poder de consumo, fazendo a economia oscilar de crise em crise, como também o senso de justiça é gravemente prejudicado e a disposição para o trabalho do indivíduo quase destruída. É um fato inegável, com o qual qualquer político econômico e social deve contar: a disposição para trabalhar depende não apenas de um idealismo elevado, mas essencialmente da recompensa que o trabalhador recebe pessoalmente.

A injustiça social perpetrada pelo capitalismo por meio da distribuição de valores segundo o poder revela-se assim altamente prejudicial para a economia como um todo.

Em nome do bem comum e do direito social determinado pelo bem comum, ao qual o indivíduo tem direito, deve-se exigir o fim da dominação do "direito do mais forte" no capitalismo, substituindo-o por uma ordem jurídica nacional-socialista. A questão é determinar em que ponto do processo de criação de valor econômico essa ordem jurídica deve atuar principalmente.

O nacional-socialismo rejeita, em princípio, a socialização da produção de bens. A força de trabalho pessoal e o espírito empresarial são indispensáveis nesse campo para se alcançar a máxima produtividade. A nacionalização só pode ser considerada em casos excepcionais, quando a empresa em questão tiver importância vital para a segurança do Estado, de modo que não possa ser confiada a um indivíduo, ou quando se tratar de um monopólio necessário. Da mesma forma, o consumo de bens não deve ser objeto de regulamentação estatal, pois é justamente nessa esfera que a coerção é mais desagradável. Resta, portanto, apenas o estágio intermediário do processo econômico — a distribuição de valor — como campo adequado para intervenção reguladora. Esse é, de fato, o local natural para essa atividade: atua como ponte entre produção e consumo, permitindo que qualquer regulação afete ambas as áreas, e é a parte do processo econômico em que menos ocorre espontaneamente, exigindo mínimo discernimento pessoal. A distribuição de valor não tem relação com o transporte de mercadorias. O tráfego de bens é uma questão de produção, não de distribuição de valor. Esta trata de determinar qual parte do lucro econômico total cada participante da produção pode apropriar como propriedade pessoal.

Essa distribuição se dá por meio de salários, preços e juros. Regular a distribuição de valor equivale, portanto, a supervisionar a formação de salários, preços e juros pelo órgão estatal econômico, garantindo justiça nesses processos.

A natureza não exige pagamento das forças produtivas que geram valor. Como uma mãe generosa, ela nos dá tudo de sua fonte inesgotável. Na distribuição de valor, só resta considerar o trabalho humano em suas diversas formas.

Em primeiro lugar, está o trabalho vivo e direto do trabalhador, com sua força e habilidade. Segue-se o trabalho indireto, armazenado nos meios de produção, que se costuma chamar de capital. Não há diferença fundamental se se trata de capital que já assumiu a forma de determinados meios de produção ou bens de consumo, ou de capital que ainda permaneceu como capital circulante sem forma definida, reserva de capital. Os tipos de capital são igualmente importantes para a geração de valor, assim como as formas de trabalho. A remuneração do trabalho vivo é o salário; o capital fixo recebe sua parte no preço, enquanto o capital monetário é compensado de alguma forma através de juros.

Não se trata de eliminar uma dessas formas de remuneração, por exemplo, o lucro do capital, o arrendamento de terras ou os juros; pois com essa remuneração também desapareceria a força produtiva que é incentivada a atuar por essa remuneração. Assim, o trabalho em sua forma cultural seria impossibilitado. O nacional-socialismo, portanto, não pode considerar abolir nenhuma das três formas de remuneração mencionadas. Sua tarefa deve ser criar um sistema pelo qual as forças produtivas sejam consideradas na distribuição de valor segundo um critério justo e uniforme. Já foi esclarecido que esse critério só pode ser o desempenho econômico.

A ele deve ser finalmente adicionado o plano que até agora foi negado pelo "livre jogo das forças" pelo poder econômico. Trata-se, portanto, de determinar o salário por desempenho, o preço por desempenho e os juros por desempenho. Todos os três devem, de maneira justa, consistir em duas partes. Uma parte é o custo necessário a ser reembolsado. No caso do trabalho vivo, esse custo deriva da manutenção de uma família saudável, dos gastos com educação e formação das crianças, e assim por diante. Em cada meio de produção está contida uma quantidade determinada de trabalho previamente aplicado. Ao fornecer os meios de produção, esse trabalho cristalizado, armazenado, é entregue. Parte dele é consumida em cada processo de produção devido ao desgaste.

Esse desgaste do trabalho fornecido indiretamente é a medida do esforço de quem disponibiliza os meios de produção como empresário. Quem fornece capital monetário para fins de produção também sofre uma contínua desvalorização desse capital. Essa desvalorização continuou, ao longo dos séculos, mesmo diante de movimentos temporários de recessão. Sua causa não se encontra apenas no aumento e na facilidade de obtenção dos metais monetários. A desvalorização progressiva do dinheiro é causada principalmente pelo progresso econômico, pelo aumento constante da produtividade do trabalho. Como valores maiores são gerados com o mesmo esforço de trabalho, todos os valores armazenados sofrem uma perda, que nos últimos 50 anos foi de aproximadamente 1% ao ano. Essa perda de valor é o sacrifício de quem não consome imediatamente os valores recebidos enquanto ainda possuem seu valor total, mas os mantém na forma monetária e os coloca em produção. Naturalmente, essa perda de valor deve ser compensada. A isso somam-se eventuais perdas de capital, que devem ser consideradas na média como risco a ser incluído na compensação de custos. As três forças produtivas não têm direito apenas à compensação de seus custos, mas também a uma parte do lucro econômico obtido.

Deve-se reconhecer como justo que essa parte do lucro seja proporcional ao sacrifício realizado: no caso do trabalho, ao total do salário de manutenção; *no caso do capital fixo, ao desgaste + desvalorizaçã*o + *risco de perda; no caso do capital monetário, à desvalorização + risco de perda.*

G. Uma solução prática provisória.

Na prática, poderia proceder-se da seguinte forma: os preços dos produtos seriam fixados de modo que, além de todos os custos de produção e demais encargos, um lucro de 10% sobre o capital aplicado e circulante estivesse incluído. O total de lucro obtido seria, no final do ano, distribuído entre os três grupos envolvidos e seus membros individuais, de acordo com seus custos.

O Estado não teria papel algum nesse processo, exceto liberar as entidades relevantes para esse procedimento e, com o auxílio da organização econômica profissional, supervisionar sua execução. Como os preços são regulados desde o início, geralmente não haverá situação em que não haja lucro. A base da distribuição justa do lucro é, portanto, garantir o lucro. Se uma empresa, com seus preços calculados conforme a regulamentação, se mostrar tão alta que não é competitiva em seu mercado local, isso será um sinal para todos os participantes da empresa de que algo não está correto. Até que esses erros sejam corrigidos, terão de conceder descontos sobre seu lucro, até o limite do preço de mercado permitido. Como os trabalhadores permanecem livres, podem escapar das consequências de uma gestão ruim permanente, enquanto o responsável ou proprietário que mostrar incapacidade completa sofrerá a perda de sua propriedade, caso não queira aceitar um administrador. A empresa melhor organizada e conduzida terá também os preços mais baixos, com maior perspectiva de vendas aumentadas e expansão. Em relação ao desempenho econômico, a liberdade de competição é mantida dessa forma, enquanto a

concorrência desleal, que por algum tempo opera sem lucro e até com prejuízo para eliminar o concorrente, é impossibilitada.

Como as condições se desenvolveriam segundo esse procedimento, pode-se ilustrar com um exemplo totalmente hipotético: Uma fábrica emprega 100 trabalhadores. Como na Alemanha é necessário aproximadamente 8.000 RM de capital por trabalhador, o empresário precisa de 800.000 RM de capital. Deste montante, 200.000 RM podem estar investidos em edifícios e 300.000 RM em máquinas, enquanto 300.000 RM são necessários como capital circulante. Os 100 trabalhadores realizam 100 × 300 = 30.000 dias de trabalho. Com um salário diário de 6 RM, a fábrica possui um custo com mão de obra, ou soma salarial, de 180.000 RM.

O consumo de capital totaliza:

Edifícios:
Desvalorização ..... 1% de 200.000 RM = 2.000 RM
Desgaste ..... 2% de 200.000 RM = 4.000 RM
Risco de perda ..... 2% de 200.000 RM = 4.000 RM

Máquinas:
Desvalorização ..... 1% de 300.000 RM = 3.000 RM
Desgaste ..... 10% de 300.000 RM = 30.000 RM
Risco de perda ..... 3% de 300.000 RM = 9.000 RM

Capital Operacional:
Desvalorização ..... 1% de 300.000 RM = 3.000 RM
Risco de perda ..... 4% de 300.000 RM = 12.000 RM

Consumo de capital total: 67.000 RM

Consumo de trabalho (salários) ..... = 180.000 RM
Consumo de capital ..... = 67.000 RM

Consumo total de trabalho e capital = 247.000 RM

O lucro incluído nos preços totaliza:
10% de 800.000 RM = **80.000 RM**

Do lucro, segundo a distribuição prevista, caberiam 21.700 RM ao capital de 67.000 RM de consumo de capital; sobre o consumo de trabalho de 180.000 RM, recairiam 58.300 RM como parcela do lucro. Para determinar qual seria a taxa de retorno do capital do empresário sob essa regra em comparação com a situação atual, ao lucro de 21.700 RM devem ser acrescentados os 33.000 RM já incluídos nos cálculos de custos para depreciação e risco de perda, porque esses itens hoje já estão contemplados na taxa de juros capitalista. Isso soma 54.700 RM, ou seja, cerca de 6 a 7% do capital total da fábrica de 800.000 RM. Em relação à situação atual, essa cota de lucro do capital de 6 a 7% representa uma limitação significativa do lucro para o capital emprestado, mas de modo algum para o capital independente do empresário, que em grande parte consiste em ativos e, há anos, trabalha mais com prejuízo do que com lucro sob a pressão do capital financeiro. O capital do empresário troca uma possibilidade de lucro ilimitada, mas incerta, por um retorno moderado, porém seguro — uma troca que ele deve acolher com satisfação, pois garante simultaneamente a existência das empresas em uma escala desconhecida na economia capitalista.

O capital monetário, entretanto, perde suas expectativas de lucro ilimitadas, mas permanece em seu estoque e em sua função econômica indispensável. O capital monetário que não atua na economia por conta própria, mas é entregue a um instituto público de crédito e emprestado por ele sob seu risco, naturalmente só pode receber uma taxa de juros menor, de alguns poucos por cento, já que o risco de perda estimado em 2–4% para esse capital deixa de existir. A força de trabalho finalmente recebe sua parcela de lucro há muito merecida. Sobre o salário anual médio de 1.800 RM, recai uma parcela de lucro de 583 RM, cerca de um terço do salário de subsistência capitalista anterior determinado pelo poder econômico. A quebra necessária da escravidão dos juros não pode nem deve ocorrer pela destruição do capital monetário, nem pela eliminação de seu direito ao lucro, *mas sim através do estabelecimento da*

igualdade absoluta de todas as formas de trabalho na distribuição do lucro econômico. Se tal distribuição do lucro for justa — ou seja, adequada às necessidades de uma economia saudável —, a experiência deverá inicialmente demonstrar. É necessário, como sabemos, que a capacidade produtiva e a capacidade de consumo permaneçam constantemente em proporção correta, a fim de evitar crises. Se a capacidade de consumo continuar atrasada, evidenciada pela persistência do desemprego, a parcela do capital deve ser reduzida ainda mais em favor da força de trabalho.

Se, por outro lado, a capacidade de produção não acompanhar a crescente capacidade de consumo, manifestando-se em escassez de mercadorias e atraso cultural, há duas alternativas: aumentar a parcela do capital ou impor restrições ao lucro para reforçar a formação de capital e, com ela, a capacidade produtiva da economia.

Uma distribuição justa do lucro entre todos os envolvidos, como busca o nacional-socialismo, possibilita também uma reorganização social das relações de propriedade capitalistas. A parcela de lucro permite, com boa vontade, ao trabalhador adquirir propriedade — seja uma casa com jardim e algum terreno, seja uma pequena empresa própria, uma participação na fábrica em que trabalha, ou uma poupança segura depositada no instituto público de crédito sob garantia da coletividade.

A rapidez com que nossas atuais relações de propriedade podem ser transformadas de maneira saudável pode ser ilustrada com um exemplo: os J. G. Farbwerke possuem, com uma força de trabalho de 143.000 pessoas, um capital de 1.100.000.000 RM. Isso equivale a 7.692 RM de capital por trabalhador. Se cada trabalhador recebesse anualmente 600 RM de lucro, e esse valor não fosse pago em dinheiro, mas usado para comprar ações da fábrica, todas as ações poderiam ser adquiridas em 10 anos por todos os níveis de funcionários.

Os 600 RM, depositados anualmente e com juros de 5%, dariam, em 10 anos, exatamente 7.550 RM por participante.

Este exemplo mostra claramente os efeitos profundos que uma distribuição justa do valor, segundo o nacional-socialismo, pode ter, e o que a social-democracia causou ao sabotar medidas socialistas razoáveis em 1918 a serviço do capitalismo internacional judaico. Se os então "comissários do povo" tivessem abordado de forma vigorosa e honesta o equilíbrio de interesses entre capital e trabalho, em vez de aprofundar o abismo, hoje todos os trabalhadores alemães seriam seus próprios provedores, e a questão social estaria resolvida em seus pontos principais. Agora, essa tarefa é deixada ao nacional-socialismo como parte essencial de sua missão histórica.

O efeito positivo da nova ordem se manifestará rapidamente nas fábricas, com uma moral de trabalho melhorada para toda a equipe. O conflito de interesses que até agora prejudicava o desempenho é eliminado. Com salários baseados no desempenho e participação nos lucros, agora regulamentados legal e obrigatoriamente, o esforço dos funcionários para obter maior renda se alinha com as necessidades do bem coletivo da fábrica (maior desempenho, melhor cuidado e utilização dos meios de produção). A vontade de colaborar e o aumento do desempenho surgem quase automaticamente.

Com a introdução do preço baseado no desempenho, o egoísmo da fábrica é novamente alinhado com o bem-estar da economia nacional. Esta última, afinal, é quem obtém a vantagem geral do fato de que não apenas uma parte, mas todos os trabalhadores passam a estar pessoalmente interessados no sucesso econômico de sua fábrica e da economia nacional. Sua produção total, e portanto seu poder e riqueza em bens econômicos, aumentará tanto mais quanto mais o Estado vigiar que o poder de compra acompanhe sempre a capacidade produtiva crescente, de modo que o desemprego — o pior inimigo do

trabalhador esforçado — não seja mais a terrível e antinatural “recompensa” por um desempenho maior.

H. A teoria da solução definitiva

A melhoria da posição do trabalhador, proporcionada pela participação nos lucros, por si só ainda não garante a aceitação incondicional da nova ordem. Em países como América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, onde a renda do trabalhador equivale a duas ou três vezes o poder de compra do nosso, a insatisfação política e econômica não é resolvida, nem mesmo atenuada de forma significativa. A atitude individualista, combinada com a convicção liberal-marxista de que a força de trabalho direta é a única fonte de lucro econômico, mantém a sensação de justiça insatisfeita enquanto existirem quaisquer diferenças na situação econômica. No interesse do bem-estar coletivo, podemos, sob certas condições, abrir mão dessas diferenças. O princípio do desempenho nacional-socialista exige, inclusive, uma escada particularmente refinada de diferenças na remuneração. O consenso geral, inclusive entre os menos favorecidos, só poderá ser esperado se promovermos a pesquisa científica da economia a ponto de que todas as diferenças sejam reconhecidas por todos como totalmente justificadas e necessárias, e se aplicarmos métodos de regulação cuja precisão matemática exclua qualquer suspeita de arbitrariedade. A doutrina econômica que adotamos, e as medidas organizacionais baseadas nela (inclusive aquelas consideradas provisoriamente viáveis na prática), não atendem completamente a esse requisito. Elas não se fundamentam em constatações objetivas e universalmente válidas, mas em estimativas; não são resultados de pesquisas precisas e aprofundadas, mas meras opiniões e conjecturas, e, portanto, estão sujeitas a contestação, suspeita e desconfiança.

Portanto, esse tipo de doutrina econômica e o método de regulação baseado nela contém o potencial de gerar novos conflitos, a menos que se consiga remediar a situação por meio de uma ciência econômica melhor e de um método de regulação inatacável.

Para possibilitar isso, o nacional-socialismo precisará esforçar-se para substituir as conjecturas subjetivas por pesquisa econômica objetiva, e, simultaneamente, transformar a abordagem subjetiva de regulação em um método objetivo. Ele deve fundamentar a arte da condução econômica por meio de uma técnica de organização econômica, que substitua a empatia, o teste e a experimentação — sobre os quais hoje se baseiam todas as medidas econômicas — por uma definição clara de conceitos, investigação exata, cálculo e planejamento precisos, execução deliberada e garantia de alcance do objetivo. Há consenso de que o nacional-socialismo deve adotar a distribuição justa do valor como padrão de referência. A implementação dessa exigência significa tornar todos os valores de troca independentes do poder econômico, determinando-os, em vez disso, de acordo com a lei do desempenho. Mas qual sistema de economia nacional é capaz de indicar como a performance econômica de um país deve ser determinada e avaliada?

Na seção “Uma regulamentação prática provisória”, os custos foram usados como medida de desempenho. No momento, outro procedimento é impossível. No entanto, uma reflexão rápida mostra que o tamanho de uma performance econômica não pode ser determinado apenas pelos custos que causou. Diversas atividades dispendiosas, como empreendimentos fracassados ou tentativas de invenção malsucedidas, não possuem nenhum valor econômico, pois não trouxeram vantagem à economia nacional. Para determinar a performance econômica, além dos custos incorridos, é essencial considerar o benefício gerado, especificamente o benefício para a economia como um todo.

Esse benefício econômico depende, para todos os bens produzidos e consumidos internamente, de seu valor de uso. Contudo, que escola econômica nacional estudou seriamente o valor de uso dos bens, em termos de essência e magnitude, à exceção de Sacher? Sabemos que o preço capitalista de poder não é determinado nem pelos custos, nem pelo valor de uso, mas pelas relações de poder do mercado, escondidas sob as palavras inocentes de oferta e demanda. Por outro lado, sabemos também que o preço justo baseado no desempenho deveria ser determinado conjuntamente pelos custos e pelo benefício do bem, e buscamos um método que torne essa determinação possível. Os sistemas econômicos conhecidos não podem nos mostrar esse caminho, pois nunca consideraram o valor de uso digno de investigação. Sendo todos apenas ambiciosos em serem doutrinas de comércio privado, o valor de uso — uma grandeza econômica nacional — estava completamente fora de seu alcance. Assim, nos deparamos com uma lacuna nos instrumentos científicos, que precisamos preencher se quisermos resolver a tarefa política econômica reconhecida não apenas de forma intuitiva, mas com segurança científica e convicção.

Adequada para preencher essa lacuna é a “teoria do valor da força” (*Kraftwertlehre*). Ela é capaz de esclarecer o processo de geração de valor econômico tanto isoladamente quanto em suas relações com a economia privada e fenômenos econômicos externos (economia mundial), além de torná-lo mensurável e calculável. Com base na teoria do valor da força, podemos também esclarecer o conceito de desempenho a ponto de torná-lo determinável e até mensurável. Na ordem econômica atual, quando se fala em desempenho, refere-se sempre ao desempenho privado, que consiste na criação de lucro privado, resultante, segundo a teoria do valor da força, da diferença entre custos e valor de troca de um bem. Essa grandeza não serve para a regulação econômica nacional.

Para isso, precisamos da performance econômica nacional, ou seja, do ganho de valor que a economia produtora e consumidora obtém de uma atividade. Essa performance econômica é a diferença entre o esforço de trabalho (custos) e o valor de uso de um bem econômico. Por exemplo, se a produção de 1 kg de carvão exige 30 calorias de trabalho, tem valor de troca de 60 calorias e valor de uso de 2.000 calorias, o desempenho privado é 30, mas o desempenho econômico nacional é 1.970 calorias — dois valores completamente distintos.

Muito se fala de que o trabalhador deveria receber o total rendimento de seu trabalho. Os defensores do capitalismo alegam que isso já acontece na ordem capitalista, enquanto os marxistas garantem que, na ordem comunista, ele o receberá. Nosso exemplo do carvão mostra claramente que nem o trabalhador nem qualquer outra pessoa recebem o rendimento total de seu trabalho. Dos 2000 calorias de valor de uso, apenas $\frac{1}{30}$ é apropriado; os outros $\frac{29}{30}$ circulam não pagos na economia, sendo utilizados por todos — um comunismo inesperado dentro do sistema capitalista. Mas sobre o último $\frac{1}{30}$ que é apropriado recai o interesse próprio. Os comunistas também querem abrir mão desse último $\frac{1}{30}$, eliminando assim totalmente o interesse próprio como motor econômico. Isso leva necessariamente ao fracasso. O extremo oposto, apropriar-se de todos os $\frac{30}{30}$, também é impraticável, pois não haveria equilíbrio na economia. Alguns setores, por razões naturais, são altamente produtivos; outros, menos. Se todos pudessem manter todo o rendimento como propriedade, uns receberiam muito, outros pouco, e setores vitais, porém menos produtivos, rapidamente desapareceriam. Portanto, a apropriação parcial é necessária, ou seja, o valor de troca deve permanecer como uma fração do valor total. No futuro, sua determinação não deve mais depender do “direito do mais forte” econômico, mas seguir princípios legais baseados no desempenho.

Distribuir segundo o desempenho, portanto, não significa apropriar-se de todo o rendimento, mas sim apropriar-se parcialmente, proporcionalmente ao desempenho.

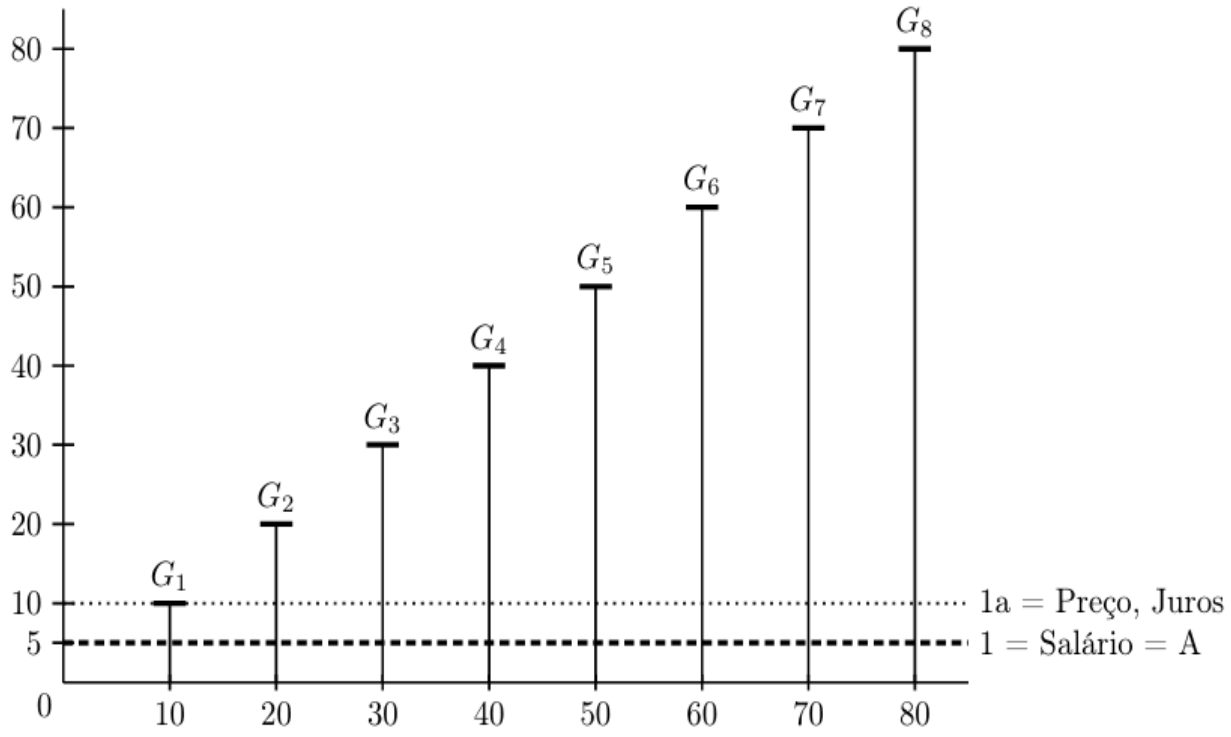


Fig. 23. Apropriação Capitalista.
De todas as prestações são apropriadas partes iguais.
Nenhuma consideração da prestação na distribuição.

Na Fig. 23, diferentes desempenhos **G1**, **G2**, **G3** até **G4** são representados graficamente, variando de 10 a 80. Supõe-se que todos foram alcançados com o mesmo esforço de trabalho de 5. Como esses diferentes desempenhos são tratados na distribuição capitalista? A parcela do salário, apropriada por todos, permanece a mesma. Equivale ao esforço de trabalho de 5 e é representada pela linha horizontal 1. No preço e nos juros, além do esforço, são apropriados lucros, que são uniformes para todos os desempenhos. Portanto, a formação capitalista de preço e juros pode ser ilustrada pela linha 1a.

O caráter típico da distribuição capitalista baseada no poder é que nem o salário, nem o preço, nem os juros dependem do desempenho. Quando o desempenho aumenta, quase automaticamente uma parte maior dele entra não paga no ciclo econômico nacional, enquanto a remuneração das forças produtivas permanece a mesma. O caminho mais simples para evitar os erros da distribuição de valor capitalista e colocar a remuneração em uma proporção fixa em relação ao desempenho parece ser o de apropriar-se de partes iguais de todos os desempenhos por meio de salário, preço e juros. Isso é ilustrado na Fig. 24.

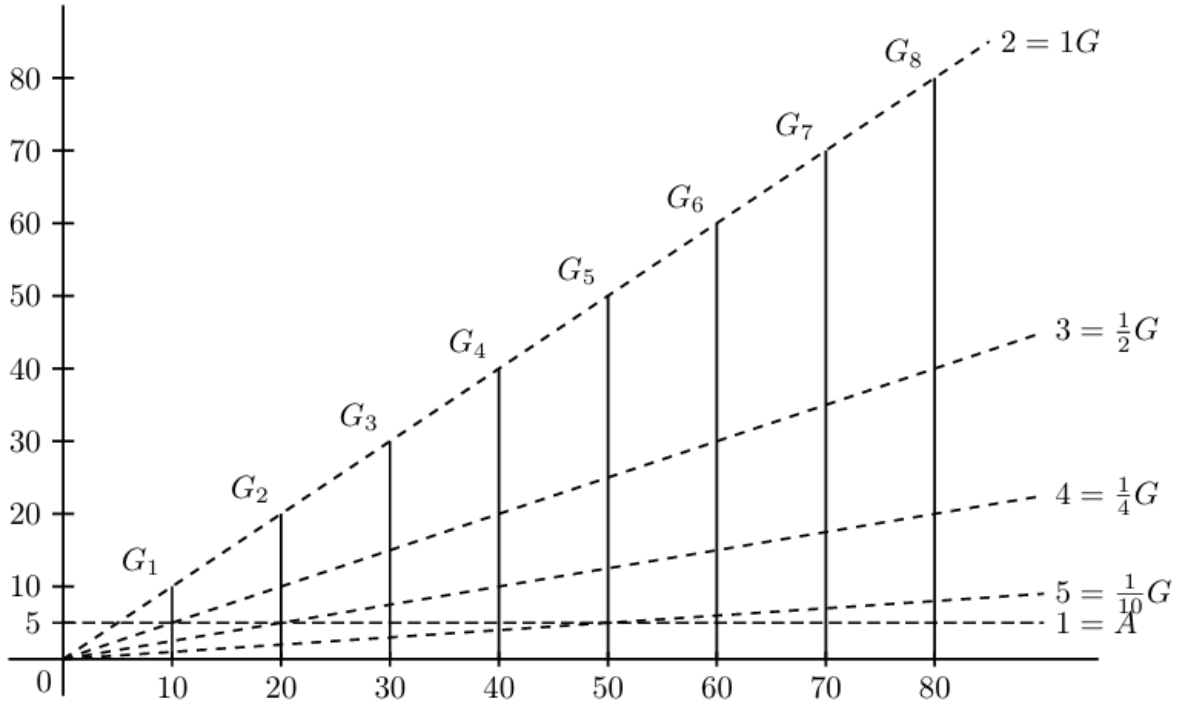


Fig. 24. Apropriação de frações iguais da prestação.

A linha 1 novamente mostra a apropriação capitalista. A linha 2 ilustra a situação se todo o rendimento fosse apropriado. A apropriação de frações é representada pelas linhas 3, 4 e 5. Elas correspondem à apropriação de metade, um quarto e um décimo de todos os desempenhos. A inclinação das linhas indica que as remunerações crescem proporcionalmente aos desempenhos,

aumentando de forma uniforme. Esse é um grande benefício em relação ao método capitalista. Quanto maior a fração apropriada, mais íngreme é a linha. Essa inclinação fornece informações sobre o nível de salário e preço que prevalece na economia com a respectiva distribuição. A relação é: fração maior → inclinação mais acentuada → nível mais alto.

Na escolha do nível, somos relativamente independentes dentro da economia nacional, de modo que a escolha da fração é livre, desde que consideremos apenas o mercado interno.

Apenas o livre comércio com o exterior impõe um determinado nível. Mas, mesmo hoje, temos no país um nível de preços bem diferente do mercado mundial, e será correto, também no futuro, não permitir que medidas internas sejam ditadas pelo mercado mundial. Só assim podemos manter nossa independência em relação ao destino de outras economias. O comércio exterior, então, deve ser organizado de forma especial. A distribuição segundo frações iguais, porém, apresenta um grande erro. Ela concede remunerações muito baixas para desempenhos pequenos, mas enormes para desempenhos grandes. Isso ainda seria tolerável se as diferenças de desempenho se mantivessem dentro de limites estreitos. Mas não é o caso. As diferenças nos desempenhos econômicos individuais são, na verdade, enormes.

Para ilustrar, tomemos como exemplo uma invenção de importância média: a locomotiva a vapor superaquecida de Schmidt. Em 1915, cerca de 30.000 unidades dessa máquina foram produzidas. Essas 30.000 máquinas proporcionaram uma economia de combustível no valor de um quarto de bilhão de marcos. Para fornecer essa quantidade de combustível seriam necessários 45.000 mineiros e ainda o mesmo número de trabalhadores de transporte e fogueiros.

O desempenho do inventor equivale, portanto, ao de 90.000 trabalhadores comuns. Se a apropriação de um quarto de cada desempenho fosse estabelecida por lei, Schmidt teria direito a 60 milhões de marcos por ano. Na apropriação de um décimo, ainda seriam 25 milhões de marcos anuais em 1915. Não há dúvida de que Schmidt, como qualquer inventor bem-sucedido, foi um grande impulsionador da economia. Só ele aumentou a produtividade econômica em cerca de 1,2%. Ele deve e precisa, portanto, ter uma renda proporcional à importância de sua contribuição, que lhe permita desenvolver seu talento criativo. Mas isso não precisa ser necessariamente 60 ou mesmo 25 milhões por ano. Além disso, tal acumulação de capital desequilibraria rapidamente a relação entre capacidade produtiva e poder de consumo, provocando crises e desemprego. A alocação segundo frações fixas do desempenho não atenderia às necessidades do bem-estar econômico geral. Devemos também lembrar que um inventor como Schmidt não realiza sua obra no vácuo, mas se apoia nos ombros de todos aqueles que trabalharam anteriormente no desenvolvimento da pesquisa e da técnica. Sem essa herança cultural de gerações inteiras, ninguém seria capaz de tais realizações. Do ponto de vista da justiça interna, portanto, uma redução da parte apropriada também se mostra perfeitamente justificada. Fica claro, portanto, que precisamos de um procedimento que coloque remuneração e desempenho em uma relação mais adequada. Chegamos a isso ao considerar que, na apropriação capitalista, a soma apropriada depende apenas do esforço de trabalho (A), enquanto na apropriação de frações iguais depende apenas do valor de uso obtido (G).

O desempenho econômico, como já foi afirmado, não se mede apenas por um desses dois fatores, mas por ambos simultaneamente. Por exemplo, se em dois processos de geração de valor forem obtidos 80 calorias de valor de uso, mas no primeiro foram gastos 5 e no segundo 10 calorias de esforço, então no segundo caso uma remuneração maior é justa do que no primeiro.

O desempenho, portanto, é uma grandeza cuja determinação requer tanto *G* quanto *A*. Para obter um número determinado por ambos, pode-se calcular o produto $A\ .\ G$ ou a fração $\frac{G}{A}$. O bem-estar econômico é determinado pela fração $\frac{G}{A} = \frac{valor\ de\ uso}{custo\ de\ trabalho.}$. Portanto, os benefícios pessoais determinados por salário, preço e juros devem ser calculados a partir das grandezas *G* e *A*. O insucesso de Sacher já nos mostrou que essa classificação dos benefícios em relação ao bem-estar não é possível se apenas um dos fatores *G* ou *A* for considerado, e nossas próprias reflexões confirmaram esse resultado. Assim, surge naturalmente a ideia de usar a fração $\frac{G}{A}$, ou valor específico *S*, como padrão.

Mas isso apresenta um problema: o valor específico não é uma verdadeira grandeza econômica, mas apenas um número relativo sem unidade. Por isso, por si só, é inútil para nosso propósito. Chegamos, portanto, a um beco sem saída na busca de um padrão adequado para determinar justamente salário, preço e juros, do qual não há saída fácil. É aqui que entra o mérito de Johann Heinrich von Thünen. Esse genial economista alemão, já entre 1820 e 1850, em uma época em que o mundo inteiro estava sob o encanto do liberalismo, refletiu sobre uma regulação justa da vida econômica e apresentou uma fórmula para determinar o salário justo. Ela é: $\sqrt{a\ .\ p}$

Thünen estava tão convencido da importância de sua fórmula que mandou, por testamento, gravá-la em seu túmulo. Segundo ele, no futuro, o salário não deveria mais ser determinado pelo poder econômico, mas calculado com base em sua fórmula.

A corrente clássica-marxista predominante na economia não reconheceu justiça à fórmula de Thünen e a descartou como irrelevante. De fato, para o sistema capitalista, que não busca uma ordem legal da vida econômica, ela realmente não tem importância especial.

Para uma economia na qual não domina mais o poder capitalista, mas sim o direito social, ela representa uma orientação genuinamente genial, embora não forneça uma solução completa. Thünen designa por a os custos puros de trabalho que um produto gera. Ao mesmo tempo, *a* representa o salário pago na economia capitalista concorrencial, ou seja, a renda de subsistência da força de trabalho. Temos que *p* é o valor de troca do produto obtido com *a*, pelo qual ele é vendido pelo empresário. Se $a = 5$ RM e $p = 8$ RM, então $a \cdot p = 5 \cdot 8 = 40$ RM. A raiz quadrada de 40 RM é 6,32 RM. O salário justo, segundo Thünen, seria neste caso 6,32 RM, e não 5 RM. O lucro de 3 RM seria, então, dividido entre trabalhador e empresário de modo que o trabalhador recebesse 1,32 RM e o empresário 1,68 RM. A fórmula de Thünen, portanto, está adaptada à forma econômica existente: parte do princípio de que o lucro é dividido apenas entre trabalhador e empresário, ignorando que o consumidor também participa do ganho econômico. A distribuição entre produção e consumo é determinada pelo preço. A fórmula do salário de Thünen, por isso, requer como complemento também uma fórmula para o preço justo. Thünen estava ciente dessa necessidade, mas não a resolveu. Evidentemente, ele atingiu os limites de sua capacidade aqui, e a ciência econômica da época não oferecia ferramentas para solucionar essa segunda questão.

Por si só e em sua forma original, a fórmula do salário tem importância limitada mesmo em uma economia ordenada. Ela só garante aos trabalhadores uma parcela do lucro se as condições de poder econômico permitirem ao empresário um preço de venda que inclua lucro. Em todos os outros casos, ela falha, pois um lucro só pode ser dividido se ele existir.

Para torná-la universalmente aplicável e plenamente eficaz, é necessário transformá-la, traduzindo-a da lógica do valor de troca para a linguagem do valor de uso, do âmbito da economia privada para o da economia nacional.

Essa transformação é realizada substituindo-se o valor de troca pelo valor de uso do produto fabricado *G*. Nossa fórmula passa a ser:

$$\sqrt{A \,.\, G}$$

Como vemos, nela aparecem as duas grandezas *A* e *G*, que determinam o bem-estar econômico da coletividade. Mas como funciona uma fórmula salarial desse tipo? Suponhamos uma força de trabalho que, por si só e por conta própria, produz bens e os vende diretamente aos consumidores. Nessas condições, salário e preço coincidem. Como se dá, então, a distribuição do valor entre produtor e consumidor com base em nossa fórmula?

O salário capitalista ou custo do trabalho pode ser de 5 RM, enquanto o valor de uso obtido (G) seria sucessivamente 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 50 e 100 RM.

A *vezes* $G = A \,.\, G$
5 . 10 = 50
5 . 20 = 100
5 . 30 = 150
5 . 40 = 200
5 . 50 = 250
5 . 60 = 300
5 . 70 = 350
5 . 80 = 400

Se formos calcular os produtos de $G \,.\, A$ a partir dos exemplos contidos na tabela ao lado, obtemos a seguinte série de números: 50, 100, 150, 200, 250, 300, 350, 400. Com esses números, ainda não podemos avançar em nossa tarefa de encontrar uma lei de apropriação proporcional ao desempenho, pois eles não representam partes das performances disponíveis.

Mas se tirarmos a raiz quadrada dos produtos $A \ . \ G$, ou seja $\sqrt{A \ . \ G}$, chegamos a resultados adequados:

- $\sqrt{100}$ = 10,0
- $\sqrt{150}$ = 12,4
- $\sqrt{200}$ = 14,1
- $\sqrt{250}$ = 15,8
- $\sqrt{300}$ = 17,3
- $\sqrt{350}$ = 18,7
- $\sqrt{400}$ = 20,0

Os números 7,0; 10,0; 12,4; 14,1; 15,8; 17,3; 18,7 e 20,0 são frações dos desempenhos; eles também formam uma sequência crescente, mas com propriedades completamente novas.

I	II	III	IV	Va | Vb		VIa | VIb		VII
A	G	A · G	$\sqrt{A \cdot G}$ = Salário	Participação no Lucro da Força de Trabalho		Excedente do Val. Uso para o Consumo		Salário Val. Uso
5	5	25	5,00	0,00	+ 0,00	0,00	+ 0,00	100 %
5	6	30	5,47	0,47	+ 0,47	0,53	+ 0,53	91 %
5	7	35	5,92	0,92	+ 0,45	1,08	+ 0,55	85 %
5	8	40	6,32	1,32	+ 0,40	1,68	+ 0,60	79 %
5	9	45	6,71	1,71	+ 0,39	2,29	+ 0,61	75 %
5	10	50	7,07	2,07	+ 0,36	2,93	+ 0,64	71 %
5	20	100	10,00	5,00		10,00		50 %
5	50	250	15,81	10,81		34,19		32 %
5	100	500	22,36	17,36		77,64		22 %

A tabela acima nos dá uma visão abrangente sobre o efeito da fórmula salarial $\sqrt{A \ . \ G}$. A **Coluna I** contém o salário, pago como subsistência média do trabalhador na ordem capitalista. Na Coluna II são assumidos os valores de uso produzidos consecutivamente pelo mesmo trabalhador, aumentando de 5 a 100 RM. A **Coluna III** contém os produtos $A \ . \ G$ e na **Coluna IV** encontram-se os salários correspondentes, calculados pela fórmula $\sqrt{A \ . \ G}$.

Eles aumentam de 5 RM até 22,36 RM. Esse "salário justo" consiste em dois componentes: o salário de subsistência = 5 RM e uma parcela de lucro, que aumenta com o valor de uso de 0,47 RM até 17,36 RM (Coluna Va). Na Coluna Vb está registrado quanto essa parcela de lucro cresce de etapa para etapa. Verifica-se que seu crescimento desacelera de 0,47 RM (1ª e 2ª etapa) para 0,36 RM (5ª e 6ª etapa). Em todas as etapas a partir da segunda permanece um excedente de valor de uso, que pode ser lido na Coluna VIa. Ele aumenta de 0,53 RM para 77,64 RM. A **Coluna VIb** mostra que ele cresce progressivamente de etapa para etapa, ao contrário da parcela de lucro do trabalhador.

A fórmula age de tal maneira que o salário cresce com o aumento do valor de uso, mas esse crescimento desacelera. Consequentemente, o salário representa uma fração cada vez menor do valor de uso à medida que este aumenta. Na primeira etapa, o salário é igual ao valor de uso gerado. A relação $\frac{Salário}{Valor\ de\ Uso}$ é igual a 1. O salário corresponde a 100% do valor de uso. Depois, essa porcentagem diminui gradualmente para 91%, 85% até 22%. Para representar visualmente o efeito da fórmula, utiliza-se uma representação gráfica.

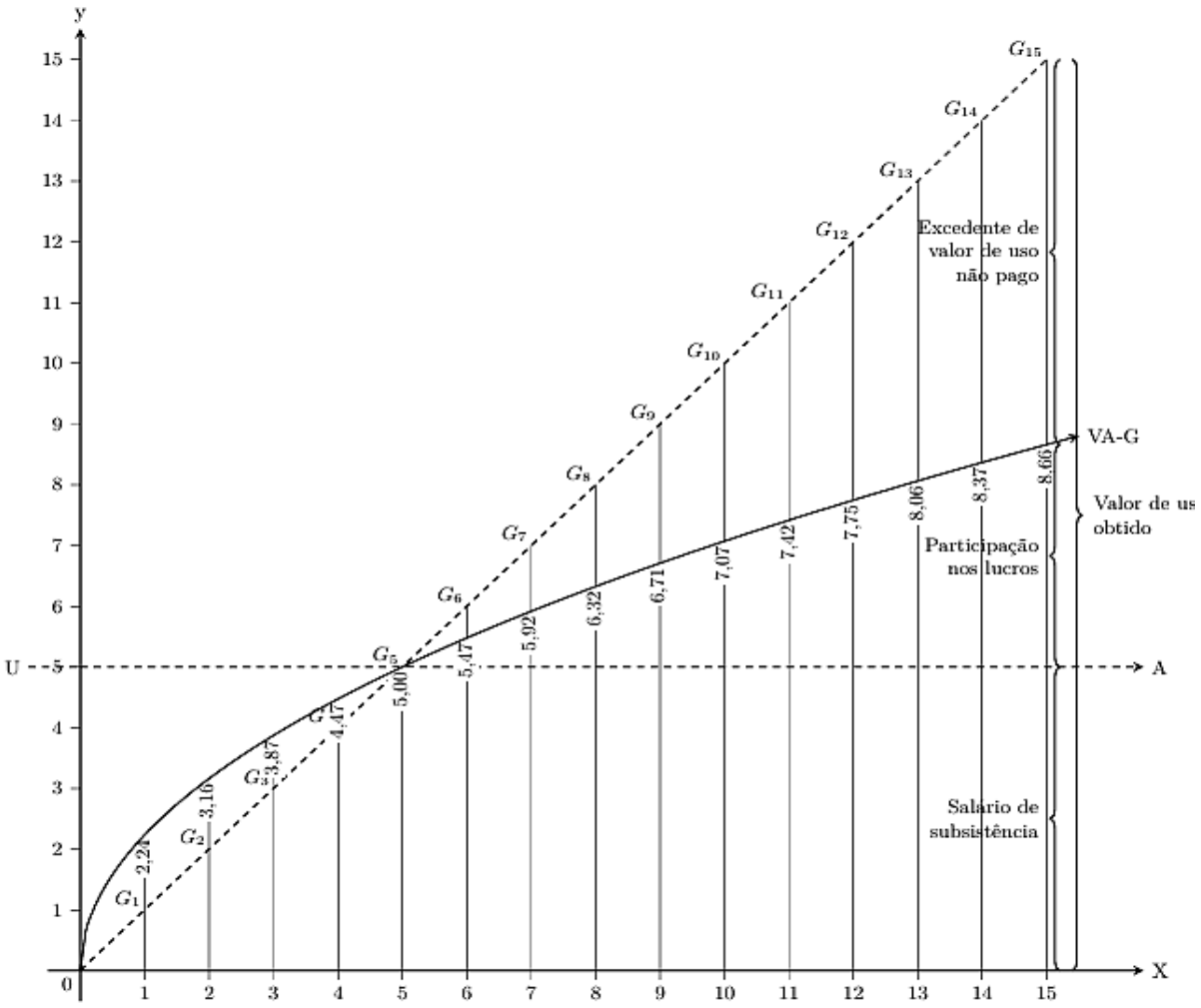


Fig. 25. A curva do "salário justo" para valores de uso de 0 a 15.

Na Fig. 25, no eixo horizontal OX, estão representados os valores de uso obtidos como linhas verticais de G1 a G15. A linha horizontal UA indica o salário de subsistência ou os custos de trabalho = A no sistema capitalista. A linha inclinada OG ilustra o aumento dos valores de uso obtidos, enquanto a curva $\sqrt{A\,.\,G}$. indica o salário calculado de acordo com esta fórmula.

A representação mostra a distribuição de valor para valores de uso de 0 a 15, podendo os números corresponder a Reichsmarks ou unidades de produção.

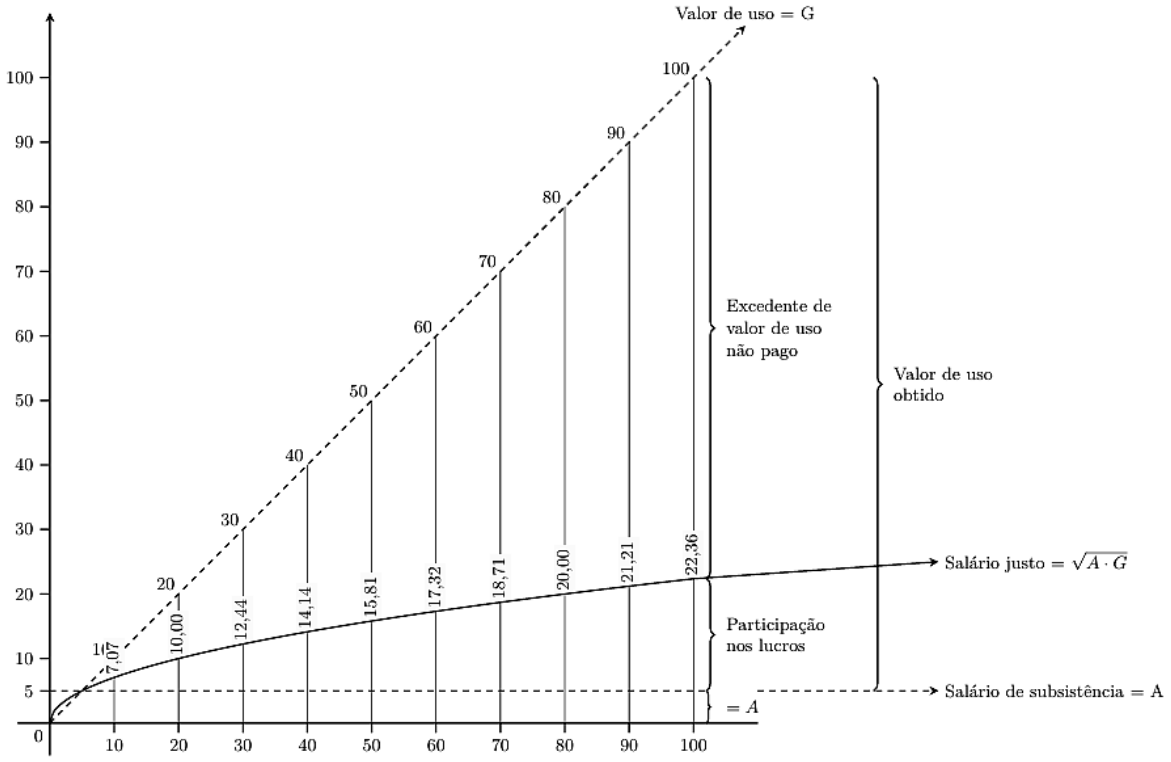


Fig. 26. A curva do "salário justo" para valores de uso de 0 a 100.

A Fig. 26 abrange valores de uso de 0 a 100 e, portanto, prolonga a curva.

Na aplicação da fórmula de cálculo $\sqrt{A\,.\,G}$, não surge uma linha reta, mas sim uma linha curva, conhecida na matemática como parábola. Essa curva, que representa graficamente a fórmula $\sqrt{A\,.\,G}$, sobe continuamente ao longo de seu percurso. Dessa forma, ela cumpre inicialmente a exigência mais importante que podemos fazer a uma lei universal de distribuição baseada no desempenho: garante a cada maior desempenho uma remuneração maior.

Em comparação com a distribuição segundo frações fixas (representada pela linha $\frac{1}{4}\,G$ na Fig. 27), ela apresenta duas vantagens sociais importantes: no início, sobe rapidamente, concedendo assim às pequenas performances uma parcela proporcionalmente elevada; no restante do percurso, continua subindo,

mas seu crescimento torna-se progressivamente mais lento, sem jamais parar completamente.

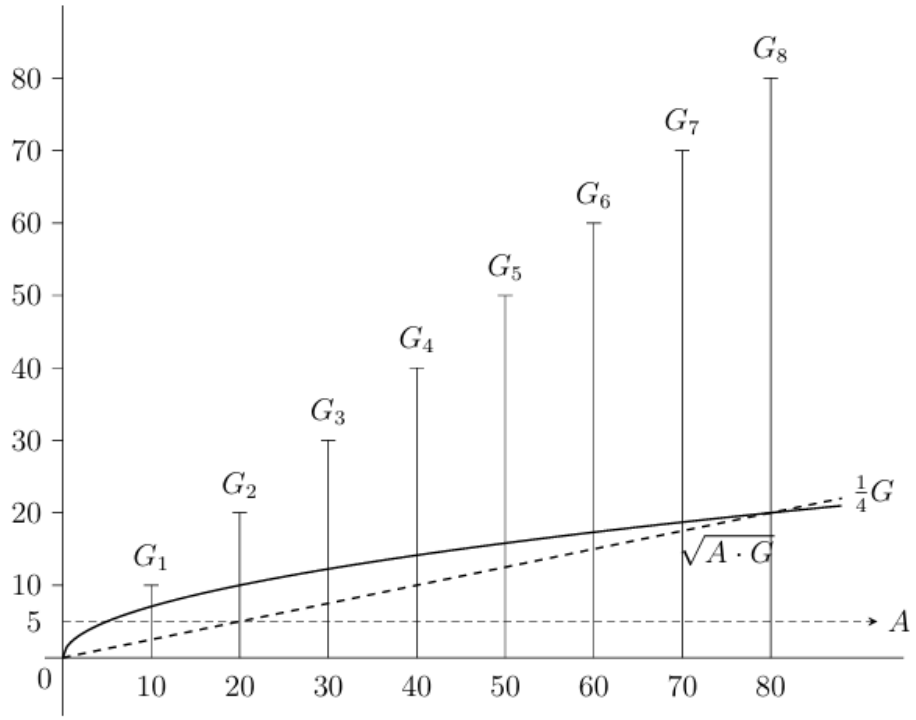


Fig. 27.

Devido à contínua diminuição da inclinação, característica da parábola, os valores apropriados para grandes desempenhos são significativamente reduzidos em favor do consumo total da economia. Assim, aquele que apresenta o maior desempenho ainda recebe mais para si, mas simultaneamente sacrifica uma parcela infinitamente maior de seu desempenho para o bem coletivo, tornando-se o maior benfeitor da sociedade. Aplicando a fórmula $\sqrt{A\,.\,G}$, por exemplo, ao inventor mencionado anteriormente, se considerarmos os custos de esforço de um trabalhador comum, ele receberia apenas cerca de 670.000 RM por ano. Se reconhecermos quatro vezes esse esforço devido ao intenso trabalho intelectual, ele receberia 1.340.000 RM anuais, enquanto 249 milhões de RM de sua produção beneficiariam gratuitamente a coletividade.

Para aqueles que considerem a abordagem matemática aqui aplicada às questões econômicas excessivamente mecânicas, é importante notar que as formas da natureza viva são quase sempre delimitadas por curvas. Ao incluir curvas além de linhas retas, a ciência matemática deixou de ser apenas mecânica e tornou-se uma ciência orgânico-biológica, capacitando-se a servir não apenas à técnica, mas a todas as ciências da vida. O fato de que, segundo nossa parábola de distribuição, o maior produtor recebe para si o máximo, mas também faz o maior sacrifício, representa a realização mais completa possível da solidariedade social.

Portanto, a fórmula $\sqrt{A\,.\,G}$, que representa matematicamente a apropriação justa e baseada no desempenho, aparece como um cristal ideal da vontade organizadora nacional-socialista. Ordenar a economia segundo esse princípio significa conquistar para a majestade da lei um território que antes lhe era vedado; ensinar ao povo trabalhador a respeitar e honrar os espíritos criativos de sua nação como líderes naturais; e devolver aos mais aptos racialmente a posição decisiva dentro da comunidade nacional, que uma ordem antinatural havia dado durante décadas aos menos qualificados. Uma tarefa verdadeiramente grandiosa e invejável!

O povo alemão, que estabelece tal ordem econômica e social justa pelo caminho do nacional-socialismo como primeira nação do mundo, será assim unido, livre e invencível!

O salário justo segundo a fórmula $A\sqrt{S}$.

1	2	3	4	5	6	7
A	G	S	$\sqrt{S}$	$A \cdot \sqrt{S}$	Salário de $A \cdot \sqrt{S} = \sqrt{A \cdot G}$	
5	5	1,0	1,0	$5 \cdot 1,0$	5,00	5,00
5	6	1,2	1,0954	$5 \cdot 1,0954$	5,477	5,477
5	7	1,4	1,1823	$5 \cdot 1,1823$	5,92	5,92
5	8	1,6	1,2649	$5 \cdot 1,2649$	6,32	6,32
5	9	1,8	1,342	$5 \cdot 1,342$	6,71	6,71
5	10	2,0	1,415	$5 \cdot 1,415$	7,075	7,075
5	20	4,0	2,0	$5 \cdot 2,0$	10,00	10,00
5	50	10,0	3,162	$5 \cdot 3,162$	15,81	15,81
5	100	20,0	4,472	$5 \cdot 4,472$	22,36	22,36

O salário justo não pode ser expresso apenas pelo valor de uso, mas também pelo valor específico = *S*. Se $\frac{G}{A}$. = *S*, isto é, valor de uso dividido pelos custos de trabalho = valor específico, então $G = A \ . \ S$. Na fórmula $\sqrt{A \ . \ G}$ podemos substituir *G* por $A \ . \ S$. Ela passa então a ser: $\sqrt{A \ . \ G} = \sqrt{A \ . \ A \ . \ S} = \sqrt{A^2 \ . \ S.}$ Como $\sqrt{A^2} = A$, então *A* pode ser colocado fora do radical, e obtemos: $\sqrt{A \ . \ G} = A\sqrt{S.}$ [22]

[22] N.A: Sacher inicialmente sustentava a opinião de que o salário deveria depender apenas do esforço de trabalho: Salário = *A*.

No entanto, ele logo percebeu que o rendimento não depende apenas do esforço, mas também do valor de uso, que, como ele sabia, está relacionado ao valor específico S. Para levar ambos em consideração, ele então propôs: Salário = *A* . *S*

No entanto, ele não percebeu que

A . *S* = *G*
Salário = *A* . *S*
Salário = *G*

significa que, em vez de depender de *A* e *G* conjuntamente, o salário pela fórmula dependeria apenas de *G*.

Como a tabela numérica anexa permite reconhecer, ela apresenta os mesmos resultados que a fórmula $\sqrt{A\ .\ G}$. A vantagem desta tabela consiste em permitir que a dependência do nível salarial em relação ao valor específico se destaque de forma mais clara. Nas figuras 25, 26 e 27, as curvas $A\sqrt{S}$ coincidiriam com as curvas desenhadas $\sqrt{A\ .\ G}$.

Como resultado da investigação, deve-se observar o seguinte:

1. O salário justo, calculado segundo a fórmula $\sqrt{A\ .\ G}$ ou $A\sqrt{S}$, contém dois componentes:

   a) o salário de subsistência, que repõe a força de trabalho consumida;

   b) uma participação nos lucros.

   Portanto, através deste salário, assegura-se à força de trabalho uma participação nos lucros. A injustiça capitalista, que excluía o trabalhador da participação no lucro econômico, está abolida.

2. O salário agora não depende mais do poder econômico, mas sim dos custos de trabalho (A) e do valor de uso obtido (G). Ele aumenta quando o valor de uso cresce, ou quando os custos de trabalho diminuem; ele aumenta com o valor específico (S). O aumento do valor específico é progresso econômico. A conexão fixa entre salário e valor específico é um poderoso impulso para o progresso na vida econômica. Visto que o

---

Após essa tentativa mal sucedida, Sacher não viu mais possibilidade de usar A e G juntos para determinar o salário.

Portanto, ele abandonou G e retornou à sua concepção original:

Salário = *A*

Quando Sacher estabeleceu a fórmula Salário = *A* . *S*, ele estava apenas a um único, embora decisivo, passo de alcançar a fórmula utilizável: Salário = *A* .√*S*

benefício total da comunidade de ganho de valor também aumenta e diminui com o valor específico, o interesse próprio da força de trabalho criativa é harmonizado com o bem comum. O interesse comum e o interesse próprio estão, no que diz respeito ao desempenho imediato do trabalho, harmonizados. O motor do interesse próprio trabalha com toda a força para o bem comum.

3. O salário $\sqrt{A \,.\, G}$ aumenta com o crescimento do valor de uso, porém seu aumento desacelera continuamente para cima, sem nunca parar completamente. Isso faz com que ramos de atividade cujos produtos têm um baixo valor específico entreguem apenas poucos valores de uso não pagos para o consumo, enquanto aqueles cujos produtos são de alto valor específico deixem muitos valores de uso não pagos ao consumo. Com isso, ocorre uma compensação entre ramos favoráveis e desfavoráveis por meio do consumo.

Tal compensação é absolutamente necessária para o bem comum, pois, do contrário, os ramos desfavoráveis, porém vitais — como, por exemplo, a agricultura — ficariam desertos, enquanto os favoráveis estariam superlotados. A compensação também parece justa sob outros pontos de vista, pois a produtividade de um trabalho industrial é, em sua menor parte, mérito daqueles que nele atuam no momento. Assim, por exemplo, a enorme produtividade da mineração de carvão é, primeiramente, uma consequência da riqueza natural do carvão — um presente da natureza sobre o qual ninguém mais tem mérito e que pertence a todos.

Em segundo lugar, a produtividade da mineração é uma herança cultural que devemos ao trabalho de pesquisa, invenção e organização de gerações anteriores.

Se o salário na mineração fosse calculado simplesmente pela fórmula $\sqrt{A \,.\, G}$, ele atingiria uma altura injustificada. O inverso ocorreria com o trabalho agrícola: devido à dificuldade natural da produção de alimentos em nossas latitudes, o valor específico deste trabalho é muito menor. Pela fórmula, o salário agrícola seria muito inferior ao da mineração para o mesmo nível de esforço. Isso seria injusto para o indivíduo e insuportável para o bem comum. O bem comum exige uma igualdade aproximada de oportunidade de ganho em todos os ramos vitais. Para todos os cálculos salariais, deve-se basear em um salário médio da economia nacional, determinado pela produtividade média da economia.

Para encontrar os valores médios de *G* e *A*, e assim o valor de *S* ($\frac{G}{A} = S$), é necessária a investigação de inúmeras empresas. Esses trabalhos são a tarefa de uma pesquisa econômica exata, tal como o nacional-socialismo necessita.

Uma vez determinados esses valores médios para toda a economia, o salário individual justo pode ser estabelecido. Ele deve depender, primeiro, do desempenho de toda a economia nacional para que cada indivíduo se interesse pelo resultado coletivo. Da mesma forma, o indivíduo deve estar interessado no sucesso de sua própria empresa e em seu desempenho pessoal, sem, contudo, reivindicar para si a totalidade desse sucesso.

Segundo o nosso princípio, o salário individual deve então ser calculado da seguinte forma:

Na fórmula $\sqrt{A \,.\, G}$, *G* e *A* significam os valores médios da economia nacional. Suponhamos que a empresa individual em questão tenha um sucesso operacional que seja 1,44 *vezes* superior à média. Então, os envolvidos na produção não devem receber 1,44 *vezes* o salário médio nacional, mas apenas $\sqrt{1,44}$, ou seja, 1,2 *vezes* mais.

O salário médio desta fábrica é, então: 1,2 *vezes* $\sqrt{A\ .\ G}$ ou $\sqrt{1,44}$ *vezes* $\sqrt{A\ .\ G}$. Se substituirmos 1,44 pela letra *y*, a fórmula para o salário médio da fábrica passa a ser $\sqrt{y}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$.

Se o desempenho do trabalhador individual for agora 1,69 vezes superior à média do seu ramo nesta fábrica, também a ele não deve ser atribuído 1,69 vezes, mas apenas $\sqrt{1,69}$ ou 1,3 *vezes* o valor do trabalhador médio deste ramo nesta fábrica. O salário individual neste caso é, portanto, 1,3 . 1,2 . $\sqrt{A\ .\ G}$, o que representa 1,56 *vezes* o salário médio nacional.

A fórmula do salário individual justo é $\sqrt{1,69}\ .\ \sqrt{1,44}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$. Se substituirmos o fator pessoal 1,69 por *x* e o fator da fábrica 1,44 por *y*, obtemos a fórmula geral do salário individual justo

$$= \sqrt{x}\ .\ \sqrt{y}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$$

Se a raiz de *x* e *y* fosse omitida, o salário individual aumentaria para 1,44 . 1,69 . $\sqrt{A\ .\ G}$, ou seja, 2,4336 . $\sqrt{A\ .\ G}$. Ele seria então quase 2,5 vezes superior ao salário médio nacional. Pelo método proposto, ele é reduzido para 1,56 vezes a média nacional. Nisto reside o sacrifício social das melhores empresas e dos melhores trabalhadores em prol da coletividade. Um resumo do cálculo do salário individual resulta em:

- $\sqrt{x}\ .\ \sqrt{y}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$
- $\sqrt{1,69}\ .\sqrt{1,44}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$
- 1,3 . 1,2 . $\sqrt{A\ .\ G}$
- 1,56 . $\sqrt{A\ .\ G}$

A fórmula $\sqrt{x}\ .\ \sqrt{y}\ .\ \sqrt{A\ .\ G}$ permite, em qualquer caso, o cálculo do salário individual justo.

O pré-requisito necessário para tal cálculo é conhecer os índices de produtividade médios de toda a economia e do respectivo ramo e, além disso, observar o desempenho especial da empresa e o desempenho pessoal específico.

A obtenção destes dados será uma das tarefas mais importantes de uma investigação económica nacional-socialista. Através dos métodos de cálculo acabados de desenvolver, consegue-se uma compensação não só entre as condições naturais e culturais do trabalho, mas também entre os dons e as forças dos trabalhadores. A fábrica e o indivíduo que, ao mesmo tempo, em virtude de melhores aptidões e instalações, produzem um valor específico mais elevado, recebem de fato um salário maior, mas, por outro lado, sacrificam ainda mais pela comunidade do que aquele que apenas consegue obter um valor menor. Haveria, porém, um princípio mais justo e melhor para uma comunidade orgânica de destino do que aquele em que não apenas as vantagens e os benefícios, mas também os sacrifícios devem ser orientados de acordo com os dons, forças e sucessos? Isso se aplica especialmente à relação dos criativos (*Schaffenden*) e dos criadores (*Schöpferischen*) com a comunidade e entre si. Os criativos exercem sua atividade principalmente em trilhos preestabelecidos. Suas virtudes são a diligência e o zelo. Seu ganho de valor mantém-se em limites modestos. Não é assim com os criadores! Eles são pioneiros! Como pesquisadores, inventores e organizadores, eles mostram à comunidade de ganho de valor novos e mais bem-sucedidos caminhos. Seu valor econômico como "poupadores de força" pode crescer imensamente. Na comunidade com artistas e professores, eles são, além disso, sumamente valiosos através do fornecimento e estímulo de forças espirituais.

Seu salário, calculado a partir de $\sqrt{x} \cdot \sqrt{y} \cdot \sqrt{A \cdot G}$, assegura-lhes uma parcela significativa dos lucros. Incomparavelmente maior, porém, é a parte do seu sucesso que eles colocam gratuitamente à disposição da coletividade; verdadeiros benfeitores da sua comunidade de ganho de valor.

Se o trabalho de valor dos trabalhadores criativos[23] (*die Schöpferischen*) não serve mais para enriquecer indivíduos economicamente poderosos, mas beneficia a todos os criativos, então estes reconhecerão naturalmente os criadores como seus líderes natos.

Através do salário determina-se qual parcela do ganho econômico criado conjuntamente deve receber a prestação de trabalho direta; o preço determina qual parcela cabe à prestação de trabalho indireta (meios de trabalho, capital).

Essa parcela deve ser calculada de acordo com o salário. Assim como a força de trabalho, também o proprietário dos meios de trabalho tem direito a duas coisas:

a) ao reembolso dos custos de trabalho por ele incorridos,
b) a uma parcela correspondente dos lucros.

Os custos de trabalho incidentes sobre os meios de trabalho são determinados pelo desgaste ou pela deterioração. Suponhamos que, para a fabricação de uma máquina, tenham sido necessários, ao todo, 1000 dias de trabalho humano. A máquina se depreciará (*verbraucht*) em 10 anos. Então, o desgaste anual desta máquina é de 100 dias de trabalho. Quem a disponibiliza por um ano realizou, com isso, indiretamente, 100 dias de trabalho. As despesas de um dia de trabalho humano totalizam 17.393 calorias ou unidades de trabalho (*Werk*). As despesas para 100 dias totalizam, então, 100 . 17.393 calorias = 1.739.300 calorias ou unidades de trabalho. Este número para esta máquina é = *A*. Agora deve-se determinar a soma total dos custos anuais de trabalho da fábrica, bem como o valor de uso produzido no ano, tudo em calorias ou unidades de trabalho. Então se pode calcular quanto do ganho de valor de uso cabe à máquina. Com isso, encontra-se o valor de *G* para a máquina.

[23] N.T: Poderia também ser “elementos criativos”, mas não alteraria o sentido que o autor deseja passar.

Exatamente como no trabalho realizado diretamente, pode-se agora calcular o produto $A \,.\, G$ e, a partir daí, $\sqrt{A \,.\, G}$ como salário da prestação de trabalho indireta.

Este método é aplicável a todos os meios de trabalho, ou seja, a todos os capitais de curta duração, mas não sem ressalvas ao capital de longa duração, ao dinheiro ou ao crédito.

No entanto, aqui, em vez do desgaste, entra o risco de perda, que deve ser contabilizado de acordo com o tipo de crédito concedido.

A isso se soma a desvalorização natural do patrimônio, causada pelo aumento do grau de eficiência econômica do trabalho e pelo progresso econômico.

Estas duas circunstâncias juntas resultam no desgaste = A do capital monetário, e com a ajuda deste, deve-se determinar o "salário do crédito". Este não é mais um juro garantido e privilegiado, mas apenas uma participação nos lucros, tal como cabe à força de trabalho e aos meios de trabalho transitórios. A escravidão dos juros está, assim, rompida; pois a parcela de lucro do dinheiro não será doravante fixada pelo poder, mas sim de acordo com os mesmos princípios jurídicos que a parcela dos outros meios de ganho de valor. Uma vez estabelecido o salário da prestação de trabalho direta e indireta para uma determinada mercadoria, o preço das mercadorias resulta da soma das grandezas calculadas. Este preço justo, em uma economia regulada, não apenas poderá ser cobrado, mas deverá ser cobrado.

Ninguém poderá vender abaixo deste seu preço justo para pôr fim à subcotação desenfreada e à ruína arbitrária de inúmeras empresas valiosas e ao desperdício de valor causado por isso. As diferenças de preço das mercadorias não serão, contudo, totalmente eliminadas do mundo.

Quem tornar sua empresa especificamente mais produtiva através de melhor organização e melhores métodos de trabalho poderá baixar seu preço abaixo do preço dos outros. Esta redução, porém, representará apenas uma fração de toda a vantagem de fabricação obtida.

Ela não pode, portanto, ter um efeito catastrófico para os concorrentes, mas deixa-lhes a possibilidade de se manterem e de seguirem o exemplo alheio.

Assim, a marcha do desenvolvimento econômico tornar-se-á constante. Com isso, os juros, o preço e o salário são determinados pelas grandezas *A* e *G*, as mesmas grandezas das quais também depende o bem-comum.

O poder econômico é, em todas as suas esferas de atuação, substituído pelo direito social.

A busca pelo interesse próprio, porém, permanece em vigor; ela impulsiona o desenvolvimento econômico e, além disso, serve ao bem-comum. De nenhuma outra maneira os indivíduos podem promover sua vantagem particular a não ser servindo ao mesmo tempo ao bem-comum, baixando os custos de trabalho de sua prestação e, com isso, aumentando simultaneamente seu valor de uso. A cada "criativo", porém, assim como a cada "criador", uma parcela justa e crescente do lucro econômico é tão segura quanto lhe é inevitável a promoção do bem-comum.

No capítulo anterior, foram comunicadas as reivindicações sociais que Kautsky estabelece nas explicações ao Programa de Heidelberg da Social-Democracia. Como direito da sociedade, ele exige ali o maior rendimento possível com o menor esforço de força possível.

Se ignorarmos o fato de que acima da produtividade específica ainda devem estar a independência e a segurança da economia nacional, então Kautsky tem razão.

Mas que desorientação e desamparo se expressam na total indeterminação de sua exigência! Ele não poderia fazer diferente.

Onde Kautsky encontraria em sua teoria marxista do valor de troca uma definição real do conceito de valor, onde uma medida para medir e comparar rendimentos?

Se ele quisesse abordar uma regulação econômica real com a medida de valor liberal-marxista, com o valor de troca baseado no poder, ocorreria uma confusão terrível e a falência desta teoria seria imediatamente revelada; pois através do valor de troca capitalista, o verdadeiro rendimento não pode ser determinado, já que ele consiste em valores de uso.

A teoria do valor de uso permite uma constatação exata, científico-natural e matemática dos custos de trabalho e do rendimento, oferecendo assim uma base sólida para uma regulação econômica social abrangente. Se compararmos seus resultados com as visões econômicas totalmente embrionárias de um Kautsky, a superioridade da teoria do valor de uso torna-se ainda mais evidente.

No mesmo ponto, Kautsky designa como direito do criativo individual que cada melhoria na empresa, que aumente seu rendimento, beneficie não apenas os consumidores, mas também os trabalhadores. Também para esta reivindicação, por mais justificada que seja em si mesma, ele não sabe indicar um caminho viável para a execução. Porque lhe falta percepção sobre a essência do rendimento, porque lhe falta também uma medida adequada para medi-lo, ele também não pode estabelecer princípios justos e determinados para sua distribuição entre os membros da comunidade de ganho de valor; falta-lhe qualquer possibilidade de harmonizar o bem-comum e o interesse próprio.

Como ele não possui uma visão real das conexões econômicas e sociais, ele só pode considerar a realização de tais reivindicações possível em uma

economia comunista, onde se trabalha por conta da comunidade com os meios de trabalho da comunidade.

Na verdade, porém, o direito da comunidade à maior produtividade possível não pode ser realizado de forma alguma em uma sociedade comunista, porque aqui a mola propulsora insubstituível do interesse próprio é desativada.

Totalmente executável, porém, é a reivindicação de justiça social com base na teoria do valor de uso e por meio das fórmulas aqui desenvolvidas em uma economia própria regulada, na qual tanto a propriedade dos meios de trabalho quanto a independência econômica permanecem preservadas.

A independência econômica é devolvida a todos os membros da comunidade de ganho de valor e regulada por princípios jurídicos. A propriedade dos meios de produção não poderá mais, de agora em diante, ser utilizada de forma capitalista para excluir membros desprovidos de participação nos lucros econômicos. Ela não perde, contudo, de modo algum, sua importância. Como também sobre os meios de produção deve recair uma participação nos lucros, cada indivíduo continuará a se esforçar para adquiri-los, colocá-los à disposição, mantê-los e administrá-los. A diferença em relação ao passado consistirá em que cada indivíduo só poderá alcançar tal aquisição na medida em que tiver servido ao bem comum. Assim, o motor do interesse próprio permanece preservado sob todos os aspectos, apenas sendo, no futuro, inseparavelmente vinculado ao bem comum.

Uma vez que, à luz do nacionalismo e da teoria do valor de uso, o êxito econômico deve, em última instância, ser medido pelo grau em que possibilitou a produção de forças criadoras humanas de alto valor, torna-se claro que a justiça social do bem comum não pode ser realizada sem que todos os membros da comunidade de criação de valor estejam integrados tanto no processo de

produção quanto no de consumo, e sem que o direito ao trabalho esteja simultaneamente vinculado ao dever de trabalhar.

A justiça social, por meio de salários justos e preços justos, pressupõe o direito ao trabalho. Entretanto, o direito ao trabalho não deve ser entendido como se cada indivíduo pudesse exigir da comunidade um posto de trabalho já pronto. O que ele pode exigir é apenas a possibilidade de criar, por si mesmo, tal posto. Nesse ponto, a comunidade pode confiar precisamente na iniciativa de cada um de seus membros.

Já se demonstrou anteriormente que somente haverá trabalho para todos os membros do povo quando a força de consumo for fortalecida simultaneamente à força produtiva e mantida sempre em equilíbrio com ela. A fórmula de distribuição aqui desenvolvida assegura, desde já e por si mesma, que ambas cresçam simultaneamente, ao permitir que o aumento da produtividade beneficie tanto o capital quanto a renda do trabalho. Contudo, como a decisão sobre a utilização da renda permanece, em grande medida, uma questão individual, não se pode prever com certeza se o equilíbrio entre força produtiva e força de consumo se manterá permanentemente por si só. Sua relação mútua deverá, portanto, ser constantemente observada e, se necessário, influenciada por medidas especiais. Se, por exemplo, a formação de capital, que fortalece sobretudo a força produtiva, tornar-se excessiva, poderá ser aplicado à nossa fórmula de cálculo do juro justo um fator de atenuação, enquanto a fórmula salarial receberá um fator de elevação, até que o equilíbrio seja restabelecido.

Para ilustrar os efeitos do preço justo e do salário justo segundo a fórmula $\sqrt{A\,.\,G}$ em um caso concreto, retornamos ao exemplo da extração de carvão.

Distribuição capitalista e justa do valor de uso de 1 kg de carvão em calorias ou trabalho.

		I	II	III	IV		V	VI
		Parcela de trabalho	Participação na geração de valor de uso	Distribuição de valor anterior	Nova distribuição de valor conforme $\sqrt{A \cdot G}$ ou $A\sqrt{S}$		O múltiplo dos antigos preços e salários	O múltiplo dos salários, reduz. ao preço antigo
					a	b		
I. Produção	Força de trab. direta	23,0	1041,90	23,00	$\sqrt{23 \cdot 1041,50}$	154,80	6,73 ×	1,35 ×
	Meios de trabalho	9,5	430,35	9,50	$\sqrt{9,5 \cdot 430,35}$	63,94	4,74 ×	0,95 ×
	Lucro sobre meios			4,00				
II. Comércio	Força e meios	11,65	527,75	11,65	$\sqrt{11,65 \cdot 527,75}$	78,37	3,37 ×	0,68 ×
	Lucro sobre meios			11,65				
	Soma		2000,00	59,8		297,16	4,97 ×	1
	Resto		1940,20			1702,84		
Valores de consumo				33,4 antigo	6,72 novo			

Com base em um método de cálculo explicado na décima segunda seção, obtemos a tabela apresentada ao lado. Na **coluna III** estão indicados como se distribuem, de forma capitalista, os 59,8 marcos de custos totais de produção causados por 1 kg de carvão. A **coluna I** contém os valores que devem ser considerados como custos de trabalho. Na **coluna II** apresenta-se a distribuição do valor total de uso de 1 kg de carvão (igual a 2.000 marcos) por meio de participações proporcionais ao trabalho. Os novos custos totais, resultantes da fórmula $\sqrt{A \,.\, G}$, encontram-se na **coluna IV**. Eles somam 297,16 marcos, em comparação com os anteriores 59,8 marcos. Isso representa um aumento do preço para 4,97 vezes o valor inicial. A isso corresponde (**coluna V**) um aumento do salário do trabalho direto de produção para 6,73 vezes, do trabalho indireto para 4,74 vezes e do trabalho total em comércio e transporte para 3,37 vezes. O nível dos preços diz pouco sobre as relações internas de uma comunidade de geração de valor socialmente ordenada. Aqui não importa o nível geral, mas as diferenças, as variações relativas. Diferente, contudo, é a situação no comércio exterior.

Se, nesse aspecto, a concorrência capitalista com o exterior permanecer, então será necessário subvencionar as exportações, e o nível geral de preços não

poderá aumentar — ou o comércio exterior deverá ser organizado de forma autônoma.

Entretanto, não é verdade que salários elevados necessariamente conduzam a preços elevados. Pelo contrário, países com salários altos frequentemente apresentam preços relativamente baixos, pois os altos salários constituem um forte incentivo para introduzir métodos poupadores de trabalho.

O melhor exemplo disso é a América. Por outro lado, países com baixos salários possuem uma indústria atrasada, intensiva em trabalho, e, portanto, preços relativamente altos. Dever-se-ia, antes de mais nada, observar como o aumento dos salários afetaria o nível de preços.

Em todo caso, também é possível alcançar o efeito social pretendido sem elevar os preços.

Se mantivermos o preço em seu nível atual igual a 1, o trabalho direto de produção receberá 1,35 vezes, o trabalho indireto 0,95 vezes e o trabalho comercial 0,68 vezes de sua participação anterior. A força de trabalho obterá, portanto, uma melhoria de sua participação em 35%, ou cerca de um bom terço; os meios de produção da fabricação receberão 5%, o comércio 32%, isto é, um pouco menos de um terço. Considerando-se que, atualmente, não apenas o trabalhador, mas a produção como um todo sofre necessidade, enquanto o comércio aufere elevados acréscimos de lucro, estes parecem, à primeira vista, dificilmente justificáveis. De fato, o capital financeiro surgiu historicamente a partir do capital comercial, não do capital industrial. Isso constitui uma prova de que o comércio, em virtude de sua forte posição entre produtores e consumidores, sempre foi capaz de obter lucros mais elevados. Além disso, deve-se considerar que, com a introdução de um salário monetário justo, o juro diminui — o que afeta tanto a produção quanto o comércio — reduzindo-se, assim, a participação de ambos.

A introdução de uma ordem econômica socialmente justa, orientada para o bem comum, teria, portanto, no pior dos casos, como consequência que a força de trabalho recebesse, além de seus atuais salários de concorrência, uma participação nos lucros de 35%. Isso, sendo utilizado de forma planejada, conduzirá aos maiores efeitos. A justiça social só pode ser introduzida na vida econômica por meio do poder político, quando este se encontra nas mãos da vontade criadora do povo e de sua liderança mais elevada. Contudo, a ordem social da vida econômica é sempre mais fácil de introduzir do que de manter de forma duradoura. Ela estará constantemente ameaçada se o equilíbrio não for assegurado pela própria economia, mas apenas pela política. O equilíbrio econômico será garantido por uma distribuição socialmente saudável da propriedade dos meios de produção.

Somente quando essa reorganização das relações de propriedade for realizada, a justiça social poderá ser considerada assegurada.

Para estruturar socialmente as relações de propriedade, não é necessária a confiscação da propriedade, como tampouco seria aconselhável retirar algo de alguém. Basta, plenamente, distribuir os valores que são criados diariamente de tal forma que se possibilite às pessoas produtivas a formação de nova propriedade nos meios de produção, de modo que, ao final, nenhum indivíduo esforçado precise permanecer sem tal propriedade. Isso pode ocorrer por meio da fundação de pequenas empresas, como se tornou possível pela revolução tecnológica no impulso industrial e a tendência associada à descentralização produtiva, mas também pode ser realizado mediante a participação acionária em grandes empresas, especialmente nas sociedades capitalistas.

A participação nos lucros, baseada nas fórmulas salariais $\sqrt{A \,.\, G}$ ou $A\sqrt{S}$ e suas derivações, constitui o melhor e mais eficaz caminho. A rapidez e segurança de seus efeitos já foram demonstradas anteriormente no exemplo da

fábrica de tintas IG. Em dez anos, todo o capital empresarial foi transferido para as mãos dos trabalhadores, tendo sido por eles adquirido. Da sociedade capitalista dos não trabalhadores surgiu uma cooperativa socialista de trabalhadores. Se para isso for criada, por via legal, uma forma jurídica e constitucional adequada — o que hoje ainda falta — tal cooperativa socialista de trabalhadores será economicamente tão eficiente quanto sua predecessora capitalista. Se essa medida tivesse sido adotada em 1918, em vez de prometer ao povo a socialização e depois enganá-lo quanto a isso, ter-se-ia alcançado, dez anos depois, uma distribuição social saudável da propriedade; a questão social estaria resolvida. Não o tendo sido, e tendo sido impedido por ideias falsas e por uma liderança interessada de forma judaico-capitalista, isso constitui o engano do povo pelo marxismo, cuja consequência e retribuição ainda se manifestarão.

Se, por meio da participação nos lucros, for também realizada a participação na propriedade, então a questão da co-gestão encontrará igualmente sua solução natural.

É impossível dar a alguém o direito de decisão sobre algo que não lhe pertence e que, portanto, ele também não pode perder. No entanto, para aquele que participa do lucro e da posse, a cogestão é uma evidência natural. É um fenômeno muito marcante que a América não conheça nenhum movimento operário socialista — e muito menos marxista — digno de nota, como se demonstra repetidamente de forma clara nas eleições presidenciais. O comitê executivo da Federação Americana do Trabalho tem apenas que escolher entre o candidato democrata e o republicano. O candidato do partido socialista não é uma opção para a Federação, uma vez que apenas uma parte insignificante do operariado americano organizado simpatiza com o socialismo. Aqui está o operariado do maior estado industrial do mundo — onde o trabalho é amplamente especializado e mecanizado, ou seja, desprovido de alma, e onde as maiores exigências são feitas ao desempenho da força de trabalho — satisfeito

com a economia de concorrência capitalista, apesar da acumulação de capital, apesar da formação de trustes e da monopolização. Aqui, trabalho e capital, vistos em larga escala, não se enfrentam em inimizade mortal, mas sem rancor, não raramente unidos em estreita colaboração. Este fato é completamente incompreensível a partir das nossas condições alemãs e, de modo geral, europeias. Por isso, ele recebe entre nós as mais variadas interpretações. Os representantes do capitalismo dizem que o operário americano é sensato demais para ser socialista, especialmente para ser marxista. Nossos marxistas, por outro lado, afirmam que o operário americano é desinformado e possui pouca consciência de classe. Uma investigação mais precisa, com os auxílios da teoria do valor de uso, mostra, porém, que nem uma coisa nem outra está correta.

Nos países europeus, a força de trabalho está enclausurada; pois não há colonização interna digna de nota, e a emigração exige capital. O trabalhador é forçado a aceitar trabalho sob qualquer circunstância. Por isso, ele é economicamente impotente, não importa se atua individualmente ou como massa. Diferente é a situação na América. Este país sempre ofereceu ao trabalhador a oportunidade de, trabalhando e ganhando, abrir caminho em direção ao Oeste pouco povoado e tornar-se fazendeiro lá. O trabalhador americano tinha, portanto, sempre a possibilidade de escapar da pressão do poder econômico e tornar-se economicamente independente. Essa possibilidade, sempre aberta, confere poder econômico aos próprios trabalhadores que permanecem. Seus salários não podem ser reduzidos além do ponto em que pareça mais vantajoso ao trabalhador migrar para a zona de colonização agrícola. Por isso, o salário médio não podia cair ao mínimo de subsistência, mas devia conter, além da renda de manutenção, uma parcela de lucro que permitisse ao trabalhador fazer economias para prover sua velhice ou para adquirir, ele próprio, meios de produção. Essas suposições sobre a situação da força de trabalho na América encontram plena confirmação em levantamentos

estatísticos, que são comunicados e avaliados no décimo segundo capítulo. O salário nominal (salário em dinheiro) era, por exemplo, em 1881, 3,13 vezes maior na América do que na Alemanha. Apesar desses altos salários, os preços dos alimentos mais importantes eram, contudo, mais baixos do que os nossos (66%), de modo que o poder de compra dos salários na América estava em 1,5. O salário real médio americano em 1881 era, portanto, 4,7 vezes o alemão.

Com base em nossa análise, havíamos calculado, segundo a fórmula $\sqrt{A\,.\,G}$, um valor 6,73 vezes superior ao atual como o "salário justo". Na economia de propriedade aberta da América de 1881, pagava-se, portanto, aproximadamente o "salário justo". Disso pode-se tirar a conclusão de que o salário segundo$\sqrt{A\,.\,G}$ representa o "salário natural" para uma economia na qual a força de trabalho, por razões especiais, não é impotente, pois aqui ele foi quase alcançado sem qualquer regulamentação legal. Agora, é também perfeitamente compreensível que os trabalhadores americanos não demonstrassem um forte desejo por uma ordem econômica diferente e mais justa.

Graças às condições especiais americanas, eles recebiam naturalmente não apenas a renda de subsistência, mas quase cinco vezes o seu valor. Em uma vida econômica como essa, a miséria e a carência nunca são uma condição geral da força de trabalho, mas, no máximo, um estado excepcional de indivíduos isolados. A miséria aqui não é um fenômeno social, mas apenas individual. Portanto, nas décadas em que a legislação social estava sendo criada na Alemanha, não havia na América nenhuma necessidade geral de uma instituição semelhante. Lá, de fato, em média, qualquer um podia progredir e garantir-se por conta própria contra a necessidade e a velhice.

A excelente narrativa de Johannes Gillhoff, *"Jürn Jakob Swehn, o passageiro da América"*, oferece uma representação magnífica das diferentes

condições aqui discutidas, deste e do outro lado do "grande oceano". A legislação social da Alemanha significava, frente às condições americanas, a admissão de uma anomalia social; por outro lado, o seguro-doença, de invalidez e de velhice eram apenas um "remendo" nos sintomas da doença social. Sua verdadeira causa — a distribuição injusta do lucro econômico sob o domínio do poder econômico — ou não era reconhecida, ou não se ousava eliminá-la. O exemplo americano, contudo, é esclarecedor também em outro aspecto. Apesar do salário real 4,7 vezes maior, os preços dos alimentos eram um terço mais baixos que os nossos. A América era, naquela época, um país de altos salários e preços baixos, enquanto a Europa, inversamente, apresentava salários baixos e preços altos.

Há, portanto, fundamento total para a opinião expressa anteriormente de que o aumento dos salários segundo a fórmula $\sqrt{A \,.\, G}$ de modo algum traria consigo um aumento igual nos preços, de forma que a vantagem da força de trabalho com essa regulamentação poderia ser bem superior a 35%. Também na América as condições não permaneceram tão saudáveis quanto ainda eram em 1881. Em 1913/14, o salário nominal era apenas 1,81 vezes o alemão. O nível de preços dos alimentos mais importantes, porém, era agora mais alto que o nosso.

O poder de compra do dinheiro era, portanto, apenas 0,86 vezes, e o salário real havia recuado para 1,56 vezes. Embora ainda estivesse acima das necessidades de subsistência, contendo, portanto, uma parcela de lucro, permanece o fato de que ele havia se reduzido a um terço desde 1881. Disso decorre que a saturação do país progrediu fortemente nesses 40 anos e que, de mãos dadas com isso, desenvolveu-se o poder econômico do capital sobre a força de trabalho.

Em passo sincronizado com esse desenvolvimento, constata-se também um avanço de correntes de pensamento socialistas e até marxista-comunistas no operariado americano. A América também começa a adoecer socialmente devido à injustiça capitalista. Após a Guerra Mundial, entretanto, constata-se novamente uma melhoria.

O salário nominal elevou-se para 3,31 vezes o nosso. Em contrapartida, o poder de compra recuou apenas para 0,75 vezes, resultando em um salário real de 2,48 vezes. Além disso, o desemprego foi combatido por meio de uma forte redução da jornada de trabalho (em vez de 12, apenas 8-9 horas). Recentemente, na indústria têxtil, foi inclusive firmado um contrato coletivo que prevê a semana de trabalho de cinco dias, concebido justamente como um golpe contra os esforços do comunismo.

Deve-se admitir que os empresários americanos sabem aplicar meios eficazes em sua luta pela preservação da economia privada.

Sob este ponto de vista, deve-se considerar também a introdução dos salários por desempenho na América, calculados para cada indivíduo segundo fórmulas específicas baseadas em sua performance, e que devem servir para destinar ao trabalhador, automaticamente, uma parte do lucro excedente gerado por ele.

Junto a isso, seguem os esforços para induzir os trabalhadores a adquirir, com seu salário excedente poupado, ações das sociedades industriais. Segundo Paul Michligk em *"Servir e Ganhar"*, isso ocorreu com tal sucesso que hoje existem na América 11 milhões de acionistas. O valor das ações em mãos de trabalhadores é estimado em um bilhão de dólares. Pela posição das associações de trabalhadores em relação à eleição presidencial, reconhece-se que todos esses esforços encontram solo fértil entre os operários americanos.

A participação nos lucros através de salários por desempenho e a consequente participação na propriedade significam, certamente, para os trabalhadores americanos que delas desfrutam, uma melhoria em sua situação econômica. Essas precauções da economia privada substituem, pelo menos parcialmente, o poder econômico natural da força de trabalho, que declina cada vez mais devido à progressiva saturação do país. Através dos modernos acordos salariais, os interesses particulares de empresários e trabalhadores são paralelizados, pelo menos quanto ao desempenho; através da participação na posse, também quanto ao lucro.

Ambos os grupos crescem dessa forma rumo a uma unidade econômica, na qual o poder econômico dos empresários agora beneficia também seus trabalhadores, para que estes possam garantir não apenas um salário de subsistência, mas também uma parcela real de lucro.

Não se deve, porém, deixar-se cegar por essas vantagens inegáveis das medidas americanas e querer ver nelas a solução da questão social.

Já o conhecimento dos motivos dos empresários deveria impedir tal superestimação. Michligk diz a respeito:

> Há alguns anos, na América, o capital ainda estava nas mãos de poucas pessoas, que dele extraíam lucros enormes que não podiam consumir. O lucro, sob forma de juros e ganhos, era reinvestido e retirado do ciclo da economia. Com isso, porém, retirava-se também o escoamento da produção. O grande capital temia não apenas o esgotamento das fontes de renda, mas também a perda das riquezas. O surgimento de uma tensão social, como a Europa viveu em estado puro, foi reconhecido precocemente e desviado. Preveniu-se seu efeito através de métodos capitalistas, transformando a grande massa também em empreendedores, vendendo-lhes ações. Com isso, porém, conseguiu-se também que o lucro das sociedades fosse pulverizado e que um número maior chegasse à posse de pequenas parcelas de lucro, obtendo assim novos meios para comprar produtos. A economia da América tem, por isso,

> constantemente capital de giro suficiente à disposição e o consumo tem sempre os meios suficientes para absorver adequadamente a produção. Com isso, cumpre-se ao mesmo tempo, em parte, o desejo dos agitadores social-democratas, que queriam realizar uma redistribuição de bens e buscavam convencer a massa de que muito da renda da parte abastada da coletividade seria mais útil em outras mãos (p. 275).

O que os capitalistas americanos fazem, fazem para garantir suas vantagens privadas. Eles se distinguem, contudo, de seus colegas alemães e europeus em geral pelo fato de buscarem preservar sua vantagem de uma maneira extremamente sensata. A causa para isso deve ser buscada certamente, além de seu senso prático natural, na teoria econômica nacional da América, orientada de forma diferente, que possui sua nota própria especialmente através da teoria do valor de uso de Carey e, consequentemente, não é nem de longe tão influenciada por ideias estrangeiras (*verjudet*) como entre nós.

Do texto acima citado, depreende-se claramente uma compreensão econômica instruída pelo conhecimento do significado do valor de uso. Este ponto de vista confere aos financistas e empresários americanos, evidentemente, a visão ampla que os capacita a tomar medidas por interesse egoísta que, acessoriamente, são úteis também aos seus colaboradores despossuídos, bem como à coletividade. No entanto, como para eles, apesar de tudo, o que decide em última instância não é a consideração pelo bem comum, mas o interesse privado, eles só conseguem enxergar e tentar resolver o problema da distribuição de valor sob o ponto de vista privado. Por isso, só podem realizar uma solução parcial que, no momento, ainda pode bastar na América, mas que no futuro — com uma maior saturação do país — deverá falhar lá e, com toda a certeza, também entre nós. Exatamente como em v. Thünen, trata-se, de fato, apenas de uma distribuição do valor de troca, e não do valor de uso. Regula-se apenas a proporção de participação dentro da produção e, mesmo aqui, somente

entre a força de trabalho nua e os empresários; não também entre estes dois e os credores.

A escravidão dos juros permanece ininterrupta. Menos ainda, porém, se estabelece através deste sistema a proporção de participação entre a produção e o consumo. Essa relação é determinada pelo preço, cuja fixação permanece, como antes, entregue ao poder econômico. Os esforços americanos não significam sequer uma solução completa do problema da distribuição de lucros no sentido de uma justiça social orientada pelo bem comum, muito menos uma configuração abrangente da própria justiça social segundo todos os seus preceitos. Devem ser saudados como medidas de emergência em uma economia capitalista, mas não se deve ver nelas a eliminação da própria injustiça capitalista. Tal eliminação só pode ser alcançada através de uma ordem econômica nacional-socialista que parta do bem comum — o qual, de um ponto de vista puramente econômico, é determinado pelas duas grandezas *G* e *A* ou pelo valor específico *S* — e que, a partir daí, regule conjuntamente salários, preços e juros.

Para a solução desta tarefa, falta na América, no momento, não apenas a necessidade fortemente sentida, mas também carece totalmente a organização de direito público, tal como o fascismo busca construir hoje na Itália[24].

[24] N.A: O que precede foi escrito em 1927. Os anos seguintes mostraram quão correta foi a avaliação feita sobre a América. O desemprego colossal que hoje reina por lá prova que as medidas foram, de fato, insuficientes, apesar de sua correção fundamental. Os salários eram, sim, elevados, mas em relação à alta produtividade da economia, ainda eram baixos demais.

As prestações das reparações alemãs ajudaram a agravar ainda mais essa relação distorcida, pois beneficiaram muito mais a formação de capital do que o aumento do poder de compra; enquanto que aqui, na Alemanha, elas enfraqueceram o poder de compra muito mais do que o investimento de capital. É apenas consequência lógica que a América e a Alemanha — os países que receberam e pagaram as reparações — apresentem a crise econômica mais grave.

A França, que igualmente recebeu grandes somas de reparações, aplicou essas quantias, em sua maior parte, em armamentos e divisas, em vez de instalações de produção. Assim, evitou uma grave perturbação do equilíbrio entre o capital investido e o capital de giro — e, consequentemente, entre a força produtiva e o poder de compra —, escapando, por isso, quase ilesa da crise econômica até o momento.

O exemplo americano de uma distribuição mais justa do lucro econômico, aliás, não é caso único. A partir da nossa própria história alemã, pode-se reconhecer algo semelhante. Também entre nós, em períodos anteriores, a distribuição do lucro econômico era melhor do que hoje. As contas existentes sobre as obras de construção da Catedral de Xanten desde 1350 mostram que o salário real de 1882 correspondia a apenas metade do que era pago em 1350. Naquela época, portanto, a força de trabalho recebia por aqui não apenas o salário de subsistência, mas, além disso, uma parcela do lucro. Isso pode ser atribuído a duas causas: Primeiro, a Alta Idade Média não conhecia uma economia de concorrência capitalista, mas sim uma economia própria regulada, cuja liderança empenhava-se em estabelecer e manter preços e salários justos. Além disso, era também o tempo da colonização do leste alemão (*Ostsiedlung*). O leste aberto dava à força de trabalho a possibilidade de migrar e, com isso, esquivar-se da pressão econômica em sua terra natal. Também em outros aspectos a "Idade Média sombria" era melhor do que sua reputação. Assim, segundo Sacher em "*Sociologia como Ciência Natural*", página 227, o turno de seis horas estava estabelecido nos regulamentos de mineração de tempos antigos como a jornada de trabalho diária normal.

Ela só foi substituída em 1525 pelo turno de oito horas, que vigorou até 1834. Os mineradores tornaram-se lentamente escravos das minas. Por volta de 1500, a antiga ordem profissional começou a se afrouxar em um sentido capitalista; a colonização do leste havia chegado a uma estagnação. Por isso, esse período foi também o momento do nível mais baixo dos salários. Em 1550, eles haviam caído para um terço do seu patamar de 1350. Dessa forma, a dissolução capitalista da antiga ordem econômica caminhou de mãos dadas com uma queda colossal dos salários e um aumento súbito da jornada de trabalho. Desse retrocesso, a força de trabalho na Alemanha não se recuperou até hoje. Ainda hoje, o salário real alemão é apenas metade do que era em 1350. Sob o

domínio da "lei do mais forte" (*Faustrecht*) capitalista, ela jamais poderá melhorar sua situação. Para ela e para o bem comum, somente uma nova ordem econômica orgânica — uma ordem nacional-socialista — pode trazer a salvação.

XIV. Um exemplo de geração de valor

A. A Determinação dos Custos de Trabalho = A

1. As necessidades de subsistência de uma família

Para mostrar claramente o verdadeiro caráter da obtenção de valor, é necessário realizar um exemplo, ao menos de forma calculada. Para isso, escolheu-se o carvão. Trata-se, acima de tudo, da determinação das duas grandezas: Custos de Trabalho = *A* e Valor de Uso = *G*.

Para calcular *A*, deve-se primeiro estabelecer as necessidades de subsistência de uma família. Na ordem capitalista, o trabalhador deve receber esse valor, em média, como salário. Para que a força de trabalho seja mantida em sua totalidade, ou seja, reproduzida, são necessárias famílias com média de três filhos. Durante todo o tempo de sua capacidade laboral, um homem deve, portanto, sustentar em média uma mulher e um filho.

Na revista *"Die Naturwissenschaften"*, o Professor Rubner[25] compartilha resultados experimentais segundo os quais se calcula a seguinte necessidade nutricional para uma família:

- Um homem em trabalho pesado (trabalhador rural ou mineiro): 4.338 Calorias
- Uma mulher no trabalho doméstico: 2.500 Calorias
- Uma criança: 1.250 Calorias
- Total diário desta família média: 8.088 Calorias

[25] N.T: Max Rubner (1854–1932) foi um médico e fisiologista alemão, pioneiro da nutrição científica moderna. Seus estudos sobre metabolismo energético e valor calórico dos alimentos forneceram as bases para o cálculo das necessidades nutricionais humanas, sendo amplamente utilizados no início do século XX em análises dietéticas e sociais.

O *Escritório de Estatística* de Hamburgo fez com que 300 operários, funcionários e professores mantivessem livros de contabilidade econômica no ano de 1926. Verificou-se que, para rendas abaixo de 2.500 RM (Reichsmarks), nas quais os operários geralmente se enquadram, 46,46% (cerca de 46,5%) da renda total é gasta apenas com alimentação. Portanto, 8.088 calorias correspondem a 46,5% do salário diário. 1% deste, expresso em calorias, é $\frac{8088}{46,5} = 173,93$ calorias. O salário diário total é igual a 100%. Estes correspondem a 173,93 . 100 = 17.393 Calorias

2. O desempenho de um trabalhador

Apenas o homem entra em questão essencialmente para o trabalho externo, uma vez que a mulher normalmente realiza ou deveria realizar apenas trabalhos para a própria família, e os filhos estão excluídos como força de trabalho. Que desempenho pode o homem contrapor aos custos de produção de sua força de trabalho?

O trabalho profissional que um homem pode realizar em um dia foi observado por Rziha em 30 diferentes tipos de trabalho. Como valor médio, ele encontrou o desempenho diário de aproximadamente 300 calorias, ou seja, 127.415 metros-quilogramas. Pfaff chegou a 126.000 metros-quilogramas em um turno de doze horas.

Estas 300 calorias representam o valor de uso diário do ser humano, se ele for ativo apenas fornecendo força e for avaliado apenas como uma máquina motriz. O valor específico da força de trabalho humana é igual a: $\frac{Valor\ de\ Uso}{Custo\ de\ Trabalho} = \frac{300\ Calorias}{17.393} = \frac{1}{56}$

Este é um valor específico extraordinariamente baixo, pelo qual a força de trabalho humana se diferencia de todos os outros bens econômicos, para sua desvantagem.

3. Os custos salariais por quilograma de carvão

Löffler, representante dos mineiros no Conselho do Carvão do Reich, indica na revista *"Technik und Wirtschaft"* (junho de 1925) a produção média de um mineiro do Ruhr no ano de 1913 como sendo de 934 kg de carvão por turno. Para essa produção média, deve ser pago o salário médio de 17.393 calorias.

Portanto, para a extração de 1 kg de carvão, cabe uma parcela salarial de:

$$\frac{17.393}{934} = 18,\ 62 \text{ calorias}$$

4. Os custos de produção da mina por quilograma de carvão

Das 2.000 calorias de valor de uso contidas em média em 1 kg de carvão, 18,62 calorias são consumidas pelos custos salariais puros do trabalho direto. Segundo o artigo de Löffler, a receita em 1913 para 1 tonelada de carvão do Ruhr era de 11 Marcos, ou seja, 1,1 Pfennig por 1 kg.

Desta receita, conforme a mesma fonte, distribuíam-se:

1. Salários (Operários) 51% 2. Ordenados (Administrativo) 4% 3. Seguro Social, Bem-estar 5% 4. Impostos 3%	I Custos de trabalho diretos da extração total = 63%
5. Custos administrativos 1% 6. Materiais 15% 7. Depreciações 10%	II Custos de trabalho indiretos da extração = 26%
8. Lucros 11%	III Lucros

Até agora, consideramos apenas os salários como sendo iguais a 51% da receita. Eles totalizaram 18,62 calorias por quilograma. No entanto, os custos diretos de trabalho também incluem ordenados, contribuições sociais e impostos, totalizando 63% do preço de venda. Se 51% = 18,62 calorias, então 1% = $\frac{18,62}{51}$ calorias = 0,365 calorias. Cerca de 63% são, portanto, 0,365 × 63 = 22,995 calorias = 23 calorias. Através de todo o trabalho direto relacionado à extração de carvão, são consumidas, portanto, 23 calorias. Os custos de administração da mina, materiais e depreciação contêm meios de trabalho consumidos e são, portanto, custos de trabalho indiretos. Eles totalizam 26% = 26 × 0,365 calorias = 9,49 = 9,5 calorias. O lucro da mina é de 11%. Em calorias, isso equivale a 11 × 0,365 calorias = 4,015 = 4 calorias. Portanto, a partilha é a seguinte:

a) Para o trabalho de fabricação direto (força de trabalho) . . . 23,0
b) Para o trabalho de fabricação indireto (meios de trabalho) . . . 9,5
c) Para o lucro de capital do fabricante (mina) 4,0
d) Total: 36,5 Calorias

Ou seja, 100% da receita de 1 kg de carvão ou 1,1 Pfennig são, portanto, iguais a 36,5 calorias.

5. Custos de Produção e Lucros do Comércio.

Sobre as relações de preços no comércio de carvão, a tabela seguinte fornece esclarecimentos, baseando-se em dados extraídos do Anuário Estatístico do Reich Alemão para o ano de 1913. Trata-se dos preços do carvão tipo "Ruhrnußkohle" em Nuremberg.

Carvão do Ruhr Tipo I	por Tonelada RM.	por Quilo-grama Pf.	%
Preço na mina (Zeche) ...	14,25	1,425	
Preço no atacadista	26,52	2,652	
Encarecimento	12,27	1,227	
Custo de Frete	10,00	1,000	
Margem do atacado	2,27	0,227	5,7
Preço no varejo	39,78	3,978	
Margem do varejo	13,26	1,326	$33\frac{1}{3}$

A margem comercial total por 1 kg foi, portanto:

a) Atacado . . . . . 0,227 Pf.

b) Varejo . . . . . 1,326 []²⁶

c) Total: 1,553 Pf.

Com um preço final de 3,978 Pf., esta margem é = 39% do preço final. Num mercado próximo à mina, o frete é inexistente. Lá, o preço final consiste apenas no preço da mina e na margem comercial. Como as margens comerciais percentuais numa indústria costumam ser bastante semelhantes, pode-se assumir para o mercado próximo à mina a margem comercial de 39% do preço final. Então, o preço da mina é igual a 61% do preço final.

O preço da mina de 1,1 Pf., que representa 61% do preço final, corresponde a um gasto de 36,5 calorias por 1 kg. Então, 1% do preço final corresponde a $\frac{36,5}{61}$ calorias = 0,599 calorias. A margem comercial de 39% consome, portanto, 0,599 × 39 = 23,3 calorias, de modo que o preço final que o consumidor tem de pagar totaliza 59,8 calorias.

[26] N.T: No original essa parte não possui “Pf”.

De acordo com uma estimativa aproximada, metade da margem comercial deve ser contabilizada como custos de trabalho = 11,65 calorias, enquanto a outra metade representa o lucro de capital = 11,65 calorias. Assim, chegamos à seguinte visão geral da composição do preço total ao consumidor para 1 kg de carvão:

Preço da mina por 1 kg = 1,1 Pf.		=	61% do preço final
Margem comercial então = 0,702 ,,		=	39% ,, ,,
Total por 1 kg	**1,802 Pf.**	=	**100% do preço final.**

=

B. A Determinação do Valor de Uso = G.

Em "*As Máquinas de Força*" (*Die Kraftmaschinen*), publicado em 1907 pela Teubner, o Professor Schreber indica, na página 309, o conteúdo energético do carvão antracite como sendo de 8000 calorias por quilograma. Segundo Bömcke (*Wirtschaft und Technik*, julho de 1925), do total da extração de carvão alemã, consome-se em:

Usinas de Coque e de Gás	30%
Aquecimento Doméstico	10%
Transportes	15%
Agricultura, Indústria e Exportação	45%
Total	**100%**

A utilização do conteúdo energético nestes tipos de uso é, respectivamente: 50, 20, 5, 15%. A utilização média calcula-se, portanto, em 24,50% ou cerca de 25%. O valor de uso de 1 kg de carvão antracite é, portanto, de cerca de 2000 calorias. No caminho da fabricação ao consumo, são distribuídas 59,8 calorias deste valor de uso. O restante de 1940,2 calorias é o excedente do valor de uso, que inicialmente entra no consumo de forma não paga e só em ciclos econômicos posteriores é exaurido e apropriado pelos detentores do poder econômico.

C. A Determinação do Valor Específico.

A tabela seguinte mostra de que forma os diferentes valores específicos do carvão podem ser encontrados. Ao elaborar esta tabela, deve-se considerar que o trabalhador tem de gastar mais para a sua subsistência do que os puros custos de trabalho dos seus meios de subsistência exigiriam. No preço destes meios de subsistência, não são apenas os custos de trabalho neles contidos que são pagos, mas já está incluída a parcela de lucro daqueles que produziram e venderam

esses meios de subsistência. Esta parcela de lucro contida nos custos da força de trabalho direta e indireta é estimada em um terço. O valor total específico do carvão resulta da Coluna I da tabela seguinte. Lá encontra-se o puro gasto de trabalho aplicado ao carvão. Ele é = 29,43 calorias.

I. Valor Total Específico do Carvão:

$$= \frac{Valor\ de\ uso}{Custos\ de\ Trabalho\ (Coluna\ I)} = \frac{2000}{29{,}43} = 67{,}99 = 68$$

II. Valor Especial Específico do Carvão:

a) para a mina como auto consumidora

$$= \frac{Valor\ de\ uso}{Custos\ de\ Produção\ de\ Mina\ (Col.\ II)} = \frac{2000}{32{,}50} = 61{,}5$$

b) para a mina como vendedora

$$= \frac{Preço\ de\ Venda\ da\ Mina\ (Col.\ III)}{Custos\ de\ Produção\ da\ Mina\ (Col.\ II)} = \frac{36{,}50}{32{,}50} = 1{,}12$$

c) para o comércio

$$= \frac{Preço\ de\ Venda\ do\ Comércio\ (Col.\ V)}{Custos\ de\ Produção\ do\ Consumidor\ (Col.\ IV)} = \frac{59{,}80}{48{,}15} = 1{,}24$$

d) para o consumidor

$$= \frac{Valor\ de\ Uso}{Custos\ de\ Produção\ do\ Consumidor\ (Col.\ VI)} = \frac{2000}{59{,}80} = 33{,}4$$

e) para o trabalhador

$$= \frac{Salário}{Custos\ de\ Produção} = \frac{23}{23} = 1$$

f) para o prestamista de dinheiro

$$= \frac{Capital + Dividendo}{Capital} = \frac{100 + 12}{100} = 1{,}12$$

			a	b	I Custo de trabalho puro	II Custo próprio da mina	III Preço de venda da mina	IV Custo próprio do comerciante	V Preço de venda do comerciante	VI Custo próprio do consumidor
I. Produção	Força de trabalho	Força de trabalho pura, imediata . . .	23,00	15,33	15,33	15,33	15,33	15,33	15,33	15,33
		dos quais lucro 1/3 . . .		7,67	—	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67
		sobre isso lucro . . .	—	—	—	—	—	—	—	—
	Meios de produção	Força de trabalho pura, indireta . . .	9,50	6,33	6,33	6,33	6,33	6,33	6,33	6,33
		dos quais lucro 1/3 . . .		3,17	—	3,17	3,17	3,17	3,17	3,17
		sobre isso lucro . . .	4,00	4,00	—	—	4,00	4,00	4,00	4,00
II. Comércio	Força de trabalho e meios	força de trabalho pura, imediata e indireta . . .	11,65	7,77	7,77	—	—	7,77	7,77	7,77
		dos quais lucro 1/3 . . .		3,88	—	—	—	3,88	3,88	3,88
		sobre isso lucro . . .	11,65	11,65	—	—	—	—	11,65	11,65
		Total	59,80	59,80	29,43	32,50	36,50	48,15	59,80	59,80

D. Distribuição do Valor do carvão segundo a fórmula $\sqrt{A\ .\ G}$ ou A$\sqrt{S}$

Através do cálculo anterior, foram determinados os custos de trabalho = *A* que os membros individuais envolvidos na obtenção de valor, integrados na extração de carvão, têm de despender para obter 1 kg de carvão. Foi também estabelecido qual é o valor de uso de um quilograma de carvão = *G*. Trata-se agora de determinar o valor do produto $A\ .\ G$ para cada um dos envolvidos individualmente e, em seguida, calcular a raiz disso. Não somos capazes de calcular $A\ .\ G$ para cada participante porque, embora conheçamos a magnitude de *A* para cada um, conhecemos a magnitude de *G* apenas para todos em conjunto. Sabemos apenas que todos os envolvidos na extração de carvão obtiveram 2000 calorias de valor de uso quando entregam 1 kg de carvão para consumo. Que parte da obtenção destas 2000 calorias de valor de uso pode agora o mineiro, o empresário, o comerciante creditar a si próprio e à sua atividade? Enquanto o esforço de trabalho direto e indireto for a única magnitude determinável, ele será também a única escala possível para a distribuição do valor de uso obtido conjuntamente pelos indivíduos. A seguinte visão geral contém o resultado da distribuição do valor de uso de 1 kg de carvão de acordo com os custos de trabalho despendidos:

		Custos de trabalho por quilograma de carvão	Proporção do valor de uso de 2000 Cal.
I. Produção	Força de trabalho direta	23,0 Cal.	1041,90 Cal.
	Meios de trabalho	9,5 "	430,35 "
II. Comércio	Força de trabalho e meios	11,65 "	527,75 "
	Total	**44,15 Cal.**	

A produção e o comércio despendem 44,15 calorias de custos de trabalho para a obtenção de 2000 calorias de valor de uso de carvão. Para 44,15 calorias, incidem, portanto, 2000 calorias de valor de uso. Para $\frac{1}{100}$ caloria *A* incidem então: $\frac{2000\ calorias}{4415}$ = 0,453 Calorias *G*.

Têm, portanto, parte no valor de uso:

a) a força de trabalho direta na produção . . . . . 0,453 . 2300 = 1041,90 Kcal.
b) os meios de trabalho na produção . . . . . 0,453 . 950 = 430,35 Kcal.
c) a força e os meios de trabalho no comércio . . . . . 0,453 . 1165 = 527,75 Kcal.

		I	II	III		IV		V	VI	
		Parc. Trab.	**Valor Uso**	**Dist. Val. Ant.**		**Nova Dist.** $\sqrt{A \cdot G}$		**Múlt. P/S**	**Múlt. Sal. Reduz.**	
				a	b	a	b		a	b
I. Prod.	Trab. Dir.	23,00	1041,90	23,00	23,0	$\sqrt{23 \cdot 1041}$	154,80	6,73×	1,35×	31,15
	Meios Tr.	9,50	430,35	9,50	13,5	$\sqrt{9,5 \cdot 430}$	63,94	4,74×	0,95×	12,87
	Lucro			4,00						
II. Com.	Trab/Meio	11,65	527,75	11,65	23,3	$\sqrt{11,6 \cdot 527}$	78,42	3,37×	0,68×	15,78
	Lucro			11,65						
Total			2000,00	**59,8**			**297,16**	**4,97×**	**1,00×**	**59,80**

V. Esp. Consumo	Antigo: 33,4	Novo: 6,72

Depois de encontrada assim a magnitude de *A* e o *G* correspondente para todos os colaboradores, torna-se possível determinar, na tabela acima, parcelas salariais justas. Nas **colunas I** e **II**, esta visão geral repete a anterior. A **coluna III** contém a atual distribuição de valor capitalista, baseada no poder, que também já conhecemos. O novo começa na **coluna IV**. Ela oferece o cálculo de parcelas salariais justas de acordo com a fórmula $\sqrt{A \,.\, G}$ Na **coluna V**, indica-se por qual múltiplo as novas parcelas superam as antigas. Um cálculo segundo a fórmula $A\sqrt{S}$ resulta no mesmo. Se esta nova distribuição entrar em vigor, o preço subirá 4,97 vezes, caso os preços se movam em sintonia com os salários.

Se desejar manter o preço antigo = 1, pode-se reduzir as novas parcelas a este valor, sem alterar a sua proporção, que é a única coisa essencial para a justiça social. Obtêm-se estes salários justos, reduzidos ao preço atual, dividindo a expressão $\sqrt{A\,.\,G}$ por 4,97. Esta nova fórmula $\frac{\sqrt{A\,.\,G}}{4{,}97}$ resulta nas parcelas salariais expressas em calorias, conforme contidas na **Coluna VIb**. A **Coluna VIa** indica qual múltiplo estas parcelas salariais justas e reduzidas representam em relação às parcelas capitalistas, baseadas no poder.

O cálculo aqui realizado é, contudo, apenas aproximado. Assim, os diferentes grupos de trabalho são pressupostos como fontes de valor equivalentes. Posteriormente, o valor específico ou a 'produtividade' (*Fruchtbarkeit*) específica de todos os grupos de trabalho poderá ser determinado separadamente.

Desta forma, obtêm-se valores médios para os tipos individuais de trabalho. Agora, o caminho está livre para, a partir dos valores médios encontrados, determinar o excedente ou a deficiência de desempenho individual e expressá-los na parcela salarial. O cálculo precedente também não é definitivo na medida em que foi estabelecido unilateralmente apenas para a economia do carvão, sem levar em conta a produtividade média da economia nacional como um todo. É necessário determinar, a partir das relações de produtividade média dos ramos individuais de atividade, aquela correspondente à totalidade da economia nacional e partir desta base em todos os cálculos subsequentes.

E. Efeito da Participação nos Lucros sobre a Participação na Propriedade

O salário justo reduzido aqui calculado significa, na economia do carvão, um aumento do salário de trabalho em 35%, especificamente do salário real. O poderoso efeito que pode advir deste fato será demonstrado pelo exemplo do truste de corantes (*Farbentrust*). A *I. G. Farbenwerke* possui um capital social de 1.100.000.000 RM e uma força de trabalho de 143.000 homens. Para cada funcionário, corresponde um capital de 7.692 RM. Suponhamos que o ganho médio da força de trabalho seja de 1.800 RM anuais. Se agora, além deste salário de subsistência, considerarmos apenas $33\frac{1}{3}$% de participação nos lucros, isso resultaria em um acréscimo anual de 600 RM por homem. Se esses 600 RM forem utilizados ano após ano para a participação no patrimônio dos funcionários e acrescidos de apenas 5% de juros (participação), a cota de cada indivíduo já terá crescido para 7.547 RM em 10 anos.

A fábrica terá passado para a propriedade dos funcionários. A exatidão do cálculo resulta da aplicação da fórmula de renda ao nosso caso. Ela é:

$$K = \frac{a\,(q^{n} - 1)}{q - 1}$$

onde *K* significa o capital final, *a* a participação anual nos lucros, *q* fator de capitalização (1,05) e *n* o número de anos.

No nosso caso, o cálculo deve ser:

$$K = \frac{600\,(1{,}05^{10} - 1)}{0{,}05}$$

F. Salários e Preços na América

A América fornece a prova de que salários altos são compatíveis com preços baixos. Sacher, em sua obra "*Mechanik*", reproduz a seguinte visão geral sobre os preços na Alemanha e na América no ano de 1881:

	Preços médios em Pfennigs por quilograma em	
	Alemanha	**América (EUA)**
Farinha de trigo	44	24
Carne bovina (assar)	176	96
Carne bovina (sopa)	112	56
Vitela	112	96
Carne de porco	136	64
Manteiga	176	160
Queijo	192	96
Café	280	200
Açúcar	88	64
Amido	72	64
Carvão	3,4	3,2
Média	**126,5**	**83,9**
Preços	**1**	**0,66**
Poder de Compra	**1**	**1,5**

Os preços dos alimentos mais importantes na América representavam apenas 66% dos preços correspondentes na Alemanha. O poder de compra do dinheiro na América era, portanto, 1,5 vez maior do que na Alemanha.

Sobre os salários, Sacher fornece as seguintes informações para 1881:

	Salário semanal em 1880 (em Marcos)	
	Alemanha	**América (EUA)**
Trab. agrícola (c/ alim. e moradia)	5,92	15,2
Trab. agrícola (s/ alim. e moradia)	11,48	30
Pedreiro	17,2	60
Marceneiros e Carpinteiros	16	42
Padeiro	14	32
Ferreiro	14,2	48
Sapateiro	12,5	56
Alfaiate	14,3	60
Engenheiro ferroviário (trens)	33,4	100
Trabalhador braçal	12	30
Média	**15,1**	**47,32**
Nível Salarial	**1**	**3,13**

Os salários americanos eram, em média, 3,13 vezes mais altos que os alemães. Como o poder de compra do dinheiro na América era, além disso, 1,5 vez maior do que na Alemanha, o salário real médio americano era 1,5 *x* 3,13 = 4,695 vezes maior que o alemão. Na América, por volta de 1880, os trabalhadores recebiam um salário cerca de 4,7 vezes superior ao dos trabalhadores na Alemanha. Segundo o Anuário Estatístico do Reich Alemão, existiam em 1913 e 1924 as seguintes relações salariais.

Trabalhadores qualificados e não qualificados em 23 indústrias ganhavam, em média, em Marcos por semana:

Alemanha		**América**		**América superior à Alemanha (vezes)**	
1913	**1924**	**1913**	**1924**	**1913**	**1924**
28,87	33,15	52,21	109,87	1,81 ×	3,31 ×

Os salários nominais eram, portanto, em 1913 na América apenas 1,81 vez mais altos, mas em 1924 voltaram a ser 3,31 vezes mais altos que na Alemanha. As relações de preços, de acordo com o Anuário Estatístico, resultam da seguinte visão geral. Os preços em Pfennigen por quilograma eram:

	Alemanha		**América**	
	1913	**1924**	**1913**	**1924**
Carne Bovina	170	210	183	264
Carne de Porco	158	260	194	346
Manteiga	275	470	310	442
Açúcar	47	79	51	81
Carvão	3	4	3,5	7,1
Pão	29	35	52	81
Média	**114**	**176**	**132**	**236**
Nível de Preços	**1**	**1**	**1,16**	**1,35**
Poder de Compra	**1**	**1**	**0,86**	**0,75**

O salário real médio americano em 1913 totalizava 1,81 *x* 0,86; isto é, 1,56 vez o alemão. Em 1924, pagava-se na América um salário real que era 3,31 *x* 0,75, ou seja, igual a 2,48 vezes o alemão. A partir do Anuário Estatístico para o ano de 1926, o poder de compra do dinheiro na América resulta em 0,8 vez, e o salário nominal em 3,23 vezes o alemão. Logo, em 1926, o salário real na América era 2,58 vezes mais alto que na Alemanha.

Salário Nominal, Poder de Compra e Salário Real na Alemanha e América:

	Alemanha				América			
	1880	**1913**	**1924**	**1926**	**1880**	**1913**	**1924**	**1926**
Salário Nominal	1	1	1	1	3,15	1,81	3,31	3,23
Poder de Compra	1	1	1	1	1,5	0,86	0,75	0,80
Salário Real	1	1	1	1	4,7	1,56	2,48	2,58

O salário real americano foi mais alto em 1880 em comparação ao nosso; em 1913, atingiu um nível preocupantemente baixo e, desde então, tem subido constantemente, sem no entanto chegar nem perto de atingir novamente a altura de 1881. Também na Alemanha o poder de compra dos salários nem sempre foi o mesmo.

G. Salários Reais na Alemanha em Diferentes Épocas

Em "*Grundrisse der politischen ökonomie*" (I/393) de Conrad, encontra-se a seguinte compilação dos salários pagos na Catedral de Xanten ao longo dos séculos em Denários e em quilogramas de trigo. A quantidade de trigo caracteriza o poder de compra dos salários.

Salários na Catedral de Xanten:

Período	Denários	Trigo (kg)	Período	Denários	Trigo (kg)
1350–99	33	150	1600–49	166	66
1450–99	36	100	1650–99	200	78
1550–99	72	48	1882	820	78

O nível máximo dos salários alemães foi, portanto, por volta de 1350, na época da economia de guildas regulamentada e da colonização do leste; o nível mais baixo foi na época da Reforma. Os salários haviam caído para um terço. Desde então, eles de fato subiram, mas em 1882 alcançaram apenas metade do seu nível de 1350. Nesse nível eles ainda se encontram hoje, pois, embora o salário nominal tenha aumentado, o salário real não subiu. O operário industrial altamente produtivo de 1928 ganha apenas metade do salário de um artesão de 1350.

H. Diferentes Poderes de Compra do Ouro

O poder do ouro de comprar valores mudou drasticamente ao longo do tempo. Em 1880, ele ainda era o dobro do que em 1913; em 1926, era apenas 0,7 vez o valor de 1913. Portanto, ele caiu constante e rapidamente.

Já havíamos demonstrado anteriormente, com os exemplos da Alemanha e da América, que o poder de compra do ouro pode ser diferente em diferentes países ao mesmo tempo. Se convertermos os índices obtidos em calorias e unirmos os resultados com os obtidos por último aqui, chegaremos à seguinte

tabela sobre o poder de compra do pfennig de ouro em diferentes épocas e países, expressos em calorias:

País	1884	1913	1926
Alemanha	62,7	32,2	23,7
Alemanha	94,0	27,7	18,4

A partir dessa disparidade do poder de compra do ouro em diferentes épocas e lugares, pode-se avaliar a tolice que foi querer fixar o preço ou o valor de troca do ouro: o preço de um quilograma de ouro é 2.790 RM. O intercâmbio de capitalista nunca se incomodou com esse "feito glorioso" de seus mais famosos áugures.

Ele também submeteu o ouro às suas leis, como qualquer outra mercadoria, permitindo que seu preço fosse determinado pelas relações de poder econômico em constante mudança.

Ele provou, assim, que é impossível querer regular um preço por si só, mesmo que internacionalmente, sem regular de forma abrangente todas as relações econômicas.

Ao mesmo tempo, porém, ele provou aqui mais uma vez, de forma particularmente drástica, a completa insuficiência teórica e prática de toda a vertente capitalista-liberal. Esta teve de fracassar porque dispunha apenas de uma ferramenta totalmente inútil: a teoria do valor de troca. Esta teoria simplesmente não é capaz de mediar quaisquer conhecimentos reais ou fornecer orientações úteis para a prática; ela só pode confundir.

O que de proveitoso aconteceu sob o seu domínio ocorreu sem ou contra a sua influência, unicamente a partir de uma necessidade corretamente sentida. Em contrapartida, a teoria do valor de uso revela-se uma sonda de excelência.

Ela analisa implacavelmente todas as condições e relações econômicas. É ela que nos revela as verdadeiras leis da obtenção de valor, permitindo-nos vislumbrar a conexão orgânica entre o interesse privado e o interesse comum.

Ao nos ensinar teoricamente as leis da economia, ela cria as condições para uma estruturação econômica consciente e planejada.

Enquanto na teoria econômica se operava apenas com custos e valor de troca, ignorando o valor de uso, a renúncia total a qualquer regulamentação parecia quase a saída mais aceitável.

É verdade que a Idade Média também já havia regulamentado, mas seguindo apenas o sentimento e a mera estimativa. Sua regulamentação econômica diferia da futura regulamentação nacional-socialista assim como a fé difere do saber. Lá, havia de fato um pressentimento do objetivo e uma busca tateante em sua direção, mas faltava o caminho claramente reconhecido e, portanto, trilhado. A teoria do valor de uso não nos lembra apenas o objetivo esquecido — a harmonização do benefício comum e do interesse próprio na comunidade nacional de obtenção de valor — não, ela faz mais! Ela traça ao mesmo tempo, de forma clara e inequívoca, o caminho para o líder ativo em direção a esse objetivo.

Cabe a nós seguir o seu sinal! Iniciar e realizar esta grande obra!

Biografia de Dietrich Klagges

É um traço característico do combatente nacional-socialista que ele nunca nega abertamente os seus erros mais graves, mas sempre os reconhece com total franqueza, mesmo quando estes erros envolvem graves perigos, terror ou até mesmo a morte. O nacional-socialismo nunca exige de seus adeptos que renunciem à sua própria personalidade. Pelo contrário, ele quer que cada um se desenvolva plenamente em sua individualidade. Nos anos de luta, o movimento nacional-socialista foi repetidamente ameaçado pela traição e pela covardia de seus próprios membros. Em muitos casos, estes traidores agiram por motivos pessoais, por medo ou por ambição. Mas o mais perigoso de todos era o tipo de traidor que, por covardia ou por fraqueza de caráter, abandonava o caminho da luta no momento decisivo. Dietrich Klagges pertence a esse tipo de combatente que nunca abandonou o caminho da luta. Mesmo quando o partido nacional-socialista estava em grande perigo, ele permaneceu fiel à sua convicção. Ele nunca se deixou abater pela perseguição, pelas ameaças ou pelas dificuldades. Klagges nasceu em 1º de fevereiro de 1891 em Herringen, no distrito de Soest. Depois de concluir o ensino médio, tornou-se professor. Mais tarde serviu como voluntário no Exército durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1915 foi gravemente ferido na Batalha de Soissons. Depois de se recuperar, continuou lutando na frente ocidental. Já nos primeiros anos após a guerra, Klagges se destacou como um combatente político decidido contra o sistema de

Weimar. Ele foi um dos primeiros membros da “Escola Alemã” (Völkische Schule) e participou ativamente da luta pela renovação nacional e pela libertação do povo alemão. Em 1921, Klagges ingressou no NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães). Devido à sua grande capacidade e dedicação, logo se tornou uma figura importante dentro do movimento. Em 1931 foi nomeado Ministro do Interior e da Educação do Estado Livre de Braunschweig. Foi Klagges quem, em janeiro de 1931, permitiu que o NSDAP realizasse sua primeira grande manifestação em Braunschweig, apesar da proibição das autoridades. Foi também ele quem garantiu que Adolf Hitler recebesse a cidadania alemã em Braunschweig em 1932, tornando possível sua candidatura à Presidência do Reich. Dietrich Klagges foi um dos mais fiéis e dedicados combatentes do nacional-socialismo. Ele sempre esteve ao lado de Adolf Hitler com lealdade inabalável. Sua atuação como Ministro em Braunschweig foi de grande importância para o fortalecimento do movimento na região norte da Alemanha. Com a chegada do nacional-socialismo ao poder em 1933, Klagges continuou exercendo funções importantes no Estado. Ele foi um dos responsáveis pela implementação das reformas nacional-socialistas em seu Estado.

Referência

Sammelbilderalbum Orientalischen Cigaretten Compagnie Yosma GmbH Bremen. Männer im Dritten Reich, pp.122 (1934)

Apêndice A: O Pensamento econômico no Terceiro Reich (Otto Dietrich)

Se alguém deseja falar de economia na Alemanha nacional-socialista, deve começar pela cosmovisão (*Weltanschauung*).

Sabemos que todas as ideias econômicas que moveram a história da humanidade e que significam algo na história possuem uma raiz ideológica da qual cresceram. E assim como um sistema político só pode ser substituído com sucesso por outro se este for sustentado por uma cosmovisão melhor, um sistema econômico também só pode ser substituído com sucesso por outro se este repousar sobre um fundamento ideológico mais correto. Esta é aquela grande verdade que o Führer nos ensinou através do exemplo maravilhoso do povo alemão.

Através de um feito que é único e que permanece em uma altura isolada na história dos povos, o Führer conduziu o povo alemão da mais profunda desunião para a unidade política e coesão ideológica. Ele o fundiu em uma única comunidade, em um único bloco. E, através disso, elevou-o novamente à força nacional. O ganho de força através da concentração, a eliminação de todo desperdício de força internamente para liberar todas as energias da nação para o uso externo; essa é, em última análise, a grande lei fundamental política que o nacional-socialismo fez romper no povo alemão. Esse é o segredo do sucesso da política nacional-socialista e de seus efeitos frutíferos para a nação.

Sabemos que a funesta fragmentação do nosso pensamento político, que o nacional-socialismo eliminou, originou-se na economia. O espírito econômico capitalista inescrupuloso e o ódio marxista cego foram a causa dessa desunião nacional. E é por isso que é de uma importância tão extraordinária que à

cosmovisão unitária conquistada no povo alemão corresponda também uma visão econômica unitária!

Por essa razão, além da unidade do pensamento político, precisamos também da coesão interna do pensamento econômico. Uma coesão que não apenas bloqueie de uma vez por todas as fontes econômicas de desunião política, mas que também abra uma fonte de novo ganho de força para a economia. Também em nosso pensamento econômico, a lei do ganho de força através da concentração deve ser levada a um efeito frutífero.

No Terceiro Reich, a *Deutsche Arbeitsfront* [Frente Trabalhista Alemã], DAF, é a união organizacional de todos os que produzem na economia. A DAF é a ordem externa do trabalho social, que hoje abrange toda a economia nacional. O que seria mais natural do que o desejo e a necessidade de que o conteúdo espiritual, que sustenta e anima esta comunidade de trabalho, seja a unidade de um pensamento econômico que tem suas raízes na cosmovisão nacional-socialista, mas que também encontra a correção de seus princípios econômicos confirmada diariamente na conexão com a vida econômica da nação.

Nós, nacional-socialistas, todos nós que pensamos e sentimos de forma nacional-socialista, sentimos com absoluta certeza que a cosmovisão nacional-socialista coesa também contém em si um edifício de ideias econômicas unitário. Sabemos que todo o nosso agir e empenho, toda a nossa luta pelo 'uns pelos outros' e 'uns com os outros' na vida econômica da nação, pela unidade espiritual dos companheiros de povo (*Volksgenossen*) economicamente ativos, tem a seu favor a lógica interna das coisas. Nós o sabemos; pois, de onde mais todos os homens nas empresas tirariam a coragem e a força para, dia após dia, pregar esta obra única de comunidade econômica e trabalhar incansavelmente nela?

Mas a este conhecimento sobre nós mesmos e sobre a correção do nosso agir, deve somar-se uma formação de conceitos econômicos firmemente fundamentada e inatacável. Deve somar-se a doutrina que sintetiza intelectualmente o nosso patrimônio de ideias econômicas e o apresenta de forma compreensível a todos, de modo que sua lógica derrube da sela, com um grande golpe, a pseudo-sabedoria econômica do liberalismo capitalista e do marxismo de luta de classes!

Não pode ser que uma parte da nação, os líderes de empresa e empresários, marchem na Frente Alemã do Trabalho, mas sorriam de suas concepções econômicas e as considerem alheias à realidade. E não pode ser que a outra parte, os seguidores (*Gefolgsmänner*) nas empresas, internamente ainda não consigam se libertar totalmente da falsa doutrina marxista e permaneçam sem compreensão diante da concepção nacional-socialista da economia, porque esta não lhes é apresentada de forma lógica e popular.

Em outras palavras: a teoria econômica nacional-socialista deve tornar-se um componente fixo da nossa educação popular, com o qual não apenas o erudito ou o líder de empresa se ocupem, mas que também tenha passado para o sangue e a carne do trabalhador.

Ora, teorias na vida econômica são algo complicado; como se sabe, não gozam de prestígio entre os praticantes. E isso muitas vezes com razão. Por isso, não quero aqui enriquecer as teorias econômicas com uma nova. Quero, antes, medir as teorias econômicas do passado pelas experiências da vida prática, para demonstrar sua inutilidade para nós. E quero, por outro lado, a partir do avanço corajoso, enérgico e audaz em novo território econômico que a Alemanha nacional-socialista empreende, mostrar as linhas fundamentais de um novo edifício de pensamento econômico, o qual a era nascente do nacional-socialismo está vocacionada a construir e opor ao liberalismo e ao marxismo.

Há cerca de um ano, dei uma palestra em Colônia sobre os fundamentos filosóficos do nacional-socialismo[27] e lá apresentei a prova científica de que não é o indivíduo, não é o singular, mas a comunidade o ponto de partida necessário do nosso pensamento e a chave para o conhecimento humano.

Lá, delineei o conceito de comunidade como base ideológica do nosso pensamento e o ancorei na teoria do conhecimento. E acrescentei na época que, a partir desse novo fundamento do pensamento, todas as outras áreas de pesquisa científica no espírito nacional-socialista se revelariam e se organizariam de forma significativa.

Gostaria de retomar essa constatação hoje e expor, para a área da economia, que também aqui a ideia de comunidade não é apenas uma exigência moral, mas a base economicamente necessária e cientificamente obrigatória da nossa economia.

O mundo de pensamento econômico do liberalismo foi dominado por mais de um século pela chamada economia política clássica. Ela surgiu na Inglaterra, na época áurea de sua expansão econômica ultramarina, sobre o solo do humanismo da chamada Ilustração, e teve no liberalismo a sua base ideológica correspondente. O fundador desta doutrina econômica da liberdade — que mais tarde adotou o título de 'Economia Política', embora tivesse muito pouco a ver com o povo (*Volk*) de fato — foi o inglês Adam Smith, com seu livro publicado em 1776, *'A Riqueza das Nações*'. Ela foi ampliada por Stuart Mill e outros, mas recebeu sua marca mais decisiva através do judeu David Ricardo. Como a doutrina da economia humana por excelência, ela foi introduzida a partir da Inglaterra na ciência dos estados culturais europeus, especialmente também na Alemanha.

[27] N.T: C.f *Die philosophischen Grundlagen des Nationalsozialismus: Ein Ruf zu den Waffen deutschen Geistes* (1935)

É a doutrina dos valores de troca e preços, dos mercados e conjunturas, dos juros e rendas, da mercadoria 'força de trabalho' e do capital como o poder que tudo move. A doutrina da economia como um mecanismo que determina o curso da história, no qual o ser humano desempenha apenas um papel muito secundário e subordinado. Desde então, essa doutrina econômica foi modificada em muitos campos na Alemanha e desenvolvida conforme o progresso econômico. Muito do que não se ajustava mais às circunstâncias foi descartado e o novo foi adicionado. Mas o núcleo conceitual desta doutrina permaneceu e, até hoje, não foi lançado ao mar nem substituído por um novo pensamento econômico.

Esta chamada economia política clássica parte do indivíduo isolado e de sua razão econômica, que o obrigaria a buscar o maior sucesso possível com o menor emprego de trabalho. É o egoísmo puro e nu que aqui é elevado ao princípio supremo, ao suporte da vida econômica em geral. Esta doutrina diz: o egoísmo econômico do indivíduo é a força motriz mais elevada e importante para o bem-estar humano. Se todos os homens aplicarem e exercerem esse egoísmo apenas da maneira correta, e se ele não for impedido por influências estatais externas à economia, então este mecanismo econômico automático acabará por conduzir os interesses de todos à harmonia suprema. Em uma palavra, o lema supremo da doutrina econômica clássica diz:

Pelo interesse próprio ao benefício comum! [Durch Eigennutz zum Gemeinnuz!]

Se observarmos, em seguida, a Alemanha capitalista pré-nacional-socialista, devemos constatar: esse egoísmo chegou ao seu mais alto desenvolvimento econômico. Ele produziu suas flores mais exuberantes na árvore da prática. Mas o paraíso que, segundo essa doutrina, ele deveria ter trazido, não apareceu. Na prática, esse princípio nos legou a luta de classes, de

cima e de baixo — a luta de todos contra todos! Em vez da harmonia que prometia, gerou um amontoado de escombros econômicos e políticos e arrastou para o abismo, junto com toda a nação, até mesmo seus seguidores mais crentes e convencidos.

Mas não vivemos na Alemanha apenas a falência dessa doutrina econômica capitalista, essa 'economia política para empresários' que o trabalhador nunca entendeu e sempre odiou. Todos fomos também testemunhas do colapso daquela outra doutrina econômica igualmente desastrosa que se apossou do movimento operário quando este começou a se organizar em legítima defesa contra o capitalismo e a burguesia sem compreensão.

O judeu Karl Marx, que, expulso da Alemanha, vivia na Inglaterra e lá estudou a doutrina da economia política clássica, desenvolveu a partir de seus conceitos fundamentais, em seus livros '*Para a Crítica da Economia Política'* e em '*O Capital*', uma contradoutrina econômica para os trabalhadores, o chamado marxismo, cujos efeitos venenosos sobre o operariado na Alemanha ganhariam uma importância tão funesta. Frequentemente se esquece que Marx, em sua doutrina que se autodenomina estritamente científica e com base em seu método dialético, descreve e reconhece o próprio capitalismo, em sua forma mais aguda, como necessário. Como uma etapa histórica de transição para aquele socialismo internacional de luta de classes que ele acenou como uma miragem para o futuro do operariado. Ele teve que reconhecer o capitalismo como historicamente necessário, pois, de que outra forma ele explicaria o fato de ter construído todo o seu sistema econômico sobre os conceitos fundamentais daquela mesma doutrina econômica capitalista que ele fingia querer superar?

Sobre a teoria do valor da doutrina econômica capitalista, sobre a teoria do valor do judeu David Ricardo, o judeu Marx construiu o edifício econômico de seu chamado socialismo científico. Ele alterou um pouco para seus propósitos

essa teoria objetiva do valor — que diz que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho nela empregado —, mas a adotou em sua essência. Esta teoria do valor é um erro científico quase ridículo. Ela se provou completamente infrutífera para a explicação dos processos econômicos; assim como, de modo geral, a ocupação com a teoria do valor, que por tanto tempo foi vista como o problema central da ciência econômica, praticamente comprometeu a economia política cientificamente.

Fiz essas observações porque aqui está um ponto decisivo onde se pode, da maneira mais simples e compreensível, desarticular todo o sistema marxista e levá-lo ao absurdo. Pois essa teoria do valor é a coluna sobre a qual repousa toda a construção do pensamento do marxismo.

A partir dessa teoria do valor, Marx desenvolveu sua famigerada teoria da mais-valia. Ele fez o trabalhador acreditar que era o seu trabalho que determinava o valor de uma mercadoria. Ele disse ao trabalhador que o empresário, ao pagar o salário, retinha uma parte desse valor, a chamada mais-valia. Dessa doutrina da mais-valia, Marx derivou sua teoria da exploração. Ele disse ao trabalhador que essa exploração, segundo as leis da economia capitalista, não poderia cessar até que o próprio sistema da economia privada fosse destruído. E dessa teoria da exploração, por sua vez, ele concluiu a teoria da luta de classes, que destrói o povo. Se reconhecermos essa teoria do valor como um completo absurdo e a retirarmos debaixo da construção marxista, então todo o edifício do marxismo científico, com suas ilusões econômicas, desmorona como um castelo de cartas.

Somente o nacional-socialismo pôs um fim definitivo a esse fantasma que nubla o pensamento econômico:

Todo trabalhador alemão que tenha sequer um traço de sensibilidade para as conexões naturais da vida econômica em que ele próprio se encontra, sabe

que nem o seu trabalho, nem o do empresário ou o capital deste determinam o valor da mercadoria que produzem juntos. Se a mercadoria não puder ser vendida, ela não tem valor econômico algum. Mas se ela pode ser vendida, e se a preços adequados ou não, isso depende de inúmeros fatores e circunstâncias determinados por toda a situação econômica e política da nação. Somente a venda dá valor às mercadorias. Poder de compra e qualidade, progresso técnico e talento de disposição, organização de vendas e tratados comerciais, e muito mais, são tão determinantes para o valor de uma produção quanto o trabalho e o capital. Todos eles têm sua parte no sucesso, e esse sucesso é tanto maior em sua totalidade quanto mais sem atritos for a sua cooperação.

A qualidade de uma nação, a forma em que ela se encontra, é o que, em última análise, decide sobre o valor de seu trabalho e o nível de seus salários.

Não é o caso de que o indivíduo, através de seu trabalho, produza valores econômicos cuja soma constitui a economia nacional. Pelo contrário: valores econômicos são criados apenas através da cooperação na comunidade, e a parcela do indivíduo neles deriva da comunidade na medida de sua prestação de serviço para ela. Em outras palavras: o bem-estar da comunidade é o primeiro, a premissa e a condição necessária para o bem-estar econômico do indivíduo. Este é o único ponto de partida correto para todo o pensamento econômico, pois é o único que concorda com os fatos reais, e que tanto o capitalismo quanto o pensamento marxista negligenciaram. E é por isso que, na prática, eles tiveram que levar à destruição e ao caos.

O nacional-socialismo começou a reconstrução do zero. O lema econômico supremo de seu programa não diz 'pelo interesse próprio ao benefício comum', mas o contrário: 'O bem comum vem antes do interesse próprio' (*Gemeinnutz geht vor Eigennutz*).

O círculo de ação econômica deste princípio não é a chamada 'economia' como algo com leis próprias, situada acima ou ao lado da nação, mas sim a economia nacional como organismo econômico da nação, ao qual todos os seus membros devem servir, assim como ele serve a todos os seus membros. A célula sobre a qual a economia nacional se constrói é a comunidade de empresa, na qual todos, líderes (*Führer*) e seguidores (*Gefolgschaft*), sabem que dependem uns dos outros, e na qual todos compreendem sua atuação e trabalho como serviço à comunidade do povo, que sustenta e mantém a todos.

'O bem comum vem antes do interesse próprio' — esta é a verdadeira palavra de ordem da razão econômica, que não apenas torna a vida econômica na nação frutífera, mas também permite que ela seja bem-sucedida para o indivíduo. Este princípio supremo não é apenas uma atitude moral necessária, mas também atende às exigências internas da economia. Tanto para o empregador quanto para o empregado. É uma plataforma comum na qual ambas as partes encontram seus interesses econômicos mais próprios preservados.

Deve-se acabar fundamentalmente com o erro de que a busca pelo ganho privado não seja economicamente compatível com o respeito ao bem comum que o nacional-socialismo exige, e que, por isso, seria prejudicada em sua atuação natural e bem-sucedida.

Nós, nacional-socialistas, não somos tão insensatos a ponto de impedir a busca saudável pelo sucesso pessoal e, com isso, sufocar o motor mais forte da economia humana. Pelo contrário, assim como o nacional-socialismo se esforça com todas as forças para permitir que a personalidade se desenvolva dentro da comunidade e ganhe valor para a comunidade, ele também exige, no âmbito de sua economia nacional, o desempenho pessoal como sua força mais potente e insubstituível. Sabemos que ele é o suporte mais forte do progresso econômico e a premissa indispensável da nossa cultura. O que seria a vida para todos nós sem

a possibilidade e a perspectiva de aspirar a algo mais alto através do nosso desempenho pessoal e alcançá-lo, mesmo que sejam apenas desejos e sonhos? Sem isso, a vida não valeria a pena ser vivida.

Impomos à busca pelo sucesso pessoal na vida econômica apenas os limites de utilidade comum que são indispensáveis para o todo e que, em última análise, servem novamente aos interesses de cada indivíduo através da comunidade. Ao apoiarmos a solidariedade econômica nacional como base de nossa economia, protegemos cada indivíduo e promovemos seus próprios interesses bem compreendidos — mesmo que ele, em sua miopia econômica, muitas vezes não o reconheça. É possível que, às vezes, isso seja sentido como coação. Mas, então, é a coação para a preservação dos próprios interesses que é imposta aqui. Pois a consideração pelo bem comum não é, para o companheiro de povo no Estado nacional-socialista, nada mais do que a percepção de seu próprio interesse, que está indissoluvelmente ligado ao da comunidade. No entanto, aquele que participa dessas vantagens dentro da comunidade e, como indivíduo, acredita poder se esquivar de suas obrigações às custas dos honestos, não é nada mais do que um fraudador da obra comum e merece o desprezo de todos!

E o que o pensamento comunitário significa para o líder da empresa e empregador, significa também para o seguidor e empregado. Com que frequência se ouve o nacional-socialismo ser expresso economicamente na forma de dizer ao trabalhador apenas que ele é como todos os outros e que cada um está em seu lugar para cumprir seu dever na comunidade do povo.

Esses são discursos que, a longo prazo, não convencem. Isso também deve ser dito. A história do mundo não continua apenas através do dever e do altruísmo! Quem, por exemplo, trabalha dia após dia na mina, na sujeira e no suor diante do carvão, dificilmente pode ser convencido de sua alta missão

econômica nacional apenas com tais argumentos bem-intencionados, mas insuficientes. Na prática, a coisa parece um pouco diferente. Os seres humanos vivem, em última análise, para serem felizes, e não apenas para cumprir seu dever. Pelo menos todos eles imaginam isso de alguma forma. Até o trabalhador mais simples quer progredir na vida. E apenas a esperança neste progresso pessoal para si e para seus filhos, e a crença na possibilidade de alcançá-lo, faz com que muitos realizem seu trabalho árduo com mais facilidade. Ver para eles apenas o cumprimento do dever, sem a satisfação de sua busca pessoal como objetivo de vida, é conversa de moralistas alheios à realidade ou de elementos capitalistas antissociais que especulam sobre a simplicidade de seus semelhantes.

Isso pouco tem a ver com a cosmovisão nacional-socialista.

O nacional-socialismo ensina algo completamente diferente. Ele ensina os companheiros de povo trabalhadores a compreenderem que eles próprios só podem encontrar sua própria felicidade pessoal através — e precisamente apenas — do cumprimento de seu dever para com a comunidade. Esta comunidade na qual trabalham e para a qual trabalham são eles mesmos. A comunidade é a premissa e a condição através da qual a própria felicidade pode se tornar realidade. Quem ajuda os outros na economia, ajuda-os para ajudar a si mesmo. O que importa é reconhecer — e fazer com que outros reconheçam — que se serve melhor aos próprios interesses quando se coloca o bem-estar da comunidade no topo de seus próprios desejos! Esta é a verdadeira lei fundamental da razão econômica, que domina toda economia nacional saudável e determina o seu desenvolvimento.

Este pensamento comunitário do nacional-socialismo não é uma frase teórica, nem um conceito vazio ou um slogan barato; ele deu, pela primeira vez, um conteúdo vivo à palavra Socialismo. Nosso socialismo não é uma utopia

alheia ao mundo, mas uma vida plena de sangue, dada pela natureza. É o socialismo da prontidão para ajudar os mais pobres entre os pobres e o socialismo do desempenho para todos os que produzem. Ele não faz promessas de beatitude, não acena aos trabalhadores com miragens inalcançáveis para, na prática, apenas levá-los ainda mais fundo na miséria. Ele não prega a doutrina infantil, que zomba de toda realidade, da igualdade dos homens e de seu igual direito à distribuição dos bens desta terra; em vez disso, ele devolve a eles a consciência de pertencerem a um grande povo, ao qual estão ligados na prosperidade e na ruína, e no qual cada um pode alcançar exatamente tanto quanto for capaz de aplicar em termos de habilidade e desempenho. O único direito econômico igual que ele concede a todos os companheiros de povo é o direito ao trabalho.

Este socialismo verdadeiro, porque é o único possível, garante que as condições de ascensão para cada companheiro de povo sejam as mesmas, de modo que o caráter, a habilidade e o desempenho sejam a única medida de progresso.

O nacional-socialismo eliminou todos os privilégios de nascimento e de classe, restaurando, em contrapartida, o privilégio da natureza. Ao dar a todos os companheiros de povo — segundo as medidas dadas pela natureza — a mesma chance, ele não tenta — que utopia infantil! — eliminar a desigualdade dos homens, mas sim a desigualdade das condições sob as quais eles trabalham!

Este é um pensamento grande e decisivo. Maior do que pode parecer à primeira vista. Sua realização no Estado nacional-socialista significa, para milhões, a libertação do desespero de sua relação de trabalho até então puramente capitalista. Significa a redenção da desesperança debilitante de uma existência operária que, até então, sentia-se como um objeto de troca impotente de potências capitalistas, sem jamais poder se elevar dessa situação para a luz de

uma colaboração criativa na vida da nação. A esses excluídos e deserdados de um desenvolvimento capitalista funesto, o nacional-socialismo dá a igualdade de direitos econômicos. Ele remove, com ímpeto revolucionário, os obstáculos que o sistema liberal, com todo o seu privilégio da posse e do capital, acumulou como uma muralha intransponível diante deles. Ele dá livre desenvolvimento às forças e habilidades que neles dormitam e permite que participem, com plenos direitos, da competição econômica do desempenho e da competência.

Não se subestime os profundos efeitos psicológicos, a grande força moral e a imensa importância prática dessas possibilidades para a grande massa dos companheiros de povo trabalhadores. Iniciamos no povo alemão uma ordem econômica e social na qual cada companheiro de povo, seja o que for e de onde vier, pode subir aos postos mais altos da economia e do Estado, se tiver apenas a força, a vontade e a habilidade para isso.

Esta é a nossa ideia, e este é o nosso desejo! A vontade do Führer, da qual todos sabemos que é capaz de mover montanhas, e da qual eu sei que ele está pronto, se necessário, a invadir o inferno pelos seus trabalhadores alemães! Se aqui e ali ainda se colocarem obstáculos no caminho, eles serão derrubados para liberar esta marcha do desconhecido trabalhador alemão rumo aos postos mais altos da nação. Talvez a geração mais velha de nossos trabalhadores não possa mais trilhar este caminho de forma tão bem-sucedida. Então, seus filhos o trilharão!

E se alguém disser: o caminho é longo e difícil demais para ser percorrido com sucesso, então aponto aos desanimados o exemplo magnífico que nosso Führer, Adolf Hitler, lhes deu. Um trabalhador desconhecido e sem nome na massa de milhões de seus camaradas, ele abriu caminho para o topo com força de vontade e tenacidade indomáveis, até o cume mais alto do Estado. Sob condições infinitamente mais difíceis do que as que se oferecem hoje ao

trabalhador alemão sob o signo do nacional-socialismo! Ele percorreu este caminho contando apenas consigo mesmo e atingiu seu objetivo contra a resistência de todos!

Hoje ele está, como um filho do povo trabalhador, ao leme da nação, para tornar mais fácil aos seus camaradas aquilo que ele próprio teve que conquistar com tanta dureza. Ele construiu o verdadeiro Estado popular alemão e o preencheu com os princípios econômicos de um socialismo alemão vivo e criativo. E, por isso, pertencem a ele os corações e as mãos de todos os que participam desta obra comunitária.

Com orgulho podemos constatar: na comunidade do povo nacional-socialista, a ânsia socialista secular de todos os que produzem encontrou, pela primeira vez, sua realização prática. E, por sinal, sua única realização possível!

O que se realiza nesta comunidade é o socialismo do desempenho, a harmonia natural — e, portanto, única — dos interesses econômicos que existe. O nacional-socialismo, que deixa espaço livre para a busca do sucesso pessoal de todos dentro do princípio superior da comunidade e o torna utilizável para todos, conseguiu pela primeira vez na história econômica moderna — eu diria — a proeza de unir o bem comum e o interesse próprio em um nível compartilhado.

E se perguntarem: 'como isso foi possível?', responderemos: foi possível porque o povo alemão, a partir das experiências dolorosas de seu destino, trilhou um estágio mais elevado de desenvolvimento nacional do que a história conheceu até agora. O Führer explicou de forma tão convincente em seu discurso em Munique o difícil caminho que o povo alemão teve que percorrer para que, de seus diversos núcleos raciais, de suas tribos e estados, finalmente surgisse — apesar de todas as resistências obstinadas — a formação do povo da

nação alemã. Só assim se pôde atingir o estágio de desenvolvimento atual, no qual os contrastes políticos e econômicos do passado se dissolvem e crescem juntos em uma unidade superior da vida da nação. Nosso socialismo, portanto, não é uma construção intelectual rígida que violenta a natureza, mas sim a forma mais elevada e sensata de organização da vida econômica, da qual a nação pode sempre desenvolver forças para florescer novamente.

Este socialismo não destrói os fundamentos da economia em uma fúria cega de destruição, como o marxismo no paraíso soviético, nem entrega milhões à morte pela fome para depois invocar o 'capitalismo maldito' como salvação. Este nosso socialismo não é o socialismo dos incompetentes, nem o socialismo do subdesempenho que, como no Estado soviético marxista, precisa introduzir forçosamente um sistema bárbaro de coerção — o sistema Stakhanov — para espremer desempenhos do operariado que o sistema, como tal, torna impossíveis por dentro.

Este nosso socialismo não elimina a propriedade — e, com ela, a força motriz de todo progresso —, mas elimina o abuso da propriedade e, assim, abre o progresso para todos. Este socialismo não diz: 'propriedade é roubo contra a comunidade', mas eleva a propriedade honestamente adquirida ao status de desempenho merecido para a comunidade. Este socialismo não diz: 'a propriedade dá privilégios na nação', mas sim: 'a propriedade obriga perante a nação'.

Este verdadeiro socialismo, que abre o mundo do sucesso econômico até ao homem mais simples, não deixa as forças econômicas da nação definharem, mas as faz florescer e abre a perspectiva de multiplicar a força motriz da economia humana. Este é o nosso socialismo! O socialismo que abrange todos os que têm boa vontade, o socialismo que abre o caminho da nação para um grande futuro.

Como vimos, este alinhamento dos interesses econômicos ao bem comum não ocorre por si só. A economia não é um mecanismo que se liga sozinho e no qual cada um pode agir como quiser! Ela é um organismo que é guiado e dirigido por uma central! A economia não é uma 'coisa em si', como pretendem os pensamentos econômicos capitalista e marxista. Ela não é concebível sem a conexão superior com a nação. A economia só é possível como economia nacional, na qual, todavia, as economias nacionais individuais entram em intercâmbio internacional entre si; mas uma 'economia mundial', no sentido da dissolução das fronteiras nacionais de todas as economias, não existe.

O ponto de partida e de chegada é sempre a comunidade nacional. E, por isso, não é apenas correto, mas necessário para a prosperidade da economia, que o Estado nacional-socialista, como representante da comunidade do povo, assuma a liderança e o direito supremo de supervisão em todas as áreas econômicas, garantindo a harmonia dos interesses sob a ideia superior do trabalho para todo o povo.

Ele supervisiona, em estreita colaboração com a Frente Alemã do Trabalho, o cumprimento dos princípios nacional-socialistas na vida econômica. Ele apoia e promove tudo o que há de bom na economia privada e elimina tudo o que é doentio e ruim. E, a partir de sua visão de conjunto, ele estabelece as diretrizes para as necessidades econômicas do momento.

Isso pode nem sempre ser compreensível para o companheiro de povo individual — seja líder de empresa ou seguidor — quando ele precisa, no momento, levar em conta as necessidades do todo. Mas a consciência de que este Estado popular nacional-socialista é o seu Estado, no qual ele pode ter confiança como guardião de seus interesses mais próprios, fará com que o sacrifício temporário pareça pequeno diante do benefício decisivo que dele resulta para todos e, portanto, para ele mesmo.

Eu já disse que a economia não é uma coisa em si. Que as concepções da economia como um mecanismo econômico que, em todo lugar e de forma imutável, funciona segundo suas próprias leis, são um erro fundamental e fatal.

As doutrinas econômicas do capitalismo e do marxismo a conceberam como uma realidade puramente material, atuando de forma objetiva. Elas se ocuparam das relações e das coisas, das mercadorias e dos produtos, menos dos homens que os produzem. Procuraram descobrir as leis eternas dessa chamada economia ou investigar as chamadas "condições econômicas" que supostamente determinariam e dirigiriam toda a existência humana.

Nessa concepção materialista da economia, o espírito humano, a ideia, o idealismo como fator criador e formador da vida econômica não tinham espaço, ou apenas um espaço reduzido. Não quiseram reconhecer que é o espírito humano criador que, em todos os tempos, determinou e moldou a atividade econômica, desde seu estágio mais primitivo até sua forma mais avançada.

E, no entanto, é assim!

A economia não é essa construção sem alma, abandonada a si mesma, no mundo do egoísmo e do materialismo. O homem que atua economicamente não é esse *homo oeconomicus* de quem se disse que, em vez de coração, tem um livro-caixa no peito.

A natureza não colocou o homem no mundo como um indivíduo isolado ou como um Robinson moderno. Ele existe como membro de uma comunidade de sangue e de raça, que o gerou e o elevou ao que ele é, e para a qual ele deve agir e trabalhar, assim como ela o faz por ele.

O reino da economia não é um mundo à parte, que, uma vez criado, vive segundo suas próprias leis, independentemente da alma e da vontade dos

homens a quem deve servir. A economia, como já disse, é sempre economia do povo.

O povo, porém, não é servo de sua economia, mas seu senhor! Ele molda sua economia de acordo com suas forças e capacidades, de acordo com suas necessidades específicas e exigências nacionais.

Assim como não existe uma economia como uma estrutura natural eternamente imutável, também não existem leis eternas da vida econômica pelas quais se possa determinar, de uma vez por todas, o seu curso. Isso foi acreditado por tempo demais pela ciência econômica do capitalismo e pela doutrina marxista. E por isso a realidade tantas vezes as desmentiu!

Pode-se, dentro de um sistema econômico determinado e válido por um certo tempo, chegar ao conhecimento de relações típicas e de certas tendências regulares, mas nunca a leis naturais eternas da economia. Isso não existe e é um absurdo científico.

Já no início apontei o absurdo das chamadas leis de valor econômico e suas consequências, e gostaria de sublinhar esse ponto aqui de forma fundamental, pois ele será importante no desenvolvimento de nossas ideias. O próprio Führer o expressou de maneira clara e inequívoca. Ele diz:

> Não existe doutrina. Ao longo dos milênios, a forma econômica se transformou continuamente. Mas faz parte da natureza humana que, em determinada época, as pessoas tendam com facilidade a considerar a forma econômica vigente como a única possível e suportável; em outras palavras, que a humanidade se submeta a uma doutrina que é tão prejudicial quanto poderia ser a adesão à doutrina oposta. Nós temos apenas uma doutrina: a de que não há doutrina na economia!

Foi isso que o Führer disse, e com isso disse o essencial.

A economia dos povos civilizados foi sempre, em cada fase de sua existência e em cada estágio de seu desenvolvimento, o produto de seu espírito criador. Se sua organização foi desviada para caminhos antissociais, supranacionais e destrutivos para o povo, isso se deveu à culpa de líderes incapazes ou de camadas dirigentes.

A economia não é um mecanismo morto e imutável, mas possui uma história viva, cujo portador é o espírito humano e o trabalho humano. A economia doméstica patriarcal, a economia artesanal da Idade Média, a economia baseada na divisão do trabalho e na liberdade de comércio, a era das máquinas e da industrialização moderna — todas se sucederam porque o espírito humano e a organização do trabalho abriram caminho para novos desenvolvimentos.

A técnica e a organização genial sempre foram os pioneiros da economia! Assim como, na história, o comércio frequentemente seguiu a espada de conquistadores ousados, também todos os grandes períodos de expansão econômica foram iniciados pelo espírito empreendedor de homens audaciosos, muito à frente de seu tempo.

Considere o que um Friedrich Krupp significou para o desenvolvimento econômico desta cidade e o que ele deu a ela e à nação alemã. E, por mais longe que retrocedamos na história: ao gênio inventivo germânico, que arrancou da natureza seus segredos e iluminou a economia com a tocha de seu espírito, e ao espírito aventureiro dos navegadores nórdicos, devem as raças brancas sua posição dominante na economia mundial por séculos.

Sempre foram ideias geniais e ação visionária que construíram a base para novos estágios de desenvolvimento da economia humana, sobre os quais ela pôde se firmar e florescer novamente. O progresso econômico significa progresso na cultura social da vida. E também aqui foram sempre as nações

cujos homens avançaram por novos caminhos que puderam proporcionar aos seus compatriotas os benefícios desse desenvolvimento, um padrão de vida elevado e uma civilização e cultura superiores. Se eu resumir essas ideias, elas conduzem a um princípio fundamental de toda economia nacional:

O nível de salários e de vida de uma nação nada mais é do que o produto de seu próprio espírito e da qualidade de seus homens produtivos!

Assim é, sem dúvida, no conjunto e a longo prazo. Mas também a economia tem seus ciclos de maré alta e baixa. Isso foi experimentado especialmente por aqueles povos que fertilizaram a economia de outros países — e, à frente deles, a nação alemã. O que deram ao mundo por meio do desenvolvimento genial da técnica muitas vezes voltou contra eles após décadas de expansão econômica, quando outros povos passaram a adotar esses avanços e a produzir por conta própria. Períodos de florescimento das exportações foram substituídos por depressões econômicas, causadas por mudanças na estrutura da economia mundial. Todos sabemos como essas transformações foram utilizadas como instrumentos de restrição comercial e até como arma política contra nós. Essa perigosa dependência da economia mundial é eliminada pela Alemanha nacional-socialista ao abandonar a estrutura capitalista-liberal e substituí-la por um novo sistema econômico, nascido de seu próprio espírito organizador e adaptado à sua vida. O espírito de comunidade que o sustenta procurei explicar não apenas do ponto de vista ideológico, mas também em sua necessidade econômica interna.

Do ponto de vista externo, trata-se da liberdade alimentar e da independência econômica da nação que buscamos alcançar por meio da reorganização fundamental de nossa economia nacional — e que alcançaremos. Ninguém espera que uma mudança tão profunda, com maior foco no mercado interno, possa ser realizada de um dia para o outro. Desde a invenção de

substitutos necessários até sua produção em larga escala, é preciso tempo. Mas alcançaremos esse objetivo.

Isso não significa, de forma alguma, romper com o comércio mundial e a troca internacional de bens! Isso deve ser dito com toda clareza. Na medida em que pudermos exportar produtos de alta qualidade, também importaremos produtos de outros povos. Queremos apenas proteger nosso povo das oscilações político-econômicas que, em caso de crise, não poderíamos controlar — uma responsabilidade que uma liderança consciente não pode assumir diante da nação. Mas essa autossuficiência organizada jamais fará com que a nação alemã renuncie à sua orgulhosa tradição técnico-criativa e à sua grande missão cultural entre os povos. A Alemanha nacional-socialista não pretende se render à concorrência industrial mundial quando ela ameaça o alto padrão de vida de seus trabalhadores. Não lamentará resignadamente oportunidades de exportação perdidas quando estas forem superadas pelo desenvolvimento econômico internacional. Onde tiver perdido sua vantagem, ela a fará ressurgir de forma ainda mais brilhante por meio de novas criações de seu espírito.

Essas novas criações de seu espírito inventor, a Alemanha nacional-socialista já começou a desenvolver de forma esplêndida na técnica, no campo da química e da física. Não no sentido capitalista, mas no sentido mais elevado da economia nacional.

Quem até agora tinha caído no erro ridículo de acreditar que a técnica moderna e o progresso econômico daí resultante estariam inseparavelmente ligados ao capitalismo, será corrigido pelos fatos. O nacional-socialismo fecunda a técnica em uma medida até então dificilmente imaginável. Pois ele sabe que é justamente a ampla massa dos companheiros nacionais trabalhadores que têm sua situação econômica dependente da posição da nação no campo internacional de forças.

Ele sabe o quanto é impossível que um povo forte e saudável, que está em desenvolvimento, permaneça tecnicamente em um nível atrasado que faça seus homens produtivos se tornarem escravos de outras nações mais avançadas. E por isso ele transforma em dever nacional das camadas espiritualmente dirigentes lutar incessantemente, na competição entre os povos, pelo progresso técnico em benefício da ampla massa de seus compatriotas.

O que há de reconfortante na técnica criadora é, para o nacional-socialista, a glória da realização social. Pois a felicidade que o inventor traz aos homens é a libertação da preocupação e da miséria para milhões, que, no mecanismo da economia nacional, cada um em seu lugar, ganham seu sustento em trabalho duro e consciente da comunidade.

Facilitar a todos eles o seu destino e permitir que participem também das comodidades da vida — essa é a grande e sublime tarefa do progresso técnico e econômico, pela qual o nacional-socialismo se empenha com tanta paixão. Ele não permite que a técnica se transforme em servidão e em maldição para o povo trabalhador, mas devolve a ele, por meio de suas magníficas instituições de recreação da comunidade NS “Kraft durch Freude” (Força pela Alegria), a natureza e a alegria pelas belezas da pátria. Assim compreendida e tornada útil ao povo, a técnica serve, em uma síntese criadora suprema, novamente à natureza, contra a qual havia partido para dominá-la, ao mesmo tempo em que revela novamente sua beleza e força inesgotáveis em um nível social mais elevado aos companheiros trabalhadores do povo. Vemos, portanto, que o horizonte econômico nacional-socialista não fica de forma alguma aquém dos ideais de progresso da economia capitalista, mas os inclui e os ultrapassa.

Há pouco tempo, em outro lugar, afirmei que, com a ideia nacional-socialista, entrou na história mundial um dos maiores princípios criadores do espírito. E expressei a convicção inabalável que nos anima a todos,

de que essa ideia desempenhará na história da humanidade um papel benéfico como uma nova força espiritual. Hoje quero dizer aquilo que talvez ainda não tenha chegado à consciência de muitos: que o nacional-socialismo também ultrapassou o limiar de uma nova era no campo da economia. Uma virada do destino não apenas na política, mas também na economia! O que hoje vivenciamos na Alemanha em termos de acontecimentos econômicos — muitas vezes ainda sem poder compreendê-los — tudo o que há de novo e ousado, tudo o que é incomum ao pensamento, o que não era previsível e, no entanto, se impõe com força de fato, tudo isso é o passo para um novo nível da economia humana, que a Alemanha nacional-socialista realizou ou está prestes a realizar. Nós mesmos talvez estejamos demasiado no meio desse movimento para já vê-lo com a clareza com que um dia a história o verá. Mas que é assim, parece-me indubitável.

O sistema econômico capitalista foi substituído pelo nacional-socialista, que é sustentado por uma atitude espiritual completamente diferente e obedece a outras leis internas do que aquelas que regem a economia capitalista. E aqui, neste ponto, dissolvem-se também todas as contradições aparentes do pensamento, explicam-se as visões divergentes sobre o valor e o significado dos acontecimentos econômicos práticos de nossos dias. Quem tenta interpretar o novo com concepções econômicas doutrinárias de uma época já passada, quem aplica as medidas do pensamento econômico capitalista ultrapassado à reconstrução econômica nacional-socialista da Alemanha, faz um cálculo errado e permanecerá sem compreensão diante da nova era até que ela o tenha ultrapassado. Podemos, por exemplo, imaginar que um honesto mestre artesão do século XVIII pudesse compreender, através dos óculos de suas respeitáveis leis de corporação, as relações econômicas e necessidades da era industrial nascente? Hoje é diferente quando se quer julgar as necessidades do presente nacional-socialista com conceitos econômicos capitalistas

ultrapassados? Estamos no meio de uma tarefa de organização econômica de proporções gigantescas. O povo alemão, politicamente unido e concentrado sob uma nova grande ideia, para iniciar a marcha rumo a um novo futuro, está erguendo sobre as ruínas de um tempo passado um novo fundamento econômico, que em sua dimensão e estrutura corresponde à grandeza dessa nova época econômica que se aproxima, e na qual está prestes a crescer com suas novas forças desenvolvidas. É a tarefa econômica que o destino nos apresentou e que considerou digno de ser resolvida para o bem da nação. Devemos tremer diante da grandeza dessa tarefa? Devemos hesitar em colocar o pé neste novo território econômico, sem poder calcular previamente o sucesso financeiro em termos numéricos? Devemos aplicar o cálculo da rentabilidade capitalista de curto prazo a investimentos econômicos nacionais necessários de longo alcance, que criam trabalho e sustento para milhões de forças de trabalho ociosas?

Se pensarmos economicamente em termos nacionais, se pensarmos economicamente de forma ampla e de longo alcance, não podemos fazê-lo! Não podemos, em uma fase de construção tão fundamental como aquela em que nos encontramos agora. Pois mesmo onde a “rentabilidade capitalista” e a remuneração não podem ser previamente calculadas em números, a confiança nas forças produtivas, na qualidade e na capacidade de desempenho de um povo pode justificar investimentos de capital, e até torná-los economicamente necessários, quando servem à construção de uma estrutura econômica na qual uma nação em ascensão está crescendo.

Em tal período nos encontramos hoje. Era uma das características do sistema econômico capitalista que ele deixava tais desenvolvimentos ao acaso, ao instinto do capital, ao jogo livre, mas lento, das forças. Hoje, a tarefa é grande e vasta demais, as condições tornaram-se rápidas demais. O nacional-socialismo nos ensina a conduzir tais desenvolvimentos de forma

planejada, a apoiá-los vigorosamente pelo Estado e a levá-los, por meio de organização e seleção de forças, a uma eficácia multiplicada e sem precedentes.

Mas de onde vem o dinheiro para todas essas instalações e empreendimentos?, perguntar-se-á — e essa pergunta não é rara hoje. Formação de capital e volume de encomendas devem estar em harmonia, diz a doutrina econômica capitalista, ou, em termos simples, não se pode gastar mais do que se ganha, nem investir mais do que se produz e se economiza; caso contrário, as gerações futuras terão de economizar e recuperar para nós. Nesse ponto, porém, o pensamento econômico nacional-socialista concorda com a visão econômica anterior. No longo prazo e ao longo de um ciclo econômico completo, é assim. Mas devo lembrar que sempre foi também um princípio do pensamento econômico privado que, no início de cada ciclo econômico, um adiantamento creditício sobre o futuro não só é permitido, como até necessário. Mas o que ocorre entre nós é algo diferente de um adiantamento igualmente legítimo sobre uma expansão econômica e conjuntural que o aumento de nossa força econômica e nossa crescente posição internacional inevitavelmente trarão consigo?

Enquanto gastamos recursos para tornar forças de trabalho antes ociosas produtivas para a nação, enquanto gastamos dinheiro para transformar pessoas de consumidores em produtores, enquanto gastamos dinheiro para a necessária segurança político-militar do espaço econômico em que vivemos e do qual vivemos, enquanto gastamos dinheiro para cultivar terras improdutivas e torná-las férteis — enquanto isso acontece, o financiamento dessas coisas representa a necessidade econômica mais autêntica que se pode imaginar!

Contudo, o período de conjuntura no qual esses investimentos financeiros produtivos se realizam economicamente e retornam com lucro não é tão curto quanto o ciclo habitual das conjunturas econômicas normais. Mas tempos

extraordinários exigem meios extraordinários. E ninguém negará que estamos vivendo uma nova época extraordinária.

O sistema econômico nacional-socialista não começou com discussões teóricas, mas com trabalho prático. Ele transformou o necessário em ação. O fator seguro em seu cálculo econômico e de rentabilidade é a confiança nas forças produtivas da nação ressurgida. O aumento dessas forças é extraordinariamente grande, e essas forças são guiadas por uma vontade forte. Quem nelas se apoia, permanece firme e seguro.

O que hoje é investido produzirá no futuro frutos mil vezes maiores. As grandes estradas e áreas agrícolas, as construções e instalações que hoje estão sendo criadas serão ainda em séculos testemunhas de um pensamento econômico ousado e bem-sucedido. Se pudessem falar, elas testificariam diante de nossos descendentes quanto mais teriam se pago do que pequenos espíritos alguma vez quiseram admitir.

A lição que, porém, emerge dessa ação para nosso povo tornar-se-á um dia — disso estou convencido — a teoria clássica do pensamento econômico nacional-socialista. Então, nas escolas e universidades, ensinar-se-á algo como: “Ao princípio econômico capitalista ‘o capital deve gerar capital’, o sistema econômico nacional-socialista contrapôs então a verdade: ‘o trabalho cria trabalho!”. O próprio capital não é nada além do resultado do trabalho poupado, não consumido. O próprio capital é um produto do trabalho. Ele foi criado pelo trabalho e, portanto, sua finalidade é servir novamente ao trabalho. Um sistema, porém, que provoca o abuso do capital — sim, que o tem como pressuposto interno — chamamos de capitalismo.

O nacional-socialismo, por sua vez, fez valer o princípio fundamental de que a economia não é um problema de capital, mas um problema de organização. Por meio do impulso concentrado dos investimentos

economicamente necessários, que ao mesmo tempo servem à criação de trabalho para milhões de compatriotas, a economia antes paralisada foi despertada para uma nova vida. Do capital surgiram salários e materiais de construção; dos salários e rendimentos surgiram novamente poder de compra e demanda por mercadorias. Da demanda por mercadorias e materiais de construção surgiu novo trabalho, nova demanda, nova renda, novo capital e novas empresas. Do trabalho surgiu mais trabalho, e de um campo mais produtivo surgiu maior pão. O dinheiro deixou de ser um fim em si mesmo e tornou-se um meio; e o capital, que então era aplicado, não servia a si mesmo, mas à vida da nação e ao seu desenvolvimento — ao qual servir é sua verdadeira finalidade.

Em uma palavra: naquele momento, o princípio econômico nacional-socialista da "produtividade econômica do povo" substituiu o dogma liberal da "rentabilidade do capital" e estabeleceu na prática o crescimento econômico da nação. Ele abriu o caminho para uma nova era de ascensão econômica e social, para uma nova floração e desenvolvimento da cultura ocidental! O que mais tarde será ensinado nas escolas sobre o tempo presente, compreendê-lo já agora e agir de acordo com ele, com discernimento e visão econômica de longo alcance — disso se trata!

Mas isso exige um pensamento verdadeiramente econômico do povo e não apenas um pensamento privado-capitalista insuficiente. Com a segurança de seu saber intuitivo, o Führer também aqui nos precedeu. Convidar a economia privada a seguir sua iniciativa não significa, em última análise, outra coisa senão orientar o instinto do capital para o rumo econômico correto. Agir assim significa pensar economicamente e ao mesmo tempo com consciência comunitária, no mais elevado sentido nacional-socialista.

Ao grande entendimento que o trabalhador e o empregado demonstram hoje pela obra comum de construção, deve corresponder a criação produtiva de trabalho por parte do empresário. ao princípio nacional-socialista de que a propriedade não concede privilégios, mas impõe obrigações para com a comunidade.

Que, na situação atual, essa criação de trabalho deva produzir efeitos econômicos produtivos, acredito tê-lo demonstrado em minhas exposições. O que aqui se inicia para a comunidade trará, para todos — trabalhadores e empresários —, benefícios amplos provenientes da própria comunidade. Isso é verdadeiro socialismo. Socialismo da realização e socialismo da ação.

Mostramo-nos dignos de nosso grande tempo e de suas exigências!

Lembremo-nos de que não se luta apenas para viver, mas de que somos obrigados a ser lutadores para nos tornarmos interiormente livres e fortes, capazes de realização criadora para a vida de nosso povo!

Não calculemos onde devemos crer!

Não pesemos onde devemos ousar!

Atuemos na confiança fiel na força do nosso povo e no espírito imortal da nação alemã!

Referência

Das Wirtschaftsdenken im Dritten Reich. Zentralverlag der NSDAP, 1936.

Apêndice B: A política de preços do nacional-socialismo. Palestra de 13 de novembro de 1936 (Josef Wagner)

Palestra em uma assembleia pública da Associação do Reich dos Auditores Econômicos Alemães em Weimar, em 13 de novembro de 1936

Atendendo ao seu gentil convite, aproveito com prazer esta oportunidade para fazer algumas exposições sobre o campo que me foi confiado como tarefa especial no âmbito do Plano Quadrienal, por proposta do Ministro-Presidente prussiano e encarregado da execução do plano, Generaloberst Göring, tendo sido essa função a mim atribuída pelo Führer.

Naturalmente, não se pode tratar aqui de abordar todas as particularidades do campo de trabalho, tanto mais que a área de atuação atribuída ao meu cargo vai muito além do que geralmente se supõe.

Nenhuma limitação da atividade à fiscalização de preços
Nenhum formalismo jurídico exagerado

Será necessário, antes de mais nada, eliminar certas concepções que são correntes e que dificultam a tarefa, em sua maioria por se aterem apenas ao aspecto formal. Assim, é absolutamente incorreto acreditar que a atividade do Comissário do Reich para a formação de preços seja decisiva ou mesmo exclusivamente apenas de caráter fiscalizador. Igualmente equivocada é a opinião de que se trata apenas de intervir no preço como resultado final de uma cadeia de processos, tratando a questão de maneira apropriada. Isso, na melhor das hipóteses, atingiria apenas o topo de uma pirâmide e dedicaria atenção somente a essa manifestação externa. Retomarei esses pontos mais adiante.

Além disso, não abordo a área de responsabilidade com visões que queiram impor uma forma rígida à vida econômica ou que até mesmo se oponham às condições naturais da vida e desconsiderem as características humanas, instintos

e direções da vontade. Talvez um ou outro, ao nomear minha pessoa como Comissário do Reich, tenha pensado em um certo esquema, concebido e apresentado teoricamente, e esperado — dependendo da mentalidade — com horror ou alegria, uma enorme soma de decretos e portarias que tivessem o propósito inerente de alinhar experimentalmente o curso da vida econômica, da mesma forma que se alinha a companhia de um regimento no campo de treinamento.

Tudo isso eu gostaria de eliminar desde o início, a fim de criar uma base o mais desimpedida possível, a partir da qual o tratamento da área de tarefas seja visto e, consequentemente, realizado ao longo do tempo. Sei muito bem que meu trabalho será tanto mais frutífero quanto maior for a compreensão das visões, pensamentos e intenções que me guiarão no futuro em minhas propostas e decisões. Mas uma coisa é clara para mim: em qualquer caso, penetrarei na problemática da tarefa tão profundamente quanto for imaginável e, por mais difíceis que certas soluções individuais possam se apresentar, darei conta do assunto. Ao fazê-lo, não penso nem por um momento em um estupro sem sentido da economia, que, em última análise, só poderia ter sua razão mais profunda no desconhecimento daquelas forças e interações que devem encontrar consideração decisiva no curso dos acontecimentos econômicos.

A concepção nacional-socialista da vida econômica baseia-se nos mesmos princípios sobre os quais repousa a formação da obra nacional (*völkisch*) e estatal. A razão próxima da vida determina a avaliação dos processos, efeitos e conexões; iniciativa real, o verdadeiro espírito comercial e o esforço saudável são os fatores que devem encontrar reconhecimento em todas as circunstâncias e, onde a eficácia lhes for negada pelo desfavor das circunstâncias, devem ser levados ao sucesso

Retificação da Tese: "Oferta e Demanda determinam o Preço"

O trabalho bem-sucedido e a compreensão correspondente só podem ser assegurados se houver clareza de ambos os lados sobre as linhas de pensamento que fundamentam todas as intenções e medidas. Geralmente, ainda hoje, nos círculos mais amplos da economia, aplica-se a tese de que a oferta e a demanda determinam o curso econômico e o preço. Gostaria de salientar expressamente que se trata aqui de uma tese que está claramente na base do pensamento de livre comércio e do pensamento econômico liberal.

Não se pode duvidar de que o preço é uma ocorrência central na vida econômica. Nele refletem-se todos os fatores — inclusive as imponderabilidades não materiais — que conferem à economia seu verdadeiro caráter: quantidade e necessidade da mercadoria, salários, encargos gerais, margens comerciais, encargos sociais e até as decisões humanas e desejos, chegando ao egoísmo mais crasso.

O tom fundamental dessa frase reside no seguinte: o fornecedor da mercadoria sente-se no direito de explorar em proveito próprio qualquer situação, na medida em que seja capaz de a orientar. Ao observarmos essa força real, reconhecemos que a suposta "autonomia" (*Eigengesetzlichkeit*) da economia nada mais é do que o esforço humano para explorar situações por razões egoístas e de lucro.

Na verdade, não se trata de maneira nenhuma de uma autonomia natural; pois, para isso, o processo deveria ocorrer pela matéria em si, mesmo que a ganância humana não pudesse influenciar. A realidade é que é o ser humano quem determina tais processos e lhes confere seu caráter.

Antes de tirar uma conclusão, convém analisar essa visão no contexto global. A frase "Oferta e demanda determinam o preço" ocorre na economia

mundial em quase toda a sua extensão porque a economia mundial nada mais é do que a inter-relação de várias economias nacionais entre si.

Cada economia nacional confronta-se com outra como Estado e Povo em forma política. Naturalmente, um povo tenta obter o maior benefício possível em negociações com outros. Nesses casos, a posse de uma mercadoria de um lado e a necessidade urgente do outro são exploradas até os limites do alcançável.

Este processo é realizável em nível internacional porque quem deseja a mercadoria não tem meios de forçar o fornecedor a uma atitude diferente por razões de "obrigação geral". Falta um princípio vinculativo comum, pois tratam-se de duas entidades independentes que não dependem necessariamente uma da outra. Mesmo assim, a tese não se aplica de forma absoluta, pois existem sempre circunstâncias acompanhantes que impõem certas restrições. Essa percepção revela o lado perigoso nela contido para aquele que não vê os processos econômicos isolados do processo vital geral de seu povo e Estado. A dependência de mercadorias de uma economia nacional em relação a outras economias leva, rápido demais, à dependência política.

Ao mesmo tempo, a própria economia nacional torna-se facilmente sujeita às intervenções perturbadoras de economias estrangeiras, caso a estas seja permitido — através da negação da entrega de mercadorias — obstruir, desordenar ou até mesmo perturbar seriamente o curso econômico da nação necessitada. A economia revela-se aqui como uma arma política com a qual se pode forçar os povos a uma certa dependência, caso eles se entreguem impensadamente a princípios que se desenvolvem a partir do reconhecimento da tese, repetidamente defendida, da oferta e da demanda.

Uma liderança estatal clarividente e uma economia popular (*völkische Wirtschaft*) tiram a tempo as conclusões necessárias para se esquivarem daquela

coerção que poderia ser capaz de impedir um desenvolvimento necessário para o benefício de todo o povo.

Totalmente diferentes são as bases que se aplicam à própria economia nacional. Aqui, o indivíduo confronta-se com a totalidade do seu próprio povo. Ele pertence a este povo exatamente como pertencem aqueles com quem ele lida e a quem faz exigências. Sua própria existência constrói-se sobre as bases que são sustentadas pela coletividade do povo e que são ligadas, ancoradas e organizadas pelo Estado.

Não se pode falar, sem mais nem menos, de um reconhecimento ilimitado das suas exigências individuais, que lhe pareçam pessoalmente possíveis. Isso significaria colocar o direito individual acima do direito da coletividade; com isso, a vida do indivíduo seria sobreposta à vida de todo o povo. Nenhum homem sensato concordaria com tal formulação. O indivíduo reivindica todas as instituições e toda a proteção de todo o povo e do Estado; ele não pode, portanto, exigir para si direitos em certas áreas que representem uma inversão da situação real. Também a economia, em todos os seus processos, está aqui vinculada ao povo e às suas instituições. Beira o grotesco quando alguém proclama o direito de explorar sem limites qualquer situação econômica dentro da própria nação em benefício próprio, sob o pretexto de que isso corresponderia a uma suposta lei autônoma e imutável da economia. Não se nega que a tentação de obter vantagens financeiras em situações de escassez seja grande, pois muitas considerações — que nem sempre precisam ser chamadas de puramente egoístas — parecem justificá-lo. Na verdade, porém, não se trata de supostas leis econômicas autônomas, mas sim de um teste pelo qual o ser humano deve passar: o teste entre o egoísmo e a obrigação moral à qual ele está sujeito como agente no processo econômico.

Portanto, dentro da própria economia nacional, a frase 'a oferta e a demanda determinam o preço' não pode de modo algum ter plena validade. A tese correta, pelo contrário, é:

> *Todos os processos na economia nacional — independentemente da abundância de mercadorias ou da necessidade — devem servir a uma ordem econômica geral que seja a base da possibilidade de vida e da segurança de todo o povo.*

O nível geral dos preços deve ser mantido de tal forma que permita a todos, mas preferencialmente às camadas socialmente mais fracas, manter um padrão de vida que lhes garanta a resistência física e mental para cada luta pela existência da nação.

Certamente surgirão objeções baseadas nos acontecimentos do dia a dia, mas estas são, em sua maioria, de natureza egoísta e não técnica. Gostaria de abordar um pensamento que é frequentemente usado como argumento: afirma-se que o desempenho total seria seriamente reduzido se a chance de lucro não fosse assegurada como o equivalente ao desempenho em sua maior amplitude. A própria fundamentação dessa objeção fala por si só.

Eu pergunto: em que consiste, afinal, o desempenho mais elevado? Ele é determinado única e exclusivamente pela capacidade de cobrar o máximo de dinheiro possível por produtos que estão escassos e que são necessários à coletividade? Não. Se uma mercadoria pode ser vendida pelos preços vigentes anteriormente, estabelecidos em condições normais, sem prejuízo para a segurança e continuidade da empresa, então não se pode sequer falar em 'desempenho'. Trata-se, única e exclusivamente, de uma exploração implacável de uma situação de escassez para satisfazer a ganância e a avareza.

Exige-se, no mesmo fôlego, a proteção total do Estado, enquanto se peca contra o Estado e o Povo. Pode-se objetar que a mercadoria escassa será mais

difícil de repor no futuro, ou que um preço mais alto 'controla' o consumo. No entanto, devo constatar que tais objeções também nascem de razões puramente egoístas. Tal visão deve ser rejeitada com determinação, especialmente quando se trata de bens que servem às necessidades diárias de todo o povo. Só se poderia aceitar o ponto de vista daqueles que fazem tais objeções se declarássemos a economia como soberana perante o povo e o Estado, conferindo-lhe uma primazia que a colocasse acima da nação.

É simplesmente impossível para o Estado, que se baseia nos princípios da comunidade popular (*völkische Gemeinschaft*) e declara o interesse vital da coletividade como um direito superior, dar rédea solta aos egoísmos econômicos a ponto de eles colocarem em risco a própria existência da nação. O Estado deve, quando a situação exigir, intervir de forma organizadora e determinante para garantir uma ordem geral da vida pública que lhe assegure a máxima expansão de força em todas as áreas.

O verdadeiro desempenho na vida econômica não pode limitar-se quase exclusivamente ao aspecto comercial-financeiro. O verdadeiro desempenho consiste, afinal, em antecipar-se com a maior previdência possível a todos os desenvolvimentos que possam criar situações de escassez ou, então, enfrentar tais situações de forma tão disciplinada e decidida que elas não se tornem causa de inquietação devido a aumentos de preços injustificados. Além disso, trata-se de alcançar um certo controle no consumo de mercadorias escassas, seja direcionando-o para outras alternativas, seja criando novas possibilidades capazes de sanar a falta.

Sempre se revela a necessidade imperiosa de uma influência mais ou menos forte por parte dos órgãos responsáveis do Estado, que, dependendo da situação, intervêm de forma mais ou menos ativa na direção e na moldagem do curso econômico. O grau de intervenção pode ser determinado decisivamente

pelos próprios círculos da economia. Quanto mais disciplinada for a economia em sua totalidade e quanto mais levar em conta as exigências da liderança do Estado, tanto mais ela própria poderá determinar o curso dos acontecimentos econômicos. Sua integração será tanto maior quanto mais ela se tornar acessível aos ideais nacional-socialistas. Isso, por sua vez, pressupõe, naturalmente, uma organização das pessoas.

Não importa qual seja a natureza da subárea na vida econômica, ela deve estar em harmonia com todo o curso da economia; a própria economia, porém, tem de subordinar-se às necessidades da vida do povo (*völkisches Leben*). Se, por circunstâncias especiais, o Estado for empurrado para situações que se reflitam em dificuldades no curso dos processos econômicos, a economia deverá aceitar restrições e limitações temporárias, que, por sua vez, devem ser suportadas pela comunidade. Nenhum homem sensato exigirá medidas desnecessárias de restrição quando momentos mais favoráveis recomendarem uma expansão mais livre.

Quer se trate da nossa agricultura — como um vasto setor parcial da economia — ou da indústria em sua diversidade, ou do comércio e do artesanato, a obrigação para com o todo deve estar sempre em primeiro plano. Não posso concordar com a opinião que apresenta diferentes tendências de visões econômicas como corretas ou até necessárias para as grandes áreas parciais da economia, e que pretende justificar essa opinião apontando para a diferenciação das áreas delineadas.

A economia alemã é, em si, uma unidade e só pode ser abordada e tratada como tal em sua liderança geral. A partir dessa unidade, ela se divide nos diversos setores, aos quais, porém, sob nenhuma circunstância deve ser atribuída uma tendência de divisão ou fragmentação. Essa atitude da economia nacional alemã deve ser expressa com total clareza perante outras economias

nacionais em todas as oportunidades, pois somente ela constitui a base para ações e negociações bem-sucedidas

Política Econômica Nacional-Socialista: A Visão do Comissário do Reich sobre seu Cargo

O nacional-socialismo ensina um idealismo saudável, mas conhece as fraquezas humanas e o efeito que as possibilidades de ganho material exercem sobre o indivíduo. É necessário levar em conta essas manifestações contraditórias em todas as medidas e ações. O idealismo sonhador é tão oposto ao pensamento econômico nacional-socialista quanto o pensamento puramente racional, que se expressa em um egoísmo crasso e, em última instância, no materialismo.

A opinião de que o Estado só intervém no curso da economia quando ocorrem emergências especiais está incorreta. Um Estado constantemente atento ao bem-estar de sua coletividade deve manter sempre em suas mãos a liderança político-econômica da economia geral. Ele enfatizará essa liderança de forma mais forte ou mais fraca apenas através de medidas especiais, quando as circunstâncias o exigirem.

No entanto, seria fundamentalmente errado acreditar que a liderança do Estado deixaria a economia totalmente por conta própria novamente se não houvesse mais circunstâncias especiais ou situações de escassez. Sob condições normais, o Estado não precisa dedicar-se de forma especial ao curso cotidiano da economia, que encontra sua nota final na formação de preços. Mas ele deve assegurar sua influência decisiva da maneira mais enfática possível para enfrentar qualquer perturbação arbitrária, o que é possível dada a complexidade do aparelho econômico e a forte capacidade de influência dos setores financeiro e comercial.

Um Estado que mantém tudo em perfeita ordem apenas de forma organizacional, política, militar e administrativa, mas abandona a economia e suas circunstâncias acompanhantes à própria sorte, entrega-se a uma parte de seu próprio povo. Não se pode ignorar que todas as medidas econômicas de importância desencadeiam efeitos psicológicos e políticos que, a longo prazo, podem muito bem perturbar a estrutura do Povo e do Estado.

Minha nomeação como Comissário do Reich para a Formação de Preços não pode, sob circunstância alguma, ser interpretada como uma medida de emergência. Pelo contrário, a liderança estatal nacional-socialista expressa nela sua vontade de intervir decididamente em favor do grande público onde quer que a falta de razão, a ganância e a irresponsabilidade de indivíduos ou de certos círculos provoquem danos à Nação e ao Estado.

Gostaria de observar, simultaneamente, que pretendo me opor a todas as outras esperanças desde o início. Além disso, nenhum passo será dado por minha parte que não tenha sido pensado até as últimas consequências — tanto quanto eu e meus colaboradores sejamos capazes — e que não tenha recebido a aprovação do Comissário para a Execução do Plano de Quatro Anos[28], o Sr. Primeiro-Ministro Coronel-General Hermann Göring.

Teoricamente, o problema não pode ser dominado para a realidade do cotidiano; ele pode e deve ser abordado apenas a partir de uma prática próxima da vida. É impossível simplesmente deixar as coisas seguirem seu curso na bela esperança de que, de alguma forma, tudo acabará bem. Basear a passividade estatal na ideia de que existe em toda parte uma vontade nobre e boa, movida única e exclusivamente pela ideia de fazer o bem ao próximo, parece-me mais do que equivocado. É melhor estar preparado para qualquer eventualidade do que ser pego de surpresa.

[28] N.T: C.f Alfred-Ingemar Berndt. *Gebt mir vier Jahre Zeit! Dokumente zum ersten Vierjahresplan des Führers*. Zentralverlag der NSDAP (1941)

Se da minha atividade surgirão amigos ou inimigos, não me importa. Não me sinto chamado a exercer meu cargo de acordo com princípios que dependem do aplauso das pessoas; quero, sim, com meu trabalho, fornecer uma contribuição vigorosa para a execução de uma grande tarefa que o Führer estabeleceu e que, após o decurso do tempo previsto, deve trazer o sucesso absoluto a toda a nação, sob todas as circunstâncias.

Minha atividade é determinada de duas maneiras:

1. Primeiro, ela leva em conta o ser humano, que tanto atua diretamente na economia quanto é frequentemente afetado pelo seu resultado.
2. Segundo, ela deve lidar com a matéria em si, em toda a sua amplitude e profundidade, para não partir de pressupostos falsos em decisões e ações.

Em nenhum dos casos trata-se de considerações que ocorrem à margem dos acontecimentos, e muito menos de medidas ajustadas apenas ao processo externo. Levar o ser humano em consideração obriga-me a ver os instintos naturais que nele dormitam e que, de alguma forma, tornam-se vivos em todos os processos e medidas econômicas. Além disso, devo ter clareza sobre todas as possibilidades de influência que sejam adequadas para atuar de forma educativa, disciplinadora e moderadora, e que representam o elemento ético no ciclo da economia. Está além de qualquer dúvida que o (NSDAP) é o aparato idealista e de poder político para encontrar aqui o equilíbrio saudável entre o sentido legítimo de ganho e o egoísmo não mais justificável. Ao Partido, às suas subdivisões e associações afiliadas — e aqui penso não menos importante na DAF — cabem tarefas essenciais na luta pela execução do Plano de Quatro Anos. Quanto mais fortemente eles moldarem a atitude e a visão geral da nação nessas questões, criando assim uma moral pública de ação econômica e sociopolítica, mais duradouro será o efeito na prática de qualquer tipo de gestão

econômica. Esses valores não podem ser representados materialmente, mas significam para a Alemanha, em certas circunstâncias, muito mais do que muitos processos materiais visíveis.Nesse sentido, a própria economia alemã deve colaborar de forma decisiva. Tanto o Reichsnährstand (Estado Corporativo da Agricultura) quanto a organização da economia industrial têm em mãos o poder de agir com vigor para ajudar a lei da constância e da disciplina a obter um efeito universalmente válido. Pessoalmente, acredito na decência e na honestidade de propósito do campesinato alemão, bem como na prontidão de toda a nossa economia industrial em servir verdadeiramente à Alemanha. A tarefa das organizações deve ser a de criar um código de honra que obrigue cada indivíduo a cumprir as diretrizes e medidas necessárias. Aquele que tentar se esquivar disso deve, se necessário, ser eliminado (*auszumerzen*) pelo poder estatal.

O programa do Plano de Quatro Anos, com todas as medidas tomadas, nasceu da ideia de fundamentar economicamente a liberdade política de todo o povo de tal forma que se possa falar de uma efetiva liberdade total da Alemanha em qualquer situação. Portanto, ninguém poderá descrever uma intervenção contra tais elementos [egoístas] como uma 'intervenção na economia', e tampouco se poderá interpretar os decretos e regulamentos preventivos necessários como expressão de uma opinião que não queira levar em conta os princípios saudáveis da vida econômica. Confesso que, no lugar para onde a confiança do Führer me chamou, sob o Comissário para a Execução do Plano de Quatro Anos, estou decidido a intervir contra qualquer surto de indisciplina e, caso se revele necessário pelas circunstâncias gerais, tomar as últimas consequências contra qualquer um para quem a própria carteira esteja acima da liberdade alemã. Diante de qualquer questão que me seja apresentada, não se pode perguntar se este ou aquele setor da economia está particularmente bem ou menos bem no momento; a pergunta só pode ser: qual a importância das

medidas pretendidas em seu efeito para todo o curso e para a capacidade de resistência do nosso povo. Acima de todas as considerações está a exigência: Segurança da Nação, nela do Estado e, com isso, da obra nacional-socialista de libertação e reconstrução. Não gostaria de deixar de salientar que as formas na vida serão sempre mutáveis e apenas os conteúdos, em sua determinação final de propósito, serão decisivos. Consequentemente, não acredito na imutabilidade dos processos econômicos. Sou da opinião de que aqui tudo está e deve permanecer em um certo fluxo, se de fato devem ser liberadas as forças que, como as melhores e mais valiosas, devem ser postas a serviço de um povo.

A segunda parte da minha tarefa é aquela voltada aos processos materiais como um todo. Como já sugerido no início, não se trata de uma tarefa que se move à margem dos acontecimentos, mas que vai ao cerne da própria gestão econômica e se manifesta de forma decisiva na formação dos preços.

Se em seus primeiros passos ela deve se voltar fortemente para um lado formal — ou seja, a fiscalização — para cumprir a exigência do Führer de garantir o padrão de vida de nossas amplas classes trabalhadoras no quadro de preços e em sua relação com a renda, ela se ocupará, então, de forma ainda mais enfática com todos os fatores que levaram e continuam a levar à formação dos preços. Tratar-se-á de uma atividade tanto controladora quanto promotora, ordenadora, garantidora, investigativa e orientadora, que, naturalmente, só será eficaz em conjunto com todos os órgãos estatais que atuam na economia, bem como com as forças presentes na própria economia.

O problema central do preço é, na verdade, um problema determinante da gestão político-econômica e, portanto, o garantidor da ordem exigida no interesse de todas as tarefas superiores da Nação e do Estado.

Ao dizer que todos os elementos econômicos devem ter voz, o fluxo natural da vida também é considerado, assim como o desejo humano de lucro

recebe a consideração que lhe pode ser justamente concedida. A atividade de formação de preços não se limita a estabelecer resultados estáticos em todos os setores para criar um sistema rígido e imóvel. Ela continuará, com a mão no pulso da vida, prestando a mais atenta observação a todas as flutuações, a fim de levar em conta as circunstâncias que, sob uma avaliação sensata, possam ser consideradas justificadas.

A formação de preços deve ser um processo orgânico. No entanto, não se trata apenas de mudanças de preços para cima; pelo contrário, todas as mudanças de preços serão avaliadas e tratadas adequadamente. É inegável que um trabalho prioritário do meu cargo será uma revisão minuciosa da evolução dos preços em tempos recentes. Em várias mercadorias, pôde-se observar uma tendência de aumento que não era justificável sem mais.

Só se pode falar de um aumento de preço como um fenômeno aceitável quando os próprios fatores formadores de preço aumentam substancialmente, tornando o impacto no preço final inevitável. Ninguém contestará, porém, que certos aumentos são fruto de uma suposta conjuntura e de sua exploração egoísta. A escassez de uma mercadoria, por si só, não justifica um aumento de preço.

Espero que os aumentos de preços realizados injustificadamente sejam revertidos imediata e voluntariamente, e que a mercadoria seja simultaneamente conduzida ao mercado de forma normal. No geral, pretendo intervir o mínimo possível com medidas legais. Contudo, as auditorias em curso levarão a decretos que conterão reduções de preços e normas sobre métodos considerados economicamente injustificados.

É uma obviedade que a classe mercantil e comercial alemã tenha agora que realizar feitos especiais. Deve-se conseguir trazer à tona princípios honráveis na vida comercial que, no passado, deram origem ao termo 'comerciante real'

(*königlicher Kaufmann*). A honra do comerciante na Alemanha encontrará tanto mais reconhecimento quanto mais se expressar a vontade de seguir princípios que obriguem o mundo todo a ter respeito pelo comerciante alemão.

Não prego aqui um retorno organizacional ao passado; sou pessoalmente muito próximo da vida e crente no futuro para isso. Mas exijo, a partir da realidade de hoje, um avanço em direção aos princípios nacional-socialistas que devem reger cada área de nossa atuação.

De nada serve ao nosso povo que os produtores de uma economia tenham garantida a satisfação total de seus desejos pessoais, enquanto se abre um abismo tão grande entre o preço e a renda da massa que esta se torne incapaz de viver, quebrando assim a base da pirâmide político-nacional e econômica. Desse ponto de vista, muitas medidas contra organizações econômicas que foram formadas única e exclusivamente com o propósito de manter os preços elevados parecerão compreensíveis para quem pensa de forma objetiva.

A economia alemã em sua totalidade, seja ela camponesa, comercial ou industrial, não pode negar que sua recuperação é a obra decisiva da revolução, fundação e liderança do Estado nacional-socialista. Ela deve agora, por sua vez, fornecer a prova de uma capacidade real nos próximos quatro anos. Falar de 'desempenho' apenas quando a forma conveniente de aumentar os preços representa o lucro, não é muito convincente. Só se pode falar de desempenho quando o espírito humano e a habilidade humana examinam todas as possibilidades de natureza organizacional, técnica e inventiva para realizar coisas que representem, de fato, um ganho tanto para quem as realiza quanto para toda a vida econômica nacional. Acredito nesta capacidade e na vontade honesta de todos os alemães na economia, e foi com essa crença que assumi este cargo. Provavelmente, seus fardos serão muito maiores do que quaisquer alegrias, supondo que este cargo ofereça alguma. Mas, se o seu exercício tiver

contribuído essencialmente ao final para alcançar o sucesso desejado, isso será recompensa suficiente.

Apêndice C: Palestra na reunião dos conselheiros econômicos do NSDAP (Josef Wagner)

Palestra na reunião dos conselheiros econômicos regionais (Gau) do NSDAP, a convite do chefe da Comissão de Política Econômica, Bernhard Köhler, em Munique, em 28 de janeiro de 1937

Minha nomeação como Comissário do Reich para a formação de preços foi recebida por uma certa parte da imprensa estrangeira como um sinal alarmante do início de um retrocesso econômico e de um processo de desintegração que estaria começando na Alemanha. É de conhecimento de todos nós que, após as catástrofes políticas, sociais e ideológicas que nos foram constantemente profetizadas desde a tomada do poder, agora também a economia deve servir como o campo no qual um naufrágio nacional-socialista seria inevitavelmente esperado. Diz-se que a Alemanha necessita nomear um comissário de preços porque a população faminta já não consegue adquirir os alimentos mais necessários, enquanto a indústria pesada obtém lucros gigantescos. É um esforço inútil tentar refutar detalhadamente a enxurrada de tais mentiras. No entanto, o observador atento pode perguntar-se por quais razões o Führer considerou necessária a nomeação de um Comissário do Reich para a formação de preços.

Por que a nomeação de um Comissário do Reich para a formação de preços?

Essas razões são muito simples. Elas decorrem, antes de tudo — como ocorre com todas as medidas do Estado nacional-socialista — da nossa cosmovisão, cuja pretensão de totalidade de modo algum se detém às portas da economia. O novo Estado considera como uma de suas tarefas mais nobres assegurar, em qualquer caso, a existência até mesmo do mais fraco de seus compatriotas.

Entretanto, ele tem em mente um conceito de existência diferente daquele que se refletia no sistema de assistência social. O homem alemão não deve apenas vegetar, ele deve viver; por isso, em um grande esforço de todas as forças, foi-lhe antes de tudo novamente proporcionado trabalho. Ele também não é um mero animal de trabalho, mas um ser humano cuja força espiritual deve ser constantemente cultivada e renovada.

Essa nova e verdadeiramente ética concepção do trabalhador naturalmente nada tinha em comum com as palavras de ordem de luta salarial dos sindicatos marxistas. Ela não se pergunta pelo número morto do salário, mas sim se o salário assegura ao trabalhador a conservação e a renovação de todas aquelas forças físicas e espirituais de que cada colaborador na grande obra do Führer necessita.

Essas ideias — do ponto de vista econômico — encontraram sua expressão na fórmula concisa de que salários e preços devem permanecer em uma relação estável entre si. Até agora, a política salarial foi conduzida exclusivamente segundo diretrizes e princípios uniformes. Já o campo da formação de preços foi deixado à chamada economia livre e, com isso, submetido a oscilações mais ou menos significativas. Assim, apenas um lado da relação estava estabilizado, enquanto o outro permanecia em aberto.

Quem quisesse manter salários e preços no mesmo nível teria, mais cedo ou mais tarde, de incluir o campo da formação de preços em sua esfera de atuação. Pode até haver países que se sintam bem com greves desenfreadas, ocupações de fábricas, lockouts e incitação descontrolada entre as diferentes partes do povo. Nós, nacional-socialistas, fomos ensinados pelas tristes experiências de um passado — felizmente superado — que condições ordenadas e pacíficas dentro do próprio país são o pressuposto mais importante para o florescimento do todo.

Por isso, não deixamos ao livre jogo das forças a decisão sobre se os salários devem aumentar ou os preços devem cair. Ao lado de uma política salarial estável, colocamos uma política de preços igualmente estável. Além do posto de trabalho, asseguramos ao homem alemão também o usufruto do resultado de seu trabalho.

A nomeação de um Comissário do Reich para a formação de preços, porém, não se baseia apenas nas considerações anteriormente expostas. As próprias necessidades da economia exigiam de forma imperativa uma iniciativa estatal nesse campo.

Na era econômica passada, o escoamento da produção (*Absatz*) era o grande problema, pela solução do qual fabricantes e comerciantes lutavam. O comprador era cortejado por todos os lados; era preciso conquistá-lo e, se necessário, tomá-lo da concorrência. A condução econômica nacional-socialista eliminou essa preocupação.

Contrariando toda teoria científica, ela conseguiu, por meios de genial simplicidade, colocar novamente em movimento o fluxo estagnado do processo econômico. Ano após ano, os números de vendas aumentaram, até que, por vezes, o próprio comprador passou a se esforçar para obter mercadorias que, pouco antes, lhe eram impostas de todos os lados.

Não é de se admirar que, em tal desenvolvimento, os preços — que antes eram mantidos o mais baixos possível para que qualquer transação pudesse ocorrer — tenham começado a subir. Pois, com a demanda elevada, podia-se contar que as mercadorias desejadas também seriam vendidas a preços mais altos.

Essa especulação grosseira era então disfarçada, de maneira envergonhada, atrás da chamada lei da oferta e da demanda. Fazia-se como se não se tivesse

qualquer participação no movimento de alta dos preços. As constatações que fiz ao iniciar meu trabalho em todos os setores da economia mostraram, em um grande número de casos, de forma muito clara, que não eram razões objetivas, mas apenas a maior possibilidade de lucro — isto é, o interesse próprio individual — que determinavam o resultado.

Mas como combater esse mal? Se se recorresse apenas ao indivíduo, ele alegaria que não fazia nada além do que toda a sua indústria fazia. E a indústria, por sua vez, se esconderia atrás do desenvolvimento da economia como um todo. Por isso, foi necessário criar uma instância central que não se sentisse subordinada à lei da oferta e da demanda e que tivesse a vontade de eliminar o interesse próprio desenfreado como fator de formação de preços.

Caso contrário, o famoso "parafuso sem fim" teria dado mais uma volta: os preços continuariam subindo até se tornarem inacessíveis para a grande massa do povo. Como consequência, com a queda do poder de compra, também a demanda diminuiria; a produção seria reduzida, ocorreriam demissões, e o desemprego, a queda da conjuntura e todos os demais efeitos subsequentes reapareceriam, conduzindo finalmente àquele estado em que o Estado teria novamente de intervir como salvador da crise.

Dessa ameaça, a economia alemã deveria ser preservada — mesmo que se deixassem de lado, por um momento, os pontos de vista mais elevados do destino do povo. Por isso, foi instalada a tempo uma espécie de "freio", que agora atua contra o peso desse desenvolvimento.

Agora, alguém poderia objetar que, embora possamos fixar preços internamente, os numerosos produtos estrangeiros, dos quais dependemos, não se orientam por tais determinações. A isso deve-se responder que a futura política de preços de modo algum se limitará à fixação de preços segundo algum esquema.

Em especial, não levaremos em consideração apenas os chamados preços finais, isto é, os preços pagos pelo consumidor. Pois tal procedimento não seria muito melhor do que tentar curar sarampo com uma escova de raiz. Naturalmente, levaremos em conta os preços estrangeiros. Ainda terei de dizer várias coisas a esse respeito.

A nova política de preços não foi iniciada em um momento qualquer. Ela se insere no quadro do Plano Quadrienal, no qual todos os problemas fundamentais da vida econômica alemã são enfrentados com um emprego de forças e energias até então desconhecido. A execução desse plano nos tornará, em grande medida, independentes dos chamados mercados mundiais. Será garantido que a economia alemã não mais oscile de forma passiva conforme sopram os ventos da economia mundial.

Há muitos enigmas sendo criados agora sobre os verdadeiros propósitos e os chamados 'bastidores' do Plano. Sem entrar nessas insinuações misteriosas, gostaria de usar um exemplo muito simples e milenar: qualquer pessoa pode quebrar ou dobrar um graveto fino. Mas, se amarrarmos muitos gravetos finos firmemente, eles não poderão ser dobrados nem quebrados. A resistência contida neles só consegue se afirmar agora.

O Plano de Quatro Anos não visa nada além de colocar um laço firme em torno das muitas forças individuais que compõem a economia alemã. Há, por exemplo, consideráveis riquezas minerais inexploradas que agora estão sendo extraídas. Sem dúvida, um bem econômico do nosso povo que não era aproveitado porque o empreendimento parecia 'antieconômico'. Há as muitas forças de trabalho qualificadas na Alemanha que antes estavam ociosas ou no lugar errado porque o indivíduo não tinha a possibilidade de se mudar com sua família. Também aqui trata-se de forças que existiam, mas que não foram capazes de superar a força das circunstâncias. Há a inventividade alemã e a

capacidade de obter produtos vitais até mesmo do ar, como o nitrogênio. Elas jaziam inertes porque o capital de que necessitavam voltava-se para outras tarefas 'mais lucrativas'. Todas essas forças estão sendo agora orientadas segundo uma vontade unitária e unidas em uma unidade indissolúvel.

Ninguém afirma que tal obra possa ser feita num estalar de dedos. Por isso, todo o povo alemão foi convocado com toda a seriedade para colaborar. Quem pensa que tal empreitada só pode ser planejada se houver planos obscuros nos bastidores, ou não aprendeu nada com o passado ou acredita que grandes esforços devem sempre visar um propósito secreto. Mas nós, que sentimos a miséria do povo na própria pele e a quem coube a responsabilidade histórica de garantir que os terrores do passado não se repitam no futuro, sabemos que devemos estar armados no momento certo e não podemos deixar nada ocioso se quisermos banir, de uma vez por todas, os graves perigos que residem no cerceamento natural e malévolo de nossa vida nacional (*völkisch*).

Não podemos esperar que um 'desenvolvimento geral' nos ajude a superar nossas dificuldades. A grave crise da economia mundial, que pesou sobre todos os países desde 1930, de fato abrandou-se há algum tempo e parece estar desaparecendo em certa medida. Mas com quais condições essa mudança foi comprada? As grandes potências econômicas, cujo orgulho sempre foi a validade mundial inabalável de suas moedas, desvalorizaram-nas uma após a outra, arrastando consigo inúmeros países menores. Não quero investigar aqui se a desvalorização é um remédio contra crises. No entanto, parece-me sintomático que já se fale de novas desvalorizações. Por boas razões, a Alemanha manteve-se afastada desta política. A loucura do Ditado de Versalhes e o roubo de nossas colônias nos colocaram em uma situação econômica que nenhum outro povo da grandeza e importância do alemão precisa suportar. Esta situação especial exige também meios especiais.

Para isso, é necessário que não deixemos a distribuição de nossos bens correr segundo as correntes incontroláveis do comércio mundial especulativo, mas que a dirijamos e organizemos segundo um plano bem pensado. Justamente agora, observa-se no mercado mundial um aumento forte e contínuo de todos os preços de matérias-primas importantes. Isso é saudado com alegria por povos que são ricos nos bens cujos preços sobem; para eles, seu patrimônio natural simplesmente ganha valor. Mas para quem não possui esses bens em medida suficiente, tais aumentos de preço são menos edificantes. Ele deve agora entregar mais de seus próprios bens para trocar pela quantidade necessária de outras coisas.

Este exemplo mostra como é óbvia e simples a ideia de cuidar dos preços a partir de uma central. Através dela, pode-se evitar o seguimento inútil e irracional das tendências externas, limitando os aumentos inevitáveis a um setor o mais estreito possível.

Para a execução de uma obra de reconstrução tão monumental como o Plano de Quatro Anos, uma autoridade central de formação de preços é duplamente indispensável. Aqui, trata-se também de substituir inúmeros objetos de consumo e disponibilizar novos produtos em vez dos anteriores. Os preços dos combustíveis, por exemplo, sempre foram totalmente dependentes do mercado mundial. Se agora, pela vontade do Führer, a gasolina ou o óleo obtidos na própria Alemanha substituem os produtos estrangeiros, não vejo por que um diretor de um consórcio anônimo estrangeiro deva determinar os preços para este comércio interno alemão, sem que nos seja possível alterar essa taxa vigente no mercado mundial para nossos próprios produtos, de acordo com nossas necessidades alemãs. Frequentemente, trabalharemos no futuro com matérias-primas que, por terem sido recém-descobertas ou desenvolvidas por nós, ainda não possuem preço. Se a aplicação de preços tabelados gerar tensões

econômicas e, sobretudo, sociais, valerá certamente a pena verificar esse preço e fixá-lo sob critérios mais profundos.

As medidas relacionadas ao Plano de Quatro Anos e à minha tarefa como Comissário de Preços têm sido frequentemente alvo de um método peculiar de crítica. Esse método não consiste em reunir argumentos técnicos e pesar os prós e contras, mas simplesmente em enfatizar o quanto a nova linha se desvia dos hábitos tradicionais. Conta-se com o fato de que o homem comum, apegado à velha rotina, sentirá naturalmente desconfiança e desconforto diante da inovação.

Embora eu tenha pouca inclinação para debater com tal tipo de crítica, menciono-a apenas para 'virar o jogo' e apontar a mesma imobilidade mental do homem comum na qual meus críticos especulam. De fato, uma capacidade de persistência às vezes espantosa impede as pessoas de seguir um conhecimento novo e melhor. Por isso, são necessários grandes poderes e uma determinação inabalável para implementar inovações profundas. Não basta, portanto, que um Comissário de Preços faça palestras esclarecedoras para a economia ou lhe dê instruções recomendatórias. As pessoas assentirão com a cabeça ao ouvir sobre as experiências de inflação, mas não conseguirão se decidir a transformar o conhecimento em ação.

Se quisermos ver ações, devemos estar em posição de, se necessário, forçá-las.

A política econômica do passado, com todas as suas medidas múltiplas, complicadas e frequentemente confusas, levou em conta apenas as necessidades da própria economia. Isso tinha sua razão de ser enquanto a economia estava no chão e precisava de auxílio. Naquela época, protegeu-se o pequeno comércio contra o grande, a produção foi fomentada e financiada, a lucratividade foi assegurada por cartéis de preços e muito mais.

Entendo meu cargo de Comissário do Reich para a Formação de Preços, acima de tudo, como o canal pelo qual, após uma longa pausa, o consumidor deve finalmente voltar a ter voz; ou seja, a parte do povo que não pertence à 'economia' no sentido estrito.

Isso, naturalmente, não deve ser interpretado como se eu fosse contra a economia. Todas essas divisões entre 'economia' e 'outras partes' têm apenas um valor muito limitado. Só as utilizo quando parece conveniente para a simplicidade da linguagem. Na realidade, não existe uma economia que, como unidade fechada, se oponha a uma parte não econômica do povo. E o conjunto de consumidores pertence tão necessariamente ao conceito de economia quanto o campo pertence à agricultura.

Portanto, que ninguém tente me prender a tais sutilezas; pois, se destaquei aqui o ponto de vista do consumidor, foi precisamente porque, em minha opinião, ele não pode ser separado da economia. Se o consumidor, com sua renda, não pode mais adquirir os produtos da economia, a própria economia não poderá mais viver daquilo que obtém com a venda reduzida.

A consideração dos níveis de preço na formação de preços

O objetivo é claro. Com a estabilização da relação entre salários e preços, garante-se que o povo trabalhador alemão possa viver da economia e que esta possa viver dele. Como se resolve, então, uma tarefa dessas?

Já indiquei dois princípios fundamentais muito importantes: a liberação da política de preços da limitação ao preço ao consumidor e o correto amortecimento do aumento dos preços do mercado mundial.

Se se considera apenas o preço ao consumidor, toda a política de preços, mais cedo ou mais tarde, acaba por se transformar numa ação policial. Estabelecem-se preços e enviam-se funcionários às lojas para controlar o

cumprimento. No entanto, não é de forma alguma verdade que o último distribuidor de uma mercadoria tenha sozinho o controle absoluto sobre o nível do preço. Se se determina a ele a que preços deve vender, também se deve cuidar de saber se ele pode comprar a um preço correspondente. Dessa forma, chega-se rapidamente ao ponto em que o preço é formado pela primeira vez no produtor. Somente quando se controla todo esse desenvolvimento é possível influenciar a longo prazo os preços pagos pelo consumidor. E então não é mais necessário limitar-se apenas a supervisionar os preços como órgão de fiscalização, mas pode-se intervir diretamente na formação de preços.

Como considero essa parte da minha tarefa como a muito mais importante, ao ser nomeado Comissário do Reich para a formação de preços, fiz questão de que me fosse atribuída a competência mais ampla possível sobre a formação de preços e não apenas a mera supervisão de preços.

Nesse contexto, terei de romper com alguns hábitos do passado. Por exemplo, a chamada "cálculo em cadeia" (*Anhängenkalkulation*) é muito difundida, na qual cada etapa do comércio acrescenta automaticamente à mercadoria uma determinada porcentagem fixa sobre o preço de aquisição.[1] Isso se repete em todas as etapas até o consumidor final. Aqui, porém, a cadeia se rompe, pois o consumidor não está em condições de calcular sua renda por meio de porcentagens. Ele acaba arcando sozinho com o encargo.

Não quero, no entanto, ser entendido como alguém que deseja derrubar todos os fundamentos de cálculo existentes ou banir da economia o cálculo percentual, muitas vezes indispensável. Mas considero, de fato, um meio muito eficaz de combate aos aumentos de preços impedir essa transferência automática de qualquer encarecimento para o consumidor. Isso pode ser tanto mais aceito quanto, em muitos casos, o nível numérico do lucro nas diversas etapas permanece inalterado. E, além disso, em muitos casos será necessário

examinar como um aumento de preço ocorrido no início pode ser distribuído entre as várias etapas até o consumidor.

Uma importância especial ganha naturalmente tal procedimento quando os preços de matérias-primas estrangeiras subiram, de modo que a repercussão sobre o mercado interno não pode ser totalmente eliminada. Em muitos lugares, já se levantaram com preocupação e perguntaram o que o novo comissário de preços faria com os preços crescentes do exterior.

Não quero discutir aqui quantos dos autores dessas supostas objeções "puramente objetivas" realmente têm uma ideia clara do grau de dependência da economia alemã em relação às matérias-primas estrangeiras. Deve-se imaginar que sempre há uma cadeia inteira de pessoas envolvidas no processamento, na transformação e na distribuição das matérias-primas, de modo que de uma pequena quantidade importada vive um círculo relativamente grande de pessoas.

Na opinião pública, muitas vezes falta a devida noção de proporção para essas questões. E não é de forma alguma verdade, como se ouve de políticos de mesa de bar preocupados, que a Alemanha — que, como se sabe, não possui matérias-primas próprias — seja totalmente dependente do mercado mundial. No estágio atual das coisas, podemos aguardar com calma para ver se a parcela do preço total determinada pelo mercado mundial, após a execução do Plano de Quatro Anos, não terá se reduzido a ponto de os seus efeitos poderem ser compensados sem dificuldades.

Mas já hoje existem muitas possibilidades de compensação desse tipo. Apenas elas ainda não estão suficientemente desenvolvidas e conhecidas. Aumento da produção, economia de materiais, substituição de matérias-primas estrangeiras por outros materiais igualmente adequados, padronização de formas e tamanhos de fabricação são alguns exemplos técnicos. Ainda mais

importantes, para o âmbito da minha competência, são as possibilidades comerciais.

Penso aqui sobretudo na economia dos custos indiretos. Enquanto um importador tiver de fazer de tudo para manter e expandir suas vendas, enquanto no âmbito das leis a maior rentabilidade possível de sua empresa servir como diretriz para sua gestão econômica, altos custos operacionais podiam ser uma questão privada de menor importância. É compreensível que essas questões tenham sido avaliadas e tratadas sob perspectivas completamente diferentes das que são necessárias hoje.

Por isso, ainda existe aqui um grande campo de atuação para cada comerciante. Livre das preocupações com vendas, ele pode dedicar sua atenção às questões de economia de custos e racionalização empresarial.

A possibilidade de tal compensação interna das variações de preços por parte de cada empresa será examinada por mim com especial cuidado em todos os casos em que for solicitada uma autorização de exceção à regulamentação de congelamento de preços.

Sobre a Regulamentação de Congelamento de Preços de 26 de novembro de 1936

A regulamentação de congelamento de preços ocupa o centro de todas as medidas até agora adotadas. As razões para sua promulgação foram expostas na justificativa oficial e na imprensa. Ainda assim, tenho algumas observações a fazer sobre ela.

Logo após a promulgação da norma, surgiram aqui e ali escritores de política econômica que, com palavras duras e muito pathos, atacaram os infratores das novas disposições. É muito fácil afirmar que é um dever evidente respeitar as novas regras, que somente um inimigo da comunidade ou um tolo

poderia exigir ou conceder preços mais altos. Com isso, porém, ainda se realiza muito pouco.

Devemos ter clareza de que disposições de política de preços como a regulamentação de congelamento de preços exigem, por um lado, sacrifícios materiais consideráveis e muitas renúncias dolorosas, sem que, por outro lado, existam correspondentes freios emocionais naturais que tornem tal esforço interior automaticamente possível.

Existe no ser humano um impulso profundamente enraizado e inato de entregar bens e sangue pela comunidade que o cerca — originalmente a família, depois o povo, o Estado, a pátria. A ausência desse impulso é anormal e indica decadência espiritual. Nenhum ser humano, porém, possui um impulso natural para manter os preços de um determinado dia.

Da mesma forma, já é necessário um senso moral bastante refinado para, em situações de escassez de certos alimentos, recusar uma oferta em si muito bem-vinda para o próprio sustento ou da família, apenas por consideração ao preço.

Esse baixo eco natural que justamente as medidas mais importantes da política de preços encontram no coração do homem médio não é compensado por motivos superiores facilmente perceptíveis e de grande impacto.

Na guerra, o indivíduo já consegue muito mais facilmente dizer a si mesmo, diante de um sacrifício imposto: “não compreendo as conexões, mas entendo que as necessidades da defesa nacional também interferem na esfera privada; portanto, penso no perigo da derrota ou no objetivo da vitória e me submeto.”

Em tempos de paz, porém, essa disposição interior não está tão elevada.

Não pode haver dúvida de que também os perigos combatidos com instrumentos de política de preços são não menos perigosos do que uma derrota militar. Sim, na nossa história houve guerras em que o futuro do povo esteve menos em jogo do que hoje na nossa luta econômica pacífica.

Devemos, portanto — embora as condições internas sejam muito menos favoráveis — exigir de cada alemão a mesma disposição ao sacrifício, a mesma disciplina e a mesma atitude altruísta como na guerra.

Como se sabe, os preços, apesar dos salários estáveis, apresentaram tendência de alta acelerada. Isso só podia ser corrigido por uma medida geral e radical.

Com a regulamentação foi criado um ponto de partida claro e de caráter superior para a futura política de preços. Enquanto a política anterior se limitava geralmente a reduzir preços excessivos, intervindo apenas posteriormente, agora o ritmo do desenvolvimento pode ser ditado a partir de uma instância central.

Com a regulamentação de congelamento de preços, obtive precedência em relação a todos os demais participantes.

O congelamento de preços tem por objetivo eliminar os impulsos de movimento de preços que surgem na própria economia sem relação social ou político-geral. Ele retira a política de preços das influências especulativas que até então muitas vezes estavam em primeiro plano. Assim, abre caminho para a verdadeira formação de preços.

De fato, o índice alemão de preços no atacado subiu apenas 1,4% entre a primeira semana de dezembro e a primeira semana de abril de 1937. Esse aumento reduzido é tanto mais notável quanto, no mesmo período, os preços dos metais não ferrosos subiram em média 35%, os de óleos e lubrificantes

cerca de 9%, os da borracha cerca de 37% e os de produtos coloniais cerca de 10%.

Pode-se, portanto, constatar que — com exceção dos aumentos oficialmente autorizados na agricultura, que já estão incluídos no aumento do índice de 1,4% — apenas uma parcela extremamente pequena dos aumentos de preços provém da economia interna alemã. Os preços estão, de fato, congelados.

Não preciso repetir que não vejo na proibição de aumentos de preços uma medida permanente que deva constituir o alfa e o ômega da futura política de preços para todos os tempos. Nesse caso, eu poderia encerrar minha atividade ou limitá-la ao controle do cumprimento dessas normas.

Também não considero que o nível de preços de 17 de outubro de 1936 seja o melhor possível. Pelo contrário, acredito que ele pode ser ainda consideravelmente reduzido em muitos casos.

Por outro lado, sabe-se que alguns preços sofrem no decorrer do ano uma certa oscilação natural. Legumes de inverno são naturalmente mais baratos no outono do que na primavera, e cerejas têm em novembro um preço diferente do que em junho. Nesses casos, não se deve aderir rigidamente ao preço de 17 de outubro.

Em média geral, porém, o nível de preços não deve ultrapassar o valor da data-base escolhida. Posso apenas reiterar com toda ênfase que essa manutenção do nível atual de preços constitui uma lei rígida.

Não me passou despercebido que, em muitos casos, tentou-se especular sobre a regulamentação de congelamento de preços e suas disposições. Desenvolvem-se longas teorias sobre como determinar o preço de 17 de outubro, se deve valer o preço individual, o preço médio ou o preço comparativo.

A vida econômica é tão diversificada, e os casos de formação de preços são tão numerosos, que é inútil tentar criar formulações que se ajustem a cada um dos milhões de processos em seus mínimos detalhes.

Se ao menos metade da engenhosidade usada para encontrar brechas e meios de contornar as regras fosse empregada para compreender o sentido real — em si tão elementarmente simples — da regulamentação, tais dúvidas nem sequer surgiriam.

O mesmo vale para a regra de exceção prevista na regulamentação. Pergunta-se, por exemplo: o que deve ser entendido por "dificuldades especiais"? Acredita alguém realmente que nos daremos ao trabalho de responder a tais questões para depois nos prendermos a uma definição conceitual construída com esforço?

Não é de modo algum minha intenção criar parágrafos mortos. Uma vez que se tenha estabelecido de forma geral o que se entende por uma "dificuldade especial", surgirá em pouco tempo um novo ramo profissional de burocratas administrativos, que para qualquer empresa passará a construir ou comprovar as condições dessas "dificuldades especiais".

Para explicar minhas intenções, tenho recorrido repetidamente à contraposição entre salários e preços. Mas para a compreensão de todo o contexto há ainda um terceiro conceito ao qual pretendo dedicar especial atenção: o lucro ou rendimento — ou qualquer que seja o nome dado ao benefício material obtido com a produção e a circulação de bens econômicos.

De forma deliberada, não inseri esse ponto no contexto da questão dos custos, embora esse benefício, segundo os métodos de cálculo mais usuais, seja sempre apresentado junto com os custos.

O nacional-socialismo reconhece na economia, assim como em todos os outros campos, o direito de receber uma contraprestação adequada pelos serviços prestados. Exige, porém, com a mesma firmeza, que o indivíduo recua em suas reivindicações diante das necessidades superiores da coletividade.

Por isso, ele deve rejeitar um método que, por meio da chamada objetivação da parcela subjetiva que o agente econômico retém do rendimento total de sua empresa, confunde os limites entre as exigências objetivas gerais de custo e a busca pessoal de lucro.

De qualquer forma, muitas vezes não será fácil reconhecer essa fronteira à primeira vista. Mas quero enfatizar novamente, nesta ocasião, que no campo da política de preços existe para mim uma diretriz clara, pela qual pretendo me orientar em todos os casos.

Se exijo do trabalhador que ele, com preços estabilizados, viva de seu salário e renuncie a todas as reivindicações adicionais, então devo, quando a estabilidade de preços estiver em perigo, exigir da economia que ela, para evitar aumentos de preços ao consumidor, renuncie àquela parte de seu lucro que ultrapassa o mínimo existencial adequado dos grupos envolvidos.

Nunca aprovarei uma exceção à lei de congelamento de preços se o requerente não comprovar que, por meio de cortes em seu lucro, fez tudo o que era possível para evitar, em primeiro lugar, o aumento de preço pretendido.

A tarefa educativa do Partido e de suas organizações

Agora, como se sabe, trata-se de uma faca de dois gumes querer impor tais princípios fundamentais por meio da polícia e da administração. Eu, de qualquer modo, não estou disposto a fazer essa tentativa. Pelo contrário — e com isso chego a um ponto particularmente importante das minhas exposições — para esses fins farei uso do meio mais universal de que o povo alemão dispõe, e esse meio é o Partido.

Ao anunciar o decreto organizacional de 12 de dezembro de 1936, no qual fixei a competência das autoridades de formação e fiscalização de preços, talvez alguém tenha se perguntado onde ficaria o Partido e suas organizações em todo esse trabalho. Evidentemente, não se considerou que minha tarefa só pode ser descrita em parte como administrativa e legislativa.

Não vejo meu objetivo em fixar externamente e de forma formal preços máximos, criar novos preços e fiscalizar o cumprimento das minhas normas, mas sim em colocar toda a economia alemã — desde o diretor-geral do maior conglomerado até o último vendedor de rua — numa linha interna a partir da qual um comportamento correto em matéria de política de preços se torne algo natural e evidente.

Quero, portanto, realizar um duplo trabalho. Em primeiro lugar, minhas medidas devem aperfeiçoar e assegurar o equilíbrio social entre as diferentes camadas do povo; em segundo lugar, quero educar cada pessoa que entra em contato com minha atividade — e ninguém permanece dela alheio — para uma nova concepção econômica e para uma verdadeira vontade econômica nacional-socialista.

Essa intenção parece ao antigo membro do Partido uma tarefa antiga e familiar. Não quero apresentá-la como um novo objetivo, mas acredito que, no

âmbito da política de preços, surge uma oportunidade particularmente ampla e favorável para avançar nesse antigo objetivo. Pois aqui não é possível que alguém possa comprar sua liberdade de ação por meio de doações mais ou menos voluntárias.

Não se trata de uma ação única, de um sacrifício numericamente mensurável, com o qual alguém depois poderia ainda fazer propaganda. A transformação das empresas em nossos princípios deve ocorrer em silêncio. Por isso, não basta esclarecer e orientar apenas aqueles que já estão de boa vontade; é preciso sobretudo procurar conquistar aqueles que até agora só obedeceram na medida em que isso lhes parecia necessário para manter suas próprias vantagens.

Para a parte administrativa do trabalho, eu pude e posso estabelecer diretrizes que enumeram o necessário e delimitam a competência em cada caso individual. Para a parte de política social e educação do povo, cuja solução exige o apoio do Partido e de suas organizações, não pode haver tais diretrizes fixas. Aqui devem ser empregadas a fidelidade dedicada comprovada em anos de luta, o zelo incansável, a capacidade de invenção e a vontade perseverante de todos os companheiros do Partido.

Não se trata apenas de reunir, em estreita cooperação com as autoridades subordinadas, o material necessário sobre os processos relevantes de preços na vida econômica. Mais decisivo é transmitir a cada compatriota a compreensão de que os sacrifícios que talvez lhe sejam impostos não são feitos em favor de um esquema morto ou de uma concepção econômica puramente mecânica, mas nascem da razão econômica clara.

Ele deve compreender que ele próprio morrerá se a coletividade não puder mais viver, que é melhor restringir-se um pouco a tempo do que aproveitar sem reservas as vantagens do momento e, com isso, destruir as bases do futuro

econômico. Deve-lhe também ser esclarecido que a Alemanha já realizou esse experimento duas vezes no sentido oposto e pagou por isso com consequências terríveis: a política econômica da guerra mundial, que com a criação de sociedades de guerra se baseou inteiramente na economia liberal, e o período do pós-guerra, que deixou de conter a exploração desenfreada da fome geral de mercadorias.

Ambas as experiências trouxeram a alguns poucos o breve delírio de lucros inesperados, mas constituem para todos os tempos exemplos de uma condução econômica sem plano e sem responsabilidade.

Deve ser incutido em todo comerciante, agricultor, industrial e artesão que a correção econômica da política de preços nacional-socialista pode ser demonstrada, por assim dizer, também com o simples cálculo.

Deve-se lembrá-lo de que o poder de compra do povo constitui a parte mais importante de seu capital de funcionamento. Se esse poder de compra for esgotado por preços excessivos, o capital desaparece. O desemprego, a estagnação da economia e a miséria cinzenta aparecem ameaçadoramente por trás de uma prosperidade aparente.

Esse ciclo também já percorremos uma vez, quando aos anos de 1926 a 1928 seguiu-se a terrível crise econômica, que só foi superada pelo ataque enérgico do nacional-socialismo.

A todos esses argumentos, partes resistentes da economia só podem responder que não ganham o suficiente. Mas alguém acredita realmente que o nacional-socialismo tenha como objetivo arruinar a economia — justamente num momento em que, diante de todos, ele realiza os maiores esforços visíveis para libertar essa mesma economia de cadeias fatais e garantir sua existência de uma vez por todas?

Com o uso de todas as forças, com coragem moral e política sem precedentes, saudado — apesar das zombarias de um mundo hostil que aos poucos se cala — Adolf Hitler libertou o trabalhador alemão do inferno do desemprego e o conduziu a uma existência segura.

Ele realmente aprovaria planos pelos quais o aparelho que torna útil o trabalho arduamente conquistado de milhões — o aparelho da economia — pudesse ser prejudicado ou destruído?

Mas se todas essas perguntas devem ser respondidas negativamente, então que sentido tem a queixa de que não se ganha o suficiente? Ela só pode ser explicada pelo fato de que existem diferentes opiniões sobre o que seja um ganho “suficiente”.

Muitas vezes, sob pretextos frágeis, esconde-se uma compreensão já existente melhor, para que ela não perturbe o livre jogo do egoísmo.]

Também não é admissível que, no campo da política de preços, se espere até que alguma norma seja publicada. Não é admissível que a economia conduza a política de preços segundo a letra da lei. Que ninguém pense que pode, por meio de um jogo habilidoso de palavras e disputas sobre interpretação, enfraquecer o alcance das minhas determinações.

Minha experiência como antigo combatente nacional-socialista ensinou-me a reconhecer a verdadeira disposição mesmo por trás das formulações mais cuidadosamente construídas. Justamente como conhecedor da economia, porém, recuso-me também a prender alguém a uma tendência liberal demonstrada no passado. Sei que essas tendências dominaram a vida econômica de épocas anteriores e que foi necessária uma força de caráter especial para já naquela época alcançar um nível superior de compreensão.

Por isso, não falo da evolução econômica passada, mas da presente e da futura. Por isso atribuo tão grande importância à educação dos agentes econômicos para uma visão nacional-socialista.

Os combatentes do movimento sabem muito bem, em cada região do Reich, onde ainda é necessário reforçar o entendimento, a disposição e a boa vontade. Conclamo a todos vocês a dedicar-se a essa tarefa com a comprovada força de ação.

Minérios, carvão, máquinas são objetos inertes. Não eles constituem a economia, mas sim o ser humano criativo, que pensa, planeja e age.

Quando uma verdadeira mentalidade nacional-socialista passar a dominar os processos econômicos, então a formação de preços será uma tarefa relativamente simples. Todo nacional-socialista sabe o quanto ainda estamos distantes de tal estado. E disso ele pode também medir a grandeza de sua própria tarefa.

Somente quando todas as forças se dirigirem para esse objetivo, podemos esperar que ele seja alcançado. Como sempre, cabe ao Partido a tarefa mais difícil. Ele não deve se prender rigidamente a diretrizes, mas deve decidir por si mesmo, em cada caso, qual o melhor método.

Ele não pode limitar-se a regulamentar o comportamento externo das pessoas; deve purificar e conquistar seu interior.

Uma condição natural para esse trabalho é o estudo sério das questões mais importantes da política de preços. Não é necessário conhecer todos os preços de cor. Não é necessário acompanhar continuamente os movimentos complexos de todos os mercados.

Mas é necessário compreender as preocupações e os temores das pessoas com quem se fala. É preciso saber distinguir entre o lamento artificial de um pessimista ou reclamador e as preocupações sérias de um comerciante responsável.

Acima de tudo, é importante assimilar os princípios fundamentais da política de preços inserida no quadro do Plano de Quatro Anos de tal forma que se possa aplicá-los corretamente em cada caso individual.

Também o trabalho das autoridades locais de formação e fiscalização de preços merece atenção constante. Disso podem ser retiradas indicações valiosas para a atividade educativa e esclarecedora do Partido.

Justamente na atuação concentrada entre Partido e Estado reside uma condição essencial para o sucesso.

Apêndice D: Preço e política econômica (Josef Wagner)

Como já expus publicamente, a linha fundamental da futura política de preços é a estabilidade da relação entre salários e preços. A regulamentação de congelamento de preços teve a tarefa de ajustar as condições a essa linha fundamental. Ela não deve estar no fim, mas no início de uma política de preços flexível.

Não corresponderia ao sentido dessa regulamentação se a iniciativa econômica individual se considerasse suspensa até a revogação do congelamento de preços. A flexibilidade buscada em todos os setores se imporá tanto mais facilmente quanto mais profundamente a economia se adaptar ao quadro estabelecido e quanto mais rapidamente explorar suas possibilidades.

Se a regulamentação de congelamento de preços fosse agora revogada — o que, no entanto, não está em consideração no momento — os preços dispariam em grandes saltos à frente dos salários. Para restabelecer a estabilidade exigida, seria necessário um movimento correspondente dos salários.

O chamado “livre jogo das forças”, o “automatismo do processo econômico” dominariam a situação e talvez satisfizessem o coração deste ou daquele teórico. Mas não seriam capazes de garantir a base de vida do povo, especialmente de satisfazer as necessidades da classe trabalhadora.

Na prática, como vimos repetidamente no passado para nosso prejuízo, o jogo de forças entre aumentos de preços e aumentos salariais gera uma inquietação permanente, que tende a um estado de equilíbrio, mas nunca o alcança, muito menos o mantém. Como uma superfície de água movida pelo vento, a economia busca nesse caso formar um espelho liso e uniforme; mas os constantes novos impulsos não a deixam repousar.

As lutas econômicas em vários outros países mostram claramente os efeitos perigosos da ausência de controle na relação entre salários e preços.

Ao observador nacional-socialista dessas disputas chama especialmente a atenção o fato de que o trabalhador precisa fazer sacrifícios muito maiores, sem possuir a mesma chance que seus adversários.

Pois aumentos de preços não precisam ser conquistados por greves, que muitas vezes fracassam sem sucesso, mas em todo caso representam um enorme esforço para o trabalhador. Os aumentos de preços são "inevitáveis", ocorrem aparentemente de forma automática, sem grande risco pessoal ou esforço moral.

Eles representam, portanto, uma reação quase instantânea às mudanças da situação de mercado ou da conjuntura. Antes que um aumento salarial correspondente seja alcançado, em quase todos os casos passa um longo período. Quando finalmente ocorre, não raro segue-se outro aumento de preços, de modo que, em relação à situação inicial, apenas os números mudaram, mas não as relações neles expressas.

Somente em condições econômicas muito equilibradas e não problemáticas o ajuste automático entre salários e preços funciona de forma relativamente satisfatória. Mas quando uma dinâmica profunda domina o desenvolvimento — como ocorreu desde a guerra mundial — surge, mesmo com pequenas oscilações, uma separação rápida entre salários e preços, que ultrapassa o âmbito econômico e afeta todas as condições políticas, sociais e culturais.

Se, diante desses perigos, se quiser fixar salários e preços numa relação estável, é necessário estabelecer limites determinados que não possam ser ultrapassados.

Na estrutura econômica moderna, isso implica a fixação, por uma instância neutra, de salários mínimos e preços máximos. Tais normas só podem ser

dispensadas quando os salários concedidos e os preços exigidos já se encontrem a uma distância considerável dos limites considerados necessários.

Quando essa distância se reduz de forma significativa, uma norma ou proibição deve garantir que o ponto de equilíbrio não saia da zona de estabilidade.

Quanto à duração da validade da regulamentação de congelamento de preços sob o princípio de salários estáveis, deve-se responder, em princípio, que antes da realização dos grandes objetivos econômicos nacionais visados pelo Plano de Quatro Anos não é concebível uma formação de preços totalmente livre e sem qualquer controle estatal.

A reorganização abrangente de nossas bases econômicas desencadeia um jogo de forças tão poderoso que também na política de preços devem ser esperadas e levadas em conta repercussões extraordinárias.

A questão mencionada só pode ser colocada de forma sensata assim: quando o dia 17 de outubro de 1936 deixará de valer como data-base para o nível geral de preços, ou seja, para cada preço individual.

Mesmo a essa pergunta já limitada não se pode dar uma resposta precisa em termos de data. O movimento de alta dos preços alemães, contido pela regulamentação de congelamento de preços, seguiu o exemplo dos preços do mercado mundial, cujo aumento, apesar de recuos pontuais, ainda hoje não chegou ao fim.

As quedas de preços da borracha e de certos metais, com as quais a especulação internacional responde às greves da indústria automobilística norte-americana, ou as convenções de preços baixos do algodão nos EUA para combater a fibra sintética, são apenas exceções à regra e claramente não representam sinais de uma tendência geral de baixa das matérias-primas.

Num futuro previsível, portanto, não se pode esperar que a tendência de alta dos preços alemães — cuja origem está no mercado mundial — seja também encerrada a partir dele. Assim, se a economia, na medida em que sente o vínculo ao 17 de outubro de 1936 como uma restrição, quiser novamente obter liberdade de movimento no campo da formação de preços, não deve depositar suas esperanças nem no mercado mundial nem no rápido desaparecimento da regulamentação de congelamento de preços.

Ela deve, antes, voltar sua atenção para a questão de onde, nas condições atuais, podem abrir-se caminhos para uma descompressão interna.

O Comissário do Reich para a formação de preços incluiu expressamente todos os tipos de preços em seu campo de atuação, libertando-se assim da limitação aos chamados preços ao consumidor.

É verdade que o trabalhador assalariado lida apenas com preços ao consumidor; suas necessidades, em geral, são atendidas quando esses preços são adequadamente ajustados. Mas essa adequação só pode ser alcançada se todos os preços de origem e intermediários forem formados segundo as mesmas diretrizes.

Somente uma política de preços uniforme em todos os estágios da produção e distribuição de bens pode levar ao resultado desejado.

Segundo o mesmo princípio deve agir a economia se quiser se ajustar aos limites estabelecidos. Em vez de exigir liberdade de movimento para um preço isolado, ela deve, ao longo do caminho — mais curto ou mais longo — que o produto percorre desde o produtor ou importador até o consumidor final, identificar e eliminar cada fonte de erro, evitar todo encarecimento desnecessário e eliminar qualquer “dupla tributação” causada pela inserção de intermediários economicamente supérfluos. É um erro acreditar que a economia

alemã, tecnicamente e em termos de gestão tão altamente desenvolvida, não teria aqui lacunas essenciais a serem corrigidas. Um olhar para as condições médias das empresas de setores inteiros, como o comércio varejista, prova o contrário. Cálculo impreciso — que muitas vezes engana mais o próprio autor — planejamento de compras deficiente, má organização de estoques e uma estrutura de custos indiretos excessiva são fenômenos cotidianos. Em muitos casos, indústria e comércio atacadista tentaram se proteger das consequências desses problemas por meio de intervenções em setores vizinhos da economia, como cálculos obrigatórios, preços de lista compulsórios, restrições de fornecimento e medidas semelhantes. Tais medidas, por mais úteis que tenham sido em seu tempo, são naturalmente insuficientes para o objetivo aqui tratado. No passado, o consultor empresarial podia ocasionalmente dizer ao cliente que importava menos o tipo de cálculo do que o fato de que o cálculo escolhido fosse efetivamente mantido. Hoje, porém, o essencial é desenvolver um sistema de cálculo que permita a todos os níveis anteriores e posteriores manter os preços prescritos. Nesse processo, deve-se romper com várias práticas do passado. Assim, em muitos casos será inevitável abandonar o chamado “cálculo em cadeia”. Esse método consiste, como se sabe, em acrescentar em todas as etapas uma determinada porcentagem sobre o preço de aquisição, de modo que a margem comercial possa ser expressa em percentuais do faturamento. Esse método é claro e prático e, em tempos de queda de vendas, permite um cálculo relativamente seguro do mínimo de sobrevivência. No entanto, ele leva a resultados insatisfatórios quando os riscos para a economia não decorrem de excesso de oferta com demanda em queda, mas de demanda elevada com poder de compra das massas ameaçado; pois ele sempre leva a uma ampliação dos aumentos de preço e, com isso, a uma maior ameaça ao poder de compra, como um exemplo pode mostrar.

Suponha que um produto passe por três etapas desde o produtor até o consumidor, nas quais em cada uma se acrescente 30% sobre o preço de aquisição. Se agora, por exemplo, o preço do material inicial — isto é, o preço de aquisição da primeira etapa — subir de 100 RM para 150 RM, resulta, quanto à repercussão sobre o preço final ao consumidor, o seguinte quadro numérico:

	Coluna 1	Coluna 2
Preço Inicial	100,— RM	150,— RM
Acréscimo 1ª Etapa (30%)	30,— RM	45,— RM
Subtotal	*130,— RM*	*195,— RM*
Acréscimo 2ª Etapa (30%)	39,— RM	58,50 RM
Subtotal	*169,— RM*	*253,50 RM*
Acréscimo 3ª Etapa (30%)	50,70 RM	76,05 RM
Preço ao Consumidor	219,70 RM	329,55 RM
Parcela de Lucro Total	119,70 RM	179,55 RM

Apesar de percentuais constantes no cálculo, o consumidor não precisa pagar, por exemplo, 50 RM a mais do que antes, mas sim cerca de 110 RM a mais. Ele precisa acrescentar ao aumento do preço da matéria-prima ainda cerca de 60 RM, valor pelo qual aumenta a parcela do preço ao consumidor correspondente às margens de lucro.

Se cada etapa tivesse se contentado, com base no cálculo percentual, com sua parcela líquida anterior, o preço ao consumidor teria aumentado apenas em 50 RM, sem redução de renda para qualquer etapa.

Praticamente não há aumento de preço que não possa ser reduzido de forma significativa por esse método antes de chegar ao consumidor. O restante ainda existente pode ser combatido com ainda mais facilidade por meio de redução de custos e outras melhorias de gestão empresarial.

As possibilidades nesse campo já foram em grande parte pesquisadas por numerosos institutos especializados, tanto públicos quanto privados. Sua realização, como mostram os relatórios de consultoria prática de empresas, esbarra em uma certa superstição contra inovações, na inconveniência de ter de penetrar em novos e claros modos de pensamento até então desconhecidos, e não por último na carga adicional de trabalho que uma reorganização interna da empresa traz para o proprietário.

Diante disso, deve-se enfatizar com firmeza que a flexibilização dos vínculos de política de preços só pode ser alcançada, em primeiro lugar, se dentro do quadro já estabelecido a economia se organizar da forma mais racional possível.

Assim como a Alemanha procura obter os bens de que necessita principalmente por meio de uma autogestão rigorosa, a economia deve criar a margem de renda que lhe é exigida por meio de um amplo desenvolvimento de suas possibilidades internas.

Essa tendência também deve levar ao fato de que, quando aumentos de preços forem ocasionalmente inevitáveis, todas as possibilidades de redução de preços em outros pontos sejam preparadas e exploradas.

Dessa forma, os movimentos de preços podem ser compensados e localizados, de modo que a média geral de preços não aumente apesar de aumentos isolados.

Quanto mais variada for a iniciativa da economia nesse sentido, tanto mais rapidamente a referência rígida ao 17 de outubro de 1936 se tornará desnecessária. Assim, dependerá em grande medida da própria economia quando, no curso desse desenvolvimento, a regulamentação de congelamento de preços poderá ser suspensa.

A pausa criada pelo Comissário do Reich com a proibição de aumentos de preços para a introdução de sua política também deve ser utilizada pela economia para a adaptação de seus métodos às novas diretrizes.

Não se trata, na nova política de preços, de uma série de medidas ligadas a uma conjuntura e que dela retiram seu sentido interno. É verdade que os últimos quatro anos trouxeram à economia alemã uma conjuntura excepcional de vendas, e o aumento de preços no mercado mundial já mencionado é um sinal e um efeito de uma conjuntura mundial ascendente.

No entanto, tal observação não pode levar a economia, pelo fato de estar em boa trajetória, a ser deixada à própria sorte ou a ser ajustada apenas às condições momentâneas.

A palavra “conjuntura” pode ser um elemento indispensável no vocabulário da análise econômica, mas na política econômica ela é uma expressão vazia e frequentemente enganosa. Assim, a França também participa da conjuntura atual, sem por isso ter superado suas dificuldades monetárias ou conseguido conter a fuga de capitais. Nos Estados Unidos, o extraordinário crescimento também não consegue aliviar a produção e o mercado de trabalho das fortes tensões sociais. A prosperidade econômica na Inglaterra deixa grandes partes da população em extrema miséria, que não melhorou em nada em relação ao ponto mais baixo da crise econômica. Por mais agradável que possa ser a passagem da crise para a conjuntura, ela inevitavelmente contém em si o germe de uma futura reversão, na qual a prosperidade econômica novamente

dará lugar à crise. O ritmo desse movimento em ondas torna-se com o tempo cada vez mais rápido, e as oscilações para cima e para baixo cada vez mais intensas. Cada vez mais numerosas se tornam as vítimas que ficam pelo caminho na fase de declínio. Uma condução econômica responsável deve, portanto, garantir que as tendências atuais sejam equilibradas a tempo, que sejam criadas salvaguardas contra quedas nas fases de crescimento e que reservas sejam acumuladas para o período de retração. Para a política de preços, isso significa a tarefa de manter a conjuntura de produção sem deixá-la se transformar em uma conjuntura de preços — ou, em outras palavras, manter salários e preços estáveis. Se a economia quiser tirar proveito dessa política, também deve resistir, por si mesma, à tentação de cair em uma conjuntura de preços. Em vez da chance passageira de altos lucros, ela recebe então a condição mais indispensável de sua existência: segurança.

Apêndice E: Política de Preços e Agricultura (Josef Wagner)

A intervenção do Comissário para o Plano de Quatro Anos no curso do desenvolvimento agrícola vai muito além do quadro de uma medida ocasional, que visasse, por exemplo, uma adequação da política agrária ao curso em outras áreas.

Quem ouviu o discurso do Comissário para o Plano de Quatro Anos dirigido aos camponeses e agricultores alemães certamente terá recebido uma forte impressão da seriedade com que a população rural alemã foi instruída em seus novos deveres.

Os deveres são, de fato, novos, e não apenas a repetição necessária de exortações anteriores. Se ao camponês alemão foi dada a oportunidade, nos últimos quatro anos, de colocar sua própria vida sobre um novo fundamento, sem interferências externas, e de refletir sobre seu dever como alimentador do povo, agora lhe é imposta uma tarefa tangível e claramente definida. No futuro, não haverá mais espaço para as queixas quase tradicionais da agricultura sobre os 'tempos difíceis'. Através do generoso programa agrário anunciado pelo Comissário para o Plano de Quatro Anos, a agricultura alemã não recebeu uma esmola ou uma doação, mas sim um equipamento incomparável para a batalha decisiva da produção que agora se inicia. Esse é o sentido das novas medidas, que não constituem nem uma proteção contra crises, nem uma garantia de conjuntura para a agricultura, e não têm absolutamente nada a ver com considerações de rentabilidade política agrária; pelo contrário, nasceram do pensamento de um rendimento mais elevado — o rendimento mais alto imaginável que o povo alemão deve e irá extrair do seu solo como sua base natural de vida.

É certo que, no futuro, nenhuma fazenda alemã ficará desolada ou em estado precário. Mas que ninguém se iluda com uma falsa segurança por causa disso. Pois não poderá haver sequer uma fazenda que, embora sustente seu proprietário 'bem ou mal', fique substancialmente aquém do pico de desempenho possível. No futuro, o agricultor não terá cumprido suas obrigações apenas por satisfazer seus credores ou encontrar proteção suficiente contra dívidas, mas somente quando justificar, de sua parte, a confiança que o Comissário para o Plano de Quatro Anos visivelmente deposita em toda a agricultura alemã.

Somente a partir do conhecimento dessas linhas de pensamento é que se podem compreender corretamente as medidas de política de preços, muito drásticas, do novo programa agrário. A política de preços oferece instrumentos particularmente incisivos porque é capaz de remover justamente aqueles obstáculos ao desenvolvimento agrícola que o camponês dificilmente conseguiria eliminar por conta própria. Ela não precisa se limitar a apontar para o futuro com diretrizes fundamentais; ela intervém diretamente, de forma moldadora, no presente. Ao fazê-lo, ela regula a formação de preços agrícolas conforme as exigências da coletividade ordenam. Talvez a característica mais marcante da fase de desenvolvimento que acaba de começar seja o alto grau em que a agricultura foi colocada sob a tutela, mas também sob a lei incondicional da ideia do bem comum.

Assim, ao reduzir os preços dos fertilizantes, não se tratava de forma alguma de reduzir o valor da conta de fertilizantes do agricultor mantendo a mesma quantidade de uso. Tal ponto de vista certamente não teria justificado os grandes sacrifícios impostos à indústria e ao comércio envolvidos nesta ação. Esses sacrifícios são aceitáveis e não colocarão em risco a existência dos afetados. No entanto, representariam uma distribuição injusta de encargos se servissem apenas para facilitar a vida da agricultura. E não era esse o ponto,

mas sim um aumento decisivo no consumo de fertilizantes comerciais, que só poderia ser alcançado através de uma redução de preços.

Atualmente, como não se pode negar, ainda estamos em muitas partes do país bastante longe de uma fertilização abundante e regular. No entanto, devemos chegar absoluta e o mais rápido possível à fertilização plena em todos os lugares. O povo alemão não pode se dar ao luxo de deixar as possibilidades existentes sem uso. Por isso, é quase um sacrifício profano quando falta ao solo, ano após ano, o suprimento necessário das substâncias mais importantes. Não é coincidência que as áreas agrícolas mais bem fertilizadas da Alemanha tragam também os maiores rendimentos. Elas mostram que a dose adicional não está de forma alguma perdida, mas que retorna abundantemente através de colheitas melhores. Um aumento constante das doses de fertilizantes será iniciado e acelerado pelo preço reduzido, até que, em um tempo previsível, a fertilização plena permanente tenha se tornado uma realidade em todo o Reich. Através do aumento das vendas, os valores perdidos pela redução do preço retornarão aos fabricantes e vendedores de fertilizantes.

A redução de preços era o único meio disponível para fomentar o consumo de fertilizantes comerciais. Já o estado anterior previa, de fato, certos descontos em caso de aumento correspondente nas vendas, mas, por outro lado, previa aumentos de preços em caso de queda no faturamento. Isso, porém, lembrava demais a imagem da raposa que morde a própria cauda. Dificilmente se poderia esperar que o agricultor, em um período de rotatividade já por si longo, ampliasse seu consumo na esperança de um barateamento futuro. O aumento das vendas permanecia, portanto, dependente de todos os outros fatores possíveis, especialmente da quebra de safra de cada ocasião, sem que isso se tornasse mais provável. Por outro lado, se a redução de preços está no início, o consumo recebe um impulso vigoroso. E ninguém duvidará que o apelo dirigido

à população rural pelo Comissário para o Plano de Quatro Anos possui força suficiente para eliminar todas as dúvidas nessa direção.

A redução de preços também não poderia ser substituída por subsídios estatais. Após o término destes — pois eles não poderiam ser concedidos eternamente —, os preços saltariam de volta ao nível antigo, desencadeando assim um retrocesso correspondente nas vendas na agricultura e dificuldades de crise na indústria. A redução de preços real, ou seja, realizada sem apoio financeiro de terceiros, traz em si a garantia de sua duração. Por isso, ela precisava ser efetuada sem demora.

A força retroativa concedida ao decreto sobre o barateamento de fertilizantes até 1º de janeiro de 1937 também garantirá que o impulso seja transferido imediata e integralmente ao consumo. Em vez de reembolsos para as entregas ocorridas no intervalo, prescreveu-se, como se sabe, a entrega posterior de uma quantidade correspondente ao valor de 30% da entrega antiga (calculada segundo os preços antigos). Esta regulamentação, adotada apenas para os fertilizantes nitrogenados, torna muito fácil para a agricultura começar imediatamente com o aumento das doses de fertilizantes. Não se deve esquecer que o nitrogênio é apenas um componente da fertilização. É, portanto, dever de cada agricultor utilizar igualmente os outros fertilizantes necessários para o seu solo em uma escala aumentada de forma correspondente.

Os fertilizantes potássicos [potassa] serão reduzidos apenas no início do ano econômico da potassa, ou seja, em 16 de maio de 1937. Para o restante do atual ano econômico, a potassa não desempenha mais papel relevante. Além disso, a produção da indústria de potassa não pode ser aumentada tão facilmente quanto, por exemplo, a da indústria de nitrogênio. A mineração, com sua dependência de mão de obra humana especialmente treinada, é menos elástica

do que uma indústria configurada predominantemente para o desempenho de máquinas.

Por esta razão, a indústria de nitrogênio foi mais fortemente solida para a ação de redução de preços. Ela pode, com as instalações existentes, aumentar sua produção em cerca de 50% do estoque atual sem grandes reestruturações. O aumento do faturamento irá beneficiá-la, portanto, de forma particularmente rápida. Segundo a estimativa do *Reichsnährstand* [Corporação de Alimentação do Reich], já nos próximos anos poderá ser espalhado cerca de 30% a 35% mais fertilizante do que no ano passado.

Não se faz tudo apenas levando o solo alemão ao seu rendimento total. Em sua área limitada, também é necessária uma distribuição correta do cultivo. Por isso, precisaram ser tomadas medidas para colocar o cultivo de certas culturas importantes em primeiro plano. Uma dessas medidas é o decreto sobre os preços da batata no próximo ano econômico, anunciado simultaneamente com o barateamento dos fertilizantes. Ele estabelece os preços dos diversos tipos de batata (para consumo, para ração, para fins industriais) em uma proporção mútua funcional e dá a cada agricultor, através de sua promulgação oportuna, a possibilidade de organizar seu plano de plantio de acordo. No ano anterior, os preços da batata só foram anunciados pouco antes do início da colheita, de modo que não tiveram influência sobre a quantidade do cultivo.

A nova regulamentação será de importância abrangente, especialmente para a nossa economia de forragem [ração animal]. No caso das batatas destinadas propriamente à ração, a eliminação dos suplementos mensais contribuirá para deslocar as entregas para o início do ano. A deterioração que ocorre pelo armazenamento em silos poderá, assim, ser evitada em grande parte. As batatas industriais, que são alimentadas predominantemente na forma de flocos, sofreram um aumento de preço considerável. No futuro, elas serão

cultivadas justamente nas áreas que até agora estavam atrasadas nesse ponto. O valor de um desenvolvimento rápido e profundo nesta direção mal pode ser superestimado. O floco de batata, como um dos forragens mais importantes, pode nos libertar de importações caras. Para garantir sua utilização em quantidade suficiente, em conjunto com a medição correta do preço da batata industrial, foi decretado um barateamento dos preços dos flocos que corresponde ao seu valor forrageiro interno em relação às outras rações.

O decreto sobre o aumento do preço do centeio serve não apenas para aumentar o cultivo deste cereal, mas, acima de tudo, garantirá o seu uso correto. Enquanto a quantidade disponível de centeio servir exclusivamente para a alimentação humana, nunca faltará pão ao povo alemão, apesar de seu espaço limitado. No entanto, a quantidade disponível não é grande o suficiente para que partes consideráveis dela possam ser desviadas para a alimentação animal. Portanto, através do aumento do preço do centeio, assegurou-se que este cereal encontre, também sob pontos de vista econômicos, o uso mais adequado como alimento humano. Ele deve ser mais caro do que outros tipos de forragem, mas o produto final deve ser barato o suficiente para poder servir de base alimentar mesmo para as camadas mais pobres do povo.

O estabelecimento da proporção correta de preço em relação aos outros tipos de ração animal só foi possível, naturalmente, após ter sido providenciado simultaneamente um aumento correspondente na produção de batatas industriais. No futuro, ninguém poderá dizer que negou o centeio ao ser humano para não deixar o animal passar necessidade. Ninguém poderá dizer que deu o centeio como ração porque o desvio pelo estômago do porco trazia rendimentos maiores do que a entrega ao moinho.

O preço do centeio, porém, não é apenas um assunto agrícola; desperta, pelo contrário, um vivo interesse em todos os lugares, pois junto com ele surge

imediatamente o pensamento no preço do pão. O preço do pão permanecerá estável no futuro, como já vem ocorrendo há vários anos.

O melhor exemplo disso é a situação atual. A Alemanha nacional-socialista conseguiu reduzir o preço do pão em cerca de 16% em relação ao preço médio dos seis meses de outubro de 1930 a março de 1931. Em contraste, observamos atualmente flutuações no preço do pão na Inglaterra, França, Escandinávia e América do Norte. Quase em todos esses lugares, elas são acompanhadas de abalos sociais, sendo difícil distinguir entre causa e consequência.

Concluindo, deve-se dizer que as medidas de política de preços adotadas não são apenas um componente indispensável do novo programa agrário, mas destacam-se, ao mesmo tempo, como particularmente significativas no âmbito da prática de formação de preços. Embora o cuidado com os preços dos alimentos seja uma tarefa que surge diariamente, não é frequente a oportunidade de, no âmbito de uma ação abrangente, colocar os preços da produção agrícola sobre uma base inteiramente nova. Não pode haver dúvidas de que a conquista da liberdade alimentar [autossuficiência] depende, em alto grau, de um cuidado correto com os preços agrários, adaptado à política geral de preços.

Apêndice F: Formação de Preços: Uma Tarefa de Liderança e Organização Econômica

A própria palavra "política de preços" já aponta para uma pretensão de liderança estatal. As múltiplas prestações na economia, que encontram sua expressão final no preço e que, em interação com outros fatores, determinam o nível geral de preços, não devem mais ser deixadas à própria sorte, mas sim conduzidas de acordo com pontos de vista econômicos globais. Com isso, a eficácia formadora de preços dessas prestações e fatores não deve e não pode, naturalmente, ser eliminada. Ela deve, contudo, ser colocada sob a supervisão e liderança suprema do Estado. Os objetivos e meios de tal empreendimento devem derivar das tarefas mais abrangentes que são impostas à gestão econômica estatal de modo geral. Pois o plano de operações fundamental da política de preços deve estar em exata conformidade com o planejamento global, para que possa ser exequível e eficaz.

O plano que a liderança do Estado alemão persegue no campo econômico está claramente manifesto. Ele é impulsionado segundo pontos de vista uniformes e com meios cuidadosamente coordenados entre si. Prevê certas mudanças estruturais na economia alemã que devem nos garantir, após a igualdade política, também a igualdade econômica e a liberdade de ação no mundo. Os objetivos técnicos a isso associados, de criação de materiais e aumento da produção, só nos beneficiarão a longo prazo se colocarmos nossa vida comunitária econômica sob normas claras e concretas, que assegurem de uma vez por todas a primazia dos pontos de vista da economia nacional sobre os da economia privada (*privatwirtschaftlich*). Nessa direção aponta também o conceito fundamental da política de preços do "preço economicamente justificado", que pode ser facilmente suprimido justamente em uma comunidade

comprimida em um espaço escasso e não excessivamente abençoada com bens naturais. —

Outra tarefa da política de preços consiste em manter ou elevar ao nível correto a relação entre a economia interna — que se encontra em um gigantesco esforço de força — e as outras economias nacionais. Pois o desempenho previsto no Plano de Quatro Anos não pode ser realizado apenas com os meios normais e livremente disponíveis da economia. Ele torna necessário o recurso a reservas em mais de um ponto. A iniciativa estatal na política de preços é, portanto, determinada em parte essencial pelo fato de que a necessidade de formação de reservas econômicas é claramente reconhecida e considerada uma tarefa pertencente diretamente ao Plano de Quatro Anos.

Formação de preços (*Preisbildung*) não é de modo algum o mesmo que fixação de preços (*Preisfestsetzung*); os dois conceitos estão, inclusive, em certa oposição um ao outro. Este fato deve ser observado precisamente quando se quer investigar a possibilidade da política de preços em relação à formação de reservas. A mera fixação de preços é apenas em casos muito especiais uma expressão da formação orgânica de preços; como, por exemplo, quando certas mercadorias com preços constantemente flutuantes necessitam de uma fixação periodicamente recorrente por razões de clareza de preços. No mais, a fixação de preços por parte de instâncias centrais é sempre apenas um recurso de emergência para o caso de a formação orgânica de preços não funcionar ou levar a resultados insuficientes devido a circunstâncias especiais.

Circunstâncias desse tipo fizeram com que, por exemplo, o nível de preços alemão esteja, há muitos anos, consideravelmente acima do nível de preços da maioria dos outros grandes países comerciais. Com isso, estamos fortemente prejudicados em nossa competitividade no mercado mundial e teríamos — se a oferta e a demanda fossem realmente os senhores absolutos do mercado — que

nos isolar do comércio mundial ou enfrentar um empobrecimento imparável. A compensação desse desnível de preços só pode ser alcançada, a longo prazo, se a Alemanha compensar suas desvantagens naturais na competição com outros povos — alta densidade populacional em espaço reduzido, poucos recursos minerais, falta de colônias — através de uma tensão total e unitariamente planejada de todas as forças econômicas. Além desta tarefa especial, o trabalho corrente deve ser realizado e, simultaneamente, deve-se garantir que não surja um novo impulso inflacionário justamente em decorrência do Plano de Quatro Anos. Caso contrário, poderia facilmente acontecer que as forças aplicadas fossem desperdiçadas inutilmente. É necessário, portanto, além dos meios empregados, manter reservas disponíveis ou, se necessário, permitir que sejam formadas.

Naturalmente, não basta que as reservas financeiras se acumulem na economia. Elas são, de fato, muito necessárias e indispensáveis. Mas a preocupação com elas não valeria a pena se, mais cedo ou mais tarde, tivessem que servir apenas para financiar uma exportação que de outra forma seria impossível, sem que houvesse ocorrido uma mudança de princípio. As reservas monetárias da economia já existentes hoje provêm, em sua grande maioria, de uma conjuntura de vendas (*Absatzkonjunktur*) que foi interceptada a tempo antes de evoluir para uma conjuntura de preços (*Preiskonjunktur*). Essas reservas encontram, portanto, um uso muito proveitoso quando são aplicadas na manutenção da conjuntura de vendas.

Pois disso surgiram, primeiramente, novas reservas monetárias. Além disso, elas aumentam as reservas de mercado (*Absatzreserven*), economicamente muito mais importantes, que surgem especialmente quando, com a ajuda de reduções de preços, se encaminha um aumento do poder de compra geral. Foi a falta de reservas de mercado — ou, em outras palavras, de

poder de compra — que transformou a desaceleração da conjuntura em 1931 em uma queda livre rumo à crise.

De importância decisiva, porém, é um estoque garantido de meios de produção e capacidade produtiva. Somente com sua ajuda poderemos alcançar uma participação lucrativa no mercado mundial, sem que a manutenção da economia externa consuma repetidamente nossas melhores forças. Mas também este objetivo só pode ser realizado com a ajuda de uma política de preços sensata. Pois o poderoso impulso da economia faz a circulação monetária entrar em movimento muito antes da rotatividade dos bens de consumo. Do equilíbrio perturbado entre a circulação de dinheiro e o estoque de mercadorias surgiria, mais cedo ou mais tarde, uma inflação, caso a liderança econômica suprema não tivesse a economia — e com ela a estrutura e a formação de preços — firmemente em mãos. Então, nossa produção reforçada seria barata para os outros, mas teria que ser paga por nós com o preço de um novo colapso. Nada mudaria se as receitas da economia, aumentadas pelos preços crescentes, fossem usadas para novos investimentos na produção de bens. Pois esses investimentos — e esse perigo existe especialmente quando são realizados apenas sob pontos de vista individuais da empresa — entram facilmente em conflito com nossa base de suprimento de matérias-primas e nos lançariam de volta a uma dependência reforçada do exterior. Reservas reais de investimento só surgem quando o poder de compra permanece seguro e, simultaneamente, a rentabilidade de toda a economia nacional, considerada como uma unidade em relação ao exterior, é constantemente melhorada.

O já mencionado desnível de preços entre a Alemanha e as principais economias estrangeiras só pode, portanto, ser compensado se, primeiramente, for estabelecida na economia interna alemã uma melhor relação entre dinheiro e mercadorias. Somente quando produzirmos com o melhor aproveitamento de nossas forças de produção nacionais e com a maior independência possível de

meios auxiliares estrangeiros — e, a longo prazo, também com gastos cada vez menores de dinheiro —, ou seja, quando a cada unidade de mercadoria corresponder a menor unidade monetária possível, somente então nossas reservas poderão servir ao seu propósito real: estar de prontidão para tarefas extraordinárias.

A formação de reservas econômicas nacionais pressupõe, portanto, que os preços se tornem mais baixos; pois uma política de preços que visa preços baixos é o único meio de fazer brotar reservas dos frutos do nosso desempenho de trabalho nacional, grandemente aumentado pelo Plano de Quatro Anos. O Estado foi obrigado, precisamente por isso, a assumir a liderança também na política de preços. Quando, há um ano, criou um órgão especial para isso [o Comissariado de Preços], os preços do mercado mundial estavam em franca ascensão. Foi necessário, portanto, garantir primeiro que o mercado alemão não caísse na mesma evolução, mas sim que, por assim dizer, 'marcasse passo'. As restrições que a economia alemã impôs a si mesma com isso não foram perdidas. Elas beneficiaram diretamente a competitividade no mercado mundial.

E se aqui e ali surgiu o temor de que uma política de preços excessivamente rígida pudesse impedir a empresa individual de cobrir seus custos de produção, houve um equívoco não apenas sobre as intenções do Comissário de Preços, mas esqueceu-se, acima de tudo, que se tratava precisamente de garantir a cobertura dos custos de produção para a economia nacional como um todo.

Mas já desde o início do verão de 1937, nenhum observador atento poderia ter dúvidas de que a alta conjuntura no mercado mundial estava seriamente ameaçada. Os eventos das últimas semanas confirmaram plenamente essas suposições. Hoje já deve ser considerada a possibilidade de que a conjuntura, especialmente na América, arrefeça decisivamente. O necessário ajuste do

desnível de preços torna-se, com isso, muito mais difícil para nós — este é o lado negativo da queda dos preços no mercado mundial, que seria muito desejada por outros motivos.

Por isso, desde cedo, trabalhou-se enfaticamente por reduções de preços, especialmente nos bens de consumo. De acordo com os princípios de uma correta formação de preços, a própria economia teve que ser envolvida de forma decisiva e responsável. Assim, a organização da economia industrial foi encarregada de investigar e aproveitar as possibilidades de redução de preços nos chamados artigos de marca. Entre as inúmeras objeções que essa ação encontrou, nenhuma delas lidou com a situação política dos mercados mundial e interno que acabamos de mencionar. Se tivessem incluído em suas considerações a necessidade inevitável de redução de preços que daí decorre, não teria restado dúvida por que se teve que começar pelos bens de consumo e, entre estes, pelos artigos de marca.

Como a tarefa da política de preços é, ao mesmo tempo, uma tarefa sociopolítica, a configuração dos preços ao consumidor sempre assume uma importância especial. No entanto, se começarmos por ela, como o preço do produtor antecede os preços das etapas intermediárias — e, portanto, também o preço a ser pago pelo consumidor final —, ela deve ser planejada desde o início de modo que atue o mais rápido possível ao longo de toda a escala até o primeiro produtor. Em nenhum lugar essa possibilidade é tão grande quanto nos artigos de marca, que apresentam uma conexão direta entre os dois pontos finais do processo.

Além disso, os artigos de marca possuem hoje uma forte posição de domínio na concorrência e exercem uma função reguladora de preços no mercado de bens de consumo. Eles são, portanto, os que melhor podem suportar

uma redução de preços e, ao mesmo tempo, permitem que inúmeros artigos sem marca os sigam no caminho para preços mais baixos.

As reduções de preços nos artigos de marca, que já ocorrem em escala significativa — de modo que para este grupo já se estabeleceu a designação coletiva de 'ação de redução de preços' — mantiveram-se livres de qualquer esquematismo. Elas não foram decretadas por ordem oficial, mas realizadas voluntariamente pela própria economia dentro do quadro de sua organização. O mérito dos círculos econômicos envolvidos não é diminuído pelo fato de que por trás de suas medidas, tomadas sob responsabilidade própria, existia uma iniciativa estatal. É certo que, sem essa iniciativa, nenhuma das mercadorias agora barateadas teria tido seu preço reduzido precisamente neste momento, precisamente nesta proporção. Pois a necessidade disso só poderia ser reconhecida, afinal, por uma instância superior, representante da economia como um todo, que não se deixa desorientar por considerações individuais ou de grupo.

Somente a liderança estatal pôde também garantir — ao empregar e encarregar corretamente a organização criada por ela — que o indivíduo não ficasse sozinho e que os avanços positivos não estancassem. Aqui se mostrou que a pretensão de liderança do Estado, quando exercida corretamente, não restringe de modo algum a iniciativa da economia privada, mas sim permite que as forças nela contidas se desenvolvam plenamente. E é justamente tal atuação de uma liderança suprema unitária que oferece à economia a melhor garantia de que seus desempenhos sejam realmente aproveitados para o propósito pretendido, de acordo com um plano uniforme, e que não seja ora esta, ora aquela tendência a manter a vantagem no conflito oscilante de opiniões.

Apêndice G: Formação de Preços e Padrão de Vida (Josef Wagner)

Na abertura da Exposição de Automóveis de 1938, o Führer definiu a tarefa econômico-política dos próximos anos com toda a clareza: o padrão de vida das grandes massas deve ser elevado e definitivamente assegurado. Tal melhoria, como se entende por si só, só pode ser alcançada através do trabalho. Nada seria mais perigoso do que, sob a impressão de nossa ascensão sem precedentes, entregar-se à ideia de um "milagre econômico" que se perpetua automaticamente. Para cada melhoria, mesmo a menor, no padrão de vida, deve-se primeiro prestar uma medida correspondente de desempenho.

Por outro lado, não é tecnicamente viável que cada desempenho e cada aumento de produtividade se reflitam imediata e exatamente na mesma proporção no padrão de vida do indivíduo. Pois o padrão de vida de um povo — ou seja, o nível médio de satisfação das necessidades diárias — depende, em sua maior parte, do suprimento dos chamados bens de consumo. Além da satisfação dessas necessidades diárias, devem ser realizados todos os trabalhos necessários para a segurança e expansão da vida comunitária estatal.

Assim, o nacional-socialismo não poderia ter começado, em 1933, lançando todas as suas forças na produção de bens de consumo. Se isso tivesse ocorrido, tais bens poderiam talvez estar à disposição do povo inicialmente em quantidade ilimitada e a preços baixos. Mas uma economia que trabalhasse apenas para o cotidiano não teria sido capaz de mobilizar reservas de trabalho para as grandes tarefas comunitárias. Não se poderia sequer pensar em independência política ou de matérias-primas.

Em vez disso, o nacional-socialismo atacou primeiro uma série de trabalhos cuja execução teve apenas em parte uma influência direta e estatisticamente mensurável no padrão de vida. Contudo, isso causou uma mudança decisiva nas condições de vida, especialmente para os companheiros

de povo mais pobres. Basta apontar aqui os números esmagadores que o Führer apresentou em seu grande discurso no Reichstag em 20 de fevereiro.

No entanto, a garantia do padrão de vida para as grandes massas do povo merece atenção tanto maior quanto maior for a parte de sua força de trabalho desviada da produção de bens de consumo. Podemos observar as consequências da visão oposta na Rússia. Lá, a obtenção de bens necessários para o padrão de vida é quase totalmente negligenciada, enquanto toda a capacidade de desempenho econômico é empregada implacavelmente para fins de armamento, construções ferroviárias estratégicas, etc. Como resultado, reina a miséria mais amarga naquele país que, por extensão, fertilidade e recursos minerais, poderia abrigar o povo mais rico da Terra. Os bens de necessidade diária, roupas, sapatos, alimentos, etc., possuem um valor de raridade monstruoso e devem ser pagos com preços correspondentes.

A tarefa da política de preços estatal é prevenir até os indícios mais remotos de tal desenvolvimento. Consequentemente, todas as suas medidas visam não permitir que o nível de preços suba acima da altura economicamente justificada. A lei da oferta e da demanda não foi, com isso, apenas contestada teoricamente, mas praticamente quebrada. Em vez de aceitar o preço como ele se forma a partir da oferta e da demanda, em uma longa série de casos, a oferta e a demanda foram reguladas com a ajuda do preço.

Esta tarefa entra em sua fase decisiva após o Führer ter exigido, de forma tão enfática, a garantia e a promoção do padrão de vida geral. Ainda hoje não é possível restringir a esfera de produção das grandes tarefas comunitárias em favor da produção de bens de consumo diário. O aumento do desempenho neste último campo deve, portanto, ser alcançado, por um lado, através do emprego mais racional possível dos meios de produção livres e, por outro lado — e principalmente —, através de uma política de preços correspondente.

De acordo com a superada doutrina do liberalismo, seria necessária uma superoferta para provocar reduções drásticas de preços. Superoferta, porém, significa necessariamente um desperdício de material e de capacidade de produção, que não podemos nos dar ao luxo de forma alguma, dada a alta demanda sobre nossa economia. Não podemos, portanto, dar a ninguém a possibilidade de atrair meios de produção e mão de obra para uma produção que, embora seus resultados possam ser vendidos, seja irrelevante para o padrão de vida. Acima de tudo, é intolerável quando ramos industriais favorecidos pelo mercado, mas não vitais, despojam outras partes da economia — por exemplo, a agricultura — da mão de obra necessária através do 'vácuo' de seus esforços de expansão.

A prevenção de tais fenômenos está estreitamente ligada à política de preços; ela está, inclusive, em uma interação direta com ela. Pois a política de preços não provoca apenas a proteção e a orientação do consumidor, mas, na mesma medida, também a proteção e a orientação da produção. Ela pressupõe um constante equilíbrio de diferentes interesses que se opõem na esfera da economia privada e que só podem ser unidos quando vistos sob um ângulo superior e econômico global.

Este objetivo não pode ser alcançado através de decretos burocráticos e fixações de preços. Tais medidas são, de fato, indispensáveis, mas estão apenas na margem da eficácia política. Pois nunca se deve fixar um preço em tal ou qual nível sem que antes se tenha constatado ou providenciado que a situação econômica correspondente ao novo preço esteja dada.

Para a política de preços, o que importa é que o aumento da produção necessário para garantir o padrão de vida ocorra sem o incentivo — certamente poderoso — do aumento de preços e sem sobrecarregar as capacidades e meios de produção vinculados a outros fins. Daí já se depreende que a própria

economia, tanto o empresário individual quanto as organizações, deve colaborar ativamente. Justamente as organizações de autogestão da economia têm, além das tarefas de formação e monitoramento de preços delegadas à administração interna, trabalhos extraordinariamente importantes a realizar. Elas devem garantir, acima de tudo, que o conceito de preço economicamente justificado passe gradualmente de uma exigência feita à economia para um princípio fundamental da própria economia. Em um grande número de casos, entre os quais se destacam os preços dos artigos de marca, a atividade de política de preços das organizações econômicas já se provou plenamente.

A transferência de tarefas de política de preços para a autogestão econômica é necessária porque a política de preços não pode prescindir de uma investigação minuciosa e de uma influência duradoura sobre os custos de produção (*Selbstkosten*) na economia. No entanto, vale o princípio de que, em última análise, não são os custos operacionais, mas as conexões e necessidades supraoperacionais e econômicas globais que determinam os preços. Na verdade, mesmo na chamada economia livre, os preços não dependem dos custos. Ninguém poderia — exceto no caso de monopólios — impor um preço excessivo referindo-se à sua situação de custos desfavorável.

Assim, a política de preços do Estado não deve servir para garantir custos de produção em qualquer nível. Ao contrário da política de preços do tempo de guerra [Primeira Guerra Mundial], que focava apenas no lucro e levava a um engessamento total dos custos no seu limite superior, a política de preços nacional-socialista dá preferência absoluta à empresa que lucra bem porque trabalha de forma racional em detrimento da empresa que opera sem rentabilidade ou com lucro mínimo, mas com altos custos de produção. A atenção dedicada aos custos de produção parte, portanto, da questão de saber se esses custos são justificados em sua composição e altura, e se podem ser

reduzidos. Só em segundo lugar vem a questão de qual margem de lucro os custos permitem em cada caso.

Esta concepção está intimamente ligada à necessidade de garantir o abastecimento do povo com todos os bens vitais também em termos de quantidade. Se uma mercadoria desapareceu do mercado, até a redução de preço mais cuidadosa não serve para nada. O exemplo da economia de guerra ensinou que determinações de preços podem perfeitamente causar tal desaparecimento. Assim como a política de preços pode agir de forma restritiva sobre a economia, ela também pode agir de forma incentivadora. Ambas as possibilidades foram utilizadas no ano passado. Assim, por exemplo, a redução drástica de preços de fertilizantes e o barateamento de quase todos os outros bens necessários para a agricultura serviram para dar novos incentivos ao aumento da produção na economia alimentar. Por outro lado, no setor têxtil, foram tomadas medidas para evitar o deslocamento da produção de bens de consumo baratos para artigos de qualidade mais lucrativos.

A política de preços não pode, por estas razões, ignorar as condições gerais de produção e distribuição da economia. Ela não existe para criar uma economia sem riscos com rendimentos fixos, nem para garantir a sobrevivência de empresas antieconômicas através da eliminação da concorrência. Ela também não pode manter a economia presa a preços sem antes ter tornado esses preços tecnicamente possíveis. Resulta, portanto, que a política de preços só pode ser conduzida em estreita ligação com as áreas vizinhas do emprego de mão de obra, da política social e do fornecimento de matérias-primas.

No ano de 1933, o problema econômico mais urgente era o desemprego. Ele só pôde ser resolvido quando não se limitou mais a meios puramente de política de trabalho para combatê-lo, mas sim atacou o problema com uma mudança fundamental na política econômica. Hoje enfrentamos uma dificuldade de tipo oposto, a saber, uma escassez de trabalhadores qualificados, que ameaça tornar-se uma escassez geral de trabalhadores em certos ramos da economia. Também aqui a solução só pode ser criada através de decisões fundamentais de política econômica. Pois, onde surge a escassez de trabalhadores, a necessidade de obter ou manter mão de obra em número suficiente leva, com frequência excessiva, ao caminho de aumentos salariais descontrolados, sem que a isso esteja ligado um aumento de desempenho no sentido estrito. Esse desenvolvimento significaria que, por um lado, os produtos da força de trabalho nacional teriam seus preços mantidos baixos, mas o trabalho em si tornar-se-ia cada vez mais dispendioso.

Ora, o Führer não anunciou o Plano de Quatro Anos nem exigiu agora a melhoria do padrão de vida meramente para provocar o sucesso técnico de uma produção ampliada e inovadora. O nacional-socialismo distingue-se justamente da concepção econômica do passado por ver no progresso técnico apenas um meio para um fim, e não o fim em si mesmo. Os produtos da produção, quer sejam produzidos há muito tempo ou tenham sido possibilitados recentemente pelo progresso técnico, devem, pelo contrário, ser adequados para cobrir necessidades reais de consumo; em segundo lugar, devem ser acessíveis pelo preço de compra em questão; e, em terceiro lugar, não devem consumir capacidades e meios de produção que sejam necessários em outro lugar e para fins mais importantes. A hierarquia das diversas produções, estabelecida de acordo com a importância de cada produto, deve ser, portanto, constantemente observada, sendo que, do ponto de vista do planejamento econômico global, o que importa acima de tudo é que a produção atue na formação de capital no

sentido econômico nacional (*volkswirtschaftlich*), e não no sentido da economia privada (*privatwirtschaftlich*). A destruição de capital não pode ser evitada com meios técnicos, mas apenas com meios econômicos. Para isso, é necessária uma iniciativa central e superior que garanta constantemente o equilíbrio necessário.

A função da política de preços da liderança econômica estatal serve, nesse sentido, como um barômetro que registra todas as mudanças de pressão que atuam sobre o organismo econômico, vindas de fora ou de dentro. No fundo, é indiferente se o aumento dos preços mundiais de matérias-primas ameaça nosso nível de preços ou se o mencionado desvio do mercado de trabalho sobrecarregado em relação ao salário por desempenho gera um poder de compra inconvertível e, simultaneamente, piora as condições de produção. Em ambos os casos, a correta relação de valor entre o trabalho humano e o bem material, por um lado, e entre o rendimento nacional do trabalho e a situação competitiva do mercado mundial, por outro, é perturbada. Se estas perturbações — que nunca faltarão — devem ser mantidas dentro de limites toleráveis e, na medida do possível, repelidas, não basta a fixação numérica de preços individuais ou de todos eles. Em vez disso, todos os fatores formadores de preços, desde a obtenção e importação de matérias-primas até o trabalho humano, devem ser colocados sob a mesma lei. Somente então eles resultam no preço economicamente justificado, cuja manutenção pode ser monitorada com os meios do Estado e da autogestão.

Esta lei superior reside na palavra de ordem emitida pelo Führer: Aumento do padrão de vida. Se o progresso técnico e a organização da produção tiverem em vista, em todas as suas medidas, o aumento do padrão de vida de todo o povo, eles nunca se tornarão um 'Moloch' como na economia russa com sua 'adoração aos tratores', mas encontrarão sua justificativa econômica nacional na promoção direta que trazem para a vida de todos os alemães.

Referência (Apêndices *B, C, D, E. F e G*)

Josef Wagner. Gesunde Preispolitik, Dortmund: Westfalen-Verlag (1938)

Apêndice H: Caixas Econômicas e Nacional-Socialismo. Principais Nacional-Socialistas sobre a questão das Caixas Econômicas (Gottfried Feder)

Introdução pelo secretário de Estado Gottfried Feder

As caixas econômicas alemãs (*Sparkassen*) constituem, no âmbito do aparelho monetário e de crédito alemão, provavelmente o fator mais importante. Para a nova reconstrução do sistema monetário e de crédito alemão no sentido nacional-socialista, elas são a parte mais importante do fundamento da futura organização do sistema monetário sob a soberania do Estado.

Há mais de 14 anos venho apontando incansavelmente o objetivo distante do Nacional-Socialismo no campo das finanças. O dinheiro e o crédito devem ser servos da economia nacional. Acumulações de poder econômico, como as representadas pelos grandes bancos baseados no capitalismo privado, são insustentáveis para o NSDAP por razões puramente políticas de Estado.

O sistema das caixas econômicas alemãs, baseado no benefício comum, uma vez limpo dos danos causados pelo sistema marxista, já é o portador de uma organização de tráfego monetário no sentido nacional-socialista. O poupador alemão, apesar do crime da inflação, voltou a ser um fator considerável na economia nacional. No final de 1932, tínhamos cerca de 10 bilhões de RM em depósitos de poupança, com cerca de 21,3 milhões de cadernetas.

O desenvolvimento da caixa econômica como o "banco de depósito do homem comum" deve ser saudado do ponto de vista nacional-socialista, pois está de acordo com a mentalidade do povo alemão querer ver seu capital e suas economias geridos por instituições que não operam numa base capitalista privada, mas sim numa base de utilidade pública.

Com o aparato técnico das mais de 3.000 caixas de poupança e giro existentes, e seus mais de 13.000 postos de atendimento, criou-se uma rede tecnicamente inigualável que representa um feito econômico nacional maravilhoso. Com este sistema, as caixas econômicas atenderam de forma excelente aos desenvolvimentos mais recentes e garantiram a retirada do dinheiro circulante da esfera capitalista privada.

O desenvolvimento urge por uma posição de depósitos sob supervisão do Estado. Se ultimamente se ouviram vozes que acreditavam que o tráfego de depósitos deveria ser retirado das caixas econômicas e transferido para bancos privados, só se pode responder a esses espíritos do passado que eles não compreendem os sinais dos tempos. Se em algum lugar o princípio "O bem comum antes do interesse próprio" (*Gemeinnutz geht vor Eigennutz*) deve ser totalmente aplicado, é no campo do sistema monetário e de crédito.

Nacional-socialismo e Caixas Econômicas - Por Dr. Helmut Nicolai

O mundo liberal foi superado pelo Nacional-socialismo. Não apenas uma revolução, não apenas uma derrubada das formas externas do nosso Estado trouxeram os meses no início deste ano — não, é uma mudança de todo o pensamento, uma reforma do espírito que tomou conta da Alemanha e introduz e exige novas avaliações do passado, novas demandas para o presente e novos objetivos para o futuro.

Neste tempo, o capitalismo também será levado ao túmulo. Das ruínas da forma econômica em colapso brota o socialismo alemão. "*O bem comum vem antes do interesse próprio*"; este é o grito de guerra da nova e vitoriosa vontade econômica. Não é o seu mérito que é essencial, caro camarada; o mundo não respeita o seu lucro e não o efeito parasita capitalista de qualquer uma de suas atividades, mas você deve trabalhar por causa da causa, servir ao seu povo através do trabalho criativo, ajudar para que o todo se mantenha, e você, como

membro do todo, tenha o salário justo pelo trabalho que doou ao povo. Crie, mas não acumule avidamente. Sirva, caso contrário você não pode ganhar. Este é o oposto da mentalidade econômica capitalista.

A partir dessa mentalidade, o homem cria suas obras. Assim, as caixas econômicas cresceram a partir da mentalidade econômica do socialismo. O sistema das caixas econômicas tem duas raízes. Uma é a célula germinal do negócio de empréstimos, a outra a do negócio de poupança. Foi em meados do século XV que um homem tão piedoso quanto perspicaz e enérgico, da ordem de São Francisco (que no fundo sentia-se tão germânico), apareceu na Itália, acusando os judeus e a usura judaica com língua de fogo, mas ao mesmo tempo percebendo que não se podia expulsar os judeus se não se disponibilizasse simultaneamente capitais que pudessem ser emprestados aos necessitados em lugar dos judeus, sem usura. Assim, Bernhard von Feltre fundou as primeiras caixas de empréstimos na Itália, às quais se seguiram fundações senhoriais na Alemanha no século XVIII, para acabar com a usura "dominante". Frederico, o Grande, foi um dos primeiros a fundar tal caixa de empréstimos em Potsdam, em 1781.

O pensamento saudável de ajudar aqueles que de outra forma tinham dificuldade em investir seus poucos centavos de forma segura e útil para alcançar a prosperidade através da oportunidade de poupança foi a outra raiz do nosso sistema de caixas econômicas. Não pura esmola, mas ajuda para poder avançar por si mesmo! Alguns círculos humanitários criaram assim as primeiras caixas econômicas no sentido estrito. Acima de tudo, as cidades comprovaram os direitos de autoadministração que lhes foram concedidos ao criarem caixas econômicas para o benefício comum, lideradas em 1818 pela capital prussiana, Berlim.

Em ambos os casos, foram perseguidos objetivos socialistas e de utilidade pública: "Socialismo", agindo aqui como espírito comunitário, como era a razão de Estado transmitida na antiga Prússia. Já em 1838, sentiu-se a necessidade de reconhecer legalmente as caixas econômicas existentes como "instituições úteis" através da promulgação de um regulamento de caixas econômicas e de regular as suas relações jurídicas. Até hoje, esta lei sábia é a base do direito prussiano de caixas econômicas.

Novamente, a usura judaica trouxe um motivo para promover o sistema de caixas econômicas em meados do século passado. Recomendou-se o cultivo do negócio de crédito pessoal, transformaram-se as caixas econômicas em instituições de crédito para a agricultura, promoveu-se a entrega de fundos à classe média urbana. Tudo isso a partir do pensamento básico socialista de promover economicamente as classes médias vitais do povo. Foi ao mesmo tempo que o liberalismo chegou ao poder e exigiu e finalmente impôs a economia livre e os bancos livres. No entanto, as caixas econômicas estavam tão enraizadas no povo e na economia que persistiram, apesar de muitos desejos hostis de impedir o seu desenvolvimento na economia florescente, porque, segundo a ideologia da época, o setor público não deveria ter empresas econômicas.

Em vez disso, elas cumpriram a tarefa, que nunca será suficientemente reconhecida, de prover as pequenas empresas, a agricultura e a província com fundos, enquanto os grandes bancos privados se dedicavam principalmente ao negócio industrial e ao comércio atacadista, ao negócio estrangeiro, ao comércio de ações e à especulação. Juntamente com as cooperativas, as caixas econômicas cumpriram o dever de preservar o capital para o país e, assim, fechar as lacunas que teriam sido abertas pelo esgotamento do fluxo de capital nas fileiras daqueles setores econômicos que foram negligenciados pelos grandes bancos em favor de estruturas econômicas mais luxuosas.

Sempre foi o Estado que protegeu e promoveu as caixas econômicas por razões de bem-estar comum, especialmente porque ele também precisava delas diretamente como compradoras de seus próprios empréstimos e como instituições de financiamento para os municípios. Ele construiu assim para si mesmo um sistema bancário que o tornava amplamente independente dos consórcios financeiros e mediadores de empréstimos. Surgiram as associações de caixas econômicas e, mais tarde, a organização das caixas de giro (*Girokassen*). Das caixas econômicas individuais cresceu uma organização de caixas econômicas tão firmemente estruturada e, ao mesmo tempo, flexível, como nenhum outro país no mundo poderia apresentar. Mais de 20 bilhões de marcos da riqueza nacional alemã eram geridos pelas caixas econômicas antes da guerra, e quase um quarto de todos os empréstimos de guerra foram colocados através delas.

E quando, após a guerra, a inflação destruiu a prosperidade que outrora reinara, e as caixas econômicas foram atingidas ainda mais fortemente do que outros bancos, elas ainda conseguiram, através da maior revalorização possível dos depósitos de poupança (que outras instituições bancárias não concederam), recuperar a confiança geral, que é a primeira e mais segura base de qualquer atividade comercial. E mesmo que as caixas econômicas não tenham sido poupadas de crises e dificuldades no colapso geral da nossa economia nos últimos anos — falências bancárias não ocorreram nas caixas econômicas, e em mais de 100 anos ninguém perdeu um centavo que confiou às caixas econômicas alemãs seguras para menores.

Quem serve, acaba ganhando. Vemos isso precisamente nas caixas econômicas. Elas devem trabalhar sem busca de lucro próprio. O que ganham deve beneficiar os poupadores em juros e os tomadores de empréstimos em modicidade. O centavo de poupança nelas investido deve ser investido em distribuição sábia, seguro contra o perigo, de tal forma que beneficie o

agricultor e o artesão, o pequeno comerciante e o proprietário de casa, e traga proveito em investimentos valiosos das cidades e distritos. Acima de tudo, porém, existe a obrigação moral para com os poupadores de que nem um centavo dos bens confiados se perca, os quais o trabalho duro ganhou e a parcimônia destinou como reserva de emergência. O Estado, porém, vigia para que o princípio da utilidade pública, tal como estabelecido nos estatutos padronizados pelo Estado, permaneça como base ética de toda a gestão das caixas econômicas, que, a serviço da nação e de toda a economia alemã, são as verdadeiras filhas do pensamento econômico nacional-socialista e, portanto, podem ser exemplares para toda a política bancária no Terceiro Reich em geral.

A Importância do Crédito para a Classe Média - Por Willy Liebel

Prefeito da Cidade de Nuremberg

As caixas econômicas públicas são centros de coleta para as economias da classe média e têm, portanto, a obrigação de satisfazer, em primeira linha, as necessidades de crédito da classe média em seus investimentos financeiros. Nesta compensação local entre o investimento e a necessidade de crédito dos camaradas da classe média, é atribuída às caixas econômicas uma elevada tarefa econômica nacional, especialmente na nova Alemanha nacional-socialista que, sob a orientação do Führer, quer tornar a classe média saudável e forte novamente como o componente mais valioso de todo o povo. Não são os financiamentos "generosos" e as transações bancárias arrogantes que são os símbolos do verdadeiro espírito das caixas econômicas, mas sim a promoção prudente de novos depósitos de poupança e o trabalho detalhado e prestativo de promover existências de classe média com esses fundos.

Assim, o caminho das caixas econômicas públicas na nova Alemanha está claramente traçado. Que todos nós, que somos chamados, trabalhemos juntos nisso e empenhemos nossa força para a realização deste objetivo.

Frente Alemã das Caixas Econômicas

(Deutsche Sparkassenfront)

Mais poderosa do que nunca está hoje a frente das caixas econômicas públicas na vida estatal e popular (*völkisch*) da Alemanha. Ela se estende em toda a sua amplitude por todo o território do Reich alemão. Em cada localidade maior, uma caixa econômica atua como uma instituição de uma associação de garantia municipal; nas localidades menores, são estabelecidas filiais ou postos de recebimento para encurtar, tanto quanto possível, o caminho da população que poupa ou procura crédito até a caixa econômica. No final de 1932, existiam

cerca de 13.000 postos de poupança,

a saber: 2.511 caixas econômicas com 3.146 sucursais e filiais e 7.340 postos de recebimento.

As caixas econômicas nos Estados individuais e nas províncias prussianas estão reunidas em associações regionais de caixas econômicas e de giro (*Giroverbände*), que administram as 18 centrais de giro (*Girozentralen*) e os bancos estaduais afiliados como institutos provinciais ou estaduais de ponta das caixas econômicas. As associações de caixas econômicas e de giro, por sua vez, estão reunidas na Associação Alemã de Caixas Econômicas e de Giro. Sua instituição bancária, a *Deutsche Girozentrale – Deutsche Kommunalbank* – Berlim, é o instituto de ponta das centrais de giro e, portanto, de todas as caixas econômicas alemãs.

Três grandes ideias fundamentais dominam a essência e a atuação das caixas econômicas alemãs: Utilidade Pública, Segurança e Liquidez.

Atuar para a utilidade pública não significa querer obter lucro pelo lucro, mas apenas trabalhar o suficiente para cobrir as despesas operacionais necessárias. Fiel ao princípio: *O bem comum antes do interesse próprio.*

A segurança deve ser o lema das instituições às quais cabe coletar e administrar as economias do povo para o bem da coletividade. Com direito especial, as caixas econômicas públicas alemãs são, portanto, instituições seguras para investimentos de menores (*mündelsicher*). E por que as caixas econômicas são tão seguras? Porque estão sujeitas a normas extremamente rigorosas e constantemente monitoradas pelo Estado sobre a aplicação de seus capitais; porque lhes é proibido conceder grandes créditos ou realizar negócios especulativos; porque, por expressa disposição legal, devem formar reservas suficientes e, finalmente, porque o fiador municipal (*Kommunale Gewährträger*) garante integralmente todos os depósitos das caixas econômicas.

Para poder satisfazer a qualquer momento todas as reivindicações dos poupadores, as caixas econômicas alemãs, por determinação do legislador, tomaram precauções abrangentes para a sua constante prontidão de pagamento (Liquidez).

As caixas econômicas estão encarregadas de três grandes tarefas:

- Coleta das economias nacionais;
- Concessão de crédito à classe média e aos setores da população economicamente mais fracos;
- Administração das reservas operacionais e de caixa da classe média na cidade e no campo, e o cultivo das transações de pagamento sem dinheiro em espécie.

I.

Mais de 10 bilhões em depósitos de poupança,

21 milhões de poupadores,

Um em cada três alemães tem uma caderneta de poupança.

Melhor do que extensas explicações, esses três números iluminam a enorme importância que cabe às caixas econômicas alemãs na economia nacional.

Importante é, antes de tudo, a formação de capital sustentada pelas caixas econômicas. É seu dever, estabelecido em estatuto, promover o pensamento da poupança de todas as formas possíveis. Elas aceitam com prazer valores de poupança de qualquer tamanho, mesmo inferiores a 1 real (*Reichsmark*). Se as caixas econômicas estivessem imbuídas de um espírito liberal, elas provavelmente não operariam tal negócio de pequenas poupanças, que é reconhecidamente não rentável. Para elas, porém, vale o lema: "Servir, não lucrar!" Elas se dirigem há gerações a todas as idades e camadas populacionais de seu distrito natal para envolver a todos na grande obra de promover a formação de capital. Ao criarem a possibilidade para esses círculos de, através da poupança persistente, obterem uma reserva de emergência, uma prosperidade modesta e talvez até a propriedade de um imóvel, tornando-se arraigados à terra, elas agem no sentido do Führer, que estabeleceu como tarefa a desproletarização do nosso povo.

Em pleno reconhecimento dos valores éticos da poupança, as caixas econômicas utilizam os meios de publicidade mais modernos; distribuem cofres domésticos, cadernetas de poupança para presente e muito mais, e dirigem-se, por razões educativas, especialmente à juventude escolar e à geração em crescimento. Assim, educam e formam uma comunidade de poupança que é

muito mais consciente e positivamente disposta em relação ao Estado e às suas tarefas do que aqueles que nada possuem.

Para o alívio da necessidade e a cobertura de demandas repentinas, servem as instituições especiais de poupança com objetivos e propósitos específicos das caixas econômicas públicas. As caixas econômicas públicas de habitação (*Bausparkassen*) servem para a promoção da construção de casas próprias, reconhecida como tão importante.

Mas não ignoremos também o significado econômico nacional da poupança nas caixas econômicas. Que experiências sombrias com o capital estrangeiro ficaram para trás! Por isso, todas as forças devem ser empenhadas para fortalecer e promover a formação de capital de poupança doméstico. Pois não basta que o povo alemão procure apenas extrair sua necessidade de alimentos de seu próprio solo, mas deve também assegurar seu suprimento de capital por força própria.

De marcos e centavos, economizados em sacrifício próprio e reunidos, tirados da "meia de poupança", deve ser formada a obra de bilhões da comunidade do povo; milhares de fontes fluem daí, fertilizando a economia nacional. O interesse do indivíduo coincide com o interesse da comunidade do povo. Pois, conforme cresce o patrimônio do indivíduo, aumenta simultaneamente a riqueza nacional alemã.

As caixas econômicas sempre viram como sua tarefa primordial colocar-se a serviço da promoção nacional da poupança. Hoje, quando se convoca o ataque geral contra o desemprego, essa tarefa ganha um peso especial. Pois cada marco que flui para uma caixa econômica alemã serve para dar trabalho a um camarada diligente e agora involuntariamente ocioso e necessitado. Por isso as caixas econômicas lutam na linha de frente. Elas também avançaram na questão dos juros através de reduções voluntárias de taxas de juros cada vez novas. Não

é isso mais uma prova de sua atitude de utilidade pública? Na verdade, confirma-se em todos os pontos o que o Ministro de Estado Wagner explicou recentemente sobre as caixas econômicas:

> "Nas caixas econômicas reina o espírito de preocupação com a economia nacional. Delas não partem vínculos com o exterior." ... "As caixas econômicas não administram apenas dinheiro e valores monetários, elas administram um bem muito mais valioso: a confiança das pessoas." ... "Elas são um elemento infinitamente valioso na reconstrução da Alemanha."

II.

$5\frac{1}{2}$ Bilhões de RM em Créditos Hipotecários,

2 Bilhões de RM em Créditos Pessoais,

2 Milhões de Pequenos Tomadores de Empréstimo.

Além do cultivo da ideia de poupança e da coleta de economias nacionais, sempre foi tarefa das caixas econômicas canalizar esses milhões — e, mais tarde, bilhões — para a classe média alemã e para a pequena economia por meio de créditos. Todos os estratos que, em sua difícil existência, estão ameaçados em sua subsistência econômica pela luta contra o grande capital precisavam e precisam de ajuda de crédito. Estas são as forças de valor racial (*völkisch*) tão valiosas das classes média agrícola, comercial e industrial.

Três princípios orientadores dominam o negócio de investimento e crédito das caixas econômicas: utilidade pública, segurança e liquidez. Eles encontraram sua expressão nas leis do Reich e dos Estados, e também nos estatutos das caixas econômicas individuais. De acordo com eles, elas operam hoje os seguintes negócios de crédito:

1. Elas concedem empréstimos contra hipotecas, dívidas de terras e rendas para a construção e melhoria de casas residenciais, para o pagamento de obrigações opressivas e usurárias, para a melhoria do solo de propriedades agrícolas e para a promoção do assentamento camponês.

2. Elas concedem empréstimos e créditos de curto e médio prazo, de pequeno e médio porte, a artesãos, comerciantes, agricultores e outros círculos da classe média, com ou sem garantia. Esses créditos servem para completar estoques, estabelecer novas conexões comerciais, realizar publicidade proveitosa e, através de tudo isso, dar trabalho e pão aos camaradas do povo alemães.

3. Elas concedem aos municípios, cidades, distritos e províncias os meios para cumprir tarefas urgentemente necessárias que servem ao bem comum (por exemplo, instalações de transporte, gás, água e eletricidade, hospitais, construção de estradas e pontes).

4. Elas adquirem títulos do Reich, dos Estados e dos municípios e, assim, contribuem para facilitar a execução das tarefas politicamente importantes da economia pública. Com isso, o Reich, os Estados e os municípios tornam-se mais independentes do que antes em relação ao poder e ao ditado do capital financeiro anônimo.

Em um fluxo amplo, esses créditos espalham-se de forma fecunda e criadora de valor pelo país, para o bem do povo alemão trabalhador. Mais de 2 milhões de pessoas, ligadas à terra e ao povo, pertencentes às classes econômica e culturalmente mais importantes, encontram apoio econômico nas caixas econômicas. O número de tomadores de crédito das caixas econômicas não é alcançado por nenhuma outra organização financeira ou de crédito na Alemanha. Não é característico do caráter de fomento à classe média do negócio de crédito das caixas econômicas que o valor médio dos créditos hipotecários concedidos por elas seja de cerca de 5.500 RM? Esse objetivo torna-se ainda

mais claro quando se considera os cerca de 1,2 milhão de empresários de classe média para os quais foram disponibilizados créditos comerciais e operacionais de curto e médio prazo no valor médio de cerca de 1.700 RM.

Ao contrário das tendências das últimas décadas voltadas para a concentração de capitais e poder econômico, e para a criação de poucas estruturas gigantescas na indústria, no comércio e no setor bancário, as caixas econômicas alemãs mantêm inabalavelmente, há mais de 150 anos, a ideia de que são institutos de poupança e crédito da economia local. Com justiça, podem, portanto, designar-se hoje como pioneiras do princípio que se reflete no slogan do "princípio regional" no setor bancário. Todos os recursos que surgem na área de atuação das caixas econômicas locais como poupanças e como reservas de caixa e operacionais da clientela de classe média não são direcionados a centros centrais para posterior desenvolvimento de grandes conglomerados, mas beneficiam diretamente as mesmas camadas que confiaram esses dinheiros à caixa econômica; permanecendo, assim, sistematicamente na economia local. O ciclo do dinheiro completa-se de forma fechada no distrito de origem da caixa econômica, sem desvios improdutivos e perigosos.

A aglomeração de massas humanas gigantescas nas grandes cidades, reconhecida hoje com razão como o maior mal, teria alcançado dimensões ainda maiores se as caixas econômicas, através da sua política de crédito, não tivessem combatido estas tendências fatais durante décadas e, com isso, pode-se dizer, também realizaram um grande feito cultural e político.

É evidente que o esforço e os custos assumidos pelas caixas econômicas para realizar esta política de crédito consistente para a classe média são grandes. Elas o fazem com a consciência de que sua primeira tarefa não é obter altos rendimentos, mas sim prestar serviço à coletividade.

Assim, podemos dizer que as caixas econômicas alemãs prestaram serviços monumentais na reconstrução da economia alemã, na promoção da construção de moradias, bem como na preservação e fortalecimento da classe média, tão importante para o Estado e sua sobrevivência. Isso é o verdadeiro socialismo alemão, inabalável pelas correntes da época e pelo "espírito maligno" de tempos passados. Sem contar com agradecimentos, as caixas econômicas seguiram seu caminho de forma silenciosa e consistente.

Uma palavra especial sobre a questão dos juros! Com toda a razão, os círculos econômicos envolvidos queixam-se há anos do pesado fardo dos altos juros. Embora as caixas econômicas não pudessem se desligar completamente da evolução do mercado de dinheiro e de capitais, elas foram as primeiras nesta área a atacar ativamente a questão dos juros e, sem considerar interesses egoístas mesquinhos, reduziram suas taxas de juros dentro dos limites possíveis.

III.

Tráfego de Giro de Poupança (*Spargiroverkehr*)

2 ½ Milhões de Clientes de Giro, 60 Milhões de Transferências por Ano.

Há algumas décadas, as caixas econômicas alemãs, além de sua atividade original de coleta de poupança e concessão de crédito, entraram em uma nova área de trabalho: o tráfego de pagamentos sem dinheiro em espécie. Esta expansão não representa, como muitas vezes se acusa as caixas econômicas, uma invasão inadmissível em áreas que não lhes pertencem. Pelo contrário, apresenta-se como uma necessidade à qual as caixas econômicas não poderiam se furtar, caso não quisessem se fechar ao desenvolvimento moderno da economia.

Vários motivos podem ser identificados como forças propulsoras para o desenvolvimento deste ramo de negócios. Por um lado, tratava-se de coletar as

reservas operacionais e de caixa da economia de classe média que surgiam na área econômica, para que não fossem retiradas inutilmente do ciclo econômico nacional em baús e caixas, mas sim tornadas úteis para a economia local. Além desta utilização geral, deveria, por outro lado, evitar-se que esses mesmos dinheiros se voltassem para instituições através das quais seriam retirados da economia local e encaminhados a alguns poucos centros de bolsas de valores.

Com isso, criou-se a base para um trabalho de reconstrução produtivo no distrito de origem. Pois esses meios, os chamados depósitos de giro, estavam e estão agora disponíveis para a concessão de crédito adicional. Que não se trata de valores insignificantes, fica claro pelo fato de que quase 1 ½ bilhão de RM foram captados por este caminho.

Também em termos organizacionais e técnicos, o tráfego de giro de poupança — assim se chama o tráfego de pagamentos sem dinheiro das caixas econômicas e das centrais de giro — realiza algo exemplar. Todo titular de uma conta de giro em uma caixa de poupança ou de giro pública pode fazer ou receber pagamentos de qualquer valor a qualquer pessoa — independentemente de esta possuir ou não uma conta em algum lugar. Não são cobradas taxas, nem do destinatário nem do ordenante de tal transferência. Além disso, os saldos dos titulares das contas rendem juros continuamente.

Especialmente vantajoso para o titular da conta, além da simplicidade, rapidez e segurança do tráfego de giro, é o fato de que ele geralmente pode fazer saques e depósitos a qualquer momento, porque sua caixa econômica se encontra em seu local de residência ou em proximidade facilmente acessível.

Os formulários de transferência são desenhados de forma extremamente simples; através da entrega da ordem original, o "cartão de giro de poupança", ao destinatário, poupa-se ao remetente a notificação do destinatário.

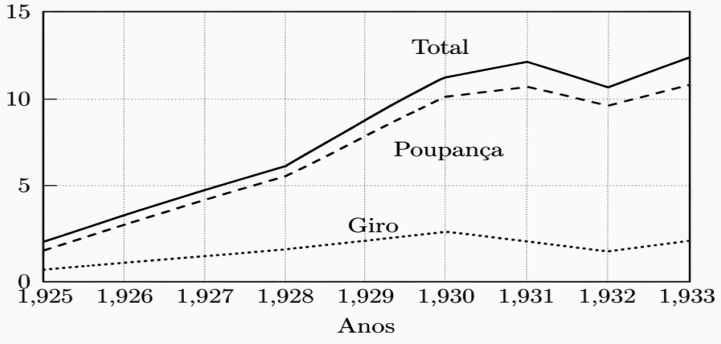
O bom desenvolvimento do tráfego de giro de poupança levou uma série de autoridades do Reich e estaduais a utilizarem amplamente este sistema para as suas transferências; as autoridades e repartições municipais utilizam o tráfego de giro de poupança quase exclusivamente.

Assim, também nesta área, as caixas econômicas servem à comunidade do povo de forma altruísta: elas apoiam, através do fomento do tráfego de pagamentos sem dinheiro, a estabilidade da moeda alemã e, por outro lado, dão a todos os camaradas do povo a possibilidade de pagar sem dinheiro e sem custos. Elas agem aqui também sob uma adaptação progressiva às necessidades da economia alemã nacional-socialista.

A Estrutura das Caixas de Econômicas Alemãs

Os Depósitos das Caixas de Economia Alemãs

Bilhões de RM



Aplicação do Capital das Caixas de Economia Alemãs

Posição ao final de 1932 (em milhões de RM)

Referência

Sparkassen und Nationalsozialismus, führende Nationalsozialisten zur Sparkassenfrage, Feder, Gottfried, Berlin, [Deutscher Schriftenverl.], [1933]

Apêndice I: O déficit habitacional e o banco social de construção e economia como salvador da miséria habitacional, da crise econômica e da miséria do desemprego (Gottfried Feder)

Introdução

Crise de moradia — uma palavra terrível, uma palavra que designa um estado que nenhum ser humano civilizado deveria sequer experimentar. Uma palavra que significa sofrimento interminável, miséria sem nome e privação habitacional para milhões; que já provocou as mais graves convulsões morais e sociais em sua esteira, pois atinge profundamente a saúde, a alegria de viver e o sentido da vida da população. A importância fundamental de assegurar um espaço habitacional suficiente e saudável é mais bem reconhecida — e compreendida mesmo por leigos — quando se tem presente que a habitação constitui uma das necessidades mais originárias da humanidade. Alimentação — moradia — vestuário: essas são as três necessidades fundamentais de todo ser humano civilizado. O "pão de cada dia" é, em última análise, o alfa e o ômega de toda política; mas imediatamente após ele vem a necessidade de moradia, para que o ser humano possa repousar a sua cabeça cansada. O direito à moradia encontra-se inclusive consagrado, em belas palavras, na Constituição de Weimar. O artigo 155 estabelece expressamente que cabe garantir "a todo alemão uma habitação saudável e, a todas as famílias alemãs — especialmente às famílias numerosas — uma habitação e instalações econômicas adequadas às suas necessidades. Os participantes da guerra devem ser particularmente considerados na criação de um direito a moradias familiares".

Assim como, em geral, no campo político a República de Weimar fracassou de modo lamentável, do mesmo modo demonstrou de maneira igualmente lastimável a sua incapacidade de enfrentar a carência de habitações.

Cerca de 3 milhões de moradias são hoje urgentemente necessárias, e anualmente existe uma necessidade normal de construção de ao menos três quartos de milhão de novas habitações.

Há dez anos governam agora os usurpadores e aproveitadores da revolução de novembro de 1918. As tentativas realizadas até hoje fracassaram. As propostas apresentadas do lado nacional-socialista para uma reforma fundamental do financiamento habitacional ainda não receberam sequer uma vez a atenção devida no Reichstag. O financiamento a juros pesou como um novo jugo sobre o povo alemão. O presente escrito propõe-se, de maneira sóbria e economicamente objetiva, examinar antes de tudo as causas da crise de moradia; em seguida, apresentar os diversos esforços realizados pelo Reich, pelos Estados e pelos municípios para remediar a crise habitacional, bem como as medidas legislativas tomadas até agora; e, por fim, expor as propostas fundamentais pelas quais os nacional-socialistas pretendem conduzir o povo alemão como salvador para fora da crise de moradia e da miséria financeira. Também neste campo ficará novamente demonstrado que nem o sistema marxista corrupto, nem a ideologia do capitalismo enredado em especulações podem trazer uma solução, mas somente e exclusivamente

o nacional-socialismo.

- Murnau, janeiro de 1929. Gottfried Feder.

As causas da crise de moradia

O enorme crescimento populacional na Alemanha antes da guerra mundial — que nossos inimigos, sobretudo a França, observavam com sua antiga hostilidade e com crescente preocupação — já apresentava então a desvantagem de influenciar desfavoravelmente as condições habitacionais, pois a atividade de construção não acompanhava o mesmo ritmo e, ao mesmo tempo, iniciava-se uma forte migração do campo para as cidades.

A densidade habitacional, especialmente nas grandes cidades e nas regiões industriais, ultrapassava consideravelmente as médias da maioria dos países civilizados.

Antes da guerra, a provisão de novos espaços habitacionais era quase exclusivamente deixada à atividade da construtora privada; o Estado limitava-se à elaboração de regulamentos de construção, à verificação administrativa dos planos de obras, a cálculos estatísticos e medidas semelhantes. A atividade construtora privada não se orienta por pontos de vista sociais e de política populacional, mas unicamente por questões de rentabilidade. Habitações grandes e luxuosas continuavam encontrando compradores mesmo com o crescente enriquecimento da Alemanha, enquanto, já no último quinquênio antes da guerra, o financiamento da construção de moradias médias e pequenas enfrentava dificuldades crescentes. Durante a guerra, a atividade privada de novas construções cessou quase completamente.

Nos últimos anos da guerra já se tornaram perceptíveis os primeiros sinais de escassez de moradias. Após o infeliz desfecho da guerra, a falta de habitações aumentou rapidamente e, sob a pressão das massas que retornavam do campo de batalha, dos prisioneiros de guerra que regressavam e do contínuo

afluxo de alemães provenientes do exterior, transformou-se em uma crise habitacional em constante crescimento.

A necessidade de habitações

Para o cálculo da necessidade de moradias, dois fatores devem ser considerados acima de tudo: em primeiro lugar, o atraso causado pela quase completa paralisação da atividade construtora entre os anos de 1914 e 1924; e, em segundo lugar, a demanda adicional presente e futura decorrente do contínuo aumento das fundações de novos lares. Segundo cálculos precisos do *Departamento Estatístico do Reich*, o acréscimo anual de moradias antes da guerra era, em média, de 200.000 novas habitações por ano. Até o final do ano de 1926, o número de moradias faltantes em relação à necessidade (de novas formações de lares) era de cerca de 1.000.000. Até o ano de 1935, deve-se ainda contar — como antes da guerra — com um aumento anual de cerca de 200.000 novas formações de lares, e somente a partir de 1935 a acentuada queda da natalidade ocorrida durante os anos de guerra se fará sentir por meio de uma diminuição na criação de novos lares. No ano de 1926, pela primeira vez em doze anos, foi novamente atingido ao menos o crescimento anual considerado normal. A necessidade total de habitações dentro de um período em que a crise habitacional deveria finalmente ser superada — isto é, até o ano de 1935 — ascende a cerca de:

3 milhões de moradias.

A atividade de construção

A atividade de construção desde o fim da guerra sofreu os maiores entraves, de modo que apenas os seguintes acréscimos de novas habitações foram alcançados:

1918/1919	*56.714*	**1923**	*108.333*
1920	*103.092*	**1924**	*106.502*
1921	*134.223*	**1925**	*178.930*
1922	*146.615*	**1926**	*204.670*

Depois que os governos revolucionários, durante quase dez anos, haviam assistido com completa incapacidade ao terrível déficit de moradias e haviam esgotado suas tentativas burocráticas infrutíferas por meio da administração compulsória do espaço habitacional existente, foi finalmente realizada, em 16 de maio de 1927, uma contagem de moradias do Reich.

O levantamento estendeu-se a 8.052 municípios, com um total de 42,8 milhões de habitantes, isto é, a quase 70% da população total. O campo — que compreende cerca de 55.000 municípios com aproximadamente 20 milhões de habitantes — naturalmente sofreu menos com a opressiva escassez de moradias do que a população das grandes, médias e pequenas cidades. Metade da população vive em 1.175 municípios com mais de 5.000 habitantes.

A contagem revelou, nos 8.052 municípios abrangidos pelo levantamento, um total de 11.016.848 moradias existentes.

O número de segundos e terceiros lares dentro de uma mesma habitação excede o número de moradias existentes em 903.812.

Se acrescentarmos ainda os muitos casais que, por falta de habitação própria, ainda vivem separados — seja com os pais, seja como subinquilinos — bem como os casais de noivos que, devido à escassez de moradias, não podem contrair matrimônio, obtém-se uma necessidade imediata de pelo menos 1.000.000 de moradias faltantes.

A economia de controle da habitação

As condições escandalosas no mercado habitacional provocaram uma enxurrada de medidas legislativas por parte dos governos revolucionários, as quais, contudo, limitaram-se quase exclusivamente a disposições burocráticas, sem produzir efeitos frutíferos na criação de novos espaços habitacionais.

Surgiram milhares de repartições de habitação; uma grande quantidade de medidas compulsórias foi adotada; e uma avalanche de decretos dirigiu-se contra proprietários e inquilinos, contra construtores e proprietários de moradias.

Após intermináveis debates e deliberações, foi promulgada em 26 de julho de 1923 a chamada *Lei da Escassez de Moradias*, relativa à administração do espaço habitacional existente.

Essa lei autorizava os municípios a proibirem a demolição de edifícios residenciais, a impedir a utilização de espaços para fins que não fossem habitacionais, a submeter contratos de aluguel ao controle e a suspendê-los quando necessário, a ordenar a adaptação de espaços vazios e apropriados para fins de moradia, a proceder à requisição de cômodos, a organizar a mediação e a atribuição de moradias, a proibir a locação voluntária de quartos, a impor acomodações compulsórias e assim por diante. Em suma, a lei intervinha de

maneira extremamente severa na liberdade até então existente nas questões de habitação.

De todas essas leis e decretos surgiu uma economia de habitação compulsória, cujas irregularidades e abusos foram tais que ela não apenas passou a ser sentida como um fardo insuportável, mas também como um grave obstáculo — sobretudo porque era absolutamente incapaz de contribuir, ainda que minimamente, para a solução da escassez de moradias.

Proteção aos inquilinos. Diante da oferta totalmente insuficiente de habitações em relação à enorme demanda, sem regulamentação legal os inquilinos e os que buscavam moradia teriam se tornado presa de um aumento desmedido dos aluguéis. Já em 1917, uma ordem do Conselho Federal trouxe uma primeira proteção aos inquilinos contra despejos arbitrários e aumentos de aluguel. O decreto de 23 de setembro de 1918 ampliou consideravelmente essa proteção, ao autorizar os departamentos de aluguel a fixar o valor dos aluguéis em níveis considerados adequados. A *Lei de Proteção aos Inquilinos e de Mediação de Conflitos de Aluguel,* de 1º de abril de 1923, praticamente suprimiu o direito do proprietário de rescindir o contrato de aluguel, restringindo a rescisão a poucos casos graves (danos sérios à propriedade, perturbação significativa dos demais moradores da casa ou inadimplência maliciosa do aluguel). Embora uma emenda posterior a essa lei (29 de junho de 1926) tenha introduzido certa flexibilização da proteção aos inquilinos — restituindo, na prática, ao proprietário o direito de dispor de suas moradias — a vigência da legislação de proteção aos inquilinos foi repetidamente prorrogada. A formação do aluguel. Acima de tudo, era urgentemente necessário estabelecer uma regulamentação fixa dos preços dos aluguéis para os inquilinos. Em 1927, a parcela das despesas com moradia representava, em média, um quinto da renda da população trabalhadora; em prédios novos, o aluguel chegava a

representar um terço da renda! Antes da guerra, a percentagem das despesas com habitação variava entre um quarto e um sexto, dependendo da região, mas permanecia sempre dentro deste intervalo. No entanto, a despesa habitual com o aluguer era, na maioria dos casos, um sexto do rendimento. Em 24 de março de 1922, foi promulgada uma lei imperial sobre aluguéis que substituiu o acordo livre pelo chamado "aluguel legal". A base para isso foi o "aluguel da paz", em vigor em 1 de julho de 1914. Após a estabilização em 1924, o aluguel legal foi fixado em cerca de 40% do aluguel da paz, levando em consideração o "alívio" dos proprietários de imóveis em relação aos juros hipotecários. No entanto, para que o Estado pudesse tirar ainda mais proveito do crime da inflação dos anos de 1919 a 1924, a famosa terceira portaria fiscal de emergência de 14 de fevereiro de 1924 autorizou os Estados federais a cobrar da população o imposto sobre juros, que era, com razão, tão impopular. Em rápida sucessão, o aluguel subiu para 100% até 1º de julho de 1926, passando para 110% a partir de 1º de abril de 1927 e para 120% a partir de 1º de outubro de 1927, até finalmente chegar a 133%. A razão para este fato escandaloso deve ser procurada no forte aumento dos custos de construção, mas sobretudo na duplicação das taxas de juro para o financiamento da construção. Não é necessário provar que estas circunstâncias tiveram consequências desagradáveis para a construção de novos edifícios. Razões relacionadas com a política salarial exigiram imperativamente a manutenção dos aluguéis baixos. A terrível escassez de moradias, cujos detalhes bem conhecidos são suficientemente conhecidos por todos os nossos leitores, exigiu igualmente imperativamente novas moradias. No entanto, estas custaram quase o dobro para construir do que antes e os aluguéis triplicaram! É óbvio que dois tipos de rendas diferentes levam a inconvenientes a longo prazo; assim, o Reich, os Estados federais e os municípios tiveram de chegar a um acordo para promover a construção de novas habitações que não fossem demasiado caras, através de grandes subsídios financeiros e créditos baratos para a construção nova, provenientes de receitas fiscais. Abordaremos mais detalhadamente as

medidas tomadas nesta área mais adiante. Aqui, apenas para completar, mencionaremos brevemente as outras disposições legais que visam a redução da economia controlada, com o objetivo de estimular a construção civil. Já em 1924, o ministro do Trabalho do Reich sugeriu a liberação do aluguel de quartos mobiliados. Em 1925, os espaços comerciais foram liberados. Além disso, os chamados "apartamentos caros" foram isentos da administração compulsória. Em outubro de 1927, a Prússia revogou a lei da escassez de moradias para municípios com menos de 4.000 habitantes. Ainda não se ousa liberar totalmente o aumento do aluguel, especialmente a formação do preço do aluguel, e com razão.

A construção de novas habitações

A construção civil é um fator econômico de primeira importância. Em 1912, incluindo as indústrias diretamente relacionadas, empregava cerca de 3 milhões de pessoas, sendo de particular importância o fato de a construção civil movimentar quase exclusivamente o mercado interno e se dissolver totalmente no rendimento do trabalho interno. Intimamente ligada à construção civil está a economia fundiária, o vasto e importante domínio da seleção, da política municipal e de toda a política populacional. Também em termos de volume de negócios anual, a construção civil ocupa o primeiro lugar, à frente da indústria pesada e da produção de carvão. Em 1912, o volume de negócios total foi de 4200 milhões de marcos, dos quais 2200 milhões foram para a construção de habitações, 1340 milhões para a construção comercial (fábricas, etc.) e 627 milhões para construções de organismos públicos. Além disso, foram investidos cerca de 1,8 mil milhões de marcos em engenharia civil. De acordo com os dados do *Instituto Federal de Estatística*, o número de empresas de construção era o seguinte:

Ano	Número de Estabelecimentos	Número de pessoas empregadas
1907	202.113	1.486.656
1925	224.697	1.469.949

Em específico, em 16 de junho de 1925, foram contabilizados os seguintes tipos de emprego principais:

Pedreiro	441.679
Carpinteiro	182.748
Telhador	32.239
Pintor	142.907
Vidraceiro	13.546
Calceteiro	20.430

Os salários dos operários da construção e dos auxiliares de construção subiram lentamente desde a estabilização, sendo que os salários dos auxiliares recuperaram com mais força do que os dos operários qualificados. Em comparação com 1913, os salários dos operários da construção aumentaram para 168,8% e os dos auxiliares para 175,4% em relação às taxas de 1913. A parcela dos salários nos custos totais de construção é de cerca de 40%, enquanto os materiais de construção representam 60%. Pedras de alvenaria e madeiras de construção também subiram, sob oscilações muito fortes, para 175% dos preços do ano de 1913 até o final de 1927. Da mesma forma, os custos totais de construção subiram naturalmente para uma média de:

1924: 140%
1925: 165%
1926: 162%
1927: 176%

No sul da Alemanha, os custos de construção foram os que mais subiram; no centro e no norte da Alemanha, subiram um pouco menos. Todos os esforços para manter baixos os salários dos operários e os preços dos materiais tiveram, naturalmente, que fracassar, pois a insana política fiscal do governo — à qual ele também se comprometeu pela aceitação do Plano Dawes — inevitavelmente leva à inflação rastejante, que é equivalente a um aumento duradouro do nível de preços e salários. Da mesma forma, todos os esforços de racionalização no setor da construção, por mais bem-intencionados e valiosos que sejam, não podem trazer uma ajuda drástica enquanto a carestia progredir. Consultoria de construção, tipificação, métodos de construção econômica, projetos padronizados, regulamentos de adjudicação, organização da construção, comitês de normas e a Sociedade de Pesquisa do Reich, por mais valiosos que sejam individualmente, são meios totalmente inúteis contra a crise de moradia (Wohnungsnot). O combate e a eliminação da crise de moradia não é uma questão técnica ou de materiais — ela é uma questão capitalista, uma questão de obtenção de capital.

A solução

A solução do problema da construção não é uma questão técnica, nem uma questão de obtenção de material; da mesma forma, não faltam forças de trabalho, nem faltam conhecimentos e boa vontade dos arquitetos, mestres de obras e autoridades de construção — ela é uma questão de reorganização do nosso sistema monetário no espírito alemão.

Pode parecer estranho para alguns leitores que isso seja tão enfatizado. Para muitos, a existência do dinheiro necessário para a construção parece ser um pressuposto tão óbvio para construir, que eles pensam apenas na elaboração de planos, material, planta baixa, fachada, decoração de interiores, paisagismo, armários embutidos, aproveitamento prático do espaço, instalação elétrica, fornos e fogões, etc., de modo que nem sequer refletem sobre este ponto central de todo o processo.

Para outros, por outro lado, a construção é apenas uma questão de lápis e cálculo de rentabilidade na forma tradicional. Primeira hipoteca a tantos por cento, segunda hipoteca a porcentagens ainda mais altas, o capital próprio deve ser aplicado a tantos por cento — resulta em um aluguel de...? Ó meu Deus, isso vai ficar caro demais! Ninguém conseguirá morar lá. Aluguéis tão altos são insuportáveis; os aluguéis resultantes dos cálculos nas construções novas estão em tal contradição com os aluguéis das moradias antigas, limitados obrigatoriamente em seu valor, que a construção torna-se impossível.

Agora tenta-se resolver a questão de diferentes maneiras. Primeiro, pelo lado técnico — economiza-se no espaço habitável, na espessura das paredes, portas, janelas, móveis, fornos, material, no arquiteto, no mestre de obras, nos operários. Começa-se possivelmente o próprio indivíduo a escavar a terra, cai em métodos de construção econômica; mas — nada disso adianta. Além do fato de que essa economia geralmente se vinga amargamente através da deterioração prematura de tais construções 'econômicas', o aluguel permanece, contudo, muito alto; o dinheiro para construção é simplesmente caro demais. O próprio indivíduo não possui nenhum; este foi sabiamente roubado pelo 'Papai Estado' através da inflação.

Então recorre-se ao Estado, ele deve ajudar, dar subsídios, capitalizar pensões, dar empréstimos de construção baratos, disponibilizar meios por vias estatais, os municípios devem ceder terrenos para construção, créditos estrangeiros devem ajudar, isenções fiscais e subsídios de juros são exigidos; por fim, funda-se um sem-número de associações — o que o alemão faz, como se sabe, com muito gosto — cooperativas de poupança e construção crescem como cogumelos na terra. Deputados e parlamentos, governos e autoridades administrativas são colocados em movimento, leis são promulgadas, impostos

são impostos novamente ao povo trabalhador (imposto sobre o valor do aluguel) e o resultado — cerca de um milhão de moradias em falta!

Por quê? Pensa-se em tudo o que é possível. Tecnicamente, já se alcançou o máximo, e as construções modelo de Muthesius, Theodor Fischer, Bestelmeyer, Schulze-Naumburg, Riemerschmidt, Lang-Munique, Tremel-Munique, Tessenow, Bichelmeyer, Stahl-Stuttgart e de muitos outros mais jovens são simplesmente insuperáveis em termos de aproveitamento de espaço, adequação de materiais e satisfação de necessidades práticas. Grandes exposições, como a Exposição de Ofícios de Munique de 1927, 'Casa e Técnica' de 1928, garantem a troca de conhecimentos e transmitem todas as mais novas conquistas técnicas para a coletividade — mas na questão da obtenção de dinheiro (Geldbeschaffung), caminha-se, apesar de todas as tentativas de ajuda pública, de forma cega e sem imaginação nos trilhos da habitual economia de empréstimos dominada pelo capital financeiro. Hipotecas de primeira linha com juros, hipotecas de segunda linha com juros, créditos intermediários com juros elevados, juros sobre o capital próprio eventualmente existente, juros em todo lugar — este é o Alfa e o Ômega de todas as reflexões, esta é a parede contra a qual se bate a cabeça em vão — ou é um tabu, o santíssimo que nem se ousa tocar, é o dogma, é a essência e o conteúdo de toda a nossa economia capitalista.

Escravidão dos juros, escravidão da dívida, crise de moradia, miséria,
desespero, declínio moral, econômico e nacional:
pelos juros, o mundo perece!

Mas como utopistas são designados aqueles que ousam abalar este dogma insano do sistema capitalista e exigir a *Abolição da Escravidão dos Juros.*

Como um calço de freio, a reivindicação de juros do emprestador de dinheiro, o serviço do capital, inibe e freia qualquer fluxo tranquilo da economia! Ele traz consigo lutas trabalhistas e greves, gera guerras e miséria

social de toda espécie, divide um povo na luta de classes, faz de nações orgulhosas e livres escravos assalariados e servos.

Por que deveriam apenas os detentores de dinheiro ter o direito a uma renda sem trabalho e sem esforço? Por que, em contrapartida, milhões de trabalhadores devem gerar juros gigantescos para aqueles que não trabalham? Por que o trabalhador da construção deve criar moradias apenas para o capitalista através do trabalho de suas mãos, enquanto ele mesmo muitas vezes não tem moradia? Mas o que se diria se o operário, o arquiteto e o mestre de obras exigissem juros sobre o rendimento de seus serviços das rendas de aluguel — um serviço 'efetivo', que não deveria ser avaliado de forma inferior ao 'serviço' do prestador de dinheiro?

Que se reflita sobre isso com seriedade por uma vez e não se contente com a objeção conveniente de que “é assim porque é!; Porque é assim” não é prova da correção de uma coisa. Um desleixo arraigado, condições precárias ou uma imoralidade praticada de forma geral não são, de modo algum, sancionados por isso; apenas uma indolência de pensamento doentia pode se satisfazer com tal modo de falar sobre todas as coisas. Por acaso alguém pretenderia dizer que se deve ficar tranquilo ao ver um criminoso saquear sua vítima, apenas 'porque é assim'? Passa-se por cima de um terrível desastre ferroviário com esta frase, apenas porque algo assim acontece às vezes?

Não, e mil vezes não! Jamais uma administração estatal consciente e limpa pode ignorar males arraigados “porque é assim”, mas tem o dever de combatê-los com todos os meios e repelir os ataques contra a pessoa e a propriedade do cidadão. Viu-se crescer e desenvolver-se a escravidão dos juros do povo produtor, sem que sequer se tomasse plena consciência de sua monstruosidade. Deixou-se que ela se tornasse lentamente um hábito, algo que

aparentemente não poderia ser mudado. Ela é hoje a causa de que a população produtiva, devido à cobiça de lucro do capital de empréstimo, não disponha de espaço habitacional suficiente, e revela-se como o pior inimigo do povo, que impede todo desenvolvimento econômico e social. Seria, portanto, dever dos governos finalmente tomar posição contra isso, e seria também dever de cada cidadão tornar-se consciente de seus efeitos devastadores e combatê-los.

Mas ninguém se indigna com isso. Contentam-se com um simples encolher de ombros: "É assim mesmo." O capital dita — o Estado obedece. A população trabalha e paga os juros. Quem observa tais condições com olhar claro, de uma perspectiva mais elevada, frequentemente tem a impressão de estar em um manicômio. Por toda parte se lamenta e se queixa dos altos juros e impostos, das pesadas condições impostas pelos bancos, da falta de "rentabilidade" do próprio trabalho e da economia em geral — mas não se reflete sobre as verdadeiras causas. A nós, nacional-socialistas, que desejamos abrir os olhos do povo, chamam-nos de fantasistas e utopistas — naturalmente sem se dar ao trabalho de examinar nossas explicações. Que lei escrita ou moral concede a um punhado de homens do dinheiro o poder monstruoso de decidir sobre o destino de um povo e de extrair juros e lucros usurários das necessidades mais fundamentais e últimas da existência humana?

Não é isso um puro escárnio contra o bom senso? Não existe realmente outro meio de suprir as necessidades financeiras da população, quando se trata de questões sérias e vitais — como a eliminação da crise de moradias — senão o caminho do capital de empréstimo que conduz à escravidão do juro? Deve o povo trabalhador realmente alimentar e engordar, com tributos de juros, os zangões da humanidade, seus exploradores, os capitalistas judeus e outros capitalistas predatórios? Ninguém deve ousar dizer: "É simplesmente assim", e por isso estaria correto. Ai daquele que o fizer! Ele peca contra o próprio povo.

Não é correto, mas sim estúpido e falso; é um crime contra o nosso povo e uma ofensa ao bom senso.

Há outro caminho — e é isso que pretendemos demonstrar a seguir: Para obter inicialmente uma imagem clara dos custos de construção e dos aluguéis de novas construções que deles resultam, considere-se o seguinte exemplo: Uma casa unifamiliar de porte médio custava, antes da guerra, 10.000 marcos. Com uma taxa de 5%, isso correspondia a uma soma anual de 500 marcos em juros, que o capitalista "ganhava". A isso somavam-se ainda cerca de 200 marcos para administração, impostos, manutenção de ruas, taxas de esgoto etc., de modo que se calculava um aluguel anual de 700 marcos. Hoje, porém, os custos — para uma construção de tipo semelhante — devem ser estimados em pelo menos 18.000 marcos. A taxa de juros atualmente é, em média, de 10%, pois as primeiras hipotecas não são concedidas por menos de 8–9%, e as segundas hipotecas — que além disso são muito difíceis de obter — custam pelo menos 14–16%. Assim, apenas o serviço do capital representaria no mínimo 1.800 marcos. Para os demais custos, que também aumentaram desmedidamente, devem ser considerados pelo menos mais 300 a 500 marcos, de modo que o aluguel de uma casa unifamiliar recém-construída, edificada com capital emprestado, situar-se-ia entre 2.100 e 2.300 marcos.

O aluguel de uma nova construção corresponde, portanto, a 300% do nível de antes da guerra. Nessas condições, a construção segundo os métodos usuais de antes da guerra cessaria por si mesma; pois a grande massa da população trabalhadora não pode, de modo algum, arcar com aluguéis tão elevados. Mas também as novas construções realizadas com auxílio de recursos públicos — especialmente provenientes do chamado imposto sobre o juro das casas (Hauszinssteuer) — exigem aluguéis equivalentes a 150–170% do aluguel correspondente ao período de paz. Se, portanto, se deseja criar novas habitações,

é necessário disponibilizar enormes recursos públicos; em outras palavras, eles devem ser extraídos do restante da população por meio desse imposto. Como é bem conhecido, isso de fato ocorreu, e de tal maneira que milhares e dezenas de milhares de pessoas foram novamente expulsas de suas próprias casas, porque simplesmente já não conseguiam pagar o imposto sobre o juro das casas que lhes fora imposto a partir de seus miseráveis rendimentos de trabalho, após terem perdido todo o seu patrimônio de capital. Também é amplamente conhecido que os Estados e municípios, em muitos casos, utilizaram as receitas provenientes desse imposto para equilibrar seus próprios orçamentos, sem realmente destinar ao financiamento da construção de moradias as contribuições legalmente previstas.

Segundo um memorando do Instituto de Pesquisa Econômica, nos anos 1923/24 até 1926 foram destinados à construção de habitações, a partir de recursos do imposto sobre o juro das casas, de fundos do Reich e de recursos próprios dos Estados, um total de 2.008.012.000 marcos. Em detalhe, as contribuições distribuíram-se da seguinte maneira[29].

[29] N.T: Os territórios dos Estados desse período em que Feder escreveu o livro não correspondem exatamente à demarcação territorial atual.

Estados Alemães	Fontes Habitantes	Soma Total em Milhares de Marcos 23/4 26	24 27	25 28	26 29	Total 30
1. Prússia	38.054.172	9.699	299.013	453.930	640.062	1.402.704
2. Baviera	7.379.594	5.826	27.790	36.290	53.520	123.426
3. Saxônia	4.996.138	2.800	41.728	49.554	107.204	201.286
4. Württemberg	2.579.436	1.307	13.600	27.199	36.806	78.912
5. Baden	2.312.462	1.204	4.054	6.886	20.141	32.285
6. Turíngia	1.609.300	54	5.708	7.463	15.669	28.894
7. Hesse	1.347.295	—	4.889	6.796	12.976	24.661
8. Hamburgo	1.152.489	3.203	15.743	45.990	38.902	103.838
9. Mecklemburgo-Schw.	674.411	92	1.274	1.181	1.590	4.137
10. Oldemburgo	545.749	169	2.334	2.404	3.114	8.071
11. Brunsvique	501.675	—	1.100	1.275	4.569	6.944
12. Anhalt	351.485	49	2.065	2.270	2.348	6.732
13. Bremen	338.846	535	6.675	10.009	14.162	31.381
14. Lippe	163.577	10	1.133	910	2.680	4.733
15. Lübeck	127.971	118	1.193	1.560	4.632	7.503
16. Mecklemburgo-Str.	110.371	—	80	510	390	980
17. Waldeck	55.750	—	235	229	408	872
18. Schaumburg-Lippe	48.044	—	133	208	267	658
Total Geral		**25.066**	**428.852**	**654.664**	**959.440**	**2.068.022**

Segundo uma apresentação da mesma instituição, além dos recursos provenientes do Reich e dos Estados, também foram disponibilizados os seguintes recursos de outras fontes:

Categoria de Empréstimo / Crédito	Até o final de 1924	Até o final de 1925	Até 30.09. 1926
I. Institutos de Crédito Imobiliário, Caixas de Poupança e Instituições de Seguro			
1. Instituições de crédito de direito público	8,0	38,0	75,0
2. Bancos hipotecários (sociedades anônimas)	17,0	62,0	125,0
3. Caixas de poupança	—	—	255,0
4. Instituições de seguro privadas e sociais	20,0	58,0	90,0
II. Empréstimos de Empregadores			
1. Reich (Governo Central)	23,5	34,5	44,5
2. Correios e Ferrovias do Reich	50,9	106,5	132,5
3. Caixa de pensão dos operários da Ferrovia Central	0,4	5,2	6,8
4. Outros (Privados)	—	—	15,0
Subtotal (I e II)	**119,4**	**299,0**	**722,0**
III. Recursos do Reich			
1. Saque do crédito de 200 milhões	—	—	47,2
2. Saque do crédito de 50 milhões	—	—	3,0
3. Créditos para assentamentos rurais	3,6	3,6	3,6
4. Créditos para conclusão de habitações paralisadas	—	25,0	25,0
5. Créditos para assentamentos de mineiros	—	6,1	6,1
6. Créditos para realocação de operários industriais desempregados de longa duração	—	—	8,0
7. Créditos para moradias de trabalhadores rurais	6,0	18,7	64,5
IV. Empréstimos dos Estados e Municípios			
1. Recursos do imposto sobre o valor do aluguel	435,0	1038,0	1638,0
2. Créditos adicionais (fora da Prússia)	—	128,4	128,4
3. Créditos prussianos para moradias de trab. rurais	17,0	36,5	55,0
4. Créditos prussianos para realocação de mineiros do Ruhr	—	—	8,0
5. Créditos prussianos para servidores públicos e professores	6,6	22,6	36,6
6. Créditos prussianos para assentamento de funcionários em antiga aposentadoria	3,0	3,0	3,0
7. Créditos prussianos para oficiais de polícia do Ruhr	—	1,0	1,0
Total Geral	**591,0**	**1587,1**	**2771,2**

Mas, apesar desses meios em si tão consideráveis, não se pode de modo algum falar de uma diminuição — ou mesmo de uma eliminação efetiva — da escassez de moradias. Sobretudo, não se deve esquecer que os altos aluguéis também contribuem para elevar o custo de vida e para o encarecimento geral.

O mais perigoso seria uma completa supressão da proteção aos inquilinos por meio da revogação das respectivas leis de proteção ao inquilinato; pois isso

teria como consequência um aumento imediato de todos os aluguéis, sobretudo nas moradias antigas, para 200% ou mais, empurrando assim a inflação já existente, ainda que de forma gradual, para um estágio agudo.

Como todos os meios antigos fracassaram, ou não puderam trazer uma ajuda decisiva, resta apenas um sistema de financiamento útil e inovador, tal como representa o nosso banco social de construção e economia.

O banco social de construção e economia.
A B.W.B.

I. A iniciativa Feder no Reichstag

Os nacional-socialistas, imediatamente após sua entrada no Reichstag, apresentaram uma proposta para a criação de bancos sociais de construção e economia.

Eu já havia desenvolvido essa ideia detalhadamente nos anos de 1922/23 na Baviera, em conjunto com o Dr. Buckeley, tendo obtido a aprovação dos ministérios bávaros; o conhecido industrial de grande porte Reinhard Mannesmann — infelizmente falecido prematuramente — que ainda representava o melhor tipo do conquistador “vikingo”, com senso para grandes tarefas sociais, e que antes da guerra havia promovido o desenvolvimento industrial do Marrocos para a Alemanha, apoiou com entusiasmo nossas propostas e declarou-se disposto a aceitar, como pagamento por fornecimentos etc., certificados de construção (“Bau-Markscheine”) no valor de 10.000.000 de marcos a serem emitidos.

Somente isso já teria eliminado qualquer risco tanto para o banco social de construção e economia quanto para o Estado bávaro, que deveria assumir a garantia. No entanto, nos ministérios bávaros não se conseguiu avançar além de

preocupações mesquinhas, sobretudo após se recorrer aos chamados "especialistas" em finanças e bancos.

Esses mercenários do grande capital de crédito já têm sua posição previamente determinada, e não se pode esperar da instituição do capital de juros — que devora os povos — nem de seus auxiliares que avaliem favoravelmente uma proposta que significaria a sua própria ruína. Assim, a primeira proposta desapareceu nos arquivos e registros do governo estadual bávaro.

Em maio de 1924, apresentei então, com o apoio de nossa então numerosa bancada no Reichstag, a proposta nº 82, cujo texto reproduzo a seguir.

A proposta visava à criação de uma lei-quadro, dentro da qual, nos diversos Estados, deveriam ser estabelecidos bancos de construção e economia independentes — bávaros, saxões, vestefalianos, badenses etc. — com o objetivo de emitir dinheiro sem juros para eliminar a escassez de moradias. Nossos representantes no parlamento da Turíngia já haviam conseguido aprovar a criação de um banco de construção e economia turíngio segundo minhas propostas. Também no parlamento de Mecklemburgo havia sido apresentada uma proposta semelhante. Era, portanto, o momento de regulamentar a questão, em suas linhas fundamentais, por meio de legislação do Reich. Com isso, dar-se-ia simultaneamente um forte impulso à superação da crise habitacional, à revitalização do mercado da construção e, como consequência, ao estímulo de toda a economia alemã com base em suas próprias forças.

Veja a proposta:

Reichstag – II. Legislatura 1924

Proposta de Feder e companheiros:

O Reichstag resolve aprovar o seguinte projeto de lei, concedendo-lhe a aprovação constitucional:

Projeto de Lei relativo às bases para bancos sociais de construção e economia destinados a combater a crise habitacional.

O Reichstag aprovou a seguinte lei, que é promulgada com o consentimento do Conselho do Reich:

Artigo I.

Os Estados ficam autorizados a conceder a aprovação para a criação de uma banco social de construção e economia por estado, destinado a combater a falta de moradia.

Artigo II.

Para estes bancos sociais de construção e economia aplicam-se as seguintes disposições fundamentais:

§ 1.

Os bancos de construção e economia (B.W.B.) são corporações de direito público. A personalidade jurídica será conferida pelas autoridades centrais dos Estados, nos termos da legislação vigente.

§ 2.

Os B.W.B. têm por objetivo conceder empréstimos, por meio da emissão de papéis ao portador de valor estável, lastreados em bens reais e denominados em marco-ouro (notas/caixas de banco de construção – *Baubankkassenscheine*), ou por meio de créditos sem emissão de moeda, com a finalidade de:

- reduzir o sofrimento causado pela falta de habitação;
- estimular a atividade construtiva;
- ou para outros fins de valor econômico nacional.

§ 3.

O montante total dos recursos a serem disponibilizados dentro de um banco de construção está sujeito à aprovação do Conselho Administrativo do Reich.

§ 4.

A emissão dos mencionados títulos de caixa ou créditos só poderá ocorrer de forma e em modalidade jurídica tal que a soma dos títulos de caixa emitidos e em circulação, bem como dos créditos utilizados, esteja plenamente coberta por garantias reais (penhores em bens).

(Em especial: garantias reais de primeira ordem, como ônus reais, penhores sobre bens, transferências de propriedade em garantia e similares.)

Dos rendimentos dos edifícios ou empreendimentos a serem criados deve ser garantida a amortização ou a recuperação dos auxílios concedidos dentro dos prazos acordados, no máximo em 50 anos.

§ 5.

Como base e reservas, devem ser colocados à disposição dos B.W.B. os recursos que foram ou venham a ser destinados ao combate à crise habitacional, em especial as parcelas disponíveis da taxa sobre aluguéis (Mietzinssteuer) destinadas a esses fins.

§ 6.

Os títulos de caixa (Kassenscheine) emitidos pelos B.W.B., com valores nominais de 1, 2, 3, 5, 10, 20, 50 e 100 marcos-ouro, deverão trazer a seguinte inscrição:

„A totalidade de todos os títulos de caixa postos em circulação pelos B.W.B. está integralmente e de forma permanente garantida e coberta pela soma global de todos os penhores e garantias de qualquer espécie (ônus reais etc.) constituídos em favor do … B.W.B.

Anualmente serão retirados de circulação, no mínimo, 2 % dos títulos emitidos.

Na medida em que essa retirada não se efetuar por meio de amortizações e resgates efetuados pelos devedores junto ao B.W.B., os valores remanescentes dos títulos a serem retirados anualmente serão chamados à circulação mediante publicação no …

Os portadores dos títulos chamados receberão o valor nominal em ouro ou em meios de pagamento equivalentes a ouro, com base no valor de conversão de … gramas de ouro fino para M. 20,– .

A emissão, a cobertura e a retirada de circulação de todos os títulos emitidos pelo B.W.B. estão sujeitas à fiscalização permanente do Reich, nos termos da lei de …“

§ 7.

O conjunto de todos os penhores e garantias constituídos em favor do … B.W.B. em razão das ajudas concedidas forma uma união única de cobertura, de modo que todos os penhores e garantias respondem solidariamente pela totalidade dos títulos de caixa em circulação ou dos créditos utilizados em cada momento.

Sobre todos os elementos e direitos pertencentes à união de cobertura do … B.W.B. será mantido, junto a essa instituição, um livro público.

A consulta a esse livro ou a suas partes individuais será permitida a qualquer pessoa que demonstre de forma plausível um interesse jurídico legítimo.

§ 8.

Os B.W.B. celebrarão, caso a caso, com o requerente o contrato relativo à altura e às parcelas da ajuda, às garantias e penhores a serem prestados pelo devedor, bem como à altura das parcelas e dos reembolsos e às demais condições gerais.

Deverá ser previsto que os devedores efetuem os reembolsos em títulos de caixa do B.W.B. ou em meios de pagamento de valor estável equivalentes a ouro, em conformidade com o sentido da obrigação de resgate prevista no § 6.

O relacionamento jurídico a ser acordado com os requerentes deve corresponder às disposições desta lei e às demais obrigações e condições estabelecidas pelas autoridades competentes.

Os B.W.B. estão autorizados a estipular acréscimos ou remunerações para cobrir os custos administrativos na concessão das ajudas e nos recolhimentos anuais.

Os títulos de caixa (Kassenscheine) dos B.W.B. serão aceitos e entregues ao seu valor nominal integral em todas as caixas públicas dos … Estados e nas caixas do Reich localizadas em … .

§ 9.

A falsificação de títulos de caixa dos B.W.B. será punida com as mesmas penas aplicadas à falsificação ou ao uso indevido de meios de pagamento estatais.

Os B.W.B. estão sujeitos à fiscalização e supervisão permanente e contínua do Reich.

Para esse fim, será nomeado um Conselho de Supervisão do Reich para os Bancos de Construção e Economia.

Este conselho será composto por:

a) um Presidente, nomeado pelo Presidente do Reich;

b) dois Diretores, sendo um indicado pelo Ministro das Finanças do Reich e o outro pelo Ministro da Economia do Reich;

c) de 4 a 8 conselheiros, que serão delegados pelo Reichstag por toda a sua duração.

O Conselho de Supervisão do Reich terá sua sede em Munique.

- Berlim, 28 de maio de 1924.

II. Justificativa do Requerimento

1.

A Alemanha possui atualmente mais de dois milhões de pessoas sem moradia. O sofrimento habitacional predomina sobretudo nas cidades. Em algumas regiões, 15 a 20 % da população urbana encontra-se sem moradia. (Munique conta com 27.000 famílias sem moradia.) A Turíngia tem 21.000 pessoas sem moradia em uma população de cerca de 1,6 milhão de habitantes.

A atividade construtiva encontra-se completamente paralisada. Em consequência, olarias, fábricas de cal e demais indústrias produtoras de

materiais de construção, bem como todos os ramos auxiliares da construção civil, estão sem trabalho.

Todos os matérias-primas necessárias à construção civil existem em quantidade suficiente na Alemanha: madeira, argila, pedras, cal, vidro, chapas de ferro etc. Milhões de desempregados sobrecarregam o Estado e os municípios com somas enormes.

O quadro é o seguinte: de um lado, todos os materiais e matérias-primas para a construção de casas e edifícios estão disponíveis; de outro lado, milhares de trabalhadores estão ociosos, além de um sofrimento habitacional gigantesco.

Como é possível que não se consiga levar o trabalhador até o material de construção para que sejam erguidas casas?

2.

Como motivo para a paralisação da atividade construtiva, alega-se que falta capital para uma verdadeira reativação do mercado imobiliário, pois o capital teria oportunidades de aplicação mais rentáveis e promissoras em outras áreas.

Fatos incontestáveis são:

Por meio do congelamento de aluguéis, associado ao encarecimento artificial dos serviços urbanos (limpeza de ruas, coleta de lixo, salários de limpadores de chaminés e similares), a propriedade imobiliária foi de fato socializada. O antigo proprietário de imóveis da classe média possui hoje apenas um título formal de posse, com a obrigação de atuar como cobrador de impostos. Ele foi despojado de seu antigo valor de capital.

Da mesma forma, os antigos credores hipotecários – em especial os tutelados que haviam aplicado seu dinheiro em letras hipotecárias seguras –

foram privados de seus patrimônios por essa forma de socialização da propriedade imobiliária. Em outras palavras: o capital investido em imóveis foi destruído e desvalorizado.

3.

Nos anos anteriores, tentou-se reduzir a crise habitacional mediante vultosos subsídios públicos para a construção de pequenas moradias. Do ponto de vista econômico e de política financeira, esse sistema de subsídios foi e continua sendo equivocado. Na prática, tais subsídios representam doações a um pequeno número de cidadãos à custa da coletividade.

4.

Uma das principais causas da pouca eficácia na solução da crise habitacional foi o fato de se ter procurado construir quase exclusivamente casas próprias ou residências unifamiliares, ou de se ter incentivado publicamente apenas esse tipo de construção.

É sem dúvida um objetivo louvável assentar trabalhadores, empregados e outras pessoas do povo, vinculando-os à terra e tornando-os enraizados. Continua sendo uma tarefa social promover esses esforços na medida em que as circunstâncias o permitam. No entanto, isso pertence exclusivamente ao campo social.

No que se refere especificamente ao combate ao sofrimento habitacional em si, deve-se enfatizar que a solução reside na disponibilização de moradias, independentemente de serem casas próprias ou apartamentos de aluguel. O sofrimento social habitacional deve ser eliminado e combatido como tal. Para isso, basta e é necessário oferecer um número suficiente de moradias.

5.

Como ponto de partida para a reativação do mercado habitacional deve-se, portanto, considerar o estímulo à iniciativa privada, fazendo com que a construção de uma casa volte a ser, para o homem simples e para o homem de posses médias, um objetivo desejável que o incentive a aplicar seu pequeno ou médio capital disponível exatamente nessa finalidade.

Na propriedade privada, na perspectiva de construir uma casa, pagá-la gradualmente e torná-la livre de dívidas a fim de garantir e deixar para os filhos e para a família um patrimônio: nisso sempre residiu o principal estímulo para a criação de espaço habitacional suficiente.

Somente restabelecendo essas condições é que se poderá enfrentar a crise habitacional.

Cooperativas e empresas de construção de utilidade pública são desejáveis e devem continuar a ser incentivadas. Onde as circunstâncias indicarem, também deverá ser estimulada a construção de moradias pelos municípios.

Deve-se, porém, enfatizar novamente aqui que a propriedade privada e a posse privada constituem e devem continuar a constituir o fundamento mais natural e a forma mais comum de propriedade imobiliária.

III. A Estrutura do Banco de Construção

1.

Em virtude das diferenças econômicas entre os diversos Estados, fica a critério de cada Land decidir se deseja ou não criar um banco social de construção e economia. Somente no caso de criação é que as diretrizes estabelecidas pelo Reich para a emissão dos títulos de caixa dos bancos de construção e sua respectiva cobertura serão obrigatórias.

Também por razões práticas, tal descentralização é necessária e desejável.

O previsto Conselho de Supervisão do Reich, por sua composição e sua atuação, deve ser o órgão que garanta uma aplicação uniforme do sistema dos bancos de construção nos diversos Estados e ofereça ao público a necessária segurança de que as garantias previstas em lei para os títulos de caixa dos bancos de construção serão observadas com o máximo rigor.

2.

Como titular dos B.W.B. deverá ser criada uma corporação de direito público. Essa forma jurídica é preferível às formas de sociedade anônima ou de cooperativa porque, na corporação de direito público, não predomina qualquer interesse privado de qualquer espécie.

Nas disposições de execução a serem editadas, prever-se-á que, no caso de extinção da personalidade jurídica do B.W.B., o patrimônio remanescente reverterá ao Estado.

Pela concessão do caráter de corporação de direito público, o B.W.B. é elevado acima das sociedades de direito privado. Com isso, confere-se aos seus títulos de caixa uma significação que ultrapassa o simples direito privado comum.

3.

O título de caixa do B.W.B. é um papel ao portador nos termos do Código Civil alemão (BGB). Seu objetivo é circular, ou seja, exercer a função de meio de pagamento, sem, no entanto, ser meio de pagamento legal.

O título de caixa é denominado em marco-ouro. Nenhum título de caixa será emitido sem que exista previamente uma cobertura correspondente.

Exemplo: se uma cooperativa de construção deseja erguer um edifício com dez pequenas moradias pelo custo total de 80.000 marcos-ouro (8.000 M. por moradia), a cooperativa deve previamente dispor de 20.000 M. em terreno e solo, obtidos mediante contribuições dos associados ou de subsídios municipais. Em outras palavras: o B.W.B., salvo exceções, só entregará títulos de caixa a um requerente quando este já dispuser de um valor livre de ônus correspondente a aproximadamente 25 % do custo total da construção.

No exemplo acima, o B.W.B. emitirá, com base no valor do terreno já existente e dos recursos em caixa, um montante de 20.000 M. em títulos de caixa do banco de construção, mediante prévia constituição de penhor real sobre os valores já disponíveis. Com esses recursos, a obra prosseguirá até que seja possível liberar a terceira e, finalmente, a quarta parcela.

O resultado final será a existência de um edifício com custo de construção de 80.000 M., contra o qual foram emitidos 60.000 M. em títulos do B.W.B., garantidos por uma reallast (ônus real de primeira ordem) inscrita sobre o imóvel no mesmo valor.

Assim, esses títulos estão plenamente cobertos por valores reais. A cobertura é até maior do que a que os bancos centrais tinham para as cédulas na época de paz.

Na prática, porém, uma parte considerável da concessão de crédito ocorrerá de forma *bargeldlos* (sem emissão de moeda). Durante o período de construção, até a conclusão da obra, poderão ainda ser exigidas e obtidas outras garantias transitórias, tais como fianças, depósitos de letras de câmbio ou de valores, transferências de propriedade em garantia e similares. As instruções gerais a esse respeito serão objeto das disposições de execução.

Com uma administração adequada e suficientemente cautelosa por parte da direção do B.W.B., será sempre possível garantir que existam coberturas suficientes também durante o período de construção.

Para a cobertura adicional, especialmente para a obtenção dos primeiros recursos operacionais e das primeiras garantias, e como fundo de reserva para o futuro, o B.W.B. deverá, desde o início, ser dotado de valores adequados – por exemplo, mediante a cessão das parcelas da taxa sobre aluguéis (Mietzinssteuer) destinadas a fins de construção.

Esses recursos aprovados não precisam necessariamente ser convertidos em dinheiro líquido; eles servem inicialmente apenas como disponibilidades e para aumentar a segurança e o capital inicial do B.W.B. nos primeiros tempos.

4. O Ciclo dos Títulos de Caixa

Os títulos de caixa entregues aos construtores serão utilizados por estes para o pagamento dos empreiteiros de obras, dos materiais de construção e dos salários. Dali, eles fluem para o público.

O proprietário do imóvel exige de seu locatário, ou a cooperativa de seus membros, que os aluguéis sejam pagos em títulos de caixa do banco de construção. Os locatários adquirem esses títulos de caixa do banco de construção no mercado circulante.

O proprietário do imóvel ou a cooperativa paga anualmente ou trimestralmente ao B.W.B. as parcelas acordadas, em títulos do banco de construção. Esses pagamentos constituem amortizações e, portanto, são abatidos do montante total da dívida.

Com uma obrigação de amortização de 5 %, as casas estarão completamente pagas em 20 anos.

Para cobrir os custos operacionais da própria banca, esta cobra, na primeira entrega dos recursos, um pequeno desconto único e, nos pagamentos anuais, um acréscimo de cerca de 2 % para cobrir os custos de amortização e escrituração relacionados.

Caso seja difícil para o devedor adquirir títulos do B.W.B. no mercado geral, o pagamento poderá ser efetuado em meios de pagamento usuais, convertidos para o curso do ouro. Nesses casos, esses valores serão então entregues a novos tomadores de empréstimo em substituição a títulos de caixa do banco de construção. O efeito é exatamente o mesmo que se os valores a serem pagos tivessem sido depositados em títulos de caixa do banco de construção e um montante equivalente tivesse sido emitido em novos títulos garantidos por novas garantias.

A obrigação prevista nos títulos de caixa do banco de construção de chamar os títulos à circulação para trocá-los por ouro ou meios de pagamento equivalentes a ouro, na prática, não se concretiza quando o curso dos negócios transcorre de forma ordenada.

Na prática, essa obrigação só se tornará efetiva caso os pagamentos não sejam efetuados na altura prescrita, ou seja, caso os devedores não cumpram suas obrigações. Para tais casos – na prática muito raros – os resgates

correspondentes deverão ser efetuados com as reservas que foram disponibilizadas desde o início pelos demais participantes.

Cabe às disposições de execução e aos contratos celebrados com os tomadores de empréstimo prever as condições e cláusulas adequadas que permitam ratear eventuais perdas individuais sobre o conjunto dos tomadores de empréstimo e compensá-las dessa forma.

Na prática, tais inadimplências representarão apenas uma pequena porcentagem do volume total em circulação e poderão ser facilmente compensadas por outras medidas (como, por exemplo, compras cooperativas de materiais de construção).

As obrigações contidas nos títulos de caixa do B.W.B. de resgatar em ouro os títulos chamados à circulação não se concretizam na prática ou apenas em casos de exceção completamente insignificantes.

Essa formulação do texto impresso nos títulos traz à consciência do público a segurança absoluta em valor-ouro que respalda os títulos do B.W.B.

IV. O valor econômico nacional.

O valor econômico nacional dessa instituição reside no fato de que, mediante a criação dos B.W.B., torna-se possível construir em grande escala e a baixo custo.

1.

Um exemplo simples de cálculo torna isso evidente.

Tomemos como base o preço de construção de uma pequena moradia de 8.000 marcos-ouro.

a) Se esses 8.000 M. forem obtidos da forma tradicional, ou seja, 3.000 M. mediante uma hipoteca de primeira ordem concedida por bancos hipotecários e outros 3.000 M. mediante uma segunda hipoteca fornecida pelo Reich ou por recursos públicos a uma taxa moderada de 5 %, esses valores exigirão uma remuneração anual de:

- hipoteca bancária (calculada a apenas 15 %) → 450 M.
- segunda hipoteca → 150 M. Total: 600 M. por ano.

Além disso, os próprios construtores ou futuros moradores ainda terão de aportar outros 2.000 M. em terreno ou em outros recursos.

Esses 600 M. anuais representam apenas a remuneração do capital. A eles se somam ainda os custos anuais com serviços urbanos, manutenção, reparos etc., estimados em 300 M.

Assim, uma pequena moradia custaria ao morador, por esse caminho, 900 M. de aluguel por ano — valor que nenhum ser humano pode pagar por uma pequena moradia.

E isso sem considerar que o Estado ou o poder público, por si só, não estão em condições de emprestar dinheiro hipotecário a 5 %, enquanto eles próprios apresentam déficits orçamentários ou precisam captar recursos caros para outros fins.

b) Se, em vez disso, forem emitidos 6.000 M. em títulos de caixa do banco de construção e for acordada uma amortização anual de 5 %, o valor a ser pago anualmente será de apenas 300 M.

A isso se somam 300 M. de custos de manutenção.

A moradia torna-se, portanto, 33 % mais barata do que no modelo financiado conforme a letra a).

2.

Um outro valor econômico nacional reside no fato de que o homem simples e o de posses médias, pela possibilidade de obter empréstimos do B.W.B., são incentivados a aplicar pequenos ou médios capitais em fins de construção.

Desse modo, o dinheiro é retirado da especulação inútil e improdutiva e direcionado para o trabalho produtivo.

Todos os estratos da população são assim mobilizados para a reativação da atividade construtiva.

Especialmente empresas médias e grandes podem ser motivadas a colocar capitais próprios à disposição de seus trabalhadores.

Cabe ao Conselho de Supervisão expedir instruções permanentes e zelar para que o benefício dos empréstimos do B.W.B. seja acessível e distribuído de forma adequada a todas as camadas da população.

V. Objeções

1. A objeção da inflação

Argumenta-se (e já se argumentou) que a emissão desses títulos de caixa do B.W.B. teria efeito inflacionário.

Essa objeção é improcedente.

A inflação surge apenas quando se cria poder de compra adicional em medida extraordinariamente elevada por meio de signos monetários sem cobertura. Pequenas e insignificantes ultrapassagens de cobertura nunca provocaram inflação por si só. A inflação só surge quando a emissão de signos monetários sem cobertura ocorre em escala considerável.

Aqui, cada título de caixa está coberto desde o primeiro momento; não se cria qualquer poder de compra adicional.

2.

Os títulos de caixa do B.W.B. saturariam o mercado de meios de pagamento e, com isso, prejudicariam também os demais signos monetários do Estado.

Essa objeção é improcedente.

O montante dos títulos de caixa a serem emitidos será limitado desde o início, para cada Land, pelo órgão de supervisão.

Além disso, diante da atual escassez de meios de pagamento, só pode ser benéfico que os títulos do B.W.B. e a simultânea reativação do mercado imobiliário tragam maior liquidez monetária.

Conforme a situação do mercado de meios de pagamento, o B.W.B. poderá ser orientado a conceder uma parte maior ou menor de seus empréstimos em títulos de caixa ou em créditos sem emissão de moeda.

No início, a porcentagem de títulos de caixa que entrarão em circulação é tão pequena que nem sequer será relevante em comparação com os demais meios de pagamento gerais.

3.

Os títulos de caixa do B.W.B. não seriam aceitos pelo público.

Quando se considera que o público aceitou os bilhões de cédulas sem cobertura, apesar de saber da falta de lastro; que aceitou sem crítica qualquer

moeda de emergência emitida pelas cidades; que aceitou títulos de caixa da Reichsbahn e, durante a escassez monetária dos anos 1923/24, todos os tipos de substitutos monetários emitidos por bancos e empresas isoladas — então essa objeção perde qualquer fundamento desde o início.

Aqui, porém, trata-se de dinheiro plenamente coberto por valores reais. Basta uma explicação adequada por parte das autoridades e organizações competentes para que o dinheiro seja introduzido sem dificuldades.

Além disso, as autoridades e os municípios dispõem de meios suficientes para impedir que empresas isoladas recusem a aceitação do dinheiro.

Qualquer empresa de construção preferirá receber um pedido de execução e aceitar pagamento em títulos do banco de construção a ficar parada.

Se o público for esclarecido de que esses títulos lastreados em valores reais e sua capacidade de circulação combatem a crise habitacional, ele os aceitará de bom grado — tanto mais porque neles encontra a garantia de que estão protegidos contra qualquer inflação e de que não serão atingidos por eventual onda inflacionária, uma vez que são denominados em ouro e contam com cobertura integral em bens reais.

VI. Aspectos Jurídicos

1.

As garantias serão inscritas na forma de ônus real (Reallast) sobre os imóveis.

A obrigação da Reallast consiste em que, do imóvel ou dos pagamentos a conta dele, sejam entregues anualmente as quantias determinadas em títulos de caixa do banco de construção.

O ônus real será fixado numericamente no valor total do empréstimo concedido.

Essa forma libera o B.W.B. das demais vinculações que existem para bancos hipotecários e similares.

2.

O livro público da união de cobertura serve como prova de que e por meio de quais objetos a soma total dos títulos de caixa em circulação (ou dos créditos) está coberta.

As normas detalhadas sobre a organização e o manejo do livro público serão objeto das disposições de execução. Não se pretende criar um procedimento complicado e pesado.

Basta que no livro constem: imóvel e proprietário, comprovação das garantias prestadas, montante dos empréstimos concedidos, valor das parcelas anuais de amortização e as amortizações efetivamente realizadas.

Todo o restante será reunido nos anexos ao livro público; nos anexos deverão ser juntados: os respectivos extratos do registro de imóveis, os instrumentos notariais, o contrato com o tomador do empréstimo etc.

3.

A fiscalização tem por finalidade e se esgota em garantir o cumprimento das disposições estabelecidas na lei. Ela serve, portanto, sobretudo para o controle das coberturas e das amortizações e oferece ao público a garantia de que nenhum título de caixa será emitido sem cobertura e de que o recolhimento ocorrerá conforme a lei.

O Conselho de Supervisão valer-se-á, naturalmente, de órgãos auxiliares adequados (revisores, controladores etc.) para executar a fiscalização.

A crise habitacional e a paralisação do mercado da construção são um dos principais males da atualidade. Pelo caminho habitual e anterior do capital privado elas não podem ser superadas. Por isso, não resta outra alternativa senão combater o mal com novos e abundantes meios.

Nenhum dano pode advir da introdução dos B.W.B., pois a qualquer momento é possível paralisar novamente a atividade desses bancos.

Doações ou subsídios a particulares isolados, pagos com recursos gerais, só pioram a situação econômica e financeira geral, pois toda medida errada desse tipo repercute sobre o conjunto.

Os B.W.B. não oneram o Estado nem minimamente e oferecem a possibilidade de construir moradias em grande escala.

Por isso, é necessário dar aos Estados a oportunidade de criar os B.W.B.

VII. Medidas Práticas para a Realização da Ideia

a) Turíngia

No Parlamento do Land da Turíngia, o Dr. Buckeley, em 16 de maio de 1924, em minha representação, desenvolveu a ideia do Banco de Construção e Economia. Suas explanações permanecem hoje plenamente válidas em seu conteúdo integral.

A seguir, reproduzimos um trecho do discurso do Dr. Buckeley:

> “Para combater a crise habitacional deverá ser fundado um Banco de Construção e Economia. Trata-se de uma corporação de direito público. Essa forma jurídica é preferível porque, por meio dela, todo interesse privado-capitalista é eliminado. O Banco de Construção, portanto, não pertence a ninguém; ele é criado por um ato jurídico do Estado, ou seja, pela concessão da personalidade jurídica prevista no Código Civil. Isso é feito pela autoridade central superior do Land. Para ilustrar-lhes como

funciona o Banco de Construção, suponham que ele já exista. Como se processa o procedimento? Suponhamos que o Sr. Huber queira construir uma casa no valor de 200.000 marcos-ouro. Ele dispõe, porém, apenas de 50.000 M. em terreno e em recursos em caixa. Os restantes 150.000 M. ele procura obter. Dirige-se então ao Banco de Construção com o pedido de empréstimo. O banco faz com que os 50.000 M. que Huber possui sejam dados em penhor por meio de títulos reais e, com base nessa cobertura em valores reais já existente, entrega a Huber títulos de caixa do banco de construção no valor de 50.000 M. Os títulos emitidos estão integralmente cobertos pelo valor real e pela posse do tomador do empréstimo. Os 50.000 M. recebidos são utilizados por Huber para dar continuidade à sua construção. Quando terminar essa etapa, o imóvel já vale 100.000 M.; então ele recebe mais 50.000 M. e, quando esses também forem aplicados na obra, recebe o restante. No final, temos um edifício concluído no valor de 200.000 M. contra uma dívida de 150.000 M. É evidente que, durante o período de construção, devem ser prestadas também outras garantias transitórias — tais como fianças, letras de câmbio, títulos de depósito etc. — para os títulos a serem emitidos até a conclusão da obra.

O objetivo principal, porém, é o seguinte: no final existe uma casa concluída cujo valor é superior à soma total dos títulos de caixa emitidos para ela; já durante a construção, porém, esses títulos de caixa estavam cobertos por penhores integralmente válidos. Como garantia permanente permanece então a segurança real a ser inscrita em um livro público. Os títulos são utilizados por Huber para pagar seus trabalhadores e artesãos da construção. Desse modo, o dinheiro passa para o restante do público e o título de caixa do banco de construção circula como qualquer outro signo monetário. Huber exige de seus locatários que paguem uma parte

correspondente de seu aluguel em títulos de caixa do banco de construção. Huber, por sua vez, assume perante o Banco de Construção a obrigação de pagar anualmente uma determinada porcentagem da quantia recebida — no mínimo 2 %, mas frequentemente pode-se chegar até 5 % — e esse pagamento deve ser feito em títulos de caixa do banco de construção. Esses títulos de caixa para a amortização devem ser obtidos pelo devedor no mercado circulante. Caso necessário — e isso já pode ser previsto desde o início —, podem ser tomadas providências para que, mediante depósito de meios de pagamento equivalentes a ouro nos guichês do banco, sejam aceitas contraprestações de igual valor. Esses pagamentos não são juros, mas sim devoluções, amortização do capital. Os títulos de caixa que assim ingressam anualmente no Banco de Construção são destruídos ou, de forma mais prática, são novamente emitidos contra novas garantias reais para novos fins de construção. Os custos do B.W.B. são cobertos por pequenos acréscimos que não representam amortizações. Se quiserem, podem chamar esses acréscimos de juros; na realidade, são apenas custos administrativos que recaem sobre o tomador do empréstimo e que este deve pagar porque é ele quem auferirá o benefício do Banco de Construção. Resta agora a pergunta: o público aceitará esses signos monetários? Ou seja, eles serão aptos à circulação? Do ponto de vista puramente objetivo, é incontestável que aqui se trata de um meio de pagamento absolutamente integral, denominado em ouro e, portanto, não exposto a qualquer desvalorização. Se recordarmos com quanta ansiedade, no verão do ano passado, todo o povo — e não menos a agricultura — esperou por um signo monetário estável, teremos de admitir que a introdução de um signo monetário lastreado em terreno e solo teria sido, na época, um jogo de criança. O povo não deseja e não exige hoje, em primeiro lugar, papéis que rendam juros; ele deseja, acima de tudo, ser protegido e preservado da

desvalorização de um signo monetário. Toda a fúria especulativa, toda a corrida por ações não tinha, ao menos para muitas pessoas, como motivo principal o impulso de aumentar o patrimônio por meio da especulação, mas sim o de preservá-lo. O novo signo monetário criado não deve servir para se multiplicar por si mesmo; ele tem apenas a tarefa de circular na economia como uma ordem de pagamento por trabalho já realizado. No intervalo, é verdade, o público foi inundado por diversos tipos de chamados meios de pagamento de valor estável. Alguns desses meios de pagamento de valor estável, que não possuem cobertura real por trás de si, já começam a ficar instáveis. Mas o fato permanece: até agora o público aceitou todo e qualquer signo monetário sem perguntar muito pela cobertura que havia por trás dele. Por isso não será nenhuma façanha, no caso de um signo monetário que efetivamente possui uma cobertura real integral, induzir as massas populares, por meio de esclarecimento e propaganda adequados, a aceitarem de bom grado esse meio de pagamento que, por si só, já é bom. O caminho mais simples e direto seria declarar os títulos de caixa do banco de construção como meio de pagamento legal. No entanto, não é absolutamente necessário declarar o título de caixa do banco de construção como meio de pagamento legal. Pelo contrário: o título de caixa do banco de construção não quer ser, e não deve ser, um papel de bolsa, um papel de especulação ou de aplicação. Ele quer e deve servir exclusivamente ao tráfico de pagamentos interno, circular para esse fim e, sem render juro algum ao indivíduo, retornar gradualmente, pelo caminho natural da amortização, para que os valores criados por ele possam surgir e permanecer na economia nacional. Por isso, nosso projeto de lei prevê que o Estado — porque tem interesse na superação da crise habitacional — aceite e dê em pagamento, em suas próprias caixas, os títulos de caixa do banco de construção. Peço que não interpretem mal esta afirmação. O Estado só

pode dar em pagamento aqueles títulos de caixa que ele próprio tenha previamente recebido em pagamento de um imposto ou por qualquer outro motivo. Não se imprimem títulos de caixa para pagar funcionários públicos. Os títulos de caixa do banco de construção são impressos e emitidos exclusivamente na medida em que com eles surgem novos valores imobiliários e apenas com base em garantias reais integralmente válidas concedidas anteriormente.

Se, no decorrer da circulação monetária, um desses signos monetários retornar casualmente ao Estado e for novamente emitido por ele — por exemplo, no pagamento de um salário de funcionário —, isso não constitui inflação, não é emissão de dinheiro sem cobertura, porque o signo monetário, desde sua primeira emissão original (que é a única que importa), já possui plena cobertura. Resta agora a pergunta: o Estado, ao fazer tal declaração de que aceitará e dará os títulos em pagamento, expõe-se a algum risco? Suponhamos, porém, que ocorra o que os pessimistas e os adversários do projeto de banco de construção consideram possível: que o título de caixa do banco de construção efetivamente caia de cotação, ou seja, que o marco-ouro lastreado em valores reais deixe de ser um marco-ouro (o que, em si, é uma impossibilidade). Mesmo que o título de caixa do banco de construção não se mostrasse viável, o que aconteceria?

Poderia ocorrer que os títulos retornassem ao Estado. Isso causaria algum prejuízo ao Estado? Da taxa sobre aluguéis (Mietzinssteuer) devem sobrar, aproximadamente, 1,6 milhão de marcos-ouro para a Turíngia destinados à construção de moradias. Vocês previram cerca de 3 milhões no orçamento para a assistência produtiva aos desempregados. Coloquem essa verba em reserva. Assim, vocês não precisam tornar esses recursos líquidos antecipadamente, seja com dinheiro de impostos, seja por meio

de créditos que geram novamente juros e custos. Pouparão, portanto, em pensamento e na prática, essas verbas ativas e as colocarão, contabilmente, em reserva para todos os casos. Caso o título de caixa do banco de construção realmente sofra desvalorização ou depreciação, vocês tomam essas reservas, recompram os títulos de caixa e impedem nova emissão e nova atividade do banco. Com os títulos de caixa já emitidos vocês terão construído exatamente o mesmo número de casas e criado exatamente o mesmo número de moradias como se tivessem entregue os recursos em dinheiro desde o início — com a única diferença de que não precisaram tornar esses recursos líquidos logo de começo, mas apenas posteriormente, e de forma isentos de juros, para resgatar os títulos desvalorizados.

Se, porém, não ocorrer desvalorização dos títulos de caixa do banco de construção, o Estado terá economizado, no total, 3 ou até 4,2 milhões de marcos-ouro. As moradias terão sido construídas do mesmo jeito, os títulos do banco circularão, o banco poderá continuar trabalhando, a crise habitacional será combatida e o orçamento do Estado não será onerado com um único pfennig. Não vale a pena arriscar essa possibilidade? De um lado, vocês não correm o menor risco de despesa adicional em relação ao que já teriam de gastar de qualquer forma; ao contrário, vocês economizam a necessidade de tornar esses recursos líquidos imediatamente. Do outro lado, porém, vocês têm a possibilidade de economizar milhões e de ver nascer um múltiplo em moradias e em trabalho produtivo. Somente preconceitos partidários, hostilidade, mesquinharia ou indecisão podem, diante dessa escolha, hesitar onde é preciso agir.

Uma das objeções habituais feitas contra os títulos de caixa do banco de construção é a de que eles aumentariam ou provocariam a inflação. Se

tivéssemos esta casa cheia de ouro — em mercadorias ou em moedas — e deixássemos esse ouro rolar pelo país, isso provocaria inflação? De modo algum. Somente quando se conseguir produzir ouro em tais quantidades e de forma tão barata quanto cal ou cimento, zinco ou chumbo, é que o ouro se tornará incapaz de servir como base de um signo monetário, porque então deixará de ser um metal raro, embora suas demais propriedades permaneçam as mesmas. Enquanto, portanto, os signos monetários forem emitidos apenas na medida em que exista cobertura por trás deles, e enquanto essa emissão não atingir um volume que ultrapasse o poder de consumo da economia nacional, um dinheiro coberto não provocará inflação. Se alguém estabelecer a doutrina de que uma economia nacional — seja a turíngia, seja a alemã como um todo — só pode suportar uma quantidade de meios de pagamento de X ou Y milhões de marcos-ouro, e que, por isso, qualquer quantidade de meios de pagamento emitida para fins de construção seria retirada da restante economia ou que os novos meios de pagamento emitidos para fins de construção teriam necessariamente de atuar de forma inflacionária sobre os demais meios de pagamento, então essa teoria é uma doutrina incompatível com a realidade.

Qual é, afinal, a realidade hoje? No tempo de paz, o povo alemão, segundo dados de especialistas, possuía 4 bilhões de meios de pagamento em circulação. Mas isso se referia à Grande Alemanha de então, incluindo as áreas agora cedidas e ocupadas, que, com sua grande indústria, reclamavam uma parte muito forte do mercado de meios de pagamento. A Alemanha atual, reduzida, já recebeu sozinha 3 bilhões de Rentenmark. Portanto, o volume total de meios de pagamento hoje não é de forma alguma menor do que no tempo de paz. Depois disso, só preciso perguntar a vocês se todos têm tanto dinheiro quanto no tempo de paz.

Em uma época de escassez geral de dinheiro, da maior falta de meios de pagamento, causa realmente espanto ouvir imediatamente que um aumento desses meios de pagamento teria de provocar inflação. Vocês querem manter a economia nacional eternamente nesse estado de empobrecimento, de escassez de meios de pagamento e de falta de liquidez?

Dizem dos alemães que são poetas e pensadores. Isso é verdade. Pois mesmo em considerações e propostas tão sóbrias e puramente econômicas, imediatamente se poetiza e se pensa o que talvez e eventualmente poderia ser possível. Nesse poetizar e pensar, deixa-se de lado a sobriedade e a realidade.

Basta que alguém cite uma mera frase feita e já se nota um aceno geral de cabeças. Uma frase desse tipo é a de que, pelos títulos de caixa do banco de construção, seria criado poder de compra adicional. Se isso fosse o caso, então os títulos do banco de construção teriam de ser rejeitados em todas as circunstâncias, pois poder de compra adicional seria inflação incondicional. O "milagre da Rentenmark" não poderia, sob nenhuma circunstância, ser perturbado por tal inflação. Não quero afirmar que o conceito de poder de compra adicional é puramente teórico, com o qual um homem razoável do povo, um homem de pensamento sóbrio, nada pode fazer. Como poder de compra adicional teria de ser designado todo signo monetário que não possuísse exclusivamente, como o ouro, o caráter de mercadoria em si. Se, porém, entende-se por poder de compra adicional um signo monetário que não tem cobertura em bens reais por trás de si, ou não tem cobertura integral em bens reais, então é falso e incorreto aplicar essa designação aos títulos de caixa do banco de construção. É evidente que não é admissível nem permitido emitir, em quantidades ilimitadas, centenas de milhões de títulos de caixa do banco

de construção para a Turíngia, mesmo que por trás deles estivesse a plena cobertura em valores reais das moradias construídas com eles. Tal temor, porém, não é nada além de fantasia poética ou hipótese de erudito. Pense-se, no entanto, como a coisa se passa na prática: primeiro, os pedidos de construção devem ser processados, apresentados e tratados individualmente; portanto, em um mês, no máximo, saem inicialmente algumas centenas de milhares de marcos-ouro; levará um ano até que os primeiros 2 milhões em títulos de caixa do banco de construção sejam emitidos.

Sem falar que uma parte muito grande dessas transações monetárias também ocorrerá na Baubank por meio de compensação sem emissão de moeda, já é, puramente do ponto de vista prático, impossível saturar o mercado monetário além da necessidade com títulos de caixa do banco de construção, porque não haverá materiais de construção suficientes para construir mais do que o mercado e a economia podem suportar. Apenas a teoria e a fantasia, ou hostilidade intencional contra uma proposta vinda de nosso lado, podem sair por aí com a afirmação de que os títulos de caixa do banco de construção provocariam inflação ou que até mesmo poderiam perturbar a Rentenmark.

Se vocês, no entanto, quiserem primeiro perguntar ao Reich ou à grande finança judaica, se quiserem consultar os chamados “especialistas” dos círculos da bolsa sobre o eventual efeito dos títulos de caixa do banco de construção, então certamente receberão como resposta que os títulos de caixa do banco de construção trariam inevitavelmente a inflação, seriam uma loucura ou uma utopia — o que soará imediatamente na imprensa dependente do grande capital assim que essa imprensa tiver ocasião de se ocupar de nossa proposta Quando lhes apresentamos estas propostas, vocês sabem que elas vêm do lado nacional-socialista. Meu pedido a

vocês é que não examinem esta nossa proposta através das lentes partidárias. O sofrimento habitacional é tão grande e se tornou uma necessidade social tão urgente, somado ao fato de que grande parte da economia como um todo se encontra paralisada, que é necessário agir imediatamente.

Só existem duas possibilidades: ou se enfrenta o mal com verdadeira força de decisão e com vontade de agir, ou se deixa a coisa correr porque "não há nada a fazer". Frequentemente se diz que a necessidade é tão grande que só pode ser combatida com medidas generosas, inovadoras e radicais. Aqui lhes trazemos precisamente um meio inovador, generoso e radical. Dele o Estado não exige um único pfennig de despesa. Somente por meio deste instrumento será possível construir moradias baratas — já pelo simples fato de que o dinheiro é concedido sem juros.

Vocês podem aplicar este meio na economia nacional na escala que a necessidade de moradias e de capital permitir. O equilíbrio, isto é, a saturação na utilização deste meio, só ocorrerá quando a crise habitacional tiver sido combatida de forma correspondente e quando a pobreza de capital tiver sido suficientemente eliminada pelos títulos de caixa do banco de construção que estiverem em circulação. Não resta outra alternativa senão o ou isto ou aquilo. Ou se encontra a força de decisão para executar o plano, ou se deixa o sofrimento como está e se declara a falência da própria sabedoria e de toda a economia. Nós, nacional-socialistas, queremos a melhoria; por isso estamos prontos para a ação e convidamos vocês a participar desta ação. O Parlamento do Land da Turíngia aprovou então o plano de um Banco de Construção e Economia turíngio. Também o Ministério de Estado completo da Turíngia aprovou por unanimidade o projeto de lei segundo as nossas propostas. Sob a liderança do Sr. Ministro das Finanças von Kluckzenus, viajou uma

deputação composta pela maioria dos líderes de bancada do Parlamento turíngio para Berlim — a fim de obter ali a aprovação no Ministério das Finanças do Reich.

Minha advertência contra este passo, desnecessário nos termos do Artigo 1.º da Constituição de Weimar, infelizmente não foi ouvida. De forma ofensiva, o Ministro das Finanças do Reich não dispôs de tempo para receber pessoalmente a deputação, delegando-a a um diretor ministerial de aparência suspeitamente judaica. Com grande empenho, os senhores — que normalmente estão muito distantes de nossos pensamentos nacional-socialistas — defenderam sua intenção contra a objeção de inflação imediatamente levantada pelo representante ministerial. Apertado contra a parede, o representante do Ministério das Finanças do Reich declarou finalmente: „A aprovação para a emissão de títulos de caixa do banco de construção não pode ser concedida, porque o Reichsbank não o permitiria!“. Com o rabo entre as pernas, completamente desanimados, exatamente como eu havia previsto aos senhores, a deputação regressou a Weimar — e nada aconteceu.

O chamado Reichsbank, que, como se sabe, usa o nome „Reichs“bank apenas para iludir a opinião pública, um instituto sobre o qual o „Reich“ nada tem a dizer, saiu vitorioso. Os escravos do Plano Dawes curvaram-se, a miséria permaneceu, e a ditadura absoluta do chamado „Reichs“bank internacional continuou a existir”.

b) Mecklenburg

No Landtag de Mecklenburg foi igualmente apresentado um requerimento para a criação de um Banco de Construção de Mecklenburg, que foi amplamente fundamentado em 14 de maio de 1924 pelo deputado völkisch Walter Vogelberg.

Mecklenburg possui uma Staatsbank (banco estatal). No requerimento mecklenburguês está previsto que a própria Staatsbank seja autorizada, por intermédio do Ministério das Finanças, a emitir Bauschuldscheine (títulos de dívida de construção) até o montante solicitado (até cinco milhões de marcos-ouro). O Ministério das Finanças deverá processar os pedidos.

Os títulos de dívida de construção poderão ser concedidos como empréstimos sem juros:

1. Para casas unifamiliares de até 7 cômodos, desde que o custo total da construção não exceda 20.000 marcos-ouro;
2. Para casas multifamiliares, desde que atendam a certos conceitos precisamente definidos para pequenas e médias casas.

O empréstimo deverá ser concedido no valor de até 90 % da soma orçada e deverá ser amortizado a 5 % ao ano. Também em Mecklenburg foi especialmente instrutivo observar que a social-democracia — ou, mais precisamente, um judeu a ela pertencente chamado Asch — se opôs ao plano com extrema veemência. Asch declarou, porém, ao final, que a coisa seria utilizável se fosse acrescentado um juro. De forma excelente, o Dr. Ziegler havia mandado ilustrar no jornal *Nationalsozialist* (o atual semanário central do NSDAP) o estado atual do setor da construção e as possibilidades que resultariam da implantação da B.W.B., de maneira gráfica e propagandística.

[Nota da tradução: a explicação desse desenho de propaganda foi adicionada a seguir]

“Eles não podiam se unir”

Havia muitos desempregados,
Também pedras e madeira sem conta.
Eles não podiam se unir,
Porque o judeu se meteu entre eles!
Nada pode ser construído.

Materiais de construção estão aqui **Trabalhadores estão aqui**

- **Materiais de construção:** Materiais de construção em abundância. Estão lá sem uso e “apodrecendo”.

- **O Conselheiro Comercial Cohn diz:** “Construir? O que quer dizer construir! Eu não construí um banco há dois anos? E na última primavera uma bela vila? O que vocês querem!?”
“Dinheiro para construção? O que quer dizer dinheiro para construção? Vocês podem ter quanto quiserem. Digamos... a 80% de juros!”

- **O Governo do Estado diz:** “Sempre esperem pacientemente. Não pressionem! Primeiro temos que cumprir as obrigações!! Só então virá o empréstimo internacional! Só então poderemos — talvez — construir.”

O presente sob o domínio dos bancos e das bolsas.

Nesta cidade há 20.000 pessoas sem moradia e 20.000 desempregados.

Povo alemão!
Sem-teto! Desempregados!

Aproveitem o momento! Não deixem que uma nova oportunidade se some às mil oportunidades perdidas do triste passado! Decidam-se! Assumam um dos mais importantes projetos socioeconômicos do nosso tempo, que um dia será celebrado como o mais frutífero de toda a era! Reconheçam a ideia do banco social de construção e economia! Não se fechem, por quaisquer motivos partidários, ao valor incomparável dessa luminosa ideia de nosso político social e econômico Gottfried Feder! Está comprovado que nada é mais fácil do que colocá-la imediatamente em prática! A crise habitacional e a miséria do desemprego não podem se agravar ainda mais! O Estado, que deseja cumprir um dever social, um grande feito — aqui pode realizá-lo. Mas deve fazê-lo imediatamente! Fora da opressão dos magnatas financeiros judeus! Quebrem as correntes da escravidão dos juros! Ajudem, trabalhem pela realização do projeto

que surgiu como salvador na maior necessidade — trabalhem pela concretização do banco de construção!

O futuro

sob o signo do banco de construção, sob a bandeira da suástica.

Nesta cidade não há pessoas sem moradia e há apenas quatro desempregados:
dois velhos poetas alemães e dois velhos eruditos alemães, dos quais o povo alemão não cuidou, mas que estão felizes e satisfeitos por saber que, ao menos, os seus compatriotas estão bem.

Observações teóricas

No presente opúsculo, não pretendo me aprofundar excessivamente em discussões teóricas, mas apenas, da forma mais clara possível, rebater a principal objeção levantada pelos representantes do capital e seus seguidores.

Diz-se ali: *"Sim, tudo isso é muito bonito, mas a emissão de novas cédulas inevitavelmente significa inflação! — E disso já tivemos mais do que o suficiente!"*

Não quero simplesmente descartar essa objeção apontando que ela vem de um lado que tem interesse exclusivo na manutenção da escravidão dos juros sobre a população produtiva, pois também há muitos alemães bem-intencionados que cresceram dentro do círculo de ideias da economia baseada no capital de juros; e também discípulos, ouvintes ou professores da chamada economia política — ou melhor, da "antieconomia internacional" — acreditam poder apoiar-se em supostos princípios técnico-financeiros corretos.

Uma dessas concepções afirma que novo dinheiro só poderia ser emitido com base em um aumento da produção de mercadorias comercializáveis. Isso foi, entre outros, defendido pelo ex-ministro das finanças do Reich, Hans Luther, em uma conversa comigo, quando disse: *"Sim, se 100 mil novos chapéus de palha ou feltro forem produzidos, então talvez se possa, por meio de letras comerciais e através do Reichsbank, mandar imprimir novo dinheiro correspondente; mas no caso de casas isso não seria possível, pois aqui o investimento não é suficientemente líquido."*

Essa afirmação é, naturalmente, tão grotesca quanto incorreta.

Sabe-se que nem chapéus de palha nem de feltro têm vida eterna, mas acabam geralmente, após pouco tempo, no depósito de tralhas ou no monte de

compostagem. É também ridículo comparar o valor de uso de um chapéu de palha com o valor material de uma casa. Se, de fato, com base em uma expansão da produção no setor do vestuário, fosse impresso novo dinheiro — independentemente de as letras emitidas serem resgatadas ou não —, então, após o consumo de curta duração desses bens, haveria um aumento dos meios de pagamento sem que existissem valores reais correspondentes que os sustentassem.

Um aumento da circulação de meios de pagamento com base em uma expansão temporária da produção de bens de curta duração deve, portanto, ser rejeitado. Por outro lado, a emissão de novas cédulas é plenamente justificável quando se trata de bens duráveis, sobretudo de grandes investimentos de interesse nacional ou de casas. A retirada de circulação das novas cédulas emitidas pelo banco de construção pode ser regulada e distribuída ao longo de muitos anos, de modo que, ao final, reste apenas uma expansão real da produção, sem aumento correspondente da quantidade de meios de pagamento. Isso constitui um verdadeiro aumento da riqueza nacional, enquanto a produção de bens de curta duração não pode ser considerada, nesse sentido, como um aumento do patrimônio nacional. Da colheita anual da agricultura alemã ou da produção de carvão da indústria pesada — que são consumidas dentro de um ano ou transformadas em fumaça e fuligem — não se pode dizer que constituam uma base segura para a moeda e a quantidade de meios de pagamento. Certamente, a população trabalhadora alemã cria constantemente novos valores, sobre os quais os meios de pagamento — privados de sua antiga base material — podem, por assim dizer, apoiar-se; mas, na minha opinião, não se pode negar seriamente que novas construções constituem uma base melhor e mais segura para a emissão de novo dinheiro. Característico da economia predatória baseada em juros é que, contrariando essa lógica interna, não se queira aceitar casas como garantia para a emissão de dinheiro, enquanto, ao mesmo tempo, sem

qualquer hesitação, essas mesmas casas são consideradas como uma das garantias mais seguras para a emissão de hipotecas com juros, títulos hipotecários etc. A alta finança vê nisso uma aplicação absolutamente segura — até mesmo adequada para tutelas — para obter, mediante uma concessão única de dinheiro, juros permanentes. Mas há ainda outra razão pela qual a afirmação do perigo inflacionário das cédulas do banco de construção pode ser refutada.

Em geral, dificilmente se pode contestar a seguinte afirmação: *a inflação surge quando, sem a criação de novos valores, se imprime novo dinheiro para fins improdutivos.*

Essa afirmação é tão evidente que nunca ouvi uma objeção séria contra ela. Imprimir dinheiro sem criar valores — ou até mesmo permitindo o desperdício do patrimônio alemão — foi, como se sabe, uma das principais ocupações dos homens da Revolução até 1923. Eles alcançaram nisso uma notável "virtuosidade", com o resultado final, naturalmente, da catastrófica destruição da moeda alemã. Alguém não precisa entender absolutamente nada de técnica financeira; basta pensar logicamente para tirar a seguinte conclusão dessa tese: *"Se novos valores são criados, então o Estado certamente tem o direito de emitir novo dinheiro, que encontra sua cobertura adequada nesses novos valores."*

Aplicado à nossa proposta de criação de bancos sociais de construção e economia, isso significa: não pode haver dúvida de que o Estado (ou seja, a coletividade) tem o direito de emitir novo dinheiro para construção, desde que realmente sejam construídas novas casas. A objeção de que o dinheiro de construção causaria inflação, portanto, não é convincente nem do ponto de vista lógico nem do ponto de vista monetário. Apesar disso, é absolutamente inadmissível que esse método seja aplicado de forma ilimitada e estendido a todo tipo de novas construções. Por isso, a atividade da B.W.B. deve ser

limitada a um certo período de transição, até que a crise habitacional seja eliminada em sua forma mais grave. Para tranquilizar os mais receosos: não se trata, de forma alguma, de colocar em circulação pública todo o valor correspondente das casas recém-construídas na forma de novas cédulas. Suponhamos que, em dez anos, fosse necessário construir cerca de três milhões de moradias, com um custo total de 10 bilhões de marcos. Isso não significa que todo esse valor seria emitido em cédulas e colocado em circulação — o que, evidentemente, aproximaria o risco de inflação.

Primeiramente, essa emissão seria distribuída ao longo de dez anos. Além disso — e isso é o mais importante — apenas cerca de 25% do valor seria emitido em papel-moeda, já que os outros 75% dos pagamentos (exceto salários e ordenados) seriam feitos por meios não monetários (transferências). Mesmo essa quantidade de papel-moeda seria desnecessária, pois essas cédulas retornariam pelo menos três vezes, ao longo dos dez anos, aos cofres públicos, de onde poderiam ser novamente direcionadas aos bancos de construção e reemitidas. É muito mais provável que a necessidade efetiva de novos meios de pagamento permanecesse bem abaixo de um bilhão do que acima disso.

De fato, é perfeitamente concebível que todo o financiamento da construção de moradias pudesse ocorrer quase sem dinheiro físico, ou seja, sem emissão adicional de cédulas, apenas por meio de pagamentos não monetários.

Com isso, qualquer temor de um efeito inflacionário dessa nova forma de financiamento da construção habitacional perde seu fundamento. As casas recém-construídas formam uma base conjunta de garantia para os créditos concedidos ou para o dinheiro emitido. Ano após ano, centenas de milhões retornam aos cofres dos bancos de construção e economia por meio de amortizações, aumentando a segurança progressivamente.

Após o pagamento completo, as hipotecas de garantia registradas sobre as novas casas são canceladas.

A questão habitacional estaria, assim, resolvida. Também do ponto de vista teórico, essa solução seria incontestável.

Tentativas fracassadas, experimentos perigosos

Nos capítulos anteriores vimos com toda clareza como o nacional-socialismo pretende, por meio do Estado, eliminar a crise habitacional; também não encontramos, do ponto de vista teórico, nenhuma lacuna no encadeamento de ideias da B.W.B. Agora voltaremos brevemente a diferentes tentativas que procuram aplicar, na prática, a ideia do dinheiro de construção sem juros, reunindo poupadores interessados em construir casas.

Em si, nada haveria a objetar contra tais esforços; porém, em nenhuma circunstância e em nenhum estágio eles devem ser comparados com nossas propostas para a B.W.B. Em todas essas tentativas privadas de conceder mutuamente dinheiro de construção sem juros por meio de associações de poupança, trata-se, na verdade, de conceder a uma pequena quantidade de pessoas favorecidas empréstimos sem juros às custas de um grande número de poupadores diligentes.

Isso, em si, não é difícil — o desejo pela casa própria e a esperança de obter, numa cooperativa de poupança, um empréstimo até mesmo sem juros levam milhares e milhares de poupadores bem-intencionados e confiantes a ingressar em tais sociedades de construção e assentamento. Naturalmente, com as economias de mil membros contribuindo com 200 marcos cada (totalizando 200.000 marcos), podem-se construir 20 casas com empréstimos sem juros de 10.000 marcos cada. Os vinte “sortudos” que recebem essas casas ficam, em geral, muito satisfeitos — e, com igual certeza, os outros 980 poupadores

inicialmente dobram sua disposição de poupar, pois cada um espera que "em breve será sua vez".

Isso também lhes é assegurado de todas as formas. Mas logo o fluxo de novos poupadores diminui; novas casas ainda são construídas, mas cada vez mais lentamente; por fim, não entram mais novos membros — e então…? Bem, então é preciso esperar décadas até que os proprietários das casas devolvam seus empréstimos sem juros, para que só então os membros que entraram depois possam ser atendidos. Nesse meio-tempo, estes já perderam a alegria e a confiança. Se ainda ocorrerem irregularidades na gestão, o resultado final é o colapso e a perda das economias de milhares de poupadores.

O que deve ser particularmente enfatizado aqui é que essas iniciativas não têm nada a ver com a ideia técnico-financeira da nosso *Bau- und Wirtschaftsbank*, que utiliza o direito soberano do Estado de criar dinheiro com base em uma atividade de construção organizada em grande escala — ou seja, com base em uma expansão econômica real — para curar um grave problema social.

Nossa proposta é uma ideia estatal — as outras tentativas são artimanhas privadas.

Até que ponto essas supostas "grandes realizações sociais" podem degenerar em fraude descarada é demonstrado por um panfleto de um arquiteto de Munique, que prometia friamente: *"50 pfennigs a 2 marcos por semana — e você receberá, conforme a ordem de ingresso, uma casa com 2, 3, 4, 5 ou 6 cômodos."*

De fato, milhares de pessoas crédulas pagaram por meses suas contribuições, até que o "genial" construtor desse castelo de cartas desapareceu — junto com as economias!

Basta apresentar esse tipo de “negócio” com grandiloquência, sob nomes como “Central Geral de Construção”, e anunciar: “O projeto habitacional se estende por toda a Alemanha; você não precisa de registro no órgão de habitação; não há taxa de adesão; não é necessário comprar cotas; você não assume responsabilidade alguma; não precisa pagar milhares de marcos de entrada para uma eventual construção!”, etc. — e todos aqueles que nunca receberão nada entregam suas economias.

Em uma base mais sólida encontrava-se a conhecida comunidade de construção e assentamento D.B.S. em Darmstadt. Essa sociedade, que chegou a ter 40.000 membros, de fato construiu muitas centenas de casas. Mas o que são algumas centenas de casas, quando dezenas de milhares aguardam? Teoricamente, seria possível que cada poupador recebesse sua casa — se, claro, não morresse antes.

Outra consideração também fala contra esse tipo de sociedade. Vivemos atualmente em um período de economia altamente capitalista. Quem hoje recebe um empréstimo sem juros só o obtém porque outros, menos favorecidos e atendidos mais tarde, precisam abrir mão dos juros. Enquanto essa renúncia for compensada pela obtenção de um empréstimo semelhante em poucos anos, isso ainda poderia funcionar. Mas é evidente que pelo menos metade dos poupadores terá de esperar 15, 20 anos ou mais — mesmo que tudo corra bem — até receber seu empréstimo.

Nesse caso, eles próprios arcam com toda a perda de juros. Se, em vez de entregar suas economias a tais cooperativas — por motivos parcialmente altruístas, parcialmente interessados —, tivessem simplesmente depositado seu dinheiro em uma caixa de poupança, poderiam retirar, após cerca de 15 anos, aproximadamente o dobro do valor, graças aos juros compostos.

Pode-se julgar essas iniciativas como quiser: um pequeno grupo — geralmente os primeiros ou fundadores — obtém grandes vantagens, enquanto a maioria sofre prejuízos. Muitas dessas cooperativas acabam falindo antes do tempo, quando não foram desde o início planejadas como fraude. Não raramente, mesmo intenções originalmente honestas acabam degenerando em charlatanismo sob pressão das circunstâncias.

Nós, nacional-socialistas, não temos nada a ver com tais iniciativas; sua natureza é fundamentalmente diferente da nossa proposta de criação de bancos de construção e economia.

Uma economia sem juros dentro da atual economia baseada em juros não é possível — ou só é possível às custas e em prejuízo de outros.

Conclusão

O leitor atento não pode deixar de perceber que nossas propostas nada têm a ver com as diversas tentativas, bem ou mal-intencionadas, de tentar enganar a atual economia capitalista baseada em juros com meios ingênuos, reunindo grupos maiores ou menores que poupam diligentemente e depois concedem, com o dinheiro economizado, empréstimos sem juros a alguns poucos afortunados ou mais espertos, que então constroem moradias ou casas.

Tal procedimento não é nem uma ideia econômica nova ou original, nem uma ideia verdadeiramente criativa, tampouco um meio eficaz de combater uma das maiores misérias sociais — a falta de moradia.

Da mesma forma, os diversos meios, métodos, disposições legais e outras tentativas que mencionamos no início não poderão eliminar o problema em sua raiz, pois não atingem o cerne da questão. Um Estado como o da República de Weimar, que no fundo é completamente dependente das forças capitalistas, não pode — na verdade, não deve — permitir que uma medida tão radical quanto o banco de construção e economia seja implementada.

Se nossa proposta apenas resolvesse o problema habitacional — sem ao mesmo tempo atingir mortalmente o sistema capitalista — talvez pudéssemos contar com sucesso prático. Também em nossa propaganda — que devemos conduzir incansavelmente — encontraremos repetidamente compreensão e apoio inicial entre a população trabalhadora e até mesmo entre partidos políticos, inclusive à esquerda, como mostram os casos na Turíngia e em Mecklemburgo, e mais recentemente em Oldemburgo.

Mas, ao final, sempre encontraremos a firme oposição da alta finança, que mantém o governo do Reich completamente sob seu controle.

Assim, devemos reconhecer: mesmo a implementação de uma questão econômica tão importante quanto o banco de construção e economia só pode ser conquistada no campo de batalha político.

Somente o nacional-socialismo será, um dia, capaz de resolver a questão habitacional com mão firme e segura — mas também apenas após conquistar o poder político.

Queremos o poder político porque não queremos que o povo alemão decaia na miséria habitacional, no desemprego e na "servidão aos judeus".

A política é o destino.

Referência.

Nationalsozialistische Bibliothek Heft 8. Die Wohnungsnot und die soziale Bau- und Wirtschaftsbank als Retterin aus Wohnungselend, Wirtschaftskrise und Erwerbslosenelend (1932)

Apêndice J: O ideal econômico desejado e a realidade (Franz Lawaczeck)

I. Ideal e suas Consequências

1. A Célula Primordial Idealizada e a Visão Desejada

As primeiras células do futuro Reich Alemão surgiram há muitos milhares de anos, quando jovens nórdicos migraram de sua terra natal e tomaram posse de terras desabitadas e incultas. Eles trouxeram consigo cavalos, gado e sementes, pois em sua terra de origem tinham abundância disso, faltando-lhes apenas espaço.

Seguindo regras ancestrais de sabedoria herdada, eles criaram o assentamento, que floresceu e cresceu rapidamente. Ninguém era pobre, muitos tinham abundância, a tal ponto que a colheita não era totalmente consumida e um excedente cada vez maior era transferido para o novo ano. Assim, membros individuais da família foram liberados do trabalho no campo, pois, mesmo sem o seu trabalho agrícola, havia alimento suficiente para todos. Surgiram então a profissão docente, surgiram os médicos, os pesquisadores — de acordo com o excedente alimentar que as famílias individuais e clãs possuíam. Essas outras profissões eram, por assim dizer, encomendadas pelos agricultores, mediante pagamento feito a partir do excedente, para realizar outros trabalhos necessários e desejados. E como surgiram inimigos externos para a comunidade florescente, um dos trabalhos mais importantes que a comunidade exigia de indivíduos — e pagava com alimentos — era que alguns se dedicassem inteiramente à defesa. Estes criaram o exército e organizaram o Estado.

Finalmente, houve tantos daqueles que podiam dedicar-se a outros trabalhos que não a agricultura, que eles se fundiram em estamentos — surgiram, ao lado do estamento alimentar, que alimentava a todos, o estamento de defesa e o estamento de ensino. E à medida que estes dois últimos se uniram, surgiu a cidade, pois para o ensino e a defesa, a permanência no campo tornara-se desnecessária e ineficiente.

O camponês continuava a fazer por si mesmo tudo o que precisava: suas roupas, seus sapatos, sua habitação, sua casa e ferramentas. O estamento de defesa e o de ensino, por outro lado, dependiam dos artesãos. Estes punham a sua honra em realizar sempre o melhor. Eles se especializaram. Surgiram os fabricantes de tecidos, os fiandeiros e tecelões, os alfaiates, os sapateiros, os carpinteiros, marceneiros, mestres de obras, funileiros e serralheiros. As guildas formaram-se e ensinaram aos jovens a sabedoria dos antigos, colocando a sua honra em servir ao todo.

A cidade cresceu enquanto o excedente da colheita o permitia; o equilíbrio veio quando os estamentos de ensino e defesa, juntamente com o artesanato, contavam com tantos membros que estes podiam consumir o excedente da terra. Sempre, em todos os tempos, até o dia de hoje, o campo alimentou a cidade com o seu excedente! Essa é a conexão primordial entre a cidade e o campo, os dois elementos da comunidade. A cidade realiza para o campo o trabalho que está fora da agricultura, em última análise por encomenda do campo, e assim é paga pelo campo com alimentos, através do excedente da colheita. A riqueza das cidades veio e vem do campo. Outra coisa não é possível. Nuremberg, Dinkelsbühl e Rothenburg foram construídas a partir do excedente da terra.

Cada cidade deve viver de seu interior (*Hinterland*). Sim, isso ainda é o caso hoje, inalteradamente. Embora as conquistas da técnica tenham reduzido as distâncias de forma fabulosa, a lei ancestral de que a cidade vive de seu interior

permaneceu preservada. Isso é provado com todo o rigor pela estatística das ferrovias. A ferrovia calcula seu desempenho em toneladas-quilômetro, ou seja, pelo peso e pela extensão do trecho sobre o qual o peso é transportado. Ao examinar a estatística, nota-se inicialmente que uma quantidade predominante de carvão é transportada. 40% de todos os bens transportados pela ferrovia são carvão! O carvão é extraído apenas em alguns pontos e de lá distribuído por todo o *Reich*. Assim, ao grande peso soma-se o grande trajeto. Em média, uma tonelada de carvão viaja 167 quilômetros na ferrovia. Com isso, as toneladas-quilômetro de carvão transportadas resultam em cerca de 80% do desempenho total da ferrovia! No essencial, a ferrovia é, portanto, a mais poderosa rede de distribuição de energia!

Os 20% restantes de toneladas-quilômetro recaem sobre o transporte dos 60% de bens restantes, que são materiais de construção e alimentos, cereais e gado. Se verificarmos a distância de transporte destes, resulta em um trajeto médio de 25 a 30 quilômetros! Esse é o caminho do campo para a cidade! Munique recebe seu leite das redondezas de cerca de 35 quilômetros. Portanto, apesar da ferrovia, a cidade só é alimentada por seu interior imediato! Hoje, como na mais remota Idade Média! O estamento de defesa e o de ensino vivem, crescem e prosperam apenas enquanto o estamento alimentar produz excedentes. Nenhuma força no mundo pode obrigar o camponês, a longo prazo, a entregar aquilo de que ele mesmo precisa. Se ele tem excedente, no entanto, ele o entrega de bom grado; aliás, ele depende de entregar o excedente, caso contrário este estraga e o trabalho foi em vão. Valor tem sempre apenas aquilo que é necessário.

Assim, o equilíbrio para uma ordem sensata do todo já deve ser encontrado na célula individual da família: os consumidores devem ser tantos que possam retirar e consumir o excedente do produtor. A tarefa do Estado só pode ser esta: favorecer, por meio de medidas administrativas sensatas, o estabelecimento

desse equilíbrio natural nas células individuais e, quando alcançado, mantê-lo. No curso da história, a distribuição do excedente do campo para a cidade tornou-se cada vez mais difícil, quanto maior se tornava a massa daqueles com direito ao abastecimento. Foi então que surgiu o dinheiro como meio auxiliar para distribuir o excedente da terra para as cidades. Conduzir o excedente do estamento alimentar para os outros estamentos e distribuí-lo de forma justa tornou-se a tarefa mais importante, que, com o crescimento da grandeza do povo, não pôde mais ser realizada pelos chefes de família dentro do próprio clã, como no estado original.

Construímos esta imagem ideal irreal apenas com o propósito de reconhecer a essência do dinheiro: um homem de confiança da comunidade assume a regulação através da criação do dinheiro. Contrata-se tantos trabalhadores, que chamamos de "funcionários" (*Beamte*) por serem encarregados pelo Estado, quantos o excedente da colheita permitir, e paga-se a eles com dinheiro. Em vez de pagar o salário dos funcionários em espécie, eles o recebem em dinheiro como uma ordem de pagamento sobre a parte do excedente que lhes cabe. O contratante original para o estamento de ensino e de defesa é o estamento alimentar, que criou para si os outros dois estamentos a fim de obter consumidores para o seu excedente. Pois sem tais encomendas, o camponês ficaria estagnado com sua colheita.

O Estado idealizado, portanto, em sua plena soberania, cria, por encargo do camponês, tanto dinheiro quanto corresponda ao seu excedente de colheita e designa tanto trabalho quanto a colheita permite. O dinheiro vai para os funcionários, nomeadamente para o estamento de ensino e de defesa, e destes — na medida em que não seja consumido para alimentação — para os artesãos, que cuidam do vestuário e habitação dos estamentos e, assim, flui integralmente de volta para o camponês, que em troca fornece o alimento para todos e as matérias-primas para vestuário e habitação. A palavra "funcionário" deve ser

entendida no sentido mais amplo, assim como a palavra "estamento de defesa". Tudo o que ajuda a tornar o Estado eficiente pertence ao estamento de defesa: o soldado, o juiz, o funcionário administrativo, o médico, o enfermeiro e a parteira. Tudo o que provê alimento espiritual pertence ao estamento de ensino: não apenas o professor, mas também o pesquisador, o músico, o artista, o escritor, o pastor e o orientador espiritual.

Se a lei fundamental não for violada — ou seja, que não sejam empregados mais trabalhadores do que podem ser saciados pelo excedente da colheita —, tudo estará em ordem. A quantidade de dinheiro em si não desempenha papel algum. Ela deve ser sempre equivalente ao excedente da colheita. Se o excedente da colheita é grande, todos passam bem; se a colheita é escassa, cada um recebe menos. O encarregado pelo povo camponês tem a tarefa de prover o trabalho necessário para que surja o poder de compra suficiente para comprar o excedente. A criação de postos de trabalho é um assunto tão extraordinariamente importante que não pode ser deixada à "iniciativa privada", como ocorre hoje na economia capitalista liberal.

Naturalmente, o Estado também tem o dever de prover o dinheiro necessário. O encarregado pelo povo camponês, que é o Estado, tem ainda o dever de assegurar que o dinheiro chegue integralmente ao camponês. Negócios com dinheiro, negócios de especulação, como os praticados por bancos e bolsas, negócios de juros contradizem o sentido da incumbência, contradizem a economia nacional. Ao mensageiro que traz o dinheiro cabe o salário de mensageiro pelo seu trabalho, mas nada além disso. O encarregado do povo tem de combater todo tipo de usura de mercadorias, tal como ocorre de forma mais desenfreada nos grandes armazéns e nos trustes. Finalmente, o Estado deve garantir que o dinheiro permaneça estável em valor.

Quando o excedente da colheita é consumido, após um ano, quase todo o dinheiro voltou para o camponês. Para ele, o dinheiro só tem sentido como meio de poupança para tempos de necessidade ou velhice. Para manter o valor do dinheiro estável, o Estado deve retomá-lo para si e dar ao camponês, em troca, uma nota promissória estatal garantida. Com isso, o Estado obtém repetidamente os meios monetários em circulação ordenada, e estes mantêm seu valor por força da garantia estatal, desde que trabalho seja feito para isso. O bem-estar do camponês e do poupador ficam, assim, firmemente ligados ao bem-estar do Estado. O Estado de orientação liberal deixou a criação de dinheiro e de trabalho por completo para a economia privada; esse foi um dos objetivos do liberalismo destruidor do Estado: induzir o Estado a renunciar a direitos de soberania vitais. E não, o ouro não pode fornecer um dinheiro de valor estável. Mas se o Estado guardar o dinheiro para o camponês — não importa qual seja sua aparência, se é papel, uma concha, prata ou ouro — fazendo com que este entregue os símbolos monetários e receba em troca um crédito registrado no cadastro de imóveis, então esse crédito manterá seu valor enquanto o Estado existir. Certamente, o Estado não pode fazer mágica. De si mesmo, o crédito não mantém seu valor — apenas se o Estado criar valores reais e permanentes com este dinheiro entregue pelo camponês para fins de guarda estável, é que a poupança manterá seu valor. Essa poupança do povo fica, então, por assim dizer, garantida hipotecariamente sobre as instalações criadas pelo Estado, e uma coisa garante a outra.

Com isso, teríamos uma construção clara, transparente e aplicável à realidade, que resolve plenamente ambas as tarefas impostas ao dinheiro e fecha completamente o ciclo monetário: de acordo com o excedente da colheita e, portanto, em equilíbrio com o desempenho do trabalho dos demais estamentos e artesãos, o Estado idealizado deve criar novos símbolos monetários uma única vez no início do ciclo. Esses símbolos monetários são pagos como salário aos

funcionários no sentido mais amplo e passam pelas mãos diligentes de toda a classe trabalhadora até chegarem ao camponês, que em troca entrega o excedente de sua colheita. O camponês "poupa" esse dinheiro que a colheita lhe rendeu, devolvendo os símbolos monetários ao Estado e recebendo hipotecas como segurança. Os símbolos monetários, porém, são reintroduzidos pelo Estado no ciclo em vez de novos. Para tantas novas instalações de valor permanente quantas parecerem necessárias para cobrir as poupanças e para sua segurança, o Estado cria dinheiro novo, que é "amortizado" pelos frutos dessas instalações, ou seja, recolhido e gradualmente destruído de novo. Essas construções e instalações públicas são o medidor da prosperidade crescente do Estado e do povo.

Impostos, obviamente, não podem existir em um tal Estado idealizado e em equilíbrio. Pois para que o Estado haveria de tirar dinheiro de seus cidadãos? Ele pode criar tanto quanto quiser — mas ele também não precisa disso, pois tem à sua disposição, através das poupanças, tudo o que precisa para pagar seus funcionários, pois essas poupanças atingem exatamente a altura do excedente da colheita. Os impostos que o Estado cobra são uma questão puramente capitalista, que transfere a busca pelo lucro do indivíduo para o Estado. Quando a economia capitalista for erradicada pela raiz, os impostos também desaparecerão. O camponês cumpre sua obrigação econômica estatal de forma suficiente e da melhor maneira ao extrair o maior excedente possível do campo. Se o Estado precisa exigir impostos do camponês, isso já demonstra um erro de organização.

O agricultor só pode, porém, escoar seu excedente quando existe poder de compra suficiente nos outros estamentos. Para gerar isso, o Estado deve conceder ordens de trabalho suficientes: administração, instrução e a construção de obras públicas (usinas, ferrovias, canais). O poder de compra só pode ser gerado através do trabalho; ele nada mais é do que o direito ao excedente da

agricultura conquistado pelo trabalho. Os juros diminuem o poder de compra do trabalhador e da coletividade, pois o dinheiro vai para os bancos, que não compram produtos, mas praticam a usura. O mal principal do sistema econômico é o juro.

O dinheiro criado pelo Estado é "coberto" pelo trabalho realizado e pelo excedente da colheita. Ninguém tem direito ao dinheiro que não execute uma ordem de trabalho para o Estado. Para manter o valor do dinheiro estável como meio de poupança, apenas o trabalho pode ajudar. O trabalho é o essencial, o primeiro; o dinheiro é algo totalmente secundário, que sem o trabalho perde seu valor muito em breve. Uma comunidade é, portanto, tão rica quanto ela sabe organizar o trabalho. Por causa da democracia não entender isso, nos tornamos pobres. *O sistema anterior buscava salvar os bancos; a salvação só virá após um afastamento fundamental do capitalismo.* "O dinheiro governa o mundo" vale hoje. **No Terceiro Reich, o trabalho governará.**

2. Conclusões a partir da imagem de construção

Construímos para nós, a partir da história e da imaginação, uma imagem puramente lógica, assim como o engenheiro deve fazer antes de construir sua máquina; uma imagem que, embora não seja real, pode ser realizada porque representa corretamente as forças atuantes em nosso sentido. A correção é relativa. Outras raças — outras imagens que preenchem a alma. Os judeus não estarão de acordo, eles não buscarão a realização da nossa imagem. Mas será o desejo deles determinante ou o nosso? Todo jogo de forças busca um equilíbrio que nunca é alcançado permanentemente enquanto a vida durar. E as forças são racialmente condicionadas em força e tipo.

O equilíbrio econômico que o nosso povo busca é o equilíbrio entre a produção e o consumo. O povo judeu busca algo completamente diferente, visto que, fundamentalmente, nada produz.

Justamente porque a imagem projetada não é real, mas livre de acasos e do que é irrelevante, existem diretrizes claras para a construção de uma comunidade que queira equilibrar sua economia.

A partir desta imagem simples, resultam as conclusões mais importantes como evidências:

a) Do Estado alimentador (*Nährstand*) não devem ser liberadas mais pessoas do que as que podem ser alimentadas pelo excedente da agricultura. Se mais pessoas do que corresponde ao próprio excedente forem empregadas em outras profissões — ou seja, no estado de defesa (*Wehrstand*), no Estado de ensino (*Lehrstand*), bem como no artesanato e na indústria —, o Estado cairá em dependência do estrangeiro. Segue-se obrigatoriamente: Um povo que quer ser independente deve alimentar-se do seu próprio solo. Para aquele que se compromete com a liberdade, a "Autarquia Econômica" é uma evidência.

O Estado industrial é um absurdo: ele não pode ser concebido como independente. Quem deseja o "Estado industrial" em oposição ao "Estado agrário" deve conformar-se com a falta de liberdade do Estado industrial. O "Estado industrial livre" é um *perpetuum mobile* econômico. Somente as almas de comerciantes podem simpatizar com um Estado industrial, jamais os criadores independentes — para estes, o Estado corporativo nascido do solo, no jogo harmonioso de forças, é a imagem desejada de sua alma.

b) O dinheiro só pode ser criado pelo Estado; dinheiro real e verdadeiro só pode ser produzido pelo Estado.

c) O sistema monetário deve estar inteiramente nas mãos do Estado já pelo fato de que somente o Estado pode criá-lo; ele deve dominar completamente a circulação do dinheiro. Pois o dinheiro é apenas um meio para transferir o rendimento do solo, o fruto do trabalho do estado alimentador, para os estados

de defesa e ensino, juntamente com o artesanato e a indústria. É uma ordem sobre o rendimento do solo, pagável àqueles encarregados de trabalho pelo Estado, ou seja, os funcionários no sentido mais amplo da palavra. Esta "ordem", o dinheiro, não pode e não deve ser um fim em si mesma, nem um meio para fazer um "negócio", onde, por exemplo, o portador do dinheiro, "o banco", retém uma porcentagem como "deságio" pelo seu serviço de mensageiro, ou obtém juros ou lucros especulativos.

A outra exigência que o povo deve fazer ao dinheiro — a de ser um meio de poupança de valor estável após cumprir sua tarefa como meio de troca — também só pode ser cumprida pelo Estado. Com isso, fecha-se o ciclo, que deve ser monitorado pelo Estado em cada etapa.

O dinheiro serve ao tráfego público pelo menos tanto quanto a ferrovia. Que esta última não pode ser deixada exclusivamente à exploração privada é algo que até a democracia dos Estados Unidos reconhece, tendo colocado sob as mais severas penas os favorecimentos especiais de indivíduos pela ferrovia[30]. Se a ferrovia já deve estar sob controle estatal, quanto mais o sistema monetário.

d) O dinheiro só pode tornar-se estável em valor através do trabalho. Nenhuma moeda, seja de concha, ouro, prata, papel ou moeda de quilowatt-hora

[30] N.A: No ano de 1907, o então presidente Roosevelt moveu um processo contra o Dr. Rockefeller nos Estados Unidos, porque ele havia feito concessões de frete sobre as tarifas, que lhe haviam sido concedidas pela ferrovia canadense. Assim, ao transportar seu petróleo mais barato, o Dr. Rockefeller tornava-se mais lucrativo e podia então adquirir esses campos a baixo custo. Isso era proibido. A pena foi fixada em 107 milhões de dólares e, após uma tentativa inicial de resistência, também foi paga — Rockefeller, contudo, inicialmente aceitou a sentença judicial; porém, seguiu-se uma perseguição intensa nos Estados Unidos, até que Rockefeller pagou com um cheque, cuja contrapartida ele logo recuperou por meio de um forte aumento no preço do petróleo em curto prazo.

Esses acontecimentos na América foram acompanhados pelo público com grande entusiasmo e com apostas, sendo amplamente noticiados pelos jornais em edições especiais. O poderoso magnata do petróleo, Rockefeller, recusou-se, porém, a assumir o papel de grande financiador, e Morgan respondeu devolvendo o dinheiro à circulação, com o que, de maneira quase fantástica, toda a economia dos Estados Unidos foi paralisada.

— todas são medidas administrativas arbitrárias que não tocam a causa fundamental da estabilidade ou instabilidade do valor.

Mas nem todo e qualquer trabalho é capaz de conferir estabilidade de valor ao dinheiro. Somente o trabalho que cria ativos de valor duradouro assegura o dinheiro. Valor duradouro têm apenas os ativos que criam bens de consumo na medida do consumo. Valor duradouro têm apenas os bens que são constantemente utilizados e consumidos pelo povo. Ou seja, bens que têm escoamento constante, como alimento, vestuário, luz e calor. Se o carvão permanecer na terra ou no depósito, ele é tão sem valor quanto um diamante ou ouro não utilizado; ou como casas que permanecem vazias. O que não é usado não vale nada. Por isso, o dinheiro poupado deve ser sempre reutilizado em trabalho criador de valor, para que permaneça estável em seu valor.

e) Para que o dinheiro possa cumprir plenamente sua função, deve haver dois tipos de dinheiro: o "dinheiro pequeno" (*Kleingeld*) na forma de moedas, papel-moeda e afins; e o "dinheiro grande" (*Großgeld*), que serve principalmente para a poupança, na forma de letras hipotecárias, obrigações de penhor, etc.

Como, com o tempo, torna-se impossível para o Estado criar investimentos públicos equivalentes para o dinheiro de poupança — que cresce ano após ano de acordo com o excedente das colheitas —, ele deve permitir que uma grande parte das economias seja coberta por atividades de construção civil privadas. No entanto, para a segurança dos depósitos de poupança, não é necessária uma cobertura total de notas, uma vez que é impossível que todos os depósitos sejam reivindicados de uma só vez.

Além disso: se o Estado é capaz de se proteger contra uma "corrida" (*run*) às caixas de poupança e aos bancos privados — como na América[31], através de um "feriado legal" (*legal holiday* = feriado instituído por lei) a ser decretado sem maiores dificuldades pelo Governador —, então ele deve, com ainda mais razão, proteger a si mesmo!

---

[31] N.A: No ano de 1907, essa proteção estatal do "feriado legal" foi concedida aos bancos nos EUA em escala grandiosa. Através de algum tipo de maquinação — diz-se que Morgan foi o culpado, agindo sob ordens dos poderosos para vingar a injustiça cometida contra o amigo e companheiro Rockefeller por Roosevelt, o representante do Estado — um grupo bancário deixou de realizar pagamentos. Quando os cheques não foram honrados, as pessoas correram para sacar seus depósitos nos bancos, ou pelo menos tentaram. Foi então declarado o feriado legal, e os bancos puderam recusar o pagamento.

Num piscar de olhos, todo o dinheiro desapareceu da circulação pública. Todo o comércio parou. Em Chicago, onde eu estava na época, vi em todos os lugares nas lojas, por ruas inteiras, a inscrição lacônica: *"Closed! No coin!"*, ou em alemão: Fechado por falta de meios de pagamento. Dependendo da necessidade, o feriado legal durou tempos diferentes nos diversos estados; o mais longo foi em San Francisco, onde o feriado legal "eclodiu" por meses.

Cheguei lá quase totalmente desprovido de fundos, na esperança de poder encher minha carteira novamente com base em uma carta de crédito de 1.000 dólares, emitida pelo Reichsbank alemão. O "feriado legal" impediu isso. Então, tentei pedir que um amigo me enviasse dinheiro telegraficamente. Fui à sede da companhia de telégrafos Western Union; "Capital 250 Milhões de Dólares" estava escrito em letras douradas em todas as janelas de um arranha-céu. Apenas uma senhora estava no salão gigantesco em que entrei. A senhora me devolveu gentilmente o formulário preenchido, no qual eu pedia 100 dólares ao meu amigo. "Isso só lhe custaria dinheiro, mas eu não poderia lhe pagar os 100 dólares, mesmo que seu amigo os enviasse telegraficamente através de nós."

Assim, decidi assumir meu compromisso. A *Abner Doble Co.* em San Francisco havia prometido me contratar. Esse tinha sido o motivo da minha viagem. Quando entrei no barracão de madeira que substituía o imponente edifício administrativo destruído no último terremoto, quatro senhores estavam sentados à mesa da diretoria. "Excelente que o senhor tenha vindo", saudou-me um dos senhores, "mas o senhor não tem mais quatro semanas? Acabamos de ser colocados sob supervisão comercial por insolvência, mas em quatro semanas estaremos 'all-right' novamente."

Assim, tive que tentar minha última possibilidade de conseguir dinheiro mais uma vez. Fui ao *National Bank of San Francisco* com uma calorosa carta de recomendação ao chefe. O caixa olhou para mim com surpresa quando eu quis sacar meros 100 dólares com base na minha carta de crédito do Reichsbank de 1.000 dólares. Ele apontou para o grande cartaz onde estava escrito inequivocamente *"legal holiday"* e perguntou-me de cima para baixo: "Sim, mas o senhor está morrendo de fome?". "Não", eu disse, "ainda não, mas logo". "Bem, então volte quando chegar a esse ponto!".

Acreditei agora que devia jogar minha carta de recomendação e exigi falar com o chefe. Ele me recebeu amigavelmente com um dialeto e gestos genuínos de Frankfurt, mas também não pôde me ajudar. Para provar sua boa vontade, convidou-me para o último almoço que poderia ter em casa; seu cozinheiro iria embora amanhã porque ele não podia pagá-lo, e sua esposa estava sem dinheiro para a viagem em Chicago. A tal ponto a economia da grande potência EUA pôde ser levada à mais completa desordem em 1907 pelo gesto negligente de um homem do dinheiro, porque — o Presidente ousara aplicar a lei a um dos poderosos.

f) O Estado é obrigado a encomendar tanto trabalho aos estados de defesa e ensino, e consequentemente ao artesanato e à indústria, que todo o excedente agrícola possa ser pago com os salários e vencimentos. O Estado deve ir até este limite com a sua criação de emprego, para que o agricultor não fique com a sua colheita parada; mas não deve ultrapassá-lo, pois, do contrário, desvalorizaria o seu dinheiro e os trabalhadores contratados em excesso não teriam o suficiente para se saciar. Somente quando o Estado providencia trabalho na medida correta é que o agricultor tem "escoamento", nada se estraga para ele, e o trabalhador tem trabalho e não fica desamparado.

g) O Estado é obrigado a zelar para que o trabalhador receba realmente, pelo seu salário, o valor integral em alimentos e demais necessidades da vida. Ele deve combater e tornar impossível tanto a usura monetária, que se interpõe entre o produtor e o consumidor, quanto deve impedir a usura de mercadorias por meio de trustes e sindicatos.

O usurário monetário é um salteador no caminho do dinheiro que é dado pelo Estado aos funcionários ou outros encarregados, e que corre deles através dos artesãos e comerciantes e, no Estado moderno, através da indústria até o agricultor. Quando as corporações foram destruídas, o artesanato foi cada vez mais repelido pela indústria. Esta também recebe suas encomendas, em grande parte, de "segunda mão", assim como o artesanato.

A usura de mercadorias e os trustes são salteadores no caminho das mercadorias do produtor ao consumidor, no caminho do campo para a cidade. Esses salteadores são responsáveis por fazer com que o leite, por exemplo, seja pago ao agricultor com apenas 9 a 11 Rpf. [Reichspfennig], enquanto o habitante da cidade paga 24 Rpf. por litro. Os especuladores também pertencem a esses salteadores e, além disso, aquelas pessoas, em sua maioria judeus, que

compram a colheita do agricultor ainda no talo e, se possível, pagam com letras de câmbio.

O Estado é, por isso, obrigado à exterminação da usura monetária e de mercadorias, porque a usura estreita o espaço vital (*Lebensraum*) daqueles que criam. O Estado deve expandir o espaço vital para poder manter o maior número possível de criadores em um determinado espaço.

h) Poupar é algo de dois tipos: Nos salários e vencimentos, só se deve e só se pode poupar quando o excedente agrícola é pequeno demais. Nesse caso, cada indivíduo deve poupar para que todos possam se saciar.

Neste sentido, poupar e reduzir o salário dos funcionários não faz sentido quando há um excedente de colheita abundante disponível, como hoje. Com tal "poupança", o excedente "poupado" acaba por estragar nas mãos do agricultor!

A outra e correta forma de "poupar" é a conservação de valor estável do dinheiro que veio a repousar, em sua maioria, com o agricultor. Sob a mesma palavra "poupança" residem, portanto, dois conceitos completamente diferentes.

II. A Realidade

1. Dinheiro, juros, letra de câmbio e moeda

A realidade de hoje cumpre, de fato, uma antiga exigência de nossa visão de mundo. A realidade de hoje é a execução do sistema fatal que justamente se desenvolveu nos últimos tempos, que sob o domínio do último terço do século XIX conduziu ao completo desdobramento.

O liberalismo colocou sua meta precisamente na libertação da usura, eliminando completamente os obstáculos que se opunham ao crescimento da usura. Ele conseguiu que até mesmo as taxas de juros mais elevadas já não fossem consideradas usura; 10% hoje já não são julgados como usurários, e no

ano passado o Banco do Reich ofereceu 15%. A justificação de uma taxa de juros de 8% como usura já não é sustentável, pois o credor pode alcançar 100% com segurança, sendo a usura em geral algo bastante usual. Cada um se tornou cúmplice da usura.

Se o preço dos alimentos, por exemplo o leite, aumenta em 100% no caminho do campo para a cidade, então isso é interpretado como um sinal de ordem.

Da mesma forma, considera-se perfeitamente suportável que o fluxo que, por meio do comércio, transporta um quilo de trigo, carregue também 1,5 pfennig por quilowatt-hora de carvão, e que o consumidor pague 45–50 pfennig por quilowatt-hora.

Os produtores estão em forte contraste com os comerciantes e especuladores. Aqueles afirmam viver apenas do salário (“ganho”), enquanto estes, por sua vez, às vezes vivem também de uma “família”. Na mesma sociedade fundada, isolada e, ainda assim, conjuntamente sustentada, não parece mais estranho que alguém, sem qualquer participação no trabalho, se aproprie do valor do trabalho de outrem — isso se tornou algo completamente natural. A relação com Deus, com a religião, também parece, em termos gerais, mais importante do que nunca. Mas as pessoas já não se tornam mais duras como antes, porque todas possuem, mais do que suficiente, participação no lucro que serve ao processo cultural comum. A aversão ao estrangeiro também seria natural, se não fosse continuamente desviada. Observemos a situação nas grandes cidades, especialmente na América ou no Oriente: não se trata, naturalmente, de estados primitivos, mas de formas estrangeiras, parcialmente exóticas, que se infiltram em todos os lugares como fenômenos extraordinários, como restos do exemplo de antigas histórias culturais árabes.

E, com essa aversão ao estrangeiro, também o Reich cresceu, pois não sem razão se diz: quem não semeia, mas colhe; quem alegremente e continuamente dá conselhos ao organismo social em crescimento, retirando deles grande proveito.

O sistema de juros é uma instituição gigantesca; um pequeno cálculo prova isso. Se uma única moeda for aplicada a 5% de juros, ela crescerá anualmente para 1,05 vezes o valor original, isto é:

No final do 1º ano: 1,05 marco

No 2º ano: $1{,}05 \times 1{,}05 = 1{,}05^2$

No 3º ano: $1{,}05 \times 1{,}05 \times 1{,}05 = 1{,}05^3$

No n-ésimo ano: $1{,}05^n$

Após cerca de 15 anos, a moeda dobra de valor; torna-se 2 marcos. Após mais 15 anos, dobra novamente, tornando-se 4 marcos:

a) Após 15 anos: $2 = 2^1$
b) Após 30 anos: $4 = 2^2$
c) Após 45 anos: $8 = 2^3$
d) Após 60 anos: $16 = 2^4$
e) Após 75 anos: $32 = 2^5$
f) Após 90 anos: $64 = 2^6$

E assim por diante. Após 1500 anos, a moeda teria se multiplicado cem vezes por duplicação; isto é, teria atingido aproximadamente 2^{100}, o que corresponde a cerca de 10^6. Para simplificar, podemos dizer que, com uma pequena quantia aplicada a juros compostos durante 1500 anos, obtém-se um número incomensurável.

Se tomarmos, em vez de dobrar a cada 15 anos, um crescimento anual contínuo, então uma moeda se tornaria, ao longo de 1500 anos, cerca de 10^{33}.

Sabemos ainda que 10^{6} = pois 10×10×10×10×10×10 = 1.000.000. Assim, resulta que 10^{33}corresponde a um 1 seguido de 33 zeros, isto é, um número da ordem de bilhões de trilhões.

Com base nesse cálculo, uma única moeda aplicada a 5% durante 1500 anos teria crescido para um valor maior do que toda a riqueza que conseguimos imaginar. Isso demonstra que estamos lidando com uma magnitude para a qual não possuímos qualquer medida adequada.

A esfera da Terra tem um volume de $\frac{3}{4}\pi r^3$ cm³, sendo o raio terrestre r = 6.370.000 metros. O volume é, portanto, aproximadamente:

4 × 6.370.000 × 6.370.000 × 6.370.000 cm³, ou seja, cerca de 1,1× 10^{27} cm³.

Se 1 cm³ de ouro pesa cerca de 5 kg, então isso corresponde a: 5,5 × 10^{27} kg de ouro. Se toda a Terra fosse composta de ouro puro, isso corresponderia a: 10^{28} kg de ouro. Se considerarmos 1 kg de ouro equivalente a aproximadamente 2.500 marcos, então a Terra inteira teria um valor de: 2,5 × 10^{28} marcos. Isso, comparado ao produto final do sistema de juros, mostra que até mesmo uma quantidade de ouro do tamanho da Terra não seria suficiente para representar o valor acumulado ao longo de 1500 anos. Ou seja: 40.000 marcos iniciais, sob juros compostos, poderiam crescer até uma quantidade equivalente ao ouro de toda a Terra. Há um exemplo conhecido que ilustra isso de forma clara: há cerca de vinte anos tornou-se conhecido, por meio de um anúncio de jornal de

um cervejeiro vienense, um curioso documento encontrado no Banco da Inglaterra, no qual se estabelecia o seguinte testamento:

> **Ao Banco da Inglaterra!**
>
> "Senhores, os senhores encontrarão anexada uma moeda austríaca de um xelim em prata, e peço que a invistam a 5% ao ano. Trata-se de um legado cuja importância não deve ser subestimada. Tenho a intenção de que, após a passagem de 3431 anos após a morte de Cristo, o capital acumulado seja utilizado da seguinte forma:
>
> Primeiramente, para cobrir as despesas administrativas e contábeis. Os senhores devem receber uma remuneração de 1.000.000 de libras.
>
> Sua Majestade, o Rei da Inglaterra, deverá receber um cubo de ouro puro com um quilômetro cúbico de volume, que servirá como reserva monetária do Império Britânico. Com isso, a Inglaterra deverá adquirir os continentes da América do Norte e do Sul e anexá-los como domínio."

Esse exemplo mostra que o dinheiro foi levado para fora do mundo real. Conselhos que não eram apropriados e não eram sinceramente intencionados foram apresentados como sérios. As pessoas que criaram esses sistemas buscaram, sobretudo, a vantagem de seu próprio trabalho. O dinheiro, que surgiu para facilitar a divisão do trabalho, tornou-se uma força dominante que retira dos membros da comunidade aquilo que deveria servi-los. Por meio de operações e especulações, tornou-se mais vantajoso enriquecer; eles adquiriram riqueza, não por trabalho produtivo, mas por juros incompreensíveis e injustos, e dessa forma dominaram completamente a vida econômica. Assim, o sistema de juros se revela como uma instituição gigantesca, cuja consequência final ultrapassa qualquer medida concebível.

É muito possível que no ano 3431 ainda existam desempregados. "Tudo se repete na vida!", já dizia Schiller. A miséria e o sofrimento dos desempregados devem ser mitigados. O Banco da Inglaterra deverá, portanto, pagar diariamente a cada desempregado, independentemente de confissão ou raça, a quantia de 20 Libras. Sou um filantropo e desejo que as pessoas passem bem. Determino ainda que o Banco da Inglaterra funde um instituto que sirva ao propósito de

financiar inventores e invenções. Disponibilizo para este instituto 1.000.000.000.000 de Libras. Reservo aqui também uma disposição especial em favor de um homem que consiga atravessar o espaço sideral, alcançar outro planeta, retornar de lá à Terra e trazer notícias seguras. A este Colombo dos ares deverão ser pagos 1.000.000.000.000.000 de Libras como uma homenagem póstuma de minha parte. É de se supor que as dívidas de guerra dos Aliados com a América, bem como as dívidas das Potências Centrais com a Entente, ainda não tenham sido pagas até o ano 3431. É, portanto, um alívio para mim poder determinar, desde já, que do meu capital sejam pagas todas as dívidas de guerra de todos os povos, para que os vencidos e os povos vencedores possam viver humanamente de novo. Pois hoje eles não conseguem. Determino, além disso, que sejam disponibilizados à Sociedade das Nações — quer tenha sua sede em Genebra, em Londres ou em Marte — todos os meios necessários para ajudar os povos individualmente e assegurá-los financeiramente de forma absoluta.

A cada um dos meus descendentes carnais que puder se identificar como tal de forma impecável, deverá ser paga uma quantia apropriada — não inferior a 1.000.000 de Libras. Minha confiança no Banco da Inglaterra é ilimitada. Foi isso que me levou a enviar o xelim de prata a Londres. O Banco da Inglaterra, que nunca poderá perecer, mostrará ao mundo, no ano 3431, o conceito de juros e juros compostos de uma maneira verdadeiramente sem precedentes. Não duvidem, por favor, de que no ano 3431, após a execução das transações que acabei de citar, ainda restará capital suficiente para realizar os maiores e mais grandiosos negócios da forma mais vantajosa.

Espero a comunicação de sua prontidão para a execução do meu encargo e assino com distinta consideração, Professor Dr. L. B.

Ninguém acreditará que o Professor B. creia seriamente que seu xelim possa evocar tais riquezas; no entanto, tal fortuna seria a consequência da economia de juros atual, se as premissas que os defensores da ideia dos juros buscam tornar realidade com os mais brutais meios de poder fossem minimamente viáveis. O objetivo do testamento é levar a ideia dos juros ao absurdo e entregá-la ao ridículo. Infelizmente, porém, o meio de poder que nos escraviza não foi eliminado do mundo, assim como os poderosos que o conduzem. Estes não começaram sua usura com um xelim, mas com muitos milhões. Para centuplicar [um capital] a 5%, é necessário um período de apenas 150 anos. Um tempo assustadoramente curto para absorver completamente toda a economia de um povo e transferi-la para as mãos do capital de empréstimo.

Agora, sempre se encontram pessoas astutas que dizem: "sim, mas um pouco de juros não pode fazer mal". Elas se assemelham àquele ganso que queria voar para o céu, mas não conseguia desviar o olhar da terra. Se representarmos graficamente o crescimento dos juros compostos para diferentes taxas de juros em uma família de curvas em função do tempo, veremos que o tempo, em qualquer caso, compensa rapidamente a taxa de juros menor. A catástrofe ocorre apenas um século depois, respectivamente. Em nenhum caso demora muito para que o juro se torne maior do que o rendimento do trabalho, e então trabalha-se apenas para os juros quando se está endividado. O juro sempre chega a esse seu objetivo antes que o povo reconheça a insanidade e a imoralidade do juro e se defenda contra ele.

Hoje nenhum trabalho mais compensa, e no entanto o juro ainda reina de forma onipotente. E, sem ser perturbado pelo protesto da opinião pública, o governo anterior pôde apoiar o *Danat* [Darmstädter und Nationalbank] e outros bancos através da entrega de muitos centenas de milhões de Reichsmarks! Esse dinheiro, apesar de nossa necessidade, nos é retirado, desaparece nos bancos e enfraquece nosso já reduzido poder de compra.

Os estrangeiros, que não semeiam, trouxeram ainda outro absurdo: a letra de câmbio (*Wechsel*), aquele substituto do dinheiro com o qual a inflação pode ser feita de forma incrivelmente fácil. Com uma letra de câmbio, o comerciante pode comprar a colheita do agricultor a um preço vil se o agricultor precisar de dinheiro. O comerciante pode pagar através de uma letra de câmbio, e o agricultor só recebe o dinheiro através desta letra, que é emprestado ao comerciante por três meses, em última instância, pelo Reichsbank. Por que, na verdade, o Reichsbank não dá o dinheiro diretamente ao agricultor, ao qual o Estado está per se obrigado? Por que apenas ao comerciante, cujo vínculo com o Estado é muito menor do que o do agricultor? Esta é uma preferência inaudita ao comerciante, que é completamente incompreensível. A segurança no comerciante não é maior do que a do agricultor, pois o penhor da letra de câmbio é justamente a colheita do agricultor.

O meio da inflação foi a letra de câmbio. Os bancos descontavam para seus clientes quantas letras de câmbio quisessem, as quais os bancos repassavam ao Reichsbank em troca de dinheiro novo. Como não havia limite estabelecido, a quantidade de dinheiro necessária para as letras de câmbio subia de mês em mês. Quando as letras precisavam ser resgatadas após três meses, permitia-se o desconto de novas letras para pagar as antigas, o que era fácil, pois o Marco se desvalorizava cada vez mais, e apesar disso Marco = Marco valia. Imaginem como, sem as letras de câmbio, a imensa massa de dinheiro recém-impresso, que aumentava de mês em mês, deveria ter sido colocada em circulação!

Sem rodeios, não se pode simplesmente dar o dinheiro de presente! Assim, sem as letras de câmbio, a inflação teria sido praticamente inviável! Altamente peculiar! E o nosso povo aceita isso, e os outros povos também! É realmente hora de que a possibilidade de tal assombração seja interrompida de uma vez por todas.

Um terceiro absurdo os estrangeiros trouxeram consigo: o padrão-ouro! Que este não tem relação com o comportamento real das coisas já foi provado anteriormente.

Com a ajuda deste triplo absurdo — juros, letra de câmbio e padrão-ouro — os estrangeiros dominam seus povos econômicos em pouco tempo. Nenhum trabalho pode contra isso. Com a ajuda desta tríade, o abuso do dinheiro em favor do comerciante foi completo. O criador caiu nas mãos do comerciante e permanece infalivelmente seu servo enquanto o sistema monetário não for reconduzido à sua base racional e natural.

Moisés proibiu o juro, Cristo da mesma forma, e Muhammad também o fez. Os papas mantiveram a proibição dos juros durante a Idade Média, os Estados aderiram, e apenas os judeus, sobre os quais o Papa não tinha poder, exerciam o privilégio da usura. Com o aumento da influência que os judeus ganharam, o juro tornou-se cada vez mais comum, até que, finalmente, apenas em meados do século XIX, as últimas proibições de juros foram revogadas, depois de terem sido postas fora de curso pela prática há muito tempo. Deve-se tirar disso a lição de que o juro não deve ser eliminado por proibição, mas apenas através de uma reorganização fundamental de nossa economia. Em uma economia saudável, o juro tornar-se-á, por si só, um fenômeno excepcional.

2. A Economia

O abuso do dinheiro pode ser chamado de economia capitalista. A economia capitalista vê seu objetivo na acumulação de capital, o qual é, em si, sem valor e só poderia ser criado pelo Estado. O capitalismo soube transformar o dinheiro em um ídolo, ao qual o povo atribui um valor próprio. Com isso, os detentores do dinheiro ganharam o poder almejado de governar sobre os povos. "O dinheiro governa o mundo."

O dinheiro tornou-se um meio de poder de primeira ordem. Um assombro louco que se dissipa quando se chama o fantasma pelo nome correto, como no conto de fadas do *Rumpelstilzchen*.

A economia capitalista, sob o domínio do dinheiro, dissolveu completamente a estrutura das corporações (*Zünfte*), anteriormente firmada na economia nacional, contando com a ajuda do abuso da técnica. As invenções que se precipitaram nos tempos modernos e o desenvolvimento da técnica, que ultrapassou toda medida conhecida até então, deram o golpe final nas corporações, porque estas não entenderam como integrar a técnica e subordiná-la ao objetivo econômico nacional.

No lugar das corporações, com sua honra corporativa, surgiu a sociedade anônima que, sem nome, naturalmente não poderia ter honra. No lugar do artesanato, surgiu a indústria, que agora, após uma ascensão súbita, perece nas mãos do capitalismo.

Como a economia capitalista vê apenas sua medida no balanço financeiro, seu esforço deve ser "fazer" o máximo de dinheiro possível, ou seja, ela deve tentar:

1. Pagar o mínimo possível de salários, portanto, empregar o mínimo possível de trabalhadores e pagar o mínimo possível aos empregados;
2. Extorquir do empresário, como o trabalhador mais importante e valioso, o máximo de juros possível, ao que este empresário trabalhador responde construindo sua fábrica no menor espaço possível e mantendo-a em funcionamento, se possível, 24 horas por dia. Além disso, ele se vê forçado a comprimir o salário ao extremo. Ele recebe, essencialmente inocente, o ódio do trabalhador, que se dirige ao capital sem nome;
3. Expandir a área de vendas de cada fábrica cada vez mais com astúcia ou violência, porque as máquinas são imensamente produtivas. Por isso,

a economia capitalista força as fábricas à publicidade para aumentar artificialmente a necessidade natural. A publicidade é, portanto, imoral e desprezível; antigamente, quem se elogiava devia se envergonhar — "o autoelogio fede!". Além disso, a publicidade é economicamente prejudicial, pois emprega um exército de trabalhadores para um trabalho totalmente inútil. Sem uma contraprestação de valor equivalente! Na esperança de poder arrebatar toda a venda para si, as fábricas multiplicam suas possibilidades de produção até que, finalmente, uma permaneça vencedora, compre as outras, as feche, jogue seus trabalhadores na rua e, agora como detentora do monopólio, eleve os preços ao maior valor possível.

4. A economia capitalista, mesmo com a melhor das vontades, não pode valorizar o homem, pois seu objetivo não pode ser o homem, mas sim o dinheiro. Se o seu objetivo final não fosse o dinheiro, não seria uma economia capitalista.

A tendência moderna do "Americanismo" de poupar o trabalhador com gestos patéticos não é sincera. O "Serviço" (*Service*) importado dos EUA também não o é. A economia capitalista só se interessa pelo bem-estar do trabalhador na medida em que um trabalhador saudável rende mais do que um doente.

Na economia das corporações, a "prestação de serviço" era entendida de forma honesta; ali o ser humano estava no centro. Por isso, havia naquela época honra corporativa e de classe. Isso não existe mais na indústria e na economia de hoje! O negócio é tudo!

A economia capitalista surgiu através daquela mentalidade que utilizava os meios coordenados, capital e trabalho, com o propósito de ganhar dinheiro. Segue-se obrigatoriamente que o interesse próprio está acima do interesse

comum. Assim surge a luta de todos contra todos, e o fim é o caos absoluto de hoje.

O oposto é a economia nacional. A economia nacional surge através da vontade que utiliza o capital e o trabalho, e o poder da técnica, em prol do ser humano. *Bem comum antes do interesse próprio!*

A premissa é, portanto, nada mais do que o surgimento de tal vontade, e essa vontade reside no nacional-socialismo, e que essa vontade tome o poder. Pois "Capital e Trabalho" existem em abundância. Hoje, a gestão econômica ainda está nas mãos de representantes daquela mentalidade que almeja e causou a ordem econômica capitalista e que, por isso, não pode curar a miséria do tempo.

Ora, os representantes do Marxismo afirmam que também em sua economia o homem está no centro. Isso nem mesmo o inventor do sistema marxista afirmou, o judeu Mardochai, aliás Karl Marx. Ele disse abertamente que o objetivo do marxismo é a "Expropriação dos expropriadores", ou seja, nada mais visava do que um deslocamento de poder dentro do sistema capitalista. Para isso, a forma da economia no Estado marxista é exatamente a do Capitalismo. Portanto, não há diferença entre Capitalismo e Marxismo; o objetivo final de ambos é o poder de indivíduos e o domínio sobre os povos.

Diferente das duas direções, poder-se-ia chamar uma de capitalismo liberal, a outra de capitalismo estatal. O poder de uma camada não trabalhadora sobre as massas é o objetivo final do capitalismo liberal, tanto quanto o do capitalismo estatal. O ser humano é, tanto pelo capitalismo estatal quanto pelo liberal, ambos marcados pela "concentração" com sua produção desenfreada de objetos em grande parte sem valor, apenas abusado como escravo de trabalho, como uma coisa!

Na luta entre o capitalismo liberal e o estatal, o bolchevismo deve necessariamente vencer, como já mostram claramente os primeiros efeitos do Plano de Cinco Anos. Apenas o Estado liberal pode ser assustado pelo Plano de Cinco Anos dos bolcheviques; uma economia nacional saudável no vigoroso Estado popular (*völkischer Staat*) ri de tal tolice. Mas ainda não temos uma economia nacional, e se não a criarmos, o bolchevismo pode se tornar perigoso para nós novamente.

O capitalismo impôs a concentração das empresas e dá, assim, expressão externa ao seu poder. Ele destruiu, especialmente através da grande fábrica e da loja de departamentos, sobretudo os pequenos comerciantes independentes — e com eles, sua família.

Tomemos um exemplo qualquer. Havia, por exemplo, um proprietário de terras que processava sua própria cevada e lúpulo em sua própria cervejaria. Por séculos, a cervejaria esteve nas mãos da família. Então surgiram novas invenções. As novas instalações permitiam decuplicar a produção de cerveja no mesmo espaço. Mas de onde o agricultor deveria tirar o cereal e o lúpulo para a produção decuplicada? Onde ele deveria colocar a quantidade de cerveja dez vezes maior? Ele teria que ter decuplicado sua área de vendas, saindo de sua aldeia natal para áreas estrangeiras. Mas lá também havia cervejeiros antigos, cujas vendas estavam em harmonia com a produção anterior. Além disso, a nova instalação custaria um dinheiro imenso que não se tinha. Assim, em geral, as novas invenções eram rejeitadas.

Mas nem todos o faziam; indivíduos foram encontrados, talvez pessoas que até então nunca se importaram com a fabricação de cerveja, que viram que se podia ganhar "dinheiro" com a nova invenção. Para que servia a liberdade industrial? O dinheiro era fornecido pelas "Ações", aquela invenção diabólica do capitalismo. Assim, era fácil construir cervejarias que podiam fornecer mais

cerveja do que cem pequenas cervejarias, e muito mais barato. Os taberneiros, porém, permaneceram fiéis às suas antigas cervejarias, muitas vezes a taberna era de propriedade do cervejeiro. Assim, novas tabernas foram colocadas ao lado das antigas; tinha-se dinheiro em abundância proveniente das ações. E, gradualmente, uma após a outra das antigas cervejarias teve que ser fechada. — A grande cervejaria, porém, pagava dividendos sempre crescentes, pois podia aumentar constantemente o preço da cerveja e também baixar constantemente o preço de custo. As ações subiam de valor, e um comércio vibrante de ações florescia, adubado com lágrimas e maldições das antigas famílias. Relatórios brilhantes da bolsa! Os estrangeiros "faziam" dinheiro com valores que nunca viram; era uma alegria viver!

"Sim, é bem feito para o cervejeiro que se opõe ao progresso; as rodas do progresso rolam irresistivelmente e passam por cima dos cadáveres daqueles que se opõem", resmunga o filisteu do progresso em sua barba! Olá, vocês confundem progresso com abuso do progresso! —

Já o neto daquele cervejeiro, que desistiu melancolicamente da luta, reabriu a pequena cervejaria nestes dias. Ele estudou todos os progressos e descobriu que eles podiam ser aplicados de forma muito vantajosa exatamente no tamanho de seu mercado natural. Acima de tudo, a calma havia retornado ao desenvolvimento técnico tempestuoso; tudo o que havia para melhorar mecanicamente em uma cervejaria já estava desenvolvido e, assim, foi fácil instalar uma cervejaria exemplar que era superior à grande cervejaria, pois tinha um mercado de escoamento natural de tamanho abundante e, portanto, tornou-se independente das oscilações conjunturais.

Assim, o neto recuperou sua existência segura em sua terra ancestral. Certamente, ele não se tornará milionário, mas tem tudo o que é necessário para levar uma vida com beleza e dignidade; acima de tudo, ele tem trabalho. Sua

cervejaria sustenta a ele e sua família, além de um mestre cervejeiro também casado, um oficial cervejeiro igualmente casado e três rapazes. A cervejaria produz 1.000 hl por homem ao ano, totalizando 6.000 hl anuais. Uma grande cervejaria de Munique, por outro lado, fornece 2.100.000 hl por ano com apenas 300 funcionários. A média por funcionário chega a 7.000 hl.

Se essa grande cervejaria de Munique fosse dividida em pequenas cervejarias no campo, seriam necessárias 350 pequenas cervejarias de 6.000 hl/ano para essa produção. Cada uma dessas pequenas cervejarias sustentaria suficientemente seu proprietário e, além disso, um mestre cervejeiro e quatro rapazes, totalizando 1.750 funcionários. Seriam 350 proprietários e 1.750 funcionários distribuídos em pequenas cervejarias no campo, em vez de 300 funcionários amontoados na cidade grande. Ou consideremos a concentração capitalista do fornecimento de eletricidade. No início, surgiram em todos os lugares pequenas usinas elétricas municipais. A geração de energia parecia cara; o consumo de carvão, o quilowatt-hora, era dispendioso. Custava 4 ou até 5 Pfennige, porque na pequena usina um diretor precisava estar presente e relativamente muitas pessoas eram empregadas.

Então veio o capital e mostrou quanto os municípios economizariam em salários e vencimentos se passassem a receber a eletricidade de uma grande central elétrica. Pois em uma grande central, a geração de energia custava apenas 1 Pfennig por quilowatt-hora ou 1,5 Pfennig. Talvez não se soubesse na época que o transporte da energia, em média, causava muito mais custos do que a geração. Mas isso não importava para a mentalidade capitalista, pois os custos de distribuição elevados seriam certamente recuperados assim que os municípios estivessem conectados à rede regional e o 'direito de passagem' para a linha elétrica fosse confiado ao proprietário por décadas. Com a cessão do direito de passagem, a linha elétrica tornou-se um monopólio absoluto.

O resultado: a energia não ficou mais barata para o consumidor apesar da produção simplificada; tornou-se mais cara. O lucro elevado flui para o capital, e o número de pessoas que poderiam encontrar trabalho e pão no fornecimento de energia foi reduzido extraordinariamente.

Um terceiro exemplo que quero citar é como a economia capitalista abusa do progresso da técnica para aumentar seus dividendos, mesmo que grandes partes do povo fiquem desempregadas: a indústria de moagem. Nossa pátria alemã era antes coberta de pequenos moinhos que batiam alegremente. Em cada riacho fresco, a força da água era plenamente aproveitada, moinho após moinho, até nos vales florestais mais remotos. Um quadro de felicidade, conforto e paz profunda!.

Novamente veio o espírito capitalista insaciável e pensou em como poderia fazer um negócio gigante. Pois valia a pena tirar o salário de dezenas de milhares de trabalhadores. E a técnica prestou auxílio impensado. É perfeitamente possível racionalizar o pequeno moinho, mas, naturalmente, em relação à capacidade produtiva, a instalação torna-se um pouco mais cara, pois o juro agora teve sua justificativa reconhecida. Para o moleiro, é difícil levantar o 'Capital', pois ele não pode pagar os juros que não lhe deixam nenhum salário. Para a 'Sociedade Anônima', é fácil levantar o dinheiro para a instalação, pois ela promete ao dinheiro os salários daqueles muitos pequenos moleiros que não podem 'concorrer', como dividendos e, além disso, juros. E ela pode cumprir sua promessa, pois a máquina substitui uma quantidade imensa de pessoas.

Assim surgiram os enormes moinhos de grande escala. Eles não teriam surgido, apesar de tudo, se não tivesse sido resolvido anteriormente o problema técnico que sempre surge em primeiro plano: a possibilidade de armazenamento, aqui do grão e ali da farinha. O grão pode ser mantido durável por anos em silos; a farinha torna-se durável se for desgerminado.

Certamente, o germe do grão contém o alimento mais valioso, que é retirado do ser humano através da remoção do germe — o que isso importa? A farinha sem germe torna-se durável e armazenável, e isso traz dinheiro! E o dinheiro é a coisa principal!.

O sábio camponês sueco já sabia há 4.000 anos como salvar o germe para a nutrição humana. Ele assava seu pão imediatamente após a moagem da farinha em fatias tão finas que os germes eram certamente atingidos pelo calor e assados. Assim o pão tornava-se durável. Preventivamente, ele previa um buraco no meio das fatias. Assim, as fatias podiam ser enfiadas em uma vara e o pão durava até a próxima colheita. Hoje ainda temos essa forma de pão, que pertence aos melhores e mais saudáveis tipos de pão — o sueco 'Knäckebrot'.

Naturalmente, o homem primitivo também já tinha moinhos que eram movidos por rodas d'água ou mesmo turbinas. Pois o espírito humano não muda. O que eram aquelas rodas de colher fixadas em um eixo vertical, nas quais um jato de água era direcionado, senão turbinas autênticas com eficiência suficiente?. O homem pré-histórico não precisava se importar com uma eficiência especialmente alta, pois tinha água em abundância, e cada moinho precisava apenas de uma modesta parte da água para moer a farinha para seu próprio consumo e dos vizinhos próximos.

A tarefa da economia é a satisfação das necessidades do povo. A necessidade é caracterizada pelas três palavras-chave: alimentação, vestuário, moradia. A alimentação, bem como as matérias-primas para vestuário e moradia, eram fornecidas pelo solo, portanto, pelo agricultor em sentido amplo. O processamento das matérias-primas era antigamente a tarefa e o conteúdo de vida das corporações (*Zünfte*); hoje é a tarefa da 'Indústria'.

A indústria de hoje apresenta dois grupos muito distintos na sua estrutura interna. O primeiro é aquele que supre o consumo constante nas três

necessidades básicas: alimentação, vestuário e habitação — ou seja, a indústria de processamento de alimentos, a indústria têxtil e as centrais elétricas e de gás, na medida em que servem os lares, fornecendo luz, energia e calor às habitações. O outro grupo de empresas industriais produz apenas os meios auxiliares, materiais e ferramentas que servem para a produção desses bens de consumo.

Este segundo grupo industrial cresceu de forma impetuosa com as sucessivas invenções da era moderna. Pois as décadas passadas inventaram e desenvolveram essencialmente meios auxiliares e ferramentas: todos os tipos possíveis de ferro, aço e metais leves; máquinas para produzir estes materiais; máquinas motrizes e máquinas-ferramenta e, por sua vez, máquinas para fabricar estas máquinas. Pela sua natureza, este grupo industrial só pode ser de curta duração, pois quando uma invenção se revela particularmente boa e útil, todos querem tê-la o mais rapidamente possível. A fábrica que produz a invenção tem, portanto, encomendas em abundância e expande-se em conformidade para satisfazer todas as exigências. Outras fábricas tomam conhecimento do novo "artigo" e lançam-se igualmente sobre ele, e a necessidade do período de introdução ainda não está satisfeita — até que, de repente, as encomendas param.

Nesse ramo industrial, agora só se pode fornecer o que é consumido pelo desgaste natural. Se a máquina tem uma vida útil de vinte anos, a ocupação e as vendas da respectiva fábrica devem cair para um vigésimo. Assim, dezanove vigésimos dos trabalhadores que estiveram ocupados na introdução da novidade tornam-se supérfluos. Uma economia capitalista, que tem como tarefa pensar apenas em si mesma e à qual tal mentalidade é permitida pelo Estado, coloca naturalmente os trabalhadores tornados supérfluos na rua.

Na era passada das invenções, houve, porém, inovações contínuas, cuja introdução permitiu reabsorver os trabalhadores. Assim, pouco se percebeu do mal fundamental: que este grupo industrial se baseara num estado de aceleração temporário e não num estado de permanência. Entre a aceleração e a permanência, contudo, reside o ponto de viragem. E isso significa crise.

Foi então que veio a guerra e esgotou as possibilidades de invenção, e após a guerra a introdução e o desenvolvimento final de todas as invenções concentraram-se numa curta década, e tudo atravessou quase simultaneamente o ponto de viragem: a crise mundial! E agora a necessidade de meios auxiliares e ferramentas está satisfeita em todo o lado. As fábricas, porém, converteram-se de forma insensata para a "racionalização", produzindo mais do que já podia ser utilizado.

Assim aconteceu com todas as conquistas técnicas: com o aspirador e a máquina de costura, com as locomotivas e os automóveis, com o caminho-de-ferro e o alto-forno, com o motor Diesel e o dínamo, com o telefone e o rádio, com as centrais de gás e eletricidade. A nossa maravilhosa indústria dispõe hoje de tais máquinas auxiliares que qualquer nova necessidade é suprida num piscar de olhos.

E agora acontece algo estranho: esta indústria sente-se como um fim em si mesma e exige ser mantida numa dimensão demasiado grande para a economia nacional — se não de outra forma, pelo menos através do Estado! Isto também a economia nacional-socialista pode realizar, ao mostrar à indústria novas possibilidades em escala suficientemente grande que o capitalismo ignorou despreocupadamente.

Certamente cabe ao Estado a preocupação com os trabalhadores, mas ele não pode preocupar-se com o rendimento do capital investido em

empreendimentos industriais. Se o Nacional-Socialismo salva as fábricas, não o faz pelo capital, mas sim pelo bem do trabalhador.

Vimos na primeira secção deste tratado: o dever e a tarefa do Estado é empregar tantos trabalhadores quantos os que podem ser alimentados pelo excedente da colheita. Só então o orçamento nacional entra em equilíbrio, o que ocorre quando o poder de compra gerado pelo trabalho é suficiente para pagar ao agricultor pelo excedente.

O capital, movido pela ganância, apropriou-se impensadamente da criação de emprego — tarefa tão difícil a longo prazo — e tentou, com toda a dialética da visão de mundo liberal, ridicularizar a atuação do Estado nesta direção e impedi-la. O desemprego catastrófico em todos os países do círculo cultural ocidental mostra que a economia capitalista não é capaz de dar ao povo o trabalho necessário.

A realidade de hoje mostra ainda que as duas funções do dinheiro anteriormente derivadas — servir primeiro como meio de troca e depois como meio de poupança — não foram resolvidas.

Uma das maiores empresas alemãs não consegue receber os seus créditos do Chile porque o Chile, por causa da "mania do ouro", proíbe a exportação de divisas; por outro lado, permite a exportação de cobre apenas contra divisas, as quais são proibidas de ser exportadas da Alemanha. A mesma empresa deixa-se pagar pelos seus serviços nos Balcãs com comboios de mercadorias cheios de passas! Anno Domini 1932! Quão longe chegámos! Mas a moeda alemã está em ordem! Sem dúvida! Assim o dinheiro falha, apesar do padrão-ouro, como meio de troca, mesmo entre Estados. O tráfego interestadual seria o único caso para o qual se poderia provar que o padrão-ouro não é totalmente insensato. Mas aqui a prática também deita por terra essa prova! Mas no campo da vida pública ainda não se aprendeu a curvar-se perante a crítica dos fatos.

Como meio de poupança, o dinheiro atual também não é capaz de servir. Pois não há sinal de estabilidade de valor. Mal passou a primeira vaga de inflação sobre os povos, inicia-se uma segunda, e as nações não sabem como ajudar-se! Na Alemanha, o marco torna-se uma moeda nobre e, no entanto, as poupanças perdem-se quase tão rapidamente como na inflação. Pois: o dinheiro poupado só pode ser investido em casas ou em empresas. As empresas estão há muito destruídas em grande parte, porque não há mais o trabalho do qual viviam. As casas não oferecem segurança e não rendem juros porque estão vazias, uma vez que os trabalhadores desempregados não podem pagar a renda, nem os proprietários os juros da hipoteca. Isso não melhora quando o banco hipotecário toma posse do penhor, ou seja, a casa do devedor moroso. Mesmo assim, ela continua vazia, e a casa que está vazia não tem valor. Assim, também os bancos hipotecários vão à ruína e as casas vão a leilão. Mas como, devido ao desemprego, não há poder de compra, as casas não são vendidas! O aforrador perdeu assim as suas economias.

Assim, a economia capitalista está completamente acabada. Na Alemanha, ela não voltará a reviver, a menos que seja através do bolchevismo.

O fato de o agricultor hoje arruinar-se porque o seu excedente não é comprado, ou apenas a preços que não compensam, já foi dito. Na Frísia, os agricultores não conseguem vender os seus bois de engorda, mesmo que os dessem mais baratos do que pagaram na primavera pelos animais não engordados. O agricultor nada recebe pelo seu esforço e trabalho; consequentemente, não pode pagar os juros e os impostos, e o oficial de justiça expulsa-o de casa e da herdade.

Assim estamos no fim.

No início do colapso está a destruição da classe média. Simultaneamente, o Estado permitiu que o capitalismo liberal destruísse o artesanato e, após a

guerra, a indústria; e agora o Estado atenta contra si próprio e destrói a classe camponesa. E a classe docente acelera a queda através de falsos ensinamentos ou assiste indefesa e inativa.

O abuso do capital e da técnica trouxe-nos à miséria atual. A aplicação correta de capital e trabalho, o uso correto da técnica, tirar-nos-ão da miséria. Para a aplicação correta, para o uso correto do capital, nada mais é necessário do que o espírito nacional-socialista; pois a economia capitalista distingue-se da economia popular apenas pela orientação espiritual em que o capital e o trabalho, as condições de produção mais importantes e coordenadas entre si, são empregues. No emprego de capital e trabalho apenas por causa do dinheiro, surge a economia capitalista; a economia popular surge através do emprego destes dois meios por causa do ser humano.

Capital e trabalho sozinhos, porém, não bastam para criar algo valioso; a ambos deve juntar-se, como guia, a "ideia técnica"! A vontade do nacional-socialismo cria para o bem das pessoas; a "ideia técnica" mostra o caminho ao capital e ao trabalho. O capitalismo, por outro lado, não tem a vontade, serve apenas o saco de dinheiro e, além disso, falta-lhe — talvez precisamente por isso — a ideia técnica frutuosa. Por isso é impossível que o capitalismo algum dia crie algo de valor duradouro. É sempre ilusão. O fato de nós, nacional-socialistas, termos a vontade de servir o ser humano, de colocar o bem comum acima do interesse próprio, é condicionado pela raça; o fato de dispormos de ideias técnicas frutuosas também o é.

A era que se passou foi chamada de a "Era da Técnica". Apenas porque os efeitos técnicos se impuseram a todos como algo que marcou uma época, a técnica foi empurrada para o primeiro plano de forma desmedida. Agora, inicia-se uma apreciação menos extravagante, uma vez que hoje se pode considerar as invenções como essencialmente concluídas, no sentido de que a

água, o ar e a terra foram conquistados. Nossas máquinas voam como os pássaros, nadam como os peixes e movem-se sobre a terra com uma velocidade fantástica. É certo que novas formas continuarão a ser desenvolvidas constantemente, as quais serão exteriormente muito diferentes das passadas; contudo, não se deve esperar mais nada fundamentalmente novo. Afinal, já conquistamos todo o espaço. Os progressos futuros visam, além disso, a uma simplificação cada vez maior, que também reduzirá cada vez mais as grandes operações industriais.

As tarefas que cabem ao técnico do tempo que virá são, consequentemente, outras. Ele não tem tanto que ser um inventor e realizar trabalhos de desenvolvimento como antes, mas sim, a partir do que já existe, selecionar e aplicar o que for mais correto para o respetivo propósito. A questão fundamental agora é: como a técnica pode melhor servir ao ser humano?

Um exemplo: a ferrovia foi inventada numa época em que, naturalmente, todo o tráfego ocorria pelas estradas rurais. Esse tráfego fazia com que uma maravilhosa prosperidade florescesse ao longo das estradas. Ainda hoje, as antigas estalagens e postos de correio nas menores aldeias testemunham essa prosperidade de tempos passados. A ferrovia a destruiu. Se, naquela época, uma mente superior tivesse previsto o desenvolvimento e tivesse tido o poder para tal, teria suprimido e retardado o desenvolvimento da ferrovia até que a locomotiva fosse capaz de se mover pela estrada — ou seja, até que o automóvel fosse inventado. Que imensa redistribuição de fortunas teria sido poupada ao povo!

Chegará um tempo em que a ferrovia — cuja tarefa essencial hoje, vista de forma puramente materialista, é o transporte de mercadorias — deixará de transportar quantidades significativas de carga. Isso ocorrerá quando a energia, que hoje é distribuída principalmente pela ferrovia na forma de carvão, for

enviada através de tubulações na forma de gás à distância e hidrogênio. Então restará para a ferrovia apenas 20% do desempenho total em toneladas-quilómetro, e este pequeno resto será transportado, no máximo, por distâncias de 30 quilómetros. No transporte de mercadorias em massa por distâncias tão curtas, porém, os custos de transbordo e transporte de e para a ferrovia são muito maiores do que os custos de transporte na própria ferrovia. Essas mercadorias serão, portanto, num futuro próximo, levadas novamente de casa em casa por veículos motorizados através da estrada rural. Esse é o progresso técnico já iniciado, ao qual a ferrovia não pode se opor como um fim em si mesma — pelo menos não com sucesso a longo prazo.

Se a locomotiva a vapor pertencesse às coisas que acabaram de ser inventadas e concluídas hoje, ninguém mais teria a ideia de construir uma ferrovia. Em vez disso, as estradas rurais seriam hoje fabricadas de forma especialmente durável com os meios técnicos atuais, seriam adequadamente alargadas para maiores velocidades de viagem e conduzidas corretamente em curvas, e o tráfego de viagem voltaria à estrada como há 100 anos. Pois hoje o técnico líder teria a escolha entre os meios.

Assim, queremos desenvolver a "ideia técnica" para a reconstrução que virá, para termos clareza sobre quais meios ainda não explorados estão hoje à disposição; meios cujo emprego foi até agora impedido pela economia capitalista. Meios com os quais, através de uma definição clara de objetivos, uma verdadeira economia nacional pode ser construída com uma rapidez surpreendente. Certamente, só ficará surpreendido com a possibilidade rápida aquele que ainda não reconheceu a posição diferente da técnica no tempo que está por vir. Com o emprego desses meios, novos caminhos serão trilhados, mas esses novos caminhos não contêm nenhum risco imprevisível. Está claro aos olhos do especialista como ele deve proceder para que as inovações não tragam deceções e as chamadas "doenças infantis" permaneçam dentro de limites

suportáveis. Na verdade, só pode ser considerado um especialista aquele que, sob sua própria responsabilidade e com total empenho de sua pessoa e de seus bens, já percorreu anteriormente novos caminhos com sucesso, apesar dos "sabe-tudo".

[...]

Referência

Nationalsozialistische Bibliothek Heft 38. Technik und Wirtschaft im Dritten Reich: Ein Arbeitsbeschaffungsprogramm (1933)

Apêndice K: O pensamento corporativo no nacional-socialismo (Max Frauendorfer)

Povo e Estado

O homem individual não vive no mundo apenas para si, nem espiritual, nem corporalmente. Pelo contrário, ele é, por natureza e de acordo com sua predisposição, o ser vivo formador de sociedade — o *Zoon politikon*[32] de Aristóteles — condicionado por uma série de razões que residem, em parte, no próprio indivíduo e, em parte, no mundo que o cerca. A consequência deste fato é que o indivíduo não é, nem pode ser, a medida de todas as coisas por si mesmo; mas sim que ele está, voluntária ou forçosamente, limitado ao menos na medida em que está inserido em uma estrutura, conforme exige a consideração pela existência desta mesma estrutura — este conceito superior (Oberbegriff) do indivíduo, que ele deve, em todo caso, esforçar-se para formar e preservar.

Este conceito superior do indivíduo, esta síntese dos indivíduos, a sociedade em qualquer forma, reduz as restrições e limitações do indivíduo condicionadas por sua existência a um denominador comum e, ao mesmo tempo, confere a todos os seus membros uma participação na essência da nova estrutura: ela cria normas para a relação do indivíduo com o todo e dos indivíduos entre si; através da existência e observância dessas normas, ela torna-se permanentemente ativa e existe como uma entidade independente.

Este fato da formação de um conceito superior do indivíduo deu-se em todos os tempos e foi, fundamentalmente, o mesmo fenômeno em todas as épocas. Independentemente do estágio de desenvolvimento cultural e civilizatório dos povos que observamos, vemos sempre como, a partir do

[32] N.T: *Animal político*. Consulte: https://bibliotecadealexandria.com.br/glossario/o-que-e-zoon-politikon/

vínculo mais estreito dado pela natureza, a família, ocorreram desenvolvimentos posteriores para o clã, para a tribo e para o povo.

Embora as razões para a formação desses laços sociais fossem, em princípio, sempre as mesmas, a forma em que ocorriam e o grau em que se manifestavam eram sempre diferentes — ou seja, a magnitude da restrição imposta ao indivíduo no interesse da existência da coletividade. Pois essa magnitude era, e é, sempre condicionada apenas por aquele mínimo necessário em que o indivíduo deve retroceder para possibilitar justamente a existência da coletividade. A tendência de ampliar o direito da sociedade para além deste mínimo, contudo, não deve ser ignorada.

À formação de toda sociedade, de toda união de indivíduos, corresponde uma forma de manifestação desta síntese: uma organização. Os indivíduos formam, através de sua união, um conceito superior, e este é o conteúdo da organização que lhe corresponde. Assim, por exemplo, todos os aderentes ao dogma católico formam, como conceito mais próximo, a comunidade de fé católica e esta, por sua vez, constitui o conteúdo da organização denominada Igreja Católica Romana.

A formação comunitária mais importante e que mais se manifesta na vida dos povos é o Estado. Às exigências mutáveis impostas ao Estado ao longo dos tempos, bem como às diferentes visões dos indivíduos sobre ele — essencialmente condicionadas pela raça — correspondem às transformações que as visões sobre o Estado, suas necessidades e limites, suas tarefas e sua relação com o indivíduo e com outras formas de organização dos indivíduos sofreram em diferentes épocas.

No cenário mundial atual, na atual luta de espíritos e ideias, destacam-se especialmente três concepções fundamentais sobre o Estado que, apesar de diversas variantes, separam as frentes com toda a nitidez e com uma clareza

cada vez mais reconhecível: o pensamento liberal, o marxista e o orgânico-universalista.

O Liberalismo

Com a Revolução Francesa de 1789, encerrou-se aquela era que se costuma designar como absolutista. Absolutista porque nela havia, no topo dos Estados, um detentor absoluto, ou seja, incondicional e abrangente, do poder. O príncipe era, em todos os campos — ao menos de acordo com a ideia —, plenamente ilimitado; ele era o estadista supremo, o juiz máximo e o comandante-em-chefe supremo em uma única pessoa. Ele era a expressão simbólica, jurídica e fática do todo — uma condição que não se pode resumir de forma mais precisa e breve do que ocorreu na conhecida frase: "*L'état c'est moi*" (O Estado sou eu).

Esta concepção também fundamentava as formas de manifestação do governo monárquico que se nos apresentam como "Absolutismo Esclarecido" e que permitem reconhecer que este príncipe, fosse por coação ou por decisão própria, já havia assimilado as ideias da era vindoura. O fato de que essas novas concepções geralmente recebiam validade apenas de forma involuntária — pois as linhas de pensamento que mais tarde levaram à Revolução na França já estavam, naturalmente, "no ar" muito antes — faz com que a importância daqueles príncipes que, por convicção própria, buscavam uma nova relação entre monarca, Estado e povo, apareça sob uma luz ainda mais brilhante. Frederico, o Grande, porém, foi quem, com a máxima de que ele, como rei, era o "primeiro servidor do Estado", adiantou-se gerações ao seu tempo e deu, com isso, um lema para todos os tempos a cada socialismo alemão.

Ao considerar mais de perto as consequências da Revolução de 1789, o primeiro requisito para a compreensão é observar que se tratou de uma

revolução burguesa, e não de uma proletária. Certamente, seu agente foi a camada inferior do povo francês. No entanto, este povo, que se compunha de três estamentos — a nobreza com o rei à frente, o clero e os cidadãos (*Bürgern*) e camponeses —, não possuía um proletariado no sentido de uma parte do povo que lutasse por seu reconhecimento e reintegração espiritual na nação.

Sob o grito de guerra "Liberdade, Igualdade, Fraternidade!", o novo espírito fez sua entrada, não apenas na própria terra da revolução, mas em toda a Europa. O novo objetivo chamava-se democracia, como consequência lógica da nova doutrina da igualdade de tudo o que possui face humana.

A revolução burguesa encontrou seu efeito no liberalismo burguês. Os antigos vínculos foram rompidos, a antiga ordem derrubada e novos conceitos colocados em seu lugar. Os anos de 1848 trouxeram para a Alemanha um certo encerramento externo desse desenvolvimento. Internamente, porém, no plano espiritual, as novas ideias continuaram a ser desenvolvidas e iniciou-se um lento, mas seguro, esvaziamento de todos os conceitos. O indivíduo, o *individuum*, foi empurrado para o primeiro plano; todos os vínculos pareciam ao individualismo como resquícios do *ancien régime*, da falta de liberdade; e no Estado, na cultura e na ciência, mostraram-se as consequências da nova forma de pensar.

A legislação Stein-Hardenberg no início do século XIX; a era das constituições emergentes em meados do século; a monarquia limitada constitucionalmente pelo parlamento como expressão dos direitos do povo; e, finalmente, a Revolução de 1918 foram as etapas do desenvolvimento liberal-individualista. Este foi consumado pelo reconhecimento irrestrito da democracia, tal como encontrou sua expressão na confissão de fé da revolta de 1918, na Constituição de Weimar do judeu Preuß[33].

[33] N.T: Hugo Preuß foi o principal redator da Constituição de Weimar de 1919.

O individualismo recebe seu nome pelo fato de seus fundadores partirem do pressuposto de que, originalmente, existia apenas o indivíduo. Todo desenvolvimento posterior seria, então, o resultado da ação dos indivíduos realizada segundo o princípio da conveniência. Precisamos apenas pensar este pensamento de forma jurídico-estatal para chegar imediatamente à teoria da origem do Estado que, de fato, prevaleceu na época: a doutrina do contrato social. A partir do conhecimento racional da conveniência da união em benefício do indivíduo, a fim de evitar a anarquia e a guerra de todos contra todos, os indivíduos isolados formaram uma comunidade contratualmente assegurada: o Estado. E, decerto, um Estado que se designou muito pertinentemente como "Estado guarda-noturno" (*Nachtwächterstaat*).

Se os indivíduos eram agora os detentores da ideia de Estado, era apenas lógico exigir que eles também fossem os detentores do poder estatal. E, decerto, todos em partes exatamente iguais. Pois o primeiro princípio da democracia rezava que todos os homens seriam "iguais". O caminho para a efetivação dessas parcelas de poder igualmente grandes era o sistema parlamentar sobre a base do sufrágio universal, igual e secreto.

A condução do Estado ocorrida mais ou menos segundo este sistema trouxe um completo deslocamento dos centros de gravidade na estrutura do Estado. Se antes havia um monarca — juridicamente irresponsável, mas perante a história e sua consciência dotado de plena responsabilidade — com seus ministros a ele responsáveis como detentores do poder estatal, em seu lugar surgiu um Parlamento. Se outrora a autoridade fluía de cima para baixo e se exercia em responsabilidade para cima, as coisas sofreram agora uma inversão total. O Parlamento era a "representação do povo"; devido à dependência dos eleitores no caso de uma nova eleição, existia teoricamente uma responsabilidade do Parlamento e do governo dele dependente perante o povo. Na realidade, porém, era impossível sancionar uma responsabilidade, pois o

membro individual estava sempre oculto na máquina de votação da decisão majoritária e, assim, tornava-se inacessível para qualquer prestação de contas.

O fato de que um trabalho bem-sucedido de um Parlamento eleito e ativo segundo princípios democráticos fosse, desde o início, praticamente impossível, fundamentava-se em dois fatos: primeiro, a democracia, expressa em um sufrágio igual, não é por si só adequada para selecionar as melhores cabeças da nação, mas mostrará sempre a tendência de elevar a mediocridade agradável à grande massa e, portanto, aos eleitores; e, segundo, essas estruturas democrático-parlamentares já estavam paralisadas para qualquer ação enérgica devido à sua contradição interna na atitude fundamental. Pois, da mesma forma que um eleitor liberalista escolhia segundo pontos de vista econômicos e outro segundo pontos de vista políticos, o produto desta eleição, o Parlamento, era incapaz de qualquer condução estatal objetiva devido à constante consideração por interesses econômicos, enquanto um trabalho puramente orientado pela economia tornava impossíveis as necessidades políticas estatais naturalmente existentes.

O povo que antes vivia em uma coesão fundamentada por origem e função foi atomizado pelo individualismo e, no lugar desta estrutura orgânica, surgiram outros laços inorgânicos e democráticos: os partidos do Parlamento no campo político. Eles eram, logicamente, as organizações do maior número, da quantidade em vez da qualidade. Somente através deles é que todos os erros sistêmicos da democracia puderam realmente manifestar-se; a especulação sobre o sentido inferior pôde tornar-se o caminho para o sucesso eleitoral; as influências incontroláveis do dinheiro, sob a forma da imprensa e de mil outros caminhos, puderam usar o sistema democrático para estabelecer o "domínio dos inferiores", tal como nos parece hoje encarnado por jornalistas judeus e secretários sindicais corruptos.

Assim como no campo político e estatal, a tendência do liberalismo individualista mostrou-se também no campo cultural, tornando cada vez mais claro que ele não agia de forma construtiva e criativa, mas apenas dissolvente e destrutiva. Se outrora a arte brotava da coesão natural do povo e, portanto, era patrimônio espiritual comum de todos os pertencentes ao mesmo povo, esse vínculo foi agora destruído. A arte tornou-se propriedade de um novo vínculo: o dos "instruídos", isto é, daqueles que, através de uma educação sistemática, já haviam se alienado tanto de toda peculiaridade *völkisch* que permitiam que tudo lhes fosse apresentado como arte e interpretado por artistas correspondentes sob uma definição de classe. Os outros, porém — o povo não tão deformado —, não tinham mais participação; eles afundaram no proletariado.

Também na religião o liberalismo agiu apenas de forma negativa. Ele pôde, decerto, enfraquecer o sentimento religioso a tal ponto que as pessoas perderam o amparo que antes possuíam apesar de tudo; mas não lhe foi possível oferecer um substituto para isso, como, por exemplo, colocar uma ética superior em seu lugar. Um declínio geral da moral, e em parte até a luta organizada contra esta, foi o sucesso absoluto a ser constatado. Um sucesso que permitiu que a opinião pública e o sentimento entrassem em uma oposição cada vez mais ríspida contra as normas ainda de algum modo voltadas para o bem-estar da coletividade. A luta contra o § 175, contra as disposições de traição à pátria e também os esforços, ao menos em grande parte, contra o § 218 do Código Penal iluminam subitamente este desenvolvimento. O fato de que o Presidente do Reichstag alemão pudesse ser membro honorário da "Liga dos Objetores de Consciência" mostra igualmente a qualquer pessoa pensante por que o sistema que tolera isso deve, em si mesmo, perecer.

É precisamente a essência do liberalismo, que fundamenta todos os seus pensamentos no *homo oeconomicus*, considerar a economia como o campo mais importante da existência humana. Perante os seus interesses, todos os outros

devem recuar; todos os outros fenômenos são julgados apenas segundo se são promotores ou prejudiciais à economia. Como se deve admitir, a consequência lógica de uma cosmovisão que parte do pressuposto de que o objetivo de vida do homem é a satisfação mais perfeita possível de todas as suas necessidades. Que esta orientação espiritual materialista tenha sido particularmente conveniente ao judaísmo e lhe tenha agradado, ninguém poderá negar; o velho Rothschild expressou isso de forma tão pertinente com a conhecida frase "Meu dinheiro é minha honra!", tal como seu companheiro de raça Rathenau, quando afirmou: "A economia é o destino".

"Caminho livre para os capazes!" era o slogan com o qual toda vileza era desculpada, desde que fosse apenas "racional", isto é, econômica. É novamente claro que, entre os predestinados a esta "capacidade", a parcela do judaísmo teria de ser particularmente grande. Já de antemão caíam por terra, para eles, milhares de inibições e considerações que talvez impedissem outros perante seu povo ou Estado de ter uma consciência excessivamente ampla ou de usar os cotovelos sem qualquer escrúpulo. O fato de um homem ser naturalmente avaliado apenas pelos seus sucessos econômicos foi a outra razão para o surgimento do mito da "capacidade judaica".

A consequência econômica do sistema liberal-individualista foi um exploracionismo implacável. Sem qualquer pensamento sobre o esgotamento da saúde do povo, exigiam-se horas de trabalho excessivas em espaços inadequados; sem qualquer compaixão, as pessoas desgastadas eram entregues à miséria e substituídas por novas. O lucro tinha de ser mantido no nível máximo sob todas as circunstâncias; o "manchesterismo" não conhecia escrúpulos.

Pontos de vista econômicos dominavam a vida de forma cada vez mais desimpedida; tudo o que pudesse perturbar a economia em seu desenvolvimento e organização foi eliminado de forma cada vez mais completa. Há muito tempo

já não bastava o conceito de economia nacional (*Volkswirtschaft*); "economia mundial" era o objetivo almejado. Infelizmente, porém, o mundo era e é habitado por diferentes povos e mostrava a vida própria destes em sua divisão em diferentes Estados. O Estado, portanto, e suas instituições tornaram-se o novo alvo de ataque. Cada vez maior era o número de filisteus (*Spießbürger*) para os quais a "total improdutividade do exército" e a desnecessidade das fronteiras que "perturbam" o comércio pareciam evidentes.

Apesar desta primazia da economia, também economicamente nenhum sucesso, nenhum sucesso definitivo, foi alcançado pelo liberalismo. Pelo contrário, hoje, quase um século e meio após o nascimento do sistema liberal-individualista, e quase uma década e meia após sua consumação no Estado democrático-marxista, devemos constatar em todos os campos a estagnação, a dissolução e o declínio.

Politicamente, o sistema falhou miseravelmente; suas intenções no interior do Estado e do povo fracassaram, e suas ideias na política externa tornaram-se vergonhosamente desonradas perante a vida própria saudável e a vontade de autopreservação de outros povos. A democracia é reconhecida como um erro de pensamento. Culturalmente, para onde quer que se olhe: decomposição, desmoralização, envilecimento da vida. Nenhum pensamento criativo que o mecânico-materialista era não tivesse enfrentado com hostilidade mortal; nada fundamentado no caráter popular (*Volkstum*) que ele não tivesse oprimido sistematicamente.

Também economicamente o povo foi primeiro atomizado e depois reunido em novos laços liberalistas. Cartéis, trustes, sindicatos, cooperativas de consumo — um grupo de interesse após o outro surgiu e mostrou, na luta destrutiva do povo de "todos contra todos", como é a realidade da bela teoria do "*Laissez-faire*". O fenômeno duradouro da "Crise Econômica Mundial" mostra

claramente os limites das capacidades do liberalismo capitalista. Hoje chegou o fim desta época; uma ideia que outrora dominou toda a humanidade levou-se a si mesma ao absurdo em todos os campos; novos pensamentos lutam por sua herança.

O Marxismo

O marxismo — as concepções sobre Estado e economia que remontam essencialmente a Karl Marx — apresenta o fenômeno singular de que, como reação a um sistema falso, possui igualmente como fundamento todos os erros fundamentais e equívocos desse mesmo sistema. Pois, se o liberalismo era de orientação materialista, o materialismo foi transformado por Marx na base de toda a sua cosmovisão; até mesmo o decerto nada onipotente "Estado guarda-noturno" do liberalismo ainda tinha elementos demais de um Estado para ele: deveria ser substituído pela sociedade operando em formas coletivistas "sem classes"; a sociedade de vigilância e fechamento do liberalismo deveria ser convertida em uma cooperativa de consumo; em uma cooperativa de consumo cuja gestão democrática e propriedade "socializada" excluíam de antemão o motor de toda a economia — a personalidade empreendedora criativa e audaz — e, com isso, tornavam o fim de todo progresso e a estagnação de toda a economia uma certeza.

Se o liberalismo era individualista, essa atitude espiritual no marxismo não era menos proeminente, aliás, como mostra sua perversão em coletivismo, era propriamente fundamental; se, finalmente, o burguês liberal era democrático, a democracia foi adotada não apenas como orientação espiritual, mas como forma de Estado, sendo a marca dos esforços marxistas. O social-democrata Otto Wels expressou isso da mesma forma ao afirmar que "prefere errar com a massa do que ter razão contra a massa", assim como Lenin, quando opinava que o objetivo seria alcançado quando "cada cozinheira pudesse governar o Estado".

Pois, sobre isso, deve-se primeiro ter clareza: existe uma diferença entre as diversas matizes dos marxistas apenas no caminho trilhado para atingir o objetivo final. O objetivo final em si é, em todo caso, o mesmo, por mais que os nomes das organizações mudem.

Um olhar sobre o desenvolvimento político interno da Áustria após a guerra deveria impedir até os mais ingênuos de cair repetidamente na armadilha de considerar os social-democratas "não tão ruins" como um fator contra o bolchevismo. Pois precisamente na Áustria mostrou-se que a social-democracia nada mais é do que uma organização parcial do marxismo, e esse fato, tão logo ela chega ao poder, manifesta-se de tal forma que o austromarxismo social-democrata tornou, de fato, a existência de um partido comunista supérflua. Somente antes da conquista do poder o marxismo precisa aparecer em duas edições: a da social-democracia covarde-filisteia para o homem comum e a da tática revolucionária mais ativista de Lenin.

Se alguém quiser resumir todas as acusações que devem ser feitas à burguesia alemã em uma única e aniquiladora denúncia, esta só pode soar assim: "*Vós não impedistes o surgimento de um proletariado na Alemanha; por isso sois culpados pelo fato de milhões terem perdido a pátria e o povo alemão ter sido rasgado em duas partes*". Pois como foi possível que, no povo dos poetas e pensadores, uma doutrina cientificamente insustentável pudesse tornar-se dogma para milhões, e uma cosmovisão que contraria todo sentimento alemão pudesse ser adotada pela maior parte do povo alemão? Isso só foi possível porque a parte da nação cuja tarefa seria a liderança falhou.

E, de fato, a burguesia alemã não apenas não fez nada contra isso, mas fez tudo para lançar os trabalhadores nas mãos de líderes judeus que, com instinto seguro para a "conjuntura", faziam o negócio promissor do futuro. Pois, por volta do meio do século passado, começou a grande reestruturação em nosso

povo. A industrialização assumiu formas cada vez maiores; o Estado agrário tornou-se, até o fim do século, predominantemente um país industrial. Lado a lado com isso, porém, seguiu-se a transformação do camponês em operário fabril. As pessoas do campo afluíram para os centros gigantescos, ofereceram sua força de trabalho e foram escravizadas pela economia liberalista como objetos de exploração, como fonte de lucro excessivo. Cada vez maior tornava-se a oferta da "mercadoria força de trabalho", cada vez pior a situação das massas; aumentava cada vez mais o número daqueles que se encontravam em condições de vida inseguras e que viviam apenas da venda de sua força de trabalho, caindo sob a definição de proletariado segundo Karl Marx. E a burguesia, que como classe empresarial atraía sobre si o ódio imperecível dos explorados, não foi capaz de dar líderes aos milhões que estavam prontos para lutar por suas reivindicações legítimas. Pelo contrário, o próprio Estado estava total e completamente sob o domínio do pensamento liberalista. Ele se colocava contra as massas que exigiam seus direitos; ele tinha de lhes parecer, portanto, como um lacaio da "burguesia", a qual já havia perdido tanto o sentimento *völkisch* que ousava rotular como "sujeitos sem pátria" as pessoas que agora buscavam seu direito contra esse Estado que não era o delas. Uma arrogância tanto menos fundamentada quanto mais se expressava, através do uso do Estado para a posse e contra os demandantes, a equiparação constante dos conceitos "possuidor" e "nacional"; a rejeição do Estado e, em última instância, da nação por parte do povo que, com razão, tinha de considerar-se excluído, ocorria de forma quase natural e necessária.

Somente através dessas circunstâncias foi possível ao marxismo ensinar ao trabalhador alemão a pensar em classes, em vez de povos, e em sindicatos, em vez de Estados. A nação alemã foi, assim, dividida em duas partes, entre as quais a luta de classes deveria impedir conscientemente qualquer união para sempre.

No ano de 1918, a burguesia liberal foi atropelada pelo marxismo. Tão pouco convencida estava ela de sua missão futura que nem sequer ofereceu resistência juntamente com seus príncipes. Embora já por isso tenha sido retirada do marxismo a oportunidade para grandes feitos heroicos, deve-se constatar que o curso lamentável do nascimento do "Estado Popular" alemão foi um mau presságio para a jovem estrutura. Não através da vontade ardente de um povo entusiasmado, sob a liderança dos melhores da nação, ocorreu o devir do novo Estado; não, o que foi iniciado foi a "Revolução" através de uma greve; uma greve que negou munição à Alemanha que lutava no front, enquanto na pátria, sob a liderança de desertores, a semente da imprensa judaica germinava precisamente no momento que era oportuno para a França, como sabemos hoje por Monsieur Desgranges. Se considerarmos, além disso, que foram justamente os inimigos naturais da República que mais tarde tiveram de salvá-la da ruína no caos, resulta uma imagem que não oferecia qualquer motivo para esperanças orgulhosas. Hoje, treze anos depois, sabemos que os tempos que se seguiram corresponderam plenamente à sua lamentável origem.

Pois provavelmente nunca antes na história não apenas as promessas inerentemente mentirosas dos "revolucionários", mas também suas próprias expectativas, se transformaram de tal forma no oposto, como ocorreu com os pais da República Alemã. Em vez da paz prometida, a guerra continuou a ser travada alegremente, embora agora apenas pela França e seus Estados vassalos, sem que a Alemanha pudesse mais se defender. Em vez da paz sem vencedores nem vencidos, veio o ditado mais vergonhoso da história mundial. E é claro que, para a Alemanha tornada desonrada e indefesa, esses fatos também se manifestaram economicamente: em lugar do prometido "trabalho e pão para todos", surgiram o desemprego e a fome. A socialização geral expressou-se no fato de que as ferrovias socializadas, pertencentes ao Estado, foram novamente colocadas em forma capitalista e que, através da inflação, a parte decente do

povo alemão foi expropriada. Escândalos grandiosos provaram que, em lugar da honra e da limpeza, a corrupção havia entrado; e, pelo resultado geral da condução do Estado pelos homens de novembro de 1918, sua incapacidade em todos os campos pode ser considerada provada.

O sistema da democracia pura falhou. Não apenas porque a mediocridade por ele condicionada se fez notar terrivelmente em todos os postos, mas também porque a criação de uma unidade nacional não lhe foi bem-sucedida. Em cada vez mais "amontoados de interessados" o povo se fragmentava: burgueses e proletários, piedosos e ímpios, alemães e internacionais, produtores e consumidores — todos se enfrentam em luta; um estado de coisas para cujo encerramento o Estado democrático está tanto menos apto quanto ele próprio solapa qualquer autoridade e, com isso, torna impossível uma condução estatal rigorosa. O estado paradoxal de que a democracia governasse com a ditadura do § 48 é, a longo prazo, nenhum equilíbrio para os erros de construção do sistema.

Se o liberalismo burguês precisou de mais de um século para isso, sua variante proletária conseguiu provar seu fracasso como forma de Estado em escassos treze anos, através da decadência do Estado, da cultura e da economia de forma convincente. O povo alemão, porém, vive e prova seu cerne ainda saudável ao voltar-se, para além de um sistema em decomposição, para novos ideais.

O Nacional-Socialismo

Não fazia muito tempo que o crime de novembro de 1918 fora bem-sucedido quando o destino escolheu um entre os milhões de soldados desconhecidos para, em meio a um povo que se tornara cansado, sem esperança e traído em todos os cantos, erguer mais uma vez a bandeira da esperança e da resistência. Ele veio para prestar mais uma vez o testemunho da força e da

pureza. A superioridade espiritual em conexão com a própria experiência, purificada e endurecida na vivência da guerra, deu-lhe a capacidade de reconhecer e expressar o que muitos sentiam com ele. Aquela força da alma, da qual Fichte nos diz ser a que alcança as vitórias, permitiu-lhe tornar-se o *Führer* e fazer de seu nome um programa: Adolf Hitler.

O nacional-socialismo é o movimento de renovação do povo alemão. Fundamentado nos traços mais autênticos e nos sentimentos mais nobres do povo alemão, ele se sente forte o suficiente para varrer tudo o que é podre, decadente e empoeirado, para derrubar formas que se tornaram vazias de conteúdo e para verter novos conteúdos em novas formas. Trazer o povo alemão para uma constituição que lhe permita assegurar sua existência por séculos é a tarefa do novo movimento. Por ser uma nova cosmovisão (*Weltanschauung*) em vias de tornar-se patrimônio comum da nação, a transvaloração de todos os valores e a medição com novos padrões em todos os campos são a prova disso. O resultado do novo modo de pensar não é uma nova associação de fins, mas um homem novo.

No centro de todas as suas considerações para o nacional-socialismo está o Povo (*Volk*). O povo alemão, tal como cresceu ao longo de milênios como uma unidade de caráter, língua e cultura, é o seu alvo: sua preservação futura, seu desenvolvimento físico e mental e sua educação superior. A nação não é concebida como um amontoado acidental de indivíduos isolados; não, ela é um conceito por si só, um todo orgânico crescido, ou seja, composto por membros de diferentes funções. É uma tarefa sagrada preservar e desenvolver este todo como tal, e não interferir na natureza através da destruição de sua peculiaridade *völkisch*, para não colher a punição do declínio.

Pois, se a história mundial é o julgamento do mundo, isso se manifesta mais claramente na alternância do surgimento e desaparecimento dos povos; e

se a história pode valer como mestre, então é no caso onde as causas da ascensão e do declínio dos povos e culturas nos são reveladas por ela. Provavelmente em nenhum campo do conhecimento humano nos é dada uma prova tão clara como para o fato de que os povos da antiguidade, desde os gregos e romanos até os povos da Idade Média e da era moderna, alcançaram alturas imensas para então afundarem rápida e inexplicavelmente na insignificância e na escuridão. Qual foi a causa de que culturas dominantes afundaram, cujas criações poderosas duraram milênios e ainda hoje nos obrigam à admiração, de que estados poderosos se desintegraram e grandes povos desapareceram? Sempre e em toda parte vemos um fenômeno: decomposição racial, dissolução *völkisch*.

Apenas um povo da Antiguidade se preservou e ainda vive hoje: os judeus. E, se algo pode, em algum lugar, confirmar a correção da ideia de raça, é o fato de que o povo judeu, sob a forma de uma religião, desde o início perseguiu conscientemente a manutenção da pureza de seu sangue e, com isso, conseguiu atravessar os milênios sem se dissolver.

Pois toda forma de manifestação da vida humana — toda cultura, toda formação estatal, toda organização econômica — é condicionada pela cosmovisão racial desse povo. Trata-se sempre de um todo harmonioso, no qual todas as formas de vida dos portadores desse tipo se integram: um cosmos cuja ordem é destruída e que se desagrega com a queda de seus portadores. E sua queda ocorre quando elementos de raça estrangeira começam, em seu interior, a sobrepujar a natureza original.

Por isso, o nacional-socialismo se coloca sobre o fundamento racial e, a partir dele, julga o povo. E, de modo consciente, tira as conclusões dessas premissas ao considerar o valor racial como condição para a elevação cultural de um povo e, por isso, entende como sua tarefa manter e buscar a maior pureza

possível do sangue. E, se o povo alemão deve ter uma missão, ela só pode ser a de tornar-se, agora e para todo o futuro, um baluarte do sangue nórdico, da grande raça do mundo.

A organização do povo, porém, é o Estado. Ele é a forma para o conteúdo "povo". Não existe, portanto, por si mesmo; sua existência é condicionada pela busca de um objetivo — ele é apenas um meio para um fim. E, desse ponto de vista, a questão de seu valor ou desvalor só pode ser a questão de sua adequação ou inadequação para a consecução do resultado pretendido.

"A qualidade de um Estado não pode ser avaliada segundo o nível cultural ou a importância de poder desse Estado no conjunto do mundo, mas exclusivamente segundo o grau de qualidade dessa instituição para o povo em questão", diz Adolf Hitler[34].

O objetivo, porém, só pode ser possibilitar ao povo estatal a preservação e o desenvolvimento superior no mundo, por meio da organização de sua força. A condição dessa força é, fisicamente, a manutenção da pureza do povo, e, espiritualmente, a vontade incondicional de autoafirmação. Toda a história mundial — e talvez, sobretudo, a história do nosso próprio povo — nos ensina que a falta de força de uma nação significa o seu fim; e, numa avaliação sóbria das coisas, o Estado nacional-socialista é a encarnação da superação de toda fraqueza pacifista.

Se, portanto, a avaliação de um Estado se orienta pelo grau em que ele é capaz de educar o povo, física e espiritualmente, para a força e de organizar essa força, então, para o nacional-socialismo, todas as demais circunstâncias deixam de ser decisivas nesse julgamento. Para ele, não se trata da luta entre monarquia ou república, entre Estado federal ou Estado unitário, mas a questão é, e só pode ser: quão grande é o espaço vital que, com esse Estado, se pode conquistar para

[34] N.T: Essa citação é de Mein Kampf.

o povo? Se ele é suficiente para assegurar a vida da nação, então o Estado é bom; se não o é, então é mau, e sentimos a obrigação sagrada para com o nosso povo de substituir sua organização imperfeita por uma melhor. E somente quando a existência da nação estiver garantida, somente então podem surgir considerações sobre questões de forma — também elas, contudo, avaliadas segundo o critério da utilidade para o conjunto.

Em oposição consciente ao liberalismo individualista, o nacional-socialismo coloca, assim, a coletividade acima do indivíduo. Não é a utilidade do indivíduo que constitui a medida de todas as ações do Estado, mas o princípio fundamental da nova cosmovisão é: "o bem comum antes do interesse próprio". Com essa máxima, o nacional-socialismo afirma sua adesão a um socialismo considerado autêntico — um socialismo que estaria profundamente enraizado no povo alemão, cuja realização tornaria todos os problemas solucionáveis e que significaria vida para a nação, ao passo que sua deturpação no marxismo judaico seria mortal. Se, porém, o princípio "o bem comum acima do interesse próprio" constitui a orientação fundamental dos homens, então, a partir desse momento, também a avaliação e a valorização do indivíduo passam a ser determinadas de modo inteiramente diverso. Já não podem orientar-se segundo quanto o indivíduo possui ou quanto realizou para si mesmo, mas segundo quanto realizou para a coletividade — dois conceitos cujos resultados, hoje, costumam estar em gritante desproporção.

A consequência dessa desproporção permanente foi, para o Estado anterior, quase fatal. Porque o indivíduo honesto, em toda parte, sofria desvantagem em comparação com aquele que agia de modo desonesto, "honesto" e "ingênuo" começaram gradualmente a tornar-se sinônimos. Com isso, foi desferido um golpe destrutivo em toda vida comunitária, que sempre depende da ação moral do indivíduo e de sua elevação ética, fazendo com que todo espírito de sacrifício parecesse loucura e, assim, fosse impedido. A grande tarefa do novo Estado

consistirá, portanto, em restabelecer as bases do sentimento de comunidade. E a condição para isso é demonstrar, por meio de ações, que honestidade e vileza recebem a recompensa que merecem. O princípio do desempenho plenamente aplicado tornará possível que cada pessoa seja julgada da maneira mais justa possível.

E, conforme esse juízo justo, tornar-se-á verdadeiro o segundo princípio do socialismo alemão: "a cada um o que é seu"[35]. Pois, como os homens são diferentes, também o são suas realizações e, consequentemente, seu valor para a coletividade; e não poderia haver maior injustiça do que a aplicação do simplista lema marxista "a cada um o mesmo", pelo qual todo indivíduo capaz e diligente seria, desde o início, prejudicado.

Com isso, o nacional-socialismo reconhece a propriedade privada. Ele está demasiado ligado às reais necessidades da vida, demasiado distante de qualquer doutrina abstrata alheia ao mundo, para não tomar o homem tal como ele realmente é como fundamento e pressuposto de todas as suas reflexões e planos.

O ser humano, por natureza, tem o impulso de tornar a vida o mais agradável possível, de facilitar a luta pela existência ou, ao menos, de possibilitar isso a seus filhos. O meio para concretizar esse impulso natural sempre foi a aquisição da maior parcela possível dos bens deste mundo.

Assim, tanto quanto o esforço individual por possuir é considerado pelo nacional-socialismo como algo natural e, portanto, legítimo, com igual intensidade o movimento se vê na obrigação de determinar e regular a forma pela qual essa aquisição de propriedade ocorre. Também aqui vigora o princípio fundamental: o bem comum acima do interesse próprio. Pois, se é justo que o capaz e eficiente possua uma parcela maior da riqueza nacional do que o

[35] N.T: C.f Gottfried Feder. *Der Deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage, neue Wege in Staat, Finanz und Wirtschaft*, de 1933 (primeiro capitulo)

incapaz, aquilo que, no futuro, será considerado “capacidade” diferirá, em muitos aspectos, do que a concepção dominante hoje entende por isso. Todo enriquecimento à custa do povo, da coletividade, toda aquisição realizada de modo contrário à decência, será impiedosamente considerada como aquilo que é: vileza e delito contra o conjunto. Proteger o direito desse conjunto é a tarefa do Estado. O Estado deverá, portanto, garantir que toda propriedade seja adquirida e possuída de modo a excluir prejuízos para o povo. E, mesmo admitindo-se que aquele que conseguiu adquirir uma parcela maior da riqueza nacional seja também o mais apto para administrá-la, será necessário estabelecer um equilíbrio que impeça que poucos possuam tudo enquanto a grande massa nada tem. A solução não é a expropriação dos possuidores, mas que todo indivíduo produtivo encontre um Estado que lhe permita tornar-se proprietário. Quando cada um estiver em condições de colher, para si e para seus filhos, os frutos de seu trabalho e de sua capacidade, então desaparecerá a base econômica para a formação de um proletariado. Assegurar essa possibilidade, juntamente com a prevenção do lucro imoral, é a tarefa de um Estado socialista no campo da propriedade privada.

Com isso, o nacional-socialismo busca preservar plenamente a força motriz de toda economia e o motor de todo progresso: a personalidade empreendedora, responsável, ponderada e ousada. Somente por meio dela evita-se que a vida econômica do povo afunde na irresponsabilidade coletivista e se torne rígida sob uma burocracia estagnada. Não “a todos o mesmo”, mas “a cada um o que é seu” é, portanto, a solução do socialismo nacional, que também se aplica à participação do indivíduo na condução do Estado. O Estado não deve ser organizado de modo que todos governem igualmente, mas de tal forma que o mais capaz alcance a liderança. Quanto maior for a probabilidade de que o melhor chegue ao topo, melhor será a estrutura interna do Estado. Assim, não é necessário que “toda cozinheira possa governar o Estado”; no sistema

nacional-socialista, basta, para seu pleno reconhecimento, que ela saiba cozinhar.

E, assim como na organização do Estado, também em todos os demais campos da vida do povo, o bem da coletividade será determinante. O Estado possuirá um sistema de justiça cuja incorruptibilidade lhe assegurará a mais alta confiança do povo. Longe de toda "humanidade" hipócrita, fará prevalecer o direito conforme as exigências da consideração pelo povo, cujo valor depende da mais rigorosa eliminação de todos os elementos nocivos.

Toda degeneração espiritual será excluída quando uma cultura correspondente ao sentimento do povo permitir o pleno desenvolvimento de suas capacidades, e uma arte que corresponda ao senso estético coletivo torne novamente grandioso o que é nobre.

O Pensamento estamental[36]

O ponto 25 do programa do partido nacional-socialista exige "a formação de câmaras estamentais e profissionais para a execução das leis-quadro promulgadas pelo Reich". Provavelmente poucos estariam conscientes, em 24 de fevereiro de 1920, da importância contida neste compromisso do jovem movimento com o pensamento corporativo (*ständischer Gedanke*). Faltavam ainda mais de dois anos para o momento em que Mussolini iniciaria sua Marcha

[36] N.T: Uma importante nota de esclarecimento deve ser dada a todo este texto. O termo alemão "*Stände*" (plural de Stand) refere-se historicamente aos "estamentos" ou "classes" da sociedade (tais como o clero, a nobreza e o povo). No contexto das ideologias e visões de mundo antiliberais do início do século XX (por exemplo, o fascismo "clássico" italiano e o sindicalismo nacional), o "pensamento baseado nos estamentos" (ständischer Gedanke) é o equivalente funcional e terminológico do corporativismo. No entanto, vale a pena observar que o termo *"Stände"* evoca uma tradição germânica medieval de harmonia social orgânica, mas sua aplicação política visava reorganizar a sociedade em corpos profissionais (ou seja, guildas) sob a tutela do Estado. O objetivo era superar a democracia parlamentar (substituindo o sufrágio individual pela representação setorial; ver também as críticas de Carl Schmitt à democracia parlamentar) e eliminar a luta de classes marxista, integrando trabalhadores e empregadores em estruturas colaborativas únicas. Como o próprio texto indica ao citar a *Carta del Lavoro* italiana, o modelo proposto por Frauendorfer buscava "nacionalizar" a experiência do Estado Corporativo fascista dentro do quadro cultural alemão. Em suma, entenda que "pensamento estamental" = "pensamento corporativo".

sobre Roma, para, no período seguinte, dar ao mundo um exemplo grandioso das ideias que o movimento nacional-socialista, com um sentimento infalível em relação ao futuro, havia tornado suas e que hoje estão prestes a se estabelecer como a doutrina do Estado estamental e orgânico, por meio de suas "corporações" e "sindicatos" com a "*Carta del Lavoro*" (Carta do Trabalho) da Constituição do Trabalho de 21 de abril de 1927, como coroamento.

Quando o nacional-socialismo se declara favorável a um "pensamento estamental" desde os seus primórdios, isso não significa que ele esteja decidido e disposto a ajudar qualquer doutrina acadêmica a se concretizar no Estado estamental. A importância do ponto programático nacional-socialista reside e só poderia residir no fato de que o movimento da nova Alemanha também ajudará a vencer, no subcampo político do Estado e da economia, as ideias que sozinhas podem ser as bases da renovação: o orgânico na atitude espiritual e o socialista na realização dessa orientação espiritual. Com isso, já se diz que tanto os objetivos que o nacional-socialismo quer alcançar através de sua própria estrutura estamental, quanto os caminhos para isso, são tão opostos às aspirações hoje predominantes quanto o próprio nacional-socialismo.

Será tarefa do novo Estado alterar fundamentalmente a relação entre política e economia (ou entre Estado e economia); ou seja, em vez da atual mistura desses conceitos na teoria e na prática, permitir que ocorra uma separação clara e, ao mesmo tempo, criar as condições para uma cooperação real sob pontos de vista superiores, em lugar da atual interferência mútua e perturbadora de ambos os lados.

Se hoje o liberalismo individualista e, com ele, o marxismo coletivista — como uma reação falsa a um sistema falso — caminham para o seu fim, resta um caos político e econômico, conceitual e factual, causado por uma completa confusão, mistura e falsificação dos conceitos de política (Estado) e economia.

Por um lado, "economizou-se o Estado" [tornou-se o Estado dependente da economia], ao submetê-lo aos interesses econômicos e torná-lo, na mesma medida, incapaz de suas tarefas reais — a luta pela preservação do povo —, reduzindo-o a um mero aparato de arrecadação de impostos e previdência social; por outro lado, isso andou de mãos dadas com uma crescente "estatização da economia", na qual se realizavam as intervenções mais graves sob influência marxista.

A consequência dessa mistura inorgânica e confusão entre Estado e economia foi a insuficiência em ambos os lados. Nem o Estado pôde cumprir suas altas tarefas políticas e culturais, pois estava impedido em todos os cantos e pontas por considerações ao ídolo "Economia", nem a economia pôde se desenvolver tranquilamente, pois era objeto de experimentos marxistas em centenas de relações. Em vez de se apoiarem mutuamente, possibilitando um ao outro, as duas formas de expressão da vida nacional paralisaram-se mutuamente; e não é necessária prova de que, com um híbrido liberal-marxista tão infeliz, está excluída uma luta decidida e bem-sucedida pela existência da nação, como cada dia nos mostra de novo há anos.

A este emaranhado caótico de interesses conflitantes e ao princípio da ambiguidade fundado no sistema, opõe-se agora o nacional-socialismo. Ele reconheceu que a política, como expressão total da luta pela vida de um povo, é o destino, e a economia é apenas um subcampo dessa luta. E a consequência deste reconhecimento das diversas tarefas da organização do povo e de uma forma de expressão da vida social deste povo é a sua exigência por uma separação e desembaraço purificador dos dois conceitos: dar ao Estado o que é do Estado e à economia o que é da economia. Então a questão "política ou economia" não será mais possível, mas cada alemão saberá que a economia tem a tarefa de satisfazer as necessidades do povo, na medida em que o *Lebensraum* (espaço vital) o permita, o qual a política conquista para o povo.

O segundo objetivo da construção estamental deve ser a superação do pensamento que hoje se mostra em seus efeitos paralisantes, de que ele repousa sobre um erro de raciocínio: o pensamento democrático. Em lugar de sua tendência niveladora e individualisticamente atomizadora, uma nova ideia colocará em primeiro plano o reconhecimento de diferenças de valor, a síntese orgânica de semelhantes e o sentimento de pertencimento das partes como expressão de sua consciência de união com o todo, com o povo.

A consequência dessa mudança na atitude mental do povo alemão será que o terreno será retirado dos dois efeitos do pensamento liberal atual: o capitalismo e a sua consequência condicionada, a luta de classes. Estes dois principais obstáculos no desenvolvimento do povo alemão rumo à nação só podem ser superados por um sistema que elimine suas premissas e coloque em seu lugar uma cooperação e representação naturais de todos os produtores (*Schaffenden*) na vida econômica do povo; e sua participação espiritual nesta vida se une ao sentimento dominante de responsabilidade mútua. Um pensamento que o líder da nova Itália expressa para o seu povo quando diz em 1926: *"Pela primeira vez na história, realiza-se uma revolução construtiva, como a nossa no campo da produção e do trabalho, integrando de forma pacífica todas as forças econômicas e espirituais da nação para conduzi-las a um objetivo comum. Pela primeira vez nasce um sistema poderoso de grandes associações, em base paritária, cujos interesses legítimos e pacíficos o Estado reconhece e garante."*

A expressão "agrupamento de interessados" (*Interessentenhaufen*) está na boca de todos. De onde vem sua amargura? Onde reside a crítica destruidora contida nela ao atual sistema parlamentar-democrático? Apenas no fato de que, sob o manto da política, interesses econômicos são disputados nele. A mesma falha que adere ao Estado liberal-marxista como um todo também se mostra em

sua característica mais evidente: em sua organização democrática, em seu Parlamento.

Ao privar o indivíduo de todos os seus vínculos naturais e atomizar todo o povo de forma individualista, criaram-se as condições para que direções de vontade de níveis totalmente diferentes só pudessem se expressar de uma forma unificada. É evidente que o produto desta opinião pública assim coletada também teria de ser novamente unitário, internamente conflituoso e, portanto, sem força. Exatamente como todo o sistema, assim oscila também o seu Reichstag, eternamente entre a consideração aos interesses econômicos e a necessidade de tarefas estatais, pois um eleitor dava seu voto para uma ideia política, e o outro para um alívio econômico.

Por isso, o nacional-socialismo exige a separação da representação política e econômica do povo. Ele quer a integração orgânica do indivíduo em seu estamento (*Stand*) e do estamento no Estado.

Certamente, também haverá pressão e contrapressão, tensão e equilíbrio na economia nacional-socialista. Mas esses fenômenos saudáveis da vida econômica encontrarão seu equilíbrio na representação econômica organizada organicamente segundo os estamentos, ou seja, conscientemente como órgãos de diversas funções do povo articulado. E eles serão discutidos entre os próprios interessados, a saber, os representantes dos estamentos, e serão resolvidos de acordo com a razão econômica, sem que seja necessário vestir um manto político e suprimir o senso comum em prol do favor dos eleitores.

A liderança política do Estado nacional-socialista, porém, estará em condições de tomar suas decisões livre de considerações econômicas mesquinhas, conforme exige o bem de toda a nação, fiel ao princípio: O bem comum antes do bem individual! (*Gemeinnutz vor Eigennutz!*). Somente assim será possível ao Estado, através do emprego de todas as forças políticas

liberadas em uma direção, lutar novamente por um lugar ao sol para a Alemanha no mundo e, assim, assegurar o futuro do povo e as bases da vida.

A premissa para isso, porém, é a superação das três formas de manifestação do sistema liberal-marxista: a democracia, o pacifismo e o coletivismo. A estes três conceitos de decadência e ruína, a nova Alemanha contrapõe: liderança pelas cabeças mais capazes do povo, vontade de autoafirmação incondicional e liberdade para o indivíduo, com a consequência necessária da responsabilidade, também em relação econômica. A partir dessas ideias fundamentais, declaramo-nos nacional-socialistas pelo pensamento de Estado orgânico, pela forma estamental como forma de expressão de uma verdadeira vida comunitária e, portanto, pelo Socialismo.

Os Estamentos

O significado da palavra "estamento" (*Stand*) não é uniforme. Nas formas mais variadas, a história e a vida dos povos produziram comunidades e vínculos entre indivíduos que devem ser considerados conceitualmente como estamentos. Uniforme, entretanto, é a abstração de todas essas formas de manifestação da vida social; é o conceito. Sobre ele, diz [Othmar] Spann: *"Para ser uma sociedade, as comunidades distintas entre si devem preservar suas características para se tornarem um membro daquele todo espiritual total que é dado na sociedade; elas devem preservar a natureza da organicidade (Gliedlichkeit). Somente através da organicidade é que o que é de natureza distinta se torna uma parte-do-todo espiritual, um estamento espiritual da sociedade."* Resulta, assim, o conceito do estamento espiritual como um organismo próprio, que, no entanto, só existe e atua como um órgão. Deste conceito de estamento, ao abranger simultaneamente as propriedades da particularidade e da totalidade, segue-se a necessidade de uma pluralidade de

estamentos. Onde há um órgão, devem existir também outros órgãos; onde há um estamento, devem existir muitos estamentos!

Comunhão espiritual e existência como parte fechada de um todo são, portanto, a essência do estamento em todos os tempos. Diferentes, contudo, eram as bases, as condições e as formas de expressão desta comunhão de um grupo de pessoas. Dois marcos principais permitem dividir as formações estamentais ao longo do tempo: estamentos de nascimento e estamentos profissionais. No estamento pelo nascimento, a ascendência, o sangue, era determinante para o pertencimento do indivíduo; nos estamentos profissionais, era o tipo do lado econômico de sua vida. Uma espécie de estamento desenvolveu-se frequentemente a partir da outra, na medida em que, da comunhão econômica, desenvolvia-se uma comunhão espiritual fortemente enfatizada, e o cavaleiro (*Reiter*) tornava-se cavaleiro [da nobreza] (*Ritter*) ou o habitante da cidade tornava-se cidadão (*Bürger*).

A uma divisão em estamentos por nascimento subjacente sempre um pensamento hierárquico, que se manifestava tanto mais debilmente quanto menos a ascendência e quanto mais o lado econômico era determinante para a formação do grupo. Se a divisão do povo em nobres, livres, semilivres e servos na era germânica era uma estrutura puramente hierárquica, os estamentos da Idade Média — nobreza, clero, burgueses, camponeses — já apareciam em muitas relações lado a lado, enquanto as formações estamentais puramente econômicas, como as corporações e guildas, dotadas de significados equivalentes e direitos iguais, enfrentavam-se inteiramente em um mesmo plano.

O nacional-socialismo defende o princípio do desempenho (*Leistungsprinzip*). Uma estrutura aristocrática é a sua expressão externa. Por mais que isso se aplique à construção total do Estado, tão pouco pode aplicar-se

à relação dos estamentos entre si. As camadas de valor existentes por natureza no povo jamais podem encontrar sua expressão em uma divisão estamental correspondente. Pois o objetivo que o Estado nacional-socialista quer alcançar através da construção estamental é que, no futuro, apenas interesses políticos sejam representados de maneira política e interesses econômicos apenas de maneira econômica. O valor diferente de cada pessoa encontrará sua expressão dentro dos diversos estamentos. Estes se confrontam com plena igualdade de direitos, formando assim uma divisão horizontal do povo, enquanto são articulados verticalmente em si mesmos. Seu sentido, porém, é econômico; eles são o quadro para o lado econômico da vida do indivíduo, assim como o Estado o é para toda a política. Conscientemente, os estamentos abrangerão apenas uma parte dos vínculos do indivíduo, para possibilitar — ao lado desta parte individualmente já muito diversa em tamanho de vínculos econômicos — a existência das relações mais vivas e imediatas do indivíduo com o povo e o Estado. Com isso, pelo fato de os estamentos abrangerem apenas um lado da vida, não formando portanto um todo em todos os campos, torna-se impossível ser apenas um membro de seu estamento e não se sentir, ao mesmo tempo e em primeira linha, um camarada do povo (*Volksgenosse*) e cidadão alemão.

Com isso, estabelece-se simultaneamente que o Estado nacional-socialista não é um "Estado Estamental" (*Ständestaat*). Pois os estamentos não formam juntos o Estado; eles são apenas a forma de organização do lado econômico na vida de cada indivíduo. O povo, portanto, será articulado estamentalmente, e de fato economicamente, profissional-estamentalmente (*berufsständisch*). Tão pouco quanto esta articulação estamental significa um Estado Estamental, tão pouco ela significa apenas uma economia articulada estamentalmente. Pois o nacional-socialismo não quer apenas substituir a "democracia econômica" por uma organização estamental da economia, mas ele superará o pensamento democrático através da articulação profissional-estamental do povo alemão. O

fato, porém, de que cada estamento contém em si todas as camadas de valor do povo, da mais baixa à mais alta, condiciona que, perante o Estado, todos os estamentos devam valer como iguais em direitos; pois cada camarada do povo tem direito ao direito e à valorização conforme seu desempenho e importância para a totalidade, independentemente de realizar este desempenho como membro da agricultura, da indústria ou de outro estamento. E a maioria organizada no estamento tem o mesmo direito.

O objeto da construção estamental nacional-socialista não é, portanto, o Estado nem a economia, mas o povo. O povo, observado sob seu aspecto econômico, é articulado em vários grupos que se posicionam lado a lado como resultado da divisão horizontal. Para o número desses grupos, porém, e sua delimitação, sua diversidade na função e em suas necessidades deve ser determinante. Trata-se de constatar em quantas correntes principais a vida econômica do povo alemão se move, para então conduzir cada uma dessas correntes em seu próprio leito. Trata-se, portanto, de integrar um lado da vida da nação: o econômico.

A imensa diversidade da vida, contudo, suas formas de manifestação em constante mudança e o fato de que tudo o que é econômico flutua — não existindo grandezas constantes que se deixem forçar em parágrafos [legais] — exige, antes de tudo, que, além de uma amplitude correspondente de estrutura, um sistema de articulação estamental seja de uma elasticidade formidável. Se uma única invenção pode possibilitar o surgimento de uma indústria na qual milhões de pessoas atuam, tal evento não deve, de modo algum, derrubar ou tornar inadequado um sistema estamental. Deve ser possível fazer justiça até mesmo às maiores mudanças econômicas através de medidas puramente técnico-organizacionais. Na ausência de qualquer abalo na estrutura como sistema, mostrar-se-á se este é realmente orgânico ou se ocorreu apenas de forma mecânica.

O fator supremo de divisão do povo, a formulação de uma corrente econômica e membro da vida econômica, é o Estamento (*Stand*). Ele é um corpo de autogestão com tarefas claramente delineadas e com uma subdivisão própria, realizada também segundo princípios estamentais e orgânicos. Esta subdivisão é dupla: primeiro, uma subdivisão técnica (*sachliche*), na qual a área econômica do estamento é dividida em diferentes ramos econômicos ou grupos especializados; a indústria, por exemplo, em indústria metalúrgica, indústria têxtil, etc.; segundo, uma subdivisão pessoal, na qual ocorre, dentro de cada articulação, uma síntese conforme as diferentes formas profissionais: empresários, funcionários e operários. É evidente que ambas as subdivisões serão diferentes em cada estamento, de acordo com sua natureza.

Sempre e em toda parte aplica-se, no entanto, o princípio de que um sistema estamental consiste em associações de semelhantes dentro de certos limites. Somente quando estes blocos de construção do estamento estão presentes é que surge a questão de para quais dessas organizações os órgãos de representação, na forma de uma corporação ou de um colegiado, devem ser estabelecidos. A base da existência e do funcionamento de um sistema estamental são as associações; somente elas podem encontrar sua expressão para algumas áreas de trabalho em um parlamento econômico, câmara estamental (*Ständehaus*) ou similar.

O principal critério de avaliação para o pertencimento a um ou outro estamento deve ser buscado, consequentemente, onde o interesse econômico é naturalmente representado de forma conjunta, ou seja, onde existe uma direção convergente na execução de reivindicações ou no cumprimento de tarefas. A área econômica para a qual o indivíduo trabalha e da qual ele vive deve ser considerada como a área de seu estamento.

Os mesmos pontos de vista são determinantes, em aplicação correspondente, para o pertencimento às subdivisões do estamento. Para ambas as organizações aplica-se, além disso, que exista apenas uma de cada tipo. Uma coexistência, uma concorrência de várias organizações para o mesmo fim é, portanto, impossível.

Fundamentalmente, cada estamento deve possuir a possibilidade de cumprir suas tarefas e de fazer valer suas reivindicações legítimas para cada área dentro da qual a existência ou o surgimento de tarefas ou interesses comuns seja possível. Consequentemente, cada construção estamental, para ser realmente capaz de atividade positiva, deverá ocorrer de forma correspondente à construção do Estado. Isso tanto mais porque as organizações estamentais abrangem apenas uma esfera da vida, a saber, a econômica; todas as outras áreas da vida humana, porém — política e cultura —, são assunto do Estado.

Devido ao primado incondicional do Estado como guardião dos interesses totais da nação e da propriedade daí decorrente dos estamentos como organizações de apenas um lado da vida, resulta para o Estado e seus órgãos a necessidade de exercer a supervisão superior sobre toda atividade estamental. Uma tarefa que pressupõe para o Estado a possibilidade de anular ou alterar decisões das organizações estamentais. Pois a articulação organizativa de cada estamento não tem apenas a finalidade de formar o caminho para trazer desejos de baixo para cima, mas é igualmente o caminho de cima para baixo, para executar ordens do próprio estamento ou dos órgãos estatais até a subdivisão mais baixa.

O lema, porém, para todos os estamentos deve ser, em primeira linha: "uns com os outros", não "uns contra os outros", pois o princípio "O Bem Comum antes do Bem Individual" aplica-se, naturalmente, não apenas à relação do indivíduo com seu estamento, mas obriga também os estamentos individuais à

consideração proeminente do bem-estar de todo o povo. E precisamente através deste princípio fundamental, o perigo de fragmentação estamental do povo e de hostilidade mútua estará excluído.

Mas para mais uma tarefa de importância transcendental a construção estamental é vocacionada: a resolução definitiva do estado de guerra latente entre "empregados" (*Arbeitnehmer*) e "empregadores" (*Arbeitgeber*), no qual se deve ver um dos motivos principais da atual fragmentação do povo. Isso não pode ocorrer por meio de quaisquer "medidas", mas apenas de uma forma orgânica; poder-se-ia quase dizer, de forma autoevidente. A saber, pelo fato de se retirar do homem que trabalha por salário o sentimento amargo e desencorajador de ser meramente objeto da gestão econômica. A direção em que isso pode ocorrer está indicada, por exemplo, na atual Lei de Conselhos de Empresa (*Betriebsrätegesetz*), segundo a qual, também nas representações econômicas superiores, deverá ser realizada uma divisão fundamental dos representantes conforme as diferentes formas profissionais: empresários, funcionários e operários.

O objetivo não é impedir que interesses sejam expressos, proibindo sua reivindicação, mas o objetivo é resolver o máximo possível de questões econômicas e ajudar os interesses em cada nível da construção a encontrarem um equilíbrio, de modo que ocorra da forma mais suave e, portanto, mais favorável para a totalidade. A síntese da representação de todas as formas profissionais em um único órgão para a respectiva área resultaria, juntamente com o novo tipo de representação e sua atitude espiritual, em um sistema de conselhos modificado nacional-socialisticamente. Sua vantagem imensa seria a união imediata com cada parte dos produtores (*Schaffenden*) para o benefício de natureza ideal e econômica para o povo alemão, apesar de sua estrutura naturalmente democrática dentro das associações em decorrência do tipo de

liderança aristocrática, sem qualquer desvantagem de enfraquecimento ou inibição democrática.

Uma construção estamental desta natureza oferecerá a garantia de que o Estado nacional-socialista alcance o objetivo de formar uma organização harmoniosa da nação para a síntese de todas as forças existentes em uma única direção, e que ele não permaneça estagnado, como o Estado anterior com o Artigo 165 da Constituição de Weimar, em uma tentativa de perpetuação e legalização da luta de classes.

As Tarefas das Corporações

O Estado, como organização da nação — assim como qualquer organização, segundo o nacional-socialismo —, não é um fim em si mesmo, mas sempre apenas um meio para um fim. O mesmo ocorre com a estrutura econômica do povo, a organização corporativa.

Toda a essência dessa estrutura, todo o seu sentido e sua fundamentação, são condicionados pelos objetivos aos quais ela deve servir no Estado vindouro. E se o grande objetivo do nacional-socialismo é o poder e a felicidade do povo alemão, então os objetivos parciais são, naturalmente, as premissas sob as quais apenas o atual estado de fraqueza e dissolução pode ser superado. Trata-se, portanto, de inverter os fundamentos do sistema atual para alcançar, consequentemente, os efeitos opostos. Um meio para isso, para o nacional-socialismo, é a estrutura corporativa.

Com o seu auxílio, deve ocorrer uma separação nítida entre política e negócios, a fim de permitir, justamente por meio disso, uma cooperação real entre Estado e Economia; em vez da democracia, deve surgir uma estrutura orgânica para substituir a atual "atomização" pelo sentimento de pertencimento. A estrutura corporativa será o meio para retirar do conflito de classes os seus

fundamentos e substituí-lo por uma representação orgânica de todos os interesses e pela participação intelectual de cada indivíduo. E aquilo que para nós, nacional-socialistas, é o capitalismo — ganho, posse e uso imoral do capital —, será impossibilitado por um sistema de responsabilidade e controle mútuos. Estes objetivos devem, portanto, ser alcançáveis através de um novo sistema de organização econômica, se este houver de ter valor para o Estado em sua luta pela Nação.

Se desejamos, portanto, delinear as características fundamentais de um sistema de estrutura corporativa, devemos, como nacional-socialistas, manter em mente dois pontos, responder a duas perguntas: a primeira questão é quais são as tarefas individuais que as corporações devem cumprir para alcançar os objetivos mencionados? A segunda questão, e o limite natural da resposta à primeira, é: o que é assunto do Estado e o que é estranho ao âmbito de tarefas das corporações?

Nisso, deve-se observar uma coisa: a essência da organização corporativa é o autogoverno, ou melhor, a tendência à autossuficiência. Portanto, a questão nunca deverá ser: o que devo transferir às corporações para que elas ainda possam ser consideradas corporações? Mas sim: o que ainda posso delegar a elas, sem sobrecarregá-las com coisas que lhes são estranhas ou subtrair do Estado o que é do Estado? Pois seria insensato possuir uma organização imensa e, ainda assim, não utilizá-la até as últimas instâncias para os objetivos da coletividade. Seria insensato não atribuir a uma estrutura corporativa as tarefas com as quais o Estado hoje se sobrecarrega de forma inadequada, criando assim a possibilidade de uma simplificação real, isto é, orgânica, do Estado. Pois é evidente que a mera abolição de autoridades não constitui uma simplificação estatal, especialmente se, pelo mesmo caminho de decretos de emergência, eu atribuir simultaneamente ao Estado novas funções econômicas e não estatais.

A partir desses pontos de vista, deve-se abordar a resposta à questão das tarefas das corporações. Apesar da diversidade entre as corporações individuais, resulta primeiramente uma divisão de seu âmbito de tarefas que, emanada do próprio conceito, aplica-se a cada corporação: a divisão em um âmbito de atuação próprio e um âmbito de atuação delegado; ou seja, nas tarefas que, por natureza, são assuntos próprios das corporações e naquelas tarefas que o Estado lhes transferiu por delegação.

A primeira tarefa do âmbito de atuação próprio é a representação da corporação externamente, perante o Estado como o todo superior e perante as outras corporações como partes coordenadas. Somente com essa possibilidade de expressão da vontade é que a corporação, como tal, ganha vida e cumpre o seu conceito. Tudo o que é assunto de toda a corporação poderá ser expresso por ela desta forma ou comunicado a ela como a associação mais abrangente.

Essa capacidade da corporação de ser uma representação externa encerra em si a possibilidade de cumprir a segunda tarefa: o entendimento e a cooperação. Pois o olhar voltado para o todo, o agir uns com os outros e não uns contra os outros das corporações, impedirá que estas se transformem em puras organizações de combate. Pelo contrário, será justamente aqui uma tarefa importante do Estado conduzir as corporações individuais a um entendimento mútuo, como consequência da consideração de interesses legítimos, e assim criar as premissas para uma ação conjunta sob os mais altos pontos de vista. Quais vantagens essa eliminação de inúmeros atritos e, consequentemente, de perturbações no curso dos processos econômicos pode trazer para a coletividade, pode ser melhor julgado pelo fato de que talvez a maior parte da atual má gestão econômica seja consequência do antagonismo e da confusão no sistema liberalista-marxista.

A equalização interna é a terceira tarefa da corporação. Assim como, em larga escala, as corporações individuais devem chegar a um entendimento e cooperação entre si através da afirmação de seus interesses vitais, da mesma forma essa equalização e cooperação devem ser possíveis entre suas partes. A pactuação das condições de trabalho, especialmente a conclusão de contratos coletivos, será uma tarefa desta atividade de equalização interna das associações corporativas. Através disso, uma estruturação segundo formas de ocupação, que necessariamente coexistem, permitirá a cada membro o cumprimento de suas tarefas e a representação de suas reivindicações; será fácil para a parte individual da corporação e para o indivíduo, como membro da parte, elevar o olhar dos interesses parciais assegurados e manter em vista o todo, a corporação.

Para que as associações de trabalhadores sejam realmente capazes de cumprir suas tarefas, para que a ideia sindical seja reconhecida como parte do pensamento corporativo, empregadores, funcionários e operários se enfrentarão em um mesmo nível. Não para combaterem-se, mas em uma discussão direta baseada no conhecimento comum sobre as condições e os fatos, a fim de alcançar o entendimento que, por si só, pode ser a base para o trabalho conjunto. Mas essa base só pode ser o reconhecimento do outro como portador de uma função necessária para o todo. O fato de que essa discussão ocorrerá entre os próprios interessados, que ocorrerá sem conexão com problemas alheios à questão e que um Estado vigoroso intervirá através de seu mediador caso uma das partes perca de vista o bem da coletividade, será suficiente para não permitir que surja aquele isolamento espiritual que costuma ser a causa da atual incompreensão mútua. Uma luta de classes será, assim, completamente impossível até mesmo no plano do pensamento, assim como o fato de que alguém pudesse se sentir membro de uma "classe". Pois interesses ou tarefas

cujos âmbitos poderiam coincidir com o que hoje é considerado "classe", não existem.

Uma outra tarefa do âmbito de atuação próprio de uma corporação é a elevação da corporação. Todas as instituições para cuja execução o indivíduo ou uma pequena associação é muito fraco, cujo âmbito é muito vasto para ser organizado em pequena escala, todas essas tarefas são, por natureza, assunto da corporação como organização poderosa de todos os indivíduos.

Este campo de atividade corporativa é imenso. A ele pertencem, por exemplo, a criação de escritórios estatísticos, acordos sobre melhorias operacionais de natureza técnica ou social, entendimento sobre normas e padronização. A este campo de atividade pertenceria o atual sistema de cooperativas, na medida em que corresponda à natureza da corporação; igualmente seriam consideradas tarefas corporativas, pelo menos em parte, os esforços que hoje fundamentam a existência de cartéis, especialmente cartéis de produção, de preços, de vendas e de condições.

Um campo principal de atuação própria para a elevação da corporação é o da instrução e educação. Uma educação no sentido mais amplo da palavra, pois não se deve apenas zelar por uma formação técnica uniforme das novas gerações e pela criação de oportunidades de ascensão para cada talento, mas também os adultos da corporação devem participar de instrução e educação. Uma instrução uniforme para a prevenção de acidentes, por exemplo, reverterá tanto em benefício do indivíduo quanto de toda a corporação, assim como a elevação consciente de um sentimento de honra da corporação e a educação para uma decência natural em cada exercício profissional.

O âmbito de tarefas, porém, cuja assunção pelo Estado levou hoje àquela "inflação do Estado", compreende as tarefas que são apenas impropriamente

tarefas das corporações, mas que lhes são transferidas de forma conveniente pelo Estado.

Previdência social e mediação de trabalho são as primeiras tarefas do âmbito de atuação delegado. Independentemente da medida em que se considere uma previdência social conveniente, corresponde, em todo caso, ao sentimento de pertença e responsabilidade mútua quando uma corporação provê primeiramente por seus próprios membros que ficaram desempregados ou necessitados de assistência. A certeza de que os membros da corporação dispensados recairão sobre a própria corporação é certamente adequada para evitar demissões desnecessárias. O que é justo para uma forma profissional, deve ser aceitável para as outras.

Completamente à parte destas considerações, uma previdência social e mediação de trabalho organizadas de forma corporativa possuirão vantagens puramente técnicas. Primeiramente, ela nunca terá que lidar com massas tais como é o caso hoje. A liderança não se perde na dimensão que a atual burocratização e centralização trazem consigo. Com isso, abre-se amplamente a possibilidade de apoiar o indivíduo conforme as suas circunstâncias. Por esse motivo, já surgiram hoje inúmeras empresas de seguros, fundos de saúde e afins, destinados apenas a um determinado círculo de membros profissionais. Existe, por exemplo, um "Fundo de Saúde do Artesanato e do Comércio", um "Fundo de Saúde dos Jardineiros" e, como prova da singularidade profissional-corporativa que muitas vezes se impõe de forma compulsória, pode-se citar a existência da "Associação de Previdência dos Mineiros do Reich" (*Reichsknappschaftsverein*), da previdência social agrícola e das "Associações Profissionais" (*Berufsgenossenschaften*) individuais.

O fato de que, precisamente na mediação de trabalho, uma subdivisão garante uma melhor visão geral e facilita decisivamente a colocação nas

diversas organizações em tempos normais, dispensa provas. Que o Estado estabeleça as diretrizes gerais para ambas as atividades decorre de sua posição de liderança geral, assim como o fato de que o Estado, em última instância, formará a câmara de compensação (*Clearing-Stelle*) para evitar um ônus excessivamente unilateral de uma corporação e harmonizá-la com as outras.

Uma segunda tarefa transferida às corporações será o exercício da jurisdição econômica e da polícia industrial (*Gewerbepolizei*). Em ambos os campos, já existem hoje os rudimentos para isso, os quais permitirão transferir às organizações corporativas, pelo menos, o primeiro nível dos tribunais do trabalho e instituições correspondentes. Somente como instância de apelação ou revisão dos tribunais e como autoridade de controle da atividade policial é que o Estado deveria intervir. No mais, porém, a familiaridade com a matéria e o exercício honorário por membros da corporação poupariam muitas complicações, julgamentos incorretos e custos desnecessários.

Sua expressão mais evidente, a constituição corporativa do povo, encontrará nos órgãos de representação econômica. A estes órgãos caberá o cumprimento da terceira tarefa: expressar publicamente o posicionamento da corporação e colaborar no trabalho legislativo do Estado, na medida em que este seja econômico. Correspondendo a cada nível da estrutura estatal, uma corporação será convocada como representação econômica do povo para representar os interesses das corporações, ser o órgão ordinário de entendimento entre as corporações individuais e participar da legislação econômica do Estado através de consultoria, sugestões e propostas próprias.

Certamente o Estado deve e precisará reivindicar a liderança suprema também em cada campo econômico; certamente ele também arcará com a responsabilidade final por isso; mas uma colaboração das corporações da maneira descrita será adequada para evitar, de forma puramente técnica, muitos

erros e, no mais, livrar o Estado da responsabilidade por milhares de minúcias que hoje sobrecarregam sua autoridade.

Com isso, esgotam-se as tarefas do âmbito de atuação delegado às corporações. O princípio de não atribuir às corporações tarefas que lhes sejam estranhas em essência e de não roubar do Estado as suas funções parece preservado. Ele seria violado, em nossa opinião, se também se quisesse transferir o sistema tributário às corporações. "Sociedades fiscais" corporativas assumiriam, com a fixação e arrecadação de impostos, uma tarefa que excede o seu quadro. Elas seriam, independentemente das enormes inconveniências e dificuldades técnicas, conceitualmente possíveis apenas se as corporações fossem vistas como partes independentes do Estado, no puro Estado Corporativo. Enquanto, porém, se desejar erigir um Estado que seja o único Estado, também se terá que deixar a ele, sozinho, a soberania financeira e, com isso, também o sistema tributário.

Estrutura e organização da economia nacional alemã

Articular e organizar o povo alemão economicamente em moldes corporativos é o propósito de um sistema de estrutura corporativa. A natureza dessa articulação e a extensão dessa organização são condicionadas pela magnitude de um povo, por sua distribuição econômica e por outras grandezas dadas, que serão submetidas a uma breve análise a seguir.

De 41 milhões no ano de 1871, o povo alemão aumentou para 63 milhões em nossos dias. A extensão territorial da Alemanha, desde Versalhes, compreende 470.000 km², de modo que a densidade populacional é de 133 pessoas por 1 km².

Mas não apenas o número de habitantes do Reich mudou desde os anos setenta; sua natureza também passou por uma transformação. Se em 1875 ainda

viviam 26 milhões no campo e apenas 17 milhões nas cidades, essa proporção numérica sofreu uma inversão total: no ano de 1925, a população rural contava com apenas 22 milhões, enquanto a população urbana havia crescido para mais de 40 milhões de pessoas. O número de metrópoles com mais de 100.000 habitantes já subiu para 50, de modo que hoje cada quarto habitante do Reich é um habitante de metrópole, em comparação a um para cada vinte no ano de 1871.

Ao lado dessa "urbanização" do povo alemão, observou-se uma taxa de natalidade em constante declínio. Ela caiu de quase 39 nascidos vivos por 1000 habitantes no ano de 1871 para pouco mais de 18 no ano de 1928. A consequência foi que, por exemplo, no ano de 1910, de cada 100 pessoas, 34 tinham menos de 15 anos de idade; em 1925, apenas 26. O povo alemão, como um todo, portanto, envelheceu. Se, apesar disso, os efeitos da redução de nascimentos não se mostraram tão evidentes em termos numéricos, isso se justifica principalmente pelo declínio extraordinário da mortalidade. De mais de 28 óbitos por 1000 habitantes no ano de 1871, o número caiu para menos de 12 em 1928.

Apesar disso, não pode haver dúvida de que esse "envelhecimento" (*Vergreisung*) do povo, como consequência da menor natalidade e da maior expectativa média de vida, é imensamente grave. Pois a parcela das faixas etárias que não são mais produtivas tornou-se, assim, muito maior em relação à população total. Estas devem, portanto, ser mantidas em medida reforçada pelas faixas etárias produtivas — um fenômeno capaz de subverter todos os cálculos do imenso aparato de previdência social.

Dos 63 milhões do povo alemão, mais da metade exerce atividade remunerada principal, a saber, 32 milhões. Pelos ramos individuais da economia na estatística atual, eles se distribuem da seguinte forma:

Agricultura e Silvicultura	9,8 Milhões	30,5%
Indústria e Artesanato	13,2 "	41,4%
Comércio e Transportes	5,3 "	16,5%
Administração, Exército, Profissões Liberais	1,5 "	4,7%
Saúde Pública	0,6 "	1,8%

Quase metade do povo alemão está, portanto, empregada na indústria e no artesanato.

Deles, pertenciam aos ramos individuais de atividade, no censo geral do ano de 1925:

Ferro e Metal	3,5	Milhões	26,2%
Construção	1,7	"	12,9%
Vestuário	1,6	"	12,0%
Alimentos e Itens de Consumo	1,3	"	10,2%
Produtos Têxteis	1,2	"	9,1%
Madeira e Materiais de Entalhe	1,0	"	7,3%
Mineração	0,8	"	6,4%
Pedras e Terras	0,7	"	5,2%
Papel e Reprodução	0,53	"	4,1%
Química	0,35	"	2,7%
Água, Gás, Eletricidade	0,18	"	1,3%
Couro e Linóleo	0,18	"	1,3%
Instrumentos Musicais e Brinquedos	0,1	"	0,8%
Borracha e Amianto	0,07	"	0,5%
Total	**13,21**	**Milhões**	**100,0%**

O número total de todos os 32 milhões de ocupados em profissão principal distribui-se pelas formas profissionais individuais conforme mostra a seguinte relação:

Trabalhadores Autônomos (Empresários)	5,53	Milhões	17,3%
Empregados e Funcionários Públicos	5,28	"	16,5%
Operários	14,43	"	45,1%
Membros Familiares Auxiliares	5,44	"	17,0%
Empregados Domésticos	1,32	"	4,1%
Total	**32,00**	**Milhões**	**100,0%**

Cada segundo alemão ganha, portanto, o seu sustento como operário. Quase 83% do povo alemão encontra-se em uma posição de vida dependente; são empregados.

Em relação a todos os números citados, deve-se observar, contudo, que hoje quase cada quinto alemão, na condição de desempregado, pertence àquele exército cuja força atualmente ultrapassa os 6 milhões. Seis milhões de pessoas — incluindo seus familiares, cerca de 12 a 15 milhões — estão hoje retiradas da vida produtiva da nação; um fato que, naturalmente, expressa-se em todas as áreas também de forma puramente numérica e altera permanentemente o quadro das estatísticas.

A composição econômica e a estrutura social do povo alemão encontram sua expressão em uma organização econômica correspondente.

De acordo com a divisão de todo o povo em 'empregadores' e 'empregados', a organização geral também se desenvolve em duas linhas principais, independentes uma da outra, de ambas as formas profissionais. O "Comitê Central das Associações de Empreendedores" (*Zentralausschuss der Unternehmerverbände*) constitui a federação das associações de cúpula da economia alemã pelo lado patronal. Ele congrega empregadores de 14 associações abrangendo os setores da agricultura, indústria, artesanato, transportes, comércio, bancos e seguros.

Em termos específicos, a agricultura e a silvicultura alemãs organizam-se no "Conselho Agrícola Alemão" (*Deutscher Landwirtschaftsrat*), ao qual pertencem 59 câmaras de agricultura, estruturadas em 60 associações nacionais (*Reichsverbände*) e 120 associações estaduais e distritais, que servem como agrupamentos de milhares de pequenas associações locais.

A "Federação das Indústrias Alemãs" (*Reichsverband der deutschen Industrie*) e a "União das Associações de Empregadores Alemães" (*Vereinigung der deutschen Arbeitgeberverbände*) são as organizações de cúpula da indústria. A elas estão filiadas 1.500 associações nacionais; o número de demais associações ascende a cerca de 3.000. Ao "Congresso da Indústria e do Comércio Alemão" (*Deutscher Industrie- und Handelstag*) estão vinculadas a totalidade das 123 câmaras de indústria e comércio domésticas e 24 estrangeiras.

No setor do artesanato, que se fragmenta em unidades operacionais mínimas e se distribui por todo o território nacional, encontram-se aproximadamente 10.000 associações distintas. Destas, 60 são associações nacionais. Dez assembleias estaduais e distritais das câmaras de artes e ofícios formam as organizações territoriais para as 67 câmaras no total, as quais estão reunidas no "Congresso das Câmaras de Artesanato e Ofícios Alemãs" (*Deutscher Handwerks- und Gewerbekammertag*).

O comércio, os bancos e os seguros são representados por 67 câmaras de comércio e 300 grandes associações nacionais. O número de associações locais e distritais é, igualmente, extraordinariamente elevado.

Os empregadores do setor de transportes, por fim, organizam-se em cerca de dez grandes associações nacionais. As profissões liberais também já se encontram, em sua maioria, capturadas organizacionalmente. Mais de 150 associações de diversas categorias profissionais existem hoje para a salvaguarda de seus interesses econômicos.

Somam-se a elas inúmeras ordens de advogados, bem como câmaras de médicos, veterinários e farmacêuticos para diversas áreas da organização estatal.

Frente às poderosas associações de empregadores, situam-se as organizações de empregados.

De um total de 26,5 milhões de trabalhadores (no sentido mais amplo do termo), 8,4 milhões estavam organizados no ano de 1928. Estes compõem-se dos seguintes grupos:

Categoria Profissional	**Quantidade (em milhões)**
Operários (*Arbeiter*)	5,3
Empregados (*Angestellte*)	1,5
Funcionários Públicos (*Beamte*)	1,6
Total	**8,4 milhões**

Os "Sindicatos" (*Gewerkschaften*), as federações de empregados e as federações de funcionários públicos de diversas orientações constituíam as associações de cúpula para cerca de 250 associações nacionais (*Reichsverbände*), nas quais estava organizada a totalidade dos trabalhadores.

Já esta breve visão geral das coalizões e organizações econômicas fundamentais demonstra que, mesmo no Estado atual, o povo já se encontra estruturado e organizado de forma "estamental". Um sistema vasto e fragmentado de associações sobrepõe-se à economia. O fato de que, apesar disso, não tenha sido possível alcançar em qualquer área um equilíbrio, uma cooperação ou uma liderança planejada, certamente não se deve ao número insuficiente de organizações existentes. O "antagonismo" (*Gegeneinander*) geral das aspirações é a causa primordial desse fracasso. Uma estrutura verdadeiramente estamental e orgânica, ao eliminar esse erro, alcançaria uma cooperação harmoniosa entre todos os setores da economia nacional com apenas uma fração das organizações atuais e, consequentemente, com uma fração de seus custos.

Estrutura Estamental do Povo Alemão

I. Escopo e Articulação dos Estamentos (*Stände*)

Ao dividir a totalidade do povo alemão segundo a dimensão econômica da vida dos indivíduos — conforme o princípio supracitado de síntese de interesses convergentes na representação ascendente (*de baixo para cima*) e na ordenação descendente (*de cima para baixo*) —, resultam diversos grupos que, por sua natureza intrínseca, devem ser designados como Estamentos (*Stände*).

O escopo econômico desses estamentos é delimitado por categorias como: Agricultura, Indústria, Comércio, Artesanato, Profissões Liberais e afins.

É notório que, dentro de cada grupo considerado um estamento, encontram-se as mais diversas profissões, as quais hoje ainda se agrupam individualmente em variadas organizações (como serralheiros, marceneiros e congêneres). Todavia, no momento em que se estabelece uma possibilidade de representação para o estamento em sua totalidade, os interesses econômicos de eventuais organizações parciais transferem-se para o estamento, na medida em que passam a ser co-representados em seu âmbito; com isso, desaparece a razão de ser da organização atual enquanto "serralheiros" ou "marceneiros".

Por conseguinte, em uma estrutura estamental, um serralheiro empregado na agricultura não estará integrado ao estamento do Artesanato, mas sim ao estamento da Agricultura; da mesma forma que um marceneiro contratado pela indústria metalúrgica é contabilizado na Indústria. É perfeitamente concebível que este marceneiro ainda pertença a alguma associação de marceneiros e se oriente por meio de seu periódico técnico sobre questões de seu ofício; contudo, isto constitui um assunto de foro privado e não possui relação com a estrutura estamental.

Os estamentos individuais subdividem-se, por sua vez, em inúmeras áreas técnicas específicas (*Fachgebiete*). Assim como é impossível e desnecessário expressar estamentalmente todas as ramificações e grupos técnicos econômicos existentes, é imperativo criar, conforme as diretrizes supracitadas, a possibilidade de representação e liderança para certas subdivisões dos estamentos.

Essa possibilidade é viabilizada pelo fato de a estrutura estamental subdividir os estamentos em Ligas (*Bünde*), tanto no interior de um estamento individual quanto entre diferentes grupos econômicos de peso equivalente.

A quantidade e a organização destas ligas são confiadas aos próprios estamentos, como parte de sua esfera de competência. Sua criação e delimitação, entretanto, são dadas intrinsecamente pelas distinções econômicas.

Para fins de esclarecimento, cite-se que o estamento da Indústria subdividir-se-ia em ligas (ou seja, grupos técnicos) para mineração, siderurgia e metalurgia, construção naval, indústria química, indústria têxtil, indústria do vestuário, abastecimento de água, gás e eletricidade, entre outros. As Profissões Liberais, por exemplo, articular-se-iam como um estamento composto por grupos profissionais de médicos, dentistas, veterinários, advogados, engenheiros, químicos, arquitetos, escritores, entre outros.

Com uma divisão efetuada aproximadamente nestes termos, os interesses econômicos do povo alemão estariam articulados de forma necessária e funcional para sua consideração no sistema da estrutura estamental. Como princípio fundamental para a atribuição a um ou outro estamento ou liga, deverá valer, em casos de dúvida, o critério da natureza predominante da atividade exercida.

II. As Associações Estamentais

O plano geral da estrutura estamental é concebido em correspondência com a estrutura do Estado. Assume-se uma articulação estatal em quatro níveis, designados de baixo para cima como: Distrito (*Bezirk*), Círculo (*Kreis*), Estado (*Land*) e Nação (*Reich*). A partir da tabela, depreende-se quais nomes distintos estes quatro níveis fundamentais da estrutura estatal já portam hoje nos principais estados alemães:

Nível	**Prússia**	**Baviera**	**Saxônia**
Nação (*Reich*)	Reich	Reich	Reich
Estado (*Land*)	Província	Estado (*Land*)	Estado (*Land*)
Círculo (*Kreis*)	Região Administrativa	Região Administrativa	Capitanía de Círculo
Distrito (*Bezirk*)	Círculo (*Kreis*)	Repartição Distrital	Capitanía de Repartição
	Württemberg	**Baden**	**Áustria**
Nação (*Reich*)	Reich	Reich	—
Estado (*Land*)	Estado (*Land*)	Estado (*Land*)	Estado (*Staat*)
Círculo (*Kreis*)	Círculo (*Kreis*)	Círculo (*Kreis*)	Estado Federado
Distrito (*Bezirk*)	Distrito Superior	Distrito de Repartição	Capitanía Distrital

Cidades imediatas (*Unmittelbare Städte*) são consideradas, sem ressalvas, como níveis correspondentes da estrutura estatal; as cidades independentes de círculo (*kreisunmittelbar*) equivalem ao nível de Distrito, e as independentes de estado (*landesunmittelbar*) ao nível de Círculo.

Do ponto de vista puramente econômico, a empresa (*Betrieb*) deve ser considerada a célula fundamental. Contudo, além do fato de que em alguns estamentos a "empresa" sequer existe ou precisa existir — como no caso dos funcionários públicos ou das profissões liberais —, a dimensão abrangida pelo termo "empresa" é tão distinta entre os diferentes estamentos, e mesmo dentro deles, que a empresa deve ser considerada inadequada como célula elementar de uma estrutura estamental.

Portanto, a unidade organizatória mínima das associações estamentais é formada pela síntese de todos os membros de uma categoria econômica (*Erwerbsform*) dentro de uma Liga (*Bund*) do estamento no distrito: a Associação Distrital (*Bezirksverband*).

Tal associação distrital existe para cada uma das três categorias econômicas: empreendedores, empregados e operários. No distrito de Neustadt, por exemplo, dentro do estamento da Indústria e da Liga da Indústria do Vestuário, haveria uma "Associação Distrital de Neustadt dos Empreendedores da Indústria do Vestuário", uma "Associação Distrital de Neustadt dos Empregados da Indústria do Vestuário" e uma "Associação Distrital de Neustadt dos Operários da Indústria do Vestuário".

A associação distrital é um todo parcial e organizatório. Seus membros são os empreendedores, empregados ou operários individuais. Excepcionalmente, quando um número muito elevado de membros ou a grande dispersão geográfica o exigir, a associação distrital poderá consistir em diferentes "grupos distritais", formados, por exemplo, pelo quadro de funcionários de uma grande usina ou pelos habitantes de uma localidade.

As associações distritais das três categorias econômicas compõem, em conjunto, a organização que abarca os interesses comuns das três associações: a Liga Distrital (*Bezirksbund*). As três diretorias das associações distritais elegem, entre seus pares, a diretoria paritária da Liga Distrital.

Através da síntese das três associações distritais correspondentes, surge, portanto, para o mesmo nível, a Liga Distrital. Além desse efeito de amplitude, as associações distritais individuais também se estendem verticalmente para os níveis superiores.

A totalidade das associações distritais de uma categoria econômica dentro de uma Liga do estamento, existentes em um círculo, forma a Associação de Círculo (*Kreisverband*) dessa categoria. Assim, o conjunto de todas as "associações distritais dos empregados da indústria do vestuário" formaria, por exemplo, a "Associação de Círculo da Alta Baviera dos Empregados da Indústria do Vestuário". Da mesma forma, as associações distritais das outras duas categorias econômicas formam suas respectivas associações de círculo.

A organização coletiva das três associações de círculo é, para o nível de Círculo, novamente uma "Liga de Círculo" (*Kreisbund*). Sua diretoria é eleita pelos membros das diretorias das três associações de círculo. A continuidade ascendente de cada associação de círculo ocorre em sua respectiva Associação Estadual (*Landesverband*), que compreende todas as associações de círculo do Estado (*Land*).

De forma estritamente análoga processa-se a organização das associações para o terceiro e quarto níveis, o Estado (*Land*) e a Nação (*Reich*): as três associações estaduais correspondentes formam a Liga Estadual (*Landesbund*); todas as associações estaduais da mesma categoria econômica são reunidas na Associação Nacional (*Reichsverband*); as três associações nacionais das três categorias econômicas figuram como Liga Nacional (*Reichsbund*). A designação das diretorias para as associações e ligas nacionais e estaduais ocorre da mesma maneira que para as organizações correspondentes no Círculo.

As associações são os pilares de sustentação da estrutura estamental. Elas atravessam todos os pavimentos desta monumental construção como suportes unitários. Por meio de suas subdivisões em associações estaduais, de círculo e distritais, as associações nacionais estão aptas a atuar em cada nível da estrutura global. Em cada estágio, as organizações de todas as categorias profissionais se

unem para, enquanto Liga, cumprir as tarefas comuns deste âmbito e salvaguardar os interesses do todo com forças conjugadas.

III. As Representações Estamentais

A estrutura estamental do povo alemão não persegue apenas o propósito de, no âmbito dos estamentos individuais e de suas subdivisões — as Ligas (*Bünde*) —, realizar a integração das diversas categorias econômicas (*Erwerbsform*) de uma Liga por meio da organização em associações, conferindo-lhes a possibilidade de uma liderança e trabalho conjuntos. Uma tarefa não menos importante consiste em viabilizar essa mesma liderança e cooperação, bem como o mesmo equilíbrio, entre as diversas Ligas e, em última instância, entre os diversos Estamentos (*Stände*).

Esta possibilidade é criada na medida em que tanto as Ligas de um Estamento quanto todos os Estamentos em conjunto formam corporações que representam, simultaneamente, a expressão pública visível de todo o sistema. Justamente por meio dessa evidência sensível, tais corporações são vocacionadas a fazer com que o pensamento estamental substitua o parlamentar, ao reivindicarem para si a atenção que hoje é dedicada aos parlamentos democráticos.

A associação estamental suprema é a Liga Nacional (*Reichsbund*), a síntese das associações nacionais (*Reichsverbände*) das três categorias profissionais.

Atualmente, todas as Ligas Nacionais de um Estamento estão reunidas na Câmara Nacional (*Reichskammer*). Estas Câmaras Nacionais constituem, portanto, a representação de todo o Estamento; seu número corresponde, no âmbito da Nação (*Reich*), ao número de Estamentos.

Elas consistem nas diretorias das ligas ou grupos técnicos individuais do Estamento e na diretoria da Câmara Nacional eleita por estas entre seus pares.

A "Câmara Nacional da Indústria", por exemplo, compõe-se, portanto, de sua diretoria e das diretorias das Ligas Nacionais de mineração, siderurgia e metalurgia, indústria química, indústria têxtil, etc.

O órgão supremo de toda a estrutura estamental é o Conselho Econômico Nacional (*Reichswirtschaftsrat*). Ele é um verdadeiro Conselho Econômico Nacional, a síntese dos interesses de todos os Estamentos, o órgão de sua liderança consciente de seus objetivos e um proeminente consultor do Governo, dotado de plena consciência de sua responsabilidade. O Conselho Econômico Nacional compõe-se das diretorias das Câmaras Nacionais e de um Presidência do Conselho Econômico Nacional eleita entre seus membros.

As representações estamentais para os outros três níveis são constituídas de forma estritamente correspondente à organização na Nação.

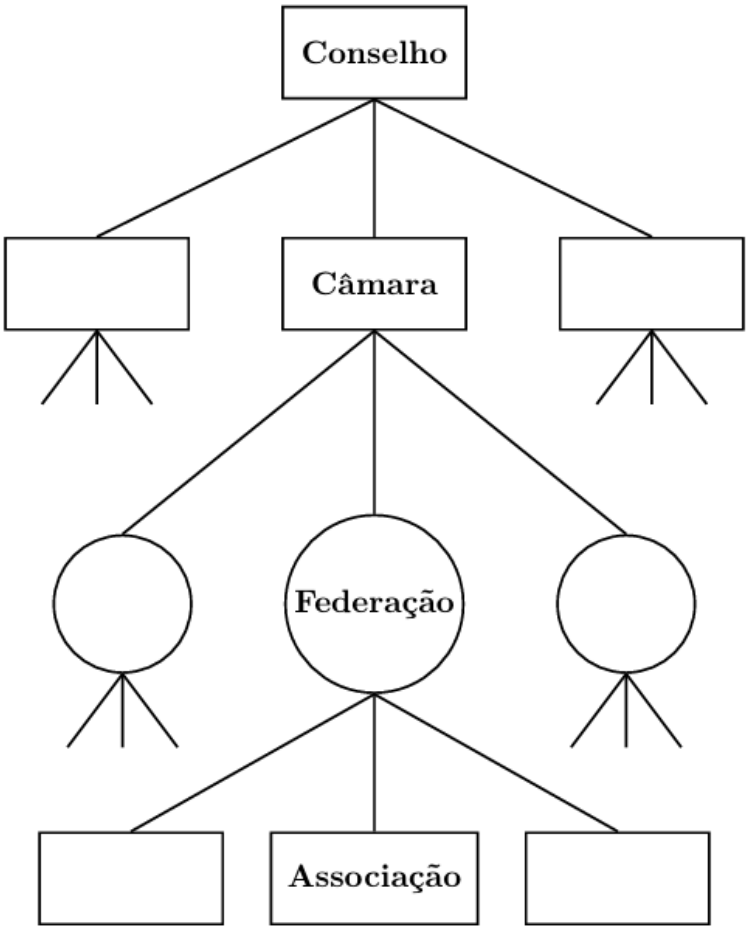
O Conselho Econômico Estadual (*Landeswirtschaftsrat*), composto pelas diretorias de todas as Câmaras Estaduais e pela Presidência do Conselho Estadual, é o órgão para todos os Estamentos do Estado (*Land*).

A ele correspondem o Conselho Econômico de Círculo (*Kreiswirtschaftsrat*), como organização das Câmaras de Círculo, e o Conselho Econômico Distrital (*Bezirkswirtschaftsrat*), que se compõe das diretorias das Câmaras Distritais.

Com esta modalidade de formação das representações estamentais, possui-se em cada nível — para a Nação, para os Estados, para os Círculos e para os Distritos — não apenas um órgão para cada Estamento, mas existe igualmente um colegiado para a totalidade dos interesses econômicos em geral.

Os órgãos de cada nível devem atuar apenas para esse nível. Isto parece garantido pelo fato de que seus membros provêm das associações do mesmo nível. Os representantes de uma Associação Estadual, por exemplo, são, por natureza, orientados para os interesses de todo o Estado e os representarão com naturalidade no Conselho Estadual; ao passo que, se os membros dos Conselhos Estaduais fossem compostos por delegações de organizações de Círculo, acabariam por representar apenas os interesses dos Círculos individuais em vez dos interesses estaduais comuns.

Que o número de membros de todas as câmaras, e ainda mais dos conselhos, seja muito reduzido é mais uma circunstância que permite esperar um trabalho positivo.



Representação esquemática das organizações estamentais de uma classe para um nível.

Natureza e Eficácia das Organizações Estamentais

A estrutura estamental é a organização da dimensão econômica da vida para o povo alemão. Nela, cada compatriota (*Volksgenosse*) produtivo deve ter o seu lugar, independentemente do estamento a que pertença ou da forma de atividade econômica em que realize o seu trabalho. Disso já se depreende que o registro estamental também é necessário para grupos para os quais a ideia de uma organização ainda hoje nos parece mais ou menos estranha. Involuntariamente, pensa-se que não seria necessária uma organização própria para a representação destes ou daqueles interesses. Na realidade, porém, tal objeção não se aplica a uma articulação orgânico-estamental, até porque esta não se baseia em linhas de pensamento liberalistas. Pois as uniões estamentais não são organizações de luta de classes. Pelo contrário, é precisamente a essência da estrutura estamental querer criar para o Estado possibilidades de liderança em todos os domínios; possibilitar um equilíbrio econômico e trazer progresso de natureza técnica e cultural para os estamentos.

Uma consequência da estrutura estamental, além destes múltiplos deveres, é a possibilidade de fazer valer direitos. O fato de hoje já existirem seguros, casas de repouso, revistas especializadas e afins para todos os estamentos mostra que, para cada parcela do povo, para além de toda a representação profissional, já existem tarefas a cumprir que, naturalmente, com uma expansão incomparável no Estado estamental, tornam a existência de organizações correspondentes ainda mais necessária.

Mas há ainda outra razão que exige que todos os alemães adultos e produtivos estejam integrados na estrutura estamental: a ideia estamental deve superar o pensamento democrático. Conscientemente, a participação do indivíduo deve ser limitada à área para a qual ele possui competência técnica real. Esta intenção seria, porém, frustrada no momento em que se excluísse uma

ou mais partes do povo da nova forma de atividade cívica. Estas não teriam mais possibilidade de participar sistematicamente da vida pública. Por que deveria ser dada a um estamento a possibilidade de colaborar na legislação econômica, e a outro não? Não existem interesses legítimos cuja expressão e equilíbrio em canais regulados não sejam tarefa de um bom Estado.

Por razões de conveniência, a filiação a todas as organizações estamentais será obrigatória. Isto aplica-se a todos os membros pertencentes aos diversos estamentos localizados no território do Estado, independentemente de o indivíduo ser cidadão do Estado (*Staatsbürger*), pertencente ao Estado (*Staatsangehöriger*) ou estrangeiro. Que judeus e outros não pertencentes ao Estado não podem ocupar cargos estamentais é uma evidência por si mesma.

Todas as organizações estamentais são corporações de direito público, como executoras de amplas tarefas públicas. É claro que, em um Estado estamental, além dessas organizações, assim como hoje, ainda existirá um sem-número de outras associações econômicas. Contra elas nada há a objetar do ponto de vista do Estado em razão da estrutura estamental. Estas associações puramente privadas perderão apenas uma grande parte do seu campo de atividade.

Para a direção de todas as organizações estamentais vigora o princípio do líder (*Führerprinzip*). Isto significa que, quando os representantes das organizações formam uma diretoria, eles transferem a ela o direito de efetivamente liderar e representar a associação. Por mais que os representantes continuem a ter o direito e o dever de expressar sua opinião e dar seus conselhos, em nenhuma organização estamental haverá votação. Seria absurdo querer declarar os interesses de qualquer estamento ou profissão como injustificados por meio de uma votação majoritária.

Disto resulta que o número de representantes de qualquer grupo estamental é totalmente irrelevante. E, por isso, os números para todos os estamentos, ligas e associações são iguais. Se cada diretoria é composta por, digamos, três homens, o único requisito necessário para todas as representações é que elas sejam compostas de forma paritária pelas três formas de atividade econômica. O fato de as opiniões serem ponderadas e não contadas resultará em uma libertação total das ideias parlamentar-democráticas.

As organizações da estrutura estamental guardam entre si uma ordem hierárquica. A diretoria superior pode dar instruções à diretoria das organizações subordinadas. É apenas o outro lado deste fenômeno que cada diretoria carregue a total responsabilidade por sua organização: primeiro perante a organização estamental superior e, em última instância, perante o Estado. A possibilidade de renúncia isenta todos os líderes estamentais da coação de ter que executar ordens pelas quais não acreditam poder se responsabilizar.

Corresponde à própria natureza da estrutura estamental que todos os ocupantes de cargos devam ser membros do respectivo estamento, liga ou da respectiva forma de atividade econômica. Todo cargo estamental é, por princípio, um cargo honorífico não remunerado. Como ocupantes de cargos, assistentes remunerados — cuja contratação nas associações superiores não pode ser evitada — não entram em questão. Membros da diretoria que, por designação para a liderança da organização imediatamente superior, saiam da diretoria da organização inferior, serão substituídos.

Um trabalho eficaz exige para todas as associações e representações uma divisão de trabalho como condição. Esta divisão de trabalho será realizada de modo que a diretoria da organização convoque comitês no número necessário. Sua tarefa é estabelecer para quais áreas tais comitês devem ser formados e determinar quais membros devem pertencer a eles de acordo com sua aptidão.

Comitês de conciliação, comitês para estatística, previdência social, treinamento, intermediação de trabalho, imprensa especializada, questões de mercado e muitas outras áreas deverão ser formados conforme o tipo da organização. Eles também, como todas as diretorias e representações, consistirão de um número mínimo de membros.

Todas as associações e representações estamentais são corporações de direito público e órgãos de autogestão (*Selbstverwaltungskörper*). Elas resolvem seus próprios assuntos segundo o seu critério, como portadoras de uma extensa atividade pública, especialmente no âmbito do círculo de competência que lhes foi delegado pelo direito público. Embora, consequentemente, para o seu próprio círculo de competência, o Estado possua apenas o direito de supervisão geral correspondente à sua posição como organização suprema do povo, ele detém, para o círculo de competência delegado aos estamentos, também o direito de emitir instruções individuais.

As representações estamentais, em particular, são dotadas de uma série de direitos para que possam cumprir suas tarefas. Para elas, não basta serem reconhecidas como corporações de direito público e poderem atuar como órgãos de autogestão. Em primeira instância, será o direito de autoconvocação que as tornará independentes de uma designação e lhes permitirá reunir-se segundo o seu próprio critério.

As representações estamentais devem expressar publicamente o posicionamento do estamento ou de todos os estamentos e participar, em cada nível da estrutura estatal, da legislação econômica por meio da peritagem de projetos governamentais ou da apresentação de propostas próprias. Para tanto, além da obrigação do governo de submeter as leis econômicas à representação popular estamental, é necessário um direito de peritagem por parte das representações.

Se as consequências de uma rejeição pelas representações estamentais se traduzirão no fato de o projeto ter de ser reapresentado de forma alterada ou se bastará uma nova apresentação inalterada para que se torne lei, esta é uma questão de ordem constitucional.

O fato de a atividade estamental na legislação não poder exceder o âmbito de uma peritagem ou de uma proposta naturalmente não vinculante para o governo fundamenta-se na realidade de que um Estado estamental nacional-socialista não é precisamente um "Estado de Estamentos" (*Ständestaat*), como já foi detalhadamente exposto. Partes do Estado seriam os estamentos se eles pretendessem reivindicar para si o direito de legislação, que é a característica conceitual do Estado. A faculdade de submeter projetos de lei econômica próprios ao governo encontra sua expressão no direito de iniciativa dos estamentos. Precisamente este direito será adequado para criar uma colaboração responsável dos estamentos em prol do Estado.

O Estado detém o direito de supervisão superi**or** sobre cada atividade estamental e o direito de instrução individual no domínio do círculo de competência delegado. Ele, como organização de todo o povo, carrega a responsabilidade pela condução correta, tanto interna quanto externa. Com isso, naturalmente, também lhe assiste o direito de utilizar a organização estamental do povo para a sua liderança e de exercer uma supervisão superior sob os grandes pontos de vista do bem da nação, do qual ele é o único guardião.

Além da possibilidade de dissolução de qualquer organização pelo Estado, a supervisão estatal se manifestará em diversas competências sistemáticas. A primeira delas é o direito de confirmação de cada membro da diretoria, desde a associação distrital mais elementar até o Conselho Econômico do Reich, o que é adequado para promover uma relação harmoniosa entre o Estado e os estamentos.

Em caso de violação do bem comum, o Estado possui, na mesma medida, um direito de destituição. O direito do representante estatal, do Ministro da Economia ou de seu substituto para o Reich, e dos funcionários correspondentes para os demais níveis, de participar de todas as negociações e reuniões estamentais e de tomar a palavra, é indispensável para a cooperação e o entendimento absolutamente necessários entre as duas organizações. Para todas as organizações do Reich, o órgão responsável pelo exercício da supervisão é o Reich; para as organizações distritais, regionais e estaduais, as autoridades competentes são os governos dos estados (*Länder*).

Objetivos e Caminhos

A vida, confrontando a estrutura estamental em sua imensa diversidade e multiplicidade econômica, não conhece grandezas constantes. Precisamente em suas manifestações econômicas, a vida nos mostra que é movimento, um constante vir-a-ser e desaparecer, que não se deixa dominar por parágrafos. Frente a essa constante flutuação, apenas se podem indicar diretrizes e preparar caminhos nos quais ela possa se desenvolver. Não são necessárias provas de que esta condução em determinados caminhos será tanto mais bem-sucedida quanto mais as formas estiverem adaptadas à estrutura natural e à própria essência da vida econômica. Precisamente na capacidade de se adaptar às condições reais, sem se alterar fundamentalmente no que há de mais ínfimo, reside a elasticidade e, portanto, a utilidade de um sistema.

Nem em todos os distritos, regiões e estados do Reich existem, por exemplo, os mesmos estamentos, nem todos os existentes estão representados com a mesma força. O sistema não sofre alteração por isso: onde um ramo econômico não está representado ou é numericamente insuficiente para formar uma associação ou liga, seus membros pertencem, sem mais, à organização imediatamente mais abrangente ou ao nível imediatamente superior.

Nem em todos os estamentos se podem distinguir três formas de atividade econômica. No artesanato e nas profissões liberais, uma divisão em duas partes será correta: sem qualquer dificuldade, é possível fazer justiça a esses fatos através da formação de apenas duas associações. O fato de no comércio ser necessário distinguir entre um grupo de atacado e um de varejo será tão fácil de considerar na estrutura estamental quanto o fato de que os empregados de diversas profissões liberais possam estar reunidos em uma única associação.

Mesmo hoje, como reação ao sistema liberal-individualista e em um afastamento consciente do marxismo coletivista, já existem rudimentos de organização estamental. É evidente que o Estado se servirá do que já existe para iniciar a grandiosa obra de transição para a estrutura estamental. A expansão e transformação gradual do existente, de acordo com um plano fixo, serão adequadas para encurtar o tempo da transição, estimado em anos, e evitar, na medida do possível, abalos prejudiciais.

Assim se apresenta a nós a questão estamental, o problema da realização do pensamento orgânico. Certamente, cabe utilizar todos os resultados da ciência para abordar a obra com conceitos clarificados; certamente, temos diante de nós uma tarefa que afeta profundamente a economia. No entanto, não há dúvida de que *a estrutura estamental não se trata de uma questão da ciência, nem de uma questão da economia*. É matéria da política, da política estatal, tal como o nacional-socialismo nos ensinou a compreendê-la em seu significado purificado, decidir como a vida econômica do povo deve ser organizada. Por isso, a definição e a execução da estrutura estamental não pertencem à mão de um cientista, nem à de um comerciante; **apenas o político** será capaz de encontrar, a partir do fundamento sólido da cosmovisão nacional-socialista, uma solução que ofereça a garantia de que a luta por liberdade e pão seja conduzida por um povo no qual vigora como princípio fundamental: **A cada um o que é o seu (*Jedem das Seine*).**

Referência

Nationalsozialistische Bibliothek Heft 40. Der Ständische Gedanke im Nationalsozialismus (1933)

Apêndice I: Formação de capital e poupança (Wilhelm Lautenbach)

1937

Quase nenhuma outra questão da economia nacional é tão intrincada e, ao mesmo tempo, tão controversa quanto o problema da formação de capital e da poupança. Uma compreensão correta e vívida do estado de coisas só se obtém quando se imagina todo o circuito econômico, e assim um tratamento exaustivo do problema exigiria uma exposição de toda a teoria econômica, especialmente da teoria do dinheiro e do crédito. Quero restringir-me a um aspecto específico do problema, a saber, à questão de que influência a formação de capital e a poupança exercem sobre o volume da produção e do emprego. Essa questão foi colocada em primeiro plano pela teoria mais recente, e revelou-se particularmente fecunda, porque lançou uma luz inteiramente nova sobre a relação entre a formação de capital no sentido macroeconômico e a poupança individual. Pretendo esboçar, em poucas linhas, a diferença entre a concepção da teoria tradicional e a da teoria mais recente.

Devemos, antes de mais nada, chegar a um entendimento quanto aos conceitos. A palavra capital é ambígua. Essa ambiguidade é a principal fonte de infinitas confusões e mal-entendidos, e é responsável pelo fato de o capital ter se tornado uma das questões políticas mais debatidas. Capital é, em primeiro lugar, uma categoria da produção e, nesse sentido, significa o mesmo que investimento. Por investimento entendemos tudo aquilo que pertence ao equipamento técnico da economia nacional, todo o aparato produtivo criado pela mão humana: fábricas, máquinas, instalações de energia, mas também, para além disso, meios de transporte como estradas, ferrovias, canais, navios, bem

como bens duráveis de uso, como habitações, e, por fim, também os estoques nas mãos das empresas.

Quando, no âmbito da economia nacional, se fala de formação de capital, deve-se entender capital nesse sentido, isto é, como conceito de produção.

Em contraposição ao conceito de capital como produção, que se vincula ao objeto, à substância, e por isso também é qualificado como "capital real", existe ainda o conceito distributivo, o "capital nominal". Este compreende todos os títulos de propriedade ou reivindicações que, em última instância, representam uma participação no capital real da economia nacional. Pode-se compreender melhor esse estado de coisas por meio da imagem de um balanço de capital da economia nacional. Nesse balanço, no lado esquerdo, entre os ativos, estariam registrados os valores patrimoniais reais na forma de instalações produtivas, estoques de mercadorias ou bens duráveis. O outro lado, o lado do passivo, indicaria a quem, do ponto de vista econômico, pertencem, na verdade, esses valores patrimoniais reais. Ficaria claro até que ponto os ativos constituem capital próprio do detentor dos valores patrimoniais reais e até que ponto são capital de terceiros.

Em outras palavras: o lado esquerdo de um balanço de capital da economia nacional indicaria quanto de capital real existe; o lado direito indicaria como a riqueza assim criada se distribui entre os diversos sujeitos econômicos. Habitualmente, costuma-se expressar essa relação também de outra forma, dizendo que o lado direito do balanço de capital, o passivo, mostra como os valores patrimoniais reais, indicados no lado esquerdo, foram financiados, isto é, de quais meios foram cobertos os custos de investimento. Essa explicação é, de fato, correta, mas não é isenta de armadilhas. Ela favorece um erro amplamente difundido, a saber, a suposição — equivocada — de que os

investimentos são financiados a partir de meios previamente poupados, ou, em outras palavras, de que primeiro se poupa e depois se investe.

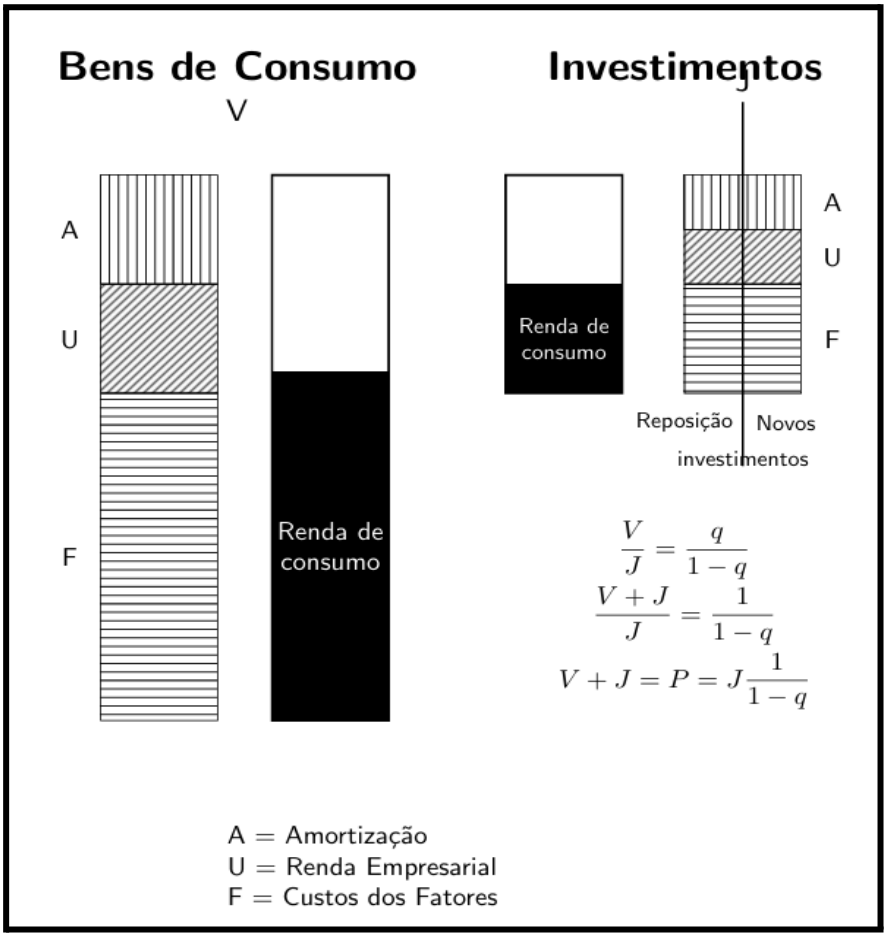
No plano da economia nacional, forma-se capital quando o equipamento técnico de uma economia é ampliado ou aperfeiçoado de alguma maneira, isto é, quando, para além da reposição do desgaste, são criadas instalações produtivas de qualquer tipo ou bens de uso durável, como, por exemplo, casas, ou quando os estoques aumentam. Em termos gerais: a formação de capital no âmbito da economia nacional pressupõe determinadas disposições na esfera da produção.

Por outro lado, entendemos por poupança um determinado comportamento dos receptores de renda, a saber, a renúncia ao consumo de uma parte da renda. A poupança é a parcela da renda que não é consumida. Ora, é evidente que, no conjunto, a formação de capital e a poupança, no plano macroeconômico, são iguais; pois a formação de capital, ou investimento, é a parte não consumida da renda social. Mas, como o produto social e a renda social são apenas diferentes aspectos do mesmo estado de coisas — sendo o produto social o conceito de produção e a renda social o conceito de distribuição —, segue-se inevitavelmente, ao menos em uma economia fechada, que o investimento é igual à poupança.

Na constatação desse fato, todos os economistas concordam, e mesmo a qualquer leigo em economia ele se torna imediatamente evidente. Tanto maior é a divergência quanto à explicação desse fato. A concepção ortodoxa explica a igualdade entre formação de capital e poupança por meio de um processo no mercado de capitais, análogo aos processos no mercado de bens, aproximadamente da seguinte forma: "*A renda poupada é oferecida como capital monetário no mercado de capitais. A taxa de juros assegura que todo o capital ofertado seja também utilizado. Quando há muita oferta de capital, a*

taxa de juros cai; e quanto mais ela cai, tanto mais o investimento é estimulado, de modo que, ao final, investe-se tanto quanto se poupa."

A teoria moderna refuta essa lógica ao demonstrar que a propensão a poupar e a investir não são interdependentes dessa maneira. No plano macroeconômico, a poupança é determinada pelo investimento — e não o inverso —, uma vez que a própria renda social deriva do nível de investimento realizado. O diagrama a seguir ilustra a relação entre investimento e volume de produção, evidenciando como e por que a renda é subordinada ao investimento.



Passemos agora a considerar, inicialmente, apenas a parte do produto social que é consumida. Admitimos que, em um determinado período — digamos, em um ano —, seja produzida uma certa quantidade de bens de consumo e que essa mesma quantidade seja também vendida aos consumidores. Entre a produção e a venda ao consumidor interpõe-se sempre a manutenção de estoques por parte de fabricantes, atacadistas e varejistas. Suponhamos que os estoques, em cada estágio da produção, permaneçam constantes ao longo do período de observação, de modo que as entradas sejam sempre iguais às saídas. A coluna V deve representar os bens de consumo produzidos, em uma economia fechada, durante um ano, medidos pelos custos de produção e, ao mesmo tempo, decompostos segundo seus diferentes componentes de custo.

Na medida em que, pelas empresas que produzem bens de consumo, são utilizados insumos intermediários ou materiais auxiliares, contabilizam-se apenas os custos originários incorridos na produção desses insumos. Entre os custos originários incluem-se, em primeiro lugar, os montantes designados no diagrama por *F* (custos de fatores), isto é, todos os pagamentos que os empresários devem efetuar aos fatores de produção envolvidos. Trata-se dos salários, ordenados, impostos e juros pagos na produção; além disso, também se inclui entre os custos originários a própria renda do empresário, indicada no diagrama por *U*, e, por fim, a amortização das instalações produtivas, indicada por *A*. O empresário deve levar em conta o desgaste de suas instalações produtivas por meio de depreciação, pois os bens de capital fixo são, em regra, consumidos completamente apenas ao longo de vários anos, sendo então substituídos por novos. Do ponto de vista da contabilidade empresarial, deve-se imputar, a cada ano, uma fração correspondente do valor de aquisição como custo operacional.

Se a amortização — ao menos quando não se exige uma precisão absolutamente rigorosa — é relativamente simples de definir e determinar em

sua magnitude, deparamo-nos com certas dificuldades na definição e na determinação do componente de custo “renda do empresário”. Enquanto os custos de fatores são sempre determinados de maneira precisa quando há produção, pois assumem a forma de um dispêndio efetivo do empresário, e a amortização ainda é relativamente unívoca, sendo determinada pelo aspecto técnico do desgaste, a renda obtida pelos empresários depende da configuração do mercado e dos preços. No diagrama, por “renda do empresário” não se entende a renda efetiva, mas a renda necessária, isto é, aquele montante que, no total, deve ser obtido como renda empresarial para que a produção no nível considerado possa ser mantida.

Um exemplo numérico pode esclarecer o sentido: suponhamos que os bens de consumo produzidos em um certo período sejam totalmente vendidos aos consumidores e que os empresários obtenham, com isso, uma receita de 120. Os custos de fatores seriam de 84, a amortização exigiria 15, perfazendo, portanto, 99, e o restante, isto é, 21, constituiria a renda empresarial. Se os produtores de bens de consumo tivessem vendido esse produto não por 120, mas por 110, o lucro total, em vez de 21, teria sido apenas 11. Se, no conjunto, tivesse sido obtido um lucro de 11, isso naturalmente não significaria que cada empresário individual tivesse auferido, por exemplo, 12% acima dos custos propriamente incorridos; muitas empresas teriam obtido mais, e muitas outras consideravelmente menos, e algumas talvez nada ou até mesmo prejuízos. A consequência disso seria que tais empresas, mais cedo ou mais tarde, teriam de cessar suas atividades. A produção, como um todo, diminuiria.

Com base nessa consideração, entenderemos por renda necessária dos empresários aquele rendimento total no qual a produção de bens de consumo se encontraria em um certo estado estacionário. Se, porém, a renda fosse menor que esse montante, ocorreriam restrições na produção, pois, aos preços dados, muitas empresas não cobririam seus custos. Inversamente, se a renda fosse

maior que esse montante, a produção seria fortemente estimulada e expandida. A teoria da economia dispõe de uma fórmula bastante precisa para definir a renda "normal" = renda necessária = renda de equilíbrio: trata-se da renda empresarial que surge quando os preços são iguais aos custos marginais.

Esses seriam preços nos quais as "empresas marginais", isto é, as empresas menos eficientes, ainda conseguem obter, com a venda, um pouco mais do que os custos de fatores. De modo menos preciso, mas mais próximo da realidade, dir-se-ia: os preços correspondem aos custos marginais quando, na economia, as tendências de expansão e de contração se compensam exatamente, de modo que o nível de emprego pode permanecer constante.

Sob quais condições, então, os bens de consumo produzidos em um período poderão ser vendidos a preços que correspondam aos custos marginais? Em outras palavras, retomando o exemplo numérico anterior e postulando uma renda empresarial de 21 como "normal", quando uma quantidade de bens de consumo cujo valor de produção é 120 (isto é, F + A + U = 84 + 15 + 21) será efetivamente vendida por 120? Sabemos que a maior parte dos custos incorridos na produção constitui renda dos participantes direta ou indiretamente envolvidos, e, além disso, que a maior parte dessa renda é destinada ao consumo, enquanto apenas uma fração relativamente pequena é poupada. Sabemos também que, da renda proveniente do trabalho assalariado, poupa-se relativamente pouco, pois a maior parte é necessária para cobrir as necessidades de vida, enquanto da renda empresarial apenas uma parte relativamente pequena é destinada ao consumo.

Seja qual for o caso em particular, é certo o seguinte: a demanda por bens de consumo gerada diretamente pela própria produção de bens de consumo pode, em certas circunstâncias, ser menor — e não apenas ligeiramente menor — do que o total dos custos incorridos. No diagrama, a renda de consumo

gerada pela própria produção de bens de consumo, que se manifesta como demanda por esses bens no mercado, é representada na segunda coluna em preto e fixada esquematicamente em cerca de três quartos do valor de custo dos bens produzidos, isto é, em 90. Podemos supor que aproximadamente 80 provenham da renda formada pelos custos de fatores e 10 da renda empresarial. Da renda correspondente aos custos de fatores, assumida esquematicamente como 84, ter-se-iam poupado 4 (poupança líquida dos não empresários), e da renda empresarial seriam poupados 11, supondo que o produto fosse vendido aos preços calculados de 120.

Para que essa receita total seja alcançada, falta ainda uma demanda de 30, pois a produção de bens de consumo gera por si mesma apenas uma demanda de 90. Essa demanda adicional de 30 surgiria se, além dos bens vendidos aos consumidores, fossem produzidos outros bens não destinados ao consumo, isto é, bens de investimento, e precisamente em uma determinada quantidade. Quando os bens de investimento são produzidos, forma-se naturalmente renda exatamente da mesma maneira que na produção de bens de consumo. Não é, porém, necessário que os custos se decomponham exatamente da mesma forma, nem que a renda de consumo gerada pela produção de bens de investimento represente exatamente a mesma proporção que na produção de bens de consumo.

Por outro lado, não há razão para supor grandes desvios, e, como aqui se trata apenas de apresentar esquematicamente o fenômeno e destacar o princípio fundamental, podemos, para simplificar, supor que, na produção de bens de investimento, as condições sejam, em essência, semelhantes às da produção de bens de consumo, de modo que, ao menos a taxa de consumo (q), isto é, a relação entre renda de consumo e custo total, seja a mesma. Nesse caso, seria necessário um investimento com custo de 40 para gerar aquela renda de

consumo de 30 que fecha a lacuna de demanda e eleva a demanda total por bens de consumo a 120.

No diagrama, isso é representado por um pequeno par de colunas: a pequena coluna à direita (J) corresponde à grande coluna à esquerda (V); ela mostra a quantidade de bens de investimento produzidos, medida e decomposta segundo os custos originários incorridos; a renda de consumo gerada aparece na outra pequena coluna, preenchida em preto, e preenche exatamente a lacuna de 30 que ainda restava na grande coluna ao lado.

Se o investimento fosse menor — digamos, 20 —, então, mantida a mesma taxa de consumo, a renda de consumo gerada seria de 15, e a demanda total por bens de consumo seria 90 + 15 = 105. Nessas condições, os preços dos bens de consumo cairiam acentuadamente, e a produção seria, em consequência, fortemente reduzida. Inversamente, se, por exemplo, fossem realizados investimentos com custo de 60, a renda de consumo resultante seria de 45, e a demanda por bens de consumo seria, portanto, 90 + 45 = 135; isto é, os preços subiriam, e a produção seria vigorosamente estimulada e expandida.

O exemplo numérico serve, evidentemente, apenas para esclarecer o fenômeno e tornar as relações mais palpáveis. O fato de se assumir uma taxa de consumo de três quartos é arbitrário. Para compreender as condições do equilíbrio econômico — pois é disso que aqui se trata —, não é necessário saber qual é, de fato, a taxa de consumo; basta saber que ela é um fator eficaz. Deve-se observar, contudo, que a taxa de consumo varia consideravelmente: ela aumenta, isto é, poupa-se relativamente menos, quando a produção e o emprego diminuem, e diminui, isto é, poupa-se relativamente mais, quando a produção e o emprego aumentam.

Para esclarecer as inter-relações entre investimento, volume de produção, renda e taxa de consumo, quero inicialmente examinar um pouco mais de perto

os determinantes da taxa de consumo. Antes de tudo, cumpre observar que os diversos sujeitos econômicos que consomem não financiam seus gastos apenas a partir da renda. Poupanças são consumidas, e o consumo é financiado por meio de crédito. Contudo, também essa forma irregular de financiamento do consumo depende, por sua vez, do curso geral dos negócios e do nível de renda.

Em caso de elevado desemprego e produção fortemente reduzida, muitos terão de recorrer às suas próprias poupanças acumuladas anteriormente, e o Estado apoiará os desempregados, recorrendo frequentemente ao crédito em vez de receitas correntes. De modo geral, todo déficit estatal constitui um dispêndio que não é coberto por renda, mas por consumo de poupanças. Processos desse tipo elevam a taxa de consumo.

Se, porém, considerarmos a renda como a fonte regular da demanda por bens de consumo, observamos que nem todos os receptores de renda reagem da mesma forma às variações de sua renda. Quando a renda dos não empresários cresce, seu consumo cresce aproximadamente de forma proporcional. Apenas pelo fato de que, com o aumento do emprego, a renda dos não empresários passa a originar-se cada vez mais da fonte regular — isto é, dos custos de fatores —, enquanto, em condições de elevado desemprego, uma parcela maior ou menor das transferências provém de uma fonte irregular, a saber, do crédito, é que a taxa de consumo, tal como a definimos, diminui sensivelmente, embora os indivíduos, em termos pessoais, quase não passem a poupar mais. A taxa individual de poupança varia pouco, mas a taxa coletiva se altera, porque deixam de ocorrer aqueles atos de consumo de poupança (como o crédito estatal para consumo ou o consumo de poupança por aqueles que não recebiam renda).

Em geral, apenas uma fração muito pequena — alguns poucos pontos percentuais — da renda de salários e ordenados é poupada pelos receptores

individuais, e as variações dessa taxa de poupança, no conjunto, têm pouca relevância.

Situação inteiramente diversa se verifica, contudo, no caso da poupança proveniente da renda empresarial, que constitui regularmente a principal fonte de poupança. Pode-se afirmar, sem grande exagero, que as variações da taxa média de consumo estão intimamente relacionadas às flutuações da renda empresarial, porque o consumo dos empresários é relativamente constante, variando, em todo caso, muito menos do que sua renda. Em períodos de bons negócios, os empresários consomem, em geral, mais do que em períodos de retração, porém de modo algum na mesma proporção em que, por exemplo, os assalariados ampliam seu consumo quando a soma total de salários e ordenados aumenta. Esse fato pode ser verificado por qualquer pessoa por meio da própria observação. Ele é facilmente explicável em termos psicológicos e sociológicos.

Que o consumo de Henry Ford seja completamente independente de sua renda, de modo que as flutuações desta afetem apenas seu patrimônio, e não seu padrão de vida, é algo evidente. À medida que se passa dos casos extremos para o conjunto médio do empresariado, o quadro naturalmente se modifica. No conjunto, porém, pode-se estabelecer a seguinte regra para a curva de consumo de empresários e não empresários: a curva de consumo dos não empresários acompanha, em termos gerais, de perto sua renda. A taxa de consumo, nesse grupo, é portanto bastante constante e, ademais, tão elevada — seguramente acima de 95% da renda em média — que tem pouca importância para as variações da taxa geral de consumo. Em contrapartida, o consumo dos empresários apresenta certa rigidez, mesmo quando sua renda varia fortemente. Isso significa que a taxa de consumo dos empresários (entendida como a relação entre consumo e renda) varia quase tanto quanto a própria renda, naturalmente em sentido inverso: quando a renda é baixa, sua taxa de consumo é alta; quando a renda é alta, ela é baixa.

Essas variações na taxa de consumo dos empresários — ou, em outras palavras, o fato de que as flutuações da renda influenciam menos o consumo do que a formação de patrimônio dos empresários — não podem ser explicadas exclusivamente em termos psicológicos; aqui atua também uma lei socioeconômica que se impõe independentemente da maior ou menor propensão ao consumo dos empresários como um todo. Com efeito, a poupança dos empresários, no agregado, é completamente independente de seu consumo. Isso soa paradoxal, mas é — ao menos em uma economia fechada —, como é fácil demonstrar, inteiramente correto.

Basta esclarecer de que depende a renda total dos empresários. A renda dos empresários é sua participação no produto social (produto líquido). Essa participação é o resíduo que resta após a dedução da parcela dos não empresários do produto total. A parcela dos não empresários divide-se em duas partes: a parte consumida e a parte poupada. Desse modo, obtém-se a seguinte equação desenvolvida para a renda empresarial, levando em conta que o produto social também se decompõe em duas partes — consumo e novo investimento:

> Renda dos empresários = consumo total – consumo dos não empresários + novo investimento – poupança dos não empresários;

ou, de forma mais simples:

> Renda dos empresários = consumo dos empresários + novo investimento – poupança dos não empresários.

(Aqui, o montante da poupança dos não empresários é entendido como valor líquido e definido como a diferença entre a renda total dos não empresários e seus gastos totais de consumo.) A equação aqui desenvolvida para a renda dos empresários tem o caráter de uma equação de determinação. A renda empresarial é, de fato, determinada em sua magnitude pelos três fatores:

consumo próprio dos empresários, novo investimento e poupança dos não empresários.

Daí decorre que os empresários, quando consomem mais, ganham mais, enquanto os não empresários, quando consomem mais, apenas consomem sua renda já dada. Inversamente, os empresários não podem aumentar sua poupança simplesmente consumindo menos; ao contrário, se, no conjunto, consomem menos, sua renda diminui (dado o nível de produção).

Essas proposições podem parecer, a alguns, um ataque à ordem moral do mundo. No entanto, a situação não é tão grave quanto parece à primeira vista, porque o empresário individual está, na prática, submetido às mesmas leis que o não empresário. O comportamento médio — ou o comportamento global — dos empresários como consumidores exerce influência formadora sobre sua renda. Na medida em que um indivíduo se afasta desse comportamento médio, ele reduz ou aumenta a renda total de todos os empresários, mas participa apenas de uma fração ínfima desse ganho ou perda, de modo que um forte aumento de seus gastos de consumo reduz, na prática, sua poupança, enquanto uma forte restrição de seus gastos a eleva.

Quando, porém, todos os empresários, no conjunto, obtêm bons lucros e aumentam sua renda, isso não é consequência de sua frugalidade — isto é, de um comportamento mais passivo —, mas, quando muito, o resultado de sua atividade como investidores. Na medida em que investem, formam riqueza no plano da economia nacional, e essa riqueza formada é, em conjunto, também riqueza dos empresários, na medida em que os não empresários não participem dela por meio da poupança.

Por meio da poupança — isto é, pela renúncia deliberada a gastar toda a renda individual — o indivíduo forma patrimônio privado, mas não se cria, por isso só, riqueza no plano macroeconômico. Por essa razão, a poupança — isto é,

a renúncia deliberada ao dispêndio da renda obtida — não é desejável, do ponto de vista macroeconômico, de maneira irrestrita e em todas as circunstâncias, mas apenas sob determinadas condições. Em períodos de pleno emprego e plena utilização de todas as forças produtivas, a virtude privada da poupança é também uma bênção para a economia como um todo. Em períodos de elevado desemprego e de fraca atividade econômica, ela se transforma de benefício em fardo.

Isso se deve ao fato de que a poupança privada de um indivíduo pode ser compensada por perdas de renda ou de patrimônio de outros. Se, por exemplo, todos os assalariados e funcionários — digamos, na França — resolvessem hoje, atendendo a um apelo ao patriotismo, poupar sistematicamente, por exemplo, 10% a mais de sua renda do que antes, essa disposição de sacrifício patriótico não produziria os efeitos esperados. Pois a economia francesa não sofre por falta de poupança, mas por falta de investimento, e essa decisão heroica de poupar não curaria o mal, mas apenas o agravaria.

Para demonstrar e compreender isso, basta examinar o que acontece com os recursos poupados. A opinião corrente, que aliás também era sustentada pela teoria mais antiga, é a de que uma poupança adicional desse tipo libera meios — mais precisamente, meios monetários — que podem então ser utilizados para fins de investimento. Quero, porém, mostrar, por meio de um exemplo numérico expressivo, que isso não corresponde à realidade:

Tomemos um indivíduo dentre a grande massa daqueles que obedecem a um apelo à poupança e acompanhemos o destino de seu dinheiro poupado. Hans economizou, ao longo do mês, 20 marcos e os leva à agência bancária mais próxima. Como esse ato individual deve ser considerado um ato típico — Hans é apenas um entre milhões —, representaremos, em um esquema geral, o

processo de poupança no balanço de um banco. Antes da chegada de Hans e dos demais poupadores, o balanço do banco apresentava-se da seguinte forma:

Ativo		Passivo	
Caixa:	100	Credores (obrigações/dívidas do banco):	1000
Letras de câmbio:	300		
Títulos/valores mobiliários:	200		
Devedores (créditos concedidos):	400	Total do Passivo:	1000
Total do Ativo:	1000		

A capacidade de um banco de conceder crédito depende de sua liquidez. A liquidez é medida pela relação entre o caixa e o total das aplicações.

Nesse caso, temos, portanto, 100 : 1000, isto é, a taxa de liquidez é de 10%. Agora, o depósito de Hans é registrado, com o resultado de que o caixa aumenta para 120 e os credores para 1020. A liquidez passa então a ser expressa pela relação 120 : 1020. Ela é, portanto, consideravelmente melhor do que antes.

Concluir, porém, que a liquidez do banco teria sido sensivelmente melhorada pela poupança de Hans — e, por conseguinte, também sua capacidade de conceder crédito — seria uma precipitação grave. Devemos, isto sim, examinar o que aconteceria se Hans, em vez de poupar, consumisse.

Suponhamos que, a caminho do banco, ele passe por uma taberna onde seu amigo Max está comemorando aniversário, e se deixe levar a participar da celebração, e de tal modo que o dinheiro que pretendia depositar no banco seja inteiramente gasto em bebidas. O estalajadeiro, algumas horas depois, muito satisfeito com o ganho adicional, leva os 20 marcos recebidos ao banco para pagar contas vencidas. Ele faz um depósito na conta de sua cervejaria, que é devedora (Debitor) do banco.

O balanço do banco passa então a apresentar-se da seguinte forma:

Ativo		**Passivo**	
Caixa:	**120**	Credores (obrigações/dívidas do banco):	1000
Letras de câmbio:	300		
Títulos/valores mobiliários:	200		
Devedores (créditos concedidos):	**380**	Total do Passivo:	1000
Total do Ativo:	1000		

A liquidez é, portanto, neste caso, 120 : 1000, isto é, não apenas exatamente tão boa quanto, mas até melhor do que se Hans, em vez de beber, tivesse poupado; na verdade, ela é materialmente até consideravelmente melhor do que a própria taxa de liquidez indica. Na prática, outros critérios, além da simples relação entre caixa e total das aplicações, desempenham um papel mais importante, e um dos critérios de liquidez mais relevantes para um banco é a rotação (movimentação) nas contas de devedores.

O ato de consumo aumenta precisamente essa rotação nas contas devedoras. Todos os montantes que são gastos fluem para os empresários e reduzem suas dívidas em conta corrente ou aumentam seus depósitos operacionais. Quando, porém, a renda dos assalariados é poupada, as somas de salários e ordenados desembolsados pelos empresários não retornam automaticamente a eles.

Se, em larga escala, passa-se subitamente a poupar mais, a única consequência é que as dívidas em conta corrente dos empresários ficam, em grande medida, “congeladas”. A situação de caixa dos bancos não melhora em nada em comparação com o caso em que há consumo. A relação entre caixa e total das aplicações torna-se menos favorável e, em consequência, os bancos mostram-se menos dispostos a conceder crédito; a taxa de juros se eleva e, com

isso, os empresários, em vez de serem estimulados a investir, são desencorajados.

As poupanças provenientes de renda monetária já recebida não aparecem como meios adicionais nos bancos e, por isso, tampouco podem ser novamente emprestadas, como frequentemente se supõe de maneira equivocada. Deve-se considerar que, no momento em que salários e ordenados são pagos, os empresários são simultaneamente debitados em suas contas bancárias. Ou seja, sua dívida bancária aumenta ou seu saldo é reduzido — em outras palavras, o assalariado só pôde poupar depois que os empresários se endividaram ou pagaram a partir de seus depósitos.

Para tornar o processo inteiramente claro, suponhamos que todos os salários e ordenados sejam pagos sem o uso de dinheiro em espécie. Além disso, admitamos que todos os empresários sejam devedores bancários. Trata-se de uma hipótese de trabalho que facilita enormemente a compreensão e faz sobressair com nitidez o essencial.

O balanço global de todos os bancos — podemos também imaginar um banco universal — apresenta, no dia anterior ao último dia do mês, o seguinte quadro:

Ativo	**Passivo**
Letras de câmbio e devedores: 8 bilhões	Credores (depósitos de poupança): 8 bilhões

Os credores seriam aqui exclusivamente não empresários, e seus saldos teriam o caráter de depósitos de poupança, pois seriam valores que, ao final do período de renda, ainda não foram gastos. Agora são pagos os salários e ordenados; suponhamos 2 bilhões. O quadro do balanço é, consequentemente:

Ativo	Passivo
Letras de câmbio e devedores: 10 bilhões	Depósitos de poupança: 8 bilhões
	Depósitos de renda: 2 bilhões

Se agora os assalariados e empregados gastassem novamente toda a sua renda ao longo do mês seguinte, então, imediatamente antes do próximo pagamento de salários, o balanço original seria restabelecido, e com isso também a liquidez original do banco. Porém, se não gastassem tudo, mas, digamos, economizassem 10% da renda, então, antes do próximo pagamento de salários, o quadro do balanço seria:

Ativo	Passivo
Letras de câmbio e devedores: 8,2 bilhões	Depósitos de poupança: 8,2 bilhões

Pois apenas 1.800 milhões dos valores gastos pelos empresários em salários e ordenados teriam retornado a eles. Em outras palavras: à nova poupança de 200 milhões proveniente de salários e ordenados corresponde, desde o início, uma dívida dos empresários maior em 200 milhões. Esses 200 milhões não precisam primeiro ser emprestados; eles já estavam emprestados no momento do pagamento dos salários. A poupança dos assalariados reduziu a liquidez dos empresários e, ao mesmo tempo, também a liquidez do banco, pois,

em um sistema de circulação puramente sem dinheiro em espécie, teríamos de considerar apenas o volume de crédito bancário e a rotação nas contas devedoras como critério de liquidez.

Quanto maior o volume bancário e quanto menor a rotação nas contas devedoras, menor a liquidez, e vice-versa.

É evidente que, segundo esses critérios de liquidez, a liquidez do banco é maior quando os assalariados e empregados não poupam. Em outras palavras: a poupança torna o crédito bancário mais rígido e eleva os juros, não conduzindo de modo algum automaticamente a um aumento do investimento, mas sim, como um juro crescente reduz o ímpeto de investir, tendencialmente a uma diminuição.

Não se deve interpretar erroneamente essa constatação, como se ela provasse que poupar é um absurdo. Ela deve apenas mostrar que a vontade de poupar e as poupanças privadas não desencadeiam automaticamente a vontade de investir nem um aumento correspondente dos investimentos. Deve também mostrar que a fórmula frequentemente usada do reempréstimo de “poupanças reais” é altamente problemática, tão problemática quanto o outro conceito, usado em oposição a ela, de criação de crédito.

Devo limitar-me aqui a apenas indicar isso: o volume de crédito do nosso banco universal, no arranjo experimental que escolhemos, só pode crescer se os não empresários pouparem. Por outro lado, os empresários poderiam investir qualquer quantia sem que a dívida bancária aumentasse, embora não disponham de meios líquidos próprios, mas estejam todos endividados, desde que todos invistam e de maneira relativamente uniforme, cada um ao menos o suficiente para não se tornar credor do banco.

Pois, se um empresário tomar mais crédito para investir, surgem, na medida em que são pagos salários e ordenados, depósitos de renda dos não empresários.

Estes, porém, retornam ao conjunto dos empresários ao longo do período de renda, exceto por uma pequena parte que é poupada pelos recebedores de renda. O que flui para outros empresários apenas leva a uma redução de sua dívida bancária, de modo que a soma total das dívidas dos empresários permanece constante, ao menos enquanto alguns deles não se tornarem completamente livres de dívidas e, assim, credores [“poupadores líquidos”].

Isso, porém, não ocorre se cada um reinveste também os recursos que recebe. Assim como os empresários podem todos investir em qualquer montante sem por isso se endividarem mais, também podem, proporcionalmente ao seu volume de negócios, consumir quanto quiserem sem se endividarem mais.

Esse processo de crédito é reflexo e, ao mesmo tempo, confirmação do conhecimento que derivamos da fórmula anteriormente desenvolvida para a renda dos empresários, a saber, que os investimentos e o consumo próprio dos empresários determinam positivamente sua renda, enquanto as poupanças dos não empresários a determinam negativamente.

Da mesma forma, a tese que colocamos no início, em oposição à teoria tradicional — de que a poupança macroeconômica é determinada pelo investimento, e não o investimento pela poupança — é confirmada pela análise do processo de crédito.

A partir do diagrama, vimos a importância decisiva do nível dos investimentos para o andamento dos negócios e o volume de produção da indústria de bens de consumo. As relações podem ser expressas de forma clara em uma fórmula.

A taxa de consumo, isto é, a relação entre a renda de consumo e os custos totais de produção, é variável; dado um determinado nível de tecnologia, ela depende do grau de emprego.

Quanto maior o grau de emprego, menor é a taxa de consumo. Isso se deve ao fato de que, quanto mais uma economia se aproxima do pleno emprego, mais também instalações produtivas e forças de trabalho menos eficientes são utilizadas na produção, de modo que os custos marginais de produção aumentam.

Consequentemente, os preços também devem ser correspondentemente mais elevados, assim como o lucro total das empresas, pois aquelas que operam sob condições favoráveis — isto é, com boa estrutura técnica e mão de obra qualificada — obtêm lucros significativamente maiores nesse nível de preços. Esse lucro adicional se transforma, em sua grande maioria, em aumento de patrimônio, reduzindo assim a taxa geral de consumo.

É preciso ter isso constantemente em mente ao considerar a fórmula que será desenvolvida a seguir. Os bens de consumo produzidos em um determinado período só são vendidos a preços de custo de produção (preços de custo marginal) quando os custos incorridos na produção de bens de consumo, incluindo a renda devida dos empresários (V), estão em relação aos custos de produção do investimento (J) como a taxa de consumo correspondente a esse nível de produção, q (sendo q uma fração própria), está em relação ao seu complemento, isto é, 1 – q.

Escrito em forma de fórmula, temos:

$$\frac{V}{J} = \frac{q}{1-q}$$

Daí resulta que:

$$\frac{V+J}{J} = \frac{1}{1-q}$$

ou

$$V + J = P = J\frac{1}{1-q}$$

Isso significa: a economia está em estado de equilíbrio quando a produção total é igual a um múltiplo determinado do investimento, sendo que o multiplicador é determinado pela respectiva taxa de consumo q na forma $\frac{1}{1-q}$. Deve-se observar que q depende, em cada caso, do nível de produção total, mas também da relação entre investimento e consumo.

Se, portanto, os custos da produção total corresponderem a um determinado montante que corresponda a um certo valor de q, então, sob essa condição de produção total, os custos dos bens vendidos aos consumidores se igualam aos custos do investimento (investimento bruto). Caso essa proporção divirja da relação $\frac{1}{1-q}$, os preços obtidos não cobrirão os custos de produção e, consequentemente, a escala produtiva não poderá ser mantida. A produção tenderá a diminuir se o investimento for relativamente pequeno, e a se expandir caso o investimento supere o indicado pela fórmula.

Disso resulta quão extraordinariamente importante é, do ponto de vista da política econômica, a correta orientação dos investimentos. Deve sempre existir um nível mínimo determinado de investimento para que a economia possa entrar em pleno funcionamento. Esse nível mínimo de investimento depende da taxa de consumo. A taxa de consumo, por sua vez, depende do fator psicológico, do grau de poupança desejado pelos não empresários, do grau de desenvolvimento das condições técnicas e, especialmente, da inclinação da curva de custos marginais.

Quanto mais plana for a curva de custos marginais — isto é, quanto menor a diferença de desempenho e capacidade produtiva entre as melhores empresas e aquelas que não podem operar nos limites — mais fácil será alcançar o pleno emprego, pois menor será o lucro total das empresas necessário para sua realização. Quanto menor for o lucro empresarial, maior será automaticamente a taxa de consumo, e menor será o investimento necessário para atingir o pleno emprego.

Essa constatação abre, para a política econômica futura de longo prazo, perspectivas relativamente otimistas. Deve-se considerar que, ao longo do tempo, as diferenças de desempenho entre as empresas tendem a diminuir, tornando-se menores, e que a produção total — expressa de forma comparativa — pode crescer. Contudo, deve-se ser bastante cético quanto a tomar o desenvolvimento dos últimos cem anos como típico e projetá-lo simplesmente para o futuro.

No passado, observou-se que a acumulação de capital cresceu aproximadamente no mesmo ritmo que a produção, cerca de 3% ao ano. Isso reflete a extraordinária dinâmica da nossa era. No entanto, esse desenvolvimento deve ser visto como algo único, e não se pode supor que continuará indefinidamente.

Basta perceber que, com essa taxa de acumulação, em cerca de 230 anos o estoque de capital dobraria. Os volumes de investimento necessários para manter essa taxa teriam de aumentar continuamente. A taxa de investimento, portanto, inevitavelmente diminuirá gradualmente.

A possibilidade de compensar essa diminuição gradual da taxa de investimento existe apenas na medida em que se consiga nivelar progressivamente os resultados das empresas, ou seja, prolongar cada vez mais os níveis máximos de desempenho e produtividade.

Recentemente, mais do que nunca, por exemplo nos Estados Unidos, tem-se visto a dificuldade dessa tarefa. Uma economia industrial altamente desenvolvida não poderá, em determinados períodos, prescindir de uma forte iniciativa estatal e de grandes investimentos públicos.

De modo geral, espera-se cada vez mais que se poupe em escala suficiente para permitir tais investimentos públicos. Ou seja, a poupança torna-se novamente importante como base dessas tarefas planejadas, especialmente quando o Estado assume grandes responsabilidades.

No momento em que enormes investimentos estatais elevam a produção até os limites da capacidade, a poupança consciente torna-se de grande importância, pois o poupador deixa de ser apenas um agente privado na economia, tornando-se também um colaborador do Estado e cumprindo uma importante função macroeconômica.

Referência

Palestra de Wilhelm Lautenbach, proferida em 28 de outubro de 1937 no "Verein zur Beförderung des Gewerbefleißes von 1821" [Associação para a Promoção da Indústria de 1821], publicada pela primeira vez em 1938 em *Die volkswirtschaftlichen Probleme der Kapitalbildung* ['*Os problemas macroeconômicos da formação de capital'*].

Apêndice M: Grupo bancário do Reich: a autogestão do sistema de crédito - (Otto Christian Fischer)

1940

I. O Sentido.

O número de instituições de crédito alemãs, incluindo as suas agências, eleva-se a mais de 40.000. No total, as instituições de crédito alemãs administram mais de 45 bilhões de *Reichsmark* em depósitos de poupança e outros fundos. Está na natureza da atividade bancária e do sistema de crédito [*Kreditwesen*] em geral que as empresas do setor de crédito não possam simplesmente subsistir e trabalhar de forma isolada e em oposição umas às outras. Muitas tarefas importantes das instituições de crédito só podem ser cumpridas com base em uma estreita cooperação; pense-se, por exemplo, na execução do tráfego de pagamentos sem numerário [*unbaren Zahlungsverkehrs*] e do tráfego de títulos e de bolsas [*Effekten- und Börsenverkehrs*]. O início e o aprofundamento de tal cooperação exigem associações organizacionais mais ou menos estreitas e duradouras. Na mesma direção atuou, como em outros setores da economia, o esforço de empresas econômicas afins pela preservação comum de seus múltiplos interesses. Tais razões levaram a que, no sistema de crédito alemão, surgissem precocemente grandes e significativas estruturas organizacionais — conhecidas sob o nome de "*Spitzenverbände*" [associações de cúpula]. O período de fundação destas associações situa-se, em parte, consideravelmente antes da virada do século; o seu desenvolvimento e configuração nas décadas posteriores processaram-se, essencialmente, nas direções originalmente traçadas.

A reorganização da economia, que o nacional-socialismo iniciou logo após a tomada do poder [*Machtergreifung*], foi, naturalmente, de maior importância também para o sistema de crédito e sua organização. Sinais externos disso são as mudanças que a estrutura da organização do setor de crédito sofreu desde 1933. Mais importante e característico, porém, é a mudança na atribuição de sentido [*Sinngebung*] desta organização. O zelo pela cooperação profissional, bem como a preservação e promoção dos interesses comuns, continuam a ser princípios diretivos da organização do sistema de crédito. Em primeiro lugar, porém, surgiu um novo princípio fundamental, a saber: ser o servidor do Estado para a consecução dos objetivos econômicos nacionais por ele estabelecidos. Na economia nacional [*Volkswirtschaft*] nacional-socialista não existe uma esfera isolada do econômico. "O povo não existe para a economia, mas a economia é uma servidora do povo", diz-se na proclamação do *Führer* por ocasião do *Reichsparteitag* 1936, e, consequentemente, a economia — assim como outras grandes áreas de atividade (técnica, arte, entre outras) — está subordinada à vontade política popular coletiva [*volkspolitischen Gesamtwollen*] da liderança do Estado nacional-socialista. O que vale para a economia como um todo, vale também para o sistema de crédito e sua organização em particular. É o sentido desta organização ser servidora do Estado, fiduciária [*Treuhänder*] dos membros e promotora do desenvolvimento econômico, monetário e de crédito.

As tarefas da organização do sistema de crédito alemão que derivam deste sentido são importantes. As instituições de crédito coletam o poder de compra livre do povo e, ao redistribuírem esse poder de compra, possibilitam financeiramente a execução de tarefas econômicas. A soma anteriormente mencionada de mais de 45 bilhões de *Reichsmark* em depósitos, geridos pelas instituições de crédito alemãs, dá uma ideia da ordem de grandeza. O sistema de crédito ocupa uma posição-chave; por meio do sistema de crédito, a configuração e o desenvolvimento econômico podem ser influenciados

profunda e sustentavelmente de todas as formas. Isto tem, tanto para a organização quanto para as instituições individuais, um lado menos agradável: a saber, o grande número de regulamentos restritivos e reguladores, começando pela gestão de divisas [*Devisenbewirtschaftung*] até às prescrições de investimento [*Anlagevorschriften*]. Mais importante, porém, é a consciência de poder colaborar, em um tempo fatídico, em uma posição econômica importante para a consecução dos grandes objetivos políticos do Estado. A organização do sistema de crédito deve e quer ser a auxiliadora das instituições de crédito neste trabalho, tal como foi criada no âmbito da reestruturação da organização da economia industrial desde 1934.

II. A Estrutura.

A organização do sistema de crédito alemão tem sua base legal na Lei para a Preparação da Estrutura Orgânica da Economia Industrial [*Gesetz zur Vorbereitung des organischen Aufbaus der gewerblichen Wirtschaft*] de 27 de fevereiro de 1934 (*RGBl. I S. 185*) e nas disposições de execução e decretos emitidos em conexão com ela, em particular no Primeiro Decreto de Execução de 27 de novembro de 1934 (*RGBl. I S. 1194*). As diretrizes desta organização técnica e regional são apresentadas detalhadamente — na medida em que são uniformes para todos os ramos da economia industrial — no artigo do Diretor da *Reichswirtschaftskammer* [Câmara de Economia do Reich] no âmbito desta série de publicações, de modo que, para evitar repetições aqui, pode-se fazer referência a ele. A economia industrial está agrupada em *Reichsgruppen* [Grupos do Reich]; um desses grupos — o *Reichsgruppe Banken* [Grupo do Reich para Bancos] — abrange o sistema de crédito.

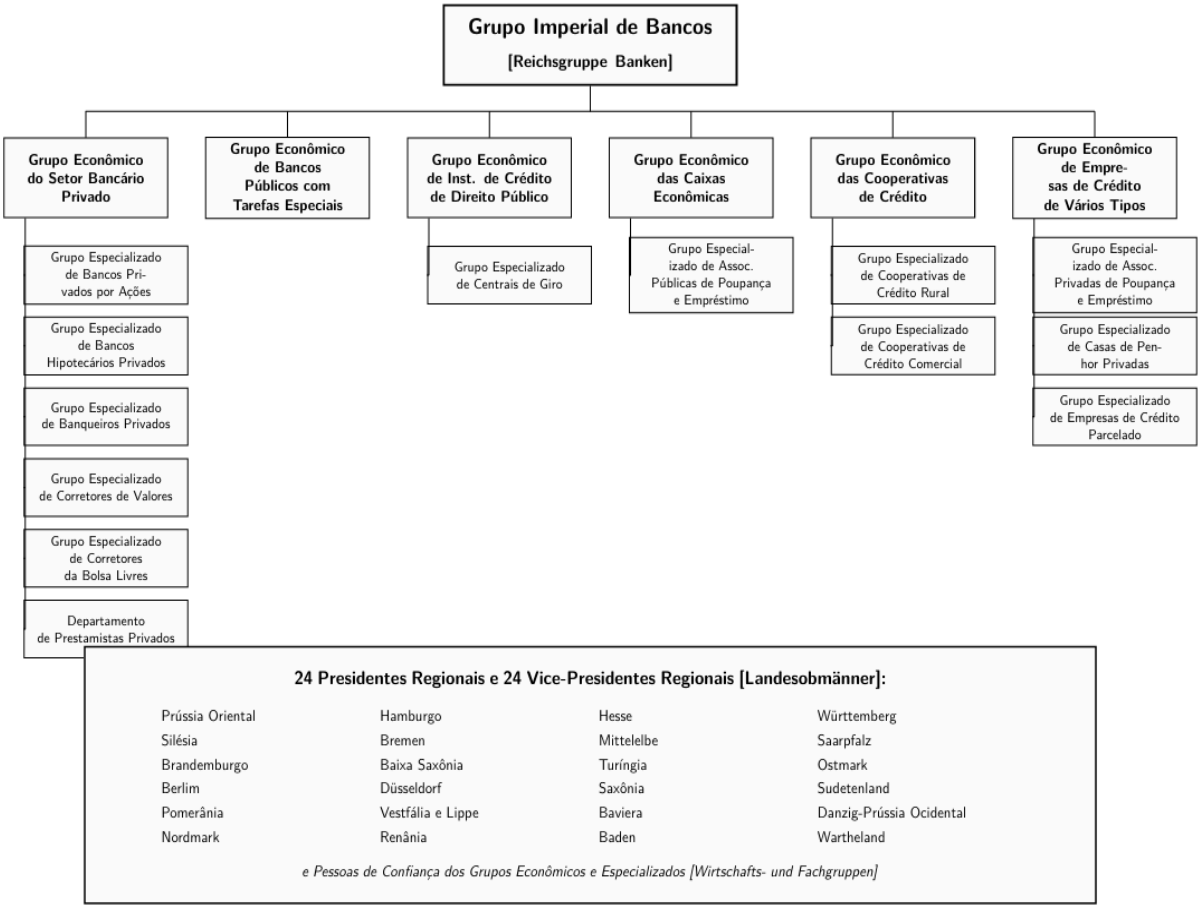
Ao *Reichsgruppe Banken* pertencem todas as instituições de crédito, isto é, no sentido do § 1 da Lei do Reich sobre o Sistema de Crédito [*Kreditwesengesetz* - KWG], todas as empresas que operam negócios bancários

ou de caixas econômicas no mercado interno. Excetuam-se o *Reichsbank* e o *Deutsche Golddiskontbank*, que, devido à sua posição especial, também não estão sujeitos às prescrições da Lei do Sistema de Crédito. Além disso, pertencem ao *Reichsgruppe Banken* alguns tipos de empresas que, embora não sejam consideradas instituições de crédito no sentido da Lei do Sistema de Crédito, exercem atividades afins, como, por exemplo, as empresas privadas de empréstimo sobre penhor [*Pfandleihbetriebe*]. À frente do *Reichsgruppe Banken* está o Diretor [*Leiter*], que atua de forma honorária; ele é nomeado e destituído pelo *Reichswirtschaftsminister* [Ministro da Economia do Reich]. Para seu aconselhamento e apoio, ele conta com o Conselho [*Beirat*], que se compõe dos diretores dos *Wirtschaftsgruppen* [Grupos Econômicos], e com a Gerência [*Geschäftsführung*] para o trabalho corrente.

Regionalmente, o *Reichsgruppe* não estabeleceu grupos especiais. Para a representação do *Reichsgruppe* nos distritos individuais, foram convocados pelo seu Diretor os *Landesobmänner* [líderes regionais] e seus substitutos, que atuam de forma honorária (atualmente 24 em todo o *Reich*). Por meio destes *Landesobmänner*, o Diretor do *Reichsgruppe* está em condições de abordar e influenciar diretamente as instituições de crédito individuais, por exemplo, para a implementação de regulamentações de concorrência. Para aconselhamento e apoio aos *Landesobmänner* em assuntos do distrito, estão ao seu lado os representantes distritais [*bezirkliche Vertrauensmänner*] dos grupos econômicos individuais. Em intervalos de tempo determinados, os *Landesobmänner* informam ao Diretor do *Reichsgruppe Banken* sobre as condições do setor de crédito em seus distritos. Por meio deste procedimento e de outras comunicações, o *Reichsgruppe* é informado diretamente sobre os processos distritais importantes e os desejos do setor de crédito e, em caso de necessidade, induzido a tomar medidas adequadas. Os *Landesobmänner* são, via de regra, também membros dos conselhos das câmaras econômicas

[*Wirtschaftskammerbeiräte*] de seus distritos — os distritos dos *Landesobmänner* coincidem, em geral, com os distritos das câmaras econômicas — e estabelecem, assim, a ligação com os outros ramos da economia industrial no país.

Tecnicamente, o *Reichsgruppe* subdivide-se em seis *Wirtschaftsgruppen* [Grupos Econômicos], dos quais apenas alguns ainda se subdividem em *Fachgruppen* [Grupos Especializados] (ver quadro sinótico). No total, portanto, a organização do sistema de crédito é relativamente simples. A seguinte representação dos *Wirtschaftsgruppen* também aborda a sua história prévia. Isso é indispensável, pois a maioria dos *Wirtschaftsgruppen* surgiu de antigas *Spitzenverbände* [associações de cúpula], e sua atividade e suas tarefas são, em parte essencial, o resultado dessa história prévia. Deve-se levar em conta que no sistema de crédito já existia, antes de 1933, uma organização desenvolvida e abrangente. Um dos propósitos da reestruturação da organização da economia industrial desde 1934 foi a simplificação da organização econômica, a eliminação de uma diversidade infutífera de associações que coexistiam e se opunham. Tal super-organização não existia no setor de crédito; os diferentes tipos de instituições de crédito agrupavam-se — ressalvadas as exceções temporárias — desde o início do século em associações unitárias, que precocemente englobaram tantos e tão importantes membros que podiam ser consideradas e foram (as chamadas *Spitzenverbände* das Caixas Econômicas, Bancos e Cooperativas) como uma representação plena de seu grupo.



1. *Wirtschaftsgruppe „Privates Bankgewerbe“* [Grupo Econômico "Setor Bancário Privado"]

Todo o setor bancário privado está organizado no *Wirtschaftsgruppe „Privates Bankgewerbe“*, para o qual a „*Centralverband des Deutschen Bank- und Bankiergewerbes*“ [Associação Central do Setor Bancário e de Banqueiros Alemães] foi transferida por decreto do *Reichswirtschaftsminister* de 6 de março de 1935. A *Centralverband*, uma das antigas cinco associações de cúpula [*Spitzenverbände*] do sistema de crédito, foi fundada no ano de 1901. Originalmente estabelecida apenas para um propósito específico, a associação desenvolveu-se muito rapidamente para uma representação de classe plena do

setor bancário privado. A *Centralverband* representava a visão do setor bancário privado em questões de legislação e jurisprudência (Direito de Bolsa, Direito de Custódia [*Depotrecht*], Direito Tributário, etc.) e empenhava-se, particularmente, na manutenção da integridade do setor contra elementos pouco sólidos. Nos „*Allgemeinen deutschen Bankiertagen*“ [Dias Gerais dos Banqueiros Alemães], que ocorriam regularmente em intervalos de alguns anos, discutiam-se publicamente questões do setor bancário e sua relação com o restante da economia, bem como questões atuais de política econômica.

O *Wirtschaftsgruppe* „*Privates Bankgewerbe*“ é hoje a única representação competente dos bancos operados sob a forma de sociedades por ações [*Aktiengesellschaften*] ou sociedades em comandita por ações (bancos de crédito [*Kreditbanken*]), dos bancos hipotecários [*Hypothekenbanken*] operados sob as mesmas formas societárias, bem como dos negócios bancários operados por comerciantes individuais ou sob a forma de sociedades em nome coletivo [*offener Handelsgesellschaften*], sociedades em comandita ou sociedades de responsabilidade limitada (banqueiros privados [*Privatbankiers*]). Além disso, estão filiados ao grupo todos os empresários e empresas (pessoas físicas e jurídicas) que exercem atividade como corretores oficiais de câmbio [*Kursmakler*] ou como corretores de bolsa livres [*freie Börsenmakler*]. Esses cinco grupos de empresas estão divididos, no âmbito do grupo econômico, em cinco grupos especializados [*Fachgruppen*], dos quais apenas um existe como grupo especializado autônomo (com personalidade jurídica própria), a saber: o *Fachgruppe* „*Private Hypothekenbanken*“ [Bancos Hipotecários Privados]. Por fim, ao grupo econômico ainda estão filiados os chamados emprestadores de dinheiro privados [*privaten Geldverleiher*]. Para a filiação ao grupo, é indiferente se, por exemplo no caso de sociedades por ações, as ações encontram-se total ou predominantemente em posse do setor público [*öffentlichen Hand*] ou da economia privada; o decisivo é, fundamentalmente, a

forma jurídica privada. Em casos individuais, contudo, abriu-se uma exceção, por exemplo, para alguns bancos sob a forma de sociedade por ações que exercem seus negócios sobre base cooperativa. Estas instituições foram então atribuídas ao *Wirtschaftsgruppe* „*Kreditgenossenschaften*“ [Cooperativas de Crédito].

No final de 1938, pertenciam ao *Wirtschaftsgruppe* „*Privates Bankgewerbe*“:

a) 250 sociedades por ações e sociedades de responsabilidade limitada, com cerca de 1.400 agências;
b) 580 banqueiros privados;
c) 30 bancos hipotecários privados;
d) 145 corretores oficiais de câmbio;
e) 180 corretores de bolsa livres;
f) 30 emprestadores de dinheiro privados.

2. *Wirtschaftsgruppe „Öffentliche Banken mit Sonderaufgaben“* [Grupo Econômico "Bancos Públicos com Tarefas Especiais"]

Este grupo econômico é um dos dois — o outro é o *Wirtschaftsgruppe* „*Kreditunternehmungen verschiedener Art*“ [Empresas de Crédito de Diversos Tipos] — que não derivaram de antigas associações de cúpula. O grupo é a representação exclusiva de algumas instituições de crédito estabelecidas para tarefas públicas especiais; estas instituições são designadas individualmente pelo *Reichswirtschaftsministerium*. Atualmente, pertencem a ele o *Preußische Staatsbank* (*Seehandlung*), o *Deutsche Rentenbank-Kreditanstalt*, o *Deutsche Bau- und Bodenbank*, a *Deutsche Gesellschaft für öffentliche Arbeiten* (*Öffa*), o *Deutsche Siedlungsbank* e quatro instituições menores

.

3. *Wirtschaftsgruppe „Öffentlich-rechtliche Kreditanstalten“* [Grupo Econômico "Instituições de Crédito de Direito Público"]

O grupo é sucessor da „*Verbandes deutscher öffentlich-rechtlicher Kreditanstalten e. V.*“ [Associação das Instituições de Crédito de Direito Público Alemãs], fundada em 1916. Nesta associação de cúpula haviam se unido principalmente aquelas instituições de crédito de direito público que se dedicavam ao crédito de longo prazo. Ao grupo econômico pertencem agora tanto as instituições de crédito real [*Realkreditinstitute*] de direito público (*Landschaften*, *Stadtschaften*, etc.) quanto os bancos estatais [*Staatsbanken*] (com exceção do *Seehandlung*), os bancos regionais [*Landesbanken*], etc., bem como as centrais de compensação [*Girozentralen*] da organização das caixas econômicas. No final de 1938, o grupo abrangia um total de cerca de 90 instituições.

4. *Wirtschaftsgruppe „Sparkassen“* [Grupo Econômico "Caixas Econômicas"]

Por decreto de 26 de julho de 1935, o *Reichswirtschaftsminister* determinou que o „*Deutsche Sparkassen- und Giroverband*“ [Associação Alemã de Caixas Econômicas e de Compensação] — uma corporação de direito público do *Reich* — é o *Wirtschaftsgruppe* „*Sparkassen*“ e, como tal, a representação exclusiva das caixas econômicas públicas e das caixas econômicas (livres) que servem ao tráfego público, bem como das caixas de crédito imobiliário [*Bausparkassen*] públicas. A história da fundação do *Deutschen Sparkassen- und Giroverbandes* remonta às décadas de setenta e oitenta do século passado. Nesses anos, desenvolveram-se em partes individuais do *Reich*, como por exemplo na Renânia e Vestfália, Württemberg, Silésia, etc., associações de caixas econômicas sob a forma de grêmios com o propósito de uma representação comum de seus interesses e da execução do intercâmbio de

experiências nas áreas técnica e de direito das caixas econômicas. De uma dessas associações regionais, a da Alemanha Ocidental, surgiu em 1884 o *Deutsche Sparkassenverband*.

Em conexão com a concessão da capacidade de cheque passiva [*passiven Scheckfähigkeit*] às caixas econômicas no ano de 1908, pela qual a associação se empenhou particularmente, e com o desenvolvimento do tráfego de transferências das caixas econômicas (*Giroverkehr*), surgiu um novo movimento organizacional no âmbito das caixas econômicas: o sistema de associações de compensação [*Giroverbandswesen*], isto é, a união das caixas econômicas ou de suas comunidades de garantia [*Gewährsgemeinden*] com o propósito de cooperação na execução de transferências na rede das caixas econômicas. No ano de 1924, ocorreu uma fusão destas diversas organizações do sistema de caixas econômicas por meio da criação do *Deutschen Sparkassen- und Giroverbandes*.

A associação servia à preservação dos interesses comuns das caixas econômicas na legislação e na jurisprudência, bem como na economia; à promoção técnica e econômica das caixas econômicas individuais e de suas instituições; à execução do sistema de auditoria das caixas econômicas, etc. Nos „*Allgemeinen deutschen Sparkassentagen*“ [Dias Gerais das Caixas Econômicas Alemãs], tratava-se regularmente perante o público questões do sistema de caixas econômicas, de sua posição econômica e de suas tarefas de política econômica.

O número de caixas econômicas e de compensação elevava-se, no final de 1938, a cerca de 2.850 instituições com aproximadamente 11.600 agências. Regionalmente, o *Deutsche Sparkassen- und Giroverband* subdivide-se em associações regionais de caixas econômicas e de compensação (final de 1938: 19).

5. *Wirtschaftsgruppe „Kreditgenossenschaften“* [Grupo Econômico "Cooperativas de Crédito"]

O *Wirtschaftsgruppe „Kreditgenossenschaften“* abrange os dois grupos especializados [*Fachgruppen*] autônomos das cooperativas de crédito industriais e das cooperativas de crédito rurais. A gerência de ambos os grupos especializados cabe às respectivas associações cooperativas, nas quais, desde tempos remotos, não apenas as cooperativas de crédito, mas também as demais cooperativas de aquisição e econômicas estão organizadas. Desta forma, pôde-se evitar uma fragmentação destas associações, cuja origem remonta aos próprios fundadores do sistema cooperativo alemão — Raiffeisen e Schulze-Delitzsch —; da mesma forma, evitou-se com isso uma dupla organização desnecessária, pois as associações cooperativas — o *„Deutsche Genossenschaftsverband“* e o *„Reichsverband der deutschen landwirtschaftlichen Genossenschaften — Raiffeisen — e. V.“*, com suas subassociações regionais — realizam, tal como as associações de caixas econômicas e de compensação, tarefas essenciais para seus membros que vão além da esfera dos grupos da organização da economia industrial, em especial, por exemplo, o sistema de auditoria [*Revisionswesen*]. O *Wirtschaftsgruppe „Kreditgenossenschaften“* possui, portanto, na prática, o caráter de uma comunidade de trabalho [*Arbeitsgemeinschaft*] juridicamente autônoma dos dois grupos cooperativos de crédito.

No final de 1938, o número de cooperativas de crédito industriais (incluindo as cooperativas de proprietários de imóveis e de funcionários públicos) elevava-se a 2.200, e o das rurais a 20.600. As cooperativas de crédito rurais operam, em sua maioria, além do negócio de crédito, o negócio de compra e venda [*Bezugs- und Absatzgeschäft*]. Das 17.890 caixas rurais de poupança e empréstimo existentes no final de 1937, 14.082 também se

dedicavam ao comércio de mercadorias, sobretudo à aquisição cooperativa de mercadorias.

6. *Wirtschaftsgruppe „Kreditunternehmungen verschiedener Art*“ [Grupo Econômico "Empresas de Crédito de Diversos Tipos"]

Neste grupo econômico estão reunidas aquelas empresas privadas que exercem apenas tipos especiais de atividade no setor de crédito. De acordo com a natureza de sua atividade, elas estão organizadas em grupos especializados [*Fachgruppen*] autônomos, todos com personalidade jurídica própria, a saber: no *Fachgruppe* „*Private Bausparkassen*“ [Caixas de Crédito Imobiliário Privadas], no *Fachgruppe* „*Private Leihhausbetriebe*“ [Casas de Penhor Privadas] e no *Fachgruppe* „*Teilzahlungs-Kreditunternehmungen*“ [Empresas de Crédito para Vendas a Prestação]. Anteriormente, também estavam integradas ao grupo econômico as empresas de poupança com finalidade específica [*Zwecksparunternehmungen*], que entretanto foram dissolvidas. No final de 1938, pertenciam ao *Wirtschaftsgruppe* „*Kreditunternehmungen verschiedener Art*“:

1. 45 caixas de crédito imobiliário privadas,
2. 50 empresas de crédito para vendas a prestação,
3. 450 casas de penhor privadas.

III. As Tarefas.

As tarefas individuais da organização dos grupos do sistema de crédito provêm, principalmente, de duas direções: da liderança econômica estatal e dos membros. Isso corresponde à definição legal de tarefas da organização da economia industrial. Sobre as tarefas e deveres dos grupos, diz o § 16 do Decreto de Execução de 27 de novembro de 1934:

> O grupo da economia industrial tem o dever de aconselhar e prestar assistência aos seus membros em sua área técnica. O Diretor deve conduzir o grupo no sentido do Estado nacional-socialista e promover os assuntos do grupo e de seus membros, levando em consideração os interesses gerais da economia industrial e preservando o interesse do Estado.

Esta definição geral de tarefas é determinada, em detalhes, para os grupos por meio de decretos complementares dos órgãos oficiais, por missões especiais e pelas funções assumidas de tempos anteriores. A atividade prática dos grupos do sistema de crédito é, aliás, diversa, dependendo da posição na estrutura organizacional, do desenvolvimento histórico e da natureza e necessidade de assistência dos membros. As instituições de crédito alemãs não se desenvolveram no sentido de um tipo uniforme, mas em diferentes espécies. Embora hoje as atividades usuais do setor de crédito sejam exercidas pelas instituições de crédito de quase todos os grupos, estas instituições são, contudo, agrupadas de forma muito distinta em sua forma jurídica, em seu círculo de clientes e de negócios, em sua estrutura administrativa, etc.

Correspondentemente, são desiguais as exigências feitas pelas instituições individuais à assistência organizacional — principalmente nos bancos privados, nas caixas econômicas e nas instituições de crédito público, bem como nas cooperativas de crédito industriais e rurais — e, da mesma forma, é distinta a demanda dos órgãos estatais pelos grupos. Estas circunstâncias e a diversidade qualitativa das instituições de crédito em geral fazem com que as tarefas e trabalhos nos grupos individuais da organização do setor de crédito frequentemente não ocorram na mesma medida e da mesma maneira, o que explica uma ampla autonomia em termos de trabalho dos grupos econômicos individuais e dos grupos especializados autônomos. Mas, naturalmente, também existem no sistema de crédito muitos trabalhos e tarefas importantes que, independentemente das diferenças qualitativas das instituições de crédito, são

realizados de forma conveniente, comum e uniforme; aqui reside a área de atuação do *Reichsgruppe* [Grupo do Reich].

Na organização do setor de crédito, o *Reichsgruppe* era a novidade propriamente dita. Quando ocorreu a reorganização da economia industrial, as instituições de crédito já estavam organizadas em associações de cúpula [*Spitzenverbänden*] de acordo com suas diferenças qualitativas. O que faltava era a ligação organizacional destas diferentes esferas. No setor de crédito, já havia sido sentido anteriormente como uma deficiência o fato de faltar uma instituição de autogestão [*Selbstverwaltungseinrichtung*] que oferecesse a possibilidade organizacional de, sem circunstâncias especiais, reunir-se regularmente para trabalhos comuns, para a discussão de divergências de opinião e para a eliminação ou mitigação de contrastes entre os diferentes grupos das instituições de crédito.

Dessa situação decorre também, em princípio, a definição de tarefas do *Reichsgruppe Banken* e a divisão de trabalho entre este e os *Wirtschaftsgruppen*. O *Reichsgruppe* representa os interesses comuns do setor de crédito externamente, isto é, em relação aos órgãos estatais e ao restante da economia. Além disso, o *Reichsgruppe* é o campo de compensação para os contrastes entre os grupos individuais do setor de crédito. E o *Reichsgruppe* deve realizar o trabalho que concerne aos assuntos comuns dos grupos e que, por isso, deva serexecutado por meio de trabalho conjunto.

Os *Wirtschaftsgruppen*, por sua vez, são, por um lado, fiduciários [*Treuhänder*] do *Reichsgruppe* para os trabalhos e assuntos comuns do setor de crédito em seu próprio círculo de membros; por outro lado, são os portadores das tarefas e trabalhos que derivam das condições e exigências particulares de suas instituições filiadas. Na prática, nesta subdivisão que, assim como as próprias tarefas, está sempre em fluxo, o que importa não é uma delimitação

extremamente meticulosa — que sequer seria possível —, mas sim o esforço de manter a estrutura, o desenvolvimento e o trabalho da organização no interesse dos membros tão simples e fluidos quanto possível; atentando-se apenas para que o trabalho duplo desnecessário seja evitado e que assuntos que, para além da esfera do grupo, sejam de importância também para os demais, não sejam tratados de forma isolada e, portanto, eventualmente unilateral, mas sim por meio do trabalho conjunto.

Uma problemática especial surge para a autogestão do setor de crédito pelo fato de que o sistema de crédito e as instituições de crédito estão sujeitos a uma supervisão estatal especial [*staatlichen Sonderaufsicht*] com uma administração estatal específica. Por meio da Lei do Reich sobre o Sistema de Crédito [*Kreditwesengesetz* - KWG] de 5 de dezembro de 1934, foi criada uma abrangente supervisão estatal sobre todo o setor de crédito. Todas as instituições de crédito alemãs estão sujeitas a essa fiscalização, de cuja execução, conforme a nova redação da KWG de 25 de setembro de 1939 (*RGBl. I S. 1953*), o Departamento de Supervisão do Sistema de Crédito [*Aufsichtsamt für das Kreditwesen*] está encarregado. Além desta supervisão estatal geral, existem para grupos individuais de instituições de crédito — o que deve ser mencionado aqui apenas para fins de completude — supervisões estatais ainda mais específicas, como por exemplo para as caixas econômicas e as instituições de crédito de direito público.

À supervisão estatal geral do sistema de crédito são concedidas amplas competências. Coisas que, no restante da economia, são deixadas ao livre critério das empresas individuais, como por exemplo o seu provimento com recursos próprios, o tamanho dos negócios individuais ou a criação de agências, estão sujeitas, no sistema de crédito, a prescrições legais e medidas de supervisão estatal. Uma breve visão geral sobre as autorizações e as tarefas atribuídas à supervisão estatal sobre o sistema de crédito pode bastar aqui: o

direito de concessão e de interdição de instituições de crédito (KWG §§ 3 ss.), o direito de influência sobre o preenchimento de postos de direção (§§ 4, 6, 8), sobre o negócio de crédito (§§ 12 a 14), sobre a formação de preços (§ 36) etc., a ordenação do sistema de auditoria, a determinação da liquidez, do investimento de depósitos de poupança e assim por diante.

No fato de que prescrições tão detalhadas sejam consideradas necessárias para o sistema de crédito, expressam-se a posição especial do setor de crédito e seus elevados deveres na economia. É, naturalmente, importante executar e conduzir na prática essas múltiplas restrições e regulamentações da liberdade do setor de crédito de tal modo que a vontade de ordenação soberana, por um lado, e a flexibilidade e atividade das instituições de crédito, por outro, sejam mantidas em uma relação adequada. Falando organizacionalmente, isso significa que a autoridade de supervisão estatal e a autogestão devem ser dominadas pelo princípio de uma cooperação estreita e constante. No que tange às funções de soberania [*hoheitliche Funktionen*], a execução deve recair, junto com a responsabilidade, sobre a autoridade de supervisão; não obstante, também aqui é possível e conveniente uma participação adequada da autogestão por meio de influência mediadora sobre seus membros e por meio de consulta pericial para as decisões da autoridade de supervisão.

Da posição da supervisão estatal, com suas amplas prerrogativas, seguem-se, em todo caso, múltiplos pontos de contato entre a administração estatal e a autogestão. Uma exposição da organização do sistema de crédito não é o lugar para discutir a problemática da relação entre a administração estatal e a autogestão no sistema de crédito, bem como as possibilidades de deslocamento de tarefas. Devido à existência e ao amplo círculo de tarefas da supervisão estatal, uma autogestão boa e forte do sistema de crédito não se torna, de modo algum, supérflua. Na autogestão residem forças valiosas que podem prestar

bons serviços às empresas e, sobretudo, também à liderança econômica estatal, tanto no aconselhamento quanto na preparação e execução de medidas estatais.

A extensa ordenação estatal do sistema de crédito não significa, portanto, que a responsabilidade própria e a independência no agir comercial individual e no trabalho conjunto do setor de crédito devam ser retiradas das instituições de crédito; da mesma forma como na Lei do Sistema de Crédito se evitou, fundamentalmente, interferir nas próprias decisões comerciais. Por outro lado, deve-se sempre considerar que ao direito da responsabilidade própria corresponde também um dever correlato. Uma autogestão que realizasse por si mesma apenas os trabalhos e tarefas simples e rotineiros, mas que, em todas as questões mais difíceis — especialmente quando se trata de tomar posição diante de concepções divergentes dos membros —, evitasse a própria decisão e a impusesse aos órgãos estatais, acabaria por prejudicar o seu próprio prestígio perante o círculo de membros, bem como a sua capacidade de realizar um trabalho bom e responsável.

Em detalhe, as tarefas da autogestão do sistema de crédito correspondem, em parte, às tarefas que a organização da economia industrial também deve realizar nos demais ramos econômicos. Em outra parte, porém, trata-se de tarefas que resultam das condições particulares do sistema de crédito. Das tarefas e do trabalho da organização do sistema de crédito poderá ser dada uma noção mais clara por meio de uma exposição das principais áreas de atividade. Naturalmente, a ordem em que estas áreas de atividade são esboçadas a seguir não implica juízo de valor.

1. *Leistungssteigerung* [Aumento de Desempenho/Eficiência]

No decreto do Ministro da Economia do Reich de 12 de novembro de 1936, é atribuída aos Grupos do Reich a importante tarefa de educar seus membros para a maior economicidade possível e para o desempenho máximo

em benefício do Povo e do Estado. Os grupos devem realizar os trabalhos comunitários necessários para esse fim, especialmente nas áreas técnica e de economia administrativa. Essas tarefas, descritas detalhadamente no referido decreto, aplicam-se analogamente ao setor de crédito e à sua organização.

Já na introdução foi apontado que as instituições de crédito, apenas pela natureza do negócio bancário moderno, são forçadas a cooperar de forma técnico-bancária, buscando constantemente simplificações e executando melhorias. Como exemplo, mencionou-se o aperfeiçoamento do tráfego de pagamentos sem numerário, do negócio de títulos e do tráfego de bolsa. Um impulso adicional foi dado às instituições de crédito pela enorme carga de trabalho desencadeada após a [Primeira] Guerra Mundial pelo período inflacionário, com seus números finalmente elevados ao astronômico, e mais tarde pelos efeitos da grande crise de 1930–1932. Pode-se constatar que, no setor de crédito, há cerca de quinze anos, tem sido realizado um trabalho pioneiro por parte de grupos e instituições individuais. Tornaram-se conhecidos, em particular, os desempenhos dos grandes bancos, bem como da organização das caixas econômicas nessas áreas.

Dadas as diferenças qualitativas das instituições de crédito, é natural que as necessidades técnicas e de economia administrativa e as conveniências sejam, em parte, bastante distintas entre os grupos individuais, e que os trabalhos pertinentes tenham, portanto, um peso especial na atividade dos Grupos Econômicos [*Wirtschaftsgruppen*] e Grupos Especializados [*Fachgruppen*]. No âmbito desses grupos, os trabalhos de economia administrativa ocorrem naturalmente, na medida em que são pertinentes, por meio de desempenho comunitário.

Alguns exemplos desse trabalho são listados:

1. Desenvolvimento de formulários uniformes para os mais diversos processos de negócio;
2. Formulação de condições comerciais uniformes;
3. Garantia do processamento fluido, rápido e seguro das operações de pagamento entre as diferentes instituições e grupos;
4. Unificação do sistema de contabilidade em grupos individuais;
5. Criação de centros de consultoria para todas as questões de técnica de meios organizacionais e de procedimentos organizacionais;
6. Influência sobre as empresas fabricantes para a melhoria dos meios auxiliares oferecidos;
7. Publicação de folhetos e cadernos informativos para a promoção de melhorias na economia administrativa para as instituições membros;
8. Introdução e expansão do intercâmbio de experiências em economia administrativa, bem como de estudos comparativos entre empresas.

Muitas das tarefas e trabalhos técnicos e de economia administrativa ultrapassam o âmbito de grupos individuais do sistema de crédito. É aqui que se inicia o trabalho comunitário de economia administrativa do Grupo do Reich [*Reichsgruppe*].

Para esse fim, foi formado, entre outros, um comitê de economia administrativa no *Reichsgruppe Banken*, no âmbito do qual questões pertinentes são tratadas por especialistas reconhecidos do sistema de crédito. As principais áreas de trabalho das quais o comitê se ocupa incluem, entre outras: contabilidade e cálculo, tráfego de pagamentos, tráfego de títulos, bem como o negócio de depósitos e crédito. Em relatórios sobre essas áreas de trabalho, são testados estímulos para melhorias técnicas e de economia administrativa, realizados estudos e feitas propostas. O objetivo é sempre simplificar e baratear

o fluxo de trabalho na organização das operações bancárias por meio de melhorias internas e interbancárias — em benefício não apenas do setor de crédito, mas sobretudo de sua clientela.

Um exemplo prático pode ilustrar o valor desse trabalho comunitário no setor de crédito: as instituições de crédito mantêm muitos milhões de contas que servem à clientela para realizar e receber pagamentos. Para realizar as centenas de milhares de ordens de transferência dadas diariamente da forma mais racional possível, os grupos individuais de instituições de crédito desenvolveram inicialmente formulários de ordens específicos que devem ser preenchidos pelos clientes. Esses formulários não eram uniformes entre os grupos individuais porque as relações com a clientela e as necessidades técnicas eram diferentes. No entanto, por meio de coordenação e alinhamento mútuos, finalmente conseguiu-se que, na área dos bancos, caixas econômicas e cooperativas de crédito, os diferentes formulários de transferência sejam reconhecidos reciprocamente como suportes de transferência e utilizados sem necessidade de transcrição para a execução da transferência até o destinatário do pagamento.

A propósito, há alguns anos, o comitê especializado para o setor bancário, que até então existia junto ao Conselho do Reich para a Economicidade [*Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit* - RKW], também foi transferido para o *Reichsgruppe Banken*. Esse comitê serviu ao trabalho comunitário técnico do setor de crédito e elaborou, por exemplo, os primeiros princípios e modelos para a letra de câmbio padronizada e o cheque padronizado. O Grupo do Reich, em cooperação com o Comitê Alemão de Normas [*Deutschen Normenausschuß*] e o Comitê para a Administração Econômica (*AWV*) junto ao RKW, ocupa-se da implementação da padronização dos formulários de cheques e letras de câmbio.

2. Ausbildungswesen [Sistema de Formação]

O setor de crédito [*Kreditwesen*] exige mão de obra comercial e tecnicamente bem qualificada. Também nesta área, a organização do setor de crédito tem trabalhado de forma intensiva e bem-sucedida há muito tempo. Os conhecimentos que o aprendiz [*Lehrling*] adquire em uma operação bancária ou de caixa econômica [*Sparkasse*] dependem, naturalmente, de forma direta da própria empresa e dos superiores e colegas de trabalho que o instruem na prática. Torna-se, portanto, ainda mais importante garantir que a formação no setor de crédito seja organizada de forma o mais uniforme possível e regulamentada tanto interna quanto externamente às empresas.

O processo de formação foi organizado pelo *Reichsgruppe Banken*, em cooperação com todas as organizações atuantes na formação profissional, de modo a estabelecer a melhor conexão possível entre a atividade prática e a formação profissional extra-empresarial, ocorrendo uma estreita colaboração entre os aprendizes e os profissionais experientes. Dessa forma, a formação extra-empresarial torna-se próxima da realidade operacional e evita qualquer expansão desnecessária ou uma formatação excessivamente teórica. O processo de formação unificado para os membros de todos os ramos do setor de crédito divide-se em três etapas:

1. Aprendizado [*Lehre*] com exame final de aprendizado [*Lehrabschlussprüfung*],
2. Complementação da formação prática, Curso Bancário Geral [*Allgemeiner Banklehrgang*],
3. Formação de elite [*Spitrenaubildung*] no Curso do Reich [*Reichslehrgang*].

A primeira etapa abrange a formação de aprendizes. Para a área do *Reichsgruppe Banken*, com poucas exceções, apenas uma profissão de

aprendizado entra em consideração, de modo que as medidas de formação profissional no setor de crédito alemão sejam resumidas de forma unitária e orientadas ao nível de desempenho de toda a profissão. As disposições fundamentais sobre o aprendizado em instituições de crédito estão contidas no regulamento de formação [*Ausbildungsordnung*], que constitui parte essencial do contrato de aprendizado [*Lehrvertrag*] válido para todas as instituições de crédito. No regulamento de formação, estão detalhadamente regulados, em particular, os direitos e deveres dos aprendizes e da empresa formadora, bem como o processo de formação na empresa. Estas prescrições levam em conta a estrutura diversificada das empresas, mas mantêm certas exigências mínimas.

A formação empresarial é complementada por uma formação profissional extra-empresarial em classes bancárias [*Bankklassen*], que estão vinculadas às escolas profissionais ou de comércio [*Berufs- oder Handelsschulen*]. Atualmente, existem no *Altreich* [Antigo Reich] mais de 250 locais com cerca de 600 classes bancárias, nas quais os aprendizes das instituições de crédito são ensinados de acordo com um plano de ensino unificado.

Ao final do seu tempo de aprendizado, o aprendiz é obrigado a prestar o exame final de aprendizado para o setor bancário e de crédito perante o comitê competente da *Industrie- und Handelskammer* [Câmara de Indústria e Comércio]. Diretrizes de aplicação geral foram estabelecidas para o exame. Caso o aprendiz não seja aprovado no exame, seu tempo de aprendizado é prorrogado até a próxima data de exame, no mínimo, porém, em meio ano.

A segunda etapa do processo de formação serve para o aperfeiçoamento da formação básica de um especialista no setor de crédito.

A atividade prática é complementada pela formação profissional sistemática extra-empresarial no Curso Bancário Geral [*Allgemeiner Banklehrgang*]. Este curso visa proporcionar aos jovens colegas — que já

concluíram o aprendizado bancário, cumpriram seu dever de serviço no *Arbeitsdienst* [Serviço de Trabalho] e na *Wehrmacht* e já atuaram algum tempo na prática — além do domínio total da técnica bancária, uma visão geral das correlações operacionais e macroeconômicas [*gesamtwirtschaftliche Zusammenhänge*], para que sejam capacitados a alcançar bons desempenhos em sua profissão.

O plano de ensino para o Curso Bancário Geral divide a matéria em quatro partes. Instruções para a divisão do material de ensino e a execução das noites de instrução facilitam o trabalho de formação. A participação no Curso Bancário Geral e a conclusão da formação da segunda etapa através do exame bancário [*Bankprüfung*] previsto, cuja regulamentação já foi aprovada pelo *Reichswirtschaftsminister* [Ministro da Economia do Reich], são voluntárias.

A formação dos funcionários (aspirantes) e dos empregados das caixas econômicas [*Sparkassen*] na segunda etapa de formação pode ocorrer nas escolas de administração municipal e de caixas econômicas, que geralmente são estabelecidas para o distrito de uma repartição estadual ou provincial do *Deutscher Gemeindetag*.

A terceira etapa constitui a formação de elite nos Cursos do Reich [*Reichslehrgänge*]. O Curso do Reich proporciona a membros talentosos da profissão de todos os grupos do setor de crédito alemão — que tenham se destacado particularmente na prática e sejam capazes de liderar e orientar colegas de profissão — uma visão mais profunda das tarefas da economia de crédito alemã, com base na visão de mundo nacional-socialista [*nationalsozialistischer Weltanschauung*]. O enriquecimento do conhecimento técnico deve levar a um fortalecimento da consciência de responsabilidade e da capacidade de disposição, permitindo aos colegas de trabalho prestar um

aconselhamento especializado à clientela no investimento de ativos e na execução de todos os negócios de crédito e financiamento.

Cada curso dura quatro semanas. A seleção dos participantes ocorre através de um exame preliminar. O curso é realizado sob a forma de seminário e oferece aos participantes oportunidade contínua para o trabalho independente. O plano de trabalho do Curso do Reich contém as áreas de tarefas mais importantes do setor de crédito, que são tratadas minuciosamente por palestrantes especialistas vindos da prática e da ciência. De 1933 a 1938, foram realizados sete Cursos do Reich — dois no ano de 1938 —, de modo que até então cerca de 420 profissionais puderam participar deles.

Para a formação em áreas especiais do setor de crédito e o aperfeiçoamento em negócios individuais complexos, estão disponíveis possibilidades de formação especial.

Uma formação de elite especial para especialistas de caixas econômicas é realizada pelo "*Lehrinstitut für das Kommunale Sparkassen- und Kreditwesen*" da *Deutscher Sparkassen- und Giroverband* em Berlim, que tem a tarefa de aperfeiçoar, em cursos de dois semestres, cargos de liderança e de responsabilidade especial na organização de caixas econômicas e de compensação [*Giroorganisation*].

Para a execução e monitoramento das medidas de formação profissional, o *Reichsgruppe Banken* designou delegados para a formação profissional nos distritos econômicos individuais ou localidades, os quais colaboram estreitamente com os postos de serviço das demais organizações. No total, estão à disposição do *Reichsgruppe* 35 delegados distritais [*Bezirksbeauftragte*] e cerca de 300 delegados locais [*Ortsbeauftragte*], que pertencem a todos os grupos do setor de crédito, para a colaboração no campo da formação.

A obrigação do setor de crédito de melhorar, acelerar e baratear seus serviços, de estar pronto para novas tarefas, de economizar trabalho humano e de alcançar desempenhos máximos através de uma formação profissional voltada para a capacitação de desempenho [*Leistungstüchtigung*], é cumprida da melhor forma através desta estruturação sistemática do sistema de formação.

3. Bedingungswesen [Sistema de Condições]

Às subdivisões da organização da economia industrial [*gewerbliche Wirtschaft*] são fundamentalmente proibidas medidas de regulação de mercado; exceções são possíveis, mas requerem a aprovação do *Reichswirtschaftsminister* (cf. o decreto de 12/11/1936 sobre a cooperação com a organização da economia industrial e sua relação com associações reguladoras de mercado). O princípio mencionado também se aplica à organização do setor de crédito [*Kreditwesen*]; no entanto, para ela, foi expressa por lei uma autorização especial para determinações reguladoras de mercado, nomeadamente pelo § 36 da Lei sobre o Setor de Crédito [*Gesetz über das Kreditwesen* - KWG].

Esta exceção geral remonta ao fato de que os predecessores da organização por grupos do setor de crédito, as associações de cúpula [*Spitzenverbände*], já vinham sendo consultados desde 1931 para tomar decisões sobre a regulamentação uniforme de juros e comissões, as quais — pressupondo o consentimento oficial — poderiam assumir caráter de obrigatoriedade geral. Naquela época, essa autorização foi concedida para a eliminação de uma concorrência de condições [*Konditionenwettbewerb*] infértil entre as instituições de crédito, bem como para facilitar medidas de redução de juros. Até então, medidas reguladoras de mercado no âmbito do setor de crédito eram realizadas principalmente pelas associações de bancos e banqueiros, das quais a mais conhecida e importante era a "*Vereinigung von Berliner Banken und Bankiers*" (a chamada *Stempelvereinigung*). A associação ainda existe hoje, e suas

decisões são, via de regra, também determinantes para o comportamento das associações locais de bancos e banqueiros. As decisões da *Stempelvereinigung*, entretanto, perderam importância na medida em que as mesmas questões passaram a ser reguladas com caráter de obrigatoriedade geral por decisões das associações de cúpula com a aprovação das autoridades de supervisão estatais.

A função reguladora de mercado dos grupos do setor de crédito é agora a seguinte: com base no § 36 da KWG, os grupos econômicos e os grupos especializados das instituições de crédito oriundos das associações de cúpula (cf. Artigo 6 do 3º Decreto de Execução da Lei do Setor de Crédito de 30 de junho de 1936) podem tomar decisões sobre as condições de negócio — em particular sobre as taxas de juros e comissões. O *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* [Departamento de Supervisão do Reich para o Setor de Crédito] está autorizado a declarar decisões majoritárias como de obrigatoriedade geral; ele também pode revogar essa declaração. Se as decisões não encontrarem a aprovação do Departamento, este pode, em acordo com o Diretório do *Reichsbank*, emitir ele próprio as disposições correspondentes. Através da inclusão da supervisão estatal na forma do *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen*, garante-se à direção econômica estatal e à própria economia que a autorização concedida à organização do setor de crédito para medidas reguladoras de mercado não possa ser mal utilizada.

A regulamentação atual das taxas de juros de depósitos, bem como das taxas de juros e comissões para créditos, baseia-se nos contratos firmados por todos os grupos do setor de crédito em 22 de dezembro de 1936, que substituíram acordos anteriores desse tipo. Através desses contratos, que receberam a aprovação do então Comissário do Reich para o Setor de Crédito (hoje: *Reichsaufsichtsamt*) e foram declarados de obrigatoriedade geral no mesmo dia, foram fixadas taxas de juros máximas para fundos captados, escalonadas de acordo com o tipo e o vencimento dos depósitos. Além disso,

foram fixadas taxas normais e máximas (na prática, as taxas normais também são taxas máximas) para os juros devedores [*Debetzinsen*], bem como para a comissão de crédito, a comissão de cheque especial [*Überziehungsprovision*] e a comissão sobre o volume de negócios [*Umsatzprovision*].

Os acordos também restringem os tipos de condições que podem ser cobrados pelas instituições de crédito e prescrevem um cálculo de custos claro e identificável em detalhes. Em julho de 1939, com base na KWG e no âmbito do *Reichsgruppe Banken*, foi também implementada uma regulamentação de obrigatoriedade geral das taxas de tarifas das instituições de crédito nas transações com certificados fiscais [*Steuergutscheinverkehr*] por meio de uma decisão majoritária dos grupos do setor de crédito, com aprovação do *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen*.

Todos esses acordos têm, do ponto de vista macroeconômico [*volkswirtschaftlich*], o objetivo de evitar excessos competitivos no setor de crédito, de proteger as próprias instituições de crédito contra uma deterioração de sua situação de rendimentos que ponha em perigo sua própria rentabilidade e segurança e, assim, garantir um setor de crédito saudável e eficiente no interesse do restante da economia.

4. Wettbewerbsordnung [Ordenamento da Concorrência]

É sabido que, anteriormente, existia uma concorrência por vezes muito acirrada entre as instituições de crédito individuais, bem como entre os diferentes grupos do setor de crédito, especialmente na primeira década após a inflação, quando se tratava de reconstruir, por assim dizer, do nada o sistema bancário e de caixas econômicas em uma economia nacional [*Volkswirtschaft*] sob condições completamente alteradas, pobre em poupança e capitais e, além disso, sobrecarregada por pagamentos de tributos [reparações de guerra]. Nos círculos responsáveis do setor de crédito alemão, percebeu-se, contudo,

precocemente que uma concorrência desenfreada com seus excessos pouco contribuía para o prestígio das instituições de crédito alemãs e, em última análise, só poderia ser prejudicial ao seu desenvolvimento econômico. Já no ano de 1928, foram, portanto, firmados acordos gerais de concorrência entre as associações de cúpula [*Spitzenverbände*], os quais foram posteriormente expandidos de forma sistemática e, então, receberam sua base legal definitiva através da Lei do Setor de Crédito [*Kreditwesengesetz*] na ordem econômica nacional-socialista. O § 36 da KWG determina que o *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* também pode declarar como de obrigatoriedade geral as decisões majoritárias dos grupos do setor de crédito sobre a concorrência.

A regulamentação atual da concorrência no setor de crédito baseia-se no acordo de concorrência de obrigatoriedade geral, na redação de 22 de dezembro de 1936. O acordo de concorrência contém principalmente apenas princípios gerais que devem ser observados pelas instituições de crédito e que, tomados por si mesmos, soam quase evidentes. Esses princípios estabelecem, em particular, que a publicidade comercial nunca deve estar associada a uma depreciação de outras instituições de crédito; que não se deve suscitar a impressão de menor segurança de outras instituições para fins publicitários; que deve ser evitada qualquer publicidade intrusiva e que não corresponda à concepção profissional do setor de crédito; que instituições públicas não devem ser mal utilizadas para fins publicitários; que o uso indevido de transações de pagamento sem numerário [pagamentos eletrônicos/transferências] para fins de captação de clientes é inadmissível, e assim por diante.

O peso prático desses princípios advém apenas do fato de que, ao longo dos anos, eles foram expandidos por meio de inúmeras diretrizes complementares e decisões do *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* e do *Reichsgruppe Banken*, de acordo com a diversidade da vida econômica. A regulamentação da publicidade e da concorrência a ela associada nas

instituições de crédito alcançada por esse meio vai longe — por vezes poder-se-ia pensar que longe demais — nos detalhes; ela é substancialmente mais rigorosa do que regulamentações semelhantes no restante da economia e tem seu fundamento na convicção de que, dada a posição especial que as instituições de crédito ocupam na economia nacional, também devem ser aplicados padrões particularmente rigorosos à sua publicidade e às suas medidas competitivas sob o ponto de vista da integridade e do prestígio.

Através do trabalho educativo sistemático dos grupos individuais, tornou-se, ao longo dos anos, cada vez mais uma questão natural que as instituições de crédito observem as rigorosas prescrições do ordenamento de publicidade e concorrência do setor de crédito. Naturalmente, ocorrem aqui e ali violações e litígios, mas, via de regra, consegue-se resolvê-los amigavelmente dentro da organização do setor de crédito. Através da Lei sobre o Setor de Crédito, o *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* está autorizado, em caso de violações de concorrência, a impor multas administrativas [*Ordnungsstrafen*] em dinheiro de até 100.000,00 RM [Reichsmarks] contra as instituições envolvidas e a tomar, de modo geral, as medidas necessárias para o cumprimento das disposições de concorrência.

Felizmente, a supervisão estatal precisou recorrer cada vez menos a esses meios extremos nos últimos anos. Logrou-se gradualmente criar um outro caminho para a aplicação das disposições publicitárias e para a conciliação dos litígios de concorrência, o qual corresponde melhor à dignidade do setor de crédito e ao princípio da autogestão [*Selbstverwaltung*]. Se hoje ocorre uma violação real ou suposta da concorrência, ela não se torna imediatamente objeto de uma queixa perante o *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* ou aos grupos de cúpula, mas primeiro ocorre uma tentativa de solução direta no local por meio de diálogo entre os envolvidos ou por mediação do representante regional

[*Landesobmann*] e dos homens de confiança [*Vertrauensmänner*] no distrito correspondente.

Caso não se chegue a um acordo, então o *Reichsgruppe* e os grupos econômicos das instituições envolvidas ocupam-se do caso; as questões são discutidas em um comitê junto ao *Reichsgruppe* e, via de regra, alcança-se o acordo e a conciliação. Seria considerado no setor de crédito como uma violação do espírito comunitário [*Gemeinschaftsgeist*] — que a organização da economia industrial deve exigir de seus membros para o cumprimento das tarefas que lhe foram atribuídas — se, em cada disputa de concorrência, uma instância estatal fosse invocada antes que se fizesse a tentativa de resolvê-la dentro do *Reichsgruppe*. O *Reichsgruppe*, por sua vez, antes de decisões fundamentais, coloca-se em contato com o *Reichsaufsichtsamt für das Kreditwesen* para assegurar uma prática de julgamento de concorrência uniforme.

5. Prüfungswesen [Sistema de Auditoria/Fiscalização]

As instituições de crédito estão sujeitas, em parte já há muito tempo, a prescrições de publicidade e de auditoria particularmente rigorosas e abrangentes. Por meio da Lei sobre o Sistema de Crédito [*Gesetz über das Kreditwesen*] e das disposições executivas emitidas em conexão com esta, foram promulgadas, para todas as instituições de crédito, normas detalhadas e essencialmente uniformes sobre a elaboração e submissão de balanços, bem como de demonstrativos de curto prazo e explicações especiais ao *Reichsbank* e à supervisão estatal. Na elaboração dos formulários e explicações correspondentes, as subdivisões da organização do sistema de crédito colaboraram. No sistema de auditoria das instituições de crédito, deve-se distinguir principalmente entre a auditoria de balanço [*Bilanzprüfung*] e a

auditoria de custódia [*Depotprüfung*]. Para ambas, a Lei do Sistema de Crédito contém disposições-quadro ou autorizações.

Para a auditoria de balanço, existiam há muito tempo prescrições especiais para dois grandes grupos do sistema de crédito, a saber: as caixas econômicas [*Sparkassen*] e as cooperativas de crédito [*Kreditgenossenschaften*]. A "Fachgruppe Gewerbliche Kreditgenossenschaften" [Grupo Profissional das Cooperativas de Crédito Industrial] — ou seja, a *Deutscher Genossenschaftsverband* — bem como a "Fachgruppe Ländliche Kreditgenossenschaften" [Grupo Profissional das Cooperativas de Crédito Rural] — ou seja, a *Reichsverband der deutschen landwirtschaftlichen Genossenschaften – Raiffeisen – e. V.* — têm, desde sempre, a tarefa de realizar as auditorias nas cooperativas de acordo com as prescrições da Lei das Cooperativas [*Genossenschaftsgesetz*] e disposições complementares. O trabalho prático de auditoria cabe, em parte, às duas associações de cúpula cooperativas (por exemplo, para as caixas centrais cooperativas) e, em outra parte, às suas associações de auditoria regionais. De forma semelhante às cooperativas, o sistema de auditoria das caixas econômicas está organizado; ele é exercido, via de regra, pelo "Wirtschaftsgruppe Sparkassen" [Grupo Econômico das Caixas Econômicas] ou pela *Deutscher Sparkassen- und Giroverband* e pelas instâncias de revisão de suas associações regionais. As auditorias em si nas caixas econômicas, bem como nas outras instituições de crédito de direito público, correspondem amplamente àquelas dos demais grupos de crédito industrial, naturalmente levando em conta as particularidades jurídicas e comerciais das caixas econômicas e instituições públicas. A origem do dever de auditoria das caixas econômicas, assim como das cooperativas, remonta, aliás, ao século passado: para as cooperativas, na Lei das Cooperativas de 1889; para as caixas econômicas, no Regulamento das Caixas Econômicas da Prússia [*Preußischen Sparkassen-Reglement*] de 1838 (auditoria pela autoridade

de supervisão) e na auditoria associativa desde a fundação das associações de caixas econômicas na década de oitenta. Para os bancos privados na forma de sociedade por ações [*Aktiengesellschaft*], aplicam-se as disposições gerais de auditoria do direito societário, assim como, no essencial, para os bancos que não são sociedades por ações.

Para todas as instituições de crédito, a auditoria de custódia [*Depotprüfung*] é regulada de forma uniforme com base nas disposições-quadro da Lei do Sistema de Crédito. Aqui, logrou-se uma combinação particularmente feliz entre supervisão estatal e autogestão [*Selbstverwaltung*]. Por meio do § 33 da *KWG.*, as empresas que operam a compra e venda de valores mobiliários para terceiros ou o negócio de custódia [*Depotgeschäft*] estão submetidas a uma auditoria regular desses negócios. O Comissário do Reich (agora: Departamento de Supervisão do Reich) para o Sistema de Crédito foi autorizado a determinar a natureza e a extensão das auditorias e a nomear os auditores de custódia ou a permitir que sejam convocados por outras instâncias em seu nome. Nas disposições executivas, os grupos econômicos [*Wirtschaftsgruppen*], bem como os dois grupos profissionais cooperativos do setor de crédito, foram incumbidos pelo Comissário do Reich da auditoria de custódia nas instituições de crédito. Os grupos determinam os auditores de custódia; caso as instituições de crédito estejam sujeitas a uma supervisão especial do Reich ou do Estado, a determinação só pode ocorrer em comum acordo com a autoridade de supervisão. No caso das caixas econômicas e cooperativas, tratam-se, via de regra, das associações de auditoria [*Prüfungsverbände*]. A auditoria de custódia ocorre em intervalos de tempo irregulares, no mínimo uma vez por ano. O momento da auditoria é determinado pelo grupo ou, por incumbência deste, pelo auditor. O objetivo da auditoria de custódia é verificar se a instituição de crédito observa as prescrições legais e a concepção profissional do setor de crédito sobre o manuseio do negócio de valores mobiliários; o relatório de auditoria

deve ser encaminhado ao grupo pelo auditor e, caso haja pontos essenciais a contestar, deve-se apresentar imediatamente uma exposição detalhada dos resultados da auditoria. Os grupos, por sua vez, são obrigados a informar sem demora ao Departamento de Supervisão do Reich para o Sistema de Crédito, bem como a eventuais órgãos de supervisão estatais especiais, sobre a constatação de atos puníveis ou infrações administrativas graves [*grober Ordnungswidrigkeiten*]. Para a regulamentação formal e material da auditoria, diretrizes uniformes e muito detalhadas foram estabelecidas pelos grupos econômicos e profissionais competentes do setor de crédito e, à época, aprovadas pelo Comissário do Reich. A extensão do trabalho de auditoria dos grupos é demonstrada, por exemplo, pela constatação do Grupo Econômico "Sparkassen", de que o programa de auditoria a ser processado anualmente pelos órgãos de auditoria apenas da organização das caixas econômicas compreende cerca de 2.500 auditorias de encerramento anual e cerca de 2.000 auditorias de custódia, bem como cerca de 1.200 a 1.500 auditorias inesperadas.

6. Allgemeine Beratung und Betreuung [Aconselhamento e Assistência Geral]

Uma parte considerável do trabalho dos grupos do setor de crédito consiste, naturalmente, no aconselhamento e assistência contínuos aos membros e na colaboração na preparação e execução de tarefas e medidas provenientes da gestão econômica estatal [*staatlichen Wirtschaftsführung*]. Este trabalho apresenta-se, como já mencionado no início, de forma mais ou menos distinta nos grupos individuais, de acordo com as diferenças de natureza das instituições de crédito. Em princípio, ele é o mesmo em toda parte. As abrangentes medidas de política econômica e financeira do Estado — pense-se, por exemplo, no gerenciamento de divisas [*Devisenbewirtschaftung*], nas prescrições de emissão e investimento, na economia de defesa [*Wehrwirtschaft*], na reorganização do

sistema de crédito (*KWG.*, etc.), nas regulações de dívidas e ações de crédito — expressam-se em uma infinidade de ordens legais e administrativas ao setor de crédito em sua totalidade ou a grupos e instituições individuais.

Essas ordens tornam necessárias explicações; elas despertam dúvidas entre os membros que precisam ser esclarecidas e exigem, além disso, as mais diversas medidas, em cuja execução devem ser consideradas as condições particulares dos membros ou grupos individuais. Por outro lado, é frequentemente necessário examinar e processar sugestões provenientes do círculo de membros e, sob certas circunstâncias, representá-las junto aos órgãos oficiais para a obtenção de prescrições ou medidas correspondentes.

A preparação e a posterior execução de determinações estatais exigem um exame cuidadoso e a consideração das condições e possibilidades práticas. Devido à sua estreita ligação com os membros, que possuem uma confiança natural na organização de autogestão [*Selbstverwaltungsorganisation*], os grupos podem prestar bons serviços aos órgãos oficiais através de conselhos e ações, tornando utilizável para a política econômica estatal aquele ativo que reside, afinal, na autonomia e na responsabilidade própria da economia. Pode-se constatar, para a área do setor de crédito, a satisfatória realidade de que existe uma relação de confiança e cooperação entre a supervisão estatal, a autogestão e as instituições de crédito.

Um aprofundamento detalhado na atividade de aconselhamento e assistência do *Reichsgruppe* e dos grupos econômicos e profissionais do setor de crédito extrapolaria o âmbito desta apresentação. Apenas uma área do trabalho de autogestão deve ser mencionada: a do cuidado e apoio ao trabalho científico sobre o sistema monetário e de crédito e das relações com círculos profissionais estrangeiros. Através do intercâmbio de ideias e experiências com

o exterior, que no futuro será de elevada importância, obtêm-se sugestões, bem como a possibilidade de eliminar concepções errôneas.

Para a promoção do trabalho científico sobre o sistema bancário e de crédito e para a cooperação com os órgãos estrangeiros em questão, serve, na atuação conjunta com o *Reichsgruppe Banken*, um instituto especial, o *Deutsche Institut für Bankwissenschaft und Bankwesen*. Neste instituto, por sua vez, todos os grupos do sistema de crédito estão envolvidos. Também os trabalhos do recém-estabelecido instituto para o sistema de crédito na *Universität Frankfurt/Main*, que pretende ocupar-se de questões científicas, sobretudo de economia empresarial [*betriebswirtschaftlichen Fragen*], do setor de crédito, são promovidos pelo *Reichsgruppe*.

Com esta breve e exemplificativa visão geral, encerra-se a apresentação das tarefas da organização do sistema de crédito. Trabalho e tarefas estão, como de resto na economia, em constante fluxo e, dependendo das exigências particulares impostas pelo Estado, pela gestão econômica estatal e pela dinâmica de nossa economia, o peso do trabalho em grupo recai ora mais fortemente sobre esta, ora sobre aquela área de atividade.

A apresentação acima já estava essencialmente concluída quando a guerra eclodiu. Embora nada tenha mudado na estrutura e nos princípios da autogestão do sistema de crédito, a guerra, como seria natural, exerceu uma influência considerável na configuração das tarefas. Alguns trabalhos recuaram um pouco para o segundo plano, por não serem explicitamente essenciais para a guerra [*kriegswichtig*] e porque o tempo e a força de trabalho tiveram de ser empregados em outros assuntos urgentes. A guerra trouxe para a atividade das instituições de crédito e de sua autogestão novas tarefas e novos pontos de vista — pense-se, por exemplo, nas diversas ações de auxílio de crédito

[*Kredithilfeaktionen*] e na penetração organizacional dos novos territórios — e já é certo hoje que o período de pós-guerra apresentará novos e grandes problemas e tarefas em abundância. Ainda estamos no início da construção definitiva de uma economia nacional da Grande Alemanha [*großdeutschen Volkswirtschaft*] correspondente à nova ordem política. Ajudar na feliz conclusão desta grande obra é a tarefa evidente do sistema de crédito e de sua organização.

Referência

Otto Christian Fischer. *Reichsgruppe Banken: die Selbstverwaltung des Kreditwesens. junker und Dünnhaupt Verlag / Berlin* (1940)